PRINCIPIOS

DO DIREITO DIVINO, NATURAL,

PUBLICO UNIVERSAL, E DAS GENTES.

PRINCIPIOS
DO DIREITO DIVINO, NATURAL, PUBLICO UNIVERSAL, E DAS GENTES,
ADOPTADOS
PELAS ORDENAÇOENS, LEIS, DECRETOS, E MAIS DISPOSIÇOENS DO REINO DE
PORTUGAL,
COM AS REMISSOENS DAS
Leis Extravagantes, e mais Reaes Determinações, e as das Notas do Novo Repertorio aos reſpectivos Textos da Ordenaçaõ; e huma Relaçaõ exacta das Leis, e mais Diſpoſições Noviſſimas,
ESCRIPTOS
PELO BACHAREL FILIPPE JOSEPH NOGUEIRA COELHO,
CAVALLEIRO PROFESSO NA ORDEM DE CHRISTO.
LISBOA.
Na Offic. de FRANCISCO BORGES DE SOUZA.
CIↃIↃCCLXXIII. (1773)
Com licença da Real Meza Cenſoria.

.... Primitivos Principios, que contêm verdades essenciaes, intrinsecas, e inalteraveis ... e que os Direitos Divino, e Natural formalisaraõ, para servirem de Regras Moraes, e Civîs entre o Christianismo : .... Nas outras Regras, que de universal consentimento estabeleceo o Direito das Gentes para direcçaõ, e governo de todas as Naçoens civilisadas.

Lei de 18 de Agosto de 1769. §. 9.

A QUEM LER.

DEpois de illustrados pelas mais justas, e sabias Providencias da memoravel Lei de 18 de Agosto de 1769. ja evidentemente conhecemos, que sendo culpavel, e punivel, he igualmente de nenhum effeito, e de nenhuma authoridade a absoluta, e indistincta allegaçaõ das Leis Romanas. A equidade natural, os principios de boa razaõ, em que se estabellecem algumas dellas, naõ as fornecem daquelle necessario preceito, daquella authoridade extrinseca, que para serem obedecidas, só lhes póde, e costuma dar o Legislador de cada Estado, se dellas quer fazer parte da sua Legislaçaõ. Hespanha, (a) e Veneza, estas Naçoens polidas, que das mesmas Leis naõ fórmaõ parte alguma do seu Direito Civil, nos daõ huma bem clara idêa, de qne ha Governo feliz, justo, e acertado sem a sua imaginada dependencia.

§§ He

(a) M. de Real Scienc du Gouvern. *tom. 2. Sec. 2. n. 25. Sec. 14. n. 173.*

He verdade, que as Leis Romanas foraõ admittidas neſte Reino; mas o preceito, que particularmente as adoptou, naõ podia juſtificar aquella perniciosa extenſaõ, aquelle total, e indiſtincto uſo, que no Foro vimos iniquamente introduzido. Devendo eſtar longe de nós aquellas Leis, que ou eraõ contrarias, ou conformes com as noſſas, vinhaõ ſó a ter lugar, as que determinavaõ os caſos, em que naõ providenciavaõ as Reaes Diſpoſiçoens, e Coſtumes do Reino, ſe nellas concorriaõ aquella boa razaõ, e as outras mais circumſtancias, em que aſſaz nos inſtrue a referida Lei de 18 de Agoſto, e a mais genuina, e luminoſa intelligencia, que lhe acabaõ de dar os (a) Eſtatutos da Univerſidade de Coimbra, eſte

(a) Eſtat. da Univ. de Coimbra, *Liv. 2. tit. 5. por todo o cap. 2. e 3.* e no *tit. 6. cap. 3. §. 17.* dizem ao fim, que me propuz: ... Para mais facilitar aos ouvintes a noticia das Ordenaçoes, com que elles devem ſer authoriſados nas Allegaçoes, Deducçoes, e Tençoens do Direito; viſto que achando-ſe os meſmos Direitos expreſſamente determinados por Lei deſtes Reinos, naõ ſe pódem preſentemente authoriſar com as Leis Romanas, que os promulgaraõ, deixando-ſe em ſilencio as Leis Patrias, que os naturaliſaraõ contra a expreſſa diſpoſiçaõ da minha Lei de 18 de Agoſto de 1769.

eſte novo admiravel Theſouro das mais ſábias Providencias literarias, eſta Fonte copioſiſſima, aonde agora bebemos as mais ſolidas noçoens das ſublimes Sciencias do ſeu objecto.

Abandonados pois os prejuizos de darmos ſempre huma indefectivel, e como ſagrada authoridade ás Leis Romanas, (que ainda na meſma Roma (a) tantas vezes fizeraõ naõ ſubſiſtir as notorias revoluçoens já da Republica, já do Imperio) fica claro a todas as luzes, que o Foro jámais podia intereſſar-ſe naquella Collecçaõ, que formaraõ Barboza, Cardozo, e outros, ao fim de nos fazerem manifeſtos pelas meſmas Leis os Axiomas, e Principios do Direito; quando, (naõ devendo elles eſquecer-ſe do indiſtincto preceito da Ord. liv. 3. tit. 64.) ſó utiliſariaõ a noſſa praxe, ſe nos fizeſſem ver naturaliſados pelas Leis Patrias aquelles meſmos Principios, que, (b) naõ ſendo proprios do Direito

(a) Cod. Federic. no Prefac. n. 4. e ſegg.
De Real tom. 1. cap. 1. ſec. 4. n. 30. e ſegg.
(b) Cum tamen hujusmodi doctrinæ non ideo Juris Romani

Romano, elle os adoptou, aſſim como o fizeraõ as outras Legislaçoens, (a) que tem abraçado os dictames da Razaõ, aquella grande Lei, que governa todas as Gentes, que domina em todas as Leis. (b)

Eu para mais facilitar neſta parte o uſo das Leis Patrias, moſtro agora muitos daquelles Principios, que ellas adoptaraõ nas ſuas Diſpoſiçoens, perſuadido, que jamais alguem deixará de conhecer, que cumprindo-ſe aſſim o preceito, ſe ſatisfaz igualmente á razaõ. Eſtes Principios naõ conſtituem aqui hum ſyſtema bem ordenado; mas por meio do Alfabeto, que as leis do bom methodo dictaõ ſer proprio ao fim, que me propuz, elles nos fazem ver, que a noſſa Legislaçaõ, como taõ ſábia, e taõ cheia

Romani dici poſſunt, quod in eo repetitæ fuerint .... nam juris univerſalis concluſiones omnibus Rebuspublicis communes ſunt, *Boehmer. Pref. Introduct. in Jus Publicum Univerſum.*

(a) Chaque Code a un point de reunion commun dans les principes du Droit Naturel, qui eſt le lien general de tous les hommes, *De Real tom. 3. n. 8. Id. du Droit Nat.*

(b) La Loi, en general, eſt la raiſon humaine, entant que elle gouverne tous les peuples de la terre; et les Loix politiques, e civiles de chaque nation ne doivent être, que les cás particuliers, ou l'applique cette raiſon humaine, *Monteſquieu, Les Eſpirit des Loix Liv. 1. cap. 3.*

cheia de equidade, e dos ſentimentos da verdadeira Religiaõ, abraçou aquellas primitivas Regras, aquelles inalteraveis Principios, que formaõ a alma dos mais ſábios, e famigerados Codigos.

Saõ indiſpenſaveis na verdade a inſtrucçaõ, e o uſo deſtes Principios; pois elles ſaõ as fontes, e os elementos de toda a Juriſprudencia, e Legislatura: elles (a) nos conduzem ao neceſſario, e importante conhecimento do Soberano Poder: elles nos fornecem luzes para entre as muitas Leis Romanas deviſarmos aquellas, que no ſilencio das Leis Patrias, ſaõ para nós ſubſidiarias, quando os contem: elles finalmente nos guiaõ, e levaõ como pela maõ á reſoluçaõ daquelles caſos, que naõ encontramos legitimamente decididos, e daquelles, a cujos factos parecer inapplicavel a diſpoſiçaõ das Leis; pois „ conſtando ſer tal „ a variaçaõ das circumſtancias, ou tal a „ contrariedade das Leis, que a regra da„ quella, de que ſe trata, ſe faça inap„ plicavel ao facto; ou haja perplexidade

(a) Deducçaõ Chronolog. e Analyt. *Part. 1. Diviſ. 12. §. 636. e Part. 2. Demonſtr. 4. §. 35. e Demonſt. 6. §. 24.*

„ resultante da contrariedade das Leis: se „ o Ministro, a quem competir a applica- „ çaõ (das Leis) for bem instruido no Di- „ reito Natural, e nos dictames da Ra- „ zaõ informada pelas Regras universaes, „ e Principios inalteraveis da Justiça, e da „ Equidade, por meio destas Regras po- „ derá temperar o rigor, e mitigar a du- „ reza da Lei, confórme o Espirito do Le- „ gislador, e naõ lhe será difficultoso to- „ mar hum partido, que seja acertado. (a)

Qual seja o Direito Divino, de que (b) para as Leis Humanas se derivaraõ muitas Regras, e Principios, e qual seja a sua força, e authoridade, ninguem ha que o ignore, reflectindo, que a Sagrada Escriptura, e a Tradiçaõ da Igreja, estes dous infaliveis Oraculos da verdade, saõ o Deposito dos preceitos do Direito Divino Positivo, e ainda do Direito Natural Divino, que sendo parte do Direito Natural tomado

(a) Compendio Histor. da Univ. de Coimb. *Part.* 2. *cap.* 2. §. 150.

(b) Deducç. Chron. e Analyt. *Part.* 1. *Divis.* 12. §. 636.

do em especie, prescreve ao Homem as leis Naturaes, os officios, e as obrigaçoens, que elle tem para com Deos.

He tambem notoria a todos a existencia, e a força irresistivel do Direito Natural; pois que delle foi Mestra (a) a mesma Natureza, escrevendo no coraçaõ dos Homens as suas sanctas, e immutaveis Leis, que contêm os preceitos naturaes absolutos, e hypotheticos, aos quaes se pódem ajuntar os Principios, que se dizem de Direito Natural *reductivè*. (b)

Saõ igualmente notorios os Principios do Direito Publico Universal, que a mesma Natureza estabeleceo, e promulgou para manter a paz publica no Imperio Civil. Regúla o Direito Publico Universal Ecclesiastico o Poder, e a Authoridade da Igreja; o Direito Publico Universal Se-

(a) Est enim hæc non scripta, sed nata Lex, quam non didicimus, accepimus, legimus, sed ex Natura ipsa arripuimus, hausimus, expressimus, *Cicer. pro Tit. Milon.*

(b) Multa vulgo juris naturalis dici non proprie, sed reductivè, quibus jus illud non pugnat; sicut justa adpellantur non solùm quæ ex Justitia debentur, sed etiam quæ cum Justitia non pugnant, *Pufendorf de Lege Natur. lib.* 2. *cap.* 3. §. 22.

Secular os Officios, e Direitos dos Soberanos, e dos Vaſſallos, que nos impreteriveis deveres da ſua obediencia tem a primeira, e a principal obrigaçaõ temporal. (a)

Qual porém ſeja, propriamente fallando, o Direito das Gentes, he ponto, que depois dos Juriſconſultos Romanos, e do Imperador Juſtiniano, tem dividido o vaſto diſcernimento de Grocio, de Hobbes, de Wolfio, e de outros, de cujos ſyſtemas faz Wattel (b) hum juizo bem anatomico, e bem convincente. Nós porém devemos goſtoſamente abraçar os nobres, e doutiſſimos ſentimentos das noſſas Leis, e dos Eſtatutos da Univerſidade de Coimbra, em que encontramos a ſua mais propria, e mais genuina accepçaõ; pois havendo-nos expoſto, que o Direito Natural na ſua extenſaõ generica ſe divide em Direito Natural tomado em eſpecie, (em que ſe comprehendem os Direitos, Natural Divino, Natural Ethico, Natural Social, e Natural Social Economico) em Direito Publico Univerſal, e em Direito das Gentes, nos enſina, (a) qual eſte ſeja; e que dividindo-ſe em Natural, Filoſofico, e Neceſſario; e em Poſitivo, Hiſtorico, e Voluntario, eſte ſe ſubdivide em Pacticio, Conſuetudinario, e Ceremonial; ſendo aquelle, o que he proprio da Diſciplina Natural, e que participa das determinaçoens geraes do Direito da Natureza Social.

Como a Lei de 18 de Agoſto de 1769. glorioſo Incentivo deſta Collecçaõ, manda taõ juſtamente obſervar as Leis Patrias, e a eſte fim deva preceder o conhecimento, das que ſe achaõ em ſeu vigor; porque (b) a mudança dos tempos, e a variedade dos caſos, e circumſtancias tem feito declarar humas, ampliar, e revogar ou-

(a) Lei de 24 de Outubro de 1764. no principio.
(b) Wattel, Droit des Gens no Prefac.

(a) A Collecçaõ das Leis, com que a Natureza regulou as acçoens dos Povos livres, e o aggregado dos reciprocos officios, com que ella os ligou para os ſeus intereſſes communs, e para o bem univerſal de toda a Humanidade, conſtitue a quarta, e ultima eſpecie do Direito Natural conhecida pelo nome do Direito das Gentes, *Eſtat. da Univerſ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 6. §. 5.*
(b) Lei de 20 de Dezembro de 1766 no principio.

outras; eu ajunto aqui as Remiſſoẽs, que fiz das reſpectivas Leis Noviſſimas aos competentes lugares da Ordenaçaõ; porque deſta fórma ellas nos moſtraõ (com as outras Leis, que já ſe margenaraõ nas Novas Ordenaçoens) toda a clareza da noſſa Legislatura; para o que tambem nos conduz a Relaçaõ de todas as Leis, e mais Diſpoſiçoens Noviſſimas, que vai no fim deſte livro. Naõ me pareceo finalmente eſtranho ajuntar aqui as Remiſſoens das Notas do novo Repertorio da Ordenaçaõ; porque ellas nos fazem mais ſuave o trabalho, que he indiſpenſavel na ſua ordem, e nos moſtraõ no competente lugar as Notas de cada texto para a ſua mais prompta execuçaõ. Longe porém de nós todas aquellas ampliaçoens, e reſtricçoens, que encontrarmos nas doutrinas, a que ſe referem as meſmas Notas, naõ ſendo ellas deduzidas do eſpirito das Leis, „ ſig-„ nificado pelas palavras dellas, tomadas „ no ſeu genuino, e natural ſentido. Longe, longe de nós „ aquellas interpreta-„ çoens abuſivas, que offendem a mageſ-„ tade das Leis, deſautoriſaõ a reputaçaõ dos

„ dos Magiſtrados, e tem perplexa a juſ-„ tiça dos litigantes.

Eſtas palavras da Lei de 18 de Agoſto de 1769. ou (para dizer tudo de huma vez) toda eſta taõ providente Lei com a ſua verdadeira, e unica Intelligencia (a) ha de ſer a Eſtrella, que nos guie, e nos illuſtre, para fugirmos do mal, abraçando o bem; quero dizer, para por meio de huma depurada criſi fazermos a devida ſellecçaõ das doutrinas daquellas Notas, tendo muito em lembrança, e jamais perdendo de viſta „ as cautelas, com que devem ſer li-„ das as referidas Obras, e o uſo ſaudavel, „ que dellas ſe póde ainda fazer. (b)

(a) Eſtat. da Univ. de Coimb. *Liv.* 2. *tit.* 5. *cap.* 2. *e* 3.

(b) Fallaõ aſſim dos Authores Reinicolas os Eſtat. da Univ. de Coimb. *Liv.* 2. *tit.* 3. *cap.* 9. §. 11.

PRINCIPIOS

DO DIREITO DIVINO, NATURAL, PUBLICO UNIVERSAL, E DAS GENTES,

ADOPTADOS

Pelas Ordenaçoens, Leis, Decretos, e mais Disposiçoens do Reino de Portugal.

A

1 A CADA hum se deve dar, o que he seu, Ord. liv. 2. tit. 32 no princip. liv. 5. tit. 6. §. 20. e tit. 62. §. 3. e 4. Alv. de 5. de Junho de 1595. e de 29. de Janeiro de 1643. no Prolog. e Confirm. da Ord.

2 A outrem naõ faças, o que para ti naõ queres, Ord. liv. 3. tit. 38. no princip. e §. 2. no fim, e liv. 5. tit. 95. §. 2.

3 Abona a outrem, quem o nomeia em seu lugar, Ord. liv. 1. tit. 77. §. 4. e tit. 96. aliàs 97. §. 1. Lei de 21. de Mayo de 1751. cap. 2. §. fin.

4 Absolviçaõ, e condemnaçaõ devem regular-se pelas provas, Ord. liv. 3. tit. 52. no fim do princip. e tit. 66. no princip. e §. 1.

5 Absurdos se seguem de outros por natural consequencia, Lei de 23. de Novembro de 1770. §. E representando-me.

6 Abundante de bens naõ ſe preſume, que falte á inteireza, com que ſe deve ſervir ao Principe, Ord. liv. 1. tit. 1. no princip.

7 Abuſos, e corruptelas naõ ſe devem admittir, Lei de 11. de Dezembro de 1748. Lei de 17. de Agoſto de 1761. §. 3. e Lei de 18 de Agoſto de 1769. §. 14.

8 Abuſoens naõ ſe devem conſentir nos povos, Ord. liv. 5. tit. 3. §. fin.

9 Acceſſorio ſegue o principal, Ord. liv. 1. tit. 24. §. 4. e tit. 27. §. 7. liv. 2. tit. 7. no princ. e tit. 26. §. 20. liv. 3. tit. 82. §. 3. tit. 86. §. 31. e tit. 87. §. 14. liv. 4. tit. 53. §. 2. e tit. 96. §. 7. liv. 5. tit. 38. §. fin. Aſſent. de 13. de Abril de 1618. Coll. 3. liv. 1. tit. 4.

10 Acceſſorio naõ póde ſubſiſtir, naõ ſubſiſtindo o principal, Ord. liv. 4. tit. 37. §. 4. tit. 67. §. 8. e tit. 87. §. 8.

11 Acçoens, e factos moſtraõ a intençaõ, com que ſe obra, Ord. liv. 4. tit. 99. §. 6. liv. 5. tit. 76. §. 3.

12 Acçoens, e factos julgaõ a cada hum, Ord. liv. 4. tit. 81. §. 2. liv. 5. tit. 136. no princip. Alv. de 28. de Abril de 1681. na Coll. 1. liv. 1. tit. 33.

13 Achar a delinquir prova o maleficio, Ord. liv. 5. tit. 15. no princ. tit. 113. no princip. tit. 115. §. 2. e tit. 144. no princip. Alv. de 20. de Setembro de 1710. na Coll. 1. liv. 5. tit. 112.

14 Achar com o prohibido eſcuſa de outra prova, Ord. liv. 5. tit. 80. no princip. e quaſi por todo o tit. e tit. 112. no princip. e §. 1. Pragmatica de 24. de Mayo de 1749. cap. 19 no fim.

15 Acordo da maior parte prevalece ao da menor, Ord. liv. 1. tit. 66. §. 28. liv. 3. tit. 78. §. 8. liv. 4. tit. 36. §. 1.

16 Acto perfeito, e approvado pelas partes naõ póde impugnar-ſe por alguma dellas, Ord. liv. 4. tit. 2. no princip. tit. 63. no princip. e tit. 96. §. 18.

17 Acto ſe desfaz com as meſmas ſolemnidades, com que foi feito, Ord. liv. 1. tit. 66. §. 28. liv. 3. tit. 59. §. 3. e 11. Alv. de 2. de Janeiro de 1606. na Coll. 1. liv. 1. tit. 51.

18 Acto, que naõ teve effeito, he como ſe naõ fizeſſe, Ord. liv. 4. tit. 37. §. 5. e tit. 81. §. 6.

19 Acto ſe julga pelo fim, a que ſe dirige, Ord. liv. 5. tit. 35. no princip. e tit. 36. §. 1.

20 Acto, que no principio he de vontade, depois de feito he de neceſſidade, Ord. liv. 3. tit. 6. §. 2. tit. 11. §. 1. e tit. 26. §. 1. liv. 4. tit. 2. no princ. tit. 37. §. 1. tit. 44. §. 8. e tit. 96. §. 18.

21 Acto ſubſequente declara a intençaõ do precedente, Alv. de 18. de Fevereiro de 1766.

22 Acto ſe naõ diz perfeito, quando ainda lhe falta alguma couſa, Aſſento de 5. de Abril de 1770.

23 Acto. Sempre no acto ſe deve attender á principal intençaõ, com que ſe obra, Ord. liv. 2. tit. 5. §. 4.

24 Acto, que no principio he valido, naõ ſubſiſte, ſe depois vem caſo, em que naõ podia principiar, nem ter effeito, Ord. liv. 4. tit. 81. §. 6. liv. 5. tit. 6. §. 19. no fim.

25 Acto, que no principio he feito em tempo habil, fica ſempre valido, ainda que venha caſo, em que naõ podia principiar, ſe com tudo póde ter effeito, Ord. liv. 4. tit. 81. no princip.

26 Acto, que ao principio he nullo, naõ póde vir a ſer valido pelo decurſo do tempo, Ord. liv. 3. tit.

75. §. 1. liv. 4. tit. 50. §. 2.

27 Acto bem ordenado deve em duvida julgar-se feito, por quem eſtá em perfeito juizo, Ord. liv. 4. tit. 81. §. 2.

28 Acto culpavel, e digno de caſtigo naõ póde dizer-ſe, que o Soberano o quer approvar, Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 14.

29 Acto vaõ, e inutil naõ ſe preſume, que alguem o queira fazer, Ord. liv. 4. tit. 50. §. 1.

30 Actos declaraõ a vontade, e o animo, Ord. liv. 3. tit. 21. no princip. §. 1. e 2. tit. 69. §. 4. tit. 70. no princip. e tit. 80. §. 2. liv. 4. tit. 19. §. 1.

31 Actos, que ſaõ ordenados para o tempo da morte, ſe podem mudar, e revogar até a morte, Ord. liv. 4. tit. 37. no princip.

32 Actos devem fazer-ſe com as ſolemnidades, que as Leis preſcrevem, Ord. liv. 1. tit. 16. §. 2. tit. 58. §. 17. e tit. 66. §. 29.

33 Actos ſaõ nullos, quando ſe fazem contra a ordem, e mandado do Principe, Ord. liv. 3. tit. 18. §. 1. Alv. 1. de 11. de Junho de 1765.

34 Actos ſaõ nullos, aonde naõ ſe guarda a fórma da Lei, Ord. liv. 1. tit. 58. §. 17. e tit. 66. §. 29.

35 Actos ſaõ nullos, quando falta, ou he nulla a citaçaõ, Ord. liv. 3. tit. 63. §. 2. tit. 75. no princip.

36 Actos Civis requerem a authoridade do Direito Civil, Ord. liv. 4. tit. 81. §. 6.

37 Accuſar naõ ſe deve, quem foi já livre da culpa, Ord. liv. 5. tit. 131. no princip. e §. 1.

38 Addiçaõ naõ muda a ſubſtancia da couſa, a que ſe ajunta, Ord. liv. 3. tit. 1. §. 7.

39. Ad-

39 Admoeſtar na preſença de outros cauſa vergonha, Ord. liv. 1. tit. 1. §. 45.

40 Adivinhar ninguem póde, Ord. liv. 4. tit. 24. no fim do princip. liv. 5. tit. 3. §. 2.

41 Advertencia conduz para a emenda, Ord. liv. 1. tit. 1. §. 45.

42 Affectado. O que he affectado, naõ ſe faz attendivel, Lei de 9. de Julho 1642. na Coll. 1. liv. 2. tit. 25. Lei de 25. de Janeiro de 1755. e Lei de 17. de Janeiro de 1757.

43 Afflicçaõ naõ ſe deve accreſcentar ao afflicto, Ord. liv. 3. tit. 9. §. 9. e 10. Lei de 3. de Dezembro de 1755. Decreto de 14. de Fevereiro de 1761.

44 Afflicçaõ diſpoem a crer tudo, o que ſe quer perſuadir, Lei de 25. de Junho de 1766. no princip.

45 Agricultura. He louvavel o exercicio, e applicaçaõ á agricultura, Alv. de 4. de Julho de 1758.

46 Agricultura. He honrado o exercicio da agricultura, Directorio dos Indios do Pará §. 17. confirmado pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

47 Agricultura deve favorecer-ſe, e attender-ſe pelas Leis, Ord. liv. 3. tit. 86. §. 24. liv. 4. tit. 43. §. 13. Lei de 26. de Outubro de 1765. Lei de 23. de Julho de 1766. §. 2. Lei de 18. de Janeiro, e Lei de 4. de Fevereiro de 1773.

48 Agricultura, e os ſeus cuidados naõ ſe compadecem com as applicaçoens literarias, Alv. 3. de 13. de Março de 1772.

49 Ajudar, e dar favor nos delictos, he igualmente delinquir, Ord. liv. 1. tit. 58. §. 35. liv. 5. tit. 63. §. 1. e tit. 66. §. 6.

50 Allegar naõ baſta: he neceſſario provar, o que

ſe

ſe allega, Ord. liv. 1. tit. 65. §. 27. liv. 4. tit. 43. §. 1. liv. 5. tit. 141. §. 4.

51 Aleivoſia he huma maldade commettida atraiçoadamente ſob moſtrança de amizade, Ord. liv. 5. tit. 37. no princip.

52 Alheio. O que he alheio, naõ conſtitue o noſſo patrimonio, Ord. liv. 1. tit. 87. aliàs 88. §. 4. liv. 5. tit. 6. §. 20.

53 Alimentos naõ admittem dilaçaõ, Ord. liv. 4. tit. 78. §. 3. Lei de 9. de Julho de 1763. no princip. e Alv. do meſmo dia, e anno §. 11.

54 Alimentos naõ devem impedir-ſe, Ord. liv. 4. tit. 78. §. 3.

55 Alimentos proprios devem primeiro attender-ſe, Ord. liv. 4. tit. 74. no princip.

56 Alimentos ſe regulaõ pelos bens, de quem os dá, Ord. liv. 3 tit. 9. §. 4. no fim.

57 Alimentos devem preſtar-ſe conforme a qualidade dos alimentados, Ord. liv. 4. tit. 103. §. 1. e tit. 107. no princip. liv. 5. tit. 113. §. 2. e 8.

58 Alternativas diſpoſiçoens ſe enchem com o cumprimento de huma das partes, Ord. liv. 2. tit. 11. §. 5. e tit. 27. §. fin. liv. 3. tit. 45. §. 3. liv. 4. tit. 96. §. 5. 8. e 11. e tit. 97 §. 13. e 15. liv. 5. tit. 23. no princip. e tit. 128. §. 1.

59 Ambiçaõ deſordenada deve coarctar-ſe, Alv. de 23. de Mayo de 1698. no princip. Coll. 1. liv. 4. tit. 70. Lei de 26. de Outubro de 1765. no princip.

60 Amizade eſtreita cauſa affeiçaõ, Ord. liv. 3. tit. 98. no princip. liv. 5. tit. 71. no princip.

61 Amizade eſtreita he ſuſpeitoſa, Ord. liv. 5. tit. 6. §. fin. tit. 37. §. 3. e tit. 71. no princip.

62 Amizade eſtreita impede declarar a verdade, Ord. liv.

liv. 1. tit. 85. aliàs 86. no princip.

63 Amor, e odio perturbao o animo, Ord. liv. 1. tit. 1. no princip.

64. Amor, e odio impedem guardar-ſe igualmente juſtiça, Ord. liv. 1. tit. 1. no princip. liv. 3. tit. 45. §. 3. Alv. 2. de 18. de Janeiro de 1773.

65 Amor, e odio grande fazem diminuir a fé, e credito, Ord. liv. 5. tit. 6. §. 29. e tit. 37. §. fin.

66 Amor entre pais, e filhos he taõ grande, que naõ ſe preſume, que falte nelles, Ord. liv. 4. tit. 82. §. 3 e 4.

67 Amortiſaçaõ de bens he contraria á utilidade publica, e bem-commum dos Povos, Lei de 3. de Agoſto de 1770 no fim do princip.

68 Amortiſaçaõ de bens ſó póde ter validade pela confirmaçaõ dos Principes, Lei de 3. de Agoſto de 1770. no princip.

69 Amortiſaçaõ de bens (nos morgados) he neceſſaria nos Governos Monarchicos, para o eſtabelecimento, e conſervaçaõ da Nobreza, e para que hajaõ Nobres, que poſſaõ com decencia ſervir ao Rei, e ao Reino, tanto na paz como na guerra, Lei de 3. de Agoſto de 1770.

70 Animo aonde naõ ha de delinquir, naõ ha delicto, Ord. liv. 5. tit. 35. no princip. tit. 36. §. fin. e tit. 39. §. 3.

71 Animo, que ſe applaca com palavras brandas, naõ ſe diz ſer conſtrangido, Ord. liv. 4. tit. 84. §. 4. no fim.

72 Animo ſe conhece pelos factos, Ord. liv. 4. tit. 82. no princip. e tit. 99. §. 6.

73 Antecedente deſtruido, naõ ſe dá a conſeqnencia, Ord. liv. 3. tit. 41. §. 1.

74 Antecedente. Quem quer o antecedente, quer a conſequencia, Ord. liv. 4. tit. 50. §. 3.

75 Antiguidade maior dá em concurſo preferencia, Ord.

Ord. liv. 3. tit. 19. §. 7. Cart. Reg. de 19. de Junho de 1649. na Coll. 2. liv. 1. tit. 48. Aſſento de 6. de Agoſto de 1748.

76 Antiguidade dos cargos merece maior attençaõ, Ord. liv. 1. tit. 1. §. 23. e 48. tit. 4. §. 17. e tit. 35. §. 7. Regimento da Caſa da Supplicaçaõ de 7. de Junho de 1605. §. 12. na Coll. 1. liv. 1. tit. 1. Decreto de 25. de Agoſto de 1762.

77 Antiguidade do tempo he cauſa de ſe poder allegar ignorancia, Alv. de 2. de Abril de 1641. Alv. de 3. de Agoſto de 1689. e Alv. de 25. de Julho de 1695. todos na Coll. 1. liv. 5. tit. 86.

78 Antiguidade. Os edificios, eſtatuas, marmores, medalhas, moedas, e mais artefactos ſaõ hum meio proprio, e adequado, para verificar muitas noticias da veneravel antiguidade, Alv. de 20. de Agoſto de 1721. na Coll. 1. liv. 5. tit. 12.

79 Approvaçaõ de hum acto ſe extende a tudo, que he inherente ao meſmo acto, Ord. liv. 4. tit. 52. no princip.

80 Approvaçaõ, e conſentimento naõ ſe extende, ao que ſe ignora, Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 14.

81 Approvado o que he huma vez, naõ póde jamais reprovar-ſe, Ord. liv. 3. tit. 31. §. fin. tit. 33. §. 3. tit. 55. §. fin. e tit. 70. no princip. liv. 4. tit. 17. §. 1. e tit. 51. §. 4.

82 Approvado. O que a todos toca, por todos deve approvar-ſe, Ord. liv. 1. tit. 62. §. 73. tit. 66. §. 9. e 28. Aſſent. de 11. de Janeiro de 1653. na Coll. 3. liv. 3. tit. 78. §. 8.

83 Approvar. Grandes prejuizos ſe ſeguem ao ſerviço de Deos, e ao bem univerſal da Igreja, e do Eſtado, quando nas Eſcolas publicas ſe approvaõ, os que ſe devem

vem reprovar, e quando ſe reprovaõ, os que ſe devem approvar, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 4. cap. 5. §. 69. e cap. 6. §. 89.

84 Approvar o delicto he tambem delinquir, Ord. liv. 4. tit. 44. §. 3. liv. 5. tit. 53. §. 1. e tit. 63. §. 1.

85 Approvar as peſſoas ſe julga, quem dellas ſe ſerve, Ord. liv. 1. tit. 97. §. 1. liv. 4. tit. 53. §. 5.

86 Approvar huma couſa he o meſmo, que faze-la, Ord. liv. 2. tit. 35. §. fin. e tit. 50. no princip. liv. 5. tit. 74. no princip. Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 4.

87 Arbitrio deſarazoado naõ obriga a eſtar por elle, Ord. liv. 4. tit. 1. §. 1.

88 Argumento vale de ſemelhante a ſemelhante, Ord. liv. 3. tit. 25 §. 5. no fim, e tit. 69. no princip.

89 Arithmetica he o fundamento, e principio de todo, e qualquer negocio, Eſtat. da Aul. do Commerc. §. 11. confirmados pelo Alv. de 19. de Mayo de 1759.

90 Armas, e letras tem entre ſi reciproca neceſſidade, Alvarás da confirmaçaõ das Ordenaçoens de 5. de Junho de 1595. e de 29. de Janeiro de 1643.

91. Armas, e letras ſaõ igualmente attendidas pelas Leis, Ord. liv. 4. tit. 50. §. 4. e tit. 97. §. 18.

92 Armas, e letras ſaõ neceſſarias para o decoro, e conſervaçaõ do Eſtado, Alv. de Lei de 24. de Fevereiro de 1764. §. 21.

93 Armas aſſociadas pelas letras conſtituem o eſtabelicimento da Monarchia, Cart. Reg. de 23. de Dezembro de 1770 no princip. do Compend. Hiſtor. da Univerſid. de Coimbra.

94 Armas naõ ſe devem dar aos inimigos, Ord. liv. 5. tit. 109. no princip.

95 Arrependimento em tempo merece attençaõ, Ord. liv. 3. tit. 26. no princip. tit. 34. no princip. e tit. 36. no princip. liv. 4. tit. 19. no princip. e §. 1. no fim.

96 Arrependimento em tempo livra da pena, Ord. liv. 3. tit. 9. §. 1. e tit. 22. §. 3. liv. 5. tit. 6. §. 12.

97 Arroidos devem evitar-se, Ord. liv. 1. tit. 65. §. 37. liv. 2. tit. 1. §. 12. liv. 4. tit. 95. §. 2.

98 Arte Militar se segura com as Leis, e estas se mantem com a força das Armas, Alvarás da confirm. das Ordenaçoens de 5. de Junho de 1595. e de 29. de Janeiro de 1643.

99 Arte para dizer-se, que se sabe, basta saber-se meâmente, Ord. liv. 4. tit. 17. §. 4.

100 Artes mecanicas saõ uteis ao Reino, Decreto de 18. de Abril de 1761.

101 Artes Fabris constituem os elementos das felicidades dos Reinos, e as maõs, e braços do Corpo politico, Estat. da Junt. do Commerc. cap. 17. confirmados pelo Alv. de 16. de Dezembro de 1756. Lei de 6. Novembro de 1772. no princ.

102 Artes. Deve facilitar-se, o que conduz para o adiantamento das Artes, Decreto de 18. de Abril de 1761.

103 Artigos impertinentes saõ, os que naõ fazem a bem da justiça das partes, Ord. liv. 3. tit. 20. §. 35.

104 Artigos para se provarem, devem fundar-se em factos, Ord. liv. 3. tit. 53. §. 7.

105 Assassinos, e roubadores saõ inimigos communs, Alv. de Lei de 20. de Outubro de 1763.

106 Asseio constitue huma mui importante parte da Disciplina militar, Lei de 24. Março de 1764.

107 Assentir naõ se julga naquillo, que se impugna por factos claros, e decisivos, Lei de 23 de Novembro de 1770. §. segundo pertexto.

108 Aspecto mostra a idade, Ord. liv. 2. tit. 54. no princip.

109 Assuada he huma ajuntamento de gente, além da que cada hum tem em sua casa, para fazer mal, ou damno

no a alguma pessoa, Ord. liv. 5. tit. 45. §. 1.

110 Attentado he o que se obra, depois de estar interposto o recurso, Ord. liv. 3. tit. 73. no princip. e tit. 78. §. 2. e 5.

111 Avaliaçaõ se deve fazer pelo valor, e estimaçaõ commua, Ord. liv. 4. tit. 11. §. fin.

112 Audiencia naõ se deve negar, a quem pertende evitar o seu prejuizo, Assent. 3. de 5. de Dezembro de 1770.

113 Aulas. O exercicio das aulas he o mais util para os progressos literarios, Instruc. para os Professor. da Gramat. Latin. §. 15. de 28. de Junho de 1759.

114 Aulas. Só se devem regular nas Aulas as honras, e distincçoens pela maior applicaçaõ, e diligencia, Estat. da Univers. de Coimb. liv. 1. tit. 4. cap. 1. §. 27. e 29. no fim.

115 Ausencia por mandado do Principe, ou por causa da Republica dá escusa justificada, Ord. liv. 3. tit. 10. §. fin. liv. 4. tit. 44. §. 8. Lei de 14. de Abril de 1764. §. 4.

116 Ausencia por mandado do Principe a ninguem traz damno, Ord. liv. 1. tit. 6. §. 18. tit. 27. §. 8. e liv. 2. tit. 55. §. 2.

117 Ausencia affectada, e voluntaria naõ he para attender-se, Ord. liv. 4. tit. 51. §. 2. Liv. 5. tit. 124. §. 10. Assento de 4. de Novembro de 1770.

118 Ausencia por industria de outrem naõ póde prejudicar, Assento de 13. de Fevereiro de 1755.

119 Ausente senaõ diz, o que brevemente ha de tornar, Ord. liv. 1. tit. 67. §. 6. e tit. 73. no princip.

120 Authoridade circumspecta concilia, e conserva o respeito, Cart. do Restab. do Real Colleg. dos Nob. de 7. de Março de 1761. tit. 2. §. 1.

121 Authoridade, e confiança, que se faz das pessoas,

 suppre

ſuppre o numero dellas, Ord. liv. 3. tit. 95. §. 6.

122 Autor deve ſeguir o foro do Reo, Ord. liv. 3. tit. 5. §. 1. e 3. tit. 11. no princip. e tit. 45. §. 10. Alv. de 25. de Agoſto de 1636. na Coll. 1. liv. 3. tit. 5. Aſſent. 3. de 23. de Novembro de 1769.

123 Autor deve provar inteiramente a ſua intençaõ, Ord. liv. 3. tit. 52. no fim do princip. liv. 4. tit. 17. §. 5. e 7.

124 Autor naõ provando a ſua intençaõ, he o Reo abſoluto, Ord. liv. 3. tit. 52. no fim do princip. lib. 4. tit. 82. §. 2. liv. 5. tit. 118. no princip. e tit. 126. §. 3.

125 Autor póde intentar a ſua acçaõ, quando quizer, Ord. liv. 3. tit. 55. §. 8.

126 Autor deve ter preſtes todas as couzas neceſſarias, antes de intentar a ſua acçaõ, Ord. liv. 3. tit. 20. §. 2.

127 Auxilio Divino. Toda a acçaõ do Homem Chriſtaõ deve principiar por invocar o Auxilio Divino para o bom acerto, Ord. liv. 1. tit. 35. §. 4. Eſtat. da Univerſ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 5. §. 13. e tit. 11. cap. 2. §. 3.

128 Axiomas certos, e indubitaveis ſe coſtumaõ deduzir das deffiniçoens, Eſtat. da Univerſ. de Coimb. liv. 2. tit. 5. cap. 1. §. 29.

B

1 BArbaridade das linguas moſtra a ignorancia das Naçoens, Alv. de 30. de Setembro de 1770.

2 Barbaridade inſenſivelmente ſe deſterra, e civiliſa com o exercicio dos Theatros publicos bem regulados, Alv. de 17. de Julho de 1771.

3 Barbaridade de coſtumes ſe deſterra dos povos ruſticos pelo meio efficaz de lhes introduzir o idioma da Naçaõ

çaõ, que os conquiſtou, Direct. dos Ind. do Pará §. 6. confirmado pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

4 Bellas-letras naõ baſta que floreçaõ, ſe com ellas naõ ſe aprendem, e cultivaõ os bons coſtumes, Cart. do Reſtab. do Real. Colleg. dos Nob. de 7. de Março de 1761. tit. 1. §. 1.

5 Bemaventurança eterna he o maior fim do Homem, Alv. de 6. de Junho de 1755. no princip.

6 Bemaventurança eterna he o ultimo fim do Homem, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 58.

7 Bemaventurança eterna conſtitue o objecto da Divina fundaçaõ da Igreja, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 1. §. 45.

8 Bem-commum deve a tudo preferir, Lei de 13. de Novembro de 1756. Lei de 21. de Outubro de 1763.

9 ao Bem commum, e univerſal deve ceder a utilidade, e intereſſe dos Particulares, Lei de 6. de Novembro de 1772. no princ. Decret. de 7. de Dezembro de 1772.

10 Bem-commum deve attender-ſe, Ord. liv. 1. tit. 66. §. 29. e liv. 2. tit. 37. no princip.

11 Bem-commum, e ſocego publico conſiſtem eſſenſialmente na perfeita harmonia entre o Sacerdocio, e o Imperio, para ſe ajudar hum ao outro nos caſos occorrentes, Lei de 5. de Abril de 1768. §. 3.

12 Bem-commum. Os que concorrem para o Bem-commum da Patria, concorrem para o ſeu proprio intereſſe particular, Alv. de 11. de Maio de 1770.

13 Bem-commum reſulta aos Eſtados do honeſto trabalho, dos que vivem ſem ocioſidade, Lei de 25. de Junho de 1760. §. 18.

14 Beneficio, e graça póde renunciar aquelle, a quem ſe concendem, Ord. liv. 1. tit. 85. §. 3. Liv. 3. tit. 6. §. 2. tit. 9. §. 2. tit. 37. §. 3. e tit. 86. §. 28. Alv. de 29. de Abril de 1766.

15 Be-

15 Beneficio he vaõ, e fruſtrado, quando naõ dá commodo algum a quem o recebe, Ord. liv. 4. tit. 50. §. 1.

16 Benemeritos ſaõ dignos de attender-ſe, Alv. de 9. de Setembro de 1644. na Coll. 1. liv. 2. tit. 46. Decret. de 16. de Julho de 1672. na Coll. 2. liv. 5. tit. 52. Lei 1. de 22. de Dezembro de 1761. no princip.

17 Benemeritos. Os mais benemeritos devem em concurſo preferir, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. cap. 1. §. 2.

18 Bens dos Vaſſallos por todos os direitos eſtaõ ſubjeitos, e obrigados aos encargos, e collectas publicas, Alv. de 20. de Setembro de 1768.

19 Bens naõ ſe dizem proprios, ſem tirar, o que ſe deve, Ord. liv. 5. tit. 6. §. 20. e no liv. 1. tit. 87. §. 4. Regim. dos Nov. Direitos §. Das mercês na Coll. 1. liv. 1. tit. 2.

20 Bens vagos ſaõ aquelles, de que naõ ſe acha ſenhor certo, Ord. liv. 1. tit. 26. §. 17.

21 Bens conſervaõ a nobreza dos aſcendentes, Alv. de 2. de Mayo de 1647. na Coll. 1. liv. 2. tit. 35.

22 Bens ſe dizem deſamparados, quando naõ ha herdeiros, ou quando eſtes os naõ acceitaõ, Ord. liv. 3. tit. 18. §. 9.

23 Bens. Livre he o uſo dos bens de cada qual, Alv. de 6. de Junho de 1755. §. E porque.

24 Blaſfemias ninguem deve proferir contra Deos, ou ſua Santa Fé, Ord. liv. 5. tit. 2. no princip. e tit. 117. no princ.

25 Blaſoens de armas, e appellidos ſaõ certos ſignaes da nobreza, e honra, dos que por honroſos feitos os ganharaõ, Ord. liv. 5. tit. 92

26 Blaſoens de armas, e appellidos ſe daõ por honroſos feitos, Ord. liv. 5. tit. 92. no princip.

27 Boa-fé he indiſpenſavel no commercio, Alv. de 29. de

de Julho de 1758. Alv. de 30. de Mayo de 1759.

28 Boa-fé. Naõ ha ſociedade, ou commercio algum, que poſſa ſubſiſtir ſem boa-fé, Alvará de 16. de Novembro de 1771. no princip.

29 Boa-fé. Os verdadeiros, e bons negociantes tem a boa-fé por util, e ſólido fundamento dos ſeus iutereſſes, Lei de 16. de Dezembro de 1771. §. Attendendo.

30 Boa-fé, e reputaçaõ de hum verdadeiro negociante deve ſer illibada, e izenta de opinioens na commua eſtimaçaõ das gentes, Alv. de 30. de Outubro de 1762.

31 Boa-fé naõ prejudica, nem obriga a reſtituir, o que com ella ſe diſpende, Aſſent. ult. de 5. de Dezembro de 1770.

32 Boa-fé naõ permitte, que a meſma couza ſe peça duas vezes, Ord. liv. 3. tit. 36. no princip. liv. 4. tit. 23. §. fin.

33 Bom ſe preſume, o que he de boa linhagem, Ord. liv. 1. tit. 74. no princip.

34 Bom naõ ſe preſume, que obre mal, Ord. liv. 5. tit. 113. §. 5. no fim.

35 Bons ſaõ offendidos, e affrontados, aonde ſe ſofrem os malfeitores, Ord. liv. 2. tit. 3. no princip.

36 Bons devem ſer premiados; e caſtigados os máos, Ord. liv. 1. tit. 1. §. 45. Alvarás da confirmaçaõ das Ordenaçoens de 5. de Junho de 1593. e de 29. de Janeiro de 1643.

37 Bons haõ de ſer convidados com a eſperança do premio, para bem ſervirem, Alv. de 28. de Abril de 1681. na Coll. 1. liv. 1. tit. 33.

38 Bons haõ de ſer convidados com o premio para a perſeverança dos ſeus legitimos intentos, Regim. de 3. de Dezembro de 1750. cap. 10.

39 Brevidade na adminiſtraçaõ da juſtiça, he o principal reſpeito, que deve haver, Ord. liv. 1. tit. 1. §. 28.

tit.

tit. 24. §. 41. liv. 2. tit. 45. §. 32. Cart. de 23. de Setembro de 1623. na Coll. 2. liv. 1. tit. 5.

40 Brevidade na expediçaõ dos negocios convem ao ſerviço de Deos, e boa adminiſtraçaõ da Juſtiça, Alv. de 24. de Julho de 1713. na Coll. 1. liv. 1. do novo Regim. dos Deſemb. do Paço.

C

1 CApacidade das peſſoas ſe conhece, ou pela ſatisfaçaõ, que tem dado nas occupaçoens ſervidas, ou pela ſua vida, e coſtumes, Alv. de 28 de Abril de 1681. na Coll. 1. liv. 1. tit. 33.

2 Carcere privado ninguem póde fazer, Ord. liv. 5. tit. 95.

3 Cargo. O que eſtá em mais diſtincto, e elevado he mais culpavel nos abuſos, e relaxaçoens, que ſe introduzirem na ſua corporaçaõ, Eſtatut. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 1. tit. 7. cap. 2. §. 3.

4 Cargos pertencentes á Nobreza, ſó por ella devem ſervir-ſe, Alv. de 5. de Abril de 1678. na Coll. 1. liv. 1. tit. 67.

5 Cargos naõ ſaõ bem ſervidos, por quem lhe falta a inteira noticia das reſpectivas leis, privilegios, e eſtylos, Alv. de 15. de Outubro de 1616. na Coll. 1. liv. 2. tit. 12.

6 Cargos. Só devem eleger-ſe para cargos de muita confiança, e authoridade as peſſoas mais dignas, e mais diſtinctas em qualidade, e procedimento, Regim. de 4. de Março de 1751. cap. 4. §. 2.

7 Cargos ſaõ de maior trabalho na ſua creaçaõ, Lei de 21. Mayo de 1751. cap. 2.

8 Caridade, e devoçaõ ſaõ virtudes muito louvaveis, Lei de 25. de Junho de 1760. §. 18.

9 Caridade bem ordenada principia por ſi, Ord. liv. 4. tit. 74. no fim do princip. Alvará de 26. de Fevereiro de 1771. no Verſ. Primeiro.

10 Caridade naõ permitte, que alguem pereça por falta do neceſſario, Carta 7. de 21. de Outubro de 1757. ſobre o Motim, e Sediçaõ do Porto.

11 Caſa de Deos naõ deve ſer pertexto, para facilitar diſtracçoens, Alv. 1. de 13. de Março de 1772.

12 Caſo, que naõ he comprehendido na Lei, naõ merece a ſua pena, Alvará de 2. de Outubro de 1603. na Coll. 1. liv. 2. tit. 13.

13 Caſo, que já eſtá determinado, naõ neceſſita de outra averiguaçaõ, Ord. liv. 3. tit. 86. §. 16. Alv. de 12. de Junho de 1769. no princip.

14 Caſo omiſſo fica omiſſo, e naõ comprehendido, Aſſent. de 24. de Janeiro de 1615. na Coll. 3. liv. 3. tit. 70.

15 Caſos das Leis antecedentes ficaõ em ſeu vigor, quando pelas ſubſequentes expreſſamente ſenaõ revogaõ, Alv. de 28 de Abril de 1681. na Coll. 1. liv. 1. tit. 33. Alv. de 20 de Julho de 1686. na Coll. 1. liv. 1. tit. 77.

16 Caſos muito raras vezes ſaõ ſemelhantes em todas as ſuas circumſtancias, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 23.

17 Caſos fortuitos a ninguem ſe deve imputar, Ord. liv. 4. tit. 27. no princip. e tit. 53. §. 3. liv. 5. tit. 113. §. 4. Alv. de 28. de Abril de 1736. na Coll. 1. liv. 1. tit. 34. Alv. de 12. de Março de 1760.

18 Caſos fortuitos, quando ha culpa, naõ livraõ, Ord. liv. 4. tit. 53. §. 3.

19 Caſos determinados pelo Principe tem força de Lei, Ord. liv. 2. tit. 35. §. 15. 24. e 26. liv. 3. tit. 64. §. 2.

20 Caſos graves pedem prompta providencia, Alv. de 25. de Dezembro de 1608. §. 35. na Coll. 1. liv. 1. tit. 49.

21 Caſos mais graves pedem maior providencia, Ord. liv. 1. tit. 1. §. 6.

22 Caſtigo dos máos he conſervaçaõ dos bons, Alvarás da confirm. das Ordenaçoens de 5. de Junho de 1595. e de 29. de Janeiro de 1643.

23 Caſtigo dos delictos he o meio de mais obrigar a Mageſtade Divina, Carta de 12. de Janeiro de 1639. na Coll. 2. liv. 1. tit. 1.

24 Caſtigo dos delictos conduz para ſe viver em paz, e tranquilidade, Alv. de 12. de Agoſto de 1717. na Coll. 1. liv. 5. tit. 45. Lei de 19 de Outubro de 1754.

25 Caſtigo he meio de evitar os delictos, Alv. de 9. de Dezembro de 1606. na Coll. 1. liv. 5. tit. 62. Alv. de 31. de Março de 1742. §. 7. na Coll. 1. liv. 1. tit. 1. Decreto de 25. de Janeiro de 1675. na Coll. 2. liv. 5. tit. 76.

26 Caſtigo ſevero, e prompto faz ceſſar o eſcandalo, que reſulta dos grandes delictos, Alv. de 18 de Outubro de 1614. na Coll. 1. liv 5. tit. 96. Decret. de 4. de Novembro de 1755.

27 Caſtigo ſevero, e prompto ſerve de exemplo aos máos, e de ſatisfaçaõ aos bons, Carta 1. de 8. de Fevereiro de 1757. ſobre o Motim, e Sediçaõ da Cidade do Porto.

28 Caſtigo. A publica ſatisfaçaõ da Juſtiça, e das partes offendidas ſe intereſſa no caſtigo dos delinquentes. Lei de 19. de Outubro de 1754.

29 Caſtigo breve pede o prejuizo commum, e publico eſcandalo dos crimes mais graves, Lei de 21. de Outubro de 1763. §. 7.

30 Caſtigo tarde executado naõ approveita com o exemplo, Decreto de 25. de Janeiro de 1675. na Coll. 2. liv. 5. tit. 76.

31 Caſtigo. Aos homens de animo corrompido, e de procedimento eſtragado ſó contém o temor do caſtigo, que vem

vem imminente ſobre ſeus delictos, Alv. de 16. de Dezembro de 1771. no princip.

32 Caſtigo. Injuria recebe a Juſtiça, quando ſe procede com lentidaõ no caſtigo dos delinquentes, Alv. de 31. de Março de 1742. §. 2. na Coll. 1. liv. 1. tit. 1.

33 Caſtigo. O conhecimento da impoſſibilidade no caſtigo breve faz precipitar em huma devaſſidaõ de delictos aos homens de animo corrompido, e de procedimento eſtragado, Alv. de 16 de Dezembro de 1771.

34 Caſtigo. Ninguem por nobre, e privilegiado, que ſeja, ha de deixar de paſſar pelo rigor do caſtigo, e diſpoſiçoens das leis, quando commetter delictos, que o mereçaõ. Decreto de 13. de Março de 1637. na Coll. 2. liv. 5. tit. 139.

35 Caſtigo facilita a obſervancia das leis, Alv. de 5. de Outubro de 1742.

36 Caſtiſtigo deve ſer conforme a qualidade da culpa, Ord. liv. 1. tit. 1. §§. 7. 33. e 36. tit. 48. §. 17. liv. 2. tit. 20. no princip. liv. 3. tit. 86. §. 12. liv. 4. tit. 28. no princip. liv. 5. tit. 14. no princip.

37 Caſtigo deve ſer conforme o merecimento do delicto, Ord. liv. 1. tit. 32. §. 1. e tit. 62. §. 32.

38 Caſtigo deve ſer maior, quando a culpa he mais grave, Ord. liv. 5. tit. 37. §. 1. Alv. de 16 de Novembro de 1771.

39 Caſtigo naõ ha de exceder o merecimento da culpa, Decreto de 30. de Setembro de 1693. na Coll. 2. liv. 5. tit. 95.

40 Caſtigo deve haver, aonde a advertencia naõ produzio emenda, Ord. liv. 1. tit. 1. §. 45. Direct. dos Ind. do Par. §. 2. confirm. pelo Alv. de 17 de Agoſto de 1758.

41 Caſtigo naõ deve executar-ſe, ſem que os culpados ſejaõ convencidos, Ord. liv. 2. tit. 1. §. 13. Regim. de 3. de Dezembro de 1705. cap. 10. no fim.

42 Caſtigo moderado nas peſſoas, que eſtaõ debaixo

da adminiſtraçaõ de outrem, naõ he culpa, Ord. liv. 5. tit. 36. §. fin. e tit. 95. §. 4.

43 Caſtigo deve haver naquillo meſmo, em que ſe delinquio, Ord. liv. 5. tit. 92. no princip. e §. 7. e tit. 104. no princip.

44 Captiveiro he contra o Direito Natural, Ord. liv. 4. tit. 42. no princip. Alv. de 30. de Julho de 1609. na Coll. 1. liv. 4. tit. 42.

45 Cauſa juſta deve attender-ſe, Or. liv. 1. tit. 10. §. 10. tit. 73. §. 3. liv. 3. tit. 20. §. 20. tit. 26. §. 1. e tit. 86. §. 20.

46 Cauſa publica he cauſa pia ſuperior a todas as outras, Lei de 9. de Setembro de 1769. no fim do priccip.

47 Cauſa da cauſa he cauſa do ſeu effeito, Ord. liv. 3. tit. 41. §. 3. e 9. Liv. 5. tit. 124. §. 12. Alv. de 12. de Março de 1603. na Coll. 1. liv. 1. tit. 1.

48 Cauſa final das diſpoſiçoens deve inteiramente attender-ſe, Aſſento 4. de 9. de Abril de 1772.

49 Cauſa, aonde principiou, deve tambem acabar, Ord. liv. 2. tit. 1. §. 3. e 8. tit. 9. §. 1. e tit. 63. §. 3. Liv. 3. tit. 11. §. fin.

50 Cauſa ceſſando, ceſſa o ſeu effeito, Ord. liv. 1. tit. 83. no princip. e tit. 87. §. 29. liv. 2. tit. 18. §. fin. e tit. 29. §. 4. e 5. liv. 5. tit. 22. no princip.

51 Cauſas de difficil prova admittem provas menos idoneas, Ord. liv. 5. tit. 135. no princip. §. 1. e 2. Alv. de 30. de Outubro de 1649. na Coll. 1. liv. 2. tit. 63.

52 Cauſas ordinariamente tratadas tem delongas inevitaveis, Aſſent. 2. de 29. de Março de 1770.

53 Cauſas naturaes. Deos, como Autor Natural, Cauſa Univerſal, e Primeira, naõ eſtá obrigado a ſuſpender, impedir, ou embaraçar a ordem, e modo de obrar nas cauſas naturaes; ainda na Familia, e Communidade mais ſancta, na Cidade mais exemplar, e no Reino

no mais reformado nos coſtumes, Prov. do Edit. da Real Meſ. Cenſor. de 30. Abril de 1772.

54 Cauſas de grande importancia naõ convém á boa adminiſtraçaõ da Juſtiça, que ſe determinem ſem recurſo, e por hum ſó Juiz, Alv. de 23. de Fevereiro de 1644. Coll. 1. liv. 1. tit. 14.

55 Certo he, o que ſe refere, ao que o faz certo, Ord. liv. 3. tit. 66. §. 2.

56 Cidades. A uniaõ de muitas familias debaixo do meſmo Imperio commum conſtituio as Cidades, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 4. §. 3.

57 Circuitos devem evitar-ſe, Ord. liv. 3. tit. 87. §. 14. Alv. de 17. de Agoſto de 1768.

58 Circumſtancias nos delictos, ou fazem moderar as penas, ſe moſtraõ menos grave a culpa; ou augmentaõ o caſtigo, ſe aggravaõ o delicto, Alv. de 4. de Setembro de 1765. §. 3.

59 Circumſtancias fazem os factos mais graves, Alv. de 16. de Janeiro de 1768. §. 20. Ord. liv. 5. tit. 36. §. 1.

60 Citaçaõ deve haver antes da condemnaçaõ, Ord. liv. 2. tit. 1. §. 13. Liv. 3. tit. 2. no princip.

61 Citados devem ſer todos aquelles, a que o negocio toca, Aſſent. na Coll. 3. liv. 3. tit. 78. §. 8.

62 Civiliſar aos homens he o proprio meio de os conduzir á Religiaõ, Alv. de 6. de Junho de 1755. Alv. de 8. de Mayo de 1758.

63 Civilidade naſce da communicaçaõ das gentes, Direct. dos Ind. do Par. §. 36. Confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

64 Civilidade, e commercio ſe introduzem nas povoaçoens á proporçaõ do numero dos ſeus habitantes, Direct. dos Ind. do Par. §. 77. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

65 Civilidade deve haver entre os Miniſtros, e Militares

tares, Lei de 21. de Outubro de 1763. §. 6. e 9.

66 Clauſula poſta em contracto nullo he igualmente nulla, Ord. liv. 1. tit. 62. §. 49.

67 Clauſulas poſtas contra a prohibiçaõ das Leis ſaõ de nenhum vigor, Ord. liv. 4. tit. 43. §. fin.

68 Clauſulas por mais exuberantes, que ſejaõ, nunca confirmaõ, o que já eſtá revogado, Ord. liv. 2. tit. 45. §. 11.

69 Clauſulas naõ ſe podem dizer cheias, e ſatisfeitas, quando naõ podem verificar-ſe, Lei de 9. de Setembro de 1769. §. 11.

70 Collectas. A impoſiçaõ das collectas, e ſubſidios neceſſarios para a conſervaçaõ, e defeza do Eſtado conforme as occaſioens, e conjunturas do tempo, he hum dos direitos da Soberania, Ord. liv. 2. tit. 26. Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 3. §. 9.

71 Collectas. A falta do bom methodo na arrecadaçaõ das Collectas cauſa grande deſordem, Alv. de 10 de Novembro de 1772.

72 Collectas, e fintas deve cada hum pagar á proporçaõ, do que tiver, Ord. liv. 1. tit. 65. §. 21. Alv. de 26. de Setembro de 1762.

73 Commerciantes bons, e louvaveis merecem ſer animados, e favorecidos pela protecçaõ dos Principes, Alv. de 9. de Novembro de 1757.

74 Commercio he proveitoſa, neceſſaria, e nobre profiſſaõ, Alv. de 30 de Agoſto de 1770. no princip.

75 Commercio civiliſa as Naçoens, e enriquece os Povos, Direct. dos Ind. do Par. §. 36. confirmado pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

76 Commercio. Bem-commum reſulta do commercio geral, Regim. de 16. de Janeiro de 1751 no princ.

77 Commercio. Tanto a utilidade de cada hum em particular, como a do Bem-publico do Eſtado dependem do

do commercio, Alv. de 5. de Janeiro de 1757.

78 Commercio pelas Companhias Geraes, naõ he ſó indiferente, mas decoroſo ás peſſoas de maior grandeza, e qualidade, Alv. de 5. de Janeiro de 1757.

79 Commercio naõ ſe póde augmentar, nem ainda ſubſiſtir ſem huma mutua fidelidade, Direct. dos Ind. do Pará. §. 38. confirmado pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

80 Commercio deve ſer animado, e protegido pelos Principes, Alv. de 9. de Julho de 1760. e Decreto de 30. de Setembro de 1755.

81 Commercio conſtitue poderoſas as Monarchias, Direct. dos Ind. do Par. §. 36. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

82 Commercio. Facilitar ſe devem os meios de fazer florecer, e dilatar o commercio, Decreto de 30. de Setembro de 1755.

83 Commercio he muito mais digno da attençaõ do Governo Supremo, do que os pleitos judiciaes, e as fabricas civis, e mecanicas, Lei de 30. de Agoſto de 1770. no princip.

84 Commercio. Imperteriveis ſaõ as regras commuas, e maximas geraes, que as Naçoens polidas tem recebido para obſervar o commercio, Decreto de 30. de Setembro de 1755. Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 9.

85 Commercio para florecer, ha de ter huma Junta de homens eſcolhidos, praticos, e de ſaã conſciencia, para que combinando as Leis com as maximas geraes do commercio ſolicitem, o que for mais util ao ſerviço dos Principes, e ao Bem-commum dos Povos, Decreto de 30 de Setembro de 1755.

86 Commercio. He contra a boa razaõ, e regularidade do commercio, introduzir em hum paiz os meſmos generos, que nelle ſuperabundaõ, Alv. de 18. de Setembro de 1768.

87 Com.

87 Commercio. O abatimento do commercio, e a decadencia da cultura das terras arruinaõ o Eſtado, Direct. dos Ind. do Par. §. 35. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto 1758.

88 Commercio. O deſejo dos maiores avanços particulares he deſtructivo de todo o commercio geral, Regim. de 16 de Janeiro de 1751. no princip.

89 Commercio. Deve evitar-ſe, o que he de prejuizo ao commercio, e a quem o deve ſuſtentar, Alv. de 21. de Abril de 1751. §. Item declarando, ultimo

90 Commercio. O que póde empatar o commercio he incompativel com o ſeu livre, e ſucceſſivo giro, Aſſent. 6. de 23. de Novembro de 1769.

91 Commercio. Bem-commum reſulta de ceſſarem as fraudes no commercio, e de ſe animarem, os que nelle ſe empregaõ com boa fé, Lei de 13. de Novembro de 1756. Alv. de 16. de Novembro de 1771.

92 Commercio. A fidelidade, e ſciencia no negocio, e commercio ſó ſe podem conſeguir pelos meios da educaçaõ, e experiencia, Eſtat. dos Merc. cap. 2. §. 27. confirm. pelo Alv. de 16. de Dezembro de 1757.

93 Commercio enche as terras dos frutos, que nellas faltaõ, e que em outras ſobejaõ, Lei de 4. de Fevereiro de 1773.

94 Commercio. Equilibrio naõ ſe póde conſervar na balança do commercio ſem pezos, e medidas, Direct. dos Ind. do Pará §. 38 confirmado pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

95 Commiſſaõ, e omiſſaõ devem caſtigar-ſe conforme a gravidade do caſo, Alv. de 3. de Dezembro de 1750. cap. 1. §. 3.

96 Commiſſoens, e ordens geraes geral, e indiſtinctamente ſe devem cumprir, Aſſent. 2. de 23. de Novembro de 1769.

97 Com-

97 Commiſeraçaõ merecem, os que cahem em inculpavel pobreza, Lei de 13. de Novembro de 1756. §. 23. Lei de 12. de Março de 1760.

98 Commodato he huma conceſſaõ gracioſa, que ſe faz de alguma couza para certo uſo, Ord. liv. 4. tit. 53. no princip.

99 Commodidades, e fortunas de huns ſervem de êſtymulo a outros, Alv. de 6. de Junho de 1755.

100 Commodo quem tem, deve tambem ter o incommodo, Ord. liv. 2. tit. 59. no fim do princip. liv. 4. tit. 48. §. 4. tit. 67. §. 4. e 5. e tit. 96. §. 2. Alv. de 8. de Agoſto de 1618. na Coll. 1. liv. 2. tit. 34.

101 Commodo deve ter, quem tem o incommodo, Ord. liv. 4. tit. 24. §. fin. tit. 44. §. 9. e 10.

102 Commodo naõ merece, quem foge do incommodo, Ord. liv. 4. tit. 102. §. 6.

103 Companhia ſe faz, quando duas, ou mais peſſoas ajuntaõ todos os ſeus bens, ou parte delles para melhor negocio, ou maior ganho, Ord. liv. 4. tit. 44. no princip.

104 Companhias geraes fazem florecer o commercio, Alv. de 5. de Janeiro de 1757.

105 Companhias geraes promovem o commercio, e a agricultura, Alv. de 7. de Junho de 1755. Alv. de 10. de Setembro de 1756.

106 Companhias. A exacta obſervancia das Leis mercantis, e a boa fé do commercio ſaõ as duas bazes, em que ſe ſuſtentaõ a reputaçaõ, e o intereſſe das Companhias de Negocio, Alv. de 30. de Dezembro de 1760.

107 Compenſaçaõ he deſconto de huma divida a outra, Ord. liv. 4. tit. 78. no princip. e §. fin.

108 Competencias, e bandos ſe devem evitar, Ord. liv. 1. tit. 58. §. 9. e tit. 60. §. 14.

109 Compra, e venda he convençaõ de huma couza

certa ſobre certo preço, Ord. liv. 4. tit. 1. no princip. e §. 1. Aſſento 1. de 23. de Novembro de 1769.

110 Concedida huma acçaõ, ſe concede tudo, o que para a conſeguir he neceſſario, Ord. liv. 5. tit. 38. §. fin.

111 Concedido até certo tempo, paſſado elle, fica negado, Ord. liv. 4. tit. 13. §. 5. liv. 5. tit. 88. §. 8. Alv. de 21. de Abril de 1751. §. Item declarando mais.

112 Concedido em hum caſo, naõ ſe concede em outro de maior qualidade, Regim. do Deſemb. do Paço no liv. 1. da Ord. §. 20. Regim. da Relac. da Bahia de 12. de Setembro de 1652. §. 11. e 12.

113 Concedido a hum ſe concede a outro, que tem igual direito, Ord. liv. 4. tit. 37. §. 7.

114 Concorrer para o delicto he igualmente delinquir, Ord. liv. 5. tit. 107. §. 4. e tit. 113. no princip. Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 7.

115 Concurſo grande, e multidaõ de povo fazem neceſſaria a prompta adminiſtraçaõ da juſtiça, Alv. de 10. de Outubro de 1754.

116 Concurſo. Quando concorrem muitas razoens juſtas, ſó ſe deve attender a de maior conſideraçaõ, Alv. de 30 de Julho de 1609. na Coll. 1. liv. 4. tit. 42.

117 Concurſo. Concorrendo muitos para a meſma occupaçaõ, deve eſcolher-ſe o mais idoneo, Ord. liv. 4. tit. 102. §. 5. tit. 103. §. 4.

118 Condemnaçaõ por culpa alheia he contra a razaõ, e direito natural, Regim. do Govern. das Arm. do 1. de Junho de 1678. §. 19.

119 Condemnado ninguem deve ſer, ſem ſer ouvido, Ord. liv. 2. tit. 1. §. 13. liv. 3. tit. 7. §. 1. no fim. liv. 5. tit. 131. §. 1.

120 Condemnado ninguem deve ſer, ſem motivo juſto, e bem examinado, Lei de 7. de Janeiro de 1750. §. Os Provedores, no fim.

121 Con-

121 Condiçaõ, ou direito de outrem ninguem póde fazer deterior, Ord. liv. 4. tit. 10 §. 5. e tit. 38. no princip.

122 Condiçaõ aſpera, e forte naõ ſe póde ſoffrer, Ord. liv. 4. tit. 44. §. 8.

123 Condiçaõ aonde falta, ceſſa a obrigaçaõ do cumprimento, Ord. liv. 4. tit. 5. §. 3. tit. 8. §. 2. tit. 44. §. 8. e tit. 83. §. 7.

124 Confirmaçaõ de convençoens nullas naõ ſana a nullidade, ſendo aquella feita em fórma commua, e ſem conhecimento de cauſa, Alv. 2. de 13. de Março de 1772.

125 Confiſſaõ da parte faz plena prova, Ord. liv. 1. tit. 18. §. 28. Liv. 2. tit. 1. §. 13. liv. 3. tit. 50. §. 1. tit. 63. no princip. liv. 4. tit. 19. §. 2. e tit. 78. §. 4. liv. 5. tit. 6. §. 24. tit. 19. §. 22. tit. 38. §. 3. e tit. 48. §. 1.

126 Confiſſaõ da parte he condemnaçaõ de ſi meſma, Ord. liv. 3. tit. 66. §. 9.

127 Confiſſaõ da parte releva de outra prova, Ord. liv. 3. tit. 53. §. 9. e tit. 62. §. 3. liv. 5. tit. 86. §. 3.

128 Confiſſaõ propria ninguem deve impugnar, Lei da Reform. da Juſt. de 6. de Dezembro de 1612. §. 1. na Coll. 1. liv. 5. tit. 130.

129 Confuſaõ grande he haver em muitos o meſmo nome ſem diſtincçaõ alguma, Direct. dos Ind. do Par. §. 11. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

130 Conhecimento de cauſa he indiſpenſavel, para devidamente ſe proceder, Alv. de 2. Mayo de 1768. no princip.

131 Conhecimento de cauſa faz indiſpenſavel o Direito Divino, e Natural, Lei de 24. de Outubro de 1764. §. 6.

132 Conhecimento. Deos preſcreveo, e fixou aos conhecimentos humanos juſtos, e impreteriveis limites, Eſ-

tat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 4. §. 8.

133 Conhecimento. Antes de ſe ſaber o uſo, e preſtimo das couzas, he neceſſario conhecelas, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 3. tit. 3. cap. 2. §. 4.

134 Conluios devem evitar-ſe, Ord. liv. 2. tit. 11. §. 2. e tit. 33. §. 15. e 33. liv. 4. tit. 36. §. fin.

135 Conſentimento das partes faz licito aquelle acto, que em ſeu beneficio naõ era permittido, Ord. liv. 3. tit. 18. §. 2. e 12. e tit. 65. §. 3. liv. 5. tit. 67. no princ.

136 Conſente, e approva quem ſe calla, Ord. liv. 1. tit. 85. §. 3. liv. 3. tit. 9. §. 2. tit. 11. §. 6. e tit. 17. §. 5. liv. 4. tit. 38. no princip. Alv. de 30. de Abril de 1768.

137 Conſente, quem faz acto algum de approvaçaõ, Ord. liv. 3. tit. 80. §. 2.

138 Conſentir he approvar, Ord. liv. 3. tit. 20. §. 34. tit. 80. §. 2. e tit. 91. no princip. liv. 4. tit. 9. no princip. liv. 5. tit. 92. §. 8.

139 Conſentir no delicto he tambem delinquir, Ord. liv. 5. tit. 32. no princip. e quaſi por todo o tit. tit. 63. no prinnip. tit. 92. §. 8. tit. 107. §. 4. 22. e 28. tit. 112. no princip. e tit. 115. no fim do princip. Alv. do 1. de Julho de 1752. §. 7.

140 Conſervaçaõ da vida he commua, e natural em todos, Alv. de 18. de Março de 1684. na Coll. 1. liv. 4. tit. 42.

141 Conſciencia he a Directora das acçoens do Homem, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 30.

142 Continente deſtruido, fica deſtruido o conteúdo, Ord. liv. 4. tit. 37. §. 4. e tit. 82. §. 3. no fim.

143 Continuaçaõ de inſultos procede principalmente da falta da obſervancia das Leis, Alv. de 31. de Março de 1742. no princip. Coll. 1. liv. 1. tit. 1.

144 Con-

144 Contrabandiſtas ſaõ inimigos communs do Erario dos Principes, da Patria, e do Bem-publico, Alv. de 14. de Novembro de 1757.

145 Contrabandiſtas ſaõ a abjecçaõ, e o deſprezo de todas as Naçoens Civiliſadas, Alv. de 14. de Novembro de 1757.

146 Contrabando he peſte mortal do commercio, Lei de 30. de Agoſto de 1770. no princip.

147 Contrabando tem a vileza do furto, Alv. de 14. de Novembro de 1757.

148 Contrabando he dos mais perniciоſos delictos, entre os que infectaõ os Eſtados, e dos que ſe fazem mais odioſos na ſociedade civil, Alv. de 14. de Novembro de 1757.

149 Contrabandos naõ ſó defraudaõ os direitos dos Principes, mas arruinaõ os bons, e verdadeiros negociantes, Alv. de 15. de Novembro de 1760. Eſtat. da Junt. do commerc. cap. 17. §. 4. confirm. pelo Alv. de 16. de Dezembro de 1756.

150 Contrabandos perturbaõ a igualdade neceſſaria para o giro do verdadeiro commercio, Alv. de 19. de Novembro de 1757.

151 Contrabandos, e deſcaminhos dos direitos devidos cauſaõ publico eſcandalo, Alv. de 14. de Fevereiro de 1772.

152 Contracto. Da mente dos contrahentes he tudo, o que ſe faz razoadamente neceſſario para o devido effeito do contracto, Ord. liv. 4. tit. 50. §. 1. e tit. 53. no fim do princip.

153 Contracto. Quem contrahe com outrem, deve eſtar por tudo, o que he da natureza, e fórma do contracto, Ord. liv. 4. tit. 19. §. 1. e tit. 96. §. 22. no fim.

154 Contracto. Quem ſe aparta da natureza do contracto, naõ póde depois valer-ſe della, Ord. liv. 4. tit. 2. §. 1.

155 Con-

155 Contracto, e diſtracto procedem por igual, Ord. liv. 3. tit. 59. no princip. §. 9.

156 Contracto recebe força da convençaõ das partes, Ord. liv. 4. tit. 1. no princip. tit. 38. §. fin. tit. 44. §. 4. e 9. tit. 46. no princip. e tit. 59. §. 2. e 3.

157 Contracto. Em qualquer contracto reciproco tem o Autor obrigaçaõ de pôr prompto da ſua parte o implemento, Ord. liv. 4. tit. 2. no princip.

158 Contrariedade ſe concorda por alguma diſtincçaõ razoada, Ord. liv. 3. tit. 60. §. fin.

159 Contrarios naõ podem exiſtir juntamente, Ord. liv. 1. tit. 36. no princip. Alv. de 3. de Dezembro de 1751. cap. 5. no fim.

160 Convençoens torpes, deshoneſtas, e illicitas naõ obrigaõ, Ord. liv. 4. tit. 44. §. 3. e 9. tit. 63. §. fin. e tit. 70. §. 3.

161 Convençoens, e pactos, que as partes fizerem, devem inteiramente obſervar-ſe, Ord. liv. 4. tit. 8. §. fin. tit. 29. no princip. tit. 31. §. 9. tit. 53. §. 3. tit. 76. §. 2. e tit. 96. §. 24. no fim.

162 Conveniencia. Saõ naturaes os ſentimentos da propria conveniencia, Direct. dos Ind. do Par. §. fin. Confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

163 Conveniente o que humas vezes he, pode-o naõ ſer em outras, Alv. de 17. de Setembro de 1623. na Coll. 1. liv. 3. tit. 86.

164 Corpo de delicto moſtra a culpa; as teſtemunhas os delinquentes, Alv. de 4. de Setembro de 1765.

165 Corporaçaõ nenhuma póde manter-ſe ſem diſpoſiçoens, que ſirvaõ de regra para o ſeu governo, Decret. de 30. de Setembro de 1755.

166 Correlativos tem diſpoſiçaõ igual, e delles he o meſmo juizo, Ord. liv. 3. tit. 26. no princip. tit. 33. no princip. e §. 6. e tit. 59. §. 9. liv. 4. tit. 8. §. 4. no fim

fim. tit. 67. §. 3. e tit. 82. §. 4. liv. 5. tit. 117. §. 22. e tit. 124. §. 15.

167 Corte ſempre leva ventagem na grandeza, e eſplendor ás outras Cidades, Inſtit. da Socied. dos Theat. public. confirm. pelo Alv. de 17. de Julho de 1771.

168 Cortes. Para a boa ordem, e decoro das Cortes deve guardar-ſe nellas huma reſpectiva proporçaõ nos lugares, e tratamentos, Lei de 15. de Janeiro de 1759.

169 Corruptella naõ he propriamente coſtume, Alv. de 21. de Janeiro de 1772.

170 Coſtumado a delinquir deve ſer mais aſperamente caſtigado, Ord. liv. 5. tit. 118. §. 1.

171 Coſtume legitimo tem força de Lei, Ord. liv. 3. tit. 29. §. 1. tit. 59. §. 18. tit. 64. no princip. Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 14.

172 Coſtumes antigos, e legitimos devem obſervar-ſe, Ord. liv. 1. tit. 1. §. 37. tit. 3. §. 5. e tit. 18. §. 34. liv. 2. tit. 1. no princip. §. 20. e tit. 33. §. 1. e 2. liv. 3. tit. 1. §. 19. e tit. 64. no princip. §. 1. liv. 4. tit. 29. §. 1. liv. 5. tit. 92. §. 7.

173 Coſtumes contra as Leis ſaõ abuſos, e naõ tem vigor, Ord. liv. 2. tit. 45. §. fin. Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 14.

174 Coſtumes exemplares ſaõ indiſpenſaveis, em quem ha de reger a mocidade, Cart. do Reſtab. do Real Colleg. dos Nob. de 7. de Março de 1761. tit. 4. §. 1.

175 Coſtumes bons conduzem para o melhor ſerviço da Republica, Ord. liv. 1. tit. 67. §. 1. e tit. 96. §. 2.

176 Couza, que he principal, deve eſtar diante de todas as outras, Cart. de 12. de Janeiro de 1639. na Coll. 2. liv. 1. tit. 1.

177 Couza nenhuma póde exiſtir, ſem o que he da ſua ſubſtancia, Ord. liv. 4. tit. 19. §. 1. no verſic. Por tanto, e tit. 87. §. 7. Alv. de 4. de Setembro de 1765. no princip

178 Cou-

178 Couza, aonde quer que eſtá, pertence a ſeu dono, Ord. liv. 1. tit. 87. §. 4. liv. 2. tit. 32. no princ. liv. 5. tit. 62. §. 4.

179 Couzas entre outros tratadas, naõ nos devem prejudicar, Ord. liv. 3. tit. 81. §. 2. liv. 5. tit. 55. §. 2. e 3.

180 Couzas, de que ainda naõ ha ſenhor, ſaõ do primeiro, que as apprehende, Ord. liv. 5. tit. 62. §. 6.

181 Couzas minimas, e de pouca conſideraçaõ naõ ſe attendem, Ord. liv. 3. tit. 9. §. 1. liv. 4. tit. 17. §. 1. e tit. 92. §. 22. Regim. de 7. de Junho de 1605. §. 7. na Coll. 1. liv. 1. tit. 1.

182 Couzas diverſas, e diſtinctas, diſtinctamente ſe devem tratar, Ord. liv. 1. tit. 60. §. fin.

183 Couzas. Muitas couzas juntas ajudaõ, que ſeparadas naõ approveitaõ, Ord. liv. 5. tit. 134. no Verſic. Ou ſe o prezo. Decret. de 23. de Junho de 1759. no Verſic. Quando ſeparados.

184 Couzas commuas para o uſo ſaõ as eſtradas, ruas publicas, e rios navegaveis, Ord. liv. 2. tit. 26. §. 8.

185 Couzas ſe diſſolvem por aquellas meſmas cauſas, porque ſe fizeraõ, ou tiveraõ origem, Ord. liv. 1. tit. 75. §. 12. tit. 87. §. 35. liv. 3. tit. 59. §. 3. e 11. liv. 4. tit. 37. §. 3. junto o §. 2.

186 Crime de leſa Mageſtade he, o que ſe commette contra a peſſoa do Rei, ou ſeu Real Eſtado, Ord. liv. 5. tit. 6. no princip. §. 1. e ſegg.

187 Crime de leſa Mageſtade he tal, e taõ horroroſo, que no caſtigo faz apartar de todas as regras ordinarias, Ord. liv. 5. tit. 6. no princip. §. 1. e 13. Lei de 3. de Agoſto de 1770. §. 11.

188 Crime de leſa Mageſtade he como a lepra, porque empece aos deſcendentes, dos que o commettem, e aos que com elles tem communicaçaõ, Ord. liv. 5. tit. 6. no princ.

189 Crime

189 Crimes naõ devem ficar ſem caſtigo, Ord. liv. 1. tit. 65. §. 31. liv. 3. tit. 33. §. 4. e tit. 86. §. 23. no fim, liv. 5. tit. 95. §. fin. e ti. 126. no princip.

190 Crimes para ſerem punidos, deve preceder prova certa, e legitima, Ord. liv. 1. tit. 18. §. 40. tit. 58. §. 32. liv. 5. tit. 107. §. 2. 3. e 8. e tit. 117. §. 4.

191 Critica fornece as regras de diſcernir o verdadeiro do falſo, Eſtat. da Univ. de Coimbra. liv. 1. tit. 3. cap. 7. §. 37. e liv. 2. tit. 3. cap. 5. §. 18.

192 Crivel. O que naõ he crivel naõ merece attençaõ, Ord. liv. 1. tit. 65. §. 31. liv. 2. tit. 28. §. 1.

193 Culpa merece caſtigo, Ord. liv. 1. tit. 7. §. 21. tit. 48. §. 17. e tit. 65. no princ. liv. 4. tit. 103. no princip.

194 Culpa ſó obriga, aos que a commettem, Ord. liv. 1. tit. 67. §. 1. no fim, e tit. 87. §. 3. Ord. liv. 3. tit. 60. §. 5. tit. 63. §. 2. e tit. 67. §. 2. Alv. de 31 de Março de 1742. §. 2. na Coll. 1. liv. 1. tit. 1.

195 Culpa aonde ſe naõ dá, naõ póde haver caſtigo, Ord. liv. 5. tit. 35. no princip. tit. 39. §. 3. e tit. 66. §. 8. Alv. de 22. de Junho de 1768. §. fin.

196 Culpa aonde naõ ha, naõ deve haver prejuizo, Ord. liv. 3. tit. 21. §. 21. liv. 4. tit. 104. §. 5.

197 Culpa aonde for maior, deve ſer maior o caſtigo, Ord. liv. 2. tit. 43 no princip. e liv. 5. tit. 125. §. 11.

198 Culpa maior commettem, os que delinquem com relaxaçaõ das diſpoſiçoens do ſeu Inſtituto, Lei de 25. de Junho de 1766. no princip.

199 Culpa maior commettem, os que tendo á ſua conta impedir o delicto, o facilitaõ mais com o ſeu exemplo, Alv. de 3. de Novembro de 1671. na Coll. 1. liv. 5. tit. 15. no verſic. E outro ſi declaro.

200 Culpa naõ commette, nem merece pena, quem devidamente uſa da ſua arte, e ſciencia, Ord. liv. 5. tit. 3. §. fin.

201 Culpa he naõ fazer , o que as Leis mandaõ. liv. 4. tit. 96. §. 13.

202 Culpa commette , quem faz , o que naõ póde ſem mandado de outrem , Ord. liv. 1. tit. 77. §. 6.

203 Culpa alheia naõ deve a outrem trazer damno , Ord. liv. 4. tit. 8. §. 2. tit. 27. §. 2. e tit. 96. §. 12. liv. 5. tit. 28. no princip. tit. 126. §. 11. e tit. 130. §. 3. Alv. de 22. de Junho de 1768. §. fin.

204 Culpa naõ ha nos caſos , que ſenaõ podiaõ preſumir , Ord. liv. 4. tit. 24. no fim do princip. e tit. 53. §. fin. no verſic. Mas ſe elle.

205 Culpa priva da graça , e beneficio das Leis , Ord. liv. 4. tit. 86. §. fin.

206 Culpa. O que naõ faz , o que deve , e póde fazer , eſtá em culpa , Ord. liv. 5. tit. 107. §. 22.

207 Culpa. O que por mim naõ eſtá , naõ ſe me deve imputar , nem offender-me , Ord. liv. 3. tit. 58. §. 1. tit. 74. §. fin. tit. 86. §. 18. e tit. 91. §. 1. Liv. 4. tit. 74. no princip. liv. 5. tt. 99. no princip.

208 Culpa. Maior culpa commette , quem contradiz o entender com o obrar , Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 3. tit. 4. cap. 3. e §. 3.

209 Culpados devem pagar toda a deſpeza , a que dá cauſa a ſua culpa , Ord. liv. 5. tit. 118. no princip. Alv. 2. de 25. de Fevereiro de 1771.

210 Culto de Deos he o fim principal de toda a doutrina revelada , e da verdadira Religiaõ , Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 7. §. 16.

211 Culto de Deos he , o que pela ſua eminencia conſeguio ſer condecorado com o nome de Religiaõ entre todas as outras acçoens do Chriſtaõ , Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 7. §. 16.

212 Culto Divino deve ſer praticado na fórma devida, Lei de 4. de Julho de 1768. no princip.

213 Culto

213 Culto Divino. He limitada demonſtraçaõ , do que devemos ás couſas ſagradas , tudo , o que podemos empregar na ſua decencia , Pragmatica de 24. de Mayo de 1749. no fim do princip.

214 Cultura da lingua nacional conduz , para haver Vaſſallos uteis ao Eſtado , Alv. de 30. de Setembro de 1770.

D

1 DAdivas naõ deve receber , quem adminiſtra juſtiça , Ord. liv. 1. tit. 1. §. 45. tit. 65. §. 44. 50. e 58. tit. 77. §. 1. e 7. e tit. 78. §. 2. liv. 2. tit. 51. §. 3. Alv. de 14. de Novembro de 1757. §. Prohibo.

2 Damno deve pagar, quem he cauſa delle , Ord. liv. 3. tit. 27. no princip. tit. 41. §. 3. tit. 68. §. 6. e tit. 74. §. 2. liv. 4. tit. 35. no princip. e tit. 44. §. 7. liv. 5. tit. 19. no princip. e tit. 118. no princip.

3 Damno dá , quem dá a cauſa delle , Ord. liv. 3. tit. 41. §. 3. e 9. liv. 4. tit. 53. §. 4.

4 Damno deve cada hum pagar na parte , em que o cauſa , Ord. liv. 3. tit. 86. §. 4.

5 Damno naõ ſe julga fazer, quem naõ concorre para elle , Ord. liv. 4. tit. 53. §. fin.

6 Damno creſce , quando no principio ſe naõ evita , Alv. de 17. de Outubro de 1685. na Coll. 1. liv. 5. tit. 12.

7 Damno quando he maior , que o bem, que ſe procura , deve evitar-ſe , Ord. liv. 4. tit. 43. §. 10. e 14. Alv. de 26. de Outubro de 1745. na Coll. 1. liv. 1. tit. 62.

8 Damno , que cada hum ſente por ſua culpa , naõ ſe julga ſentir , Ord. liv. 3. tit. 6. §. 2. tit. 14. §. 1. tit. 20. §. 19. tit. 31. §. 5. e tit. 79. §. 2. liv. 4. tit. 1. §. 2. no fim,

tit. 27. §. 2. tit. 53. §. 3. e tit. 96. §. 3.

9 Damno dado por muitos a todos obriga por inteiro, Ord. liv. 5. tit. 133. no princip.

10 Damnos, que experimentaõ os Vaſſallos, excitaõ o cuidado dos Principes a procurar-lhes remedios efficazes, Pragmat. de 24. de Mayo de 1749. no princip.

11 Dar em paga he como vender, Ord. liv. 2. tit. 18. no fim do princip.

12 Decalago he hum admiravel compendio de toda a Moral chriſtaã, formado, e mandado publicar pelo Divino Legislador, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 38.

13 Decencia, e modeſtia ſaõ indiſpenſaveis nas peſſoas de illuſtre naſcimento, Lei do 1. de Dezembro de 1767. §. 8.

14 Deciſaõ dos Julgadores he inutil, ſe a ella ſe naõ ſegue a effectiva diligencia dos Executores, Lei de 24. de Outubro de 1764. §. 1.

15 Defeito ſubſtancial annulla os actos, Ord. liv. 3. tit. 63. no princip. Alv. de 4. de Setembro de 1765. Aſſento de 5. de Abril de 1770.

16 Defeza do Reino a tudo deve prevalecer, Decreto do 1. de Julho de 1762.

17 Defeza do Reino obriga a contribuir os Vaſſallos ſem privilegio algum, Alv. de 26. de Setembro de 1762. Regim. da Decima de 9. de Mayo de 1654. tit. 2. §. 1. e 2.

18 Defeza a ninguem ſe deve negar, Ord. liv. 3. tit. 71. §. 2. liv. 4. tit. 43. §. 1. liv. 5. tit. 55. §. 2. Alv. de 19. de Fevereiro de 1674. na Coll. 1. liv. 1. tit. 7.

19 Defeza he de Direito Natural, e Divino, Ord. liv. 2. tit. 1. §. 13. Alv. de 25. de Setembro de 1769.

20 Definiçoens, e diviſoens quando naõ ſaõ exactas, e bem ajuſtadas á natureza das couſas, e dos objectos, naõ podem os conhecimentos, que depois ſe adquirem ſobre ellas

ellas, ſer ſólidos, e fundados ſobre bons alicerces, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 10. §. 28. e tit. 5. cap. 1. §. 28.

21 Definiçoens devem abraçar todos os predicados ſubſtanciaes do definido, naõ ſe extendendo além do meſmo definido, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 5. cap. 1. §. 28. no fim.

22 Degredo temporal he, o que ſe dá por tempo determinado, para fóra de lugar certo, Ord. liv. 5. tit. 124. §. 14.

23 Delicto naõ ſe preſume, Ord. liv. 4. tit. 67. no princip. liv. 5. tit. 15. no princip. tit. 82. §. 3. e tit. 107. §. 21.

24 Delicto continuado deve ſer punido mais gravemente, Ord. liv. 1. tit. 68. §. 10. liv. 2. tit. 45. §. 18. liv. 3. tit. 69. §. fin. liv. 4. tit. 67. no princip. liv. 5. tit. 2. no princip. tit. 32. §. 1. tit. 60. §. 3. e tit. 133. §. 3.

25 Delicto neceſſita de caſtigo, quando para o evitar, naõ tem toda a força o temor, Alv. de 28. de Abril de 1681. na Coll. 1. liv. 1. tit. 33.

26 Delicto naõ ha ſem malicia, ou vontade, Ord. liv. 5. tit. 35. no princip. e tit. 39. §. 3.

27 Delicto commettido com aleivoſia, deve ſer mais aſperamente caſtigado, Ord. liv. 5. tit. 37. §. 1.

28 Delicto igualmente commette, quem acompanha o delinquente, Ord. liv. 5. tit. 43. §. 1. e tit. 45. §. 1.

29 Delicto acaba com a morte do delinquente, Ord. liv. 3. tit. 82. §. 3. e 4.

30 Delictos naõ devem ficar impunidos, Ord. liv. 3. tit. 56. §. 6. liv. 5. tit. 126. no princip. Alv. de 25. de Dezembro de 1608. §. 24. Coll. 1. liv. 1. tit. 49.

31 Delictos ſe augmentaõ na gravidade conforme a qualidade, dos que os commettem, e contra quem ſaõ commettidos; e conforme as circumſtancias, com que ſe com-

commettem, Ord. liv. 5. tit. 2. §. 2. tit. 7. no princip. tit. 8. §. fin. tit. 19. §. 2. tit. 23. no princip. tit. 50. §. fin. e tit. 60. §. 3. e 4.

32 Delictos se fazem taõ diversos pelas qualidades, como saõ os mesmos delinquentes, Alv. de 4. de Setembro de 1765. no princip.

33 Delictos, que tem qualidade aggravante devem ser mais asperamente castigados, Ord. liv. 5. tit. 17. §. 3. tit. 18. §. 2. e 3. tit. 20. no princip. tit. 25. §. 4. e tit. 37. §. 1. Lei de 21. de Outubro de 1763. §. 5.

34 Delictos graves devem averiguar-se com toda a exacçaõ, Ord. liv. 5. tit. 13. §. fin.

35 Delictos devem evitar-se, e as occasioens de se commetterem, Ord. liv. 5. tit. 49. §. 9. tit. 64. no princip. e tit. 129. §. 5.

36 Delictos, dos que tem obrigaçaõ de os evitar, merecem maior pena, Ord. liv. 5. tit. 12. §. 5. e tit. 21. no princip. §. 1.

37 Delictos crescem com a impunidade delles, Alv. de 4. de Outubro de 1649. na Coll. 1. liv. 5. tit. 80.

38 Delictos. Deve evitar-se tudo, o que póde ser meio de continuar nos delictos, Alv. de 2. de Mayo de 1688. na Coll. 1. liv. 5. tit. 12.

39 Delictos occultos, e que se commettem secretamente, saõ de prova difficultosa, Alv. de 30. de Outubro de 1649. na Coll. 1. liv. 2. tit. 63.

40 Delictos atrocissimos naõ podem izentar-se das disposiçoens das Leis pela sua enormidade sem offensa de Deos e sem escandalo, e prejuizo publico, Alv. de 5. de Mayo de 1762. Decreto de 28. de Agosto de 1761.

41 Delictos. Devem facilitar-se os meios de se descobrir os delictos, Ord. liv. 4. tit. 67. §. fin. e tit. 71. §. 1.

42 Delictos. Naõ se deve abrir porta aos delictos, Regim. dos Desemb. do Paço §. 24. na Ord. liv. 1.

43 De-

43 Delictos. A impunidade dos delictos he incompativel com a segurança, e tranquilidade publica, Lei de 20. de Outubro de 1763. no princip.

44 Delictos. Accumular huns sobre outros delictos he naõ temer a Deos, e as Justiças com notavel escandalo da Republica Alv. de 6. de Março de 1746.

45 Delinquente deve ser castigado, ainda que se naõ siga o effeito total do seu delicto, Ord. liv. 5. tit. 35. §. 2. 4. e 5. e tit. 41. no princip. Lei de 20. de Outubro de 1763. §. 3.

46 Delinquente he tambem, quem dá concelho, ajuda, ou favor para o delicto, Ord. liv. 5. tit. 6. §. 1. 2. e 23. tit. 12. no princip. tit. 18. no princip. tit. 112. §. 6. e tit. 115. §. 25. 26. e 29.

47 Delinquente, que ao mesmo tempo commette duas culpas, deve ter pena, que satisfaça a huma, e outra, Alv. de 28. de Abril de 1681. na Coll. 1. liv. 1. tit. 33. §. 9.

48 Delinquentes devem castigar-se, para que sem escandalo da Republica, nem offensa da Justiça tenhaõ as Leis a sua devida observancia, Decret. de 13. de Setembro de 1691. na Coll. 2. liv. 5. tit. 130.

49 Delinquentes preferem ao horror da sua atrocidade a esperança de poderem achar meios de evadir, ou declinarem o castigo, quando este naõ he prompto, Leis de 20. e 21. de Outubro de 1763.

50 Delinquentes. Devem-se prevenir as innumeraveis industrias, com que os delinquentes, e seus patronos costumaõ illudir, ou dilatar o castigo, Alv. de 31. de Março de 1742. na Coll. 1. liv. 1. tit. 1

51 Delinquir. Muitos homens se animaõ a delinquir por falta de condemnaçoens competentes, para os reportarem, Alv. de 23. Junho 1765.

52 Demandas devem evitar-se, Alv. de 27. de Março de 1612. na Coll. 1. liv. 5. tit. 96.

53 De

53 Demandas trazem gaſtos, e deſpezas, Ord. liv. 3. tit. 20. §. 1.

54 Demandas inquietaõ a Republica, perturbaõ os Tribunaes, e cauſaõ odios, e diſſençoens entre os Vaſſallos, Alv. de 26. de Junho de 1696. na Coll. 1. liv. 1. tit. 6. no princip. Alv. de 18. de Fevereiro de 1653. na Coll. 1. liv. 1. tit. 2.

55 Demandas impedem viver os Vaſſallos em paz, e conformidade, Alv. de 18. de Fevereiro de 1653. na Coll. 1. liv. 1. tit. 2.

56 Demandas, e duvidas creſcem com o augmento das gentes, Regim. de 7. de Março de 1609. na Coll. 1. liv. 1. tit. 5.

57 Demandar. Ninguem póde ſer conſtrangido a demandar outrem, Ord. liv. 3. tit. 11. §. 4.

58 Demora, que ſe faz indiſpenſavelmente neſſaria para concluir alguma diligencia, he attendivel, e deſculpavel, Alv. de 31. de Março de 1742. §. 1. na Coll. 1. liv. 1. tit. 1.

59 Deos he o ſupremo Creador dos Ceos, e da Terra, Prov. de Edit. da Real Meſ. Cenſor. de 12. de Dezembro de 1769.

60 Deos he a meſma Verdade, que naõ póde enganar-ſe, nem enganar-nos, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 5. §. 16.

61 Deos he o ſupremo Author da Natureza, e o verdadeiro Principio de toda a Sabedoria, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 5. §. 13. e 16.

62 Deos he Author natural, Cauſa univerſal, e primeira, Prov. de Edit. da Real Meſ. Cenſor. de 30. de Abril de 1772.

63 Deos. Saõ occultos a nós os modos de obrar de Deos, Prov. de Edit. da Real Meſ. Cenſor. de 30. de Abril de 1772.

64 Deos. A exiſtencia de Deos, e dos ſeus Divinos Attributos ſe moſtra pela pura luz da Razaõ natural, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit 1. cap. 3. §. 2. e liv. 3. part. 3. cap. 1. tit. 3. §. 20.

65 Deos ama muito a boa adminiſtraçaõ da Juſtiça, e a manda obſervar para conſervaçaõ da Republica, Cart. de 13. Março de 1637. na Coll. 2. liv. 5. tit. 139.

66 Deos ſe offende muito do deſcuido no caſtigo dos peccados publicos, e eſcandaloſos, Cart. de 20. de Setembro de 1624. na Coll. 2. liv. 1. tit. 14.

67 Derogar ſó póde, o que póde determinar, Ord. liv. 2. tit. 35. §. 6. liv. 3. tit. 75. §. 1. Carta de 6. de Setembro de 1616. na Coll. 1. liv. 1. tit. 5.

68 Determinaçoens do Principe em hum caſo naõ ſomente ſaõ deſembargo daquelle feito, mas ſaõ Leis para deſembargar outros ſemelhantes, Ord. liv. 3. tit. 64. §. 2.

69 Determinado o que já eſtá, naõ póde tornar a vir em duvida, Ord. liv. 1. tit. 5. §. 5.

70 Deſagrado, e deſprazer do Principe he a maior, e a mais ſenſivel de todas as penas, Alv. de 16. de Setembro de 1597. na Coll. 1. liv. 5. tit. 92. Alv. de 14. de Novembro de 1757. Cart. do Reſtab. do Real Coll. dos Nob. de 7. de Março de 1761. Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 1. cap. 3. §. 9.

71 Deſengano ultimo recebido em tempo he meio para poder alcançar a felicidade eterna, Decreto de 6. Julho de 1752. no Repert. let. P. pag. 202. b.

72 Depoſitarios publicos tem inviolavel obrigaçaõ de huma exacta, e illibada fidelidade, Alv. de 14. de Novembro de 1757.

73 Depoſitos publicos devem ter toda a ſegurança, Lei de 21. de Mayo de 1751. cap. fin.

74 Deſculpa naõ merece, o que ſe faz com ignorancia, do que he publico, Ord. liv. 1. tit. 98 no princ. Alv. de 4. de

Outubro de 1649. na Coll. 1. liv. 5. tit. 80.

75 Deſerçaõ he hum dos maiores, e mais prenicioſos crimes militares, Alv. de 6. de Setembro de 1765. Decret. do meſmo dia, e anno.

76 Deſerçaõ he delicto o mais abominavel, e indigno de perdaõ, Alv. de 6. de Setembro de 1765. §. 7.

77 Deſigualdade na adminiſtraçaõ da Juſtiça he eſtranhavel, e contra a intençaõ, e ſerviço dos Principes, Alv. de 3. de Dezembro de 1750. Alv. de 15. de Outubro de 1760.

78 Deſnudês he eſcandalo da razaõ, e horror da honeſtidade, Direct. dos Ind. do Pará §. 15. confirmado pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

79 Deſpezas deve pagar, quem injuſtamente as cauſa, Ord. liv. 1. tit. 24. §. 2. tit. 62. §. 62. e §. 72. tit. 65. §. 69. e tit. 66. §. 35. liv. 2. tit. 45. §. 42. liv. 3. tit. 62. §. 2. e tit. 86. §. 4. liv. 5. tit. 117. §. 7. e tit. 121. §. 1. Aſſent. de 12 de Janeiro de 1771.

80 Deſprezo dos mandados da Juſtiça deve ſer caſtigado, Ord. liv. 5. tit. 129. no princip.

81 Deſobedientes ſaõ rebeldes, Alv. de 16. de Janeiro de 1768. §. 6.

82 Devedor naõ póde ſer coſtrangido a pagar ſe naõ no lugar, a onde mora, Ord. liv. 2. tit. 52. §. 3.

83 Devedor principal deve primeiro ſer executado, Ord. liv. 3. tit. 92. no princip. liv. 4. tit. 59. no princip.

84 Dias continuos ſaõ contados de momento a momento, Ord. liv. 3. tit. 21. §. 22. Aſſent. de 14. de Julho de 1633. na Coll. 3. liv. 3. tit. 21. §. 22.

85 Dictames da Razaõ, e da Juſtiça devem obſervar-ſe, Alv. de 18. de Março de 1684. na Coll. 1. liv. 4. tit. 42.

86 Difficil. O que he muito difficil, he como impoſſivel, Ord. liv. 3. tit. 1. §. 8. e tit. 60. §. 3. Alv. de 22. de Junho de 1768. no princip.

87 Di-

87 Difficuldade no caſtigo dos delinquentes facilita mais os delictos, Alv. de 10. de Janeiro de 1692. na Coll. 1. liv. 1. tit. 7.

88 Dilaçaõ no caſtigo dos graves delictos ſerve de animar taõ prejudiciaes delinquentes, Alv. de 25. de Junho de 1760. Decreto de 27. de Janeiro de 1757.

89 Dilaçaõ na adminiſtraçaõ da Juſtiça he contra o ſerviço de Deos, e dos Principes, Ord. liv. 2. tit. 45. §. 32. Lei da Reform. da Juſt. no princip. em a Coll. 1. liv. 5. tit. 130.

90 Diligencias devem executar-ſe de fórma, que ſe naõ ſiga couza contra o ſerviço do Principe, Ord. liv. 1. tit. 73. §. 10.

91 Dinheiro em qualquer moeda ſempre he o meſmo, Ord. liv. 4. tit. 21. no princip. tit. 22. no princip. e tit. 50. §. 2.

92 Dinheiro. Grande prejuizo reſulta ao Eſtado de ſe extrahir o dinheiro para fóra delle, Alv. de 22. de Abril de 1648. na Coll. 1. liv. 5. tit. 113.

93 Dinheiros em mancebos filhos familias ſaõ occaſiaõ de vicios, Ord. liv. 4. tit. 50. §. 2.

94 Direito Natural he o direito mais antigo, o manancial da verdadeira equidade, e a fonte de todas a Leis poſitivas, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 5. cap. 3. §. 20. e no tit. 3. cap. 2. §. 7.

95 Direito Natural. O eſtudo do Direito Natural convem muito para o bem univerſal da Humanidade, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 2. §. 11.

96 Direito Natural. Grande parte do Direito Natural ſe explica na Sagrada Eſcriptura, e Tradiçaõ, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 4. cap. 4. §. 25.

97 Direito Natural. Para ſe poder aprender hum corpo inteiro, e perfeito do Direito Natural, naõ ſe deve omittir officio algum daquelles, cuja razaõ ſe deſcobre, e

ſe deduz da natureza, e eſſencia do Homem, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 2. §. 20.

98 Direito Natural deve guardar-ſe, Ord. liv. 1. tit. 9. §. 12. liv. 2. tit. 1. §. 13. e liv. 4. tit. 70. §. 3.

99 Direito Natural. Os dictames do Direito Natural ſaõ irrefragaveis, e obrigaõ indiſpenſavelmente, Direct. dos Ind. do Pará §. 60. confirm. pelo Alv. de 17. Agoſto de 1758.

100 Direito Natural obriga aos Principes a proteger os Vaſſallos nas oppreſſoens, que ſe lhe fazem contra o meſmo Direito, Ord. liv. 1. tit. 9. §. 12. Decret. de 10. de Março de 1764.

101 Direito Natural naõ permitte, que alguem ſe locuplete com jactura alheia, Lei de 9. Setembro de 1769. §. 26.

102 Direito Natural dá ao proprietario dos bens o uſo honeſto do ſeu dominio, Lei de 3. Agoſto de 1770. no princip.

103 Direito Divino, e Natural formaliſaraõ as verdades eſſenciaes, intrinſecas, e inalteraveis dos primitivos Principios, para ſervirem de Regras moraes, e civis entre o Chriſtianiſmo, Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 9.

104 Direito Publico Univerſal foi eſtabelecido, e promulgado pela Natureza para manter a paz publica no Imperio Civil, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 6. cap. 2. §. 5.

105 Direito Publico Univerſal. Do eſtudo do Direito Publico Univerſal depende muito o bem da Igreja, e do Eſtado, Eſtat. da Univ. de Coimbra. liv. 2. tit. 3. cap. 3. §. 3.

106 Direito Publico Univerſal he parte do Direito Natural, Eſtat. da Univ. de Coimb. Liv. 2. tit. 3. cap. 3. §. 4.

107 Direito Publico Univerſal tem grande uſo nas decizoens

cizoens das controverſias publicas, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 3. §. 3

108 Direito das Gentes. A Collecçaõ das Leis, com que a Natureza regulou as acçoens dos Povos livres; e o aggregado dos reciprocos officios, com que ella os ligou para os ſeus intereſſes communs, e para o bem univerſal de toda a humanidade, conſtitue o Direito das Gentes, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 4. §. 5.

109 Direito das Gentes tem o principal fundamento na perfeita igualdade, e omnimoda independencia dos corpos das Naçoens, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 4. §. 6.

110 Direito das Gentes propriamente naõ he outra couſa mais, do que o meſmo Direito Natural applicado aos negocios das Naçoens, e mais determinado pelas noçoens individuaes, e eſpecificas dellas, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 4. §. 16.

111 Direito das Gentes eſtabeleceo Regras de univerſal conſentimento para direcçaõ, e governo de todas as Naçoens civiliſadas, Alv. de 29. de Outubro de 1688. na Coll. 1. liv. 3. tit. 59. Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 9.

112 Direito nenhum póde ſer bem entendido ſem conhecimento previo do Direito Natural, Publico Univerſal, e das Gentes, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 2. cap. 3. §. 9.

113 Direito. Naõ ha eſpecie alguma de Direito Poſitivo, que ſeja bem comprehenſivel ſem as previas noçoens da hiſtoria civil das Naçoens, e das ſuas Leis conforme as differentes epochas, e as diverſas conjunturas, que nellas concorreraõ, Eſtat. da Univ. de Coimbra. liv. 2. tit. 2. cap. 3. §. 9. e tit. 4. cap. 1. §. 4.

114 Direito Civil ſe dirige á tranquilidade da vida Civil, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 2. cap. 2 §. 1.

115 Direi-

115 Direito Canonico ſe occupa na direcçaõ da vida Chriſtaã, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 2. cap. 2. §. 1.

116 Direito particular da Naçaõ conſtitue lei, obriga ſempre, e em todos os caſos, em que deo providencia, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 2. cap. 3. §. 3.

117 Direito. O fim da ſciencia do Direito he ſó a boa adminiſtraçaõ da Juſtiça, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 6. cap. 8. §. 8.

118 Direito. A ſciencia mais ſublime, e mais profunda do Direito conſiſte na adquiſiçaõ do habito de interpretar, e de applicar as Leis aos factos, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 6. cap. 9. §. 4.

119 Direito, que adquirimos, ninguem nos póde tirar ſem noſſo conſentimento, Ord. liv. 1. tit. 6. §. 3. e tit. 68. §. 25. Liv. 3. tit. 45. §. 6. e tit. 78. §. 1. Liv. 4. tit. 88. §. 2. e tit. 92. §. 2. Liv. 5. tit. 124. no princip.

120 Direito, de que hum uſa contra o outro, deve ſofrer, que ſe uſe contra elle, Ord. liv. 3. tit. 2. no princip. tit. 4. §. 1. e tit. 59. §. 18. liv. 4. tit. 13. §. 7. no fim, Liv. 5. tit. 91. §. 2.

121 Direito. Induſtria, e calumnia de hum naõ póde prejudicar o direito, que outro tem, Aſſent. 2. de 9. de Abril de 1772.

122 Direito de terceiro ninguem póde allegar, Aſſento de 22. de Novembro de 1749.

123 Direito. Quem tem direito melhor, deve preceder aos mais, Ord. liv. 3. tit. 91. §. 1. no Verſic. O credor que, liv. 4. tit. 6. §. 1.

124 Direito. Ninguem póde transferir em outro mais direito, do que elle tem, Ord. liv. 2. tit. 28. §. 2. Liv. 4. tit. 37. §. 7. Alv. 2. de 13. de Março de 1772. Aſſent. 3. de 23. de Novembro de 1769.

125 Direito Commum naõ he direito, nem o deve ſer con-

contra os caſos expreſſos nas diſpoſiçoens das Leis particulares de cada monarchia, Lei 2. de 22. de Dezembro de 1761. tit. 16. §. 34. Lei de 18 de Agoſto de 1769. §. 9. que recommenda neſta parte a Ord. liv. 3. tit. 64.

126 Direito Civil governa as materias profanas; e o Direito Cannonico as Eccleſiaſticas, Ord. liv. 4. tit. 39. §. 2. Lei de 18 de Agoſto de 1769. §. 12.

127 Direitos pertencentes aos Principes naõ ſe devem negar, Ord. liv. 1. tit. 58. §. 15. tit. 65. §. 16.

128 Direitos dos Principes devem ter huma exacta arrecadaçaõ, Ord. liv. 1. tit. 61. §. 12. tit. 70. §. 3. liv. 2. tit. 16. no princip. e tit. 51. no princip.

129 Direitos Reaes dos Principes ſaõ o poder de crear Miniſtros, e Officiaes de Juſtiça, e de Guerra: a authoridade de fazer moeda, e de lançar impoſiçoens, e collectas: os bens vagos, os dos indignos, e dos condemnados por delictos, que os perdem: e os mais Direitos, com que ſe reconhece a ſua ſoberania, Ord. liv. 2. tit. 26. no princip. e por todo o tit. Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 3. §. 9. e ſegg.

130 Direitos dos ſupremos Poderes, Eſpiritual, e Temporal naõ ſe devem confundir, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 4. cap. 2. §. 11.

131 Diſciplina dos Corpos militares depende dos exercicios, e evoluçoens, Decreto de 24. de Março de 1757.

132 Diſciplinas ſubſidiarias, e elementares aplanaõ a eſtrada das ſciencias maiores, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 1. §. 5. e liv. 2. tit. 2. cap. 1. §. 8.

133 Diſciplinas primeiro ſe deve enſinar aquellas, que abrem caminho, daõ luz, e ſervem de introducçaõ para as outras, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 1. §. 1. e liv. 2. tit. 2. cap. 1. §. 2.

134 Diſcipulos devem uſar com os ſeus Meſtres de huma obſequioſa attençaõ, Carta do Reſtab. do Real Coll.

dos

dos Nob. de 7. de Março de 1761. tit. 6. §. 14.

135 Diſpenſa naõ deve haver com as peſſoas, que naõ tem as qualidades neceſſarias, havendo outras, que poſſaõ ſervir as reſpectivas occupaçoens, Alv. de 6. de Dezembro de 1651. na Coll. 1. liv. 1. tit. 67.

136 Diſpoſiçaõ do homem, faz ceſſar a diſpoſiçaõ da Lei, quando eſta aſſim o permitte, Ord. liv. 4. tit. 31. §. 9. tit. 38. §. fin. e tit. 100. §. 3.

137 Diſpoſiçaõ naõ póde ter a execuçaõ ordenada, ſe os executores naõ tiverem vigilante cuidado em a cumprir, e fazer guardar, Alv. de 18. de Março de 1684. na Coll. 1. liv. 4. tit. 42.

138 Diſpoſiçaõ de direito ſe guarda a meſma nos caſos ſemelhantes, em que houver igual favor, Ord. liv. 3. tit. 25. §. 5. e tit. 87. §. 1. liv. 4. tit. 96. no princip.

139 Diſpoſiçaõ eſpecial deroga a geral, Ord. liv. 2. tit. 47. §. 2.

140 Diſpoſiçaõ, que ſegunda vez ſe recommenda, pede cuidado, e diligencia particular na execuçaõ, Ord. liv. 1. tit. 1. §. 39. Alv. de 19 de Setembro de 1568 nõ liv. 1. depois do Reg m. dos Deſemb. do Paço.

141 Diſpoſiçaõ em hum caſo naõ ſe póde extender, ao que tem differente, e diverſa natureza, Ord. liv. 4. tit. 45. §. 3. Lei 1. de 22. de Dezembro de 1761. tit. 13. §. 1.

142 Diſpoſiçoens, que vem connexas, tem igual intelligencia, Aſſent. de 29. de Março de 1770.

143 Diſpoſiçoens feitas ſem as forças ſubſtanciaes, e perciſas naõ podem ſubſiſtir, Aſſent. de 5. de Abril de 1770.

143 Diſſimulaçaõ com os facinoroſos, e delinquentes he falta de obrigaçaõ em notorio prejuizo do reſpeito, e temor, que ſe deve guardar á Juſtiça, Decreto de 22. de Setembro de 1649. na Coll. 2. liv. 5. tit. 119.

145 Diſſimulaçaõ nos delictos pequenos he regularmente-

mente cauſa de ſe commetterem culpas maiores, Direct. dos Ind. do Pará, §. 2. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

146 Diſtincçaõ deve haver conforme os reſpectivos cargos, e graduaçoens, Direct. dos Ind. do Pará, §. 9. 50. e 83. confirm. pelo Alv. de 17 de Agoſto de 1758.

147 Diſtribuiçaõ naõ póde haver ſem duas, ou mais peſſoas, Ord. liv. 1. tit. 27 no princip. e tit. 79. §. 20.

148 Diſtribuiçaõ deve fazer-ſe com inalteravel igualdade, Ord. liv. 1. tit. 84. no princip. Lei 2. de 22. de Dezembro de 1761. tit. 2. §. 1. Lei de 21. de Outubro de 1763. §. 10. e Lei de 26. de Setembro de 1764.

149 Diverſo. Do que he diverſo, diverſa deve ſer a diſpoſiçaõ, Ord. liv. 4. tit. 45. §. 3. Aſſent. 1. de 23. de Novembro de 1769.

150 Dividas ſeguem a natureza do contracto, de que tiveraõ origem, Ord. liv. 2. tit. 52. §. 6.

151 Dividas certas naõ podem compenſar-ſe com as illiquidas, e incertas, Ord. liv. 4. tit. 78. §. 4.

152 Dizimos devem pagar-ſe, para que Deos felicite os trabalhos, e lavouras, Direct. dos Ind. do Pará. §. 27. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

153 Dizimos. Deos em ſignal do ſupremo Dominio reſervou para ſi, e para os ſeus Miniſtros a decima parte de todos os fructos, como Author Univerſal de todos elles, Director. dos Ind. do Pará, §. 27. confirm. pelo Alv. de 17 de Agoſto de 1758.

154 Doar, ou dar naõ ſe preſume, Ord. liv. 1. tit. 82. §. 17. Liv. 4 tit. 99. §. 4. e 5.

155 Documentos authenticos fazem plena prova, e deſneceſſaria outra qualquer, Decret. de 23. de Novembro de 1758. Aſſent. de 25. de Abril de 1770.

156 Doenças graves, e agudas naõ permittem obrar com pleno, e advertido conhecimento, Lei de 25. de Junho

nho de 1766. Aſſento de 5. de Abril de 1770.

157 Dolo, ou malicia naõ ſe preſume, Ord. liv. 5. tit. 66. §. 8.

158 Dolo. Do proprio dolo, e malicia ninguem deve tirar commodo, Ord. liv. 3. tit. 21. §. 25. e 26. tit. 34. §. 1. tit. 58. §. 8. e tit. 59. §. 24. e 25. liv. 4. tit. 14. §. 1. tit. 44. §. 6. e tit. 78. §. 2. Alv. do 1. de Setembro, e de 3. de Novembro de 1757.

159 Dolo deve caſtigar-ſe, Ord. liv. 5. tit. 65. e 66. no princip. Lei de 12 de Março de 1760.

160 Dormir. Aos que dormem, e que ſe deſcuidaõ, naõ ſoccorre o direito, Ord. liv. 1. tit. 82. §. 18. e tit. 83. aliás 84. §. 30.

161 Duvidas, que naſcem de caſos naõ decididos, ſó póde reſolver o Legislador, Ord. liv. 3. tit. 64. §. 2. e 3. Lei de 25. de Junho de 1760. §. 20.

162 Duvidas coſtumaõ reſultar da confuſaõ, Lei de 6. de Mayo de 1769.

163 Duvidas naſcem da diuturnidade do tempo, Lei de 6. de Mayo de 1769.

E

1 EBriedade he poderoſo inimigo do bem-commum do Eſtado, Direct. dos Ind. do Pará, §. 13. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

2 Educaçaõ boa da mocidade he hum dos meios indiſpenſaveis, para ſe conſervar a uniaõ Chriſtaã, e a ſociedade civil, e para dar á virtude o ſeu juſto valor, Inſtruc. Reg. para os Prof. da Gammat. &c. §. 1. de 28. de Junho de 1759.

3 Educaçaõ. Da boa educaçaõ da mocidade nos principios da Doutrina, e Religiaõ Chriſtãa depende a felicidade

de eſpiritual, e temporal dos Vaſſallos do Eſtado, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 1. cap. 1. §. 5.

4 Effeito mais ſe attende, do que as palavras da diſpoſiçaõ, Ord. liv. 1. tit. 62. §. 53. liv. 3. tit. 96. §. 1. liv. 5. tit. 130. §. 5.

5 Effeito moſtra a cauſa, Ord. liv. 4. tit. 81 §. 2.

6 Effeito. Quantos mais ſaõ os meios, que ſe empregaõ, tanto he mais difficultoſo diſtinguir, a qual ſe deva attribuir o effeito, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 3. tit. 3. cap. 3. §. 10.

7 Effeitos. He temeraria, e impia a generalidade de reputar por caſtigo de Deos todos, e cada hum dos effeitos das cauſas naturaes, e naturalmente reguladas, Prov. do Edit. da Real Mez. Cenſor. de 30. de Abril de 1772.

8 Eleiçaõ para cargos, e officios publicos ſó ſe deve fazer das peſſoas, em quem concorrem as qualidades, e partes, que para elles ſe requerem, Ord. liv. 1. tit. 1. no princip. tit. 31. no princip. tit. 74. no princip. e tit. 96. aliás 97. §. 3. liv. 2. tit. 45. §. 16. e 41. liv. 5. tit. 115. §. 6. Cart. do Reſtab. do Real Colleg. dos Nob. de 7. de Março de 1761. Lei de 25. de Junho de 1760. §. 2.

9 Eleiçaõ de hum meio he renuncia dos outros, Ord. liv. 3. tit. 5. §. 3. e tit. 6. §. 5.

10 Eleiçaõ. Quem faz eleiçaõ de outrem, fica por elle reſponſavel, Ord. liv. 1. tit. 96. aliás 97. §. 1. Alv. de 21. de Mayo de 1751. cap. 2. §. fin. Lei 1. de 22. de Dezembro de 1761. tit. 8. §. 1.

11 Emenda nos delictos merece attençaõ, Ord. liv. 5. tit. 27. §. 3. e tit. 28. §. 5.

12 Emolumentos devem ſer competentes para ſuſtento independente, dos que adminiſtraõ juſtiça, Lei de 7. de Janeiro de 1750. Alv. de 25. de Junho de 1760. §. 2.

13 Emolumentos devem regular-ſe pelos diſtrictos, e careſtias das terras, Regim. 1. de 10. de Outubro de 1754. §. pen.

§. pen. e fin. e Regim. 2. do meſmo dia, e anno no princi. cip.

14 Empregos devem ſer conforme a condiçaõ, e talento de cada hum, Inſtruc. Reg. para os Profeſ. da Grammat.&c. de 28. de Junho de 1759. §. 22. Carta do Reſtab. do Real Colleg. dos Nob. de 7. de Março de 1761. tit. 9. §. 3. tit. 14. §. 3.

15 Encargos paſſaõ com as couzas, Ord. liv. 2. tit. 18. §. 6. tit. 52. §. 5. e tit. 57. no princip. liv. 3. tit. 93. §. 3. liv. 4. tit. 43. §. 13. e tit. 96. §. 23. Alv. de 25. de Fevereiro de 1761.

16 Encargos das fazendas prevalecem a outra qualquer divida, Ord. liv. 3. tit. 93. §. 1.

17 Encargos. Ninguem ſe póde eſcuſar de encargos publicos, Alv. 2. de 13. de Março de 1772.

18 Engano a ninguem deve approveitar, Ord. liv. 4. tit. 44. §. 6. e 7. liv. 5. tit. 66. no princip.

19 Engano ſempre ſe faz encobertamente, Ord. liv. 3. tit. 59. §. fin.

20 Engano mais facilmente ſe commette, aonde menos ſe póde deſcobrir, Ord. liv. 4. tit. 32. §. 1.

21 Engano, e malicia naõ ha, aonde ſe procede com ignorancia, Ord. liv. 3. tit. 34. no princip.

22 Enganos ſe devem evitar, e caſtigar, Ord. liv. 2. tit. 11. §. 2. e 4. tit. 29. §. 2. tit. 33. §. 15. 32. e 33. liv. 3. tit. 34. §. 1. e tit. 59. §. fin. liv. 4. tit. 12. no princip. e tit. 66. no princip. liv. 5. tit. 131. no princip.

23 Entidades naõ ſe devem multiplicar ſem neceſſidade, Aſſent. de 25. de Abril de 1770.

24 Equidade he do animo, e intençaõ do Principe, Lei de 25. de Junho de 1760. §. 20. Cart. de 19. de Jun- 1759.

25 Erario do Principe he na realidade publico, e commum, por depender delle naõ ſó a conſervaçaõ da Monarchia

narchia em geral, mas até o diario alimento de cada hum dos Eſtados, e peſſoas principaes della, Lei 1. de 22. de Dezembro de 1761. no princip. Decret. de 14 de Julho de 1759.

26 Errar he dos Homens, Proviſ. de Edit. da Real Mez. Cenſ. de 26. de Novembro de 1772.

27 Erro naõ póde dizer-ſe, que ha na doutrina daquelles Doutores, que ſe fundaõ em monumentos de verdade ſólida, e conſtante, Lei de 23. de Novembro de 1770. §. Sexto.

28 Erro commum faz, com que ſe mande valer o acto, que era nullo, Ord. liv. 4. tit. 85. no princip.

29 Erudiçaõ faz os homens famoſos, Cart. de Reſtab. do Real Colleg. dos Nob. de 7. de Março no princip. de 1761.

30 Eſcandalo geralmente ſe recebe, quando os malfeitores ſe ſofrem, Ord. liv. 2. tit. 3. no fim do princip.

31 Eſcandalos devem evitar-ſe, Ord. liv. 4. tit. 30. §. 2. liv. 5. tit. 25. §. 4.

32 Eſcolha póde haver nas diſpoſiçoens disjuntivas, Ord. liv. 1. tit. 80. §. 10. no fim, e liv. 2. tit. 11. §. 5.

33 Eſcolas menores, ſaõ os berços, em que ſe nutrem, e criaõ as Artes, e as Sciencias, Lei de 6. de Novembro de 1772. no princip.

34 Eſcolas publicas ſaõ as officinas dos Miniſtros da Igreja, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 2. cap. 2. §. 19.

35 Eſcolas publicas com fundamentos ſólidos fazem reſplandecer com luzes mais claras as Artes, e Sciencias, Cart. Reg. de 23. de Dezembro de Dezembro de 1770. no princip. do Comp. Hiſtor. da Univ. de Coimb.

36 Eſcravidoens cauſaõ indecencia, confuzoens, e odios entre os Vaſſallos, Alv. 1. de 16. de Janeiro de 1773.

37 Eſcravos ſaõ inhabeis, e incapazes para os officios

cios publicos, para o commercio, para a agricultura, e para os tractos, e contractos de todas as especies, Alv. 1. de 16. de Janeiro de 1772.

38 Escravos saõ de prejuizo ao Estado, por ter nelles vassallos lesos, baldados, e inuteis, Alv. 1. de 16. de Janeiro de 1772.

39 Escriptos polidos mostraõ os talentos, e a erudiçaõ de seus Authores, Cart. do Restab. do Real Colleg. dos Nob. de 7. de Março de 1761. no princip.

40 Escriptura Sagrada naõ contém nos seus textos verdade alguma falivel, Prov. do Edit. da Real Mez. Cens. de 30. de Abril de 1772.

41 Escriptura Sagrada, e a Tradiçaõ da Igreja saõ dous Oraculos infaliveis da verdade, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 3. §. 46.

42 Escriptura Sagrada, e a Tradiçaõ saõ as Fontes mais puras, e os Mananciaes mais perennes das sanctas, e saudaveis regras, e maximas de toda a Doutrina Christaã, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 2. cap. 2. §. 9. e tit. 3. cap. 8. §. 4.

43 Escriptura Sagrada, e a Tradiçaõ saõ os primeiros, e principaes Depositos da Fé, e da Moral, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 2. §. 17. 18. e 19.

44 Escriptura Sagrada, e a Tradiçaõ contem verdades, que naõ tem menos força, para se insinuarem nos Espiritos já presuadidos da sua Divina Inspiraçaõ, do que tem as verdades Mathematicas, por maior, que seja a sua evidencia, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 3. §. 46.

45 Escriptura Sagrada, e Tradiçaõ. He indispensavelmente necessario o Estudo da Sagrada Escriptura, e Tradiçaõ, para se adquirir o mais sólido, e profundo conhecimento das verdades da Fé, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 5. §. 17.

46 Esmola. No que se dá por esmola he mais livre o arbi-

arbitrio na sua repartiçaõ, do que no que se dá por serviços, Alv. de 17. de Fevereiro de 1655. na Coll. 1. liv. 2. tit. 51.

47 Especie he a couza, que se naõ dá por conta, pezo, e medida, Ord. liv. 4. tit. 78. §. 7.

48 Especie naõ se paga, dando-se huma por outra, Ord. liv. 4. tit. 78. §. 7.

49 Especie, que se deve, naõ ha de ser nem muito vil, nem aventajada, Ord. liv. 4. tit. 78. §. 7.

50 Especie sendo estimada, converte-se em quantidade, Ord. liv. 4. tit. 78. §. 7.

51 Especie certa quando se naõ póde haver, deve-se a sua verdadeira estimaçaõ, Ord. liv. 4. tit. 78. §. fin.

52 Especulaçaõ deve concorrer com a practica, para a perfeiçaõ das Artes, e Sciencias, Alv. de 16. de Março de 1757. Carta do Restab. do Real Colleg. dos Nob. de 7. de Março de 1761. tit. 10. §. 1. Alv. de 9. de Abril de 1762. no fim

53 Espiritos fracos, e superficiaes saõ inclinados a receber sem discernimento toda a novidade, e tudo o mais, que póde lisongear os seus sentidos, e as suas desordenadas paixoens, Provis. do Edit. da Real Mez. Censor. de 24. de Setembro de 1770.

54 Estabelecimento, augmento, multiplicaçaõ, e prosperidade dos Povos civilisados consistem nos reciprocos interesses de servirem huns aos outros, Alv. de 6. de Junho de 1755. §. E para que.

55 Estabelecimentos humanos ainda mui considerados nos seus principios, saõ subjeitos a serem relaxados por diversos accidentes, que só o decurso do tempo, e a experiencia podem descobrir, Alv. 1. de 13. de Março de 1772. no princip.

56 Estado naõ póde naturalmnnte prosperar entre huma desusada, e impraticavel confusaõ das incompativeis juris-

dicçoens

dicçoens, Temporal, e Espiritual, Alv. de 7. de Junho de 1755.

57 Estado se mantem mais rico, naõ se extrahindo delle a troco de frivolos ornatos a mais sólida substancia, que convém conservar para estabilidade das suas forças, e augmento do commercio, Pragmat. de 24. de Mayo de 1749. no princip.

58 Estado. He delicto abominavel, e escandaloso embaraçar o estabelecimento, a conservaçaõ, o augmento, e a felicidade do Estado, Direct. dos Ind. do Pará, §. 61. confirm. pelo Alv. de 17. de Agosto de 1758.

59 Estado tem grande utilidade, em que nelle hajaõ casas grandes, e morgados para a sua melhor defeza, e conservaçaõ, Ord. liv. 4. tit. 100. §. 5. Lei de 3. de Agosto de 1770. no princip.

60 Estar. Ninguem ao mesmo tempo póde estar em duas partes, Ord. liv. 1. tit. 80 §. 3. liv. 3. tit. 9. §. 11. e tit. 10. no princ. e §. 1. liv. 5. tit. 124. §. 1.

61 Esterilidade commua he causa de maior preço nos generos, Regim. do 1. de Abril de 1751. §. 11.

62 Estimaçaõ da couza succede em seu lugar, Ord. liv. 2. tit. 32. no princip. liv. 4. tit. 78. §. 4. e tit. 97. §. 14. liv. 5. tit. 112 §. 1.

63 Estimaçaõ. Satisfaz com a estimaçaõ da couza, quem a naõ póde entregar, Ord. liv. 4. tit. 78. §. 8.

64 Estimaçaõ das couzas augmenta-se pelas circumstancias, e qualidade dellas, Ord. liv. 4. tit. 11. §. 4

65 Estimaçaõ. Affeiçaõ faz, que as couzas se estimem em mais do justo valor, Ord. liv. 3. tit. 86 §. 16. liv. 4. tit. 11. §. 4.

66 Estimaçaõ se diminue pelas qualidades, e circumstancias das couzas, Ord. liv. 4. tit. 17. §. 1.

67 Estimaçaõ, e honra infundem naturalmente nos homens idéas nobres, Direct. dos Ind. do Pará, §. 10. Confirm.

Confirmado pelo Alv. de 17. de Agosto de 1758.

68 Estudo. Os dous mais poderosos, e efficazes motivos, que conduzem a mocidade ao Estudo, consistem no desejo do louvor, e no medo da reprehensaõ, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 1. tit. 4. cap. 1. §. 6.

69 Estudo. O amor, que ás sciencias se toma da gloria, e satisfaçaõ dos exercicios literarios, faz, que ao Estudo se dê maior, e mais fervorosa applicaçaõ, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 4. cap. 1. §. 5.

70 Estudos menores saõ os Elementos de toda a literatura, Alv. de 10. de Novembro de 1772. §. 9.

71 Estudos menores saõ os Elementos das felicidades dos Reinos, Alv. de 10. Novembro de 1772.

72 Estudos, naõ se podem segurar, sem o estabelecimento de fundos, de que hajaõ de proceder os alimentos dos respectivos Professores, Lei de 10. de Novembro de 1772. no princ.

73 Estudos. A utilidade publica, e universal faz indispensavelmente necessaria huma constante firmeza nos Estudos publicos, Lei de 10. Novembro de 1772. no princ.

74 Estudos os mais approvados, e sólidos dirigem, e conduzem ao perfeito conhecimento das Artes, e Sciencias, Alv. de 6. de Março de 1765.

75 Estylo claro, uniforme, e exacto deve ser a lingua de todas as Sciencias, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 3. tit. 4. cap. 4. §. 2.

76 Estylos antigos, e legitimos devem observar-se, Ord. liv. 1. tit. 1. §. 37. e tit. 40. §. 1. liv. 2. tit. 10. no princip. e tit. 18. §. fin. Ord. liv. 3. tit. 64. no princip. Alv. de 2. de Janeiro de 1606. na Coll. 1. liv. 1. tit. 51.

77 Estylos contra as Leis nem saõ legitimos, nem se devem observar, Lei de 18. de Agosto de 1769. §. 14. Assent. de 10. de Março de 1640. na Coll. 3. liv. 1. tit. 1. Assent. de 4. de Mayo de 1680. na Coll. 3. liv. 1. tit. 37.

78 Eſtylos legitimos naõ podem haver, onde por vezes ſe pratica o contrario, Aſſento de 20 de Dezembro de 1757.

79 Ethica he a Diſciplina, que lança, e eſtabelece os fundamentos ſólidos, e mais immediatos da Jurisprudencia ſaã, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 2. §. 1. e cap. 5. §. 20.

80 Ethica Chriſtaã tem por objecto moſtrar o verdadeiro meio, e caminho da exacta, e fiel obſervancia das Leis Divinas, e dos officios, que ellas prefcrevem, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 44.

81 Ethimologia deſcobre muitas vezes naõ ſó a origem, e natureza dos vocabulos, mas ainda das couſas, que elles ſignificaõ, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 6. cap. 3. §. 46.

82 Exame conduz para a averiguaçaõ da verdade, Ord. liv. 3. tit. 54. §. 12. e tit. 60. §. 5. liv. 5. tit. 122. §. 1. e tit. 125. §. 4.

83 Examinar ſe deve bem a juſtiça das partes, Ord. liv. 3. tit. 95. §. 8. liv. 5. tit. 134. no princip.

84 Excepçaõ firma a regra em contrario, Ord. liv. 3. tit. 20. §. 46. liv. 4. tit. 75. §. 2. e tit. 78. §. fin. Alv. de 11. de Dezembro de 1756. no fim. Alv. de 5. de Mayo de 1762.

85 Execuçaõ naõ póde haver de acçoens univerſaes ſem certeza, do que he liquido, Aſſent. de 25. de Abril de 1770.

86 Execuçaõ, do que legitimamente ſe manda, naõ póde ſer culpavel, Proviſ. e Decret. de 10. de Março de 1764.

87 Executor naõ póde averiguar, o que já vem determinado, Ord. liv. 3. tit. 86. §. 16.

88 Executor naõ póde ſuſpender as ordens dos ſuperiores, Proviſ. e Decret. de 10. de Março de 1764.

89 Ex-

89 Exemplo devem dar, os que ſe fazem diſtinctos pelo ſeu naſcimento, Alv. de 14. de Novembro de 1757. §. Havendo.

90 Exemplo dos maiores homens he de força invencivel, Alv. de 28 de Junho de 1758.

91 Exemplo dos grandes imitaõ os pequenos, Alv. de 16. de Novembro de 1771. no princip.

92 Exemplo dá ao Reino, o que ſe obra na capital delle, Alv. de 16 de Junho de 1668. na Coll. 1. liv. 5. tit. 43. Regim. da Decima de 9. de Mayo de 1654. §. 15.

93 Exemplo do ſuperior incita aos ſubalternos, Ord. liv. 1. tit. 1. no princip. Alv. 1. de 13. de Março de 1772. no princip.

94 Exemplo, e ſatisfaçaõ ſe dá ás partes, e á Republica com a brevidade da pena, caſtigando-ſe os delinquentes, em quanto ha freſca memoria das ſuas culpas, Cart. de 12. de Janeiro de 1639. na Coll. 2. liv. 1. tit. 1.

95 Exemplos animaõ a imitar, Alv. de 16. de Junho de 1668. na Coll. 1. liv. 5. tit. 43.

96 Exemplos ſaõ as liçoens mais proveitoſas, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 3. tit. 3. cap. 1. §. 8.

97 Exemplos inſtruem muito o Homem, no que deve fazer, e evitar, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 3.

98 Exemplos, que facilitaõ os bons coſtumes, ſaõ o caſtigo dos máos, e o premio dos bons, Ord. liv 1. tit. 1. §. 45.

99 Exemplos declaraõ nas Leis mais a ſua intençaõ, Ord. liv. 2. tit. 5. §. 4. Alv. de 6. Junho de 1755. §. E para que.

100 Exemplos declaraõ a regra, Ord. liv. 3. tit. 11. §. 3. e tit. 78 §. 1. e 8. liv. 4. tit. 19. §. 1. Aſſent. de 29. de Abril de 1659. na Coll. 3. liv. 1. tit. 1.

101 Exemplos naõ reſtringem a regra, Ord. liv. 1. tit. 18. §. 27. liv. 4. tit. 19. §. 1. tit. 21. e tit. 78. §. 7.

102 Exemplos naõ excluem ſemelhantes, Ord. liv. 3. tit. 11. §. 3. liv. 4. tit. 65. no princip. e tit. 78. §. 7.

103 Exemplos. Por exemplos naõ ſe deve julgar, Reſol. de 27. de Mayo de 1648. na Coll. 2. liv. 5. tit. 80.

104 Exercicio he por ſi meſmo o melhor, mais ſeguro, e mais compendioſo Meſtre em todas as Artes, e Sciencias, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 1. tit. 4. cap. 1. §. 1.

105 Exercicio, e a direcçaõ dos ſuperiores formaõ peritos, e habeis, aos que já eſtaõ inſtruidos em alguns principios, Lei 1. de 22. de Dezembro de 1761. tit. 6.

106 Exercicio. Para que a ſemente das doutrinas poſſa fermentar nos eſpiritos, e brotar a verdadeira ſciencia, naõ ha meio, que tanto poſſa contribuir, como he a exercitaçaõ literaria, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 4. cap. 1. §. 4. e ſegg.

107 Exercicios, e conferencias inſtruem muito nas reſpectivas noçoens, Alv. de 16. de Dezembro de 1771.

108 Exercicios ſaõ a alma das liçoens Academicas, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 1. tit. 4. cap. 1. §. 4. e part. 3. tit. 4. cap. 1. §. 1.

109 Exercicios praticos conduzem para ſe adquirir o habito de ſe obrar com promptidaõ, e acerto, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 3. tit. 4. cap. 3. §. 1.

110 Exercicios Vocaes ſaõ unicamente proporcionados, para ſe adquirir a ſciencia das doutrinas eſpecu'ativas, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 3. tit. 4. cap. 3. §. 1.

111 Exercicios por eſcripto forçaõ o entendimento a meditar com mais attençaõ, e profundidade, e nelle ſe repaſſaõ, e combinaõ os principios das doutrinas aprendidas com mais vagar, e reflexaõ, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 3. tit. 4. cap. 4. §. 1.

112 Ex-

112 Experiencia deſcobre a verdade, Regim. dos Dezemb. do Paço §. 26. no liv. 1. Ord. liv. 4. tit. 32. §. 1. Lei 1. de 22. de Dezembro de 1761. no princip.

113 Experiencia moſtra a neceſſidade, que ha de providencias, Alv. de 21. de Abril de 1681. na Coll. 1. liv. 1. tit. 33. Alv. de 20. de Julho de 1686. na Coll. 1. liv. 1. tit. 77.

114 Experiencia moſtra os inconvenientes, que pelo decurſo dos tempos ſe introduzem nas providencias, Lei 1. e 2. de 22. de Dezembro de 1761. no princip. Lei de 9. Julho de 1763.

115 Experiencia. Quem tem experiencia, preſume-ſe ter melhor conhecimento, Alv. de 18. de Junho de 1605. na Coll. 1. liv. 1. tit. 58. Aſſento de 27. de Novembro de 1711. na Coll. 3. liv. 1. tit. 58.

116 Expreſſaõ nobre, exacta, e magnifica infunde huma elevaçaõ de eſpirito, Eſtat. da Univ. de Coim. liv. 3. part. 3. tit. 3. cap. 2. §. 20.

117 o Expreſſo prevalece á geral diſpoſiçaõ das leis, Ord. liv. 1. tit. 67. §. 10. e tit. 78. §. 24. liv. 2. tit. 58. §. 4. liv. 3. tit. 20. §. 19. e 38. liv. 5. tit. 109. §. fin.

118 Expreſſo. Offende, o que he expreſſo; e o naõ expreſſo naõ prejudica, Ord. liv. 4. tit. 82. no princ. junto o §. 2.

119 Extenſaõ grande dos territorios naõ ſe compadece bem com o governo delles, Lei de 17. de Março de 1770. Alv. 2. de 25. de Agoſto de 1770.

120 Evangelhos contém os dogmas da Fé, e as regras, e maximas da vida Chriſtaã, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 5. §. 18.

1 Fa-

F

1 FAbricas em os Reinos saõ de publica utilidade; Alv. de 21. de Abril de 1751. Alv. de 7. de Agosto de 1767.

2 Facto proprio ninguem póde impugnar, Ord. liv. 2. tit. 52. §. 7. liv. 3. tit. 31. §. 5. e tit. 33. §. 3. liv. 4. tit. 48. §. 3. tit. 76. §. 2. tit. 95. §. fin. e tit. 96. §. 18.

3 Facto alheio naõ póde a outro causar damno, Ord. liv. 3. tit. 25. §. fin. tit. 45. §. fin. e tit 78. §. 1. liv. 4. tit. 8. §. 2. e 4. e tit. 95. §. 4. liv. 5. tit. 28. no princip.

4 Factos alheios ninguem he obrigado a saber, Ord. liv. 3. tit. 53. no fim do princip. e tit. 59. §. 6. e 7.

5 Factos naõ se presumem, sem se provarem, Ord. liv. 1. tit. 62. §. 19. liv. 3. tit. 36. no princip. liv. 5. tit. 107. §. 6.

6 Factos declaraõ a vontade, Ord. liv. 4. tit. 19. §. 1. tit. 82. no princip. e tit. 99. §. 6.

7 Factos, que naõ saõ constantes, repetidos, e uniformes, nem sempre saõ ajustados ás regras, e disposiçoens de Direito, Estat. da Univ. de Coim. liv. 2. tit. 8. cap. 4. §. 10.

8 Faculdades Academicas fazem figurar os Homens nos Estados, Lei de 6. de Novembro de 1772 no princ.

9 Fado se se admittisse, toda a Religiaõ se desterrava, naõ ficando lugar algum á virtude, e ás boas obras; e privando aos Homens da liberdade, de nada serviriaõ as leis, os premios, e as penas, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 69.

10 Falsidade commette, quem calla a verdade ao Soberano, Ord. liv. 2. tit. 43. no princip.

11 Falsidades devem evitar-se, e as occasioens de se com-

commetterem, Ord. liv. 1. tit. 85. §. 5. liv. 3. tit. 83. §. 2. liv. 4. tit. 46. §. 3. e tit. 80. §. 2.

12 Falta de castigo he causa de se commetterem delictos sem temor, ou receio algum, Alv. de 3. de Dezembro de 1603. na Coll. 1. liv. 3. tit. 6. Alv. de 13. de Julho de 1605. na Coll. 1. liv. 3. tit. 6.

13 Falta do castigo faz naõ haver emenda nos delictos, Decreto de 3. de Outubro de 1672. na Coll. 2. liv. 1. tit. 70.

14 Falta da liberdade he o castigo mais sensivel, Alv. de 13. de Julho de 1678. na Coll. 1. liv. 1. tit. 77.

15 Falta das verdadeiras luzes necessarias para a intelligencia das leis deixa os juizos vagos, e errantes, Lei de 18. de Agosto de 1769. §. 13.

16 Fama pública, que procede de pessoas de authoridade, e dignas de credito, merece attençaõ, Ord. liv. 5. tit. 134. no princip.

17 Familia. Os individuos de cada familia tem direito aos bens de cada hum della, Ord. liv. 4. tit. 107. liv. 5. tit. 55. §. fin. Lei de 9. de Setembro de 1769. no princ.

18 Familias illustres naõ devem confundir-se, Ord. liv. 5. tit. 92. no princip.

19 Familias. O augmento das familias contém utilidade pública, Lei de 9. de Setembro de 1769. §. 27

20 Fanatismo he pernicioso á Republica, Prov. de Edict. da Real Mez. Censor. de 30. de Abril de 1772.

21 Favor se naõ deve fazer em prejuizo da administraçaõ da Justiça, Ord. liv. 1. tit. 19. §. 3. e tit. 65. §. 43. Liv. 2. tit. 38. no princip. liv. 5. tit. 51. no princip.

22 Favores, ou materias favoraveis devem em duvida entender-se mais amplamente, Assent. de 27. de Novembro de 1721. e faz a Ord. liv. 4. tit. 74. §. 3.

23 Fazer se presume cada qual, o que tem por costume, Ord. liv. 4. tit. 4. §. 2. e tit. 19. §. 1.

24 Fazer, conſentir, ou approvar naõ tem differença entre ſi, Ord. liv. 2. tit. 50. no princip. liv. 4. tit. 44. §. 3. liv. 5. tit. 74. no princip.

25 Fazer, ſuggerir, ou inſpirar he igualmente o meſmo, Lei de 25. de Junho de 1766. §. 2.

26 Fazer cada hum ſe julga, o que faz por outrem, Ord. liv. 2. tit. 49. no princip. tit. 53. §. 5. liv. 3. tit. 7. no princip. e tit. 69. §. 5. liv. 4 tit. 44. §. 5. tit. 84. no princip. liv. 5. tit. 95. no princip. e tit. 112. no princip.

27 Fazer ſe deve, o que bem ſe póde fazer, Ord. liv. 3. tit. 1. §. 8. verſic. Porque. liv. 4. tit. 96. §. 2.

28 Fazer. Só ſe deve attender, ao que ſe faz, e naõ ao que ha ſó tençaõ de fazer-ſe, Aſſent. de 5. de Abril de 1770.

29 Fazer. Ninguem deve fazer, o que he impropio da ſua occupaçaõ, e dignidade, Ord. liv. 4. tit. 16. no princip.

30 Fazer. Quem ainda eſtá em tempo de fazer alguma couza, naõ ſe póde já dizer, que a naõ fez, Ord. liv. 5. tit. 112. §. 5.

31 Fazer. Quem faz, o que em ſi eſtá, ſatisfaz, ao que deve, Ord. liv. 4. tit. 78. §. 8. e tit. 102. §. 5 verſ. Tendo feito, e liv. 5. tit. 99. no princ. e tit. 131. §. fin.

32 Fazer. Quem faz, o que naõ deve, eſtá em culpa manifeſta, Ord. liv. 3. tit. 94. §. fin. e liv. 5. tit. 115. §. 20.

33 Fé tem por Meſtre indubitavelmente o meſmo Deos, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 5. §. 16.

34 Fé naõ he, nem póde ſer Fonte, e Principio dos conhecimentos dos preceitos naturaes; nem por ella ſaõ eſtes demonſtraveis, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 5. §. 16.

35 Naõ póde haver Dogma algum da Fé, que admitta

ta contradicçaõ com as Leis Naturaes, primitivas, eſſenciaes, e innatas no Homem, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 5. §. 16.

36 Fé. Toda a oppoſiçaõ, que houver entre os Dogmas da Fé, e os pertendidos Dictames da Razaõ, deve ſervir de hum argumento convincente, de naõ ſerem verdadeiros os Dictames, que em tal caſo ſe repreſentaõ, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 5. §. 16.

37 Fé. As Regras da Fé, e da Moral ſaõ, e foraõ ſempre invariaveis por ſua natureza em todos os lugares, e tempos, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 1. §. 69.

38 Fé. As Regras da Fé, e da Moral, ſaõ humas tomadas da palavra de Deos, eſcripta, ou vocal, e outras repetiçoens da Lei Natural, que o meſmo Deos eſcreveo, e imprimio nos noſſos coraçoens, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 1. §. 69. no fim.

39 Fé. Os principios da Razaõ, e da Fé naõ devem ja mais ſer confundidos, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 14.

40 Fé ninguem he obrigado a guardar, a quem a naõ guarda, Ord. liv. 4. tit. 44. §. 8. Alv. de 22. de Junho de 1766.

41 Fé pública he abaſe fundamental de todo o negocio, Direct. dos Ind. do Pará, §. 38. Confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

42 Fé pública. Convém muito ao ſerviço do Principe, e intereſſe commum dos Vaſſallos conſolidar a fé pública, Lei de 13. de Janeiro de 1757.

43 Feito pela maior parte, por todos ſe julga feito, Ord. liv. 3. tit. 97. §. fin. liv. 4. tit. 36. §. 1. e tit. 96. §. 23.

44 Feito ſenaõ diz, o que naõ teve effeito, Ord. liv. 1. tit. 62. §. 20. no fim, liv. 4. tit. 81. §. 6.

45 Felicidade Eterna he a verdadeira, Decret. de 6. de Julho de 1752. no Repert. let. P. pag. 202. b. Direct. dos Ind. do Pará §. 95. confirmad. pelo Alv. de 17. Agosto de 1758.

46 Felicidade verdadeira só se póde achar em Deos, como Creador dos Ceos, e da Terra, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 1. cap. 3. §. 3.

47 Felicidades temporaes se conseguem pela civilidade, cultura, e commercio, Direct. dos Ind. do Pará. §. 3. confirm. pelo Alv. de 17. de Agosto de 1758.

48 Festas se introduziraõ para demonstraçaõ de alegria, e divertimento dos povos, Alv. de 24. de Fevereiro de 1686. na Coll. 1. liv. 1. tit. 66.

49 Ficçaõ de direito obra o mesmo, que a verdade, Ord. liv. 4. tit. 7. no princip. e tit. 100. §. 11. no fim. do mesmo.

50 Filosofia he a Sciencia geral do Homem, que abraça, e comprehende todos os conhecimentos, que a luz da Razaõ tem alcançado, e ha de alcançar em Deos, no Homem, e na Natureza, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 3. §. 3. do Pref.

51 Filosofia he a Sciencia fundamental de todas as outras, nas quaes os que houverem de exprimir-se com ordem, e exactidaõ, devem ser previamente exercitados no estylo Filosofico, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 3. tit. 4. cap. 4. §. 1. e no Pref. §. 4.

52 Filosofia. No Criterio consiste a alma da Filosofia, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 3. tit. 3. cap. 1. §. 11.

53 Filosofia. A Jurisprudencia Positiva deve huma grande parte das suas Leis á Filosofia, Estat. da Univ. de Comib. liv. 3. part. 1. §. 2. no Pref.

54 Fim. Nas acçoens só se deve attender ao fim, e tençaõ, com que se obraõ, Ord. liv. 5. tit. 15. no princip.

cip. tit. 26. no princip. e tit. 28. §. 7.

55 Fim. Sempre se deve attender, qual seja o fim das disposiçoens, Lei de 9. de Setembro de 1769. §. 11. Lei de 3. de Agosto de 1770. §. 18. Assento 1. de 23. de Novembro de 1769.

56 Fim. O que he introduzido a hum fim, naõ deve obrar effeito contrario, Alv. de 24. de Fevereiro de 1686. na Coll. 1. liv. 1. tit. 66. Alv. de 12. de Abril de 1698. Coll. 1. liv. 4. tit. 100. Alv. de 26. de Setembro de 1769.

57 Fim. Naõ convém divertir o fim disposto pelas leis, Alv. de 30. de Junho de 1652. na Coll. 1. liv. 1. tit. 5.

58 Fins naõ se podem alcançar sem applicaçaõ dos meios necessarios, Decret. de 13. de Julho de 1756. que se acha junto ao Decret. de 14. de Julho de 1759. Instruc. para os Prof. da Grammat. &c. §. 1. de 28. de Junho de 1759.

59 Fiscaes devem requerer a execuçaõ das leis, Ord. liv. 1. tit. 15. no princip. Alv. de 4. Setembro de 1765. §. 5.

60 Força com força se póde repellir, Ord. liv. 4. tit. 58. §. 2. no princip.

61 Fórma do acto naõ observada, he o acto nullo, Ord. liv. 3. tit. 20. §. 25. e 36. tit. 59. no fim do princip. liv. 4. tit. 40. no princip. liv. 5. tit. 2. §. 4. no fim. tit. 50. §. 2. e tit. 117. §. 6.

62 Foro. Ninguem sem expressa determinaçaõ deve ser tirado do juizo do seu foro, Assent. 3. de 23. de Novembro de 1769.

63 Foro. A Sociedade civil se perturba, quando com fraudes se tiraõ os Cidadoens do juizo de seu foro, Assento 3. de 23. de Novembro de 1769.

64 Fraudar se naõ deve a Lei com violentas interpretaçoens, Alv. de 29. de Outubro de 1754. Alv. de 25. de Janeiro de 1755.

65 Fraudar, ou permittir a fraude, he igualmente punivel, Alv. de 16. de Janeiro de 1751. cap. 2. §. 2.

66 Fraude da Lei naõ evita a ſua diſpoſiçaõ, Ord. liv. 1. tit. 24. §. 47. tit. 62. §. 7. e tit. 87. aliás 88. §. 29. e 30. liv. 2. tit. 18. §. 4. liv. 3. tit. 59. §. 24. e 25. liv. 4. tit. 70. §. 1. liv. 5. tit. 113. §. 2. no fim.

67 Fraude a ninguem deve trazer commodo, Alv. de 24. de Fevereiro de 1764. §. 21. e 24. Alv. de 15 de Outubro de 1764.

68 Fraude na diſpoſiçaõ naõ ſe deve admittir, Ord. liv. 4. tit. 19. §. 2. e tit. 49. §. 1. liv. 5. tit. 71 §. 9. Alv. de 3. de Julho de 1699. na Coll. 1. liv. 4. tit. 23.

69 Fraude. O que ſe faz em fraude, e deſprezo da Lei, naõ póde a ninguem approveitar, Aſſent. 1. de 9. de Abril de 1772.

70 Fraudes devem evitar-ſe, Ord. liv. 4. tit. 33. no princip. Alv. de 13. de Novembro de 1756. §. 18.

71 Fructos. Na abundancia de fructos ha commum, e geral proveito, Ord. liv. 4. tit. 43 §. 9. Lei de 4. de Fevereiro de 1773.

72 Fructos. Deve animar-ſe com favores, e privilegios o commercio, e a entrada dos fructos da primeira neceſſidade, Lei de 18. de Janeiro de 1773.

73 Fructos, que ſobejaõ nas terras, ſaõ cabedal inutil, e morto; e ſó ſe fazem lucroſos pela exportaçaõ para as outras terras, que delles neceſſitaõ, Lei de 4. de Fevereiro de 1773. no princip.

74 Fugida, e auſencia conduz nos delictos para o conhecimento dos delinquentes, Ord. liv. 1. tit. 60. §. 3. liv. 5. tit. 134. no princip.

75 Furor. Quem eſtá em continuo furor, naõ ſe preſume, que faça acto algum bem acertado, Ord. liv. 4. tit. 81. §. 1.

76 Furto commette, quem malicioſamente o permitte,

te, Ord. liv. 5. tit. 74. no princip.

77 Furto. Quem ſe acha com o furto, preſume-ſe, que o commetteo, Ord. liv. 5. tit. 60. §. 5.

78 Furto commettido com inſulto he delicto muito pernicioſo á Republica, e ao ſocego della, Decret. de 10. de Mayo de 1702. na Coll. 2. liv. 5. tit. 60.

G

1 GAbellas foraõ creadas para as neceſſidades públicas dos Reinos, Lei de 26. de Outubro de 1765.

2 Ganhar. Ninguem ſem culpa deve ficar inhabilitado para deixar de ganhar a ſua vida em qualquer util trafico, ou agencia, Lei de 13. de Novembro de 1756. §. 23.

3 Genero nunca pereçe, Ord. liv. 4. tit. 50. no princip.

4 Generos, de que os Reinos neceſſitaõ, naõ ſe devem extrahir para fóra delles, Alv. de 19. de Abril de 1749.

5 Generos. As ferteis producçoens dos generos augmentaõ as povoaçoens, e fazem abundante o Eſtado, Direct. dos Ind. do Pará §. 23. confirmado pelo Alv. de 17. Agoſto de 1758.

6 Generos devem ter hum preço regular, que dê competente conveniencia, aos que os fabricaõ, e reſpectivo lucro, aos que nelles negoceaõ, Alv. de 11. de Agoſto de 1759. Alv. de 16. de Dezembro de 1760.

7 Generos, que naõ ſaõ da meſma bondade, e qualidade, naõ merecem igual reputaçaõ, e preço, Alv. de 5. de Fevereiro de 1771. no princip.

8 Generos. A bondade, e o juſto preço dos generos fazem conſervar a reputaçaõ delles, e ſeguraõ a ſua extracçaõ,

Regim. de 16. de Janeiro de 1751. cap. 6.

9 Generos. Os preços exceſſivos arruinaõ os generos, impoſſibilitando o ſeu conſumo; e os diminutos os arruinaõ, tirando aos lavradores as forças neceſſarias para a ſua cultura, Alv. de 16. de Dezembro de 1760. §. 3. Alv. de 17. de Outubro de 1768. no princip.

10 Generos naõ devem ter o meſmo preço nos annos de abundancia, que nos de eſterilidade, Alv. de 16 de Dezembro de 1760. §. 3. Alv. de 5. de Fevereiro de 1771. no princip.

11 Generos. He engano muito perniciоſo vender generos inferiores por ſuperiores, Alv. de 16. de Novembro de 1771. no princip.

12 Gente ruſtica uſa de muitas abuſoens, Ord. liv. 5. tit. 3. §. 3.

13 Gente mal educada tem neceſſidade de termos mais fortes, e efficazes, para ſe obrigar a tomar vida civil, Alv. de 20. de Setembro de 1760.

14 Geral. O que he geral, naõ deroga, o que eſpecialmente ſe ordena, Ord. liv. 2. tit. 45. §. 11. liv. 5. tit. 115. §. 26. no fim.

15 Governo Monarchico, e hereditario tem grandes ventagens ſobre os outros, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 3. §. 7.

16 Governo ſabio ſempre procurou impedir o luxo, como origem da ruina da fazenda, e dos bons coſtumes, Pragmat. de 24. de Mayo de 1749. no pincip.

17 Governo, que ſe funda na Juſtiça, faz conſeguir aos povos as felicidades, que podem dezejar, Decreto de 23. de Novembro de 1662. na Coll. 2. liv. 1. tit. 1.

18 Governo ſecular he alheio das obrigaçoens do Sacerdocio, Alv. de 7. de Junho de 1755.

19 Governos. O Commercio, Arithmetica Politica, e Economia do Eſtado ſaõ importantes objectos dos Governos

vernos ſupremos, Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 9. no fim.

20 Graça geral approveita a todos, ainda que alguns naõ tenhaõ as circumſtancias da ſua conceſſaõ, Ord. liv. 2. tit. 60. no princip. liv. 3. tit. 18. §. 15.

21 Graça peſſoal naõ paſſa da peſſoa, a que ſe concede, Ord. liv. 3. tit. 38. §. 5. e 6.

22 Graça concedida a hum approveita aos outros em cauſa commua, e individua, Ord. liv. 3. tit. 80. §. 3.

23 Graça geral naõ move tanto, quanto a que particularmente ſe concede aos benemeritos pelos ſeus bons procedimentos, Carta de 13. de Abril de 1636. na Coll. 2. liv. 1. tit. 1.

24 Graça. Ninguem deve exceder os termos da ſua graça, e mercê, Ord. liv. 2. tit. 45. §. 6. e 7. liv. 4. tit. 43. §. 1.

25 Graças naõ prejudicaõ a terceiro, Ord. liv. 1. tit. 2. §. 4. e tit. 3. §. 9.

26 Graças animaõ mais ao ſerviço do Principe, Alv. de 24. de Novembro de 1645. na Coll. 1. liv. 2. tit. 47.

27 Graças de voluntaria juriſdicçaõ ſó dependem da vontade do Principe, Ord. liv. 3. tit. 85 §. 2.

48 Graças naõ approveitaõ, aos que já as tem renunciado, Ord. liv. 3. tit. 37. §. 3.

29 Graças. O que he digno de eſpecial nota, naõ ſe comprehende na graça geral, ſem expreſſa, e individual mençaõ, Alv. de 14. de Novembro de 1752.

30 Graças concedidas aos benemeritos ſaõ eſtimulos para os bons procedimentos, Carta de 13. de Abril de 1636. na Coll. 2. liv. 1. tit. 1.

31 Graças, e beneficios, com que o Soberano promove a abundancia, e felicidade entre os Vaſſallos, devem decer do Throno para todos com igualdade, Lei de 4. de Fevereiro de 1773. no princip.

32 Gra-

32 Graças naõ saõ verdadeiras, as que deterioraõ os Estudos com prejuizo publico, e particular daquelles, que pelo mesmo facto de as pedirem, se constituem indignos dellas, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 2. cap. 1. §. 5.

33 Graduaçaõ, em que cada hum está, se deve attender no provimento dos cargos, e occupaçoens, Cart. do Restab. do Real Colleg. dos Nob. de 7. de Março de de 1761. tit. 14. §. 2. Decret. de 2. de Julho de 1761.

34 Graduaçaõ diversa de pessoas deve percisamente haver nas povoaçoens civis, á proporçaõ dos ministerios, que exercitaõ, Direct. dos Ind. do Pará §. 9. confirmad. pelo Alv. de 17. de Agosto de 1758.

35 Graduaçaõ, e dignidade maior dá preferencia, Assent. de 22. de Fevereiro de 1742. na Coll. 3. liv. 1. tit. 8.

36 Gratificar cadaqual póde o beneficio recebido, Ord. liv. 2. tit. 49. §. 4. no fim. liv. 4. tit. 64 no princip.

37 Grandes do Estado devem cuidar, em que pelos casamentos se conservem a sua distincçaõ, e qualidades, Lei de 29 de Janeiro de 1739. §. E a fim. Coll. 1. liv. 1. tit. 92.

38 Gravame faz licito o recurso aos superiores, Ord. liv. 3. tit. 19. §. 14. no fim, e tit 74. no princip. Decret. de 3. de Dezembro de 1755.

39 Gravame se faz, quando senaõ guarda a Lei, Ord. liv. 1. tit. 5. §. 6. liv. 3. tit. 20. §. 46.

40 Gravidade maior, ou menor do crime faz regular os tempos, e os lugares dos degredos, Alv. de 15. de Outubro de 1760. no fim

H

1 HErança naõ póde haver de homem vivo, Ord. liv. 4. tit. 70. §. 3.

2 Herdeiro representa o defunto, e succede em todo o direito, que elle tinha, Ord. liv. 3. tit. 11. §. 2. tit. 59. §. 12. e tit. 82. no princip. liv. 4. tit. 48. §. 3. tit. 51. §. 3. e tit. 61. §. 5. liv. 5. tit. 55. §. 1.

3 Herdeiro deve cumprir, e estar pelos contractos, que fez o defunto, Ord. liv. 4. tit. 42. no fim do princip. e tit. 45. §. 2.

4 Herdeiros. A Natureza, e Caridade destinaõ aos herdeiros legitimos os bens dos parentes, Lei de 9. de Setembro de 1769. no princip.

5 Hermeneutica tem por fim dirigir, e formar o interprete, ensinando-lhe os seus proprios, e indispensaveis officios, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 8. §. 14. e 15. liv. 2. tit. 6. cap. 6. §. 8.

6 Historia he Mestra da vida, e Luz da verdade, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 1. §. 72.

7 Historia Universal he o fundamento de todas as historias particulares, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 6. §. 9.

8 Historia toda he cega sem as luzes da Chronologia, e Geografia, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 6. §. 18.

9 Historia sem a luz das prudentes reflexoens, que permittirem as circumstancias, e qualidades dos casos, he infecunda, esteril, e falta de alma, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 1. §. 70. e segg.

10 Historia literaria de cada sciencia contribue muito para facilitar o estudo della, e para promover os seus pro-

nhecer-se o Homem a ſi meſmo, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 3. tit. 3. cap. 1. §. 16.

26 Homem naſce rude, e ignorante de tudo, adquirindo por meio da converſaçaõ familiar os primeiros conhecimentos da vida; vendo, ouvindo, perguntando, e reſpondendo, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 1. tit. 4. cap. 2. §. 1.

27 Homem tem natural propenſaõ para a imitaçaõ, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 3.

28 Homem naõ tem principio algum, para poder comprehender os inſprecutaveis ſegredos, que Deos reſervou para ſi, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 1. §. 7.

29 Homem. Diverſos ſaõ os gráos da capacidade, e intelligencia dos Homens, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 1. tit. 4 cap. 2. §. 9.

30 Homem douto póde muitas vezes errar, e ſer convencido de erros provenientes, ou de preoccupaçoens, ou de faltas de noticias, que ſaõ neceſſarias, para os remover, e obrar com o juizo livre, e circumſpecto, Prov. de Edit. da Real Mez. Cenſ. de 26. de Novembro de 1772.

31 Homens todos ſaõ iguaes por natureza, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 65.

32 Homens. A uniaõ Chriſtaã, e ſociedade civil faz intoleravel a differença, e diſtincçaõ de Homens na razaõ da humanidade, Alv. 1. de 16. de Janeiro de 1773.

33 Homens. A diſtincçaõ de homens na razaõ natural da humanidade he inimigo commum do verdadeiro, e fundamental eſtabelecimento das naçoens, Direct. dos Ind. do Pará, §. 88. confirmad. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

34 Homens ſaõ livres por Direito Natural, Ord. liv. 4. tit. 42. no princip. Alv. de 30. de Julho de 1609. na Coll. 1. liv. 4. tit. 42. Alv. de 10. de Setembro de 1611.

1611. na Coll. 1. liv. 4. tit. 42.

55 Homens. Naõ he razaõ, que qualquer homem depois de morto, conſerve até o fim do mundo o dominio dos bens, que tinha, quando vivo, Lei de 9. de Setembro de 1769. §. 21.

36 Homens de negocio devem ſaber os principios da probidade, e do calculo mercantil, Lei de 30. de Agoſto de 1770. no princip.

37 Homens doutos daõ crediro á Naçaõ, Cart. do Reſtab. do Real Colleg. dos Nob. de 7. de Março de 1761. no princip.

38 Homens de bom naſcimento naõ ſe preſume, que faltem a cumprir as ſuas obrigaçoens, Ord. liv. 1. tit. 74. no princip. Cart. do Reſtab. do Real Colleg. dos Nob. de 7. de Março de 1761. tit. 13. §. 1.

39 Homens ſe devem dar aos officios, e naõ officios aos Homens, Lei de 23. de Novembro de 1770. §. Primeiro.

40 Honeſto. Attender ſe deve, naõ ſó, ao que he licito, mas tambem ao que he honeſto, Lei de 2. de Abril de 1762. no fim do princip.

41 Honra. No ſerviço do Principe, e na defeza da Patria conſiſte o mais bem entendido ponto de honra, Decreto 1. de 2. de Abril de 1762.

42 a Honra, e a innocencia dos Vaſſallos eſtaõ debaxo da protecçaõ dos Principes, Alv. de 2. de Mayo de 1768. no princip.

43 Honras merecem as peſſoas uteis ao ſerviço do Principe, e ao bem commum do Eſtado, Alv. de 21. de Abril de 1751.

44 Honras. Naõ inhabilita para as honras o trabalhar na cultura das proprias terras, Direct. dos Ind. do Pará §. 18. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

45 Hoſpede merece o melhor lugar, Lei de 24 de Fe-

Fevereiro de 1764. §. 16.

46 Humanidade. He inſeparavel da humanidade, e caridade Chriſtãa o affecto entre as peſſoas conjunctas pelo ſangue, para ſe preſtarem reciprocos ſoccorros, e alimentos com preferencia aos eſtranhos, Lei de 25. Junho de 1766. no princip.

I

1 IDade. Na primeira idade domina a força da memoria, e falta a do raciocinio, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 2. tit. 2. cap. 2. §. 1.

2 Ignorancia naõ ſe preſume do proprio facto, Ord. liv. 3. tit. 59. §. 6. e 7.

3 Ignorancia de facto he attendivel, Ord. liv. 3. tit. 20. §. 11. tit. 21. §. 6. tit. 49. §. 3. e tit. 50. no princip. liv. 4. tit. 10. §. 7. e 9.

4 Ignorancia de direito naõ approveita, Ord. liv. 1. tit. 98 no fim do princip. liv. 5. tit. 131. §. 3. Verſic. E ſe o dito.

5 Ignorancia ſenaõ póde allegar, do que a todos ſe faz publico, Ord. liv. 4. tit. 106. §. 3. Alv. de 20. de Dezembro de 1696. na Coll. 1. liv. 5. tit. 80. Alv. de 25 de Junho de 1749. Alv. de 10. de Junho de 1755.

6 Ignorancia naõ ſe attende, do que facilmente ſe deixa conhecer, Ord. liv. 4. tit. 17. §. 1.

7 Ignorancia, e a ociosidade ſaõ as raizes dos vicios, Lei de 30. de Agoſto de 1770. §. 10.

8 Ignorancia da culpa livra da pena, Ord. liv. 4. tit. 10. §. 7. e 9. liv. 5. tit. 14 no princip.

9 Ignorante. Naõ corre o tempo ao ignorante, ou que naõ he ſabedor, Ord. liv. 3. tit. 69. §. 4. tit. 70. no princip. e tit. 79. §. 1. liv. 4. tit. 84. no princip.

10 Igreja he huma Congregaçaõ de homens unidos em Chriſto pelo Baptiſmo; para que vivendo todos conforme a Norma eſtabelecida no Evangelho, e promulgada pelos Apoſtolos por todo o mundo, e debaxo da direcçaõ, e governo de huma Cabeça viſivel, e dos outros Paſtores legitimos; poſſaõ honrar bem o verdadeiro Deos, e por meio deſte culto conſeguir a Bemaventurança eterna, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 4. cap. 4. §. 6.

11 Igreja he ſó huma, e unica, da meſma fórma que tambem he ſó huma, e unica a Fé, e a Religiaõ, que ella enſina, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 4. cap. 4. §. 7.

12 Igreja Catholica Romana he ſempre a meſma, e a columna ſempiterna da verdade da noſſa Sancta Religiaõ, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 8. cap. 6. §. 35.

13 Igreja. Na Igreja Catholica Romana ha todas as notas, e ſignaes caracteriſticos da verdadeira Igreja, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 8. cap. 6. §. 35.

14 Igreja Univerſal he a Mãy, a Meſtra, e a Directora commua de todas as Igrejas particulares, Lei de 25 de Mayo de 1773. no princ. Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 4. cap. 4. §. 17.

15 Igreja he Guarda do precioſo depoſito da Fé, e da Moral, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 2. §. 21.

16 Igreja. He invariavel, verdadeiro, e ſempre conſtante o Eſpirito da Igreja, Lei de 25. de Mayo de 1773. Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 8. cap. 1. §. 12.

17 Igreja ſomente he, e póde ſer o verdadeiro Juiz, a Regra certa, e o Orgaõ infalivel das verdades Chriſtãas, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 2. §. 22.

18 Igreja. A verdade, e certeza da Tradiçaõ depende do Juizo da Igreja, aſſim como a verdade, certeza, e divindade dos livros da Eſcriptura Sagrada, Eſtat. da Univ. de

Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 2. §. 21.

19 Igreja. O fim commum da Inſtituiçaõ da Igreja he, que todos, e cada hum dos individuos, de que ella ſe compõem, conſpirem uniformemente para a obſervancia da Lei Evangelica, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 7. §. 4.

20 Igreja. A Authoridade da Igreja ſó tem por objecto as couzas eſpirituaes, e pertencentes ao Eſpirito, Lei de 5. de Abril de 1768. no princip. Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 4. cap. 4. §. 11.

21 Igreja. Eſtado da Igreja naõ póde ſer feliz, nem póde proſperar, ſem a boa harmonia do Sacerdocio com o Imperio, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 7. §. 6. e liv. 2. tit. 4. cap. 4. §. 15.

22 Igreja. Da Igreja Univerſal naõ podem as Igrejas Particulares ſeparar-ſe ſem abuſo, e offenſa da Uniaõ Chriſtaã, Lei de 25. de Mayo de 1773. no princ.

23 Igreja naõ defende, aos que naõ vivem debaxo da ſua Lei, nem obedecem aos ſeus mandados, Ord. liv. 2. tit. 5. §. 1.

24 Igreja ſó póde determinar os dias, que ſe haõ de guardar para louvor de Deos, Ord. liv. 5. tit. 5. no princ.

25 Igreja naõ deſembainha a eſpada das cenſuras, ſe naõ para os transgreſſores das ſuas leis, Alv. de 18. de Janeiro de 1765.

26 Igualdade ſe deve obſervar na adminiſtraçaõ da Juſtiça, Alv. de 11. de Fevereiro de 1719. na Coll. 1. liv. 2. tit. 34. Decret. de 8. de Outubro de 1760. Aſſent. de 24. de Mayo de 1735. na Coll. 3. liv. 1. tit. 27.

27 Igualdade. Na Igualdade do premio, e do caſtigo conſiſte o equilibrio da Juſtiça, e o bom governo das Republicas, Direct. dos Ind. do Pará §. 2. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

28 Igualdade da Juſtiça pede, que ſe evite o damno, e ſe

e ſe caſtigue, os que concorrem para elle, Alv. de 11. de Fevereiro de 1711. na Coll. 1. liv. 5. tit. 107.

29 Impedido o meio, naõ ſe póde conſeguir, o que por elle havia de vir a pertencer, Ord. liv. 2. tit. 35. §. 14. Lei de 3. de Agoſto de 1770. §. 11.

30 Impedido. Ao impedido naõ corre o tempo, Ord. liv. 1. tit. 62. §. 2. liv. 3. tit. 74. §. 5. e tit. 84. §. 9. liv. 4. tit. 18. no princip.

31 Impedimento juſto naõ póde prejudicar, Ord. liv. 1. tit. 1. §. 41. tit. 27. §. 8. tit. 52. §. 15. e tit. 68. §. fin. liv. 3. tit. 20. §. 44. tit. 54. §. 9. tit. 84. §. 9. e tit. 91. §. 1. liv. 4. tit. 18. no princip. liv. 5. tit. 13. §. 3.

32 Impedimento juſto eſcuſa da obrigaçaõ, Ord. liv. 2. tit. 66. §. 1. liv. 3. tit. 7. §. 7. e tit. 9. §. 10. e 11.

33 Impedimento deve provar-ſe, por quem o allega, Ord. liv. 3. tit. 91. §. 1. no fim.

34 Impedimento ſem ſe remover, naõ ſe póde conſeguir, o que ſe pertende, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 8. cap. 2. §. 8.

35 Impedir naõ ſó ſe julga, o que embaraça qualquer acçaõ, mas tambem o que defende os meios della ſe fazer, Ord. liv. 4. tit. 84. §. 1.

36 Impoſſibilitados. Devem ſoccorrer-ſe com a poſſivel providencia, os que ſe achaõ impoſſibilitados de fazer, o que neceſſitaõ, Decreto de 23. de Junho de 1759. Decreto de 14. de Julho de 1759.

37 Impoſſivel. Ninguem he obrigado a impoſſiveis, Ord. liv. 2. tit. 54. no princip. liv. 3. tit. 1. §. 8. tit. 10. §. 1. tit. 60. §. 3. e tit. 91. §. 1. liv. 4. tit. 13. §. 4. e tit. 78. §. 8. Alv. de 7. de Novembro de 1766. §. Ordeno.

38 Impoſſivel ſe julga, o que facilmente, e ſem perigo ſe naõ póde fazer, Ord. liv. 3. tit. 1. §. 8. liv. 4. tit. 51. §. 2.

39 Impoſiçoens publicas conſtituem os nervos das forças

ças indiſpenſavelmente neceſſarias para a defeza dos Reinos, e Vaſſallos, Lei de 9. de Setembro de 1769. §. 13.

40 Impunidade. Da impunidade, e modificaçaõ das penas dos delinquentes ſe ſegue por natural conſequencia animarem-ſe outros a delinquir, Lei 2. de 20. de Outubro de 1763.

41 Incompativeis naõ podem ao meſmo tempo exiſtir, Alv. de 10. de Fevereiro de 1757. §. As peſſoas.

42 Incompetencia de juizo faz nullos os actos, e as ſentenças, Ord. liv. 2. tit. 63. §. 9. liv. 3. tit. 75. no princip. Alv. de 22. de Outubro de 1733. na Coll. 1. liv. 2. tit. 62. Alv. de 26. de Outubro de 1745. na Coll. 1. liv. 3. tit. 5.

43 Incompetencia. Confuſoens, e prejuizos ſe ſeguem de ſe proceſſarem as cauſas em juizo incompetente, Alv. de 22. de Mayo de 1733. na Coll. 1. . liv. 2. tit. 62.

44 Inconvenientes devem evitar-ſe, Ord. liv. 1. tit. 65. §. 31. liv. 4. tit. 68. no princip.

45 Inconvenientes procedem de ſe admittirem outros, Ord. liv. 4. tit. 100. §. 5.

46 Inconvenientes. Aonde concorrem dous inconvenientes, deve evitar-ſe o de maior conſideraçaõ, Alv. de 17. Janeiro de 1766.

47 Inconvenientes. Aonde ſe daõ os meſmos inconvenientes, que foraõ cauſa da diſpoſiçaõ, deve dar-ſe a meſma providencia, Cart. de 6. de Outubro de 1633. na Coll. 2. liv. 1. tit. 5.

48 Inconvenientes grandes ſaõ, os que procedem de ſe dilatarem as cauſas principalmente criminaes, e as execuçoens da Juſtiça punitiva, Alv. de 12. de Janeiro de 1639. na Coll. 1. liv. 1. tit. 1.

49 Incredulos coſtumaõ confundir as ſublimes verdades da Fé com as falſidades, Prov. do Edit. da Real Mez. Cenſor. de 10. de Novembro de 1768.

50 Indicios ſaõ vehementes, ou debeis conforme as circumſtancias, que concorrem, Ord. liv. 5. tit. 134. no princip.

51 Indicios grandes fazem crer, que ſe commetteo o maleficio, Ord. liv. 5. tit. 134. §. 1.

52 Individuos de huma corporaçaõ, ou ſociedade eſtaõ ſubjeitos ſem excepçaõ alguma a todos os procedimentos, que merece o ſeu comum Governo pervertido contra o Principe, ou Eſtado, Lei 1. de 3. de Setembro de 1759.

53 Individuos de huma corporaçaõ devem tractar-ſe com reciproca, e fraternal igualdade, Cart. do Reſtab. do Real Colleg. dos Nob. de 7. de Março de 1761. tit. 6. §. 7.

54 Induſtria deve animar-ſe, e favorecer-ſe com favores, e privilegios, para que os homens ſe approveitem dos ſeus fructos, e honeſtos trabalhos, Lei de 9. de Setembro de 1769. no princ. Lei de 4. de Fevereiro de 1773.

55 Induzir para o delicto he igualmente delinquir, Ord. liv. 5. tit. 15. §. 1. tit. 18. §. 3. e tit. 54. no princ. Alv. de 13. de Janeiro de 1603. na Coll. 1. liv. 5. tit. 15.

56 Injuria naõ ſe faz, ao que ſabe, e que conſente, Ord. liv. 3. tit. 20. §. 11. tit. 21. §. 2. tit. 45. §. 4. tit. 59. §. 5. e 9. e tit. 87. §. 5.

57 Injuria ſe regula pela qualidade do injuriado, Ord. liv. 5. tit. 35. §. 7. tit. 39. §. 4. e tit. 45. §. 4.

58 Injuria he mais grave, quando ſe faz em lugares publicos, Ord. liv. 4. tit. 63. §. 1. e tit. 88. §. 5.

59 Injuria póde remittir, quem a recebe, Ord. liv. 4. tit. 88. §. 2. liv. 5. tit. 16. §. fin. e tit. 25. §. 2.

60 Injuria naõ faz a outrem, quem uſa do ſeu proprio direito, Proviſ. de 10. de Março de 1764.

61 Inimigo Capital he, o que tem com outro cauſa crime, ou civel ſobre todos os bens, ou maior parte delles, Ord. liv. 3. tit. 56. §. 7.

62 Inimigo Capital he inteiramente ſuſpeito, Ord.

liv. 3. tit. 21. §. 15. e 16. liv. 3. tit. 56. §. 7.

63 Inimigos do bem-commum da propria Patria saõ, os que se atrevem a perturbar a observancia das leis, e providencias, que a elle se dirigem, Alv. de 16. de Novembro de 1771. no princip.

64 Innocencia he sempre attendida da clemencia dos Principes, Lei 1. de 3. de Setembro de 1759.

65 Innocentes devem ser absolutos, e os delinquentes castigados, Regim. da Cas. da Supplic. §. 11. de 7. de Julho de 1605. na Coll. 1. liv. 1. tit. 1.

66 Innocentes naõ devem affligir-se com prizoens, e com os damnos, que dellas resultaõ, Cart. de 12. de Janeiro de 1639. na Coll. 2. liv. 1. tit. 1.

67 Innocentes naõ devem padecer debaxo do pertexto de se accusarem os culpados, Alv. de 3. de Dezembro de 1750. cap. 6. §. 2.

68 Instrumento, ou escriptura pública faz plena prova, Ord. liv. 3. tit. 25. no princip. tit. 59. no princip. e tit. 60. no princip. e §. 5.

69 Instrucçaõ, e prestimo fazem os homens dignos de subir a postos maiores, Decret. de 2. de Julho de 1761.

70 Intercessoens. He prejudicial, e escandaloso fazerem intercessoens apertadas as pessoas, de que o vulgo imagina, póde haver alguma dependencia, Decret. de 6. de Outubro de 1694. e de 19. de Outubro de 1722. na Coll. 2. liv. 5. tit. 83.

71 Interesse particular naõ deve preferir ao bem público, Alv. de 11. de Agosto de 1753. Lei de 9. de Julho de 1773. no princ.

72 Interesse estimula a observancia das leis, Alv. de 20. de Setembro de 1710. na Coll. 1. liv. 5. tit. 112.

73 Interesse deve pagar, quem he causa da sua perda, Ord. liv. 3. tit. 70. §. 7. liv. 5. tit. 48. no princip. Alv. de 28. de Abril de 1681. na Coll. 1. liv. 1. tit. 33.

74 In-

74 Interesses animaõ a proseguir nas fabricas, e culturas dos generos, Alv. de 9. de Julho de 1764.

75 Interior se conhece pelo exterior, Ord. liv. 1. tit. 85. aliás 86. §. 1. versic. E attentem, liv. 4. tit. 81. §. 2.

76 Interpretaçaõ. Do bom, ou máo uso da interpretaçaõ depende a boa, ou má observancia das leis, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 6. cap. 6. §. 13.

77 Interpretaçoens abusivas offendem a Magestade das Leis, desauthorisaõ a reputaçaõ dos Magistrados, e tem perplexa a justiça dos litigantes, Lei de 18. de Agosto de 1769. no princip.

78 Interpretar. Os Magistrados, e Professores no uso das especies de interpretaçoens, que lhes saõ permittidas, devem proceder com muito resguardo, e cautella, naõ transcendendo os justos, e impreteriveis limites das suas faculdades, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 6. cap. 6. §. 13.

79 Interpretar as leis, ampliando-as, ou restringindo-as pelos particulares, e proprios dictames, he commetter hum temerario, e sacrilego attentado, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 6. cap. 6. §. 13.

80 Intervençaõ nas fraudes merece a sua pena, Lei de 13. de Novemb. 1756. §. 12.

81 Introducçaõ se naõ deve fazer, do que naõ he determinado por lei, ou costume, Assent. de 20. de Dezembro de 1757.

82 Intrometter-se ninguem deve, no que lhe naõ pertence fazer, Ord. liv. 4. tit. 57. §. 1. Alv. de 23. de Dezembro de 1771.

83 Intrometter-se ninguem deve na arte, que naõ sabe, Alv. de 15. de Novembro de 1760.

84 Irregularidade perverte a harmonia, Lei 2. de 22. de Dezembro de 1761. tit. 2. §. 6.

85 Irregularidade he causa deduvidas, e questoens, Alv.

de

de 7. de Fevereiro de 1772.

86 Irreparavel quando he o prejuizo, deve ſuſpender-ſe no procedimento, para naõ ſer fruſtrado o recurſo, Ord. liv. 3. tit. 69. §. 1. Cart. de 12. de Março de 1706. na Coll. 2. liv. 5. tit. 138.

87 Juiz ninguem póde ſer em cauſa propria, Ord. liv. 3. tit. 24. no princip. liv. 4. tit. 56. §. fin. e tit. 58. no princip.

88 Juiz deve julgar conforme o allegado, e provado, Ord. liv. 1. tit. 3. §. 10. liv. 2. tit. 54. no princip. liv. 3. tit. 54. §. 13. tit. 63. no princip. e tit. 66. no princip. liv. 4. tit. 41. no princip. liv. 5. tit. 27. §. 2. no fim, e tit. 126. §. 7.

89 Juiz naõ póde julgar pela ſua particular ſciencia, Ord. liv. 3. tit. 66. no princip.

90 Juiz ſó póde certificar-ſe por provas externas, Ord. liv. 3. tit. 66. no princip. liv. 4. tit. 103. §. 6.

91 Juiz naõ deve julgar mais do pedido, Ord. liv. 3. tit. 63. no princip. e tit. 66. §. 1

92 Juiz dando ſentença final, acaba o ſeu officio, Ord. liv. 3. tit. 65. no princip. e tit. 66. §. 6.

93 Juiz deve julgar com os olhos em Deos, no ſerviço do Principe, e na recta adminiſtraçaõ da Juſtiça a favor dos innocentes, e em caſtigo dos culpados, Alv. de 4. de Setembro de 1765. §. 3.

94 Juiz naõ tem arbitrio em documentos authenticos, Decret. de 23. de Junho de 1759.

95 Juiz. O que ſe deixa ao arbitrio do Juiz, deve ſempre regular-ſe pelo que he juſto, e razaõ, Ord. liv. 3. tit. 19. §. fin. tit. 20. §. 44. e tit. 54. §. 3. liv. 4. tit. 58. §. 2. e liv. 5. tit. 134. no princ.

96 Juizes. Saõ indiſpenſaveis nos Juizes a capacidade, e a prudencia, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 1. cap. 1. §. 3.

97 Jui-

97 Juizes naõ ſe devem erigir em legiſladores, nem fazerem-ſe arbitros da execuçaõ das leis, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 5. cap. 3. §. 21. e tit. 6. cap. 6. §. 13.

98 Juizes de Commiſſaõ ſaõ mais da confiança do Principe, do que os de juriſdicçaõ ordinaria, Aſſent. 2. de 23. de Novembro de 1769.

99 Juizo deve conſtar de trez peſſoas: Juiz, que julgue: Autor, que demande: e Reo, que ſe defenda, Ord. liv. 3. tit. 20. no princip.

100 Juizo. Cadaqual em juizo deve legitimar a ſua peſſoa, Lei 2. de 22. de Dezembro de 1761. tit. 13. §. 12.

101 Juizo. O que parece bem feito, e determinado, preſume-ſe ſer feito, por quem tem juizo, Ord. liv. 4. tit. 81. §. 2.

102 Juizos. Os adoraveis Juizos de Deos ſaõ ſobre todo o conhecimento dos homens, Prov. de Edit. da Real Mez. Cenſ. de 30. de Abril de 1772.

103 Julgadores ſó devem tomar conhecimento dos caſos, que lhes pertencem, Ord. liv. 2. tit. 1. §. 6. liv. 3. tit. 6. §. 5. e tit. 87. §. 12. no fim.

104 Julgadores. He juſto, e neceſſario, que os Julgadores tenhaõ regras certas, e determinados limites, Lei de 21. de Fevereiro de 1763. no princip.

105 Julgadores naõ devem enſinar as partes, Ord. liv. 1. tit. 6. §. fin.

106 Julgado. Da authoridade da couza julgada, e do ſeu reſpeito depende a paz publica do Eſtado, Prov. de 10. de Março de 1764. Lei de 3. de Novembro de 1768. no princip.

107 Julgado. Naõ ſe póde alterar, o que já eſtá julgado, Decreto de 2. de Abril de 1664. na Coll. 2. liv. 1. tit. 7. Lei de 3. de Novembro de 1768 no princip.

108 Julgar ninguem deve, eſtando duvidoſo, Ord. liv. 1. tit. 5. §. 5. liv. 3. tit. 20. §. 24.

109 Ju-

109 Juramento naõ deve ſer meio para ſe obrar com iniquidade, Ord. liv. 1. tit. 85. §. 5. liv 3. tit. 86. §. 16.

110 Juramento naõ ſe crê além do veroſimil, Ord. liv. 1. tit. 90. §. 12. liv. 2. tit. 11. §. 5. liv. 3. tit. 86. §. 16.

111 Juramento, que he dado a requerimento, ou conſentimento da parte, deve attender-ſe inteiramente, Ord. liv. 3. tit. 52. §. 3. e tit. 59. §. 5. liv. 4. tit. 52. no princip.

112 Juramentos falſos devem evitar-ſe, Ord. liv. 1. tit. 85. aliás 86. §. 5. liv. 4. tit. 56. §. final.

113 Juriſconſulto. Só merecem o nome de Jurisconſultos, e de Profeſſores da verdadeira Juriſprudencia, os que ſabem applicar bem as Leis aos factos occorrentes, conforme a legislaçaõ ſabiamente eſtabelecida para o Governo do Eſtado; e ſabem promptamente occorrer a tudo, o que por qualquer modo póde embaraçar a applicaçaõ dellas, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 6. cap. 8. §. 8. e 12. e cap. 9. §. 4.

114 Jurisdicçaõ do Principe naõ póde preſcrever-ſe, Ord. liv. 2. tit. 45. §. fin. Alv. de 7. de Dezembro de 1689. na Coll. 1. liv. 1. tit. 62.

115 Jurisdicçaõ. Devem os Miniſtros cuidar, que ninguem tome, ou uſe mal da jurisdicçaõ do Principe, Ord. liv. 1. tit. 12. §. 3. e 5. tit. 58. §. 15. e tit. 65. §. 16.

116 Jurisdicçaõ. Devem obſervar-ſe os limites de cada jurisdicçaõ, Regim. de 11. de Abril de 1661. §. Nas Ilhas na Coll. 1. liv. 1. tit. 2.

117 Jurisdicçaõ. Nenhum Julgador póde intrometter-ſe em jurisdicçaõ privativa de outro, Ord. liv. 1. tit. 3. §. 7. e 14. Alv. de 17. de Janeiro de 1739. na Coll. 1. liv. 3. tit. 5. Lei de 19. de Janeiro de 1756.

118 Jurisdicçaõ. Intrometter em jurisdicçaõ alheia he perverter a adminiſtraçaõ da Juſtiça, Alv. de 23. de Abril de

de 1622. na Coll. 1. liv. 1. tit. 58. Alv. de 7. de Dezembro de 1689. na Coll. 1. liv. 1. tit. 62.

119 Jurisdicçaõ. Ninguem póde exceder os limites da ſua jurisdicçaõ, Ord. liv. 1. tit. 5. §. 8. tit. 12. §. 5. liv. 2. tit. 48. §. 2. liv. 3. tit. 85. §. fin. verſic. Segundo o poder.

120 Jurisdicçaõ. Conflictos de jurisdicçaõ cauſaõ grandes inconvenientes, Decreto de 11. de Setembro de 1762.

121 Jurisdicçaõ. Conflictos de jurisdicçaõ ſó ſervem de animar os delinquentes, dando occaſiaõ, a que commettaõ os delictos na eſperança de poderem ſubterfugir ás ſuas penas, Lei de 21. de Outubro de 1763. no princip.

122 Jurisdicçaõ. Conflictos de jurisdicçaõ ſaõ cauſa de abuſos, e desordens na adminiſtraçaõ da Juſtiça, Alv. 2. de 16. de Janeiro de 1773.

123 Jurisdicçoens. A confuſaõ de juriſdicçoens he ſempre odioſa, e naõ ſe deve admittir, Alv. de 26. de Outubro de 1745 na Coll. 1. liv. 3. tit. 5.

124 Jurisprudencia. As acçoens da Humanidade conſtituem o objecto privativo da Jurisprudencia Natural, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 5. §. 19.

125 Jurisprudencia Natural he parte da Filoſofia Pratica, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 5. §. 3. e 20.

126 Jurisprudencia. Os Preceitos, que a Natureza eſcreveo no coraçaõ dos Homens, ſaõ, os que unicamente devem ter na Jurisprudencia Natural authoridade, e força de Lei, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 5. §. 7.

127 Jurisprudencia. Os Principios do Direito Natural ſaõ o melhor commentario da Jurisprudencia Poſitiva, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 1. no Pref. §. 2.

128 Jurisprudencia. Faltando, ou ſendo viciados os Principios do Direito Natural, naõ póde deixar de ſe ex-

perimentar ruina em toda a Jurisprudencia, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 1. §. 2. no Prefac.

129 Jurisprudencia. A verdade, e a ſimplicidade formaõ o caracter da Juriſprudencia, Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 13.

130 Jurisprudencia. Da certeza da Jurisprudencia depende o ſocego publico, e a proſperidade das familias, Lei de 18. de Agoſto de 1769. no princip. Lei de 9. de Setembro de 1769. no princip.

131 Jurisprudencia. Incompativel he com a boa Juriſprudencia, e com o uſo da Razaõ natural, que ſe conſinta, e dê aſſenſo, ao que ſe impugna por continuos, e repetidos factos, Lei de 23. de Novembro de 1770. §. Segundo pretexto.

132 Juriſprudencia naõ póde florecer, ſem que o ſeu eſtudo tenha uniaõ com as bellas-letras, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 5. cap. 3. §. 42.

133 Jurisprudencia Exegetica he, a que preſcreve, e enſina a ordem, com que ſe deve proceder na indagaçaõ, e exploraçaõ das verdadeiras ſentenças das Leis: o methodo, que nella ſe deve obſervar: e os ſubſidios neceſſarios para bem comprehender o genuino ſentido dellas, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 6. cap. 6. §. 2.

134 Juriſprudencia. Todo o eſtudo da Jurisprudencia Theoretica ſe deve dirigir para a Pratica, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 5. cap. 2. §. 1.

15 Jurisprudencia Euremetica conſiſte na maior parte no bom conhecimento da natureza dos negocios, que ſe celebraõ, e de todos os requiſitos, e circumſtancias delles, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 6. cap. 3. §. 53.

136 Juriſtas tem huma indiſpenſavel neceſſidade de ſaberem o Direito Natural, para poderem entender com perfeiçaõ as Leis Civis, e Canonicas, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 2. §. 11.

137 Juriſtas

137 Juriſtas devem ſervir-ſe da applicaçaõ das Regras de Direito, para reſolver, e decidir as cauſas no Foro, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 1. §. 26.

138 Juriſtas, que haõ de manejar a balança da Juſtiça, neceſſitaõ de eſpirito de exactidaõ, de preciſaõ, e de ordem, para poderem trazer o fiel della ſempre conſtante, e firme no ponto da rectidaõ, ſem que decline para alguma das partes, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 1. §. 21.

139 Juſtiça he a virtude principal, e ſobre todas as outras a mais excellente, Alv. de 5. de Junho de 1595. e de 29. de Janeiro de 1643. na confirmaçaõ das Ordenaç.

140 Juſtiça he o firmamento do Throno do Principe, Decret. de 23. de Dezembro de 1662. na Coll. 2. liv. 1. tit. 1.

141 Juſtiça conſiſte na igualdade, e em dar com juſta balança a cada hum, o que he ſeu, Alv. de 5. de Junho de 1595. e Alv. de 29. de Janeiro de 1643. na confirmaçaõ das Ordenaç.

142 Juſtiça ha de ſer igual, aſſim para os grandes, e poderoſos, como para os pequenos, Alv. de 4. de Junho de 1646. na Coll. 1. liv. 2. tit. 51.

143 Juſtiça deve adminiſtrar-ſe com igualdade, Ord. liv. 1. tit. 68. §. 4. e 12. e tit. 79 no princip. liv. 3. tit. 20. §. 14. e tit. 95. §. 4. no fim, liv. 4. tit. 43. §. 1. no fim. Regim. da Decim. de 9. de Mayo de 1654. no princip.

144 Juſtiça faz viver bem, aos bons com os premios, e aos máos com o temor das penas, Alv. de 5. de Junho de 1595. e Alv. de 29. Janeiro de 1643. na confirm. das Ord.

145 Juſtiça deve adminiſtrar-ſe com expediçaõ, e brevidade, Alv. de 2. de Março de 1613. na Coll. 1. liv. 1. tit. 1.

146 Juſtiça naõ póde ſer adminiſtrada com igualdade, quando ha amor, odio, ou outra perturbaçaõ de animo,

Ord. liv. 1. tit. 1. no princip. Alv. 2. de 18. de Janeiro de 1773.

147 Justiça deve ser respeitada, naõ se desprezando as suas ordens, Ord. liv. 3. tit. 78. §. 5. e 6. liv. 5. tit. 129. no princip. e §. 4. Decreto de 22. de Setembro de 1649. na Coll. 2. liv. 51. tit. 119.

148 Justiça deve ser obedecida com toda a subjeiçaõ, Alv. de 23. de Setembro de 1653. na Coll. 1. liv. 5. tit. 48.

149 Justiça naõ deve ser capa de malefícios, Alv. de 25. de Dezembro de 1608. §. 25. na Coll. 1. liv. 1. tit. 49.

150 Justiça deve executar-se sem respeito de pessoas, Cart. de 6. de Setembro de 1616. na Coll. 2. liv. 5. tit. 80.

151 Justiça he muito acceita a Deos no castigo, dos que o merecem, Cart. de 12. de Janeiro de 1639. na Coll. 2. liv. 1. tit. 1.

152 Justiça recebe damno, e offensa, em naõ serem castigados os delictos, Alv. de 20. de Abril de 1671. na Coll. 1. liv. 1. tit. 7. Alv. de 3. de Agosto de 1767.

153 Justiça se satisfaz com o castigo dos delinquentes, Alv. de 13. de Julho de 1605. Coll. 1. liv. 3. tit. 26. Alv. de 25. de Dezembro de 1608. no princip. Coll. 1. liv. 1. tit. 49.

154 Justiça. A boa administraçaõ da Justiça, e a utilidade pública pedem, que os malfeitores se castiguem condignamente, Alv. de 3. de Agosto de 1767.

155 Justiça se administra, naõ só castigando os delictos depois de commettidos, mas prevenindo as causas, pelas quaes mais facilmente se commettem, para que naõ succedaõ, Alv. de 28. de Abril de 1681. na Coll. 1. liv. 1. tit. 33.

156 Justiça. Huma das principaes obrigaçoens da boa administraçaõ da Justiça, he evitar as demandas, Alv. de 26. Junho de 1696. na Coll. 1. liv. 1. tit. 6.

157 Justiça faz vencer naõ menos, que as armas, pela concordia, e socego, que della se seguem, Alv. de 5. de Junho de 1595. e de 29. de Janeiro de 1643. na confirmaçaõ das Orden.

158 Justiça. Dictaõ as Leis da Justiça, que, sendo reciprocos os trabalhos, e incommodos, devem ser commuas as utilidades, e interesses, Direct. dos Ind. do Pará. §. 34. confirm. pelo Alv. de 17. de Agosto de 1758.

159 Justiça. Naõ ha couza mais incompativel com a Justiça, do que pagar hum por erro, ou engano, o que naõ deve, Lei 2. de 22. de Dezembro de 1761. tit. 3. §. 11.

160 Justiça em todo o tempo he necessaria, assim na paz, como na guerra, para governo, e conservaçaõ da Republica, e do Estado, Alv. de 5. de Junho de 1595. e Alv. de 29. de Janeiro de 1643. na confirmaçaõ das Ordenaç.

161 Justiça. A falta da Justiça destróe os Imperios, Decret. de 23. de Novembro de 1662. na Coll. 2. liv. 1. tit. 1.

162 Justiça cohibe as desordens, e promove as utilidades publicas, Alv. 2. de 16. de Janeiro de 1773.

163 Justiça. Claramente se obra contra a Justiça, quando se dá igual premio, aos que tem desigual merecimento, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 4. cap. 5. §. 69.

L

1 LAvoura deve animar-se com favores, e privilegios, Lei de 4. de Fevereiro de 1773.

2 Lavoura. Bem-commum, e interesse publico se dá na conservaçaõ da lavoura, e cultura das terras, Ord. liv. 4. tit. 43. §. 9. Decreto de 15 de Junho de 1756. Lei do

1. de Abril de 1757.

3 Lavoura. He honeſta, e louvavel aquella ambiçaõ, que deſterrando das Republicas a ocioſidade, as conſtitue populoſas, reſpeitadas, e opulentas pela cultura, e producçaõ da lavoura, Director. dos Ind. do Pará, §. 17. confirmado pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

4 Legislatura. A boa, e saã Legislatura depende das ſciencias dos Direitos Publico, e Diplomatico, Lei de 18. de Agoſto de 1769. no princip.

5 Lei Natural. Deos eſcreveo, e imprimio a Lei Natural nos noſſos coraçoens, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 1. §. 69.

6 Lei Natural. Deos, como Supremo Author da Natureza, eſtabeleceo, e promulgou as Leis Naturaes ao Homem pelo orgaõ da Razaõ, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 5. §. 16.

7 Lei Natural. Sanctas, e immutaveis saõ as Leis da Natureza, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 2. §. 3.

8 Lei Natural. No ſyſtema das Leis Naturaes naõ ſe deve dar lugar, ſenaõ áquellas Regras, que forem conformes com as doutrinas saãs, e principios Catholicos, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 5. §. 24.

9 Lei Natural. O eſtudo das Leis Naturaes he a baſe fundamental de todo o eſtudo do Direito Civil, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 2. §. 7.

10 Lei Evangelica he incomparavelmente a mais perfeita: involve a pratica de virtudes mais ſublimes: e he mais difficultoſa de ſe obſervar, do que a Natural, e a Eſcripta, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 32.

11 Lei Divina. A perfeita obſervancia das Leis Divinas he o verdadeiro bem, e felicidade do Chriſtaõ; a tranſgreſſaõ dellas o maior mal, e deſgraça, que lhe póde accontecer

tecer, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 46.

12 Leis Eccleſiaſticas ſó ſe dirigem á correcçaõ, e á emenda: as Seculares naõ ſó tendem á emenda, mas taõ bem ao caſtigo, e á vindicta dos crimes, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 4. cap. 4. §. 20.

13 Leis Poſitivas, humas saõ puras repeticoens da Legislaçaõ Natural, feitas, e ordenadas pelos Legiladores Civis, para mais ſe a vivar na memoria dos Cidadoens a lembrança das meſmas Leis Naturaes, eſcurecidas, e como apagadas, e extinctas nos ſeus coraçoens; apertando a obſervancia dellas por meio de competentes, e ſenſiveis sançoens, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 2. §. 5.

14 Leis Poſitivas, saõ outras, humas determinaçoens mais eſpecificas, ampliaçoens, declaraçoens, e applicaçoens das meſmas Leis Naturaes a alguns caſos, objectos, e negocios Civís particulares; nos quaes a compilaçaõ ſingular de differentes idéas, circumſtancias, e termos naõ deixa bem perceber a diſpoſiçaõ, força, e vigor das Leis Naturaes, pela muita ſimplicidade dellas, e pela generalidade dos ſeus principios, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 2. §. 5.

15 Leis Poſitivas, saõ outras, humas modificaçoens, e reſtricçoens das Leis Naturaes naquelles caſos, em que aſſim o pedem as urgencias particulares do Eſtado Civil cauſadas, e procedidas da condiçaõ particular dos Cidadoens; da fórma do ſeu governo; e de outras razoens Civís, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 2. §. 5.

16 Leis. Quando as leis Civís ſe conformaõ com as Naturaes, naõ ha outra alguma chave da boa intelligencia dellas, que naõ ſeja a do Direito Natural, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 2. §. 7.

17 Leis, que naõ saõ bem percebidas, naõ podem ſer bem applicadas, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 5. cap. 3. §. 1.

18 Leis

18 Leis. Huma das previas noçoens, que mais facilitaõ a verdadeira intelligencia das Leis, he o bom conhecimento do genio, do eſpirito, do caracter, da patria, da fortuna, dos empregos, dos eſtudos, das ſeitas, e de todas as outras circumſtancias da vida dos ſeus Authores, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 5. cap. 1. §. 10. e tit. 8. cap. 6. §. 19.

19 Leis. Para a boa intelligencia das Leis de qualquer Eſtado, naõ ſó he neceſſaria a verdadeira hiſtoria delle, mas taõbem o conhecimento particular do genio, do caracter, dos coſtumes, e da fórma dos ſeus governos, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 6. §. 8.

20 Leis. A diverſidade dos climas, dos genios, e dos coſtumes de humas Naçoens faz as Leis dellas impraticaveis a reſpeito de outras Naçoens de climas, genios, e coſtumes differentes, poſto que ſejaõ coetaneas, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 2. cap. 3. §. 8.

21 Leis. A ſólida intelligencia das Leis depende do acertado conhecimento do verdadeiro Eſpirito dellas, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 2. cap. 7. §. 5.

22 Leis naõ podem ſer obſervadas conforme a intençaõ do Legislador, ſem a comprehenſaõ do ſeu verdadeiro Eſpirito, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 6. cap. 6. §. fin.

23 Leis. O Eſpirito da Lei conſiſte no complexo de todas as determinaçoens individuaes, de todas as circumſtancias eſpecificas, em que o Legislador concebeo a Lei, e quiz, que ella obrigaſſe; e do fim, e da razaõ, que o moveraõ a eſtabelece-la, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 6. cap. 6. §. 19.

24 Leis. Sem conhecimento da verdadeira Razaõ das Leis, naõ ſe pode comprehender perfeitamente o verdadeiro Eſpirito, de que ellas ſe animaõ, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 6. cap. 6. §. 20. e 23.

25 Leis. A Razaõ he a alma da Lei, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 5. cap. 3. §. 2.

26 Leis. Em quanto ſe naõ ſouber a Razaõ da Lei, naõ ſe póde fazer applicaçaõ alguma della, que ſeja ſegura, e exacta, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 5. cap. 3. §. 2. no fim.

27 Leis. O unico, e verdadeiro modo de acertar com a genuina Razaõ da Lei conſiſte em trabalhar, por deſcubrî-la na natureza, e no fim do negocio, de que nella ſe trata; na occaſiaõ, e conjunctura da meſma Lei; e no exame de todos os factos, e ſucceſſos hiſtoricos, que contribuiraõ para ella, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 6. cap. 6. §. fin.

28 Leis. Nem ſempre ſe podem deſcubrir as Razoens de todas as Leis, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 6. cap. 6. §. 21.

29 Leis. As Razoens, que os Legisladores daõ nas Leis, muitas vezes a penas chegaõ a ſer ſuaſorias, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 6. cap. 6. §. 22.

30 Leis. Os Legisladores com plena advertencia, conſummada prudencia, e muito de propoſito, por aſſim convir mais ao Bem-publico, occultaõ muitas vezes nas Leis as verdadeiras Razoens, de que ſe moveraõ, para eſtabelece-las, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 6. cap. 6. §. 22.

31 Leis. Das Regras da Critica, e da Hermeneutica Juridica depende a ſolida intelligencia das Leis, e o conhecimento de as applicar aos factos com a devida exactidaõ, e acerto, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 2. cap. 3. §. 11.

32 Leis. A applicaçaõ das Leis he hum juizo pratico, de que o caſo, ou acçaõ ſe deve decidir pela Lei, que tem determinaçoens commuas com elle, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 6. cap. 8. §. 3.

33 Leis. A applicaçaõ das Leis aos caſos occorrentes he o fim de todo o conhecimento de Direito, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 6. cap. 8. §. 8.

34 Leis. A applicaçaõ das Leis, e dos Principios, e Regras do Direito aos caſos he o inſtrumento, e o unico meio de ſe adminiſtrar Juſtiça, e de ſe dar a cada hum, o que he ſeu, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 6. cap. 8. §. 9.

35 Leis. O verdadeiro, e legitimo meio da ſólida, e exacta applicaçaõ das Leis ás cauſas Forenſes conſiſte preciſamente na boa applicaçaõ das Regras, e Principios do Direito aos factos, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 8. §. 5.

36 Leis. A applicaçaõ das Leis deve fazer-ſe, depois de ſe ter bem explorado, e comprehendido todas as circumſtancias eſpecificas dos factos; depois de ſe haverem eſcrupuloſamente confrontado com as circumſtancias das Regras, e das Leis, de que ellas foraõ deduzidas, e com todas as determinaçoens individuaes das meſmas Leis; e depois de ſe ter bem reconhecido a identidade de todas as dictas circumſtancias das Leis, e dos factos por meio de hum bom, e exacto raciocinio, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 8. §. 5. e tit. 6. cap. 8. §. 4.

37 Leis. O que he comprehendido no Eſpirito da Lei, he como ſe foſſe expreſſo na letra della, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 5. cap. 2. §. 9.

38 Leis. O que he conforme ao Eſpirito, e letra da Lei, he comprehendido na ſua diſpoſiçaõ, Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 11. Alv. de 4. de Dezembro de 1769. no princip. Cart. 9. ſobre o Motim, e Sediçaõ da Cidade do Porto, de 21. de Outubro de 1757.

39 Leis. A Rubrica das Leis conduz para a intelligencia dellas, Aſſento 1. de 29. de Março de 1770.

40 Lei geral a todos comprehende, Alv. de 7. de Dezembro de 1689. na Coll. 1. liv. 1. tit. 62. Alv. de 15. de

de Setembro de 1696. na Coll. 1. liv. 1. tit. 97.

41 Lei geral, geralmente deve entender-ſe, Alv. de 3. de Outubro de 1758. Aſſento de 29. de Abril de 1659. na Coll. 3. liv. 1. tit. 1.

42 Lei, que manda ſem diſtincçaõ, indiſtinctamente deve obſervar-ſe, Alv. de 6. de Março de 1699. na Coll. 1. liv. 4. tit. 96. Aſſent. de 16. de Novembro de 1700. na Coll. 3. liv. 1. tit. 6.

43 Lei quando naõ diſtingue, tambem nós naõ devemos diſtinguir, Aſſento 3. de 9. de Abril de 1772.

44 Lei poſterior deroga a anterior na parte, em que eſpecialmente diſpoem, Decret. de 6. de Julho de 1693. na Coll. 1. liv. 4. tit. 60.

45 Lei. Aonde naõ ha Lei eſpecifica, e determinada, ha maior occaſiaõ de contendas, e demandas, Alv. de 28. de Novembro de 1746. na Coll. 1. liv. 4. tit. 67.

46 Lei. Naõ ſe póde dizer ſem temeridade, que ſobre a meſma couza dá a Lei duas providencias differentes, Aſſento 1. de 29. de Março de 1770.

47 Lei. Ceſſando a razaõ da Lei, ceſſa a ſua diſpoſiçaõ, Ord. liv. 2. tit. 29. §. fin. liv. 4. tit. 103. §. 2. e §. 3. liv. 5. tit. 126. §. 4. Alv. de 17. de Outubro de 1768. no fim.

48 Lei Fundamental dos Reinos he preſidio, e ſegurança da Coroa dos Soberanos, Alv. de 12. de Abril de 1698. na Coll. 1. liv. 4. tit. 100.

49 Lei Fundamental he eſtabelecida em utilidade da quietaçaõ, e ſocego publico, Alv. de 12. de Abril de 1698. na Coll. 1. liv. 4. tit. 100.

50 Leis ſempre ſaõ ſagradas para o reſpeitoſo culto dos Vaſſallos, Carta 9. ſobre o Motim, e Sediçaõ da Cidade do Porto, de 31 de Outubro de 1757.

51 Leis em todos requerem indiſtinctamente veneraçaõ, reſpeito, e obediencia, Alv. de 16. de Janeiro de 1768. §. 6.

52 Leis. Huma das primeiras obrigaçoens dos Vaſſallos conſiſte na reverencia ás Leis do ſeu Soberano, Lei de 24. de Outubro de 1764. no princip.

53 Leis devem obſervar-ſe inteira, e inviolavelmente, Ord. liv. 1. tit. 5. §. 4. tit. 10. §. 3. e tit. 48. §. 6. e 7. liv. 5. tit. 106. §. 1. Alv. de 22. de Mayo de 1733. na Coll. 1. liv. 2. tit. 62. Alv. de 16. de Novembro de 1771. no princip.

54 Leis devem guardar-ſe ſem differentes intelligencias, Carta de 20. Junho de 1678. na Coll. 2. liv. 2. tit. 1.

55 Leis naõ podem declarar todos os caſos, Ord. liv. 3. tit. 69. no fim do princip. Alv. de 3. Novembro de 1768. §. 5.

56 Leis attendem, ao que pela maior parte ſuccede, Alv. de 28. de Mayo de 1648. na Coll. 1. liv. 2. tit. 47. Regim. das Confiſcaç. de 10. de Julho de 1620. cap. 28. na Coll. 1. liv. 5. no fim.

57 Leis Humanas firmaõ-ſe em principios geraes ſem contemplaçaõ de circumſtancias particulares, que reſpeitem ás peſſoas, aos lugares, e aos tempos, Lei de 12 de Mayo de 1769.

58 Leis accommodaõ-ſe aos mais ferquentes accontecimentos, ſem que poſſaõ prever os caſos extraordinarios, e os mais, que vai deſcobrindo a ſua obſervancia, Lei de 12. de Mayo de 1769.

59 Leis. Naõ ſe podem fazer Leis, nem Eſtabelecimento taõ completos, que deſde o ſeu principio tenhaõ em ſi todas as providencias neceſſarias, para precaver, e atalhar todos os abuſos, que ſó a ſerie dos tempos coſtuma ir manifeſtando, Lei do 1. de Dezembro de 1767. no princip.

60 Leis. A variedade dos tempos, e a occorrencia dos caſos, que ſenaõ podem prever, faz neceſſario declarar, ampliár, e reſtringir as Leis, Regimento dos Dezemb. do Paço no princip. liv. 1. da Ord. Alv. de 20. de Dezembro de

de 1766. Lei do 1. de Dezembro de 1767. Lei de 12. de Mayo de 1769.

61 Leis. A faculdade, e poder de ampliar, reſtringir, declarar, e interpretar as Leis ſaõ privativos dos ſupremos Legisladores, Lei de 20. de Outubro de 1763. §. 6. Lei de 12. de Mayo de 1769. Lei de 4. de Dezembro de 1769. no princip.

62 Leis duvidoſas ſó podem ſer declaradas pelo Legislador, Ord. liv. 2. tit. 35. no princip. Lei de 12. de Mayo de 1769 no princip.

63 Leis. Ninguem póde conhecer da juſtiça, ou injuſtiça das Leis, nem ainda diſputar ſobre a força, e merecimento dellas, Lei de 23. de Novembro de 1770. §. Repreſentando-me.

64 Leis ſe devem entender conforme o genuino, e natural ſentido das palavras, Lei de 29. de Novembro de 1753. §. E pelo que reſpeita. Lei de 6. de Junho de 1755. no princip. Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 11.

65 Leis. Nada ſe póde excitar contra a expreſſa, e literal diſpoſiçaõ das Leis. Aſſento de 20. de Dezembro de 1770.

66 Leis. As reſtricçoens, e ampliaçoens, que neceſſariamente ſe deduzem do eſpirito das Leis ſignificado pelas palavras dellas tomadas no ſeu genuino, e natural ſentido, e as que procedem por identidade de razaõ, ſaõ comprehendidas dentro das diſpoſiçoens das meſmas Leis, Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 11.

67 Leis de cada Eſtado devem concordar-ſe, como concebidas com o meſmo Eſpirito de juſtiça, Lei de 3. Novembro de 1768 no princip.

68 Leis de cada Eſtado ſaõ conformes ao Eſpirito da Naçaõ, Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 10.

69 Leis. Por humas Leis ſe conhece, e declara o Eſpirito das outras, Alv. de 4. de Julho de 1768. Pois que.

70 Leis

70 Leis devem ter obſervancia, quando por outras naõ ſaõ eſpecialmente revogadas, Ord. liv. 2. tit. 44. no princip. Alv. de 31 de Mayo de 1742. no princip. da Coll. 1. liv. 1. tit. 1. Alv. de 28. de Abril de 1681. §. 15. na Coll 1. liv. 1. tit. 33.

71 Leis. Com o abuſo de huma Lei naõ ſe deve implicar, o que por outras eſtá decidido, Lei de 3. de Novembro de 1768. no princip.

72 Leis devem entender-ſe nos termos habeis da ſua diſpoſiçaõ, Ord. liv. 3. tit. 83. §. 1. liv. 4. tit. 7. no princip. tit. 83. §. 1. tit. 96. §. 21. e tit. 100. §. 3. liv. 5. tit. 104. §. 3. no fim, Alv. de 11. de Janeiro de 1760. Aſſent. de 9. Julho de 1616. na Coll. 3. liv. 3. tit. 21.

73 Leis devem accommodar-ſe aos coſtumes dos povos, no que for juſto, e honeſto, Alv. de 7. de Junho de 1755. no princip.

74 Leis. Ninguem póde fazer, que as Leis naõ tenhaõ lugar, Ord. liv. 1. tit. 62. no princip. Ord. liv. 2. tit. 57. §. 1. liv. 4. tit. 81. §. 3. Eſtat. da Comp. Ger. do Graõ Pará §. 6. confirm. pelo Alv. de 7. de Junho de 1755.

75 Leis naõ ſe podem dizer ſuperfluas, ou ocioſas nas ſuas diſpoſiçoens, Aſſento de 9. de Agoſto de 1639. na Coll. 3. liv. 5. tit. 130. Aſſent. 1. de 29. de Março de 1770.

76 Leis naõ devem ſer fruſtradas na diſpoſiçaõ, Ord. liv. 4. tit. 61. §. 9.

77 Leis. Saõ inadmiſſiveis nas Leis a contradicçaõ, e a incompatibilidade, Lei de 3. de Agoſto de 1770. §. 11.

78 Leis. Ter as Leis diante dos olhos ſerve para melhor cumprir a obrigaçaõ, Ord. liv. 1. tit. 1. no princip.

79 Leis naõ obrigaõ mais, que ao poſſivel, e que razoadamente póde ſer feito, Ord. liv. 3. tit. 1. §. 8. tit. 9. §. 10. tit. 10. §. 1. e tit. 26. §. 1. Alv. de 4. de Setembro de 1765. §. 7.

80 Leis naõ tem vigor antes de publicadas Ord. liv. 1. tit. 2. §. 10.

81 Leis ſeguraõ os bens dos Vaſſallos, Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 10.

82 Leis ſe mantem com a força das Armas, e eſtas ſe ſeguraõ com a ajuda das Leis, Alv. de 5. de Junho de 1595. e Alv. de 29. de Janeiro de 1643. na confirm. das Orden.

83 Leis naõ ſaõ as que refreaõ os delictos, mas ſim a execuçaõ dellas, Decret. de 25. de Janeiro de 1679. na Coll. 2. liv. 5. tit. 76. Decreto de 13. de Setembro de 1691. na Coll. 2. liv. 5. tit. 130.

84 Leis quando inteiramente ſenaõ executaõ no caſtigo dos delictos, vem a ſeguir-ſe huma quaſi permiſſaõ delles, Alv. de 16. de Junho de 1668. na Coll. 1. liv. 5. tit. 43.

85 Leis naõ favorecem aos malfeitores, Ord. liv. 3. tit. 6. no princip. tit. 8. no princip. e tit. 9. no princip.

86 Leis naõ devem patrocinar os perturbadores da paz publica, Lei de 24. de Outubro de 1764. §. 6.

87 Leis quando prohibem expreſſamente, nada póde haver, que juſtifique a ſua contravençaõ, Alv. de 2. de Julho de 1709. na Coll. 1. liv. 5. tit. 86.

88 Leis, que determinaõ em hum caſo, naõ ſe extendem a outros diverſos, Ord. liv. 4. tit. 45. §. 3. Aſſent. de 14. de Fevereiro de 1606. na Coll. 3. liv. 3. tit. 84.

89 Leis penaes ſomente ſe entendem nos caſos expreſſos nellas, Ord. liv. 2. tit. 13. no fim do princip. Alv. de 2. de Outubro de 1603. na Coll. 1. liv. 2. tit. 13. Aſſento de 8. de Agoſto de 1758.

90 Leis naõ coſtumaõ olhar para o tempo preterito, ſem que expreſſamente aſſim o declarem, Aſſento 4. de 23. de Novembro de 1769. Aſſento 5. de 5. de Dezembro de 1770.

91 Leis. A utilidade publica faz, que as Leis hajaõ de comprehender algumas vezes os caſos de preterito, Ord. liv. 1. tit. 81. no princip. liv. 2. tit. 28. §. fin. liv. 4. tit. 43. §. 13. Alv. de 21. de Agoſto de 1688. na Coll. 1. liv. 4. tit. 67. Lei de 3. de Novembro de 1757. Lei de 25. de Junho de 1766. §. 11.

92 Leis. A obſervancia das Leis dá a conhecer as utilidades, que reſultaõ das ſuas providencias, Lei de Pragmat. de 24. de Mayo de 1749. no princip.

93 Leis penaes devem obſervar-ſe no ſeu primeiro vigor para reſpeito da Juſtiça, e temor dos delinquentes, Alv. de 23. de Fevereiro de 1647. na Coll. 1. liv. 5. tit. 80.

94 Leis. A falta da obſervancia das reſpectivas Leis faz continuar nos delictos, Alv. de 31. de Março de 1742. no princip. Coll. 1. liv. 1. tit. 1.

95 Leis. Fruſtrada ſeria a diſpoſiçaõ das Leis, ſe deixaſſe a porta aberta, para alguns delinquirem, Alv. do 1. de Julho de 1752. Decret. de 25. de Janeiro de 1679. na Coll. 2. liv. 5. tit. 76.

96 Leis. Todos, que eſtaõ ſubjeitos ás Leis, devem gozar do favor dellas, Alv. de 4. de Junho de 1766. §. 19.

67 Leis naõ favorecem, aos que faltaõ á ſua diſpoſiçaõ, Ord. liv. 1. tit. 68. §. 23. liv. 2. tit. 29. §. 2. liv. 3. tit. 59. §. 11. no fim.

98 Leis. Contra as Leis ninguem deve requerer, Ord. liv. 1. tit. 48. §. 6.

99 Leis. Naõ ſe deve fruſtrar o ultimo fim das Leis, Aſſento 2. de 29. de Março de 1770.

100 Leis permittem os morgados para eſplendor, conſervaçaõ, e augmento da Nobreza, e ſerviço da Coroa, e naõ para patrimonios de indignos, Alv. 1. de 25. de Agoſto de 1770.

101 Leis. A pratica, e intelligencia das Leis muito one-

oneroſa ás partes, he alheia da intençaõ do Principe, Alv. de 15 de Julho de 1755.

112 Leis. Naõ ſe deve entender, que as Leis venhaõ a dar fórma, ao que já eſtá feito, Aſſent. 5. de 5. de Dezembro de 1770.

103 Leis. Preambulo das Leis conduz para a boa intelligencia dellas, Alv. de 18. de Fevereiro de 1766.

104 Leis particulares preferem ás geraes, Ord. liv. 2. tit. 8. §. 5. tit. 29. §. 1. tit. 33. no princip.

105 Leis da honeſtidade, e policia ſaõ proprias dos Racionaes, Direct. dos Ind. do Pará §. 12. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

106 Leis da humana civilidade pedem entre todos huma reciproca paz, e concordia, Direct. dos Ind. do Pará §. 83. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

107 Leis, e Pragmaticas reformatorias do luxo tem o ſeu eſſencial objecto na utilidade publica, Alv. de 21. de Abril de 1751. no princip.

108 Leis ſaõ em bem-cõmum dos Eſtados, e em particular dos Vaſſallos, as que evitaõ a deſordem do luxo, e da vaidade, Alv. de 14. de Novembro de 1698. na Coll. 1. liv. 5. tit. 100.

109 Leis. A' ſombra das Leis ſe vive em paz, uniaõ, e ſociedade civil, Lei de 6. de Junho de 1755. §. Declarando-ſe, Lei de 25. de Junho de 1760. no princip.

110 Leis declaratorias, e ampliativas ſe devem entender pela diſpoſiçaõ, das que declaraõ, Aſſent. 1. de 29. de Março de 1770.

111 Lembrança do cargo conduz para a boa adminiſtraçaõ delle, Ord. liv. 1. tit. 1. no princip.

112 Letras Humanas ſaõ a baſe de todas as Sciencias, Alv. de 28. de Junho de 1759. no princip.

113 Liberdade he ineſtimavel, Alv. de 16. de Janeiro de 1759.

114 Liberdade he de Direito Natural, Ord. liv. 4. tit. 42. Alv. de 30. de Julho de 1609. no princip. Coll. 1. liv. 4. tit. 42. Lei de 6. de Junho de 1755.

115 Liberdade. As Leis ſempre ſaõ favoraveis em beneficio da liberdade, Ord. liv. 4. tit. 11. §. 4. e tit. 61. §. 1. liv. 5. tit. 110. §. 1.

116 Liberdade. Saõ mais fortes, e de maior conſideraçaõ as razoens, que ha a favor da liberdade, do que as que podem fazer juſto o captiveiro, Alv. de 30. de Julho de 1609. na Coll. 1. liv. 4. tit. 42. Alv. 2. de 16. de Jan. de 1773.

117 Liberdade. Naõ devem ficar ſem pena os forçadores da liberdade, Ord. liv. 4. tit. 28. no princip.

118 Liberal ninguem ſe preſume, Ord. liv. 4. tit. 31. §. 11. e tit. 99. §. 4. e 5.

119 Lingua. O methodo de ſe ſaber a propria lingua por principios, e naõ por mero inſtinto, e habito, he o meio de a elevar ao gráo do maior goſto, e perfeiçaõ, Alv. de 30. de Setembro de 1770.

120 Lingua, e trajos deſcobrem a qualidade das Naçoens, Ord. liv. 5. tit. 69. §. 1.

121 Lingua. A correcçaõ das linguas nacionaes he hum dos objectos mais attendiveis para a cultura dos povos civiliſados, Alv. de 30. de Setembro de 1770.

122 Lingua. Da correcçaõ da lingua nacional depende a clareza, a energia, e a mageſtade, com que ſe devem eſtabelecer as Leis, e fazer uteis, e agradaveis os Eſcriptos, Alv. de 30. de Setembro de 1770.

123 Lingua Latina he a lingua commua dos Sabios, e das Sciencias, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 1. §. 79.

124 Litigios ſaõ prejudiciaes ao ſocego publico, Alv. de 4. de Julho de 1768. Lei de 3. de Novembro de 1768. no princip.

125 Litigios devem ter fim, Ord. liv. 3. tit. 95. §. 3.

126 Li-

126 Litigioſa couza naõ pertence a nenhuma das partes, em quanto o litigio pende, Alv. de 2. de Outubro de 1646. na Coll. 1. liv. 2. tit. 13.

127 Livre ſe preſume qualquer, em quanto ſenaõ moſtra o contrario, Lei de 6. de Junho de 1755. §. Porem para que.

128 Livros. Grandes inconvenientes ſe ſeguem de ſe introduzirem nos Eſtados livros ſem licença dos Soberanos, Alv. de 16. de Novembro de 1623. na Coll. 1. liv. 5. tit. 102.

129 Livros. Por Direito Natural, e Divino pertence aos Soberanos prohibir a introducçaõ, venda, e publicaçaõ de todos os livros, e papeis, que contém prejuizo da Monarchia, e Vaſſallos della, Alv. de 2. de Abril de 1768.

130 Livros. Sempre foi inherente á Soberania Temporal a jurisdicçaõ de prohibir os livros, e papeis perniciоſos, e de eſtabelecer penas contra os tranſgreſſores, ainda em materias pertencentes á Religiaõ, e á Doutrina, Lei de 5. de Abril de 1768. no princip.

131 Livros indignos ſaõ de graviſſimo diſcredito á Naçaõ, Prov. de Edit. da Real Mez. Cenſor. de 10. de Novembro de 1768.

132 Livros. Da permiſſaõ de livros bons, e uteis, e da prohibiçaõ dos nocivos, e perniciоſos dependem eſſencialmente a Religiaõ, a Monarchia, o ſocego público, e o Bem-commum do Eſtado, Lei de 5. de Abril de 1768. §. 1.

133 Livros quando ſe extinguem os bons, e uteis, ſe deſterra das Monarchias a boa, e ſaã literatura, precipitando-ſe em hum inculpavel, e neceſſario idiotiſmo, Lei de 5. de Abril de 1768. no princip.

134 Livros naõ ſe devem attender, quando ſe eſcrevem ſobre couzas, de que ſeus Authores naõ tem as ver-

dadeiras noçoens, Prov. de Edit. da Real Mez. Cenſor. de 12. de Dezembro de 1769.

135 Livros ſaõ hum theſouro, em que ſe achaõ depoſitados, e ſe conſervaõ os factos, e ſucceſſos, que abraça a hiſtoria, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 1. §. 11.

136 Livros. O diuturno, e frequente uſo dos livros, em que ſe encontra a lingua corrupta, e barbara, eſtraga, e deſtroe os melhores principios, que della ſe ſabem, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 1. §. 79.

137 Locupletar-ſe ninguempóde com jactura alheia, Ord. liv. 4. tit. 48. §. 4. no fim, e tit. 61. §. 6. liv. 5. tit. 66. no princip. Alv. de 12. de Mayo de 1758. Lei de 9. de Setembro de 1769. §. 26. Decret. de 3. de Dezembro de 1755.

138 Logo, e in fraganti ſe diz, quando ſe continua na diligencia, ſem della ſe divertir, Ord. liv. 1. tit. 73. §. 6. e tit. 75. §. 16. liv. 4. tit. 58. §. 2. Alv. de 25. de Setembro de 1603. na Coll. 1. liv. 1. tit. 65.

139 Louvor, e honra, que ſe dá aos benemeritos, animaõ aos outros a iguaes progreſſos, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 4. cap. 7. §. 1.

140 Louvor, e premio merecem, os que com fidelidade, e zelo ſe empregaõ em obras uteis, e neceſſarias, Alv. de 10. de Fevereiro de 1767. no princip.

141 Louvores publicos dados, a quem os merece, ſaõ huns dos meios mais ſeguros de animar os diſcipulos, e de lhes infundir maior goſto, e ſatisfaçaõ do eſtudo, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 4. cap. 1. §. 17. e liv. 2. tit. 1. cap. 2. §. 4.

142 Louvores publicos excitaõ a emulaçaõ, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 2. tit. 5. cap. 4. §. 3.

143 Lucro ſuaviſa o trabalho, Direct. dos Ind. do Pará §. 68. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

144 Lu-

144 Lucro deve ter o lavrador nos generos para ſuſtentar a lavoura; e o homem de negocio para os extrahir, Regim. de 16. de Janeiro de 1751. cap. 6. Alv. de 27. de Janeiro de 1751.

145 Luxo he a origem da ruina naõ ſó da fazenda, mas taõbem dos bons coſtumes, Pragmat. de 24. de Mayo de 1749. no princip.

146 Luxo he em grande deſerviço de Deos, damno da honeſtidade dos coſtumes, do bem-público dos Reinos, e da ſua conſervaçaõ, Alv. de 25. Janeiro de 1679. na Coll. 1. liv. 5. tit. 100.

147 Luxo faz empobrecer os Vaſſallos, e faltar ás obrigaçoens precizas de ſuas caſas, e familias, Alv. de 14. de Novembro de 1698. na Coll. 1. liv. 5. tit. 100.

148 Luxo he hum vicio dos capitaes, que empobrece, e arruina os povos, Direct. dos Ind. do Pará §. 15. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

M

1 MAchiavellismo, e Monarchomachiſmo ſaõ deteſtaveis, e execrandas ſementes da Rebelliaõ, e da Tyrannia, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 3. §. 14.

2 Má-fé a ninguem vale, Ord. liv. 2. tit. 27. §. 3. e tit. 53. §. 5. liv. 4. tit. 13. §. 1. no fim, e tit. 79. no princip.

3 Má-fé, he peſte mortal do commercio, Lei de 30. de Agoſto de 1770.

4 Má-fé ſe julga naquelle, que conſerva titulo nullo, Alv. 2. de 13. de Março de 1772.

5 Má-fé ſe conſidera, no que faz alguma couza contra a prohibiçaõ da Lei, Ord. liv. 2. tit. 53. §. 5.

6 Ma-

6 Magiſtrados. Tem os povos obrigaçaõ, e coſtume de venerar, e obedecer aos Magiſtrados, Decret. de 10. de Março de 1764.

7 Magiſtrados tem neceſſidade da ſciencia de Direito para a boa direcçaõ dos negocios, Alv. 1. e 2. de 18. de Janeiro de 1773.

8 Magiſtrados. Nos Magiſtrados Naturaes das terras coſtumaõ o amor, e o odio produzir paixoens em grave damno do Bem-commum dos povos, Alv. 1. e 2. de 18. de Janeiro de 1773.

9 Magiſtrados, e Profeſſores do Direito naõ ſaõ arbitros das Leis, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 6. cap. 6. §. 13.

10 Magiſtrados naõ pódem ſer habeis, e perfeitos para dezempenhar dignamente os empregos da Magiſtratura, ſem ſaber além da Jurisprudencia as Regras da Policia, da Politica, da Economia do Eſtado, e ainda da Theologia, da Methematica, e de outras mais diſciplinas, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 2. cap. 1. §. 1.

11 Magis grave. O que he mais grave, e mais authoriſado, merece maior attençaõ, Ord. liv. 3. tit. 10. no princip. tit. 59. §. 15. no fim, e tit. 60. §. fin.

12 Mais digno prefere ao menos digno, Ord. liv. 3. tit. 60. §. fin. Alv. de 23. de Novembro de 1674. na Coll. 1. liv. 4. tit. 102.

13 Mais inclue o menos, ou o que ſe diz do mais, ſe diz, do que he menos, Ord liv. 3. tit. 63. no princip. verſic. Ou de menor.

14 Mais piadoſo. Em iguaes termos ſe deve ſeguir, o que he mais piadoſo, Ord. liv. 4. tit. 74. §. 3.

15 Mais. A quem he permittido, o que he mais, tambem ſe concede, o que he menos, Ord. liv. 4. tit. 86. §. fin. e tit. 87. §. 10.

16 Mal ſe naõ deve fazer a huns, para fazer bem a outros

tros, Ord. liv. 4. tit. 43. §. 9. 10. e 14. Alv. de 11. de Fevereiro de 1773.

17 Mal. Taõ mal he fazer, o que ſe naõ deve, como deixar de fazer, o que ſe deve, Decret. de 23. de Setembro de 1701. na Coll. 2. liv. 5. tit. 68.

18 Maleficio alheio naõ deve a outro trazer damno, Ord. liv. 3. tit. 45. §. 4. liv. 5. tit. 126. §. fin.

19 Maleficio, que ſe commette com aleivozia, deve ſer mais gravemente caſtigado, Ord. liv. 5. tit. 37. §. 1. e 3.

20 Maleficios naõ devem ficar ſem caſtigo, Ord. liv. 1. tit. 65. no princip. §. 31. e 35. e tit. 66. no princip. liv. 2. tit. 3. no princip.

21 Maleficios devem evitar-ſe, Ord. liv. 1. tit. 65. no princip. e tit. 75. §. 8.

22 Maleficios exceſſivos, e frequentes tiraõ a ſegurança, com que cada hum deve viver, e poſſuir ſeus bens, Alv. de 31. de Março de 1742. na Coll. 1. liv. 1. tit. 1.

23 Malfeitores. Aos malfeitores naõ ſe deve dar acolhimento, Ord. liv. 5. tit. 104. no princip.

24 Malicia a ninguem deve approveitar, Ord. liv. 1. tit. 58. §. 52. liv. 2. tit. 58. no princip. liv. 3. tit. 1. §. 9. tit. 10. §. 3. tit. 45. §. 1. liv. 4. tit. 17. §. 2. e tit. 32. §. 1. liv. 5. tit. 66. no princip.

25 Malicia aonde interveio, deve haver pena, Ord. liv. 1. tit. 65. §. 9. tit. 77. §. 3. e tit. 79. §. 29. liv. 3. tit. 34. no princip. tit. 43. §. fin. liv. 4. tit. 4. §. 1. liv. 5. tit. 56. §. fin. e tit. 118. no princip.

26 Malicia deve ſer punida conforme a ſua maior, ou menor gravidade, Ord. liv. 3. tit. 67. §. 1. liv. 5. tit. 118. no princip.

27 Malicia aonde ſenaõ acha, naõ deve haver pena, Ord. liv. 5. tit. 35. no princip. e tit. 117. §. 16.

28 Malicia naõ ſe preſume, Ord. liv. 5. tit. 66. §. 8.

29 Ma-

29 Malicia alheia naõ deve a outro fazer damno, Ord. liv. 3. tit. 45. §. 4. tit. 47. §. fin. e tit. 86. §. 13. no fim liv. 4. tit. 44. §. 6.

30 Malicia ſupre a idade, Ord. liv. 5. tit. 136. no princip.

31 Malicia, e culpa grande merecem igual pena, Ord. liv. 1. tit. 77. §. 3.

32 Malicia creſce com a corrupçaõ dos coſtumes, Alv. de 10. de Janeiro de 1692. na Coll. 1. liv. 1. tit. 7.

33 Malicia ſempre ſe eſconde com varios ſubterfugios, Lei 1. de 22. de Dezembro de 1761. tit. 12.

34 Malicia naõ póde produzir effeito, nem preſtar impedimento, Lei 2. de 22. de Dezembro de 1761. tit. 3. §. 11.

35 Malicia, e engano naõ podem prevalecer contra a lembrança, que ſe aviva com factos authenticamente certificados, Lei 2. de 3. de Setembro de 1759.

36 Malicia. Ceſſando a preſumpçaõ da malicia, e fraude, ceſſa a diſpoſiçaõ, que a evitava, Ord. liv. 3. tit. 54. §. 1. 13. e 14. e tit. 83. §. 2.

37 Malicia. Naõ ſe deve dar lugar á malicia, Ord. liv. 3. tit. 60. §. 5. liv. 4. tit. 54. §. 4.

38 Mandar fazer he o meſmo, que fazer, Ord. liv. 2. tit. 45. §. 7. liv. 5. tit. 102. no princip. tit. 109. no princip. tit. 112. no princip. e tit. 113. no princip.

39 Mandar delinquir he igualmente delinquir, Ord. liv. 5. tit. 35. no princip. §. 2. 3. e 7. tit. 42. no princip. e §. 1. tit. 52. §. 1. e tit. 128. §. 2.

40 Manufacturas ſaõ uteis ao bem-commum, dando a huns meios para adiantarem os ſeus cabedaes, e fazendo viver outros do louvavel trabalho de ſuas maõs, Alv. de 22. de Agoſto de 1756. Decret. de 2. de Abril de 1757. Decret. de 24. de Outubro de 1757.

41 Máo ninguem ſe preſume ſer, Ord. liv. 5. tit. 66. §.

66. §. 8. e tit. 113. §. 5. no fim.

42 Máo. O que huma vez he máo, ſempre ſe preſume tal em todo o mal do meſmo genero, Ord. liv. 3. tit. 60. §. 3. liv. 4. tit. 4. §. 2. Lei de 23. de Novembro de 1770. §. Terceiro abſurdo.

43 Máos devem conſtranger-ſe com o caſtigo, a naõ pôrem por obra as ſuas perverſas intençoens, Alv. de 11. de Janeiro de 1751. cap. 10.

44 Matar he licito em defeza natural, guardada a temperança, que ſe deve ter, Ord. liv. 5. tit. 35. no princip. e tit. 124. §. 8.

45 Materia já diſcutida naõ deve novamente entrar em diſputa, Ord. liv. 3. tit. 83. §. fin. tit. 87. §. 1. no fim, e §. 10. tit. 95. no princip.

46 Materias Temporaes ſaõ proprias da ſuprema juriſdicçaõ dos Principes, Alv. de 16. de Janeiro de 1768. §. 6. Lei de 2. Abril de 1768. no princip.

47 Materias Temporaes ſaõ alheias do Sacerdocio, Alv. de 7. de Junho de 1755. no princip. Decret. de 10. de Março de 1764.

48 Materias Eſpirituaes ſaõ proprias do Sacerdocio, Direct. dos Ind. do Pará §. 4. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758. Lei de 5. de Abril de 1768.

49 Materias mui delicadas, e importantes ſaõ a regular diſciplina das Tropas, e a publica tranquilidade dos Povos, Lei de 21. de Outubro de 1763. no princip.

50 Mathematica. As Sciencias Mathematicas fundaõ os ſólidos principios para as inſtrucçoens das outras diſciplinas, Lei 4. de 10. de Novembro de 1772. Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 2. no Pref. §. 1. e fin.

51 Mathematica naõ contém puras eſpeculaçoens, mas verdades Theoricas applicaveis aos differentes uſos da vida, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 2. tit. 5. cap. 3. §. 1.

52 Matrimonios saõ uteis ao Estado, Alv. de 10. de Março de 1732. na Coll. 1. liv. 5. tit. 51. Alv. de 4. de Abril de 1755.

53 Matrimonios devem favorecer-se, Ord. liv. 4. tit. 61. §. 2. e tit. 97. §. 10. liv. 5. tit. 25. §. 4. e tit. 27. §. 4.

54 Matrimonios saõ meio de se povoar as terras, Alv. de 4. de Abril de 1755.

55 Matrimonios indignos affrontaõ as familias, e os Ascendentes glorioſos, que se assignallaraõ no serviço do Principe, e da Republica, Alv. de 23. de Novembro de 1716. na Coll. 1. liv. 2. tit. 37.

56 Meditaçaõ he o Canal das verdades, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 5. §. 10. e 18.

57 Medo faz, que naõ haja verdadeiro consentimento, Ord. liv. 4. tit. 62. §. 1. e tit. 84. §. 3. e 4.

58 Meios se devem admittir, quando saõ competentes para o fim, Alv. de 13. de Dezembro de 1750. cap. 11.

59 Meios de evitar o prejuizo a ninguem se devem negar, Assent. 3. de 5. de Dezembro de 1770.

60 Melhor he a condiçaõ, de quem possue, Ord. liv. 4. tit. 7. no princip. Alv. de 2. de Mayo de 1614. na Coll. 1. liv. 2. tit. 12.

61 Melhor he naõ serem punidos os culpados, do que padecer com este pretexto os innocentes, Alv. de 3. de Dezembro de 1750. cap. 6.

62 Melhor he occorrer em tempo, do que depois de estar dado o damno, e prejuizo, Alv. de 21. de Fevereiro de 1620. versic. Querendo, na Coll. 1. liv. 2. tit. 47. Alv. de 23. de Novembro de 1770. no princip. Estat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 1. tit. 3. cap. 3. §. 24.

63 Memoria se deve conservar daquelles, que por honrosos feitos se fizeraõ benemeritos ao Principe, e á Republica, Ord. liv. 4. tit. 100. §. 5. Lei de 9. de Setembro

bro de 1769. §. 23. Lei de 3. de Agosto de 1770. §. 16.

64 Mercês, e graças dos Principes naõ passaõ da vida, dos que as concedem, Ord. liv. 2. tit. 45. §. 20. e 34. e tit. 48. §. 8. liv. 5. tit. 104. §. 1. Alv. de 20. de Setembro de 1768.

65 Mercês naõ se verificaõ, até se preencherem as condiçoens, com que se fazem, Assent. de 30. de Julho de 1748.

66 Mercês, e honras merecem, os que procedem com zelo, e fidelidade no serviço do Principe, Alv. de 3. de Dezembro de 1750. cap. 9. §. 3.

67 Mercês devem haver, os que concorrem com os seus fructuosos trabalhos para a utilidade publica dos Reinos, Alv. de 3. de Dezembro de 1750.

68 Mercês, e honras, que se fazem aos benemeritos, saõ exemplo para outros bem viver, Ord. liv. 1. tit. 1. §. 45.

69 Mercês devem ser proporcionadas aos serviços, Ord. liv. 5. tit. 6. §. 12.

70 Merecimentos devem ser attendidos, Decret. de 7. de Mayo de 1662. na Coll. 2. liv. 1. tit. 8.

71 Merecimentos aonde naõ ha iguaes, naõ devem ser iguaes as honras, e mercês, Ord. liv. 5. tit. 92. no princ. Estat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 4. cap 5. §. 69.

72 Merecimentos. Naõ se devem antepôr as pessoas menos idoneas, ás que tem mais merecimentos, Alv. de 25. de Mayo de 1647. na Coll. 1. liv. 2. tit. 46.

73 Mestres de qualquer arte tem razaõ de saber, o que pertence aos seus officios, Ord. liv. 4. tit. 13. §. 8.

74 Methodo. Aonde naõ ha bom methodo, he natural a confusaõ, e desordem, Alv. de 2. de Janeiro de 1765. Alv. 2. de 10. de Novembro de 1772.

75 Methodo para ensinar a mocidade deve ser breve, claro, e facil, Instrucç. para os Prof. da Grammat. &c. de 28. de Junho de 1759. §. 4.

76 Methodo. Da diverſidade dos methodos, que cada Profeſſor eſtabelece conforme o ſeu genio, e da eleiçaõ vaga, e arbitraria dos livros reſulta huma perplexidade, e confuſaõ mui prejudicial á mocidade, Cart. do Reſtab. do Real Colleg. dos Nob. de 7. de Março de 1761. tit. 15. §. 5.

77 Methodo. Aonde naõ ha methodo certo, e livros invariaveis, ſempre coſtumaõ ſuccéder alteraçoens, e diſcordias nocivas aos Eſtudos, Cart. do Reſtab. do Real Colleg. dos Nob. de 7. de Março de 1761. tit. 15. §. 5.

78 Methodo. A conformidade no methodo, e na eſcolha dos livros conſerva a paz, e uniaõ entre os Profeſſores, e faz adiantar os Diſcipulos nos progreſſos, Carta do Reſtab. do Real Colleg. dos Nob. de 1761. tit. 15. §. 5.

79 Methodo Demonſtrativo he o mais conforme á admiravel ordem da Natureza, e o mais proprio para dar a conhecer as verdades pelas ſuas cauſas, para produzir as ſciencias nos entendimentos humanos, e para gerar nelles o eſpirito de exactidaõ, e de ordem, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 1. §. 2.

80 Methodo Demonſtrativo he o mais plano, o mais ſeguro, e o mais proprio para todas as ſciencias, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 2. §. 11.

81 Methodo Demonſtrativo. A primeira das duas Leis ſubſtanciaes do Methodo Demonſtrativo conſiſte na diſpoſiçaõ, e deſtribuiçaõ das ſciencias, e de todas as ſuas partes por huma tal ordem, e methodo, que primeiro ſe enſinem, e aprendaõ, as que preparaõ, e daõ luz para as outras, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 1. §. 1.

82 Methodo Demonſtrativo. Conſiſte a ſegunda Lei do Methodo Demonſtrativo, em que nas ſciencias ſe naõ paſſe de humas propoſiçoens para as outras, ſem que as precedentes ſe tenhaõ provado, e demonſtrado com a ma-

maior evidencia, de que ellas forem ſuſceptiveis conforme a ſua natureza, e principios, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 1. §. 1.

83 Methodo Synthetico he o mais proprio, e o mais accommodado para o enſino da Mocidade Academica, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 1. §. 18.

84 Methodo Synthetico conſiſte em ſe dar primeiro as definiçoens, e diviſoens das materias, que mais ſe ajuſtarem ás Regras da boa Dialectica: paſſando-ſe logo aos primeiros principios, e preceitos geraes mais ſimplices, e mais faceis de ſe entenderem: e procedendo-ſe delles para as concluſoens mais particulares formadas da combinaçaõ de maior numero de idéas, e por iſſo mais complicadas, e ſublimes, e de intelligencia mais difficultoſa, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 1. §. 18.

85 Methodo Analytico (na Jurisprudencia) he o que, depois de ſabidos, e comprehendidos previamente os Principios, e as Regras de Direito, ſe dirige a fazer perceber as concluſoens, que ſe deduzem dos textos, e que nelles ſe fundaõ, para as diſtinguir, das que nos meſmos ſe naõ firmaõ, e para ſeparar o Direito certo do incerto, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 1. §. 25. e 26.

86 Methodo. O uſo, e exercicio Analytico he, o que fórma o Interprete, e enſina a boa applicaçaõ das Leis, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 1. §. 26. e tit. 6. cap. 9. §. 11.

87 Methodo Socratico, ou Dialogiſtico he proporcionado ao methodo Compendiario; porque naõ ſe adſtringindo á longa continuaçaõ do meſmo meio de concluir, póde abranger diverſas queſtoens, e dar bem a conhecer, ſe os defendentes tem eſtudado, e ſe tem feito ſenhores de todas as materias, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 4. cap. 1. §. 43.

88 Milicia conſtitue a força, e o reſpeito dos Sobera-

nos, e a ſegurança dos Povos, Lei 1. de 22. de Dezembro de 1761. no princip.

89 Milicia he vida mui decente, e mui propria, para ganharem os homens merecimento, e honra, e para adiantarem as ſuas graduaçoens, e fortunas, Alv. de 15. de Outubro de 1764. Decreto de 6. de Setembro de 1765.

90 Militares, e Miniſtros devem conſervar entre ſi huma perfeita harmonia, Lei do 1. de Agoſto de 1758. e Lei de 21. de Outubro de 1763. §. 5. 6. e 9.

91 Miniſterios ſó ſe devem conferir ás peſſoas, que os poſſaõ exercitar, e cumprir as ſuas obrigaçoens, Alv. de 25. de Agoſto de 1636. na Coll. 1. liv. 3. tit. 5.

92 Miniſtros devem ſervir a todos de exemplo, Alv. de 30. de Junho de 1652. na Coll. 1. liv. 1. tit. 5.

93 Miniſtros de bons coſtumes honraõ os lugares, Ord. liv. 1. tit. 36. no princip.

94 Miniſtros devem conſevrar a ſua authoridade, e reſpeito, naõ ſó com inteireza em ſeu procedimento, mas com decencia dos trajos, compoſtura de ſua peſſoa, e uſo das inſignias, Alv. de 30. de Junho de 1652. na Coll. 1. liv. 1. tit. 5.

95 Miniſtros devem ſer commedidos, e prudentes, Ord. liv. 3. tit. 19. §. 14.

96 Miniſtros devem com a ſua modeſtia accreſcentar a eſtimaçaõ, e reſpeito aos cargos, que exercitaõ, Alv. de 30. de Junho de 1652. na Coll. 1. liv. 1. tit. 5.

97 Miniſtros devem indiſpenſavelmente ter inteireza, deſintereſſe, e independencia, Alv. de 17. de Janeiro de 1766. no princip.

98 Miniſtros. Convém ao ſerviço de Deos, e do Principe, que os Miniſtros tenhaõ o neceſſario para ſe tratarem decentemente, e ſem dependencia, Lei de 7. de Janeiro de 1750. no princip.

99 Miniſtros ſuperiores devem ſer exemplares em venerar,

nerar, e guardar pontualmente os Regimentos, e as Leis, Ord. liv. 1. tit. 1. no princip. Carta de 10. de Novembro de 1633. na Coll. 2. liv. 1. tit. 1.

100 Miniſtros devem ſer reſpeitados, Alv. de 30. de Junho de 1652. no princip. Coll. 1. liv. 1. tit. 5. Carta de 16. de Dezembro de 1610. na Coll. 2. liv. 1. tit. 5.

101 Miniſtros com o uſo das inſignias fazem-ſe conhecidos, e reſpeitados, Alv. de 30. de Junho de 1652. na Coll. 1. liv. 1. tit. 5.

102 Miniſtros devem ſer aptos, e competentes para os negocios, a que ſaõ deſtinados, Regim. do 1. de Abril de 1751. no princip.

103 Miniſtros devem procurar, o que for mais do ſerviço do Principe, bem dos Povos, e adminiſtraçaõ da Juſtiça, Alv. de 27. de Março de 1721. na Coll. 1. liv. 4. tit. 15.

104 Miniſtros devem ſer cuidadoſos, e diligentes, Ord. liv. 1. tit. 15. no princip. tit. 65. no princip. e tit. 87. §. 3.

105 Miniſtros tem a ſeu cargo evitar os delictos, Alv. de 3. de Novembro de 1671. na Coll. 1. liv. 5. tit. 15.

106 Miniſtros. Maior numero de Miniſtros, e de Officiaes conduz para evitar as deſordens, e delictos nas grandes povoaçoens, Alv. de 25. e 31. de Março de 1742. na Coll. 1. liv. 1. tit. 1.

107 Miniſtros fazem maior a culpa, commettendo os delictos, que tinhaõ obrigaçaõ de evitar, Alv. de 3. de Novembro de 1671. na Coll. 1. liv. 5. tit. 15.

108 Miniſtros devem pôr todo o cuidado, e deſvelo no cumprimento das ſuas obrigaçoens, Alv. de 17. de Mayo de 1721. na Coll. 1. liv. 4. tit. 15.

109 Miniſtros. Convem muito ao bem da Juſtiça ſaberſe, o como a adminiſtraõ, e vivem os Miniſtros, que a exer-

exercitaõ, Cart. de 18. de Outubro de 1614. na Coll. 2. liv. 1. tit. 1.

110 Miniſtros de maior dignidade em hum miniſterio devem preceder nos lugares delle aos de menor dignidade, Aſſent. de 6. Agoſto de 1748.

111 Miniſtros da Igreja devem edificar a todos os fieis por meio da obſervancia dos Sagrados Canones, e das Conſtituiçoens Apoſtolicas, Lei de 25. de Junho de 1766. no princip.

112 Miniſtros da Igreja devem ſer o ſal, que preſerve os Povos da corrupçaõ dos vicios; a luz, que os illuſtre, e guie nas trevas do ſeculo; e os Meſtres, e Doutores, que os inſtruaõ no ſolido conhecimento das virtudes Chriſtaãs, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 1. cap. 1. §. 3.

113 Miniſtros Publicos Eſtrangeiros tem huma inviolavel immunidade, que authoriza o Direito commum das Gentes, Alv. de 11. de Dezembro de 1748.

114 Miniſtros Eſtrangeiros devem ſer tratados, e attendidos com a delicadeza, que ſempre ſe reconheceo juſta, e neceſſaria no conceito de todas as Naçoens, Alv. de 11. de Dezembro de 1748.

115 Miniſtros Naõ permitte a intençaõ, e fim do Direito das Gentes, que a caſa dos Miniſtros Eſtrangeiros ſirva de pretexto para impunidade dos malfeitores, ou para impedimento do regimen do Paiz, e do ſocego, e ſegurança das Naçoens, Alv. de 11 de Dezembro de 1748.

116 Miſeria, em que outros vivem, naõ convida, nem anima a imitá-los, Lei de 6. de Junho de 1755.

117 Miſeria coſtuma arraſtar aos vicios, os que a padecem, Lei de 25. de Junho de 1766.

118 Miſericordia Divina deve impetrar-ſe por meios conducentes, e Catholicos, Decret. de 6. de Julho de 1752. no Repert. let. P. pag. 202. b.

119 Mo-

119 Mocidade deve aprender, e cultivar os bons coſtumes, Ord. liv. 1. tit. 62. §. 36. Cart. do Reſtab. do Real Colleg. dos Nob. de 7. de Março de 1761. tit. 1. §. 1.

120 Mocidade deve inſtruir-ſe no Catheciſmo, e Regras da Civilidade, Lei de 6. de Novembro de 1772. §. 5.

121 Mocidade devem os Meſtres inſtruir em os principios da Religiaõ com eſpecial cuidado, e com preferencia a outro qualquer eſtudo, Alv. de 30. de Setembro de 1770.

122 Mocidade. Da boa, e regular inſtrucçaõ da mocidade he ſempre mui dependente o bem eſpiritual, e a felicidade temporal dos Eſtados, Cart. do Reſtab. do Real Colleg. dos Nob. de 7. de Março de 1761. no princip.

123 Mocidade de poucos annos he mais apta para o enſino, Eſtat. da Aul. do Comm. §. 8. confirm. pelo Alv. de 19. de Mayo de 1759.

124 Mocidade he ſuſceptivel nos primeiros annos das boas impreſſoens daquelles Meſtres, que dignamente ſe applicaõ a inſtruí-la, Lei de 6. de Novembro de 1772. §. 5.

125 Mocidade mais facilmente ſe inſtrue, e aprende, começando pelo mais facil, e procedendo proporcionalmente para o mais difficultoſo, do que introduzindo-ſe logo de repente no mais profundo, e ſublime, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 1. §. 18.

126 Mocidade junta, naõ ſendo bem regulada, cauſa diſturbios, Cart. do Reſtab. do Real Collg. dos Nob. de 7. de Março de 1761. tit. 3. §. 3.

127 Mocidade. Devem-ſe evitar todas as occaſioens, em que póde a mocidade ter perigo na pureza dos coſtumes, Inſtrucç. para os Prof. da Grammat. &c. de 28. de Junho de 1769. §. 18.

128 Mocidade deve aprender aquelles officios, que

he forem mais proveitoſos, ſegundo ſua diſpoſiçaõ, e nclinaçaõ, Ord. liv. 1. tit. 87. aliás 88. §. 16. Alv. de 13. de Outubro de 1770. §. 3.

129 Modo, e fórma, que a Lei preſcreve, he invariavel, Alv. de 19. de Janeiro de 1756.

130 Modo. Deve reſpeitar-ſe ao modo, com que as acçoens ſe obraõ, Ord. liv. 5. tit. 49. §. 11.

131 Moeda falſa he toda aquella, que naõ he feita por mandado do Soberano, aindaque ſe faça da materia, e fórma, de que ſe faz a verdadeira, Ord. liv. 5. tit. 12. no princip.

132 Moeda falſa he couſa mui prejudicial na Republica, e merece caſtigo muito grave, Ord. liv. 5. tit. 12. no princip.

133 Moleſtia cauſa juſto impedimento, Ord. liv. 3. tit. 9. §. 10. Aſſent. de 4. de Novembro de 1760.

134 Moleſtia naõ ſe preſume, Ord. liv. 3. tit. 9. §. 10. liv. 4. tit. 17. no princip.

135 Monarchias. O eſtabelecimento, conſervaçaõ, e augmento das Monarchias tem (depois da bençaõ da Maõ Omnipotente) eſſencial dependencia da regular, e exacta arrecadaçaõ das rendas, que conſtituem o Erario Publico, Lei 1. de 22. de Dezembro da 1761. no princip.

136 Monarchias ſe conſtituem poderoſas com a introducçaõ do commercio, Direct. dos Ind. do Pará, §. 36. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

137 Monopólio he contrario a toda a boa economia do Eſtado, e utilidade publica, Alv. de 17. de Julho de 1769.

138 Monopolios ſaõ reprovados pelos Direitos, Divino, Natural, e das Gentes, Lei de 26. de Outubro de 1765. §. 24.

139 Monopolios arruinaõ os Vaſſallos, Alv. de 17. de Julho de 1769. e Alv. de 11. de Agoſto de 1769.

140 Monopolios. Da impiedade dos Monopoliſtas, e Atra-

e Atraveſſadores ſe ſegue prejuizo publico, e geral, Alv. de 21. de Fevereiro de 1765. e Alv. de 17. de Outubro de 1769. no fim.

141 Mora, e tardança que voluntariamente ſe commette, obriga ao damno, e prejuizo, Ord. liv. 4. tit. 8. §. 2. e tit. 53. §. 5.

142 Mora, que naõ he culpavel, naõ prejudica, Aſſento de 10. de Junho de 1747. Aſſento de 29. de Julho de 1747.

143 Moral (Theologica) he a Meſtra da Vida Chriſtaã, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 5. §. 10. e 18.

144 Moral. Todos os preceitos, e maximas, que da Moral ſe naõ dirivaõ, naõ podem qualificar-ſe por Dictames das Leis do Evangelho, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 5. §. 16.

145 Moral. He erro intoleravel querer perſuadir, que ſó a Razaõ deve ſer a primeira regra para o conhecimento da Moral; e que aos Sanctos Padres ſó ſe deve recorrer, em primeiro lugar, nas materias de Fé, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 5. §. 20.

146 Moral. A Razaõ taõbem he huma Fonte das verdades Moraes, poſto que ſubordinada á Sagrada Eſcriptura, e Tradiçaõ, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 5. §. 21.

147 Moral. O amor de Deos, e do Proximo he a ſumma de toda a Moral Evangelica, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 48.

148 Moroſos devem caſtigar-ſe, e pagar os prejuizos, de que ſaõ cauſa, Ord. liv. 1. tit. 62. §. 70. liv. 3. tit. 20. §. 45.

149 Morgados ſe inſtituiraõ para conſervaçaõ, e memoria do nome do inſtituidor, e para acreſcentamento das caſas, e Nobreza do Eſtado, Ord. liv. 4. tit. 100. §. 5. Lei de 3. de Agoſto de 1770. no princip. e §. 11.

Alv. 1. de 25. de Agoſto de 1770.

150 Morgados ſó ſe fazem toleraveis, para que na Republica haja, quem com decencia poſſa ſervir ao Soberano, e ao Eſtado tanto na paz, como na guerra, Lei de 3. de Agoſto de 1770. no princ. Alv. 1. de 25. de Agoſto de 1770.

151 Morgados elevaõ á nobreza a poſteridade dos inſtituidores, Lei de 3. de Agoſto de 1770. no princip.

152 Morte extingue o maleficio, Ord. liv. 3. tit. 82. §. 3. liv. 5. tit. 6. §. 21.

153 Morte faz ceſſar a inſtancia, Ord. liv. 3. tit. 27. §. 2. e tit. 82. §. 3.

154 Morte em guerra pela Patria, conſidera-ſe como vida glorioſa, Ord. liv. 2. tit. 35. §. 1. liv. 4. tit. 104. no princ.

155 Morte. Quem diſpoem com lembrança da morte, naõ ſe preſume faltar á verdade, Ord liv. 4. tit. 33. §. 2.

156 Morte. Para morrer deve cada hum bem preparar-ſe, Ord. liv. 5. tit. 138. §. 2.

157 Morte. Diſpoſiçaõ da morte deve fazer-ſe com conformidade, e paciencia Chriſtaã, Decret. de 6. de Julho de 1752. no Repert. let. P. pag. 202. b.

158 Mudança de nomes conduz, para naõ ſerem os homens conhecidos, Lei da Reform. da Juſt. de 6. de Dezembro de 1612. §. 20. na Coll. 1. liv. 5. tit. 130.

159 Mudar. He dos ſabios mudar de parecer para melhor, Ord. liv. 3. tit. 65. §. 2. verſic. E ſe o Juiz.

160 Mudar ninguem póde de parecer em prejuizo de outro, Ord. liv. 4. tit. 2. no princip. e tit. 42. no fim do princip.

161 Mulheres tem fraqueza de entendimento, Ord. liv. 4. tit. 61. no princip. e §. 9. e tit. 107. no princip.

162 Mulheres goſaõ dos privilegios de ſeus maridos, Ord. liv. 1. tit. 65. §. 26. e tit. 90. §. 7. e 16. liv. 2. tit. 59. §. 15. liv. 3. tit. 86. §. 12. liv. 5. tit. 120. no princip. Alv. de 29. de Janeiro de 1759.

163 Mun-

163 Mundo. Deos creou o Mundo para o uſo, e contemplaçaõ do Homem, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 3. tit. 3. cap. 4. §. fin.

N

1 NAçoens. A uniaõ de muitas familias debaxo de diverſos Imperios eſtabeleceo as Naçoens, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 4. §. 1.

2 Naçoens ſe conſervaõ no Eſtado Natural, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 4. §. 9.

3 Naçoens todas ſe conſervaõ entre ſi com huma perfeita igualdade moral, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 4. §. 1. e 3.

4 Naçoens naõ podem occupar, atacar, nem invadir os Dominios das outras, em quanto ellas, contentes com o ſeu, naõ atacaõ, nem invadem os Dominios alheios, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 4. §. 3. no fim.

5 Naçoens. Saõ inviolaveis as peſſoas, os bens, e os territorios de humas Naçoens para as outras, como iguaes, e independentes, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 4. §. 3. e 4.

6 Naçoens em ordem á ſubjeiçaõ á Lei Natural, ſe devem conſiderar, como Peſſoas Moraes, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 4. §. 4. e 6.

7 Naçoens reſplandecem em boa, depurada, e ſaã Jurisprudencia, quando promulgaõ Leis Politicas, Economicas, e Mercantes uteis ao ſocego publico, e ao eſtabelecimento da reputaçaõ, e do augmento dos Povos, Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 9.

8 Naçoens experimentaõ damno muito ſenſivel á ſua gloria, e reputaçaõ, perdendo-ſe, as laminas, medalhas,

moe-

moedas, e mais artefactos da antiguidade, Alv. de 20. de Agoſto de 1721. na Coll. 1. liv. 5. tit. 12.

9 Naçoens. Em todas as Naçoens civiliſadas, e polidas ſe augmenta o numero dos commerciantes, operarios, e agricultores á proporçaõ das lavouras, das manufacturas, e do commercio, Direct. dos Ind. do Pará §. 68. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

10 Naõ allegar, ou naõ provar tem o meſmo effeito, Ord. liv. 4. tit. 43. §. 1.

11 Naõ contradizer he conſentir, Ord. liv. 1. tit. 85. aliás 86. §. 3. liv. 2. tit. 45. §. 34. liv. 5. tit. 112. no princip. e tit. 115. no princip.

12 Naõ-ente. Do Naõ-ente, e do que naõ apparece, he o meſmo juizo, Ord. liv. 3. tit. 1. §. 3. tit. 60. §. 3. e tit. 62. no princip.

13 Naõ-ente. Do Naõ-ente nenhumas ſaõ as qualidades, Ord. liv. 3. tit. 21. §. 13. no fim, e tit. 59. §. 4. no fim.

14 Naõ feito. Do que naõ he feito, e do que ſe faz por fórma naõ legitima, he o meſmo juizo, Ord. liv. 1. tit. 62. §. 20. e 45. e tit. 74. §. 3. liv. 2. tit. 18. §. 2.

15 Naõ fazer, ou fazer inutilmente naõ tem differença, Ord. liv. 3. tit. 84. §. 8. e 9.

16 Naõ ſaber, ou naõ ter razaõ de ſaber deſculpaõ igualmente, Ord. liv. 3. tit. 21. §. 6. tit. 88. no princip. e tit. 91. no princip. liv. 4. tit. 48. §. 5. liv. 5. tit. 53. §. fin.

17 Naõ ſaber, ou naõ poder fazer tem a meſma diſpoſiçaõ, Ord. liv. 4. tit. 80 no princip. e §. 1.

18 Naõ ſe fazer, ou naõ ſe fazer dentro do tempo naõ tem differença, Ord. liv. 3. tit. 21. §. 21. e 24.

19 Naõ poder, ou naõ querer ſer, tem o meſmo effeito, Ord. liv. 4. tit. 87. §. 1.

20 Naſcimento. Factos torpes, e ſordidos invilecem, e in-

e injuriaõ o naſcimento illuſtre, Alv. 1. de 25. de Agoſto de 1770.

21 Natureza das couzas deve attender-ſe, Ord. liv. 3. tit. 87. §. 12. verſic. Porém.

22 Natureza dictou Regras ao Homem para a direcçaõ das ſuas acçoens, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 1. §. 46.

23 Natureza dictou Leis ao Homem para o Eſtado civil, e para todos os precedentes, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 2. §. 9.

24 Natureza com huma total independencia anterior a toda a legislaçaõ poſitiva, aſſim que o Homem abraçou novo Eſtado, logo lhe foi intimando pelo ſimples orgaõ da Razaõ as Leis eſſenciaes do meſmo Eſtado, para poder obrar, e proceder como Ente racional, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 2. §. 3.

25 Natureza accendeo nos eſpiritos dos Homens hum fogo ſagrado para os allumiar na indagaçaõ das ſuas Leis, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 5. §. 12.

26 Natureza he hum livro grande, pelo qual ſe fazem os Homens verdadeiramente habeis na Hiſtoria do Mundo ſenſivel, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 3. tit. 3. cap. 2. §. 19.

27 Natureza. Naõ ha outro meio de chegar ao conhecimento da Natureza, ſe naõ a Obſervancia, e a Experiencia, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. p. 3. tit. 2. cap. 2. §. 5.

28 Natureza. Trez ſaõ os Reinos da Natureza: o Animal, o Vegetal, e o Mineral, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 3. tit. 3. cap. 2. §. 2.

29 Navegaçaõ. Bem-commum ſe dá na frequencia da Navegaçaõ, Alv. de 11. de Dezembro de 1756. Alv. de 15. Abril de 1757. e Alv. do 1. de Abril de 1758.

30 Neceſſidade naõ ſe ſubjeita á diſpoſiçaõ da Lei, Ord. liv.

liv. 1. tit. 48. §. 8. tit. 58. §. 53. e tit. 67. no fim do princip. e §. 9. liv. 3. tit. 18. §. 9. tit. 55. §. 7. e tit. 59. §. 16. liv. 5. tit. 107. §. 10. 15. e 16.

31 Neceſſidade faz, com que ſeja licito, o que naõ era, Ord. liv. 1. tit. 83. §. 29. liv. 3. tit. 1. §. 17.

32 Neceſſidade urgente deſculpa o facto, e procedimento, Ord. liv. 3. tit. 7. §. 3. e tit. 19. §. 13. liv. 5. tit. 107. §. 10. Alv. de 12. de Novembro de 1611. na Coll. 1. liv. 1. tit. 67. no §. 4. Alv. de 20. de Março de 1736. na Coll. 1. liv. 5. tit. 107.

33 Neceſſidade commua conſtitue huma Lei ſuperior a todos os incommodos, e prejuizos particulares, Direct. do Pará §. 62. confirmado pelo Alv. de 17 de Agoſto de 1758.

34 Neceſſidade affectada naõ póde approveitar, Ord. liv. 5. tit. 107. §. 27.

35 Neceſſidade pede prompta providencia, Ord. liv. 1. tit. 67. §. 6. tit. 75. §. 4. liv. 3. tit. 20. §. 42. e tit. 55. §. 7.

36 Neceſſidade maior, e de mais grave prejuizo deve preferir nas providencias, Alv. de 20. de Julho de 1765. §. 9.

37 Neceſſidade ha de prompto, e efficaz remedio, quando podem reſultar conſequencias damnoſas da tolerancia, e diſſimulaçaõ, Alv. de 8. de Fevereiro de 1711. na Coll. 1. liv. 5. tit. 107.

38 Neceſſidade publica da defeza do Eſtado conſtitue aquella Lei ſuprema, que ſendo ſuperior a todas as outras Leis, e privilegios, faz, com que a urgente cauſa da ſaude pública ſó ſe contemple excluſivamente, Alv. de 26. de Setembro de 1762. Cart. 4. ſobre o Motim, e Sediçaõ da Cidade do Porto, de 3. de Março de 1757.

39 Neceſſidade particular póde ſer cauſa de ſe perverter a inteireza da Juſtiça, Ord. liv. 1. tit. 1. no princip.

40 Ne-

40 Negado o fim, naõ ſe devem permittir os meios, por onde ſe pertenda alcançar, Aſſento de 27. de Novembro de 1691. na Coll. 3. liv. 5. tit. 130.

41 Negado. O que he negado por hum meio, naõ ſe póde obter por outro, Ord. liv. 1. tit. 58. §. 27. liv. 5. tit. 117. §. 4.

42 Negar naõ ſe póde a divida, que ſe principiou a pagar, Ord. liv. 4. tit. 51. §. 4.

43 Negativa, que naõ for coarctada a certo lugar, e tempo, naõ ſe póde provar, Ord. liv. 3. tit. 53. §. 10. liv. 5. tit. 124. §. 1.

44 Negligencia, e omiſſaõ culpavel deve caſtigar-ſe, Alv. de 31 de Março de 1742. na Coll. 1. liv. 1. tit. 1.

45 Negligencia, e omiſſaõ, de que naõ ha legitima eſcuza, naõ deve attender-ſe, Alv. de 21. de Julho de 1702. na Coll. 1. liv. 5. tit. 100.

46 Negligencia, e deſcuido cauſaõ pobreza, Direct. dos Ind. do Pará §. 17. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

47 Negligencia alheia naõ deve prejudicar a outrem, Alv. de 11. de Janeiro de 1758.

48 Negligente ninguem deve ſer no ſeu officio, e obrigaçaõ, Ord. liv. 1. tit. 11. §. 5. tit. 18. §. 11. tit. 22. §. 2. tit. 62. §. 23. e 62. liv. 2. tit. 59. §. 14.

49 Negligente deve pagar o damno, de que he cauſa, Ord. liv. 1. tit. 68. §. 15. e tit. 87. aliás 88. §. 3. liv. 2. tit. 33. §. 2. liv. 4. tit. 103. no princ.

50 Negligente quem naõ he, naõ deve padecer a pena da negligencia, Ord. liv. 3. tit. 91. §. 1.

51 Negligente naõ ſe póde dizer aquelle, que naõ ſoube, nem teve razaõ de ſaber, Ord. liv. 3. tit. 91. no princip.

52 Negligente ninguem deve ſer em procurar, o que

he ſeu, Ord. liv. 3. tit. 94. §. 3. liv. 4. tit. 79. no princip.

53 Negligentes. Aos Negligentes, e deſcuidados naõ favorece o Direito, Ord. liv. 3. tit. 79. §. 5. tit. 91. §. 1. tit. 94. §. 3. Liv. 4. tit. 79. no princip. Alv. 2. de 13. de Março de 1772. Aſſent. de 18. de Janeiro de 1718.

54 Negocio naõ ſe preſume ſaber, quem nelle naõ intreveio, Ord. liv. 3. tit. 59. §. 7. no fim.

55 Negocio naõ ſe julga, deixe de ſaber, quem o tratou, Ord. liv. 3. tit. 59. §. 6. e 7.

56 Negocio. Naturalmente reſultaõ conveniencias do negocio, que he licito, e juſto, Direct. dos Ind. do Pará §. 44. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

57 Negocio. Fé, e verdade devem haver em todo o negocio, e commercio, Alv. de 25. de Agoſto de 1672. na Coll. 1. liv. 4. tit. 67. Alv. de 15. de Junho de 1714. na Coll. 1. liv. 4. tit. 67.

58 Negocios ſe devem encarregar, aos que tem mais razaõ de ſaber delles, Regim. de 14. de Julho de 1642. §. 9. Coll. 1. liv. 1. tit. 51.

59 Negocios de maior importancia pedem maior cuidado, Regim. de 14. de Julho de 1642. no princip. Coll. 1. liv. 1. tit. 51.

60 Negocios. As deciſoens dos negocios mercantîs coſtumaõ ordinariamente depender muito menos da ſciencia eſpeculativa das regras de Direito, e doutrinas dos Juriſconſultos, do que do conhecimento pratico das maximas, uſos, e coſtumes do manejo do commercio, Alv. de 16. de Dezembro de 1771.

61 Netos ſaõ como filhos, Ord. liv. 4. tit. 37. §. 6. e tit. 82. §. 4.

62 Nobres mais diſtinctos, bem educados ſaõ o Exemplo das Naçoens, a Succeſſaõ virtuoſa da Nobreza do Reino, a Regra, e o Eſtimulo para os procedimentos juſtos das outras

tras ordens da Monarchia, Alv. 1. de 13. de Março de 1772.

63 Nobres (Moços) devem para a boa educaçaõ ſubjeitar-ſe igualmente, que os outros, ás advertencias, e aos caſtigos, reſpeitando os ſuperiores, Alv. 1. de 13. de Março de 1772.

64 Nobres. Dos que deſcendem de boa lihagem, naõ ſe preſume, hajaõ de fazer couza, porque elles, e ſeus deſcendentes ſe poſſaõ affrontar, Ord. liv. 1. tit. 74 no princip.

65 Nobreza merece attençaõ, e diſtincçaõ, Ord. liv. 1. tit. 83. aliás 84. §. 10. tit. 90. §. 16. liv. 2. tit. 45. no princip. liv. 3. tit. 86. §. 23. liv. 4. tit. 99. no princ. tit. 107. §. fin. liv. 5. tit. 16. §. 1.

66 Nobreza. Dos que conſervaõ a nobreza, e pureza de ſangue, que herdaraõ dos ſeus maiores, naõ ſe eſpera, que façaõ couza, que naõ reſponda á obrigaçaõ, em que os poem o ſeu naſcimento, Ord. liv. 1. tit. 1. no princip. e tit. 17. no princip. Alv. de 23. de Novembro de 1616. na Coll. 1. liv. 2. tit. 37.

67 Nobreza. Convém ao ſerviço dos Principes, que a nobreza ſe conſerve, e perpetue nos ſeus Vaſſallos, Alv. de 23 de Novembro de 1616. na Coll. 1. liv. 2. tit. 37. Alv. de 13. de Novembro de 1651. na Coll. 1. liv. 4. tit. 88. Lei de 3. de Agoſto de 1770. no princip.

68 Nobreza accreſcenta no ſerviço do Principe o eſplendor da ſua familia, Lei de 17. de Agoſto de 1761. no princip.

69 Nobreza naõ ſe póde conſervar nos exercicios com ella incompativeis, Alv. de 10. de Fevereiro de 1757.

70 Nobreza ſe prova pelos blaſoens das Armas, e Appellidos, que ſe déraõ, aos que por honroſos feitos os ganharaõ, Ord. liv. 5. tit. 92. no princip.

71 Nobreza. Convém ao ſerviço do Principe, e ao bem commum, que a Nobreza tenha eſcolas proprias, para

ra ſe inſtruir na arte, e diſciplina militar, Alv. de 16. de Março de 1757. no princip.

72 Nobreza. Abuſa da nobreza, quem falta á humanidade, e caridade Chriſtaã, Alv. de 26. de Fevereiro de 1771.

73 Nobreza. A fortuna da nobreza dos Moços mais diſtinctos naõ os conduz a huma como independencia das virtudes, para ſe fazerem inflexiveis á ſubjeiçaõ dos dictames, com que devem dirigir a meſma fortuna, para ſer permanente, Alv. 1. de 13. de Março de 1772.

74 Nobreza, e memoria dos antepaſſados naõ póde repreſentar-ſe por peſſoas indignas, e que com factos torpes, e ſordidos invilecem o ſeu naſcimento, Alv. 1. de 25. de Agoſto de 1770.

75 Nobreza dos edificios concorre muito para o augmento das povoaçoens, Direct. dos Ind. do Pará §. 74. confirm. pelo Alv. de 17 de Agoſto de 1758.

76 Nomes, ſobrenomes, e officios ſervem para clareza, e conhecimento das peſſoas, Ord. liv. 5. tit. 27. §. 2. e tit. 117. §. 6.

77 Noſſo he, o que naſce, e ſe produz, do que he noſſo, Ord. liv. 4. tit. 96. §. 7. e tit. 97. no princip. Lei de 6. de Junho de 1755. §. Deſta geral.

78 Notavel. O que he notavel merece diſtincçaõ do commum, Ord. liv. 1. tit. 65. §. 9. liv. 5. tit. 49. §. 2.

79 Notorio naõ neceſſita de provar-ſe, Ord. liv. 1. tit. 65. §. 25. liv. 2. tit. 1. §. 22. e 23. liv. 3. tit. 22. §. 2. liv. 4. tit. 67. §. 8. liv. 5. tit. 6. §. 10. Alv. de 3. de Março de 1741. na Coll. 1. liv. 4. tit. 42.

80 Novos eſtabelecimentos ſempre eſtaõ ſubjeitos á occorrencia dos muitos accaſos, Lei de 30. de Agoſto de 1770. §. 16.

81 Novidades attrahem ordinariamente o goſto, e a inclinaçaõ, Pragmat. de 24. de Mayo de 1749. no princip.

Novi-

82 Novidades. Ordinariamente ſuccede, que a inclinaçaõ, e goſto das novidades põem em eſquecimento as diſpoſiçoens proveitoſas, Pragmat. de 24. de Mayo de 1749. no princip.

83 Novidades naõ devem introduzir-ſe contra a jurisdicçaõ, e ſoberania dos Principes, Alv. de 28. de Julho de 1620. na Coll. 1. liv. 1. tit. 9.

84 Nullidade aonde ſe declara haver, ja ſe ſuppõem, que antes a havia, Alv. 2. de 13. de Março de 1772.

85 Nullidade por falta de citaçaõ he inſanavel, Ord. liv. 3. tit. 63. §. 5.

86 Nullo. O que he nullo, nenhum effeito produz, Ord. liv. 1. tit. 65. §. 69. tit. 66. §. 17. e tit. 78. §. 14. liv. 2. tit. 18. §. 2. e tit. 45. §. 27. liv. 3. tit. 75. no princip.

87 Nullo o que he, naõ póde preſtar impedimento, Alv. de 17. de Janeiro de 1759. Alv. de 6. de Mayo de 1765.

88 Nullo. Naõ ſe póde confirmar, o que he nullo, Ord. liv. 3. tit. 75. §. 1.

89 Nullo. O que he nullo preſume-ſe, que nunca ſe fez, ou que nunca exiſtio, Ord. liv. 1. tit. 62. §. 20. liv. 4. tit. 62. no princip. e tit. 81. §. 6. Alv. 1. de 11. de Junho de 1765.

90 Nullo he, o que ſe faz contra a prohibiçaõ da Lei, Ord. liv. 1. tit. 66. §. 29. tit. 78. §. 14. liv. 2. tit. 45. §. 38. liv. 3. tit. 75 no princip.

91 Nullo he, o que ſe faz ſem authoridade legitima, Alv. de 23 de Mayo de 1615. na Coll. 1. liv. 2. tit. 59.

92 Numero. O que paſſa do numero eſtabelecido, naõ ſe deve attender, Ord. liv. 3. tit. 55. §. 5.

1 Obe-

O

1 OBedecer ás ordens dos ſuperiores he obrigaçaõ, em que naõ póde haver culpa, Prov. de 10. de Março de 1764.

2 Obras boas ſaõ dignas de agradecimento, Ord. liv. 2. tit. 49. §. 4. no fim.

3 Obras pias ſaõ miſſas, anniverſarios, reſponſorios, confiſſoens, ornamentos, e mais couzas, que ſervem para o culto Divino, Ord. liv. 1. tit. 62. §. 41.

4 Obras pias ſaõ tambem curar enfermos, dar camas para elles, veſtir, ou alimentar pobres, remir captivos, crear engeitados, e quaeſquer obras de miſericordia ſemelhantes a eſtas, Ord. liv. 1. tit. 62. §. 41.

5 Obrepçaõ, e ſubrepçaõ fazem as graças inefficazes deſde o ſeu principio, Lei de 25. de Mayo de 1773. no princip.

6 Obrigaçaõ. O que ſe faz, por quem tem alguma obrigaçaõ, preſume-ſe feito por conta della, Ord. liv. 4. tit. 99. §. 4.

7 Obrigaçaõ ſe extingue com a ſoluçaõ, do que ſe deve, Lei 2. de 22. de Dezembro de 1761. tit. 3. §. 10. Decret. de 23. de Dezembro de 1759. no fim.

8 Obrigaçaõ, em que ſe naõ poem dia, produz logo acçaõ para ſe pedir, Ord. liv. 4. tit. 50. §. 1. no princip.

9 Obrigaçaõ naõ ha de cumprir inteiramente, o que ſó he de honeſtidade, e naõ de neceſſidade, Ord. liv. 3. tit. 20. §. 1.

10 Obrigaçaõ. Nenhuma razaõ, ou reſpeito deve embaraçar o cumprimento da obrigaçaõ, Ord. liv. 1. tit. 80. §. 11.

11 Obrigaçaõ ſe diſſolve pelos meſmos meios, porque ſe con-

contrahe, Ord. liv. 3. tit. 59. §. 11. liv. 4. tit. 2. no princip.

12 Obrigaçoens, e contractos dos homens de negocio, quando naõ ſaõ regulados pelas Leis de cada Reino, devem reger-ſe pelas Leis maritimas, e commerciaes das Naçoens illuminadas, e commerciantes, Aſſent. 5. de 23. de Novembro de 1769. que ſe funda no §. 9. da Lei de 18. de Agoſto de 1769.

13 Obrigaçoens. Os que pertendem encher as ſuas obrigaçoens com zelo, e fidelidade, devem fazer ver em todos os ſeus procedimentos, que trabalhaõ ſem outros fins, que naõ ſejaõ os daquelle objecto, Alv. de 29. de Julho de 1758.

14 Obrigado fica por outrem, quem o approva, Ord. liv. 1. tit. 96. aliás 97. §. 1. liv. 4. tit. 53. §. 5. no verſic. Porém.

15 Ocio, e a perguiça coſtumaõ precipitar em abſurdos a mocidade, Alv. de 15. de Outubro de 1764.

16 Ocioſidade he inimigo poderoſo, Direct. dos Ind. do Pará §. 68. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1768.

17 Ocioſidade faz precipitar nos vicios, Alv. de 19. de Setembro de 1761.

18 Ocioſidade. Da ocioſidade procedem os vicios, que infectaõ os Eſtados, Decret. de 2. de Abril de 1757.

19 Ocioſidade. Os delictos naſcem da ocioſidade, Decret. de 4. de Novembro de 1755.

20 Ocioſidade. Os que vivem em ocioſidade eſtaõ mais faceis a commetter delictos. Alv. de 5. de Julho de 1613. na Coll. 1. liv. 5. tit. 80.

21 Ocioſidade he vicio quaſi inſeparavel, e congenito a todas as Naçoens incultas, Director. dos Ind. do Pará §. 20. confirm. pelo Alv. de 17 de Agoſto de 1758.

22 Ocioſidade para ſe evitar, deve punir-ſe, Ord. liv. 5. tit.

5. tit. 68. §. 1. e tit. 82. §. 10. no fim.

23 Ociosos. Bem-commum resulta da extirpaçaõ dos homens ociosos, e vagabundos, Lei de 25. de Junho de de 1760. §. 17.

24 Occulto. O que se faz occultamente, naõ se póde bem provar, Ord. liv. 3. tit. 59. §. fin. e liv. 5. tit. 135.

25 Odio, e amor causaõ suspeiçaõ, Ord. liv. 5. tit. 6. §. 29. e tit. 37. §. fin.

26 Odios na Republica saõ em grande desserviço de Deos, e em grave damno da conservaçaõ dos Vassallos, Alv. de 18. de Outubro de 1709. na Coll. 1. liv. 1. tit. 67.

27 Offensa particular só póde vindicar o offendido, Ord. liv. 5. tit. 25. §. 3.

28 Offensa, que se faz aos Officiaes de Justiça pela razaõ dos officios, deve ser mais asperamente castigada, Ord. liv. 5. tit. 49. §. 5. e tit. 50. §. fin.

29 Officio seu a ninguem deve ser damnoso, Ord. liv. 1. tit. 33. §. fin. tit. 48. §. 8. e 24. e tit. 80. §. 5.

30 Officio cadahum ha de servir na fórma, que deve, Ord. liv. 1. tit. 58. §. 3. 34. e 53. tit. 62. §. 33. e tit. 65. §. 22.

31 Officios naõ deve servir, quem para elles naõ for idoneo, Ord. liv. 1. tit. 24. no princip. Alv. de 8. de Novembro de 1649. na Coll. 1. liv. 1. tit. 58.

32 Officios. As qualidades de honra, e de bom procedimento habilitaõ os homens para os officios, Alv. de 30. de Abril de 1771. §. 1.

33 Officios. Nos officios elege-se somente a personalissima industria do eleito, Lei de 23. de Novembro de 1770. e faz a Ord. liv. 1. tit. 98. no princip. Versic. A qual.

34 Officios. Do exercicio dos officios publicos depende a felicidade, ou a ruina dos Povos, e Vassallos, Lei de 23. de Novembro de 1770.

35 Offi-

35 Officios. Damno notavel resulta de se proverem nos officios pùblicos pessoas pouco benemeritas, Alv. de 3. de Dezembro de 1621. na Coll. 1. liv. 2. tit. 47.

36 Officios públicos todos saõ do Principe, aindaque tenha feito mercê da sua apresentaçaõ, Alv. de 26. de Fevereiro de 1614. na Coll. 1. liv. 2. tit. 28.

37 Officios, e cargos da Republica naõ devem andar em pessoas de menos sufficiencia, e qualidade, Alv. de 20. de Fevereiro de 1625. na Coll. 1. liv. 1. tit. 67.

38 Officiaes naõ podem exercitar seus officios, sem serem approvados, Ord. liv. 1. tit. 24. §. 1. Regim. dos Dezemb. do Paç. §. 71.

39 Officiaes devem saber, o que conduz para o exercicio das suas obrigaçoens, Ord. liv. 1. tit. 24. no princip. e tit. 58. §. 3. liv. 2. tit. 45. §. 16.

40 Officiaes públicos devem ser de bons costumes, Ord. liv. 1. tit. 67. §. 1. e tit. 96. aliás 97. §. 2.

41 Officiaes públicos devem ser prudentes, e de bom acolhimento ás partes, Ord. liv. 1. tit. 1. §. 31. e tit. 24. §. 17.

42 Officiaes públicos devem ser cuidadosos, e diligentes, Ord. liv. 1. tit. 19. §. 9. tit. 68. §. 12. tit. 76. no princip. e tit. 79. §. 9.

43 Officiaes devem ter liberdade no exercicio de suas obrigaçoens sem receio de pessoa alguma, Ord. liv. 5. tit. 50. §. 4. no fim, Lei de 24. de Outubro de 1764. §. 1.

44 Officiaes naõ se devem intrometter no officio de outros, Ord. liv. 1. tit. 24. §. 5. e tit. 80. §. 6. liv. 2. tit. 63. §. 10. Alv. de 3. de Agosto de 1729. na Coll. 1. liv. 1. tit. 51.

45 Officiaes devem executar, o que lhes he mandado pelos superiores, Ord. liv. 1. tit. 75. §. 19. e tit. 79. §. 9. liv. 3. tit. 66. §. 5.

46 Officiaes naõ podem, nem devem executar as

ordens dos Miniſtros, quando ſaõ contrarias ás Leis, Alv. de 21. de Janeiro de 1772.

47 Officiaes públicos devem ter competentes emolumentos para a ſua decente ſuſtentaçaõ, Alv. de 18. de Outubro de 1768. no princip.

48 Officiaes ricos, e que tem fazendas, ſervem melhor com o receio de perdê-las, e com a poſſibilidade, que com ellas adquirem, Alv. de 28. de Abril de 1681. na Coll. 1. liv. 1. tit. 33.

49 Officiaes. Saõ indiſpenſaveis nos Officiaes de Juſtiça, e Fazenda o deſintereſſe, a inteireza, e a independencia, Alv. de 17. de Janeiro de 1766. no princip. Alv. de 18. de Outubro de 1768. no princip.

50 Officiaes. He mais reprehenſivel nos Officiaes a infidelidade na Real arrecadaçaõ, Alv. de 14. de Novembro de 1757.

51 Omiſſaõ de hum naõ deve prejudicar a outro, Alv. de 25. de Agoſto de 1672. na Coll. 1. liv. 4. tit. 67. Alv. de 15. de Junho de 1714. na Coll. 1. liv. 4. tit. 67.

52 Omiſſaõ, em que ha culpa, merece caſtigo, Alv. de 31. de Março de 1742. na Coll. 1. liv. 1. tit. 1.

53 Operarios quando faltaõ, vem preciſamente a diminuir-ſe a cultura, e a abater-ſe o commercio, Direct. dos Ind. do Pará §. 68. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

54 Opiniaõ commua prefere á particular, Ord. liv. 3. tit. 64. §. 11. no fim.

55 Opiniaõ melhor, e dos Authores de melhor claſſe deve ſeguir-ſe, Decreto de 26. de Mayo de 1689. na Coll. 2. liv. 5. tit. 19.

56 Opiniaõ mais benigna deve ſeguir-ſe nos caſos criminaes, Cart. 6. ſobre o Motim da Cidade do Porto, de 21. de Outubro de 1757.

57 Opinioens ſaõ entre ſi taõ diverſas, como o coſtumaõ

ſer os juizos dos homens, Lei de 25. de Junho de 1760. §. 20.

58 Opinioens diverſas conſtituem perplexidade no direito das partes, e contrariedade nas deciſoens, Lei de 3. de Novembro de 1768. §. 3.

59 Opinioens devem ſer reprovadas, quando ſe achaõ contrarias á irreſiſtivel força da boa razaõ, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 5. cap. 3. §. 16.

60 Opinioens. He ſeguro, e acertado em opinioens, e razoens diverſas eſcolher o caminho do meio, ou que fazendo diſtincçaõ modifica huma, e outra, Alv. de 21. de Junho de 1759. §. Sendo ponto. Lei de 3. de Agoſto de 1770. no princip.

61 Opinioens contrarias ſó ſervem de diſtrahir os Profeſſores das ſuas verdadeiras obrigaçoens, e de produzir na mocidade o eſpirito de orgulho, e de diſcordia, Alv. de 28. de Junho de 1759. §. 4

62 O que algumas vezes ſuccede, naõ altera o ordinario, Ord. liv. 4. tit. 31. §. 12.

63 O que com outro contrahe, deve eſtar certo da ſua condiçaõ, Ord. liv. 4. tit. 50. §. 3. no fim, e tit. 67. §. 8. verſ. E o que.

64 O que diz tudo, nada exclue, Ord. liv. 3. tit. 20. §. 9. liv. 4. tit. 36. no princip. verſic. In ſolidum. Alv. de 21. de Outubro de 1763. §. 2. e 3. Aſſent. 2. de 29. de Março de 1770.

65 O que facilmente ſe póde conhecer, naõ ſe attende, Ord. liv. 4. tit. 17. §. 1.

66 O que he feito de preſſa, e com muita brevidade, naõ póde ſer feito, como deve, Alv. de 29. de Dezembro de 1581. na Coll. 1. liv. 1. tit. 62.

67 O que he digno de eſpecial nota, naõ ſe comprehende na graça geral ſem expreſſa, e individual mençaõ, Alv. de 14. de Novembro de 1742. na Coll. 1. liv. 2. tit. 35.

68 O que he noſſõ, naõ nos póde ſer tirado ſem noſſo conſentimento, Ord. liv. 3. tit. 78. §. 1. liv. 4. tit. 43. §. 11.

69 O que he feito em noſſa contemplaçaõ, he feito a nós, Ord. liv. 4. tit. 97. §. 21. liv. 5. tit. 71. §. 8.

70 O que huma vez agradou, naõ póde já mais deſagradar, Ord. liv. 3. tit. 21. no princip. tit. 55. §. fin. e tit. 78. §. 1. liv. 4. tit. 2. no princip. tit. 13. §. 3. e tit. 37. §. 2.

71 O que hum faz em cauſa commua, utiliſa a todos, Ord. liv. 3. tit. 80. no princ. e §. 1.

72 O que naõ cabe na jurisdicçaõ ordinaria, deve requerer-ſe ao Soberano, Ord. liv. 3. tit. 55. §. 11.

73 O que principalmente ſe obra, he o que mais ſe attende, Ord. liv. 2. tit. 5. §. 4.

74 O que ſe diz de todos os caſos, ſe diz de cada hum delles, Ord. liv. 5. tit. 3. §. 2. e tit. 6. §. 9.

75 O que ſe diz do todo, ſe diz das partes, Ord. liv. 3. tit. 59. §. 24. liv. 4. tit. 87. §. 8. no fim.

76 O que ſenaõ póde eſcuſar, naõ deve evitar-ſe, Alv. de 7. de Dezembro de 1636. na Coll. 1. liv. 5. tit. 86.

77 O que ſe naõ póde evitar ſem evidente perigo, deve permittir-ſe, Alv. de 27. de Novembro de 1684. na Coll. 1. liv. 5. tit. 107

78 O que vem de novo, neceſſita de novo remedio, Ord. liv. 3. tit. 20. §. 8. tit. 21. no princip. §. 6. e 27. tit. 83. §. fin. e tit. 87. §. 5. e 14. liv. 4. tit. 24. no fim do princip. e tit. 97. §. 13. liv. 5. tit. 124. §. 19. no fim.

79 O que vem, ou que ſuccede de novo, deſculpa, ſe naõ havia razaõ de o ſaber, Ord. liv. 4. tit. 24. no fim do princip.

80 Ordem bem obſervada evita a confuſaõ, e o prejuizo das partes, Lei 2. de 22. de Dezembro de 1761. tit. 2. §. 3.

81 Ordem. He mui conveniente pôr as couzas em boa ordem, Alv. de 16. de Abril de 1616. na Coll. 1. liv. 2. tit. 42.

82 Or-

82 Ordem. A boa ordem, e deducçaõ facilitaõ ſobre tudo a acquiſiçaõ das ſciencias, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 5. liv. 2. tit. 3. cap. 2. §. 4.

83 Ordem quando ſe obſerva, ſe evitaõ duvidas, e perturbaçoens, Ord. liv. 3. tit. 19. §. 1. e 5. liv. 4. tit. 100. no princip. liv. 5. tit. 92. §. 4.

84 Ordem. A obſervancia da ordem, e fórma, que ſe preſcreve, conduz para conſeguir os effeitos, que ſe pertendem, Alv. de 25. de Dezembro de 1608. na Coll. 1. liv. 1. tit. 49. no princip. Alv. de 18. de Junho de 1605. na Coll. 1. liv. 1. tit. 58.

85 Ordenados facilitaõ os encargos dos officios, Alv. de 20. de Julho de 1686. na Coll. 1. liv. 1. tit. 67.

86 Orfaõs merecem pelo ſeu dezamparo a piedade, e protecçaõ dos Soberanos, Lei de 21. de Junho de 1759.

87 Original. Analogia ſempre ha entre o original, e o que delle ſe diriva, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 8. cap. 6. §. 38.

88 Orthografia conduz muito para o deſcubrimento da Etimologia das palavras, e vocabulos, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 6. cap. 3. §. 47.

89 Oſtentaçoens ſuperfluas, e deſpendioſas deterioraõ, e arruinaõ as caſas grandes, Lei de 17. de Agoſto de 1761.

90 Ouvir ſe deve a parte em materias, que lhe poſſaõ prejudicar, Ord. liv. 1. tit. 24. §. 12. tit. 48. §. 14. e tit. 62. §. 54. liv. 2. tit. 59. §. 11. liv. 3. tit. 37. §. 1. e tit. 63 §. 6. liv. 4. tit. 6. §. 3. tit. 43. §. 1. e 2. liv. 5. tit. 106. §. 2.

91 Ouvir ſe deve a parte, antes de ſe proceder, Ord. liv. 2. tit. 1. §. 13. liv. 3. tit. 30. §. 1. liv. 4. tit. 11. §. 4. e tit. 72. no princip. liv. 5. tit. 82. §. 12. tit. 87. §. 1. e tit. 138. §. 1. Decret. de 15. de Junho de 1756. Lei de 5. de Abril de 1768. §. 12.

92 Ouvir as partes he conveniente ao ſerviço de Deos, e do

e do Principe, e á boa adminiſtraçaõ da Juſtiça, Alv. de 23. de Novembro de 1612. na Coll. 1. liv. 1. tit. 5. Alv. de 2. de Mayo de 1647. na Coll. 1. liv. 2. tit. 12. Alv. de 30. de Outubro de 1751.

93 Ouvir naõ ſe deve huma parte, ſem taõbem ſe ouvir a outra, Ord. liv. 3. tit. 20. §. 39. e 40. no fim.

94 Ouvir. Póde deixar de ſe ouvir as partes, quando he neceſſaria huma prompta, e efficaz providencia, Decreto de 19. de Abril de 1692. na Coll. 2. liv. 2. tit. 63.

P

1 PAga merece, quem trabalha, Ord. liv. 1. tit. 62. §. 55. tit. 64. §. 1. e tit. 65. §. 13. liv. 2. tit. 32. no princip. liv. 3. tit. 55. §. 6

2 Pagar deve com o corpo, quem naõ tem, com que pague Ord. liv. 3. tit. 9. §. 1. tit. 67. §. 1. e tit. 89. §. 1. liv. 4. tit. 48. §. 5. e tit. 76. §. 1. e liv. 5. tit. 23. no princip.

3 Pagar cada hum mais ſe preſume, do que dar, Ord. liv. 4. tit. 31. §. 11.

4 Pagar, e compenſar livraõ igualmente da obrigaçaõ, Ord. liv. 4. tit. 78. no princip. e §. fin.

5 Pagar. Ninguem deve ſer obrigado a pagar, o que naõ deve, Lei 2. de 22. de Dezembro de 1761. tit. 3. §. 11.

6 Pagar. He iniquidade manifeſta obrigar a pagar penſaõ, do que já naõ exiſte, Alv. de 21 de Janeiro de 1766. no princip.

7 Pais tem poder nos filhos, Ord. liv. 1. tit. 87. aliás 88. §. 6. liv. 4. tit. 98. no princip. e §. 7.

8 Pais tem obrigaçaõ de crear, e manter os filhos, Ord. liv. 1. tit. 87. aliás 88. §. 10. e 11. liv. 4. tit. 99. no princip.

9 Pais amaõ mais aos filhos, do que os eſtranhos, Alv. de 23. de Novembro de 1674. na Coll. 1. liv. 4. tit. 102.

10 Pais devem ſer reſpeitados pelos filhos, Ord liv. 3. tit. 9. §. 1.

11 Pais. O exemplo, e inſtrucçaõ dos pais move muito aos filhos, Direct. dos Ind. do Pará §. 14. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

12 Paixaõ, e vingança naõ moſtra, quem proſegue, no que lhe pertence, Ord. liv. 5. tit. 117. §. 13. Prov. de 10. de Março de 1764.

13 Paixoens de amor, e de odio coſtumaõ ſer frequentes, e irremediaveis por ſua natureza entre os moradores das meſmas terras, Alv. 2. de 18. de Janeiro de 1773.

14 Palavras naõ ſe attendem, quando conſta da contraria vontade, e intençaõ, Ord. liv. 1. tit. 62. §. 53. tit. 67. §. 10. e tit. 81. no fim do princip. liv. 2. tit. 35. §. 6. 17. e 24. e tit. 45. §. 11.

15 Palavras precedentes, e ſubſequentes declaraõ o Eſpirito da Lei, Alv. de 18. de Fevereiro de 1766.

16 Palavras da Lei daõ fundamento, para ſaber a ſua intençaõ, e intelligencia, Aſſent. 3. e 5. de 5. de Dezembro de 1770.

17 Palavras declaraõ a vontade dos contrahentes, Ord. liv. 4. tit 97. §. 11.

18 Palavras eſcuras, e intrincadas devem declarar-ſe, Ord. liv. 3. tit. 66. §. 6.

19 Palavras duplicadas, e repetidas induzem mais forte recommendaçaõ, Ord. liv. 1. tit. 1. §. 39.

20 Palavras. Por meio das proprias ſignificaçoens das palavras ſe dá a conhecer em Direito a verdadeira natureza das couzas, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 10. §. 42.

21 Paõ he da primeira neceſſidade publica, Alv. de 25. de Fevereiro de 1771. Lei de 18. de Janeiro de 1773.

22 Paõ deve haver de ſobejo, como mantimento muito neceſſario, Alv. de 20. de Janeiro de 1646. na Coll. 1. liv. 2. tit. 26.

23 Paõ conſtitue o ſuſtento quotidiano dos Vaſſallos, Alv. de 26. de Fevereiro de 1771.

24 Paõ. Aonde ha falta ſenſivel de paõ, tudo he confuſaõ, e deſordem, Direct. dos Ind. do Pará §. 22. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

25 Paõ. A cultura, e a abundancia do paõ devem ſer do cuidado, e attençaõ dos Principes, Alv. de 13. de Outubro de 1770. §. 1.

26 Paõ. Conſiſte a maior felicidade do Paiz na abundancia do paõ, e dos mais viveres neceſſarios para a conſervaçaõ humana, Direct. dos Ind. do Pará §. 20. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

27 Parcialidades cauſaõ grande eſcandalo na Juſtiça, e perturbaçaõ no governo da Republica, Alv. de 18. de Outubro de 1709. na Coll. 1. liv. 1. tit. 67.

28 Pareceres ſaõ tantos, quantos os juizos dos homens, Lei de 25. de Junho de 1760. §. 20.

29 Parentes tem huns pelos outros amor, e paixaõ, Ord. liv. 1. tit. 74. §. 4. liv. 3. tit. 21. §. 10. e tit. 24. no princip. liv. 5. tit. 124. §. 9. Cart. de 7. de Setembro de 1627. na Coll. 2. liv. 3. tit. 24.

30 Parentes mais chegados preſume-ſe, ter maior amor, e inclinaçaõ, Ord. liv. 1. tit. 87. aliás 88. §. 13. liv. 4. tit. 102. §. 5.

31 Parentes tem direito aos bens dos outros da meſma familia, Ord. liv. 4. tit. 94. no princip, e tit. 96. no fim do princip. e tit. 107. Lei de 25. de Junho de 1766. e Lei de 9. de Setembro de 1769.

32 Parentes. A Razaõ natural, a caridade Chriſtaã, e a boa ordem das familias differem as heranças aos parentes mais proximos, Lei de 9. de Setembro de 1769 no princip.

33 Parte maior traz a ſi menor, Ord. liv. 2. tit. 56. §. 1. e 2. tit. 58. §. 1. e tit. 60. no princip. liv. 3. tit. 78. §. 8. liv. 4. tit. 36. §. 1. e tit. 96. §. 23. Alv. de 28. de Mayo

Mayo de 1648. na Coll. 1. liv. 2. tit. 47.

34 Parte. O que a maior parte determina, ficaõ todos determinando, Ord. liv. 1. tit. 1. §. 13. e tit. 66. §. 28. Aſſent. de 5. de Julho de 1663. na Coll. 3. liv. 1. tit. 1. §. 13.

35 Participantes nos delictos devem ſer igualmente caſtigados, Ord. liv. 5. tit. 116. no princip. Alv. de 27. de Novembro de 1684. na Coll. 1. liv. 5. tit. 107.

36 Particulares na ſua reſpectiva proporçaõ devem imitar ao ſeu Soberano, Lei de 3. de Agoſto de 1770. §. 27.

37 Parto ſegue o ventre, Lei de 7. de Junho de 1755. § Deſta geral.

5. 33 Parto ſuppoſto he crime de grande damno, Ord. liv. 5. tit. 55. no princip.

38 Patria commua ſe diz a Corte do Principe, Ord. liv. 3. tit. 3. no princip.

39 Paſtores, e Miniſtros da Igreja ſaõ os Eſpelhos, nos quaes ſe devem, e coſtumaõ compôr os Chriſtaõs, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 51.

40 Paſtores, e Miniſtros da Igreja tem neceſſidade de prudencia, naõ ſó para a direcçaõ das proprias acçoens, mas tambem para a fiel ſatisfaçaõ dos ſeus differentes officios, e funçoens, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 51. e ſeguintes.

41 Paz, e Juſtiça conſtituem a felicidade dos Povos, e a gloria mais ſólida dos Reis, Lei de 9. de Setembro de 1769. no fim do princip.

42 Paz. Da Paz publica depende neceſſariamente a felicidade das Naçoens, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 4. §. 1.

43 Paz publica ſe firma na boa intelligencia, e exacta obſervancia das Leis, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 6. cap. 9. §. 17.

44 Paz. Saõ perniciоſos perturbadores da paz publica,

os que impedem o livre exercicio da Juſtiça, Lei de 24. de Outubro de 1764. §. 6. no fim.

45 Paz. A Diſciplina Militar, e a Policia ſaõ os dous Polos, que ſuſtentaõ a paz publica, e a tranquilidade dos povos, Lei de 21. de Outubro de 1763. §. 5.

46 Peccados. O conhecimento de peccados he alheio da Magiſtratura Temporal, Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 12.

47 Peita he como furto, Ord. liv. 1. tit. 77. §. 7. liv. 5. tit. 71. §. 1. Alv. de 28. de Abril de 1681. §. 9. na Coll. 1. liv. 1. tit. 33.

48 Pena ſó deve ter, quem delinquir, Ord. liv. 5. tit. 6. §. 11. e tit. 66. §. 8.

49 Pena naõ deve ter, quem naõ tem culpa, Ord. liv. 3. tit. 20. §. 37. no fim. Alv. de 22. de Junho de 1768. §. fin.

50 Pena devem haver todos, os que forem culpados, Ord. liv. 5. tit. 104. §. 3.

51 Pena deve dar a entender no ſeu rigor a abominaçaõ, e gravidade do delicto, Alv. de 12. de Outubro de 1606. na Coll. 1. liv. 5. tit. 13.

52 Pena deve ſer com attençaõ á qualidade das culpas, e das peſſoas, Ord. liv. 3. tit. 34. no princip. liv. 5. tit. 129. no princip. e tit. 131. no princip.

53 Pena maior cauſa maior temor, para naõ delinquir, Alv. de 13. de Julho de 1678. na Coll. 1. liv. 1. tit. 77. Alv. de 20. de Julho de 1686. na meſma Coll.

54 Pena mais grave faz abſter dos delictos, Alv. de 3. de Novembro de 1671. na Coll. 1. liv. 5. tit. 15.

55 Pena módica faz perder o horror á culpa, Alv. de 20. de Julho de 1686. na Coll. 1. liv. 1. tit. 77. Alv. de 12. de Outubro de 1770.

56 Pena corporal por qualquer delicto pertence á Juſtiça

ça ſatisfatoria, Ord. liv. 4. tit. 81. §. 6.

57 Pena do delicto naõ paſſa aos herdeiros, Ord. liv. 3. tit. 53. §. 13. e tit. 82. §. 3.

58 Pena deve haver todas as vezes, que ſe commetter o delicto, Ord. liv. 4. tit. 67. no princip.

59 Penas ſaõ eſtabelecidas pelas Leis, para cohibir os delictos, Alv. de 10. de Janeiro de 1692. na Coll. 1. liv. 1. tit. 7.

60 Penas devem ſer condignas aos maleficios, Alv. de 25. de Março de 1742. §. 13. na Coll. 1. liv. 1. tit. 49. Alv. de 31. de Março de 1742. §. 7. na Coll. 1. liv. 1. tit. 1.

61 Penas devem ſer proporcionadas aos delictos, Alv. de 25. de Dezembro de 1608. §. 17. na Coll. 1. liv. 1. tit. 49. Alv. de 28. de Julho de 1751. Alv. de 12. de Junho de 1769. no fim do princip.

62 Penas naõ ſe devem applicar pelo livre arbitrio dos Juizes, Ord. liv. 5. tit. 137.

63 Penas naõ ſe devem augmentar ſem authoridade do Principe, Ord. liv. 5. tit. 68. §. 1.

64 Penas. Quando as penas eſtabelecidas naõ ſaõ baſtantes para cohibir os delictos, neceſſita-ſe de nova providencia, Lei de 17. de Janeiro de 1757. Lei de 3. de Agoſto de 1759.

65 Penas. O augmento das penas ſerve, para mais ſe evitar os delictos, Alv. de 28. de Abril de 1681. na Coll. 1. liv. 1. tit. 33. Alv. de 19. de Março de 1719. na Coll. 1. liv. 5. tit. 80.

66 Penas. A mudança dos tempos faz tal alteraçaõ no eſtado das couzas, que em huns ſaõ inſignificantes as penas, que em outros foraõ proporcionadas aos delictos, Alv. de 11. de Agoſto de 1759. §. 8. Alv. de 6. de Novembro de 1769.

67 Penas publicas nos delictos naõ tiraõ as injurias, que

as partes pódem vindicar, Ord. liv. 5. tit. 45. §. 4. e tit. 95. §. 1.

68 Penas devem impór-se conforme a idade, e malicia dos delinquentes, Ord. liv. 5. tit. 136. no princip.

69 Penas. A sançaõ, e execuçaõ das penas he para castigo dos delictos, e freio dos delinquentes, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 3. §. 9.

70 Penas. O arbitrio nas penas deve regular-se pela qualidade dos delinquentes, e pela continuaçaõ das suas culpas, Alv. de 16 de Setembro de 1597. na Coll. 1. liv. 5. tit. 92.

71 Penas temporaes saõ todas das jurisdicçaõ privativa, e propria do Supremo Poder Temporal; e só por sua concessaõ, ou tolerancia se podem exercitar, e se exercitaõ pela Igreja, Estat. da Univ. de Coimb. liv 2. tit. 8. cap. 2. §. 29.

72 Penitencia he necessaria, e indispensavel para a reconciliaçaõ dos peccadores, Prov. de Edit. da Real Mez. Censor. de 30. de Abril de 1772.

73 Pequenos costumaõ imitar os maiores, animados pelo seu máo exemplo, Alv. de 16. de Novembro de 1771.

74 Perda, e damno deve pagar, quem os causa, Ord. liv. 1. tit. 62. §. 70. liv. 5. tit. 117. §. 7. e tit. 131. §. 1. Regim. de 16. de Janeiro de 1751. cap. 5. §. 2.

75 Perda se estima naõ só pela falta da couza, mas taõbem pelo damno, que della resulta, Ord. liv. 5. tit. 86. §. 1. no fim.

76 Perda deve ser igual, aonde he igual a ganancia, Ord. liv. 4. tit. 44. §. 9.

77 Perdaõ dos Reos he huma das principaes, e mais inseparaveis regalias da pessoa dos Principes, Regim. dos Govern. das Armas do 1. de Junho de 1678. §. 7.

78 Perder. Os que naõ tem que perder, facilmente se deli-

deliberaõ a delinquir, Alv. de 5. de Abril de 1613. na Coll. 1. liv. 5. tit. 80.

79 Perigo aonde ha na demora, deve logo haver providencia, Ord. liv. 3. tit. 55. §. 7. 8. e 9. tit. 70. §. 1. e tit. 73. §. 2.

80 Perigo aonde ha maior, mais prompta deve ser a providencia, Ord. liv. 3. tit. 55. §. 8. e 9. Decreto de 19. de Abril de 1692. na Coll. 2. liv. 2. tit. 63.

81 Perigo. Ninguem póde ser obrigado a meter-se em perigo evidente da vida, Ord. liv. 3. tit. 1. §. 8. e tit. 69. §. 2.

82 Perigo quando póde haver na demora, faz dispensar nas regras ordinarias, Ord. liv. 3. tit. 9. no princip. e tit. 55. §. 9.

83 Perseverança no delicto faz, com que se mereça maior pena, Ord. liv. 5. tit. 13. §. 3. e 6.

84 Pertextos affectados naõ devem admittir-se, Decreto de 9. de Mayo de 1738. na Coll. 2. liv. 5. tit. 76.

85 Perturbaçoens, e discensoens se seguem, quando a ordem da Natureza se inverte pór actos, que lhe saõ contrarios, Lei de 9. de Setembro de 1769. no princip.

86 Pessoas devem attender-se conforme as suas qualidades, Ord. liv. 1. tit. 90. §. 2. e 3. liv. 2. tit. 45. no princip. liv. 4. tit. 33. no princip. e §. 2.

87 Pessoas doutas, experimentadas, e zelosas do serviço de Deos, e do Principe saõ dignas, de que se possaõ confiar dellas negocios de ponderosa importancia, Lei de 13. de Novembro de 1756. no princip.

88 Pessoas, que se fazem distinctas pelo seu nascimento, tem maiores obrigaçoens de apartar de si, de suas casas, e familias delictos infames, e de darem louvaveis exemplos á exacta observancia das Leis, e ao zelo do bem-commum da sua Patria, Lei de 14. de Novembro de 1757. §. Havendo.

89 Pessoas authorisadas, e de capacidade só devem subs-

ſubſtituir-ſe nos cargos grandes, Ord. liv. 4. tit. 74. §. 4. Alv. de 28. de Fevereiro de 1736. na Coll. 1. liv. 2. tit. 34.

90 Peſſoas de modo ordinario ſaõ raras as que contra o ſeu intereſſe particular procuraõ zelar a cauſa pública, Lei de 30. de Agoſto de 1770. §. 17.

91 Plano. He impraticavel, que em toda huma Naçaõ ſe forme hum plano, que ſeja de igual commodidade a todos os Povos, e a cada hum dos particulares delles, Lei de 6. de Novembro de 1772. no princ.

92 Pleitos tem fins incertos, Ord. liv. 3. tit. 20. §. 1. Lei 1. de 17. de Agoſto de 1761. no princip. Lei 1. de 22. de Dezembro de 1761. no princip.

93 Pleitos cauſaõ perturbaçoens no ſocego publico, Lei de 20. de Dezembro de 1766.

94 a Pluraridade de votos ſó ſe attende nas deciſoens, Ord. liv. 3. tit. 95. §. 6. Lei de 13. de Novembro de 1756. §. 17. Lei 2. de 22. de Dezembro de 1761. tit. 3. §. 14.

95 Pobres devem attender-ſe pela ſua miſeria, Ord. liv. 1. tit. 66. §. 47. liv. 2. tit. 33. §. 30. liv. 3. tit. 22. §. 2. e tit. 84. §. 10. liv. 5. tit. 66. §. 6. e tit. 117. §. 16.

96 Pobres, e miſeraveis ſaõ mais dignos da protecçaõ, e clemencia dos Principes, Alv. de 21. de Fevereiro de 1765. Alv. de 27. de Julho de 1765. no princip. §. 3. e 5.

97 Pobres. Naõ he juſto, que nos pobres faça o deſamparo, e pobreza maior a pena, do que merecem as culpas, Decret. de 6. de Agoſto de 1696. na Coll. 2. liv. 5. tit. 141.

98 Pobres mendicos, quando pela ſua idade, e forças podem ſervir aos Reinos, ſaõ a cauſa de muitas deſordens, e o eſcandalo de todas as peſſoas prudentes, Lei de 25. de Junho de 1760. §. 19.

99 Po-

99 Pobreza total por ſi meſma abſolve aos Reos das deſpezas, Alv. de 5. de Fevereiro de 1771.

100 Poder. Ha dous Poderes, pelos quaes ſe rege, e governa o Mundo: a ſaber, a Authoridade Sagrada da Igreja, e o Poder Real, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 4. cap. 4. §. 11.

101 Poder. Todo o ſupremo Poder Eſpiritual, e Temporal provem igualmente de Deos, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 53. e liv. 2. tit. 4. cap. 4. §. 11.

102 Poder. Deos diſtinguio, ſeparou, e fixou os impreteriveis limites dos Poderes Eſpiritual, e Temporal, para haver perpetua concordia entre o Sacerdocio, e o Imperio, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 4. cap. 4. §. 12.

103 Poder. Os ſupremos Poderes Eſpiritual, e Temporal, quando ſaõ bem exercitados, cada hum conſpira, e contribue reciprocamente para os fins proprios do outro, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 4. cap. 4. §. 15.

104 Poderoſo ſe diz qualquer pela razaõ da dignidade, officio, ou privilegio, Ord. liv. 4. tit. 10. §. 6.

105 Policia deve ſempre huma particular attençaõ ao Governo ſupremo de todas as Naçoens civiliſadas, Lei de 25. de Junho de 1760. no princ.

106 á Politica pertencem as regras do util, e naõ as do juſto, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 3. §. 4.

107 Ponto averiguado naõ neceſſita de demonſtraçaõ alguma, Inſtrucç. para os Profeſſores da Grammat. &c. de 28 de Junho de 1759. §. 2.

108 Poſſe immemorial tem força de titulo, Ord. liv. 1. tit. 62. §. 11. liv. 2. tit. 9. §. 1. e tit. 27. §. 1. e fin. Lei de 3. de Agoſto de 1770. §. 4.

109 Poſſe. Ninguem póde ſer tirado da poſſe, em que ſe acha, ſem ſer ouvido, Alv. de 9. de Julho de 1767. e faz o Alv. de 2 de Mayo de 1647. na Coll. 1. liv. 2. tit. 12.

110 Poſſe

110 Poſſe. Dolo claro, e manifeſto faz ceſſar a regra de ſer a poſſe antiga ſufficiente titulo, Lei de 4. de Agoſto de 1773.

111 Poſſue bem, quem poſſue por authoridade de Juſtiça, Ord. liv. 4. tit. 6. §. fin. Lei de 3. de Novembro de 1768. no princip.

112 Poſſuir ſe julga, quem por outro poſſue, Ord. liv. 3. tit. 45. §. 10. e tit. 86. §. 1.

113 Poſſuir ſe julga, quem com dolo, e fraude deixa de poſſuir, Ord. liv. 3. tit. 39. §. fin. liv. 4. tit. 12. no princip.

114 Poſtos devem occupar-ſe por peſſoas idoneas, e benemeritas, Alv. de 18. de Outubro de 1709. na Coll. 1. liv. 1. tit. 67.

115 Poſtos. Virtuoſa he a emulaçaõ daquelles, que por ſerviços, e merecimentos aſpiraõ a poſtos maiores, Alv. de 16. de Março de 1757. no princip.

116 Potencia em habito attende-ſe, como potencia em acto, Ord. liv. 2. tit. 35. §. 11. Verſic. Que podeſſe, liv. 3. tit. 38. no princip. verſic. E iſto haverá.

117 Povo. Para ſe reduzir qualquer Povo precipitadamente á ultima ruina, o maior caſtigo, que ſe lhe póde dar, he privá-lo da adminiſtraçaõ da Juſtiça, tirando-lhe os Miniſtros, e Officiaes della, Lei de 24. de Outubro de 1764. no princip.

118 Povo ſimples, e rude he muito capaz de ſucumbir a toda, e qualquer impreſſaõ, inſpirada na preſença de algum fatal accontecimento. Prov. de Edit. da Real Mez. Cenſor. de 30. de Abril de 1772.

119 Povoaçoens quando ſe diminuem por deſerçaõ, experimentaõ graviſſimo prejuizo o Publico, e o Eſtado, Alv. de 4. de Julho de 1758.

120 Povoaçoens Civîs devem ter preciſamente diverſas graduaçoens de peſſoas á proporçaõ dos Miniſterios, que

que exercitaõ, Direct. dos Ind. do Pará §. 9. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

121 Povos naõ podem ſubſiſtir ſem a adminiſtraçaõ da Juſtiça, Lei de 7. de Junho de 1755. no princip. Lei de 24. de Outubro de 1764. no princip.

122 Povos naõ ſe conſervando, naõ póde ſubſiſtir nem a Religiaõ, nem o Eſtado, Lei de 4. de Julho de 1768. no princip.

123 Povos coſtumaõ ſeguir com ſuperſticioſa preoccupaçaõ tudo, o que ſe lhes perſuade, que he antigo, ſem paſſarem da ſuperficie á ſubſtancia das couzas, Lei de 23 de Novembro de 1770. no princip.

124 Povos para ſerem bem regidos, ſe lhes conſtituiraõ Miniſtros, e Officiaes de Juſtiça com ordenados, Alv. de 17. de Fevereiro de 1655. na Coll. 1. liv. 2. tit. 55.

125 Povos padecem vexaçoens grandes, quando nos cargos publicos do ſeu governo ſaõ provídas peſſoas de máo procedimento, e qualidade, Alv. de 17. de Março de 1688. na Coll. 1. liv. 1. tit. 67.

126 Povos tem obrigaçaõ de concorrer para a defeza do Reino, como para o ſeu proprio intereſſe particular, Lei de 11. de Mayo de 1770. no princip. e faz o Regim. da Decima de 9. de Mayo de 1654. no princip.

127 Povos. Ao meſmo paſſo, que nos Povos ſe introduz a lingua do Principe, que os conquiſtou, ſe lhes radica tambem o affecto, veneraçaõ, e obediencia ao meſmo Principe, Direct. dos Ind. do Pará §. 5. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

128 Povos. Todos os Povos, e cada hum dos particnlares delles concorrem na unidade da cauſa do intereſſe público, e geral, Lei de 6. de Novembro de 1772. no princip. Lei de 10 de Novembro de 1772. no princp.

129 Povos. Conſiſte a ſuſtentaçaõ, e as riquezas eſſenciaes de todos os Povos nos primitivos cabedaes, que pro-

duzem a lavoura, e a induſtria dos ſeus habitantes, Lei de 4. de Fevereiro de 1773.

130 Povos. Sobre os Povos recahe o pezo das Impoſiçoens públicas, Lei de 3. de Agoſto de 1770. no princip.

131 Pratica contraria ás Leis naõ ſe deve admittir, Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 14. Aſſent. 2. de 29. de Março de 1769.

132 Preceitos. A multidaõ de preceitos atormenta os Eſtudantes, e cauſa confuſaõ, ainda em idades maiores, Inſtrucç. para os Profeſſ. da Grammat. &c. §. 4. de 28. de Junho de 1759.

133 Preço ſuccede em lugar da couza, Ord. liv. 4. tit. 6. no princip.

134 Preço razoado, he o que pouco mais, ou menos naõ differe, do que he juſto, Ord. liv. 4. tit. 67. §. 2.

135 Preço dos generos deve regular-ſe pela diſpoſiçaõ da terra, e qualidade do tempo, Ord. liv. 1. tit. 66. §. 32. Verſic. E as mais couzas.

136 Preço. Variedade dos tempos faz, que o preço, que he juſto em huns, o naõ ſeja em outros, Alv. de 26. de Junho de 1696. na Coll. 1. liv. 1. tit. 6. Alv. de 17. de Julho de 1769. no princip.

137 Preço maior, ou menor nos generos deve regular-ſe pela qualidade delles, Regiment. do 1. de Abril de 1751. §. 11. Alv. de 5. de Fevereiro de 1772.

138 Preço certo, e igual nos generos bons, e máos faz, com que os lavradores os naõ cultivem, nem cuidem nelles com ruina propria, e com damno do Eſtado, Alv. de 13. de Setembro de 1748.

139 Preços accommodados ſaõ incompativeis com a raridade dos generos, Alv. de 12. de Mayo de 1757. Alv. de 30. de Agoſto de 1757. §. 4.

140 Prejuizo cada hum póde evitar por meios legitimos, Ord. liv. 4. tit. 10. §. 11. no fim, e tit. 43. §. 12. no fim.

141. Pre-

141 Prejuizo. Aonde o prejuizo, e damno he irreparavel, deve o remedio, e recurſo ſer efficaz, Ord. liv. 3. tit. 69. §. 1. tit. 73. §. 2. Aſſent. de 23. de Mayo de 1758.

142 Premio mais eſtimavel he a honra incomparavel do ſerviço do Principe, Direct. dos Ind. do Pará §. 34. Confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

143 Premio ha de ſer conforme os merecimentos de cada hum, Alv. de 6. de Fevereiro de 1642. na Coll. 1. liv. 2. tit. 60.

144 Premio. Os que mais ſe aſſignallaõ no ſerviço do Principe, devem ſer melhorados no premio, Ord. liv. 5. tit. 92. no princip. Decret. de 8. de Março de 1651. na Coll. 2. liv. 1. tit. 60.

145 Premio. Tanto mais deve hum ſer attendido, quanto maior for a diſtincçaõ, com que ſe houver aſſignallado nas ſuas obrigaçoens, Cart. do Reſtab. do Real Colleg. dos Nob. de 7. de Março de 1761. tit. 16. §. 7.

146 Premio juſto, e racionavel faz deſempenhar cada qual com maior cuidado as obrigaçoens do ſeu miniſterio, Ord. liv. 1. tit. 62. §. 23. Direct. dos Ind. do Pará §. 34. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

147 Premio he eſtimulo para a boa execuçaõ das diligencias, Ord. liv. 5. tit. 112. §. 9. tit. 115. §. 8. tit. 116. no princip. e §. 1. Alv. de 15. de Julho de 1767.

148 Premio anima ao trabalho, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 2. tit. 1. cap. 1. §. 2.

149 Premio, e gallardaõ dos benemeritos he hum dos dous Polos do Governo Politico, Alv. de 14. de Outubro de 1766.

150 Premio naõ deve ſer igual, aonde he deſigual o merecimento, Ord. liv. 5. tit. 92. no princ. Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 4. cap. 5. §. 69

151 Prender ſó deve, quem para iſſo tem faculdade,

Ord. liv. 1. tit. 58. §. 36. e tit. 65. §. 36. liv. 5. tit. 48. no princip. e tit. 119. no princip.

152 Prender naõ devem os Officiaes ſem mandado, ou ordem, Ord. liv. 1. tit. 21. §. 4. tit. 65. §. 51. e 75. e tit. 75. §. 10. e 11. liv. 5. tit. 119. no princip. e §. 1.

153 Preoccupaçaõ, e precipitaçaõ ſaõ inimigos implacaveis do acerto, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 5. §. 13.

154 Preſença de peſſoas poderoſas impede a livre adminiſtraçaõ da Juſtiça, Ord. liv. 1. tit. 66. §. 30. tit. 67. §. 12. liv. 3. tit. 19. §. 4.

155 Preſumpçaõ de direito he prova pleniſſima, Lei de 6. de Junho de 1755. §. Porém paraque, Lei de 4. de Agoſto de 1773.

156 Preſumpçaõ de direito ſó ſe póde illidir com outras provas mui plenas, e liquidiſſimas, Lei de 6. de Junho de 1755. §. Porém paraque, Alv. de 11. de Mayo de 1770. §. 5.

157 Preſumpçaõ de direito releva de prova, transferindo no contrario eſta obrigaçaõ, Ord. liv. 3. tit. 53. §. 3. liv. 5. tit. 135. §. fin. Lei de 6. de Jnnho de 1755. §. Porém para que.

158 Preſumpçaõ cede á verdade Ord. liv. 3. tit. 53. §. 3. verſic. Moſtre o contrario, liv. 5. tit. 135. §. 3.

159 Preſumpçaõ he natural, que, ſe os Principes foſſem informados dos trangreſſores das ſuas Leis, haviaõ de caſtiga-los, Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 14 no fim.

160 Prezo ninguem deve ſer, ſem ter culpa, Ord. liv. 1. tit. 26. §. 6. tit. 58. §. 38. liv. 2. tit. 1. §. 27. liv. 5. tit. 117. §. 12. tit. 119. no princip. e tit. 124. §. 21.

161 Prezo deve ſer logo, o que ſe acha delinquindo, Ord. liv. 1. tit. 21. §. 1. tit. 65. §. 75. tit. 73. §. 6. tit. 75. §. 10. e 12. liv. 2. tit. 1. §. fin.

162 Primeiro em tempo tem melhor direito, Ord. liv.

liv. 1. tit. 62. §. 42. liv. 3. tit. 91. §. 1. liv. 4. tit. 7. no princip. Pragmatica de 24. de Mayo de 1749. cap. 27. Lei 1. de 22. de Dezembro de 1761. tit. 11. no fim.

163 (*) o Principe Soberano he Senhor indiſtinctamente de todos o ſeus Vaſſallos, Ord. liv. 1. tit. 9. §. 12. tit. 12. §. 6. liv. 2. tit. 3. no princip. e ti. 4. no princip.

164 o Principe Soberano he o Senhor ſupremo, em quem reſidem a mais alta ſuperioridade, e o ſenhorio univerſal do ſeu Eſtado, Ord. liv. 2. tit. 45. no princip. e §. 8. liv. 3. tit. 71. §. 2. no fim.

165 o Principe he dado por Deos, Alv. de 5. de Junho de 1595. e Alv. de 29. de Janeiro de 1643. na confirm. das Ordenaç. Alv. de 20. de Agoſto de 1721. na Coll. 1. liv. 5. tit. 12.

166 o Principe Soberano recebe de Deos immediatamente o ſupremo poder, e authoridade, Lei de 28. de Agoſto de 1767. §. 5. Lei de 2. de Abril de 1768. §. 1. Lei de 4. de Julho de 1768. e Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 3.

167 o Principe Soberano naõ reconhece na terra ſuperior no temporal, Ord. liv. 3. tit. 66. no princip. Lei de 6. de Mayo de 1765. e de 2. de Abril de 1768. Decreto de 10. de Março de 1764.

168 Principe. A Authoridade do Princepe he inſeparavel da ſua independente Soberania, Lei 1. de 3. de Setembro de 1759.

169 Principe. He inauferivel, e inabdicavel o direito da ſuprema Soberania do Principe, Lei de 5. de Abril de 1768. no princip.

170 o Principe tem indiſpenſavel obrigaçaõ de ſuſtentar a ſua independente Liberdade, ſem a qual nem o Reino, nem a Sociedade civil delle, nem ainda o Eſtado Eccleſiaſtico

(*) *Poder do Principe Soberano, e Summo Imperante.*

tico podem ſubſiſtir, Decret. de 10. de Março de 1764. Lei de 2. de Abril de 1768. no princip.

171 ao Principe compete por todos os Direitos o ſupremo, e juſto Poder, para conſervar illeſa á ſua authoridade, Decret. de 10. de Março de 1764. Cart. de 14. de Junho de 1760.

172 Principe. Incompativel he com a ſuprema dignidade do Principe o conſentimento, do que por alguma fórma a póde offender, Alv. de 30. de Abril de 1768.

173 Principe. He ſempre inviolavel a Soberania do Principe, Lei 2. de 3. de Setembro de 1759.

174 Principe. O eſplendor he ſempre inſeparavel da Mageſtade do Principe, Lei 1. de 22. de Dezembro de 1761. no princip.

175 o Principe tem ſuprema, e independente juriſdicçaõ, Alv. de 16. de Janeiro de 1768. §. 6.

176 Principe. Ninguem póde ſuſpender os Mandados Reaes do Principe, Prov. de 10 de Março de 1764.

177 (*) o Principe Soberano he protector da Igreja, e das ſuas ſagradas Conſtituiçoens. Decret. de 10. de Março de 1764. Lei de 25. de Junho de 1766. no princip. Leis de 2. e 5. de Abril de 1768. Carta de 3. de Fevereiro de 1637. na Coll. 2. liv. 2. tit. 18. Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 8. cap. 2. §. 28.

178 o Principe deve ſuſtentar nos ſeus Eſtados a Religiaõ com protecçaõ indefectivel, Alv. de 28. de Junho de 1759. no princip.

179 o Principe ha de zelar, e fazer guardar o credito, e eſtimaçaõ da Religiaõ, Alv. de 30. de Abril de 1653. na Coll. 1. liv. 5. tit. 15.

180 o Principe ha de conſervar nos ſeus dominios o ſagrado Depoſito da Fé, e da Religiaõ ſem ſciſma, ou inno-

(*) *O Principe Catholico he Protector da Igreja.*

novaçaõ alguma, Lei de 12. de Junho de 1769. no princip.

181 Principe. Sempre deve ſer o maior dezejo, e tençaõ do Principe o augmento da Religiaõ, Lei de 14. de Julho de 1648. na Coll. 1. liv. 1. tit. 51. Lei de 6. de Junho de 1755.

182 Principe. He ſempre da tençaõ do Principe reſpeitar, e venerar a Igreja, e ſua Sancta Religiaõ, Ord. liv. 2. tit. 5. no princip. tit. 6. no princip. e tit. 11. no princip. liv. 3. tit. 18. no princip. Decret. de 10. de Março de 1764.

183 o Principe deve vigiar, que nos Congreſſos Sagrados ſenaõ tratem negocios alheios do ſancto fim delles, e que naõ degenerem em conventiculos profanos, que maquinem a ruina do Imperio, e ponhaõ em perturbaçaõ o Eſtado, e a meſma Igreja, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 7. §. 29. e no liv. 2. tit. 3. cap. 3. §. 11.

184 (*) o Principe he Pai dos ſeus Vaſſallos, Alv. de 5. de Junho de 1595. e de 29 de Janeiro de 1643. na confirm. das Ordenaçoens. Alv. 1. de 6. de Março de 1765.

185 o Principe ha de olhar com paternal amor para o bem-commum dos ſeus Vaſſallos, Lei de 3. de Dezembro de 1750. no princip. Alv. de 16. de Novembro de 1771. no fim do princip.

186 o Principe he dado por Deos, para bem governar ſeus Povos, e approveitar ſeus Vaſſallos, como a proprios filhos, Alv. de 5. de Junho de 1595. e de 29. de Janeiro de 1643. na confirm. das Ordenaçoens.

187 o Principe tem por couza mui propria do ſeu paternal cuidado fazer goſtar aos Vaſſallos dos uteis, e laudaveis fructos da paz, e ſocego público, deſorte, que poſſaõ viver ſeguros á ſombra das ſuas Leis, Lei de 25. de Junho

(*) *O Principe he Pai dos Vaſſallos.*

Junho de 1760. no princip.

188 o Principe, como Pai commum dos seus Vassallos, ha de promover tudo, o que póde ser mais util para os illuminar, e constituir no bom gosto dos mais approvados, e sólidos estudos, que os dirijaõ ao perfeito conhecimento das Artes, e das Sciencias, Alv. de 6. de Março de 1765.

189 (*) ao Principe confia Deos os Povos, para os proteger, Lei de 13. de Novembro de 1756. Lei de 21. de Outubro de 1763 no princip. Lei de 4. de Julho de 1768.

190 o Principe deve livrar aos seus Vassallos das notorias violencias, e oppressoens, que se lhes fizerem contra o Direito Natural, Ord. liv. 1. tit. 9. §. 12. e tit. 12. §. 6. liv. 2. tit. 1. §. 13. Lei de 21. de Outubro de 1763.

191 o Principe he Conservador dos Direitos Natural, e das Gentes, Lei de 12. de Junho de 1769.

192 o Principe he Protector da reputaçaõ, e honra de todos os Vassallos, Lei de 25. de Mayo de 1773. no princ.

193 Principe. A protecçaõ dos Vassallos he inherente, e inseparavel da pessoa do Principe, Decreto de 10. de Março de 1764.

194 o Principe he posto por Deos, para manter, e conservar os Vassallos em paz, e quietaçaõ, fazendo-lhes justiça, e castigando os delinquentes, Alv. de 10. de Janeiro de 1692. na Coll. 1. liv. 1. tit. 7.

195 o Principe he dado para castigo dos máos, e premio dos bons, Alv. de 5. de Junho de 1595. e de 29. de Janeiro de 1643. na confirm. das Ordenaçoens.

196 o Principe deve fazer viver os Povos em paz, e tranquilidade, Ord. liv. 1. tit. 60. §. 14. e liv. 2. tit. 50. no princip. Alv. de 23. de Setembro de 1653. na Coll. 1 liv.

(*) *Principe, Protector dos Vassallos.*

liv. 5. tit. 48. Alv. de 18. de Novembro de 1687. na Coll. 1. liv. 5. tit. 80.

197 o Principe ha de conservar os Vassallos em paz, amor, e bons costumes, Alv. de 5. de Junho de 1595. e de 29. de Janeiro de 1643. na confirm. das Ordenaçoens.

198 ao Principe pertence olhar pela conservaçaõ dos Estados, e nobreza de seus Vassallos, Ord. liv. 4. tit. 100. §. 5.

199 o Principe ha de evitar com cuidado, e providencia todo o perigo, que póde accontecer ao seu Reino, Alv. de 12. de Abril de 1698. na Coll. 1. liv. 4. tit. 100.

200 o Principe deve ser sempre hum, e igual a todos, retribuindo, e premiando a cada hum conforme seus merecimentos, Alv. de 5. de Junho de 1595. e de 29. de Janeiro de 1643. na confirm. das Ordenaçoens.

201 o Principe soberano tem por timbre a obrigaçaõ de precaver, e punir os delictos publicos, e pernicioso, que offendem a Religiaõ, perturbaõ o Estado, e infamaõ a Naçaõ, Lei de 12. de Junho de 1769. no princip.

202 ao Principe permittem todos os direitos o supremo, e justo poder de apartar de seus Vassallos os abusos, e escandalos prejudiciaes á tranquilidade, e socego público, Decreto de 10. de Março de 1764.

203 Principe. Saõ inseparaveis da alta soberania do Principe o poder de regular as disposições dos bens dos Vassallos em commum beneficio: a obrigaçaõ de apartar do meio delles os grandes escandalos: e a protecçaõ para os defender de todos os insultos estranhos, e domesticos, Lei de 9. de Setembro de 1769. §. 13.

204 o Principe tanto deve procurar o remedio, que seja efficaz ao damno, como acautellar os perigos, que podem vir a accontecer, Alv. de 9. de Agosto de 1686. na Coll. 1. liv. 5. tit. 100.

205 ao Principe pertence prover, que ninguem use mal

mal, do que poſſue, Ord. liv. 4. tit. 107. no princ.

206 o Principe ha de promover o bem commum dos Vaſſallos, e facilitar-lhes os meios de poderem viver do ſeu trabalho, Alv. de 21 de Abril de 1751.

207 Principe. He ſempre da tençaõ do Principe fazer florecer as letras no ſeu Reino, Regim. de 11. de Abril de 1661. §. E o meſmo, na Coll. 1. liv. 1. tit. 2. Cart. no princip. do Compend. Hiſtor. da Univ. de Coimb. de 23. de Dezembro de 1770.

208 (*) o Principe he Lei animada ſobre a terra, Ord. liv. 5. tit. 76. §. 1.

209 o Principe he ſobre a Lei, Ord. liv. 3. tit. 66. no princip.

210 ao Principe nenhuma Lei por elle feita o póde obrigar, ſenaõ quando fundado em razaõ, e igualdade quizer a ella ſubmetter ſeu Real Poder, Ord. liv. 2. tit. 35 §. 21. Alv. de 12. de Mayo de 1757. no fim do princ.

211 o Principe póde fazer, e revogar Leis, quando lhe parecer, Ord. liv. 3. tit. 75 §. 1.

212 o Principe ſó póde revogar as ſuas Leis, Ord. liv. 1. tit. 48. §. 6. liv. 3. tit. 75. §. 1. Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 14.

213 Principe. O que huma vez declara o Principe, naõ póde já mais vir em duvida, Ord. liv. 3. tit. 64. §. 2. e 3. no fim, Decret. de 2. de Dezembro de 1716. no Repert. let. P. pag. 201. a

214 o Principe faz ſuas aquellas diſpoſiçoens, a que preſta a ſua Real Authoridade, e Confirmaçaõ, Ord. liv. 2. tit 35. §. 28. Regim. dos Dezembarg. do Paço §. 123. Alv. de confirm. do Direct. dos Ind. do Pará de 17. de Agoſto de 1758. Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 4. Decret. de 18. de Outubro de 1762.

215 Prin-

(*) *Poder ſobre as Leis.*

215 Principe. He privativa do ſupremo Poder do Principe a faculdade de ampliar, reſtringir, declarar, e interpretar as ſuas Leis, Lei de 20. de Outubro de 1763. §. 6. Lei de 12. de Mayo de 1769. no princ.

216 o Principe ſó póde declarar, ou mandar declarar as duvidas, que houverem na intelligencia das Leis, Ord. liv. 1. tit. 5. §. 5. liv. 2. tit. 35. no princip. Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 1. e ſegg.

217 ao Principe moſtra a experiencia, quanto neceſſario he haver nas Leis declaraçoens, e modificaçoens, Alv. de 21. de Abril de 1751. no princ.

218 (*) o Principe he o ſupremo Magiſtrado, Cart. Reg. no princip. do Compend. Hiſtor. da Univ. de Coimb. de 23. de Dezembro de 1770

219 o Principe he ſupremo Magiſtrado Politico, e Defenſor do Eſtado Temporal, e dos Povos, Lei de 25. de Mayo de 1773. no princ. Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 8. cap. 2. §. 28.

220 Principe. Do ſupremo Poder do Principe dimana o exercicio da Juſtiça, Alv. de 11. de Dezembro de 1748.

221 Principe. A Juſtiça maior fica ſempre no Principe em ſignal do univerſal, e ſupremo ſenhorio, Ord. liv. 3. tit. 71. §. 2. e tit. 78. no princ.

222 o Principe deve zelar o credito, e authoridade da Juſtiça, fazendo-a obſervar, Alv. de 23. de Setembro de 1653. na Coll. 1. liv. 5. tit. 48.

223 o Principe ha de preferir a todo o outro reſpeito o zelo da boa adminiſtraçaõ da Juſtiça, Alv. de 29. de Janeiro de 1643. na confirm. da Ord.

224 o Principe tem por principal obrigaçaõ fazer, que a ſeus Povos, e Vaſſallos ſe adminiſtre juſtiça com igu-

 alda-

(*) *Juſtiça dimana do Principe.*

aldade, Regim. de 12. de Setembro de 1652. no princip. Repert. tom. 2. num. 8. Alv. de 20. de Julho de 1686 na Coll. 1. liv. 1. tit. 77.

225 o Principe póde julgar ſegundo ſua conſciencia, naõ curando de allegaçoens, ou provas em contrario, Ord. liv. 3. tit. 66. no princip.

226 o Principe procede ſempre com razaõ, e cauſa juſta, Ord. liv. 3. tit. 7. §. 1. tit. 37. no princ. §. 3. e 4. liv. 4. tit. 30. §. fin.

227 no Principe póde mais a adminiſtraçaõ da Juſtiça, do que a propria vontade, Ord. liv. 1. tit. 98. aliás 99. no princip.

228 o Principe nunca ſe preſume, que haja de corromper-ſe por affeiçaõ, Ord. liv. 3. tit. 66. no princ.

229 Principe. O maior ſerviço, que ſe póde fazer ao Principe, he a adminiſtraçaõ da Juſtiça com rectidaõ, e brevidade, Decret. de 23 de Novembro de 1662. na Coll. 2. liv. 1. tit. 1.

230 (*) ao Principe ſe deve ſempre huma inalteravel ſubjeiçaõ, Cart. 9. ſobre o Motim, e Sediçaõ da Cidade do Porto, de 21. de Outubro de 1757.

231 Principe. Os Direitos Divino, Natural, e das Gentes, e as Doutrinas da Igreja eſtabeleceraõ a indiſpenſavel obrigaçaõ do reſpeito, e obedieneia, que ſe devem ao Principe Soberano, Decret. de 10. de Março de 1764.

232 Principe. Huma das primeiras obrigaçoens temporaes dos Vaſſallos conſiſte no reſpeito ao ſeu Principe, e na reverencia ás ſuas Leis, Lei de 24. de Outubro de 1764. no princip.

233 Principe. A ſociedade civil, e o ſocego público dependem eſſencialmente do inviolavel reſpeito da Mageſtade, da inalteravel ſubjeiçaõ ao ſeu alto Poder, e da veneraçaõ das ſuas Leis, Cart. 9. ſobre o Motim, e Sediçaõ da Cidade do Porto, de 21. de Outubro de 1757.

(*) *Subjeiçaõ ao Principe.*

234 Principe. Na reputaçaõ do Principe conſiſte a alma vivificante de toda a Monarchia, Lei 1. de 3. de Setembro de 1759.

235 ao Principe devem ſervir os Povos com valor, zelo, e fidelidade, Alv. de 17. de Julho de 1771. no princ.

236 Principe. Ninguem ſem contemplaçaõ particular póde ſer diſpenſado das eſtreitas obrigaçoens de concorrer para o ſerviço do ſeu Principe, Alv. de 20. de Setembro de 1768.

237 ao Principe taõ mal ſe ſerve em naõ proceder contra os culpados, como em proceder contra os innocentes, Decret. de 23. de Setembro de 1701. na Coll. 2. liv. 5. tit. 68.

138 Principe. Nunca he da tençaõ do Principe, fazer mercês, com que ſe offenda a Juſtiça, Ord. liv. 1. tit. 98. aliás 99. no princ. liv. 2. tit. 43. no princ.

239 o Principe naõ ſe preſume, que queira prejudicar a terceiro, Ord. liv. 1. tit. 2. §. 4. tit. 20. §. 3. e tit. 58. §. 10. e 15. liv. 3. tit. 37. no princip. liv. 5. tit. 71. §. 5. Alv. de 5. de Mayo de 1762.

240 o Principe naõ quer, que hajaõ diſcordias entre os ſeus Vaſſallos, Ord. liv. 5. tit. 129. §. 5.

241 Principe. Naõ he da tençaõ do Principe, que os Vaſſallos experimentem damno, ou prejuizo algum, Ord. liv. 1. tit. 62. §. 4. liv. 2. tit. 1. §. 13. liv. 3. tit. 71. §. fin. e tit. 95. §. 1. no fim liv. 4. tit. 6. no princ.

242 Principe naõ ignora a diverſa qualidade de Juizes, que ha no ſeu Reino, Aſſent. 2. de 23. de Novembro de 1769.

243 ao Principe naõ ſe ha de recorrer, em quanto ha jurisdicçaõ nos ſeus Miniſtros, Ord. liv. 3. tit. 55. §. 11. Regiment. dos Dezemb. do Paço §. 31. Decret. de 16. de De-

Dezembro de 1675. na Coll. 2. liv. 1. tit. 9.

244 O Principe naõ póde ſer ſempre informado de tudo, o que ſe paſſa no foro contencioſo, Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. fin.

245 O Principe he obrigado a accreſcentar o ſeu Real Patrimonio, Ord. liv. 2. tit. 35. §. 21. verſic. E por quanto.

246 Principal ſó deve attender-ſe, e naõ o que vem em conſequencia, Ord. liv. 3. tit. 20. §. 36. tit. 45. §. 11. liv. 1. tit. 87. §. 13. verſic. E naõ. liv. 2. tit. 1. §. 7. no fim e tit. 5. §. 4. liv. 4. tit. 85. §. fin.

247 Principal quem deve, deve taõbem os fructos, e intereſſes, Ord. liv. 3. tit. 82. §. 1.

248 Principal, ou o que he cabeça nos delictos deve ſer mais gravemente caſtigado, Ord. liv. 5. tit. 45. §. 1. verſic. ſalvo no caſo, Alv. de 31 de Janeiro de 1604. na Coll. 1. liv. 1. tit. 58. Alv. de 13. de Fevereiro de 1604. na Coll. 1. liv. 1. tit. 58.

249 Principio de toda a ſabedoria he o temor de Deos, e a obſervancia dos ſeus preceitos, e da ſua Igreja, Cart. do Reſtab. do Real Colleg. dos Nob. de 7. de Março de 1761. tit. 1. §. 1.

250 Principio do delicto, já he delicto, Ord. liv. 5. tit. 107. §. 5. e tit. 113. no princ.

251 Principio das couzas ſó ſe faz attendivel, e naõ o que depois lhe ſobrevem, Aſſent. de 4. de Novembro de 1760.

252 Principios. Ha Principios certos, e Verdades commuas a todos os Homens, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 3. tit. 3. cap. 1. §. 14.

253 Principios para ſerem legitimos, verdadeiros, e ſólidos, devem dirivar-ſe preciſamente de fontes puras, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 8. cap. 2. §. 10. e 19.

254 Principios primitivos do Direito Natural ſaõ inal-

teraveis por ſua natureza, Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 10.

255 Principios. Sabidos os principios de direito, naõ he difficil a qualquer homem de mediano talento, e de algum exercicio deduzir delles as regras, e applicá-las aos caſos, que deve reſolver, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 62. e 63. e liv. 2. tit. 3. cap. 1. §. 25. e 26.

256 Principios acertados promettem progreſſos, e perpetuidade, no que ſe eſtabelece, Eſtat. da Aul. do Commerc. §. 1. confirm. pelo Alv. de 19. de Mayo de 1759.

257 Prizaõ dos delinquentes he o principal meio, por onde a Juſtiça ſe ſatisfaz, e executa, Regim. dos Govern. das Arm. do 1. de Junho de 1678.

258 Prizaõ dos delinquentes he o meio mais juſto, e neceſſario, que as Leis introduziraõ para evitar, e caſtigar os delictos, tanto pela falta da liberdade, como pela ſegurança para o caſtigo, Alv. de 13. de Julho de 1678. na Coll. 1. liv. 1. tit. 77.

259 Privilegio deve obſervar-ſe, Ord. liv. 1. tit. 65. §. 19. tit. 66. §. 6. e tit. 74. §. fin. liv. 2. tit. 45. §. 31. e tit. 48. §. 8. liv. 3. tit. 71. §. fin. liv. 5. tit. 104. §. 1.

260 Privilegio deve ſer util, a quem o alcança, Ord. liv. 1. tit. 83 no princip. liv. 3. tit. 45. §. 5.

261 Privilegio naõ ha, ſem ſer expreſſo, Ord. liv. 1. tit. 66. §. 43. e §. 46.

262 Privilegio maior precede ao menor, Ord. liv. 3. tit. 5. no princ. e no §. 7.

263 Privilegio naõ vale contra outro igual, Ord. liv. 1. tit. 87. aliás. 88. §. 45. liv. 2. tit. 62. §. 1. liv. 3. tit. 5. §. 1. e 3. Alv. de 16. de Fevereiro de 1699. na Coll. 1. liv. 4. tit. 70.

264 Privilegio peſſoal naõ ſe extende a outrem, Ord. liv. 3. tit. 38. §. 5. e 6. e tit. 80. §. 3. Alv. de 20. de Setembro de 1768. verſic. Violentando-ſe.

266 Pri-

265 Privilegio naõ ſe extende além, do que nelle ſe expreſſa, Ord. liv. 3. tit. 42. §. 2. Alv. de 20. de Setembro de 1768.

266 do Privilegio, que alguem tem contra outrem, deve elle uzar contra ſi, Ord. liv. 3. tit. 38. no princ. e §. 2. no fim liv. 5. tit. 91. §. 2. e 3.

267 Privilegio ceſſa, quando ceſſa a ſua cauſa, Ord. liv. 2. tit. 58. §. 3. e tit. 63. §. 2. e 3. liv. 3. tit. 5. no princip. e tit. 12. §. 1.

268 Privilegio ceſſa, quando ſe abuſa da cauſa, por onde elle foi concedido, Ord. liv. 1. tit. 1. §. 40. liv. 2. tit. 5. §. 2. e tit. 50. §. 2. liv. 3. tit. 71. §. 2. liv. 4. tit. 83. §. 6.

269 Privilegio naõ vale, quando ſenaõ cumpre, o que nelle ſe ordena, Ord. liv. 2. tit. 31. no princip. e tit. 58. no princip. liv. 3. tit. 71. §. fin. Alv. de 9. de Julho de 1762.

270 Privilegio naõ coſtumaõ conceder os Principes contra ſi meſmos, Alv. de 14. de Fevereiro de 1772. §. 3.

271 Privilegio, que ſe concede a hum, approveita aos mais em couſa individua, Ord. liv. 3. tit. 80. §. 3.

272 Privilegio naõ deve haver com offenſa dos preceitos, e dictames naturaes, Alv. de 9. de Março de 1678. na Coll. 1. liv. 2. tit. 59.

273 Privilegio naõ póde haver para deixar o Reino indefezo, Alv. de 26. de Setembro de 1762.

274 Privilegio naõ deve haver em caſo de notorio perigo, e invaſaõ, Alv. de 13. de Março de 1646. na Coll. 1. liv. 2. tit. 47.

275 Privilegio naõ póde conter irrevocabilidade, ainda a reſpeito dos Principes concedentes, no concurſo da cauſa pública, e da commua neceſſidade, Alv. de 20. de Setembro de 1768.

276 Privilegio naõ póde ſubſiſtir contra o bem-com-

com-

mum, e utilidade pública, Lei de 20. de Outubro de 1763. §. 7. Alv. de 22. de Mayo de 1771.

277 Privilegio he odioſo, quando contém huma geral izençaõ de todos os tributos, Alv. de 20. de Setembro de 1768.

278 Privilegios, e graças tem mais lugar, aonde he maior o ſerviço, e merecimento, Ord. liv. 4. tit. 83. no princ.

279 Privilegio, graças, e franquezas da Naçaõ ſó gozaõ os ſeus naturaes, Alv. de 6. de Março de 1746.

280 Privilegios. Nunca he da intençaõ dos Principes, que valhaõ as izençoens, e privilegios naquellas diſpoſiçoens, em que ſe intereſſa a utilidade commua do Eſtado, Pragmat. de 24. de Mayo de 1749. cap. 29.

281 Privilegios. A utilidade pública faz ceſſar os privilegios, Alv. de 30. de Dezembro de 1605. e de 25. de Dezembro de 1608. §. 15. na Coll. 1. liv. 1. tit. 49.

282 Privilegios naõ ſe devem conſervar, quando ſaõ prejudiciaes á Republica, e quando difficultando o caſtigo dos delinquentes, ſó ſervem de facilitar os delictos, Alv. de 10. de Janeiro de 1696. na Coll. 1. liv. 1. tit. 7. Decret. de 13. de Setembro de 1691. na Coll. 2. liv. 5. tit. 130.

283 Privilegiado deve ter as qualidades, e circumſtancias, que no privilegio ſe requer, Alv. de 24. de Fevereiro de 1764. §. 23. 24. e ſegg.

284 Privilegiado. O que he privilegiado naõ admitte diſpoſiçaõ commua, Ord. liv. 4. tit 78. §. 1. no fim.

285 Proceder naõ ſe deue com duvida, Ord. liv. 1. tit. 16. §. 2. e tit. 20. no princ. liv. 2. tit. 27. no princ. liv. 3. tit. 20. §. 24.

286 Procedimento máo de hum, mancha o commum dos bons da ſua corporaçaõ, Alv. de 14 de Novembro de de 1757.

287 Procedimento. Os que mal procedem, naõ ſó daõ eſcandalo ao público com a notoriedade das ſuas repro-

vadas

vadas acçoens, mas igualmente se impossibilitaõ para servirem ao Principe. Alv. 1. de 25 de Agosto 1770.

288 Professores de lètras, versados no conhecimento das Leis, naõ as devem ignorar, Alv. de 4. de Setembro de 1765. no princip.

289 Professores, que ensinaõ a mocidade, devem ter o principal cuidado nos bons costumes dos discipulos, instruindo-os nos Mysterios da Fé, e persuadindo-os, a que pratiquem fielmente, o que a verdadeira Religiaõ da Igreja nos ordena, Instruc. para os Profes. da Grammat. &c. §. 18. de 28. de Junho de 1759.

290 Professores. Da conservaçaõ, e subsistencia dos Professores das Escolas menores dependem os elementos da Literatura, Alv. 1. de 10. de Novembro de 1772. §. 9.

291 Professores devem tratar a todos os discipulos com igualdade, e sem accepçaõ de pessoas, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 4. cap. 1. §. 37.

292 Prohibiçaõ naõ he bastante nas disposiçoens, sem que se commine pena, Direct. dos Ind. do Pará §. 41. confirm. pelo Alv. de 17. de Agosto de 1758.

293 Prohibido até certo tempo, he depois delle concedido, Ord. liv. 3. tit. 21. §. 21. tit. 84. §. 14. e tit. 91. §. fin. liv. 5. tit. 88. §. 10. e tit. 141. §. fin.

294 Prohibido, o que he menos, fica tambem prohibido, o que he mais, Ord. liv. 3. tit. 28. §. 2. versic. Nem requeira.

295 Prohibido. O que se acha prohibido, naõ se deve obrar, nem ainda indirectamente, Alv. de 13. de Julho de 1751. §. fin.

296 Prohibido. Quando se prohibe huma couza, fica prohibido todo o meio de a conseguir, Ord. liv. 3. tit. 33. §. 5. liv. 4. tit. 48. §. 1. tit. 61. §. 9. e tit. 70. §. 1.

297 Prohibido o principal, fica prohibido, o que vem em consequencia, Ord. liv. 4. tit. 61. §. 9. tit. 67. §. 8. tit. 70. §. 1. tit. 86. §. fin.

298 Prohibir, e embaraçar ninguem póde, o que a outro he util, e a si naõ faz prejuizo, Alv. de 8. de Outubro de 1766. versic. Que nenhuma pessoa

299 Proposito, e tençaõ de fazer mal, fazem o acto malicioso, e punivel, Ord. liv. 2. tit. 47. §. 1. liv. 5. tit. 59. ou princ. e tit. 87. no princip.

300 Proposito, e caso pensado fazem mais grave o maleficio, Ord. liv. 5. tit. 35. §. 6. e 7. tit. 51. no princip. e tit. 122. no princ. Regim. de 7. de Junho de 1605. na Coll. 1. liv. 1. tit. 1.

301 Protesto conserva o direito, de quem o faz, Ord. liv. 3. tit. 91. no princip. liv. 4. tit. 51. §. 2. liv. 5. tit. 117. §. 1.

302 Protesto, contra o que expressamente se obra, naõ merece attençaõ, Ord. liv. 3. tit. 36. §. 2.

303 Prova he escusada, aonde o caso já está provado, Ord. liv. 5. tit. 86. §. 3. Assent. de 25. de Abril de 1770.

304 Prova mais bem se faz, aonde os contractos, e delictos se fizeraõ, Ord. liv. 3. tit. 54. §. 13.

305 Prova de testemunhas he a mais falivel, Assent. 1. de 5. Dezembro de 1770.

306 Prova deve satisfazer á consciencia dos Juizes, Decret. de 23. de Junho de 1759.

307 Prova se faz difficultosa nos delictos, aonde saõ os interesses communs, e aonde nos pequenos ha o medo servil, dos que saõ maiores, Alv. de 16. de Novembro de 1771. no princip.

308 Provado. O que provado, naõ ha de ser de effeito algum, naõ se deve admittir, Assento de 8. de Agosto de 1651. na Coll. 3. liv. 3. tit. 87.

309 Provar pertence, a quem allega, Ord. liv. 3. tit. 25. no princip. e tit. 52. no fim do princ. liv. 4. tit. 17.

§. 5. e tit. 82. 5. 2. liv. 5. tit. 38. §. 1. tit. 53. §. fin. e tit. 141. §. 4.

310 Provar deve cada hum tudo, o que he neceſſario para a ſua intençaõ, Ord. liv. 3. tit. 52. no fim do princip. liv. 4. tit. 46. §. 1.

311 Provas naõ ſe devem multiplicar ſobre a meſma couza, Aſſento de 25. de Abril de 1770.

312 Provas. Nas provas compete aos Juizes hum regulado arbitrio, para lhes dar maior, ou menor credito, ſegundo a probidade das partes, e qualidade das teſtemunhas, e ſeus depoimentos, e ſegundo a qualidade, e combinaçaõ dos papeis, que ſe ajuntarem, Decret. de 23. de Junho de 1759. Lei de 20. de Outubro de 1763. §. 6.

313 Providencia Divina. As admiraveis diſpoſiçoens da Divina Providencia ſaõ myſterios eſcondidos, e ſegredos impenetraveis, Prov. de Edit. da Real Mez. Cenſor. de 30. de Abril de 1772.

314 Providencia nunca he demaziada, aonde a materia he de muita importancia, Alv. de 12. de Março de 1760. Alv. de 30. de Dezembro de 1760.

315 Providencias humanas ſaõ todas inuteis, quando naõ ſaõ protegidas pelo poderoſo braço da Omnipotencia Divina, Direct. dos Ind. do Pará §. 27. confirm. pelo Alv. de 17 de Agoſto de 1758.

316 Providencias do neceſſario remedio ſaõ deſcargo da conſciencia dos Principes, Regim. da Caſ. da Supplicaç. de 7. de Junho de 1605. na Coll. 1. liv. 1. tit. 1.

317 Providencias. Quando o caſtigo impoſto naõ he baſtante para cohibir os delictos, devem haver providencias de mais efficaz remedio, Alv. de 16 de Agoſto de 1722. na Coll. 1. liv. 5. tit. 7. Alv. de 27. de Setembro de 1756.

318 Providencias quando naõ ſaõ ſufficientes para remediar o damno, devem accreſcentar-ſe outras, Alv. de 31. de Março de 1742. no princip. Coll. 1. liv. 1. tit. 1.

319 Pro-

319 Providencias. A incorrigibilidade, obſtinaçaõ, e transgreſſaõ das benéficas providencias dos Soberanos deſafiaõ todo o rigor, e fazem indiſpenſavelmente neceſſario, que ſe ſuſtentem as Leis pela ſeveridade do ſeu Poder, Alv. de 16. de Novembro de 1771.

320 Provimentos, e mercês dos Officios em peſſoas, que tem as qualidades neceſſarias para os bem ſervir, ſocegaõ a conſciencia dos Principes, Lei de 23. de Novembro de 1770. §. Item ordeno ſegundo.

321 Prudencia. As Regras da Prudencia Filoſofica conſtituem huma parte eſſencial da Ethica Natural: e as Regras da Prudencia Chriſtaã formaõ huma parte eſſencial da Moral Evangelica, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 57.

322 Prudencia he neceſſaria ao Chriſtaõ, para dirigir, e encaminhar as ſuas acçoens ao fim da vida Chriſtaã, e da Bemaventurança Eterna, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 51.

323 Prudencia he neceſſaria para fazer progreſſos no caminho da virtude, e para fugir aos vicios da Superſtiçaõ, do Fanatiſmo, e do Enthuſiaſmo, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 50.

Q

1 QUalidade deve provar, quem nella ſe funda, Ord. liv. 1. tit. 65. §. 27. liv. 5. tit. 38. §. 1.

2 Qualidade naõ póde exiſtir ſem ſubjeito, Ord. liv. 5. tit. 37. no princip. junto o §. 1. e 3. Alv. de 21. de Janeiro de 1766.

3 Qualidade das peſſoas, e dos caſos regula os procedimentos, Ord. liv. 1. tit. 1. §. 36. e 45. Liv. 4. tit. 58. §. 2. e tit.

e tit. 99. §. fin. liv. 5. tit. 7. no princip. e tit. 23. no princip.

4 Qualidade diverſa faz diverſidade nas couzas, Ord. liv. 4. tit. 43. §. 5. verſic. E ſe forem, junto o princip.

5 Qualidade das couzas faz creſcer, e diminuir o ſeu commum valor, e eſtimaçaõ, Ord. liv. 4. tit. 11. §. 4.

6 Quantidade conſiſte em numero, pezo, e medida, Ord. liv. 4. tit. 78. no princip.

7 Quantidade ſe diz grande, ou pequena conforme as peſſoas, a que diz reſpeito, Ord. liv. 3. tit. 52. §. 1.

8 Quantidade menor iguála á maior, quando ha circumſtancias, que a fazem igualmente reputar, Ord. liv. 4. tit. 67. §. 5.

9 Quaſi-contractos naõ requerem conſentimento de ambas as partes, Ord. liv. 3. tit. 59. §. 22.

10 Queſtionar naõ ſe deve, o que já eſtá decidido, Ord. liv. 1. tit. 5. §. 5. Alv. de 12. de Junho de 1769. no princip.

11 Queſtionar. O que ainda ſe eſtá queſtionando, naõ ſe póde dizer acceito, e approvado, Aſſento de 4. de Junho de 1771.

R

1 RAzaõ he hum Lume Divino participado ao Homem pelo Supremo Author da Natureza, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 5. §. 8.

2 Razaõ he o patrimonio mais nobre do Homem, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 5. §. 12.

3 Razaõ. O Author da Natureza eſcreveo os Principios da Razaõ Natural no coraçaõ do Homem, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 5. §. 26.

4 Razaõ he a fonte de toda a legislaçaõ da Natureza, Eſtat.

Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 5. §. 9.

5 Razaõ Natural he o fundamento primario, e a baze fundamental de todo o Direito Poſitivo, ſem excepçaõ do Divino, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 8. cap. 6. §. 9.

6 Razaõ he hum Meſtre perpetuo, e ſempre indeclinavel, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 5. §. 8.

7 Razaõ he o unico Tribunal, a que ſó ſe devem pedir as luzes, e os principios para as deciſoens na Juriſprudencia Natural, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 5. §. 3. e 6.

8 Razaõ, aonde quer que ſe achar, deve ſeguir-ſe ſem preoccupaçaõ alguma, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 5. §. 6.

9 Razaõ. Irreſiſtivel he a força da boa razaõ, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 5. cap. 3. §. 16.

10 Razaõ. Claros, e inconſtrataveis ſaõ os dictames da Razaõ, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 3. §. 14.

11 Razaõ. Aonde falta a luz da verdadeira crença, naõ ſe póde atinar ſempre com os verdadeiros dictames da Razaõ, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 5. cap. 2. §. 14.

12 Razaõ. A Lei da Razaõ impõem ao Homem certas obrigaçoens para com Deos, para comſigo, e para com os outros Homens, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 3. tit. 3. cap. 1. §. fin.

13 Razaõ enſina a todos os Homens, que ha hum Ente Supremo, hum Senhor Soberano, a quem elles devem tudo, o que ſaõ: que, ſendo todos iguaes por natureza, devam amar-ſe, e procurarem-ſe reciprocamente todo o bem poſſivel: que devem fallar verdade, cumprir as ſuas promeſſas, e obſervar fielmente as ſuas convençoens, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 65.

14 Razaõ. A Providencia Divina pòz á Razaõ juſtos, e per-

e prefixos limites, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 5. §. 24.

15 Razaõ. He fraca, e debil a luz da Razaõ Natural, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 5. §. 24.

16 Razaõ ſe anticipa em huns Homens, e ſe retarda em outros, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 2. tit. 2. cap. 2. §. fin.

17 Razaõ ſe acha no Homem, como diſſipada, deſtruida, e dilapidada pelos máos affectos da vontade, que a tem por hum jugo pezado, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 5. §. 12.

18 Razaõ. Aonde ſe dá a meſma razaõ, deve dar-ſe a meſma diſpoſiçaõ de direito, Ord. liv. 1. tit. 65. §. 38. no fim, Regim. dos Deſemb. do Paço §. 40. Ord. liv. 2. tit. 27. §. 1. no fim. liv. 3. tit. 81. §. fin. liv. 4. tit. 61. §. 9. e tit. 94. no princip. liv. 5. tit. 107. §. 25. Lei de 24 de Outubro de 1764. Lei de 5. de Abril de 1768. Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 11. Lei de 9. de Julho de 1773. §. 13.

19 Razaõ igual comprehende a meſma diſpoſiçaõ, ainda nas Leis penaes, Alv. de 29. de Outubro de 1696. na Coll. 1. liv. 5. tit. 82. Alv. de 29. de Junho de 1749. no princip. Lei de 24. de Outubro de 1764. §. 1.

20 Razaõ mais forte, ou a força da maior razaõ faz comprehender o caſo na diſpoſiçaõ da Lei, Cart. 9. ſobre o Motim, e Sediçaõ da Cidade do Porto, de 21. de Outubro de 1757. Lei de 24. de Outubro de 1764. §. 1. verſic. E muito mais.

21 Razaõ maior vence a menor, Alv. de 30. de Julho de 1609. na Coll. 1. liv. 4. tit. 42.

22 Razaõ. Diverſidade de razaõ induz diverſidade de direito, Ord. liv. 4. tit. 44. §. 3. tit. 45. §. 3. e tit. 61. §. 3. e ſegg. Lei de 9. de Julho de 1773. §. 23.

23 Razaõ juſta, e legitima deve attender-ſe, Ord. liv. 3. tit.

3. tit. 20. §. 20. liv. 4. tit. 76. §. 5. e tit. 95. §. 2. liv. 5. tit. 129. no princip.

24 Razoens Naturaes, e Divinas naõ podem ſer alteraveis, e ſubjeitas ás viciſſitudes dos tempos, e lugares, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 5. §. fin.

25 Rebelliaõ ſe oppõem directamente á Authoridade, e ſupremo Poder do Principe, Cart. 9. ſobre o Motim, e Sediçaõ da Cidade do Porto, de 21. de Outubro de 1757.

26 Rebelliaõ he oppoſta diametralmente aos primeiros principios da ſociedade civil, e do ſocego publico, Cart. 9. ſobre o Motim, e Sediçaõ da Cidade do Porto, de 21. de Outubro de 1757.

27 Rebelliaõ naſce do eſquecimento da Religiaõ, e da fidelidade devida aos Soberanos, Cart. 1. ſobre o Motim, e Sediçaõ da Cidade do Porto, de 28. de Fevereiro de 1757.

28 Rebelliaõ faz indiſpenſavel a ſeveridade das Leis em o caſtigo, Cart. 7. ſobre o Motim, e Sediçaõ da Cidade do Porto, de 21 de Outubro de 1757.

29 Receptadores dos roubos devem igualmente ſer punidos, como os meſmos roubadores, Lei de 20. de Outubro de 1763. §. 4.

30 Recorrer ſe póde ao Principe, quando ceſſaõ os meios ordinarios, Ord. liv. 3. tit. 55. §. 11. tit. 84. §. 9. e tit. 95. §. 3.

31 Recorrer ſe póde aos Superiores, quando fazem gravame os Inferiores, Ord. liv. 3. tit. 71. no princip. tit. 86. §. 20.

32 Recuſar naõ ſe póde, o que já eſtá acceito, e approvado, Ord. liv. 3. tit. 6. §. 5. e tit. 33. §. 3.

33 Recurſos naõ ſe devem impedir, Ord. liv. 1. tit. 6. §. 10.

34 Recurſos malicioſos devem punir-ſe, Ord. liv. 1. tit. 5. §. 7. e tit. 48. §. 7.

35 Reforma dos coſtumes, ainda entre homens civiliſados,

liſados, he a empreza mais ardua de ſe conſeguir, maiormente por violencia, e rigor, Direct. dos Ind. do Pará §. 14. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

36 Reger. Quem naõ póde bem reger a ſi, naõ deve reger a outros, Ord. liv. 1. tit. 87. aliás 88. §. 6. no fim, liv. 4. tit. 104. §. 4.

37 Reger. Quem bem rege a ſua peſſoa, e fazenda, preſume-ſe, que ha de reger bem a dos outros, Ord. liv. 4. tit. 102. §. 5.

38 Regras, e os Axiomas contém as primeiras, e principaes verdades, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit 3. cap. 6. §. 61.

39 Regras. Das Regras capitaes, e Preceitos geraes dimanaõ todas as outras Regras, e Preceitos mais ſingulares, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 62. e cap. 8. §. 2.

40 Regras, e Concluſoens particulares devem ter connexaõ, e deducçaõ das Regras, e Principios geraes, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 19.

41 Regras. He o eſtudo mais ſublime, ſólido, e proveitoſo a meditaçaõ das primeiras Verdades, Principios, e Regras geraes, e a indagaçaõ das ſegundas Verdades, e Concluſoens particulares, que daquellas ſe deduzem, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 20.

42 Regreſſo naõ ſe dá, a quem tem renunciado o ſeu direito, Ord. liv. 3. tit. 37. §. 3. liv. 5. tit. 131. §. 2. no fim.

43 Regimentos de ſalarios ſaõ preciſos para a boa adminiſtraçaõ da Juſtiça, ſocego da conſciencia, e bem-commum dos Povos, Regim. 2. de 10. de Janeiro de 1754. no princip. Alv. de 25. de Janeiro de 1758. no princip.

44 Regimentos vem a fazer-ſe impraticaveis pela mudança, e alteraçaõ dos tempos, Alv. 1. de 20. de Julho de 1767. no princip.

45 Re-

45 Regimentos Militares recebem grave injuria na honra, e na reputaçaõ, quando alguns dos ſeus individuos ſaõ transgreſſores das Leis dos Soberanos, Alv. de 14. de Fevereiro de 1772.

46 Reincidencia nos delictos merece maior caſtigo, Ord. liv. 4. tit. 67. no princip. Lei da Reform. da Juſt. de 6. de Dezembro de 1612. §. 20. Pragmat. de 24. de Mayo de 1749. cap. 18.

47 Reincidencias. Devem-ſe as penas aggravar, e reaggravar nas reincidencias á proporçaõ das relacias, Alv. de 11. de Agoſto de 1759. §. 8. Alv. de 16. de Dezembro de 1760. Alv. de 11. de Junho de 1765.

48 Reino. Devem conſervar ſe as liberdades, e regalias de cada Reino, Ord. liv. 1. tit. 81. no princip.

49 Reino. Naõ ſe devem introduzir nos Reinos eſtranhos as fabricas, que ſaõ uteis ao proprio Reino, Alv. de 15. de Fevereiro de 1695. na Coll. 1. liv. 2. tit. 26.

50 Reino. Em hum Reino nem todos os Individuos ſe haõ de educar com o deſtino dos eſtudos maiores, porque delles ſe devem deduzir, os que ſaõ neceſſarios para os ſerviços ruſticos, e artes fabris, Lei de 6. de Novembro de 1772. no princip.

51 a Religiaõ he o objecto mais importante ao Genero Humano, e conſtitue a obrigaçaõ principal, e a parte mais nobre dos officios do Homem, Prov. de Edit. da Real Mez. Cenſor. de 12. de Dezembro de 1769

52 Religiaõ. Importante he o negocio da Religiaõ, Lei de 5. de Abril de 1768.

53 a Religiaõ he o apoio mais firme, e o vinculo mais apertado, e mais indiſſoluvel da uniaõ, e ſociedade Civil, e Chriſtaã, Prov. de Edit. da Real Mez. Cenſor. de 12. de Dezembro de 1769.

54 da Religiaõ pende inteiramente a Bemaventurança Temporal, e Eterna, a proſperidade da Igreja, a ſegu-

 rança

rança do Imperio, e geralmente todo o bem da ſociedade Chriſtaã, e Civil, Prov. de Edit. da Real Mez. Cenſor. de 12. de Dezembro de 1769.

55 a Religiaõ Chriſtaã he a verdadeira, Cart. de 13. de Abril de 1636. na Coll. 2. liv. 1. tit. 1.

56 a Religiaõ Chriſtaã enſina ao Homem a verdadeira ſciencia, do que deve a Deos, a ſi, e ao proximo, Prov. de Edit. da Real Mez. Cenſor. de 24. de Setembro de 1770.

57 a Religiaõ Chriſtaã he ſomente, a que pela excellencia da ſua doutrina, e preceitos ſublimes faz, com que o Homem conheça a inſufficiencia da razaõ natural, e ſubjeite as ſuas luzes ás ſuperiores verdades communicadas pela Eſcriptura, e pela Tradiçaõ, Prov. de Edit. da Real Mez. Cenſor. de 24. de Setembro de 1770.

58 a Religiaõ Chriſtaã dirige o coraçaõ do Homem, regula os ſeus officios, e poem o mais forte freio ás ſuas paixoens, Prov. de Edit. da Real Mez. Cenſor. de 24. de Setembro de 1770.

59 a Religiaõ Chriſtaã eſtabelece a boa ordem, e o poder do Governo Politico; firma a authoridade, e protecçaõ nos Soberanos; e aſſegura a ſubjeiçaõ, e a obediencia nos Vaſſallos, Prov. de Edit. da Real Mez. Cenſor. de 24. de Setembro de 1770.

60 a Religiaõ Natural naõ baſta para a completa ſatisfaçaõ das obrigaçoens do Homem, depois que Deos ſe dignou revelar-nos verdades, e myſterios ſuperiores á curta eſféra da ſimples luz da Religiaõ Natural, Prov. de Edit. da Real Mez. Cenſor. de 12. de Dezembro de 1769.

61 a Religiaõ Revelada he indiſpenſavelmente neceſſaria, para penſar, e ſentir dignamente de Deos, para melhor conhecermos ſeus Divinos Attributos, e para o honrarmos com hum culto mais perfeito, e mais conforme á ſua Divina vontade, Prov. de Edit. da Real Mez. Cenſor. de 12. de

12. de Dezembro de 1769.

62 a Religiaõ Revelada naõ póde ſer na obſervancia agradavel a Deos, nem ſer meio para alcançar o fim da Revelaçaõ, ſemque creiamos firmemente os myſterios revelados, e tem que a noſſa fé, e acçoens em tudo ſe conformem, e regulem, pelo que a Igreja nos tem feito manifeſto, Prov. de Edit. da Real Mez. Cenſ. de 12. de Dezembro de 1769.

63 Religiaõ. Em materia de Religiaõ naõ ſe deve declarar de novo, o que a Igreja tem declarado por Tradiçaõ Apoſtolica, Alv. de 12. de Junho de 1769. no princip.

Religiaõ. A verdade da Religiaõ deve perſuadir-ſe com clareza, energia, e mageſtade, Alv. de 30. de Setembro de 1770.

65 Religiaõ. Deve occupar-ſe o primeiro cuidado, e deſvelo das jurisdicçoens Eſpiritual, e Temporal na conſervaçaõ dos Dogmas da Fé, e das Regras da Moral Evangelica na ſua primitiva pureza, Prov. de Edit. da Real Mez. Cenſor. de 12. de Dezembro de 1769.

66 Religiaõ. Devem ſer mais gravemente caſtigados, os que delinquem nos actos, e funçoens da Religiaõ, Ord. liv. 5. tit. 40. no princip.

67 Religiaõ. A doutrina da Religiaõ Chriſtaã ſempre ſe conſervou perpetuamente invariavel, ſendo ſempre huma, e a meſma, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 3. §. 13.

68 Remedio. No principio he o remedio mais facil, Alv. de 12. de Mayo de 1728. na Coll. 1. liv. 1. tit. 51.

69 Remedio. Deve acautellar ſe no principio, o que depois de feito naõ tem remedio, Ord. liv. 5. tit. 122. §. 3.

70 Remedio logo deve dar-ſe, tantoque do mal ha noticia, Ord. liv. 1. tit. 87. aliás 88. §. 50.

71 Re-

71 Remedio fica ſendo inutil, quando ſe pertende applicar, depois de dado o prejuizo, Alv. de 23. de Novembro de 1770 no princip.

72 Remedio. Convém acudir no principio com remedio prompto, e efficaz, para que naõ paſſe adiante o damno, e a ruina, Alv. de 17. de Outubro de 1685. na Coll. 1. liv. 5. tit. 12. Alv. de 9. de Agoſto de 1686. na Coll. 1. liv. 5. tit. 100.

73 Remedio, que chega tarde, de ordinario naõ approveita, Alv. de 18. de Janeiro de 1765. Alv. de 10. de Setembro de 1765.

74 Remedio extraordinario ceſſa, em quanto ha o ordinario, Ord. liv. 3. tit. 41. §. 2. Decret. de 16. de Dezembro de 1675. na Coll. 2. liv. 1. tit. 9. Regim. dos Deſemb. do Paço §. 28. e 30.

75 Remedio prompto deve haver, quando he neceſſario evitar a eſcandaloſa liberdade dos malfeitores, Alv. de 31. de Março de 1742. no princip. na Coll. 1. liv. 1. tit. 1. Decret. de 10. de Mayo de 1702. na Coll. 2. liv. 5. tit. 60.

76 Remedio. Nos maiores damnos he conveniente acudir com remedios, que os acautellem na cauſa, ainda que os naõ poſſaõ livrar de todo, Alv. de 9. de Agoſto de 1686. na Coll. 1. liv. 5. tit. 12.

77 Remedio novo deve applicar-ſe, aonde as providencias anteriores naõ foraõ de todo efficazes, Alv. de 5. de Agoſto de 1683. na Coll. 1. liv. 5. tit. 1.

78 Remedio do recurſo extraordinario, naõ faz ſuſpender os meios ordinarios, em quanto o Principe o naõ determina, Lei 2. de 22. de Dezembro de 1761. tit. 2. §. 25.

79 Remedio, que ſó ſoccorre as extremas neceſſidades preſentes, em lugar de precaver as futuras, as accreſcenta, animando os vadios, e perguiçoſos com a eſperança de ſerem

rem outra vez ſoccorridos, Alv. de 13. de Outubro de 1770. no princip.

80 Renunciar cada hum póde o ſeu direito, Ord. liv. 3. tit. 72. §. 1. e tit. 86. §. 28. liv. 4. tit. 44. §. 5. e tit. 98. §. 2. liv. 5. tit. 16. §. fin. e tit. 128. §. 2. verſic. ſalvo.

81 Renunciar naõ ſe entende, quem ignora, Ord. liv. 3. tit. 91 no princ. verſic. Nem teve razaõ.

82 Reo deve abſolver-ſe, quando a autor naõ póde obter pela acçaõ, que intenta, Ord. liv. 3. tit. 20. §. 16.

83 Reo. Naõ eſtá na maõ do Reo, que a demanda lhe ſeja feita tarde, ou cedo, Ord. liv. 3. tit. 55. §. 8.

84 Reos do meſmo delicto naõ devem huns ſer menos caſtigados, que outros, Alv. de 15. de Outubro de 1760. no princip.

85 Reos padecem grande oppreſſaõ, em ſe lhes dar mais duros contendores, Aſſent. 3. de 23. de Novembro de 1769.

86 Reos devem mais favorecer-ſe, que os autores, Ord. liv. 3. tit. 55. §. 8.

87 Repetir naõ ſe deve, o que já huma vez eſtá feito, Ord. liv. 3. tit. 87. §. 1. liv. 5. tit. 126. §. 2.

88 Repetiçaõ do acto nullo naõ lhe dá vigor algum, Ord. liv. 4. tit. 61. §. 10.

89 Reprovar naõ ſe póde, o que huma vez ſe approvou, Ord. liv. 3. tit. 21. no princip. liv. 4. tit. 96. §. 18.

90 Reprovar ninguem deve em outro, o que em ſi encontra, Ord. liv. 4. tit. 90. §. 1.

91 Republica conſiſte, e principalmente ſe ſuſtenta nas Armas, e nas Leis, Alv. de 5. de Junho de 1595. e Alv. de 29. de Janeiro de 1743. na confirm. das Ordenaçoens.

92 Republica igualmente ſe conſerva pelas letras, que a defendem das diſcordias, e perturbaçoens; que pelas Armas, com que os Reinos bem governados ſe dilataõ, e ſe con-

conservaõ, Decret. de 6. de Fevereiro de 1642. na Coll. 2. liv. 2. tit. 59.

93 Republica he mais bem administrada pelos seus Naturaes, Ord. liv. 1. tit. 1. no princip. tit. 35. no princip. e tit. 81. no princip.

94 Republica naõ póde subsistir sem paz, uniaõ, e publica concordia, Direct. dos Ind. do Pará §. 87. confirm. pelo Alv. de 17. de Agosto de 1758.

95 Republica depende muito da conservaçaõ do commercio, Alv. de 15. de Junho de 1714. na Coll. 1. liv. 4. tit. 67.

96 Republica. Entre os meios, que podem conduzir qualquer Republica a huma completa felicidade, nenhum ha mais efficaz, que a introducçaõ do commercio, Direct. dos Ind. do Pará §. 36. confirm. pelo Alv. de 17. de Agosto de 1758.

97 Republica se offende com a commissaõ dos delictos, Ord. liv. 5. tit. 26. §. 1. e tit. 55. no princip.

98 Republica recebe grande prejuizo, quando se falta ao castigo dos delinquentes, Alv. de 31. de Março de 1742. §. 7. na Coll. 1. liv. 1. tit. 1. Alv. de 10. de Janeiro de 1696. na Coll. 1. liv. 1. tit. 7.

99 Republica se satisfaz, quando se castigaõ os delictos, Alv. de 25. de Dezembro de 1608. na Coll. 1. liv. 1. tit. 49. Alv. de 25. de Agosto 1689. na Coll. 1. liv. 5. tit. 34.

100 Requerimento, que se faz em tempo, merece attençaõ, Ord. liv. 3. tit. 1. §. 18. no fim, tit. 22. §. 3. e tit. 63. no princip.

101 Requerimento affectado, e calumnioso naõ deve attender-se, Alv. de 31. de Março de 1742. §. 3. na Coll. 1. liv. 1. tit. 1.

102 Requerimento, que naõ he feito em tempo, naõ se deve ouvir, Orde. liv. 3. tit. 20. §. 46. e 47. no fim, tit. 21. §. 4. e tit.

4. e tit. 73. no princip. liv. 5. tit. 80. §. fin.

103 Respeito, e tratamento das pessoas deve corresponder á authoridade, e qualidade dos seus officios, e occupaçoens, Decret. de 28. de Setembro de 1622. na Coll. 2. liv. 1. tit. 10.

104 Respeito. Naõ se deve faltar com o respeito, a quem he devido, Regim. dos Govern. das Arm. do 1. de Junho de 1678. §. 8.

105 Responsaveis pelos prejuizos ficaõ, os que deixaõ de cumprir as ordens legitimamente expedidas, Alv. 2. de 25. de Fevereiro de 1771.

106 Resoluçaõ de materia grave requer mui prudentes consideraçoens, e maduros conselhos, Decret. de 10. de Março de 1764.

107 Resolvido o direito, de quem dá, resolve-se o direito, de quem recebe, Ord. liv. 2. tit. 35. §. 25.

108 Resistencia. O respeito, e authoridade do Principe tanto se offende na resistencia, que se faz aos Ministros, e Officiaes de maior, como de menor graduaçaõ, Lei de 28. de Julho de 1751. Lei de 24. de Outubro de 1764. §. 1.

109 Revel verdadeiro he aquelle, que nem por si, nem por outrem apparece em juizo até final sentença, Ord. liv. 3. tit. 79. §. 3. e tit. 87. §. 3.

110 Revel presente he aquelle, que naõ responde ás perguntas, que em juizo se lhe fazem, Ord. liv. 3. tit. 32. no princip.

111 Revelaçaõ he hum Lume sobrenatural, e inextinguivel, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 5. §. 24.

112 Revelaçaõ. He o principio da demonstraçaõ das verdades Catholicas, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 2. §. 14.

113 Revelaçaõ naõ tira, nem muda a natureza dos Officios,

ficios, que se alcançaõ, e se comprehendem pelo lume da Razaõ; antes em parte os confirma, e em parte os accrescenta, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 2. §. 20.

114 Revelaçaõ. Só o Divino lume da Revelaçaõ póde illustrar os entendimentos sobre os pontos superiores á comprehensaõ humana, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 4. §. 7. no fim.

115 Revelaçaõ fixou certas barreiras aos conhecimentos do Homem, Estat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 4. §. 9.

116 Revogado. O que já está revogado, naõ póde já mais produzir effeito, nem prestar impedimento algum, Ord. liv. 2. tit. 45. §. 11. Alv. de 17. de Janeiro de 1759.

117 Rhetorica he necessaria em todas as sciencias, e sem ella naõ póde haver progresso algum, Alv. de 28. de de Junho de 1759. §. 16. e 17. Alv. de 11. de Janeiro de de 1760. §. 6.

118 Rhetorica he a Arte mais necessaria no commercio dos homens, e naõ ha estudo mais util, que o da Rhethorica, e Eloquencia, Instrucç. para os Prof. de Rhetor. §. 1. de 28. de Junho de 1759.

119 Ricos, que se trataõ como os nobres, saõ com elles comparados, Ord. liv. 1. tit. 90. aliás 91. §. 6. liv. 4. tit. 31. §. 5. Ord. liv. 5. tit. 33. no princip. e tit. 139. no princip.

120 Riqueza continuada eleva á nobreza, Lei de 3. de Agosto de 1770 no princip.

121 Rogos importunos naõ fazem a graça inteiramente voluntaria, Ord. liv. 1. tit. 66. §. 20.

122 Roubo he mais grave delicto, que o furto, Ord. liv. 1. tit. 65. §. 31. versic. Posto que o roubo.

123 Roubo deve ser mais gravemente castigado, que o furto, Ord. liv. 5. tit. 61. §. 1. Lei de 20. de Outubro de 1764.

124. Rus-

124 Rusticos devem attender-se, Ord. liv. 3. tit. 87. §. 2.

125 Rusticos. Naõ cabe nos rusticos o conhecimento dos negocios forenses, e costumes da Corte, Alv. de 27. de Julho de 1765. no princip. e no §. 3.

S

1 SAber, ou ter razaõ de saber he o mesmo, Ord. liv. 3. tit. 21. §. 5. e tit. 86. §. 16. liv. 4. tit. 13. §. 8. e tit. 48. §. 6. liv. 5. tit. 49. §. 9. Assent. de 7. de Janeiro de 1642. na Coll. 3. liv. 3. tit. 21.

2 Saber, ou deixar de saber por culpa, naõ tem differença, Alv. de 25. de Junho de 1749.

3 Saber, e industria de hum póde muitas vezes ser de maior valor, e proveito, que o cabedal de outros, Ord. liv. 4. tit. 44. §. 9.

4 Sabios naõ costumaõ dar toda a authoridade aos sentimentos de hum Author, que póde errar, como Homem, e ser convencido de erros provenientes, ou de preoccupaçoens, ou de falta de noticias necessarias, Prov. de Edit. da Real Mez. Cens. de 26. de Novembro de 1772.

5 Sacerdocio, e o Imperio naõ podem subsistir sem hum continuo milagre, naõ havendo entre elles huma devida, e consoante harmonia, Prov. de 18. de Janeiro de 1765. Lei de 4. de Dezembro de 1769.

6 Sacerdocio, e o Imperio devem distinguir-se no exercicio das suas funçoens, Prov. de Edit. da Real Mez. Censor. de 12. de Dezembro de 1769.

7 Sacerdocio. O Bem-commum, e socego público consiste essencialmente na perfeita harmonia, que deve haver entre o Sacerdocio, e o Imperio, para se ajudar hum ao outro nos casos occorrentes, Lei de 5. de Abril de 1768. §. 3. Estat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 3. §. 12.

8 Salario deve correſponder ao tempo, e circumſtancias do trabalho, Ord. liv. 1. tit. 1. §. 41. tit. 62. §. 50. e tit. 86. aliás 87. no princip. liv. 3. tit. 97. §. 7. liv. 4. tit. 29. no princip. Alv. de 7. de Janeiro de 1692. na Coll. 1. liv. 1. tit. 63. Lei de 7. de Janeiro de 1750. verſic. Os Corregedores 2.

9 Salario naõ ſe deve antes de merecido, Ord. liv. 1. tit. 78. §. 21. liv. 3. tit. 86. §. 20. Lei de 7. de Janeiro de 1750. §. Nos Juizos.

10 Salario ninguem póde levar mais, que o que vence, Ord. liv. 5. tit. 72. no princip. Alv. de 26. de Setembro de 1628. na Coll. 1. liv. 1. tit. 68.

11 Salario naõ póde levar, quem o naõ merece, Ord. liv. 1. tit. 87. aliás 88. §. 52.

12 Salario incita a fazer, e cumprir com maior cuidado a obrigaçaõ, Ord. liv. 1. tit. 62. §. 23. Alv. de 23. de Agoſto de 1753. §. 1. Alv. de 20. de Março de 1756. §. E para que.

13 Salario naõ ſe deve augmentar ſem motivo, e cauſa juſta, Decret. de 15. de Junho de 1756.

14 Salario aonde he diminuto, deve accreſcentar-ſe, Ord. liv. 2. tit. 52. §. 11. Lei de 7. de Janeiro de 1750. no princip.

15 Salario deve augmentar-ſe, aonde ſe augmenta o trabalho, Ord. liv. 1. tit. 82. §. 2.

16 Salario maior deve dar-ſe, aonde he maior o trabalho, Ord. liv. 1. tit. 83. aliás 84. §. 16. Regim. 1. de 10. de Outubro de 1754. §. Nas querellas.

17 Salario deve accreſcentar-ſe á proporçaõ do merecimento, Alv. de 24 de Dezembro de 1768. §. 11.

18 Salario deve dividir-ſe por aquelles, por quem o trabalho tambem ſe divide, Alv. de 18. de Outubro de 1760. §. 1.

19 Salario proporcionado em hum tempo, naõ o vem a ſer

a ſer em outros pela mudança, e careſtia das couzas, Lei de 7. de Janeiro de 1750. Regim. 1. de 10. Outubro de 1754. no princip.

20 Salario. A variedade, e mudanças dos tempos fazem neceſſario accreſcentar os ſalarios, e emolumentos, Alv. de 26 de Junho de 1696. na Coll. 1. liv. 1. tit. 6. Alv. de 7. de Outubro de 1745. na Coll. 1. liv. 3. tit. 96.

21 Salarios naõ ſe podem vencer dous pelo meſmo trabalho, Ord. liv. 1. tit. 24. §. 33. tit. 56. §. 3. tit. 63. §. 5. e tit. 87. aliás 88. §. 53. verſic. Porém.

22 Salarios ſem Regimento, que os determine, naõ ſaõ percebidos com titulo legitimo, Alv. de 18. de Outubro de 1760. no princip.

23 Salarios. He reciprocamente proveitoſo haver nos emolumentos, e ſalarios hum ſyſtema fixo, e inalteravel, Alv. de 20. de Novembro de 1756.

24 Salvaçaõ das almas deve antepôr-ſe a tudo, Alv. de 10. de Setembro de 1611. na Coll. 1. liv. 4. tit. 42. §. E porque ſegundo.

25 Salvaçaõ. Os meios da ſalvaçaõ eterna conſiſtem na pratica das Regras, que a Natureza dictou para adirecçaõ das acçoens humanas, repetidas nos preceitos do Decalogo, e authoriſadas, e enriquecidas depois com as praticas, e preceitos mais ſublimes da Moral Evangelica, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 1. §. 46.

26 Sciencias. A felicidade das Monarchias depende da cultura das ſciencias, Alv. de 28. de Junho de 1759. no princip.

27 Sciencias ſaõ o meio de conſervar a Religiaõ, e a Juſtiça na ſua pureza, e igualdade, Alv. de 28. de Junho de 1759. no princip.

28 Sciencias mais ſe nutrem, e creſcem na paz, e tranquilidade, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 1. cap. 4. §. 17.

29 Sci-

29 Sciencias naõ pódem haver perfeitas, ſem o conhecimento methodico, e ſyſtematico dos ſeus proprios preceitos, Eſtat da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 8. cap. 2. §. 7.

30 Sciencias. Nas Sciencias naõ ſe deve dar cega veneraçaõ á authoridade, ao methodo, aos uſos, e coſtumes dos noſſos Maiores, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 2. §. 15.

31 Sciencias. He taõ apertado o vinculo, e taõ eſtreita a uniaõ, e a aliança, que entre ſi tem as Sciencias, que todas ſe ſoccorrem mutuamente, e ſe participaõ reciprocos auxilios, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 6. cap. 7. §. 11.

32 Sciencias Naturaes ſaõ de grande importancia, tanto por ſi meſmas, como pelo influxo, que tem ſobre as Artes, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. §. 3. no Prefac.

33 Sciencias. Os que mais ſe adiantaõ nas Sciencias, devem louvar-ſe publicamente, para ſe animarem: e os negligentes devem admoeſtar-ſe, para terem emenda, Cart. do Reſtab. do Real Colleg. dos Nob. de 7. de Março de 1761. tit. 2. §. 4.

34 Sediçaõ, e Motim naſcem do eſquecimento da Religiaõ, e da fidelidade, que ſe deve aos Soberanos, Cart. 1. ſobre a Sediçaõ, e Motim da Cidade do Porto, de 28. de Fevereiro de 1757.

35 Sediçaõ, e Motim poem em deſordem a paz publica, e a harmonia dos povos, Cart. 2. ſobre o Motim, e Sediçaõ da Cidade do Porto, de 28. de Fevereiro de 1757.

36 Segredo deve guardar-ſe, Ord. liv. 1. tit. 36. no princip. e tit. 65. §. 59. e 60. liv. 3. tit. 26. noprincip. liv. 5. tit. 9. por todo elle.

37 Segredo. O Direito Divino, Natural, e das Gentes recommendaõ, que ſe guarde o ſegredo, Lei de 12. de Junho de 1769. no princip.

38 Se-

38 Segredo. Guardar ſegredo he obrigaçaõ, que os Miniſtros devem trazer diante dos olhos, Decret. de 14. de Fevereiro de 1642. na Coll. 2. liv. 5. tit. 9.

39 Segredo. Depende muito do ſegredo a authoridade, e reſpeito dos Tribunaes, e a liberdade dos votos dos Miniſtros, Decret. de 25. de Janeiro de 1641. e Decret. de 12. de Mayo de 1707. na Coll. 2. liv. 5. tit. 9.

40 Segredo he o fundamento, com que os Tribunaes devem obrar ſem mais outro reſpeito, que o ſerviço do Principe; Decret. de 6. de Outubro de 1633. na Coll. 2. liv. 1. tit. 5. Decret. de 9. de Novembro de 1629. na Coll. 2. liv. 5. tit. 9.

41 Segredo he muito importante nas materias de Juſtiça ſobre a vida, honra, e fazenda dos Vaſſallos, Decret. de 3. de Outubro de 1669. na Coll. 2. liv. 5. tit. 9

42 Segredo quando falta, he grande o prejuizo do bom governo, e adminiſtraçaõ da Juſtiça, Decret. de 19. de Setembro de 1641. e Decret. de 18. de Agoſto de 1649. na Coll. 2. liv. 5. tit. 9.

43 Segredo. Saõ grandes os damnos, e incovenientes, que ſe ſeguem da falta do ſegredo, Alv. de 14. de Julho de 1642. na Coll. 1. liv. 1. tit. 51.

44 Segredo he muito neceſſario no manejo do commercio de qualquer particular, Eſtat. da Junta do Commercio, cap. 17. confirm. pelo Alv. de 16. de Dezembro de 1756.

45 Seguro eſtá, quem deſcança á ſombra da immediata protecçaõ dos Principes, Carta 1. ſobre o Motim, e Sediçaõ da Cidade do Porto, de 28. de Fevereiro de 1757.

46 dos Semelhantes ha meſma doutrina, Ord. liv. 1. tit. 65. §. 9. e 26. tit. 90. aliás 91. §. 28. liv. 2. tit. 26. §. 6. e tit. 27. §. 1. e 3. liv. 3. tit. 11. §. 3. tit. 64. §. 2. e tit. 69. no princip. liv. 4. tit. 8. §. 5. e tit. 81. §. 4. liv. 5. tit. 18. §. 3. e tit. 82. §. fin. Alv. de 26. de Outubro de 1765. §. 5.

47 Se-

47 Semelhantes caſos tem igual diſpoſiçaõ, Ord. liv. 2. tit. 1. §. 6. e tit. 35. §. 8. liv. 3. tit. 25. §. 5. no fim, tit. 69. no fim do princip. e tit. 81. §. 2. liv. 4. tit. 19. §. 1. tit. 65. no princip. e tit. 78. §. 6. liv. 5. tit. 6. §. 28. e tit. 37. §. 1. Alv. de 16. de Janeiro de 1759.

48 Semelhantes maleficios tem igual pena, Ord. liv. 4. tit. 89. §. fin. liv. 5. tit. 129 §. 4.

49 Semelhante naõ he o meſmo, Ord. liv. 1. tit. 90. aliás 91. §. 22.

50 Senhor quem foi algum tempo de huma couſa, preſume-ſe, que ainda he, até que ſe moſtre o contrario, Ord. liv. 3. tit. 53. §. 3.

51 Senhor. Cada hum tem arbitrio nas couzas, de que he ſenhor para diſpôr dellas, como lhe parecer, Ord. liv. 1. tit. 61. §. 5. liv. 3. tit. 94. §. 3. liv. 4. tit. 36. §. 1. no fim, tit. 43. §. 11. e liv. 5. tit. 86. §. 8. Lei de 16. de Janeiro de 1773. §. 4.

52 Senhor. O Soberano em commum beneficio, e utilidade pública póde regular, e coarctar o arbitrio, que cada hum tem ſobre os ſeus bens, Ord. liv. 5. tit. 75. §. 1. e tit. 76. §. 8. Lei de 9. de Setembro de 1769. §. 13.

53 Sentença deve ſer conforme ao pedido, Ord. liv. 3. tit. 63. no princip. e tit. 66. §. 1.

54 Sentença deve ſer ſobre couza certa, Ord. liv. 3. tit. 20. §. 5. e tit. 66. §. 2.

55 Sentença deve regular-ſe ſegundo os actos do proceſſo, e o que pelas partes for allegado, e provado, Ord. liv. 3. tit. 41. §. 1. no fim, tit 66. §. 1. e tit. 84. §. 8.

56 Sentença naõ faz juſto, o que pelas Leis eſtá prohibido, Ord. liv. 1. tit. 87. aliás 88. §. 51.

57 Sentença naõ approveita, nem offende, mais que ás peſſoas, entre quem he dada, Ord. liv. 3. tit. 81. no princip.

58 Sentença, que paſſou em julgado naõ ſe deve outra

outra vez metter em diſputa, Ord. liv. 3. tit. 95. no princip. Lei de 3. de Novembro de 1768. no princip.

59 Sentença, que paſſou em julgado naõ ſe póde alterar, Decret. de 2. de Abril de 1664. na Coll. 2. liv. 1. tit. 7. Decret. de 8. de Junho de 1665. na Coll. 2. liv. 5. tit. 130.

60 Sentença, que ſe dá contra as Leis, e Direito expreſſo he nulla, e de nenhum vigor, Ord. liv. 1. tit. 2. §. 2. e tit 5. §. 4. liv. 2. tit. 45. §. 29. liv. 3. tit. 75. no princip. e tit. 77. no princip. Alv. 1. de 11. de Junho de 1765. e de 21. de Junho de 1766.

61 Sentença nulla naõ póde confimar-ſe por outro algum acto, Ord. liv. 3. tit. 75. no princ. e §. 1.

62 Sentença nulla naõ paſſa em caſo julgado, Ord. liv. 3. tit. 75. no princip.

63 Sentença nulla naõ preſta impedimento algum, Alv. de 21 de Junho de 1766. Lei de 3. de Novembro de 1768. §. 3.

64 Sentença nulla em todo o tempo ſe póde revogar, ou declarar de nenhum effeito, e vigor, Ord. liv. 3. tit. 63. §. 5. e tit. 75. no princip.

65 Sentença he nulla, quando he contraria ao genuino ſentido, e verdadeiro eſpirito das Leis, Lei de 9. de Setembro de 1769. §. 5.

66 Sentença dada contra outra ſentença, que paſſou em julgado, he nulla, e de nenhum vigor, Ord. liv. 3. tit. 66. §. 6. e tit. 75. no princip. Lei de 3. de Novembro de 1768.

67 Sentença. Naõ ſe póde dizer, que alguem commetteo hum maleficio, naõ havendo ſentença, que o declare, Ord. liv. 3. tit. 58. §. 5.

68 Sentenças ſeguraõ as peſſoas, que as alcançaõ, Regim. dos Dezembargador. do Paço §. 32. Lei de 3. de Novembro de 1768. no princip.

69 Sentenças naõ podem reſiſtir ás determinaçoens das

Leis, Aſſento de 20. de Dezembro de 1770.

70 Serviço. Deve-ſe obrar, o que he mais do ſerviço de Deos, Ord. liv. 1. tit. 98. aliás 99. no princip. liv. 4. tit. 81. §. 6.

71 Serviço do bem-commum deve ajudar-ſe, e favorecer-ſe com graças, e mercés, Alv. de 6. Fevereiro de 1649. na Coll. 1. liv. 5. tit. 1.

72 Serviço na Cavallaria Militar he nobre de ſua natureza, e de grande importancia á conſervaçaõ, e defeza dos Reinos, Alv de 6. de Fevereiro de 1642. na Coll. 1. liv. 2. tit. 60.

73 Serviços haõ de premiar-ſe com proporçaõ, e igualdade, Alv. de 20. de Dezembro de 1713. na Coll. 1. liv. 2. tit. 32. Alv. do 1. de Agoſto de 1752. §. Attendendo.

74 Serviços. Os Principes honraõ, e accreſcentaõ os Vaſſallos, quando eſtes lhes fazem bons ſerviços, Ord. liv. 4. tit. 100. §. 5. liv. 5. tit. 92. no princip. Lei de 3. de Agoſto de 1770. §. 16.

75 Serviços naõ podem ſer attendidos duas vezes, Alv. de 22. de Agoſto de 1623. na Coll. 1. liv. 2. tit. 42.

76 Severidade do cargo ha de temperar-ſe com paciencia, e brandura, Ord. liv. 1. tit. 1. no princip.

77 Severidade dos procedimentos cohibe a frequencia dos delictos, Alv. de 19. de Outubro de 1754. e de 16 Novembro de 1771.

78 Simulaçaõ ſe faz, quando o acto he feito com dolo, em que ſe diz, o que ſe naõ contractou, Ord. liv. 4. tit. 71. no princip.

79 Simulaçaõ encobre, e occulta a verdade, Ord. liv. 3. tit. 59. §. fin.

80 Signaes das couzas conduzem para o ſeu conhecimento, Ord. liv. 3. tit. 94. no princip. liv. 5. tit. 133. §. 7. e tit. 143. no princip. Alv. de 13. de Agoſto de 1760. §. 3.

81 Soberano, e Summo Imperante, veja-ſe na palavra: Principe.

82 Socego publico deve prevalecer a toda, e qualquer outra contemplaçaõ particular, Lei de 25. de Junho de 1760. §. 5.

83 Socego publico depende do livre exercicio da Suprema Juriſdicçaõ, Lei de 24. de Outubro de 1764. §. 6.

84 Socego publico naõ póde haver, ſem que os Miniſtros, e Officiaes tenhaõ liberdade no exercicio dos ſeus reſpectivos miniſterios, Lei de 24. de Outubro de 1764. §. 1.

85 Sociedade Civil, e a frequencia de communicaçaõ conduzem, para ſe deixarem os coſtumes barbaros, Lei de 6. de Junho de 1755. §. fin.

86 Sociedade. He indiſpenſavelmente neceſſario, que haja hum ſummo Imperio na Sociedade Civil, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 3. §. 6.

87 Sociedade. A felicidade eſpiritual, e temporal da Sociedade Civil, e uniaõ Chriſtaã depende da harmonia entre o Sacerdocio, e o Imperio, Prov. de 18. de Janeiro de 1765.

88 Soldados gozaõ de muitos privilegios pelos trabalhos, e perigos da vida, a que ſe offerecem por defeza, e conſervaçaõ da Republica, Ord. liv. 4. tit. 83. no princip.

89 Soldados devem ſuſtentar as Leis fiel, e honradamente. Alv. de 14 de Fevereiro de 1772.

90 Soldados tem indiſpenſaveis obrigaçoens de auxiliar os Magiſtrados, e Officiaes de Juſtiça, e Fazenda empregados na conſervaçaõ da paz publica, e na arrecadaçaõ dos direitos do Principe, Alv. de 14 Fevereiro de 1772.

91 Solemnidade, cuja falta annulla o acto, he da ſubſtancia do meſmo acto, Aſſent. de 5. de Abril de 1770.

92 Sorte. Graduar por ſortes as preferencias he meio, que evita queixas, e diſputas, Ord. liv. 1. tit. 67. §. 14. no fim. Lei de 24. de Fevereiro de 1764. §. 13. Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 4. cap. 1. §. 34.

93 Subrogado representa a pessoa, e faz vezes daquelle, em cujo lugar se subroga, Ord. liv. 3. tit. 65. §. 6. e tit. 66. §. 6. Decret. de 14. de Julho de 1759.

94 Successaõ dos parentes mais proximos he conforme á razaõ natural, e aos dictames Divinos expressos em hum, e outro Testamento, Lei de 9. de Setembro de 1769. no princip.

95 Successaõ dos parentes mais proximos he conforme o costume geral, Ord. liv. 2. tit. 18. §. 7. no fim.

96 Successaõ ab intestato he em tudo conforme a ordem da Natureza, e da Caridade Christaã, Lei de 9. de Setembro de 1769. no princip.

97 Successoens. Os que saõ mais proximos no parentesco, saõ mais attendiveis nas successoens, Ord. liv. 4. tit. 96. no princip. e tit. 105. no princip. Lei de 9. de Setembro de 1769.

98 Successoens testamentarias saõ invençoens posteriores do Direito das Gentes, Lei de 9. de Setembro de 1769. no princip.

99 Superfluidade deve evitar-se, Ord. liv. 1. tit. 79. §. 7. e 25. liv. 3. tit. 62. §. 3. liv. 5. tit. 86. §. 3. Alv. de 21. de Mayo de 1751. cap. 3. §. 6.

100 Superiores devem dar exemplo, Ord. liv. 1. tit. 1. no princip. Cart. de 10. de Novembro de 1633. na Coll. 2. liv. 1. tit. 1. Alv. 1. de 13. de Março de 1772.

101 Superiores persuadem com as suas exemplares acçoens, Direct. dos Ind. do Pará §. 4. confirm. pelo Alv. de 17. de Agosto de 1758.

102 Superiores devem ser mais attendidos no tratamento, Decret. de 18 de Novembro de 1690. na Coll. 2. liv. 1. tit. 9.

103 Superiores devem emendar os erros dos inferiores Ord. liv. 1. tit. 5. §. 6. Alv. de 16. de Março de 1757. no princip.

104 Suspensaõ deve haver, em quanto pende o recurso ordinario, Ord. liv. 3. tit. 73. no princip. e tit. 78. §. 2.

T

1 do TAcito, e do expresso he o mesmo juizo, Ord. liv. 3. tit. 38. no princip. tit. 80. §. 2. tit. 87. §. 5. liv. 4. tit. 82. no princip.

2 Tacito só he comprehendido no expresso, quando se inclue na mente, e espirito da Lei, Lei de 18. de Agosto de 1769. §. 11.

3 Tal te julgo, qual te acho, Ord. liv. 3. tit. 66. no princip. liv. 4. tit. 61. §. 3. no versic. Vestindo-se. e tit. 81. §. 2.

4 Tal se deve mostrar, quem tal se inculca, Ord. liv. 5. tit. 53. §. fin. Alv. de 21. de Outubro de 1763. §. 15.

5 Tal, ou por tal ser reputado tem a mesma disposiçaõ, Ord. liv. 3. tit. 41. §. 8. e tit. 42. §. 1. liv. 4. tit. 85. no princip. e tit. 86. §. 1. liv. 5. tit. 26. no princip.

6 Tal naõ he, o que só por tal he reputado, Ord. liv. 4. tit. 85. no princip.

7 Temor do castigo evita os delictos, Alv. de 28. de Julho de 1751. Alv. de 11. de Agosto de 1753.

8 Temor das penas causa paz, e socego na Republica, Alv. de 22. de Outubro de 1686. na Coll. 1. liv. 1. tit. 58.

9 Temor justo deve attender-se, Ord. liv. 5. tit. 129. §. 1.

10 Tempo destinado para huns actos naõ se deve gastar em outros, Ord. liv. 1. tit. 1. §. 2. e 17. liv. 3. tit. 19. §. 12.

11 Tempo naõ paſſa, em quanto pende a condiçaõ, Ord. liv. 4. tit. 83. §. 7.

12 Tempo naõ paſſa, em quanto ſe procede na averiguaçaõ da duvida, que ſe offereceo, Aſſent. 5. de 23. de Novembro de 1769.

13 Tempo, que ſe concede, ſó dura, em quanto exiſte a cauſa, pela qual foi concedido, Ord. liv. 3. tit. 84. §. 14. verſic. E iſto.

14 Tempo. Sendo paſſado o tempo, que ſe concedeo, para fazer qualquer acto, naõ póde já mais proceder-ſe a elle, Ord. liv. 3. tit. 21. §. 22. e tit. 87. no princ.

15 Tempo, ou declaraçaõ do tempo, em que as couzas ſe fazem, he neceſſaria para a boa adminiſtraçaõ da Juſtiça, e utilidade das partes, Ord. liv. 1. tit. 28. no princip. tit. 79. §. 5. e tit. 80. §. 7. liv. 2. tit. 38. §. 3. liv. 3. tit. 86. §. 21.

16 Tempo, que ſe deve aſſignar para fazer qualquer acto, ha de ſer juſto, e competente, ſegundo a qualidade, e circumſtancias do negocio, Ord. liv. 3. tit. 1. §. 9. tit. 10. §. 1. tit. 59. §. 9. e tit. 63. §. 1. liv. 4. tit. 43. §. 1. liv. 5. tit. 123. §. 8.

17 Tempo de guerra naõ dá lugar a examinar bem as couzas, Ord. liv. 2. tit. 35. §. 17.

18 Tempo naõ deve conſumir-ſe em couzas vans, e inuteis, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 5. cap. 1. §. 27. e cap. 2. §. 1.

19 Tençaõ faz o maleficio, Ord. liv. 4. tit. 63. §. 2. liv. 5. tit. 26. no princip.

20 Tençaõ diſtingue os maleficios, Ord. liv. 5. tit. 7. no princip. e tit. 67. no princip.

21 Tençaõ do Legislador deve-ſe attender, e obſervar. Ord. liv. 2. tit. 35. §. 8. tit. 44. no princip. e tit. 45. §. 11. liv. 5. tit. 80. §. 2. e tit. 137. §. 5. Cart. 9. ſobre o Motim, e Sediçaõ da Cidade do Porto, de 21. de Outubro de 1757.

22 Ten-

22 Tençaõ do Legislador deve obſervar-ſe, ainda que naõ eſteja expreſſamente declarada, Alv. de 5. de Janeiro de 1606. na Coll. 1. liv. 2. tit. 12.

23 Terceiro, naõ póde obrigar ſe a pagar por outrem, ſem ſe ouvir, Ord. liv. 2. tit. 52. §. 6. liv. 3. tit. 37. §. 2. e tit. 86. §. 17.

24 Terceiro naõ deve prejudicar-ſe, Alv. de 8. de Outubro de 1766. verſic. ou naõ havendo.

25 Terras, e fazendas foraõ creadas para ſubſiſtencia dos vivos, Lei de 9. de Setembro de 1769. §. 21.

26 Teſtador naõ póde fazer, que as Leis naõ tenhaõ lugar nas ſuas diſpoſiçoens, Ord. liv. 1. tit. 62. no princip. Lei de 9. de Setembro de 1769.

27 ao Teſtador poem em deſacordo, e preoccupaõ as funeſtas cogitaçoens da vida, e da morte, Lei de 9. de Setembro de 1769. §. 6.

28 Teſtador eſtá ſubjeito na hora da morte a varias perſuaſoens, e enganos, Alv. de 26. de Março de 1647. na Coll. 1. liv. 4. tit. 80. Lei de 25 de Junho de 1766. no princip.

29 Teſtador. Só ſe deve attender, ao que o teſtador completou, e naõ ao que teve tençaõ, ou que ſó principiou a fazer, Aſſent. de 5. de Abril de 1770.

30 Teſtamento requer huma deliberaçaõ plena, e meditada, Lei de 25. de Junho de 1766. §. 5. Aſſent. de 5. de Abril de 1770.

31 Teſtamentos naõ devem violar a razaõ natural, e a ordem das familias, Lei de 9. de Setembro de 1769. no princip.

32 Teſtar he hum acto ſério, e legislativo, Lei de 25. de Junho de 1766. no princip.

33 Teſtar. A illimitada liberdade de teſtar offende a razaõ natural, e a caridade Chriſtaã, Lei de 9. de Setembro de 1769. no princip.

34 Teſ-

34 Teſtar. A illimitada liberdade de teſtar he cauſa de impias ſuggeſtoens, de extorçoens malicioſas, de ſimulaçoens, e de falſidades, Lei de 9. de Setembro de 1769. no princip.

35 Teſtar. As cautellas, e reſtricçoens, que coarctaõ a illimitada liberdade de teſtar, ſaõ fábias, e juſtas providencias, que, como outras tantas barreiras, defendem a razaõ natural, e caridade Chriſtaã contra os inſultos da malignidade, Lei de 9. de Setembro de 1769.

36 Teſtemunha ninguem póde ſer em cauſa propria, Ord. liv. 4. tit. 84. §. fin.

37 Teſtemunha ſó huma, naõ faz prova, Ord. liv. 3. tit. 52. no princip. liv. 5. tit. 134. no princip.

38 Teſtemunhas duas, ou trez fazem toda a prova, Ord. liv. 1. tit. 18. §. 28. tit. 24. §. 19. tit. 62. §. 21. e tit. 78. §. 4. liv. 2. tit. 33. §. 6. liv. 3. tit. 32. §. 1. tit. 59. §. 19. tit. 84. §. 7. e tit. 89. §. 1. liv. 4. tit. 45. §. 4. liv. 5. tit. 79. §. 2. Alv. de 19. de Janeiro de 1756. Alv. de 20. de Setembro de 1760.

39 Teſtemunhas mais qualificadas merecem maior credito, Ord. liv. 3. tit. 60. §. fin. liv. 5. tit. 134. no princip.

40 Teſtemunhas tem maior, ou menor credito, ſegundo a ſua qualidade, e coſtumes, e ſegundo a veroſimilidade, ou inveroſimilidade de ſeus depoimentos, Decret. de 23. de Junho de 1759.

41 Teſtemunhas ſaõ approvadas, por quem as dá, Ord. liv. 3. tit. 55. §. fin.

42 Theatros publicos, quando ſaõ bem regulados, ſaõ a eſcola, aonde os Povos aprendem as maximas ſaãs da Politica, da Moral, do amor da Patria, do valor, do zelo, e da fidelidade, com que devem ſervir aos Soberanos, Alv. de 17. de Julho de 1771.

43 Theatros. Do eſtabelecimento dos Theatros publicos bem regulados reſulta a todas as Naçoens grande eſplendor, e utilidade, Alv. de 17 de Julho de 1771.

44 o Todo Moral, e Politico naõ póde conſervar-ſe ſem o concurſo das partes, que o conſtituem, da meſma fórma que concorrem as partes para a conſervaçaõ do Todo no corpo ſiſico, Direct. dos Ind. do Pará §. 60. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

45 Trabalho maior pede maior paga, Ord. liv. 1. tit. 90. aliás 91 §. 32. no fim, liv. 2. tit. 59. §. 13. no fim, Aſſento de 27. de Janeiro de 1748.

46 Trabalho quando ſe augmenta, deve haver reſpectiva compenſaçaõ, Lei 2. de 12. de Dezembro de 1761. tit. 1. §. 4.

47 Trabalho ſe faz mais ſuave com a reſpectiva conveniencia, Direct. dos Ind. do Pará §. 68. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

48 Trabalho dividido por outros, he mais toleravel, Alv. de 4. de Mayo de 1757.

49 Trabalho dividido por outros, faz mais prompta a expediçaõ, Alv. de 28. de Julho de 1736. no fim da 3. Collecçaõ do liv. 5. da Ord.

50 Trabalho honeſto cauſa utilidade propria, concorre para o eſtabelecimento do Eſtado, e faz reciprocas as utilidades, e communicaveis os intereſſes, Direct. dos Ind. do Pará §. 16. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758

51 Trabalho louvavel he aquelle, que dá aos Vaſſallos meios de ſe ſuſtentarem, Alv. de 21. de Abril de 1751. no princip. Lei de 25. de Junho de 1760. §. 18.

52 Tradiçaõ da Igreja he a Regra infalivel, e certa do genuino, e verdadeiro ſentido da Eſcriptura Sagrada, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 2. cap. 2. §. 12. e tit. 3. cap. 2. §. 19

53 Tradiçaõ da Igreja he hum bom, e feliz complemen-

mento da Eſcriptura Sagrada, por conſervar incorruptas muitas verdades, que tendo ſido communicadas verbalmente por Chriſto Senhor noſſo aos Apoſtolos, naõ foraõ por elles eſcriptas, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 2. §. 19.

54 Tradiçaõ. As notas da verdadeira Tradiçaõ conſiſtem na conſtante, perpetua, e nunca interrompida obſervancia da Igreja; devendo-ſe ſó qualificar por Tradiçaõ, o que ſempre, por toda a parte, e por toda a Igreja ſe tem enſinado, e ſeguido, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 2. §. 21.

55 Tradiçaõ. O unanime conſentimento dos Sanctos Padres em hum Dogma he hum argumento certiſſimo da ſua verdade, e hum infalivel teſtemunho da Divina Tradiçaõ, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 2. §. 32.

56 Tradiçaõ. Os Sanctos Padres ſaõ os mais puros canaes da Tradiçaõ, e da genuina intelligencia dos Livros Sagrados, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 5. §. 19.

57 Tradiçaõ da Igreja deve ſer para todos o verdadeiro Criterio, e a Regra normal, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 8. §. 31.

58 Traiçaõ, e aleivoſia faz o delicto mais grave, Ord. liv. 5. tit. 37. §. 1.

59 Traiçaõ he o mais grave, e feio crime, que ſe póde commetter, Ord. liv. 1. tit. 74. no princ.

60 Traiçaõ contra o Principe he taõ grave, e abominavel crime, que ſe compara á lepra, que offende todo o corpo, e ainda aos deſcendentes, de quem a tem, e aos que com elle converſaõ, Ord. liv. 5. tit. 6. no princip.

61 Tratamento. Convém muito ao ſerviço do Principe, e ſocego dos Vaſſallos reduzir a ordem, e termo certo o tratamento das peſſoas, Alv. de 12. de Setembro de 1597. na

na Coll. 1. liv. 5. tit. 92.

62 Tratamento. Deve obſervar-ſe no tratamento das peſſoas huma regra certa, e clara, que faça ceſſar todas as queſtoens, Alv. de 15. de Janeiro de 1759.

63 Tratamentos fazem-ſe eſtimaveis, quando ſenaõ confunde a ſua ordem, e diſtincçaõ, Alv. de 29. de Janeiro de 1739. na Coll. 1. liv. 5. tit. 92.

64 Tratar ſe devem as peſſoas com civilidade competente á authoridade dos ſeus cargos, Alv. de 6. de Julho de 1754.

V

1 VAdio he aquelle, que naõ vive com amo, que naõ tem officio, ou que naõ cuida em negocio ſeu, ou alheio, Ord. liv. 5. tit. 68. no princip.

2 Vadio he, o que naõ buſca meio de ſubſiſtir, e que vive na ocioſidade á cuſta de terceiros com transgreſſaõ das Leis Divinas, e Humanas, Decret. de 4. de Novembro de 1755.

3 Vadios ſaõ de grande prejuizo á Republica, Alv. de 9. de Janeiro de 1604. na Coll. 1. liv. 5. tit. 103.

4 Vadios, e facinoroſos perturbaõ a tranquilidade, e ſocego publico, Lei de 25. de Junho de 1760. §. 18.

5 Vadios devem obrigar-ſe a declarar, de que vivem, e o que fazem, Ord. liv. 1. tit. 73. §. 3. Alv. de 25. de Dezembro de 1608. §. 12. Coll. 1. liv. 1. tit. 49.

6 Vadios concorrem mais nas Povoaçoens grandes, Alv. de 9. de Janeiro de 1604. na Coll. 1. liv. 5. tit. 103.

7 Vadios devem punir-ſe, Ord. liv. 1. tit. 73. §. 3. liv. 5. tit. 68.

8 Valor commum de qualquer couza he diverſo da particular affeiçaõ, Ord. liv. 4. tit. 11. §. 4.

9 Variar naõ he licito, Ord. liv. 2. tit. 9. §. 3. liv. 3. tit. 5. §. 3., e tit. 6. §. 5. no fim, liv. 4. tit. 2. no princip.

10 Variedade no julgar deve evitar-ſe, Aſſent. de 22. de Fevereiro de 1727. na Coll. 3. liv. 1. tit. 39. Aſſent. de 29. de Julho de 1769.

11 Variedade no julgar he expoſta a grandes inconvenientes, Aſſent. de 29. de Julho de 1769.

12 Variedade de peſſoas naõ induz variedade na diſpoſiçaõ das Leis, Aſſento 1. de 5. de Dezembro de 1770.

13 Vaſſallos. As primeiras obrigaçoens temporaes dos Vaſſallos conſiſtem no reſpeito ao ſeu Principe, na reverencia ás ſuas Leis, na veneraçaõ aos ſeus Magiſtrados, na obediencia aos mandados dos ſeus Miniſtros, e na immunidade dos Officiaes, Lei de 24. de Outubro de 1764. no princ.

14 Vaſſallos bons devem ſempre eſtar promptos a derramar a ultima gota de ſangue em ſuſtentar a Coroa do ſeu Principe, Alv. de 26. de Setembro de 1762.

15 Vaſſallos leaes naõ devem faltar ás obrigaçoens da fidelidade, e do zelo, que devem ter no bem-commum da ſua Patria, e da tranquilidade dos ſeus Compatriotas, Alv. de 28. de Agoſto de 1767. §. 12.

16 Vaſſallos fieis ſaõ, os que obedientes aos mandados do ſeu Principe, fundaõ na boa ordem, e nas diſpoſiçoens delles a ſegurança das ſuas rendas, e fortunas, Alv. de 16. de Novembro de 1771. no princip.

17 Vaſſallos devem ſervir ao Soberano com valor, zelo, e fidelidade, Alv. de 17 de Julho de 1771.

18 Vaſſallos naõ devem deixar o ſerviço do proprio Principe, para ſervirem a eſtranhos, Ord. liv. 5. tit. 97. e tit. 98. Lei de 27. de Setembro de 1756.

19 Vaſſallos nunca ſaõ privados do immediato recurſo á Peſſoa dos Principes, Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 2.

20 Vaſſallos tem impreterivel neceſſidade de obedecerem ás Leis dos ſeus Soberanos, de cumprirem a ſua vontade

tade, e de obſervarem ſempre muito religioſamente a fidelidade, que lhes juraraõ, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. §. 15.

21 Vaſſallos. A verdadeira felicidade do Eſtado tem huma inſeparavel connexaõ, e dependencia da fiel obſervancia das Leis, e da obediencia dos Vaſſallos, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 3. §. fin.

22 Vencimento das cauſas he ſempre duvidoſo, Ord. liv. 3. tit. 20. §. 1.

23 Vencimento naõ póde haver ſem prova da reſpectiva intençaõ, Ord. liv. 3. tit. 52. no fim do princip.

24 Verdade deve ſeparar-ſe do engano, e as obras da piedade das maquinaçoens da malicia, Lei de 20. de Setembro de 1768 no fim do princip.

25 Verdade naõ deve faltar em Juizo, Ord. liv. 3. tit. 32. §. 2. e tit. 43. no princip.

26 Verdade. Quem falta á verdade deve ſer caſtigado, Ord. liv. 1. tit. 6. §. 11. e tit. 80. §. 12. liv. 3. tit. 32. §. 2.

27 Verdade. Os que faltaõ á verdade em materia importante, ſaõ inimigos communs do Eſtado, Direct. dos Ind. do Pará §. 66. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

28 Verdade. Quem nega a verdade, naõ deve gozar do beneficio das Leis, Ord. liv. 4. tit. 69. §. 1.

29 Verdade deve averiguar-ſe, Ord. liv. 1. tit. 7. §. 17. tit. 60. §. 18. e tit. 62. §. 51. liv. 5. tit. 134. §. 2.

30 Verdade. Quem faz com verdade, e ſinceridade, o que em ſi eſtá, merece, que ſe attenda, Lei de 13. de Novembro de 1756. §. 23.

31 Verdade. Mais vale, o que paſſa na verdade, do que o que eſtá na intençaõ, Ord. liv. 5. tit. 124. §. 21.

32 Verdade. Nas couzas, que pendem do animo, mais ſe attende, ao que eſtá na intençaõ, do que o que paſſa na ver-

verdade, Ord. liv. 3. tit. 26. no princip.

33 Verdade. O bom criterio da verdade faz diſcorrer com ſegurança, e certeza, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 5. §. 18.

34 Verdade. Naõ ha tempo, nem coſtume, por mais antigo, inveterado, e immemorial, que elle ſeja, que naõ deva ceder á verdade, aſſim que eſta ſe manifeſta, e dá a conhecer claramente, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 5. cap. 3. §. 15.

35 Verdade. A averiguaçaõ da verdade, e a adminiſtraçaõ da Juſtiça ſaõ impreteriveis objectos das Providencias dos Soberanos, Decret. de 14. de Julho de 1759.

36 Vergonha da reprehenſaõ pública obriga á emenda, Ord. liv. 1. tit. 1. §. 45. Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 4. cap. 1. §. 15.

37 Veroſimil. O que he veroſimil, merece attender-ſe, Ord. liv. 3. tit. 20. §. 28. tit. 58. §. 8. e tit. 78. §. 5. liv. 4. tit. 81. §. 2. liv. 5. tit. 12. §. 1. e tit 60. §. 5. Lei 1. de 3. de Setembro de 1759.

38 Veroſimil. O que naõ he veroſimil, naõ deve ſer attendido, Ord. liv. 2. tit. 43. no princip. liv. 3. tit. 21. §. 4. no fim, Lei 2. de 3. de Setembro de 1759. no princip.

39 Veroſimil ſe iguala, ao que he juſto, e razaõ, Ord. liv. 3. tit. 78. §. 5. e 6.

40 Veſtidos decentes conduzem muito para o reſpeito dos Miniſtros, Alv. de 30. de Junho de 1652. na Coll. 1. liv. 1. tit. 5.

41 Veſtidos devem ſer competentes aos cargos, Regim. de 12. de Setembro de 1652. §. 8. no 1. tom. do Repert. n. 8.

42 Vicios ſaõ conſequencias naturaes da ociosidade, Alv. de 19. de Setembro de 1761.

43 Vicios, e baxas imaginaçoens inſenſivelmente reduzem a abatimento, e vileza, Direct. dos Ind. do Pará §. 9.

§. 9. confirm. pelo Alv. de 17. de Agoſto de 1758.

44 Vida do Homem he muito breve por ſua natureza, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 2. cap. 1. §. 1.

45 Vida. A fraqueza humana faz paſſar brevemente a vida, Lei de 9. de Setembro de 1769. §. 26.

46 Vida do Homem he de muita importancia, e valor, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 1. tit. 3. §. 27.

47 Vida eterna influe indubitavelmente nas acçoens da Humanidade, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 3. cap. 5. §. 19.

48 Vida. He de muito maior conſideraçaõ a perda da vida eterna, do que a vida temporal, e caduca, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 1. tit. 3. cap. 5. §. fin.

49 Vida honeſta merece attender-ſe, Ord. liv. 3. tit. 5. §. 5. e tit. 12. §. 1. liv. 4. tit. 103. §. 1. liv. 5. tit. 120. no princip.

50 Vida publicamente deshoneſta naõ merece o beneficio das Leis, Ord. liv. 4. tit. 76. §. fin.

51 Vingança naõ he licita, Lei de 2. de Outubro de 1753.

52 Violencia, e força faz mais grave o delicto, Ord. liv. 5. tit. 18. no princip. e §. 3. no fim, tit. 23. §. 1. e tit. 45. §. 4.

53 Virtude. Ha neceſſidade de ſeguir a virtude, para ſe poder conſeguir a verdadeira Felicidade, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 30.

54 Virtude. Sem o exercicio da virtude de nada ſervem todas as doutrinas, e eſpeculaçoens ſobre a natureza do bom, e do máo, ſenaõ de fazer mais culpavel, a quem contradiz o entender com o obrar, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 3. tit. 4 cap. 3. §. 3.

55 Virtude. Por meio da virtude ſe póde a vontade inclinar, e dobrar pelo proprio impulſo, ſem o terror das penas, nem o eſtimulo dos premios, para ſeguir ſempre o bem,

bem, e fugir perpetuamente do mal, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 46.

56 Virtudes Moraes ſaõ a baze fundamental das virtudes Chriſtaãs, e da Moral do Evangelho, Eſtat. do Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 17.

57 Virtudes Chriſtaãs ſaõ o meio de ſe cumprir exactamente com todas as Leis, e Preceitos Divinos, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 1. tit. 3. cap. 6. §. 47.

58 Viver póde cada hum, com quem quizer, Ord. liv. 4. tit. 28. no princip.

59 Viver. Fazer bem viver os povos, pertence, a quem tem o ſeu governo, Ord. liv. 1. tit. 66 no princip.

60 Viver. Ninguem eſtá obrigado a viver em commum, Ord. liv. 1. tit. 68. §. 37. liv. 4. tit. 96. §. 5.

61 Viveres. A liberdade na venda dos viveres, faz haver maior abundancia delles, Alv. de 20. de Janeiro de 1646. na Coll. 1. liv. 2. tit. 26. Alv. de 21. de Fevereiro de 1765.

62 Viveres. A abundancia de viveres faz diminuir o ſeu preço, Alv. de 21. de Fevereiro de 1765.

63 Vizinho preſume-ſe ſaber, o que paſſa na ſua vizinhança, Ord. liv. 4. tit. 62. §. 1. liv. 5. tit. 26. no princip.

64 Univerſidades foraõ inſtituidas para Seminarios da Inſtrucçaõ, e do enſino publico, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 2. tit. 1. cap. 1. §. 1.

65 Univerſidades. Huma das couzas, que atrazaõ os eſtudos nas Univerſidades he a parcialidade, com que ſe afferraõ aos Authores, que huma vez entraraõ a ſeguir, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 1. tit. 2. cap. 2. §. 13.

66 Univerſidades. Das Univerſidades emanaõ as ſciciencias para todos os Eſtados, e Tribunaes dos Reinos, Alv. de 6. de Março de 1765.

67 Von-

67 Vontade naõ deve conſtranger-ſe a fazer, o que lhe he livre, Ord. liv. 1. tit. 24. §. 40. tit. 58. §. 48. e tit. 63. §. 5. liv. 2. tit. 50. no princip. liv. 4. tit. 28. no princip. Alv. de 8. de Outubro de 1766. verſic. Com tanto que.

68 Vontade igualmente ſe declara por factos, que por palavras, Ord. liv. 4. tit. 19. §. 1. e tit. 82. no princip.

69 Vontade naõ ſe póde cumprir, e verificar, aonde naõ ſe póde obter o ſeu fim, Aſſent. 4. de 9. de Abril de 1772.

70 Vontade ultima póde mudar-ſe até a morte, Ord. liv. 4. tit. 37. no princip.

71 Vontade ultima he ſubjeita a muitas falſidades, Lei de 25 de Junho de 1766. Aſſent. de 5. de Abril de 1770.

72 Vontade. Deve haver grande eſcrupuloſidade na averiguaçaõ da certeza da ultima vontade, Aſſent. de 5. de Abril de 1770.

73 Votos mais em numero, vencem aos menos, Ord. liv. 1. tit. 6. §. 1. liv. 3. tit. 16. §. 7. liv. 4. tit. 96. §. 23. Alv. de 17. de Janeiro de 1766. §. 1.

74 Vozes ſaõ o meio ſenſivel mais prompto, e expedito, que temos, para explicarmos diſtincta, e exactamente os noſſos conceitos, paſſando de huns a outros, o que interiormente ſentimos, e julgamos, Eſtat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 1. tit. 4. cap. 2. §. 1.

75 Uſar cada hum póde, do que he ſeu ſem prejuizo de terceiro, ou do publico, Decret. de 8. de Outubro de 1760. Alv. de 8. de Outubro de 1766.

76 Uſar mal ninguem deve, do que poſſue, Ord. liv. 4. tit. 107. no princip.

77 Uſar ninguem deve da couza alheia contra vontade de ſeu dono, Ord. liv. 4. tit. 53. §. 4. tit. 76. §. 5. liv. 5. tit. 62. §. 3.

78 Uſar de huma couza com conhecimento della, he

approva-la, Ord. liv. 5. tit. 12. §. 3.

79 Uſo honeſto dos ſeus bens tem o proprietario delles, Lei de 3. de Agoſto de 1770. no princip.

80 Uſos, e coſtumes de qualquer terra devem guardar-ſe no governo della, Ord. liv. 1. tit. 18. §. 34. tit. 66. §. 28.

81 Uſuras exceſſivas ſaõ negociaçoens illicitas, e perniciosas, Alv. de 17. de Janeiro de 1757.

82 Utilidade pùblica prefere á particular, Pragmat. de 24. de Mayo de 1749 cap. 29. Lei de 21. de Outubro de 1763. Alv. de 23. de Fevereiro de 1771. Decret. de 12. de Junho de 1758.

83 Utilidade pública he o eſſencial objecto das Pragmaticas, Alv. de 21. Abril de 1751.

84 Utilidade pública conſiſte em grande parte na prompta execuçaõ das ſentenças, Alv. de 18. de Outubro. de 1752.

85 Utilidade pública faz, com que cada hum naõ poſſa ſempre diſpôr livremente, do que he ſeu, Ord. liv. 5. tit. 76. §. 8. Lei de 9. de Setembro de 1769. §. 13.

86 Utilidade pública dos povos, e a propria conſervaçaõ de cada hum delles depende do neceſſario cumprimento do reſpeito, que ſe deve ao Soberano, e da reverencia ás ſuas Leis, e Magiſtrados, Lei de 24. de Outubro de 1764. no princip.

87 Utilidade pública ſe eſtabelece na boa obſervancia das Leis, Alv. de 10. de Abril de 1773. §. 11.

88 Utilidade, e proveito geral naõ ſe deve impedir, Ord. liv. 4. tit. 43. §. 9.

89 Utilidade maior deve preferir á menor, Ord. liv. 4. tit. 43. §. 15. e tit. 44. §. 9. Alv. de 27. de Janeiro de 1694. na Coll. 1. liv. 5. tit. 87.

90 Utilidade naõ ſe conſidera, aonde he maior o damno, que ſe póde ſeguir, Ord. liv. 4. tit. 43. §. 10. e 14.

FIM.

REMISSOENS
DAS LEIS,

E MAIS DISPOSIÇOENS NOVISSIMAS
AOS RESPECTIVOS TEXTOS
DA
ORDENAÇAÕ,

A QUE SE AJUNTAÕ PARA MAIOR CLAREZA
AS REAES DISPOSIÇOENS,
QUE JA' SE MARGENARAÕ, E AS QUE
DEIXARAÕ DE MARGENAR-SE NAS ORDENA-
ÇOENS NOVAMENTE IMPRESSAS; COM AS
REMISSOENS DAS NOTAS DO NOVO RE-
PERTORIO.

LIVRO I. DA ORDEN.

Tit. 1.

REGIMENTO, que vem na Coll. 1. n. 4. deſte tit. recommendado, e declarado no §. 8. pelos §§. 5. e 6. da Lei de 18. de Agoſto de 1769. Coll. 2. n. 32. 33. e 34. Alv. de 6. de Novembro de 1769. §. 2.

Princip. Coll. 1. n. 1. Coll. 2. n. 1. e ſegg.
Repertorio na letra C. pag. 76. m. R. pag. 288. a. e pap. 295. a.

§. 1. Repert. na let. R. pag. 295. b.

§. 2. Coll. 2. n. 5. e ſegg. Coll. 3. n. 1.
Repert. na let. D. pag. 181. a.

§. 3. Coll. 2. n. 5.

§. 5. Recommendado, e declarado na Coll. 1. n. 4. §. 1. e 2. Coll. 2. n. 12.
Repert. na let. P. pag. 232. b. R. pag. 295. c.

§. 6. Ampliado na Coll. 1. n. 4. §. 14. Coll. 2. n. 13. Coll. 3. antes do n. 2.
Repert. na let. F. pag. 249. g. R. pag. 295. d. e pag. 296. a.

§. 7. Coll. 3. antes do n. 2. Coll. 1. n. 12. liv. 5. tit. 80.

§. 8. Coll. 3. antes do n. 2.
Repert. na let. C. pag. 120. k. R. pag. 287. e.

§. 9. Coll. 2. n. 14.
Repert. na let. R. pag. 296. b.

§. 10. Coll. 2. n. 15.
Repert. na let. R. pag. 296. c.

§. 11. Coll. 3. n. 1.
Repert. na let. R. pag. 296. d.

§. 12.

§. 12. Repert. na let. A. pag. 296. e.

§. 13. Coll. 3. n. 2.
Repert. na let. S. pag. 336. d. e f.

§. 14. Coll. 3. n. 3. Coll. 1. n. 1. Liv. 5. tit. 130. aonde ſe amplia no §. 19. da Reformaçaõ da Juſtiça. Aſſento de 18. de Mayo de 1752.
Repert. na let. R. pag. 296. f. e S. pag. 354. g.

§. 15. Coll. 3. n. 4.
Repert. na let. R. pag. 296. g.

§. 16. Repert. let. C. pag. 83. a. R. pag. 296. K. e S. pag. 355. d.

§. 17. Coll. 2. n. 16.
Repert. let. R. pag. 296. i.

§. 18. Aſſento de 18. de Novembro de 1719.
Repert. let. E. pag. 232. f. e R. pag. 297. a.

§. 22. Coll. 2. n. 17.
Repert. let. R. pag. 297. c.

§. 23. Declarado na Coll. 3. n. 5.
Repert. let. R. pag. 297. d.

§. 24. Aſſento de 20. de Dezembro de 1757.
Coll. 2. n. 18. e 19. Declarado na Coll. 3. n. 6. e 7.
Repert. let. C. pag. 110. e. D. pag. 184. b.
R. pag. 297. e. e S. pag. 336. c.

§. 25. Declarado na Coll. 3. n. 8.
Repert. let. R. pags 298. a.

§ 27. Declarado, e ampliado na Coll. 1. n. 2. Coll. 2. n. 20.
Repert. let. R. pag. 298. c.

§. 28. Repert. let. F. pag. 249. b.

§. 30. Declarado, e recommendado na Coll. 1. n. 1. §. 7. eſegg.
Coll. 1. n. 4. §. 9. Coll. 2. n. 22. e Coll. 3. n. 9.
Reyogado em parte pela Lei de 5. de Fevereiro de 1771.

Repert. let. A. pag. 53. f. F. pag. 249. b. R. pag. 298. d. e V. pag. 393. e.

§. 31. Ampliado na Coll. 2. n. 24.
Repert. let. R. pag. 298. e. f.

§. 32. Coll. 1. n. 3. §. 3.
Repert. let. A. pag. 12. f. e R. pag. 298. g.

§. 35. Declarado na Coll. 1. n. 3.
Repert. let. R. pag. 299. a.

§ 36. Repert. let. R. pag. 299. b.

§. 37. Declarado, e ampliado na oll. 1. n. 4. §. 8. e Lei de 18. de Agoſto de 1769. §. 5. e 6.
Repert. let. A. pag. 44. o. E. pag. 239. c. e R. pag. 299. c.

§. 38. Coll. 2. n. 25.
Repert. let. R. pag. 299. c.

§. 39. Repert. let. R. pag. 299. d.

§. 40. Declarado na Coll. 2. n. 26. 27. 28. e 29. Coll. 3. n. 10. Reſoluçaõ de 13. de Março de 1675. que transcreve França no Appendix das Leis n. 40.
Repert. let. R. pag. 299. g.

§. 41. Coll. 2. n. 30. Aſſento de 4. de Novembro de 1760.
Repert. let. R. pag. 299. h.

§ 42. Repert. let. R. pag. 299. i.

§ 45. Coll. 2. n. 31.
Repert. let. F. pag. 248. i. N. pag. 142. d.
R. pag. 299 k. R. pag. 300. a. e pag. 308. m.

§. 46. Aſſento de 4. de Novembro de 1760.
Repert. let. R. pag. 300. b.

§. 48. Repert. let. R. pag. 300. c.

Tit.

Tit. 2.

REgimento novo na Coll. 1. n. 2. declarado no n. 3. 4. 5. e 6. e na Coll. 3. n. 2. Regimento dos Novos Direitos na Coll. 1. n. 7. Recommendado na Coll. 2. n. 1. 2. e 3. Alvará de 26. de Abril de 1656. na Coll. das Leis Noviſſimas impreſſas no Moſteiro de S. Vicente, e ahi meſmo o Alvará de 21. de Fevereiro de 1752. Lei de 16. de Setembro de 1675. ſobre a Juriſdicçaõ do Superintendente dos Novos Direitos, que transcreve Franc. a Mend. no Append. das Leis n. 23.

Princip. Repert. let. C. pag. 89. m.

§. 1. Repert. let. C. pag. 89. n. e S. pag. 337. g.

§. 2. Repert. let. C. pag. 89. o. e S. pag. 337. h.

§. 4. Repert. let. C. pag. 76. b. e pag. 90. h. S. pag. 337. f.

§. 7. Coll. 1. n. 1. Coll. 3. n. 1.
Repert. let. C. pag. 90. a. b. c. e C. pag. 110. f.

§. 8. Repert. let. C. pag. 90. d. e.

§. 9. Repert. let. E. pag. 227. d.

§. 10. Repert. let. L. pag. 78. f. P. pag. 277. h.

§. 11. Repert. let. A. pag. 17. p.

§. 15. Repert. let. I. pag. 52. i. N. pag. 151. e

§. 16. Repert. let. A pag. 31. n. C. pag. 90. f.

§. 17. Repert. let. F. pag. 356. b.

§. 18. Repert. let. C. pag. 101. k.

§. 19. Repert. let. C. pag. 76. d. C. pag. 90. g. e pag. 102. b.

§. 21. Repert. let. D. pag. 174. g.

Tit.

Tit. 3.

REgimento no fim do Liv. 1. declarado, e ampliado pelo Alvará de 24. de Julho de 1713. na Coll. ao mesmo Regimento.

§ 1. Repert. let. P. pag. 222. b.

§. 5. Revogado em parte na Coll. 1. n. 1. Repert. pag. 73. k.

§. 6. Repert. let. C. pag. 73. l. m. e pag. 74. f.

§. 7. Repert. let. C. pag. 73. o.

§. 8. Repert. let. C. pag. 73. i.

§. 9. Repert. let. D. pag. 174. k. P. pag. 220. e. e pag. 227. h.

§. 12. Repert. let. D. pag. 175. a.

§. 13. Repert. let. D. pag. 175. b.

§. 14. Repert. let. D. pag. 175. c.

Tit. 4.

PRincip. Repert. let. C. pag. 90. i. k. e pag. 91. a.

§ 1. Recommendado, e declarado na Lei de 18. de Agosto de 1769. §. 1. Repert. let. G. pag. 296. f.

§ 2. Repert. let. C. pag. 72. e.

§ 4. Declarado na Coll. 3. n. 1. Repert. let. C. pag. 91. b. c.

§ 5. Repert. let. C. pag. 5. d.

§ 7. Declarado na Coll. 3. n. 2. Repert. let. C. pag. 91. e. D. pag. 207. h.

§ 11. Repert. let. C. pag. 91. f.

§ 13. Coll. 3. n. 3. Repert. let. C. pag. 91. b.

§ 16.

§ 16. Repert. let. C. pag. 91. g.

§ 17. Declarado na Coll. 3. n. 4 Repert. let. C. pag. 91. h.

Tit. 5.

COll. 1. n. 1. e 2. e no 3. se acha o Regim. da Relação, e Casa do Brasil, de que ha novo Regim. de 12. de Setembro de 1652 no 1. tom. do Repert. n. 8. E no tom. 2 n. 44. o Regim. da Relaçaõ da Cidade de Saõ Sebastiaõ do Rio de Janeiro de 13 de Outubro de 1751. Coll. 2. n. 1. e segg. Coll. 3. n 1 Regim. na Coll. 1. n. 4. Liv. 1. tit. 1. Coll. 2. n. 3. Liv. 1. tit. 7. Decret. de 18. de Agôsto de 1729. Assent. de 18. de Janeiro de 1718. Assent. de 25 de Fevereiro de 1745. Assento de 10 de Junho de 1747. Assent. de 30 de Julho, e de 6. de Agosto de 1748. Assento de 30 de Janeiro de 1749. Princip. Repert let. D. pag. 179. k.

§ 3. Revogado em parte na Coll. 1. n. 4. § 12. Liv. 1. tit. 1. Repert. let. D. pag. 179. l. I. pag. 156. f.

§ 4. Coll. 3. n. 2. Repert. let. I pag. 53. a. N. pag. 151. g. S. pag. 336. h. e pag. 356. e

§ 5. Coll. 2. n 13. e 16. Ampliado, e declarado na Lei de 18. de Agosto de 1769. § 4. e 8. Recommend. na Lei de 3. de Novembro de 1768. Repert. let. D. pag. 183. a. e pag. 207. g. I. pag. 25. d. e. O. pag. 173. g.

§ 6. Repert. let. A pag 16. a. b. pag. 18. c. e pag. 19. c. D. pag. 182. l. O. pag. 173. h. R. pag. 297. b.

§ 8. Coll. 1. n. 1. § 45. Liv. 1. tit. 49. Coll. 1. Liv. 1. tit. 2. n. 6.

Re-

Repert. let. A. pag. 11. f. D. pag. 180. a. N. pag. 151. f.

§ 9. Coll. 3. n. 3. e 4.

Repert. let. D. pag. 182 *k.* S. pag. 338. i.

§ 10. Repert. let. D. pag. 182. a. F. pag. 249. f. I. pag. 48. i. M. pag. 126. e.

§ 11. Repert. let. D. pag. 182. i.

§ 12. Coll. 3. n. 5.

Repert. let. D. pag. 181. c. F. pag. 249. h. N. pag. 152. a. S. pag. 351. g.

§ 13. Revog. em parte na Coll. 1. n. 4. §. 12. Liv. 1. tit. 1.

§ 15. Repert. let. D. pag. 180. l.

§ 16. Repert. let. D. pag. 180. i.

§ 17. Coll. 1. n. 2. Coll. 2. n. 17. 18. e 19.

Repert. let. D. pag. 180. h. M. pag. 306. c.

Tit. 6.

COll. 3. n. 1. que cessou pela Lei de 7 de Janeiro de 1750.

Assento de 17 de Junho de 1747.

Princip. Reformado na Coll. 1. n. 1. Coll. 3. n. 2.

§ 1. Repert. let. T. pag. 363. d.

§ 2. Repert. let. T. pag. 363. d.

§ 3. Repert. let. D. pag. 183. b. c. e pag. 196. m. T. pag. 363. d.

§ 4 Declarado na Coll. 1. n. 2. Coll. 2. n. 1. Repert let. A. pag. 15. o e pag. 19. g. D. pag. 183. c. d. R. pag. 321. i. T. pag. 363. e.

§ 5. Repert. let. A. pag. 15. n. D. pag. 167. a. e pag. 183. k.

§ 6. Limitado na Coll. 1. n. 4. ao § 103. do Regimento dos Desembarg. do Paço. Decreto de 4. de Novembro

bro de 1676. na Coll. das Leis Novissimas impressas no Mosteiro de S Vicente; e ahi mesmo o Decreto de 21 de Março de 1662. Assento de 24 de Julho de 1663. no fim das Coll. do Liv. 5. das Ordenaçoẽs. Assento de 18. de Novembro de 1719

Repert let. A. pag. 16. o. e pag. 18. f. n. D. pag. 183. e.

§. 7. Coll. 2. n. 2. 3. e 4. Coll. 3. n. 3.

Repert. let. A. pag. 16 p. e pag. 18. f. o.

§. 8. Coll. 2 n. 2. Coll. 3. n. 4. Declarado na Coll. 3. n. 1. Liv. 1. tit. 39.

§. 9. Declarado na Coll. 3. n. 1. Liv 1. tit 39.

§. 10. Declarado na Coll. 3 n. 1. Liv. 1. tit. 39.

Repert. let. A. pag. 16. k.

§. 11. Coll. 3. n. 5.

Repert. let. A. pag. 18. d. P. pag. 227. i. e pag. 264. h. l.

§. 13. Recommendado na Coll. 1. n. 1. §. 6. Declarado na Coll. 3. n. 2. Liv. 1. tit. 1.

Repert. let. D. pag. 184. c.

§. 14. Repert. let. D. pag. 183. f. F. pag. 250. e. R. pag. 321. b.

§. 15. Repert. let. D. pag. 183. f.

§. 16. Coll. 3. n. 6. e 7.

Repert. let. D. pag. 183. g. T. pag. 363. c.

§. 18. Assento de 24. de Janeiro de 1750.

Repert. let. D. pag. 184. a. T. pag. 362. n. o. e pag. 363. a. b.

§. 19. Repert. let. A. pag. 20. c. D. pag. 183. c.

§. 20. Repert. let. A. pag. 38. c. C. pag. 162. h. D. pag. 183. d. N. pag. 152. b.

Tit. 7.

COll. 2. n. 1. Coll. 3. n. 1. e 2. Coll. 3. n. 4. e n. 5. Liv. 1. tit. 1.

Princip. Assento de 22. de Novembro de 1749.
Repert. let. C. pag. 137. a.
§. 1. Declarado na Coll. 3. n. 4.
Repert. let. A. pag. 55. d. pag. 137. b. F. pag. 249. e. R. p. 301. a.
§. 5. Coll. 1. n. 1.
Repert. let. C. pag. 137. d.
§. 8. Coll. 2. n. 2.
Repert. let. C. pag. 137. e. f.
§. 9. Coll. 2. n. 3. 4. e 5.
§. 10. Coll. 1. n. 2. 3. e 4. e declarado o n. 2. na Coll. 2. n. 5. Liv. 5. tit. 130. Coll. 2. n. 6. 7. e 8. deste tit. Lei da Reformaçaõ da Justiça de 6. de Dezembro de 1612. §. 1. e 4. Coll. 3. n. 1. Liv. 5. tit. 130.
Repert. let. C. pag. 137. g. H. pag. 303. b.
§. 11. Repert. let. A. pag. 10. g. C. pag. 137. h. F pag. 249. i. R. pag. 314. d. S. pag. 339.
§ 13. Repert. let. C. pag. 74. m.
§. 14 Revogado na Lei da Reformaçaõ da Justiça, §. 5. de 6. de Dezembro de 1612.
Repert. let. C. pag. 75. b.
§. 15. Repert. let. C. pag. 138. a.
§ 16. Limitado, e declarado na Coll. 1. n. 4. §. 13. Liv. 1. tit. 1. Coll. 3. n. 3.
Repert. let. A. pag. 18. i. C. pag. 138. b.
§ 17 Repert. let. C. pag. 138. c. T. pag. 379. g.
§ 18. Repert. let. C. pag. 138. d.
§ 20. Repert. let. C. pag. 138 e.
§ 21. Repert. let. A. pag 55. f. C. pag. 138. g.
§ 23. let. C. pag. 138. f.
§ 24. Repert. let. C. pag. 110. g.
§ 25. Repert. let. D. pag. 186. o. p.
§ 31. Coll. 3. n. 4. Lei de 25. de Agosto de 1753. que revoga a Lei da Coll. 1. n. 2. Liv. 1. tit. 49. na parte, em que

que extinguio os Juizes do Crime da Cidade de Lisboa.
§ 32. Repert. let. C. pag. 138. i.
§. 35 Repert let. C. pag. 138. h.

Tit. 8.

Coll. 2. n. 1. 2. e 3. Coll. 3. n. 1. e 2.
§ 1. Repert. let. C. pag. 95.
§. 2. Reformado na Coll. 1. n. 1. §. 3. Liv. 1. tit. 6. Repert. letra A. pag. 21. h. H. pag. 139. a.
§. 3. Repert. let. C. pag. 139. b.
§. 4. Repert. pag. 139. c.
§. 6. Coll. 3. n. 1. Liv. 3. tit. 5.
Repert. let. C. pag 139. e.
§. 7. Repert let C. pag 139. f.
§. 8. Repert. let. C. pag. 139. g.
§. 9. Repert. let. A. pag. 16. n. e pag. 18. h. C. pag. 139. h.

Tit. 9.

Coll. 2. n. 1. Coll. 3. n. 5. Liv. 1. tit. 1. Princip. Coll. 3. n. 4. Liv. 1. tit. 6.
Repert. let. I. pag. 33. d. e. f. e pag. 34. a.
§. 2. Repert. let. I. pag. 34. b.
§. 3. Repert. let. I. pag. 34. c.
§. 4. Repert. let. I. pag. 34. d.
§. 5. Repert. let. I. pag. 34. e.
§. 6. Repert. let. I. pag. 34. f.
§. 8. Repert. let. I. pag. 34. g.
§. 9. Repert. let. I. pag. 34. h.
§. 11. Repert. let. I. pag. 34. k. e pag. 61. g.
§ 12. Coll. 2. n. 2. até n. 16. Alvará de 18. de Agosto de 1747. Decreto, e Provisaõ de 10. de Março de 1764. Al-

Tit. 13.

COll. 1. n. 4. §. 12. Liv. 1. tit. 1. Coll. 2. n. 1. Liv. 1. tit. 9. Lei da Reformaçaõ da Justiça §. 16. de 6. de Dezembro de 1612. Decreto de 15. de Agosto de 1722 na Coll. das Leis. Novissimas, impressas no Mosteiro de S. Vicente de Fóra.

PRincip. Repert. let. P. pag. 261. i.
§. 1. Coll. 2. n. 1.
Repert. let. P. pag. 261. k. e pag. 276. k.
§. 3. Assento de 29. de Mayo de 1751.
Repert. let. F pag. 249. l. P. pag. 262. a.
§. 4. Coll. 2. n. 1. Coll. 3. n. 1.
Repert. let. P. pag. 262. c.
§. 6. Repert. let. P. p. 262. d.

Tit. 14.

COll. 1. n. 1. Coll. 2. n. 1. e 2.
Princip. Recommendado na Coll. 1. n. 2. e 3.
Repert. let. D pag 198 e. I pag. 39. b.
§ 1. Repert. let. C. pag 74. m. I. pag. 39. c. d. e.
§. 2. Lei de 18. de Outubro de 1752.
Repert. let. I. pag. 39. f. g. P. pag. 263. a.
§ 3. Repert. let. I. pag. 39. h.
§. 4. Coll. 3. n. 1.
Repert. let. I. pag. 39. i. e pag. 40. a. b.
§ 5. Coll. 2. n. 3. e 4.
Repert. let. I. pag. 40. c.
§ 7. Repert. let. A. pag. 38. l. I. pag. 40. d.

Tit.

Tit. 15.

PRincip. Coll. 2. n. 1. Coll. 3. n. 1.
Repert. let. P. pag. 267. h. l.
§. 5. Coll. 1. n. 4. §. 11. Liv. 1. tit. 1.
Repert. let. P. pag. 267. m.

Tit. 16.

COll. 1. n. 1. 2. e 3. Coll. 2. n. 1. Revogado em parte na Coll. 2. n. 2.
Princip. Repert. let. I. pag. 40. f. g.
§. 1. Rpert. let. I. pag. 41. a.
§. 2. Coll. 3. n. 1. Liv. 1. tit. 9.
Repert. let. D. pag. 179. f.
§. 3. Lei de 22. de Junho de 1768.
Repert. let. I. pag. 41. b.
§. 5. Recommendado na Coll. 1. n. 4. §. 11. Liv. 1. tit. 1. e na mesma Coll. n. 1. §. 5.
§. 6. Repert. let. I. pag. 40. h.

Tit. 17.

§. 1. REpert. let. M. pag. 104. a.
§. 2. Repert. let. M. pag. 104. b.

Tit. 18.

PRincip. Repert. let. A. pag. 28. d.
§. 3. Repert. let. A. pag. 27. l.
§. 7. Repert. let. A. pag. 28. a. M. pag. 89. b.
§. 13. Repert. let. A. pag. 28. b.
§. 28. Recommendado, e ampliado na L. de 19. de Ja-

§. 21. Repert. let. A. pag 11. d. N. pag 152. d. T. pag. 364 l. e pag 365. m.
§. 22. Recommendado, e declarado na Coll 1. n. 4. §. 6. Liv. 1. tit. 1.
§. 24. Repert. let D. pag. 182. d.
§. 25. Repert. let. P. pag. 270. e.
§. 27. Ampliado na Coll. 1. n. 4 Liv. 1. tit. 2.
§. 28. Repert. let. D. pag. 194. f. E. pag. 232. b.
§. 33. Lei da Reformaçaõ da Justiça, §. 17 de 6. de Dezembro de 1612.
§. 34. Repert. let. E pag. 227 l. T. pag. 380. h.
§. 35. Repert. let. I. pag 22. e.
§. 36. Coll. 1. n. 4 Liv. 1. tit. 2.
Repert. let. E. pag. 227. i.
§ 41. Repert. let. E. pag. 232. a. P. pag. 220. b.
§ 42. Repert. let. S. pag. 324. e.
§. 43. Repert. let. E. pag. 227 g. S. pag. 324. d.
§. 44. Repert. let. C. pag. 89. i.

Tit. 25.

§. 1. Coll. 2. n. 12. Coll. 1. n. 4. §. 1. e 3. Liv. 1. tit. 1.
Repert. let G. pag. 297. k. l.

Tit. 26.

Prrincip. Lei da Reformaçaõ da Justiça, §. 17. de 6. de Dezembro de 1612.
§. 1. Repert. let. S. pag. 348. f.
§. 3. Repert. let. S. p. 348. g.

Tit.

Tit. 27.

Principi. Repert. let. D pag. 196. o.
§. 2. Repert. let. D. pag. 180. b.
§. 3. Coll. 3. n. 1. e 2. Coll. 1. n. 3. Liv. 1. tit. 1. Coll 1. n. 1. Liv. 1. tit. 24.
Coll. 3. n. 5. Liv. 1. tit. 6. Assento de 20. de Dezembro de 1757.
Repert. let. D. pag. 180. b.
§. 4. Repert. let. D. pag. 180. c. d.
§. 5. Repert. let D. pag. 180. f. g.
§. 6. Coll. 3 n 3.
§. 7. Repert. let. D. pag. 180. e.
§. 8. Repert. let. D. pag. 196. p.
§. 9. Coll 3. n. 4.

Tit 28.

Coll. 2. n. 1. 2. e 3. Extincto este Thesoureiro pela Lei de 21. de Mayo de 1751.
Princip. Repert. let. E. pag. 228 e. T. pag. 376. r.
§. 1. Repert. let. D. pag. 172. h. E. pag. 229. a.
§. 2. Repert. let. D. pag. 172. f.

Tit. 29.

Principi. Declarado, e ampliado na Coll. 1. n. 1. 2. e 3.
§. 2. Repert. let. C pag. 102. a. E. pag. 229. b.
§. 10. Coll. 1. n. 1. e segg. Liv 5. tit. 100.
§. 12. Coll. 1. n. 12.

C 2 Tit

Tit. 30.

§. 1. COll. 3. n. 5. e segg. Liv. 1. tit. 48. Repert. let. E. pag. 209. m.

Tit. 31.

§. 1. REpert. let. P. pag. 232. c.

Tit. 33.

NOvo Regimento na Coll. 1. n. 4. que he em parte revogado pela Coll. 1. n. 4. Liv. 1. tit. 77. Coll. 1. n. 1. §. 28. Liv. 1. tit. 49. Coll. 2. n. 2. Liv. 5. tit. 119. Alvará de 6. de Novembro de 1769. §. 2.

§. 1. Coll. 1. n. 1. 2. e 3.

§. 2. Ampliado na Coll. 1. n. 4. Coll. 1. n.º 1. 2. 3. e 4. Liv. 1. tit. 77.

§. 3. Coll. 2. n. 1. Liv. 5. tit. 95.

§. 4. Coll. 1. n. 1. 2 e 3. Liv. 5. tit. 82. Repert. let. A. pag. 11. g. C. pag. 71. g. P. pag. 209. c. e pag. 210. a.

§. 6. Repert. let. C. pag. 71. e.

§. 7. Repert. let. P. pag. 248. c.

§. 8. Repert. let. C. pag. 71. h.

§. 9. Repert. let. C. pag. 70. g.

§. 10. Repert. let. C. pag. 71. f.

Tit. 34.

PRincip. Regimento Novo na Coll. 1. n. 4. Liv. 1. tit. 33. que he declarado, e revogado em parte na Coll. 1. n. 4. Liv. 1. tit. 77.

Re-

Repert. let. C. pag. 70. a.

§. 1. Repert. let. C. pag. 70. b. c.

Tit. 35.

COll. 2. n. 1.

Princip. Coll. 2. n. 2. e 3. Coll. 1. n. 2. Liv. 1. tit. 1.

Repert. let. G. pag. 296. h.

§. 1. Repert. let. G. pag. 296. i.

§. 2. Coll. 1. n. 1. Liv. 1. tit. 5.

Coll. 2. n. 4. Liv. 1. tit. 48.

Repert. let. L. pag. 77. f.

§. 4. Repert. let. G. pag. 296. k.

§. 5. Coll. 3. n. 1. Coll. 2. n. 5. Liv. 1. tit. 1.

Repert. let. G. pag. 296. l.

§. 6. Coll. 2. n. 3. 4. e 5. Liv. 1. tit. 7.

§. 7. Repert. let. G. pag. 296. m.

Tit. 36.

PRincip. Coll. 2. n. 1. e segg. Liv. 5. tit. 9.

§. 1. Repert. let. C. pag. 91. i.

§. 3. Repert. let. C. pag. 92. a.

§. 4. Repert. let. S. pag. 351. h.

§. 5. Repert. let. C. pag. 92. b.

§. 6. Repert. let. C. pag. 92. c.

§. 7. Repert. let. C. pag. 92. d.

Tit. 37.

ASsento de 29. de Julho de 1747. Alv. de 27. de Mayo de 1772.

Princip. Repert. let. C. pag. 146. b.

§. 2.

§. 2. Reformado na Coll. 1. n. 1. §. 2. Liv. 1. tit. 6.
§ 4. Coll. 2. n. 1. Coll. 3. n. 1. e 2. Coll. 3. n. 1. Liv. 1. tit. 40.

Tit. 38.

Coll. 1. n. 1. Coll. 3. n. 1. e 2.
Princip. Coll. 3. n. 3.
Repert. let. C pag. 144. b. c.

Tit. 39.

Princip. Ampliado na Coll. 1. n. 1. §. 3. Liv. 1. tit. 6.
Repert. let. A. pag. 21. k. C. pag. 144. d. e.
§ 2. Coll. 3. n. 1.

Tit. 40.

Princip. Coll. 2. n. 8. Liv. 1. tit. 9. Coll. 1. n. 1. §. 2. Liv. 1. tit. 6.
Repert. let. I. pag. 37. a. b.
§ 1. Coll. 3. n. 1.
Repert. let. I pag 36. e
§ 2. Repert. let. I. pag. 36. d. N. pag. 152. f.

Tit. 41.

§. 1. Coll. 3. n. 1.

Tit. 42.

Princip. Repert. let. I. pag. 40. e.

Tit.

Tit. 44.

§. 2. Coll. 3. n. 1. e segg. Liv. 1. tit. 27.

Tit. 45.

§. 1. Coll. 1. n. 1. §. 5. e n. 4. §. 11. Liv. 1. tit. 1.

Tit. 47.

Coll. 1. n. 2. e 3. Liv. 1. tit. 16.

Tit. 48.

Lei de 8. de Novembro de 1649. que transcreve Ferreir. na Pract. Crimin. tit. 2. trat. 3. cap. 3. n. 42. Assento de 28. de Abril de 1750.
Princip Coll. 2. n. 1. e segg. Coll. 3. n. 1.
Repert. let. A. pag. 12. d. F. pag. 260. a. P. pag. 262. i.
§. 1. Coll. 3. n. 2. e 3.
Repert. let. A. pag. 12. e.
§. 6. Repert. let. P. pag. 263. a.
§. 7. Coll. 3. n. 4. e segg. Coll. 3. n. 5. Liv. 1. tit. 6. Lei da Reformaçaõ da Justiça, §. 17. de 6. de Dezembro de 1612.
Repert. let. A. pag. 12. i. n.
§. 8. Repert. let. A. pag 12. h. P. pag. 263. b.
§. 10. Repert. let. A. pag. 12. k. N. pag. 142. e. P. pag. 264. k.
§. 11. Repert. let. A. pag. 12. l. A. pag. 54. f. P. pag. 263. c.

§. 12.

§. 12. Repert. let. A. pag. 12. m.
§. 13. Repert. let. A. pag. 13. a.
§. 14. Repert. let A. pag. 12. o.
§. 15. Repert. let. E. pag. 222. i.
§. 16. Repert. let. E. pag. 222. i.
§. 17. Repert. let. A. pag. 12. *k.* P. pag. 263. b. e pag. 264. k.
§. 20. Repert. let. A. pag. 12. p. e pag. 13. b. M. pag. 109. P. pag. 265. e.
§. 21. Repert. let. A. pag. 13. c. C. pag. 144. f. P pag. 265. e.
§. 22. Declarado, e recommendado na Coll. 2. n. 4. Liv. 5. tit. 83.
Repert. let. A. pag. 13. c. P. pag. 265. e.
§. 23. Repert. let. A. pag. 13. c.
§. 24. Decreto de 9. de Janeiro de 1723. na Coll. das Leis Noviſſimas, impreſſas no Moſteiro de S. Vicente de Fóra
Repert. let. A. pag. 13. d. P. pag. 266. d.
§. 25. Coll. 3. n. 8.
Repert. let. I. pag. 14. m.
Repert. let. P. pag. 265. k.
§. 28. Repert. let. P. pag. 266. b.

Tit. 49.

COll. 1. n. 1. e 3. e no n. 2. que ſe acha revogado em parte pela Lei de 25. de Agoſto de 1753. Coll. 2. n. 1. e 2. Lei de 30. de Janeiro de 1754. que declara o §. 14. da Lei da dita Coll. 1. n. 2. Aſſento de 29. de Julho de 1747. Aſſento de 13. de Fevereiro de 1755. Lei da Policía de 25. de Junho de 1760. §. 5.

Princip. Coll. 1. n. 1. Liv. 3. tit. 59. Coll. 2. n. 1. e ſegg. Liv. 5. tit. 82. Coll. 1. n. 2. Liv. 5. tit. 92.

Repert. let. C. pag. 140. f. g. T. pag. 360. h. V. pag. 389. i.
§. 1. Repert. let. C. pag. 94. k. e pag. 139. k. l. E. pag. 226. a. N. pag. 153. a.
§. 2. Repert. let. C. pag. 139. m. S. pag. 337. l.
§. 3. Coll. 1. n. 1. e ſegg Coll. 2. n. 1. e ſegg. Coll. 3. n. 1. Todas eſtas Coll. no Liv. 1. tit. 52. Ampliado na Coll. 1. n. 1. §. 4. Liv. 1. tit. 6.
Repert. let. A. pag. 21. d. e pag. 26. a. C. pag. 139. n. e pag. 140. a.
§. 4. Ampliado na Coll. 1. n. 1. §. 4. Liv. 1. tit. 6.
Repert. let. C. pag. 140. b. c. e.

Tit. 50.

PRincip. Repert. let. P. pag. 273. a. b.
§. 1. Aſſento 2. de 23. de Novembro de 1769.
Repert. let. P. pag. 273. c.
§. 4 Coll. 1. n. 1. Liv. 1. tit. 16.
Repert. let. P. pag. 273. h.
§. 7. Repert. let. P. pag. 273. d.
§. 8. Repert. let. P. pag. 273. e.
§. 9. Coll. 2. n. 1. 2. 3. e 4.
Repert. let. M. pag. 115. b. P. pag. 273. f.
§. 15. Ampliado na Coll. 1. n. 1. §. 4. Liv. 1. tit. 6.
Repert. let. A. pag. 21. b. P. pag. 273. g.

Tit. 51.

COll. 1. n. 1. e ſegg. Lei de 17. de Janeiro de 1757. §. penult.
Princip. Repert. let. I. pag 41. c.
§. 1. Coll. 1. n. 4.
Repert. let. I. pag. 41. d.
§. 2. Coll. 1. n. 5.

Repert. let. E. pag. 215. k. P. pag. 270. c.
§. 3. Repert. let. F. pag. 290. g. I. pag. 41. e. f. g. M. pag. 87. e.
§. 4. Repert let. D. pag. 189. c.
§. 5. Coll. 1. n. 6.
Repert. let. D. pag. 173. h.
§. 7. Ampliado na Coll. 1. n. 1. §. 4. Liv. 1. tit. 6. Coll. 1. n. 6. deſte tit.

Tit. 52.

PRincip. Repert. let. O. pag. 177. g.
§. 1. Repert. let. O. pag. 177. h.
§ 3. Repert. let. D. pag. 173. d.
§. 5. Repert. let. D. pag. 197. c.
§. 6. Repert. let. O. pag. 177. l.
§. 8. Repert. let. O. pag. 177. *k.*
§. 9. Revogado eſte §. na Coll. 1. n. 1. Coll. 1. n. 2. e 3. Coll. 2. n. 1. 2. 3. e 4. Coll. 3. n. 1. Lei de 13. de Outubro de 1752.
Repert. let. I. pag. 15. a. O. pag. 177. l.
§. 10. Coll. 1. n. 4.
Repert. let. O. pag. 178. a.
§. 12. Repert. let. F. pag. 290. f. O. pag. 178. b.
§. 13. Ampliado na Coll. 1. n. 1. §. 5. Liv. 1. tit. 6.
Repert. let. A. pag. 21. f. O. pag. 178. c.
§. 14. Repert. let. I. pag. 39. a.

Tit. 54.

PRincip. Repert. let. E. pag. 226. b. F. pag. 260. a.
§. 3. Repert. let. E. pag. 226. c.
§. 7. Repert. let. E. pag. 226. d.
§. 8. Repert. let. E. pag. 226. e.

§. 9.

§. 9. Repert. let. E. pag. 226. f.

Tit. 56.

§. 4. COll. 1. n. 1.
Repert. let. O. pag. 137. n.

Tit. 57.

ALvará de 6. de Dezembro de 1569. na Coll. das Leis Noviſſimas, impreſſas no Moſteiro de S. Vicente de Fóra.
Princip. Declarado na Coll. 1. n. 1.
Repert. let. A. pag. 54. b. C. pag. 85. a. M. pag. 105. e.

Tit. 58.

§. 3. REpert. let. C. pag. 141. a.
§. 4. Pragmatica de 24. de Mayo de 1749. cap. 12.
Repert. let. C. pag. 141. b.
§. 7. Lei de 29 de Março de 1719. na Coll. 1. Liv. 5. tit. 80. e Lei de 25 de Junho de 1749.
Repert. let. C. pag. 142. a.
§. 8. Ampliado na Coll. 1. n. 1.
Repert. let. C. pag. 141. f. g.
§. 9. Ampliado na Coll. 1. n. 2. Coll. 1. n. 3. e ſegg. Coll. 2. n. 1. 2. e 3.
Repert. let. C. pag. 141. h.
§. 10. Repert. let. C. pag. 74. l. e pag. 142. b. P. pag. 231. b.
§. 11. Repert. let. C. pag. 142. c.
§. 13. Repert. let. C. pag. 142. c.
§. 14. Repert. let. C. pag. 67. a. e pag. 142. f.

§. 15. Repert. let. C. pag. 142. d.

§. 16. Repert. let. C. pag. 142. h.

§. 17. Repert. let. A. pag. 11. h. C. pag. 142. i. L. pag. 78. e. N. pag. 153. b.

§. 18. Repert. let. C. pag. 104. i. e pag. 142. k.

§. 19. Repert. let. C. pag. 142. l.

§. 20. Repert. let. C. pag. 143. a.

§. 22. Coll. 1. n. 5. 6. e 7. Coll. 3. n. 4. Liv. 1. tit. 7. Eſtatut. da Univ. de Coimbra, Liv. 3. p. 1. tit. 7. cap. 1. §. 16. Repert. let. A. pag. 55. b. C. pag. 142. b.

§. 23. Repert. let. A. pag. 55. c. C. pag. 143. d. D. pag. 108. f.

§. 25. Coll. 3. n. 1. Coll. 3. n. 3. Liv. 1. tit. 38. Repert. let. A. pag. 15. n. pag. 17. l. e pag. 18. k. C. pag. 140. h.

§. 27. Declarado na Coll. 3 n. 1. Liv. 3. tit. 84. Repert. let. A. pag. 15. o. C. pag. 140. i. k.

§. 28. Pragmatica de 24. de Mayo de 1749. Cap. 26.

§. 29. Repert. let. C. pag. 140. l.

§. 31. Coll. 1. n. 4. Liv. 1. tit. 33. Caſos, em que os Corregedores devem tirar devaſſas particulares: Coll. 1. n. 8. deſte tit. Coll. 1. n. 9. do meſmo tit. Coll. 1. n. 2. Liv. 5. tit. 13. Coll. 1. n. 1. Liv. 5. tit. 15. Coll. 1. n. 2. Liv. 5. tit. 43. Coll. 1. n. 5. Liv. 5. tit. 69. Coll. 1. n. 3. Liv. 5. tit. 82. Coll. 1. n. 2. Liv. 5. tit. 87. que ſe declarou no n. 3.

Alv. de 15. de Março de 1751. Lei de 24. de Outubro de 1764. §. 5.

Caſos de devaſſas geraes, e de Correiçaõ, declarados neſte §. 31. até o §. 35. e nas Leis ſeguintes: Ord. Liv. 1. tit. 66. §. 8. junta a Coll. 2. n. 3. do meſmo tit. Ord. Liv. 5. tit. 76. §. 10. tit. 88. §. 14. tit. 112. §. 1. e tit. 115. §.

29. Coll. 1. n. 13. deſte tit. Coll. 1. n. 1. §. 21. Liv. 1. tit. 49. Coll. 1. n. 13. Liv. 1. tit. 66. Coll. 1. n. 8. Liv. 1. tit. 66. Coll. 1. n. 1. Liv. 1. tit. 67. Coll. 1. n. 7. Liv. 1. tit. 67. Coll. 1. n. 4. Liv. 1. tit. 77. Coll. 1. n. 3. Liv. 1. tit. 97. Coll. 1. n. 2. Liv. 2. tit. 11. Coll. 1. n. 11. Liv. 2. tit. 26. Coll. 1. n. 1. Liv. 2. tit. 37. Coll. 1. n. 1. Liv. 4. tit. 88. Coll. 1. n. 1. e 4. Liv. 5. tit. 15. Coll. 1. n. 1. Liv. 5. tit. 43. Coll. 1. n. 3. Liv. 5. tit. 69. Coll. 1. n. 2. que reformou a do n. 1. Liv. 5. tit. 73. Coll. 1. n. 1. Liv. 5. tit. 75. Coll. 1. n. 2. e 3. Liv. 5. tit. 76. Coll. 1. n. 3. e 8. Liv. 5. tit. 80. Coll. 1. n. 1. e 2. que ſe declarou no n. 3. Liv. 5. tit. 87. Coll. 1. n. 2. Liv. 5. tit. 88. Coll. 1. n. 2. e 3. Liv. 5. tit. 92. Coll. 1. n. 12. Liv. 5. tit. 107. Lei de 18. de Agoſto de 1747. Lei de 2. de Dezembro de 1750. Lei do 1. de Julho de 1752. Lei primeira de 3. de Setembro de 1759. Lei de 24. de Outubro de 1764. §. 5. Lei de 6. de Mayo de 1765. Lei de 26. de Outubro de 1765. §. 4. Lei de 28. de Agoſto de 1767. Lei de 2. de Abril de 1768. Alv. de 16. de Novembro de 1771. §. 5. Repert. let. C. pag. 140. m. D. pag. 189. d.

§. 32. Coll. 1. n. 1. e ſegg. Liv. 5. tit. 15. Repert. let. C. pag. 140. m. D. pag. 187. a.

§. 33. Coll. 1. n. 10. 11. e 12. Repert. let. C. pag. 140. n.

§. 34. Coll. 1. n. 13. Foi declarado eſte §. na Lei de 26. de Julho de 1602. no fim das Ordenaçoens, e na Coll. 1. Liv. 1. tit. 65. n. 7. Lei de 2. de Dezembro de 1750. Coll. 1. n. 3. Liv. 5. tit. 87. Ampliada a jurisdicçaõ ſobre fizas na Lei 2. de 22. de Dezembro de 1761. no tit. 2. § 15. até 19. Repert. let. C. pag. 143. e. D. pag. 189. e.

§. 35. Coll. 1. n. 3. e ſegg. Liv. 2. tit. 34. Coll. 1. n. 1. e ſegg. Coll. 2. n. 1. e ſegg. Liv. 5. tit. 76.

Repert. let. A pag. 53. b. C. pag. 143. f. D. pag. 189. f.
§. 38 Repert. let. C. pag. 141. e.
§. 40. Declarado na Coll. 3. n. 2. Coll. 1. n. 2. Liv. 1. tit. 7.
Repert. let C. pag. 74. h. i. k. e pag. 142. g.
§. 41. Livros, que deve ter o Corregedor, na Ord. Liv. 5. tit. 137. §. 1. Coll. 1. n. 3. Liv. 5. tit. 80. Coll. 1. n. 1. Liv. 5. tit. 103. Coll. 2. n. 1. Liv. 5. tit. 15.
§. 42. Repert. let. B. pag. 58. c.
§. 43. Declarado na Coll. 1. n. 14. Coll. 1. n. 9. Liv. 1. tit. 66.
Repert. let. B. pag. 58. b. c. e pag. 141. i. k. N. pag. 142. f. P. pag. 230. f.
§. 44. Repert. let. F. pag. 273. m.
§. 45. Repert. let. F. pag. 273. m.
§. 46. Ampliado, e declarado na Coll. 1. n. 15. e 16. Coll. 2. n. 17. Liv. 1. tit. 60. Coll. 2. n. 19. Liv. 1. tit. 66. Lei de 19. de Janeiro de 1756.
Repert. let. C. pag 141. m. N. pag. 146. a.
§. 47. Coll. 2. n. 17. e 18. Liv. 1. tit. 60.
Repert. let C. pag. 118. m. e pag. 141. c.
§. 48. Repert. let. C. pag. 141. l.
§. 49. Coll. 2. n. 1. Liv. 1. tit. 75.
§. 50. Declarado na Coll. 1. n. 17. Coll. 2. n. 14. Lei de 7 de Janeiro de 1750. Lei de 18 de Agoſto de 1750.
Repert. let. C. pag. 143. c. D. pag. 194. h.
§. 52. Repert. let. P. pag. 255. a.
§. 55. Coll. 1. n. 2. Liv 1. tit. 1.
§. 56. Ampliado na Coll. 1. n. 1. §. 4. Liv. 1. tit. 6.

Tit.

Tit. 60.

Coll. 1. n. 1. Coll. 3. n. 1. Coll. 2. n. 1. e ſegg. em que até o n. 30. ſe declaraõ as Certidoens, que ſaõ neceſſarias para as reſidencias. A que accreſcem, as que ſe declaraõ nas ſeguintes Diſpoſiçoens: Coll. 2. n. 7. e 8. Liv. 1. tit. 66. Decret. de 18. de Novembro de 1659. na Coll. das Leis Noviſſimas, impreſſas no Moſteiro de S. Vicente. Reſoluçaõ de 16. de Setembro de 1690. que transcreve Franc. a Mend. no Appendix das Leis n. 54. Coll. 1. n. 4. e Coll. 2. n. 1. Liv. 5. tit. 15. Lei 1. de 3. de Setembro de 1759. Lei de 23 de Julho de 1766. §. fin. que faz obſervar a Coll. 1. n. 11. Liv. 1. tit. 62. Decretos de 22 de Março, e de 2 de Novembro de 1763. Caſos eſpeciaes de reſidencia pelas Leis das novas Colleçoens da Ordenaçaõ, e pelas Leis Noviſſimas do preſente Reinado.

Coll. 1. n. 13. 15. e 16. Liv. 1. tit. 58. Coll. 1. n. 1. e 8. Liv. 1. tit. 62. Coll. 1. n. 1. Liv. 1. tit. 66. Coll. 1. n. 12. e 13. Liv. 1. tit. 66. Coll. 1. n. 4. Liv. 1. tit. 67. Coll. 1. n. 1. Liv. 1. tit. 94. Coll. 1. n. 1. 3. e 4. Liv. 1. tit. 97. Coll. 1. n. 1. Liv. 2. tit. 18. Coll. 1. n. 11. Liv. 2. tit. 26. Coll. 1. n. 1. Liv. 2. tit. 37. Coll. 1. n. 2. Liv. 2. tit. 63. Coll. 1. n. 1. Liv. 4. tit. 15. Coll. 1. n. 1. Liv. 4. tit. 88. Coll. 1. n. 1. 2. e 4. Liv. 5. tit. 15. Coll. 1. n. 1. Liv. 5. tit. 43. Coll. 1. n. 2. Liv. 5. tit. 69. Coll. 1. n. 1. declarado no n. 2. Liv. 5. tit. 73. Coll. 1. n. 1. Liv. 5. tit. 79. Coll. 1. n. 4. e 5. Liv. 5. tit. 79. Coll. 1. n. 3. e 5. Liv. 5. tit. 80. Coll. 1. n. 12. Liv. 5. tit. 80. Coll. 1. n. 2. declarado no n. 3. Liv. 5. tit. 87. Coll. 1. n. 2. Liv. 5. tit. 88. Coll. 1. n. 2. Liv. 5. tit. 92.

Pragmatica de 24 de Mayo de 1749. cap. 30. Lei de 7 de Janeiro de 1750. §. Os Provedores. Lei do 1. de Julho

de

de 1752. Lei de 9 de Julho de 1754. Lei de 19 de Janeiro de 1756. Lei de 26 de Outubro de 1765 §. 4. Eſtat. da Univerſid. de Coimbra, Liv. 3. p. 1. tit. 7. cap. 1. §. 16.

Princip. Repert. let. I. pag. 44. m. O. pag. 178. d.

§ 1. Coll. 3. n. 4. Liv. 1. tit. 1. Coll. 2. n. 13. Liv. 1. tit. 1.

Repert. let. R. pag 311 c.

§ 2 Decreto de 3 de Março de 1760. e de 27 de Novembro de 1764.

Repert. let I. pag 44 n R. pag 312. a.

§. 3. Repert. let. C. pag. 144. a. F. pag. 292. f. O. pag. 178. e. P. pag. 250. m. R. pag. 312. b.

§. 4. Repert. let. R. pag. 312. c.

§. 5. Repert. let. R. pag. 312. d.

§. 6. Repert. let. R. pag. 312. d.

§. 7. Repert. let. R. pag. 312. d.

§. 8. Repert. let. R. pag. 312. e.

§. 9. Repert. let. R. pag. 312. f.

§. 10. Repert. let. R. pag. 313. a.

§. 12. Repert let. R. pag. 313. b.

§. 13. Coll. 1 n 1 Liv. 1. tit. 58. Repert. let. R. pag. 313. c.

§. 14. Repert. let. R pag. 313. g.

§. 15. Coll. 1. n. 15. e 16. Liv. 1. tit. 58. Coll. 2. n. 19. Repert. let. R pag. 313. r.

§. 17. Repert. let R. pag. 313. d.

§. 18. Repert. let. R. pag 313. i.

20. Repert. let. N. pag. 143. b. R. pag. 313. h.

§. 21. Repert. let. R. pag. 313. f.

Tit. 61.

PRincip. Repert. let. C. pag. 92. e.

§. 3. Lei de 7. de Janeiro de 1750. e Lei de 19 de Janeiro de 1756.

Repert. let. C. pag. 93. f. R. pag. 302. e

§. 4. Repert let. C. pag. 92. g. h.

§. 5. Lei de 7 Janeiro de 1750. e Lei de 19 de Janeiro de 1756.

Repert. let A pag. 54. e. R. pag. 302. b. f.

§. 6. Coll. 1. n. 2. e 3. Coll. 1. n. 1. e 2. Liv. 5. tit. 73.

Tit. 62.

COll. 1. n. 1. Coll. 2. n. 1. Caſos de devaſſa nas Terras, em que naõ entraõ os Corregedores:

Coll. 1. n. 8. Liv. 1. tit. 58.

Coll. 1. n. 13. Liv. 1. tit. 58.

Coll. 1. n. 8. Liv. 1. tit. 66.

Coll. 1. n. 1. Liv. 2. tit. 37.

Coll. 1. n. 1. Liv. 5. tit. 43.

Coll. 1. n. 2. Liv. 5. tit. 73.

Coll. 1. n. 3. Liv. 5. tit. 80.

Coll. 1. n. 2. Liv. 5. tit. 92.

Coll 1. n. 3. Liv. 5. tit. 92.

Coll 1. n. 10. deſte tit. Lei primeira de 3 de Setembro de 1759. Lei de 28 de Agoſto de 1767. §. 12.

Eſtat da Univ. de Coimb. Liv. 3. p. 1. tit. 7. cap. 1. §. 16.

Princip. Repert. let. P. pag. 274. b. T. pag. 368. e.

§. 1. Coll. 2. n. 2. e ſobre eſte numero a Lei de 25 de Junho de 1766.

Repert. let. T. pag. 368. f.

§. 2. Repert. let. T. pag. 361. c. T. pag. 368. g. h.
§ 4. Revogado na Coll. 1. n. 2.
§ 5. Repert. let. L. pag. 70. e.
§. 6. Lei de 7 de Janeiro de 1750. §. os Provedores. Repert. let. C. pag. 94. c.
§. 7 Repert. let. D. pag. 199. a. N. pag. 153. d. T. pag. 370. f.
§. 8. Repert. let. P. pag. 275. f.
§ 10. Coll. 3. n. 1.
§. 12. Repert. let. T. pag. 369. c. e pag. 370. g.
§. 14 Repert. let. T. pag. 369. c.
§. 15. Repert. let. S. pag. 322. f.
§. 16. Declarado em parte no Assento ultimo de 9 de Abril de 1772.
Repert. let. O. pag. 166. d. R. pag. 313. k. T. pag. 370. e.
§. 19. Repert. let. T. pag. 370. a.
§. 20. Repert. let. T. pag. 370. b.
§. 21. Repert. let. C. pag. 130 b. D. pag. 186. f. I. pag. 58. h. P. pag. 183. h. e pag. 269. d. T. pag. 370. c. e pag. 370. i.
§. 22. Repert. let. C. pag. 130. c. T. pag. 370. d.
§. 23. Declarado, e recommendado na Lei de 7 de Janeiro de 1750. § os Provedores.
Repert. let. C pag 129 e. S pag. 324. b.
§. 25. Ampliado na Coll. 1. n. 1. §. 5. Liv. 1. tit. 6. recommendado na Coll. 2. n. 1. Liv. 1. tit. 16.
Repert. let A. pag. 36. l. P. pag. 274. g.
§. 26 Limitado na Coll. 1. n. 1 e 3. Liv. 1. tit. 16. Coll. 2. n. 1. do mesmo tit.
Repert. let. M. pag. 88. b.
§. 27. Repert. let T. pag. 359. i.
§. 28 Declarado na Coll. 1. n. 3. e 4. Coll. 2. n. 3. Coll. 1. n. 7. Liv. 1. tit. 65. Lei de 7 de Janeiro de de 1750. §. os Provedores.

Repert. let. P. pag. 274. f.
§. 29. Recommendado na Coll. 1. n. 3.
Repert. let. P. pag. 275 b.
§. 30. Repert. let. N. pag. 143. c.
§. 34. Coll. 1. n. 5. veio a cessar pela Lei de 26 de Mayo de 1766.
Repert. let. P. pag. 274 h. i. e pag. 275. a.
§. 37 Recommendado na Coll. 1. n. 3.
Repert. let. M. pag. 100. f. e pag. 102. a. P. pag. 275. g.
§ 38. Recommendado na Coll. 1. n. 3.
Repert. let. A. pag. 2. c. l. e pag. 129. b. F. pag. 257. f.
§. 39 Lei de 9. de Setembro de 1769. §. 14.
Repert. let. A. pag. 20. l. C. pag. 69. a. b. H. pag. 306. f. g. I. pag 23. a. b. P. pag. 275. c. e.
§. 40. Repert. let. C. pag. 68. d. e pag. 129. c. H. pag. 306. i.
§. 41. Repert. let. C. pag. 68. e. f. h. I. pag. 23. c. M. pag. 115. a. O. pag. 166. c.
§. 42. Ampliado na Coll. 1. n. 6. e 7. Lei de 22 de Junho de 1768.
Repert. let. C. pag. 67. l. m. e pag. 16. l. k. H. pag. 306. h. I. pag. 61. e.
§. 43. Repert. let C. pag. 68. a. H. pag. 306. k.
§. 45. Ampliado no Alv. de 21 de Janeiro de 1772.
Repert let. A. pag. 14. l. C pag. 68 b. N pag. 153. e.
§. 46. Repert. let. A. pag. 14. m. B. pag. 60. g. F. pag. 288. h. M. pag. 96. b.
§. 47. Repert. let. F. pag. 275. o. M. pag. 116. b.
§. 48. Lei de 4 de Julho de 1768.
Repert. let. F. pag. 276. a. b. Q. pag. 278. p.
§. 49. Repert. let. P. pag. 203. e.
§. 50. Repert. let. C. pag. 128. n. I. pag. 23. d. P.

pag. 274. c. e pag. 275. h.

§. 51. Declarado na Lei de 3 de Agoſto de 1770. §. 4. Repert. let. A. pag. 11. m. C. pag. 69. d. e pag. 128. n. I. pag. 23. e. M. pag. 120. d. P. pag. 232. e. pag. 250. g. e pag. 269. e.

§. 52. Lei de 7 de Janeiro de 1750. declarada pela Reſoluçaõ de 3 de Outubro de 1752. E Lei de 15 de Julho de 1755. Lei de 3 de Agoſto de 1770. §. 27. e 28. Coll. 1. n. 1. e 3. Liv. 1. tit 16. Repert. let. C. pag. 129. a. M. pag. 123. d. P. pag. 275. d.

§. 53. Repert. let. C. pag. 69. e. e pag. 129. a. I. pag. 23. f. g. M. pag. 120 a. b. c.

§. 54. Repert. let. B. pag. 60. i. P. pag. 274. d.

§. 55. Lei de 9 de Setembro de 1769. §. 12. Repert. let. A. pag. 12. a. C. pag. 69. f. P. pag. 276. a.

§. 56 Repert. let. C. pag. 68. c.

§. 57. Repert. let. C. pag. 69. g.

§. 63. Repert. let. N. pag. 144. a.

§. 64. Repert. let. H. pag. 306. l. P. pag. 276. b.

§. 67. Coll. 1. n. 3. Liv. 5. tit. 87. Coll. 1. n. 8. e 9. Coll. 1. n. 1. e 2. Liv. 2. tit. 28. Lei de 7. de Janeiro de 1750. Lei de 22 de Dezembro ſegunda de 1761. tit. 2. §. 20. o qual foi declarado no Alv. de 11 de Outubro de 1766.

§. 68. Coll. 1. n. 10. 11. e 12. Coll 1. n. 1. e 2. Liv. 2. tit. 28. Lei de 23. de Julho de 1766.

§. 70. Repert. let. N. pag. 143. d. P. pag. 220. d. e pag. 214. e.

§. 72. Declarado na Coll. 1. n. 13. Coll. 1. n. 14. Liv. 1. tit. 66. Lei de 23. de Julho de 1766. Repert. let. C. pag. 129. d. P. pag. 276. c.

§. 73. Repert. let. C. pag. 146. c.

§. 76. Repert. let. C. pag. 130. a. e pag. 146. d. F. pag.

pag. 273. p. P. pag. 276. d.

§. 78. Repert. let. A. pag. 16. h. P. pag. 274. k. R. pag. 284.

§. 80. Lei de 7 de Janeiro de 1750. §. os Provedores. Repert. pag. 322. e.

Tit. 63.

Coll. 1. n. 1.

Princip. Aſſento ſegundo de 23 de Novembro de 1769. Repert. let. E. pag. 226. g.

§. 5. Repert. let. E. pag. 226. h.

Tit. 64.

§. 1 Repert. let. S. pag. 324. c. e pag. 348. h.

Tit. 65.

Decreto de 15 de Junho de 1756.

Princip. Coll. 1. n. 15. Liv. 5. tit. 80. Ampliado pela Lei de 25 de Junho de 1749.

§ 1. Coll. 1. n. 5. Liv. 1. tit. 5. Coll. 2. n. 1. deſte tit. Repert. let. I. pag. 45. e. N. pag. 383. l.

§. 3. Repert. let. I. pag. 45. f.

§. 4. Pragmatica de 24 de Mayo de 1749. cap. 26. Repert. let. U. pag. 392. f.

§. 5. Repert. let. I. pag. 45. g.

§. 6. Ampliado na Ord. Liv. 5. tit. 137. §. 1. Ampliado na Coll. 1. n. 1. §. 6. Liv. 1. tit. 6. Extinctos os Juizes do Civel de Lisboa na Coll. 1. n. 6. Liv. 1. tit. 2.

Re-

Repert. let. A. pag. 21. a. i. I. pag. 45. a.
§. 7. Repert. let. A. pag. 21. m.
§. 9. Repert. let. I. pag. 45. d.
§. 10. Repert. let. I. pag. 52. e.
§. 12. Coll. 1. n. 2. Liv. 1. tit. 1. Repert. let. I. pag. 45. b.
§. 13. Repert. let. C. pag. 146. e.
§. 14. Repert. let. I. pag. 45. c. S. pag. 343. e.
§. 16. Repert. let. I. pag. 52. f. O. pag. 172. h.
§. 18. Repert. let. I. pag. 52. g. N. pag. 153. f. R. pag. 300. m.
§. 20. Repert. let. T. pag. 360. m.
§. 21. Declarado na Coll. 1. n. 1. e 2. Coll 2. n. 2. Repert. let. F. pag. 273. h. L. pag. 85. f.
§. 23. Repert. let. A. pag. 19. d.
§. 25. Alvará ſem data na Coll. das Leis Noviſſimas, impreſſas no Moſteiro de S. Vicente de Fóra, pag. 373. Repert. let. A. pag. 21. o. C. pag. 67. i. I. pag. 18. a. b. g. e pag. 44. i. N. pag. 153. g P. pag. 258. h.
§. 26. Repert. let. I. pag. 18. c. d. I. pag. 47. d.
§. 27. Repert. let A. pag 25. k. Q. pag. 278. i.
§. 28. Repert. let. I. pag. 47. b. P. pag. 227. g.
§. 29. Repert. let. I. pag. 47. c. P. pag. 240. a. e pag. 247. p.
§. 30. Repert. let A. pag 43. m. I. pag. 19. d. e pag. 46. d.
§. 31. Recommendado na Coll. 1. n. 1. Liv. 1. tit. 1. Coll. 2 n. 3. Alv. de 14 de Agoſto de 1751. Lei de 26 de Abril de 1752. Caſos de Devaſſas particulares neſte §. e na Ord. Liv. 1. tit. 66. §. 33. Ord. Liv 5. tit. 66. §. 9. Ord. Liv. 5. tit. 86. §. 2. Ord. Liv. 5. tit. 112. §. 1. Ord. Liv. 5. tit 115. §. 26. Coll. 1. n. 1. Coll. 1. n. 9. Liv. 1. tit. 58. Coll. 1. n. 2. Liv. 5. tit. 13. Coll. 1. n. 1. Liv. 5. tit. 15.

15. Coll. 1. n. 2. Liv. 5. tit. 43. Coll. 1. n. 5. Liv. 5. tit. 69. Coll. 1. n. 3. Liv. 5. tit. 82. Coll. 1. n. 4. Liv. 5. tit. 86. Alvará de 15 de Março de 1751. Alvará de 2 de Outubro de 1753. Alvará de 3 de Agoſto de 1759. Lei de 24 de Outubro de 1764. §. 5. Repert. let. A. pag. 45. b. C. pag. 81. a. D. pag. 186. n. e pag. 186. r. F. pag. 294. h. H. pag. 303. d. I. pag. 44. k. O. pag. 168. a.
§. 32. Repert. let. D. pag. 165. d. e pag. 188. n. H. pag. 306. d.
§. 33. Coll 1. n. 1. Coll. 1. n. 4. §. 6. Liv. 1. tit. 1. Coll. 3. n. 1. Repert. let. D pag. 186. q. e pag. 188. u. I. pag. 22. a. e pag. 47. a. T. pag. 371. c.
§. 34 Repert let D. pag 188. u.
§. 35. Repert. let. I. pag. 47. e.
§. 36. Coll. 1. n. 8. Liv 2. tit. 47. Repert. let. I. pag. 47. f.
§. 37. Coll. 1. n. 6. Alvará de 14 de Agoſto de 1751. Repert. let. A pag. 25. m. e pag. 48. k. F. pag. 252. c. d. e. e pag 253. f. I. pag. 44. h. P. pag. 240. b.
§. 38. Repert. let. F. pag. 252. h.
§. 39. Caſos de Devaſſas geraes neſte §. até o §. 67. Ord. Liv. 1. tit. 66. §. 8. e §. 33. Ord. Liv. 5. tit. 2. §. 3. Ord. Liv. 5. tit. 17. §. 5. Ord. Liv. 5. tit. 76. §. 10. Ord. Liv. 5. tit. 77. §. 2. Ord. Liv. 5. tit. 88. §. 13. Ord. Liv. 5. tit. 112. §. 1. Ord. Liv. 5. tit. 115. §. 25. Coll. 1. n. 7. e Coll. 3. n. 2. deſte tit. Coll. 1. n. 4. Liv. 1. tit. 77. junta a Coll. 1. n. 4. §. 15. Liv. 1. tit. 33. Coll. 1. n. 3. Liv. 1. tit. 97. Coll. 1. n. 11. Liv. 2. tit. 26. Coll 1. n. 1. Liv. 4. tit. 88. Coll. 1. n. 1. Liv. 5. tit. 15. e Coll. 1. n. 4. do meſmo tit. Coll. 1. n. 2. Liv. 5. tit. 43. Coll. 1. n. 3. Liv. 5. tit. 80. e n. 8. e 12. Coll. 1. n. 1. Liv. 5. tit.

tit. 87. Alv. de 12 de Setembro de 1750. Alvará do 1 de Julho de 1752. Alvará de 9 de Julho de 1754. Alvará de 27 de Setembro de 1756. Lei primeira de 3. de Setembro de 1759. Lei de 6 de Mayo de 1765. Lei de 28 de Agoſto de 1767. Lei de 2 de Abril de 1768. Alv. de 26 de Setembro de 1769.

Repert. let. D pag. 188. b. I. pag. 52. h.

§. 40. Repert let. D. pag. 187. d.

§ 42. Repert. let. D pag. 187. e.

§. 43. Repert. let. D. pag. 187. f.

§. 44. Repert. let. D. pag. 187. g.

§. 45. Repert. let R. pag. 187. h.

§. 46. Repert. let. R. pag. 187. i.

§. 47. Repert. let. D. pag. 187. k.

§. 48. Repert. let. D. pag. 187. l.

§. 49. Repert. let. D pag. 187. m.

§. 50. Repert. let. D. pag. 187. n.

§. 51. Repert. let D. pag. 187. o.

§. 53. Repert. let. D. pag. 187. p.

§. 54. Repert. let. D. pag. 187. q.

§. 55. Repert. let. D. pag. 187. r.

§. 56. Coll. 1. n. 1. Liv. 1. tit. 58.

Repert. let. D. pag. 187. r.

§. 57. Repert. let. D. pag. 188. a.

§. 58. Coll. 2. n. 1. e ſegg. Liv. 5. tit. 9.

Repert. let. D. pag. 188. b.

§. 59. Repert. let. D. pag. 188. c.

§. 61. Declarado na Coll. 1. n. 7. e Coll. 3. n. 2.

Repert. let. D. pag. 187. c. e pag. 188. d. e.

§. 63. Repert. let. D. pag. 188. f.

§. 64. Coll. 1. n. 1. e 2. Liv. 5. tit. 88.

Repert. let. D. pag. 188. g.

§. 65. Repert. let. D. pag. 188. h.

§. 66. Coll. 1. n. 1. e 2. Liv. 5. tit. 73. Coll. 1. n. 2 e 3.

e 3. Liv. 5. tit. 87.

Repert. let. D pag. 188. i.

§ 67. Repert. let. D. pag. 188. k.

§. 68. Coll. 1. n. 1. Liv. 1. tit. 49. §. 45. Alvará de 25 de Agoſto de 1753. que revoga em parte o da Coll. 1. n. 2. Liv. 1. tit. 49.

§. 69. Aſſento de 8 de Agoſto de 1758.

Repert. let. D. pag. 187. b. N. pag. 153. h.

§ 73. Coll. 1. n. 4. §. 6. Liv. 1. tit. 1.

Repert. let. D. pag. 189. a.

§. 74. Repert. let. I. pag. 45. h.

§. 75. Repert. let. I. pag. 45. i.

Tit. 66.

LEi de 2 de Janeiro de 1765. Alv. de 9 de Julho de 1767.

Princip. Lei de 9 de Julho de 1754.

Repert. let. U. pag. 390. a.

§. 3. Repert. let. U. pag. 391. a.

§. 5. Coll. 2. n. 1.

Repert. let. U. pag. 391. i.

§. 6. Repert. let. I. pag. 56. d. N. pag. 143. f. U. pag. 391. k.

§. 7. Repert. let. U. pag. 391. b.

§. 8. Ampliado, e declarado na Coll. 1. n. 1. e ſegg. Coll. 2. n. 2. 3. e 4. Lei de 19 de Novembro de 1757.

Repert. let. U. pag. 391. c.

§. 11. Coll. 2. n. 5. e 6. Alvará ſegundo de 13 de Março de 1772.

Repert. let. U. pag. 390. h.

§. 12. Coll. 1. n. 6. Coll. 1. n. 6. Liv. 1. tit. 62.

Repert. let. U. pag. 391. d.

§. 14. Repert. let. F. pag. 288. g.

§. 17. Lei de 23 de Julho de 1766. Alvará ſegundo de 13 de Março de 1772. Coll. 1. n. 10. e ſegg. Liv. 1. tit. 62. Repert. let. N. pag. 153. i. U. pag. 391. e.

§. 18. Lei de 7. de Janeiro de 1750. e Lei de 23 de Julho de 1766. Repert. let. U. pag. 391. e.

§. 19. Repert. let. O. pag. 171. f. U. pag. 392. e.

§. 20. Alvará ſegundo de 13 de Março de 1772. Repert. let. U pag. 391. l.

§. 21. Coll. 1. n. 7. Repert. let. U. pag. 392. a.

§. 23. Lei ſegunda de 3 de Setembro de 1759. e Lei de 23 de Julho de 1766. §. 4. e 5.

§. 24. Repert. let. B. pag. 58. d. U. pag. 391. f.

§. 25. Repert. let. U. pag. 392. b.

§. 26. Recommendado na Coll. 1. n. 16. Liv. 1. tit. 58. Coll. 1. n. 1. e 2. Liv. 5. tit. 75. Coll. 2. n. 7. deſte tit. Repert. let. U. pag. 392. b.

§. 27. Coll. 1. n. 1. e 2. Liv. 5. tit. 73. Lei de 12 de Setembro de 1750. Repert. let. C. pag. 108. c. E. pag. 213. g.

§. 28. Repert. let. P. pag. 235. h. U. pag. 391. g.

§. 29. Repert. let. A. pag. 11. h. C. pag. 67. g. L. pag. 78. e.

§. 30. Repert. let. O. pag. 178. f. U. pag. 392. c.

§. 31. Repert. let. U. pag. 392. c.

§. 32. Alv. de 21 de Fevereiro de 1765. Repert. let. T. pag. 360. l. U. pag. 391. h.

§. 33. Repert. let. U. pag. 391. h.

§. 35. Coll. 1. n. 14. Lei de 7 de Janeiro de 1750. Lei de 23 de Julho de 1766. §. 5. Repert. let. D. pag. 186. e. U. pag. 392. d.

§. 36. Coll. 1. n. 8.

§. 38. Repert. let. U. pag. 390. b.

§. 39.

§. 39. Repert. let. U. pag. 390. c.

§. 40. Repert let. F. pag. 273. l.

§. 41. Repert. let. C. pag. 120. d. F. pag. 273. n. R. pag. 296. h.

§. 42. Coll. 1. n. 9. e 10. e Coll. 1. n. 6. Liv. 1. tit. 67. Repert. let. E. pag. 233. c. F. pag. 273. i.

§. 43. Repert. let. C. pag. 67. b. E. pag. 233. c. F. pag. 273. k. o. P. 230. g. e pag. 254. g.

§ 44. Repert. let. B. pag. 66. a. E. pag. 233. c.

§. 46. Repert. let. P. pag. 254. g.

§. 48. Coll. 1. n. 11. e ſegg. Coll. 2. n. 7. e 8. Coll. 2. n. 33. e 34. Liv. 1. tit. 1. Repert. let. M. pag. 96. e. P. pag. 258. m. e pag. 259. a. R. pag. 310. b. U. pag. 390. d.

§. 49. Reſoluçaõ de 4 de Setembro de 1736. que traz Franç. a Mend. no Append. das Leis n. 42. Lei ſegunda de 22 de Dezembro de 1761. §. 15. até 19. Repert. let. R. pag. 284. i. k. U. pag. 390. e.

Tit. 67.

COll. 1. n. 1. 2. 3. e 4. Coll. 2. n. 1.

Regimento de fazer as eleiçoens, que vem na Practica Criminal de Ferreira tom. 4. cap. 3. n. 56. Coll. 2. n. 1. Liv. 1. tit. 1. Coll. 2. n. 2. e 3. Liv. 1. tit. 35. Decreto de 22 de Março de 1751. na Coll. das Leis Noviſſimas, imimpreſſas no Moſteiro de S. Vicente. Coll. 1. n. 2. Liv. 1. tit. 79. §. 29. Coll. 2. n. 1. e ſegg. Liv. 5. tit. 9. Coll. 2. n. 1. Liv. 2 tit. 47.

Princip. Repert. let. E. pag. 209. a. b. I. pag. 51. k. U. pag. 390. f.

§. 1. Repert. let. C. pag. 161. k. P. pag. 225. c.

§. 2. Repert. let. E. pag. 208. i.

§. 5. Repert. let. E. pag. 208. k. P. pag. 229. a.

§. 6. Repert. let. E. pag. 208. m. O. pag. 161. h.

§. 7. Repert. let. E. pag. 208. n. O. pag. 171. g.
§. 8. Repert. let. E. pag. 209. d.
§. 9. Repert. let. E. pag. 209. c. U. pag. 390. g.
§. 10. Declarado na Coll. 1. n. 5. e 6.
Repert. let. E. pag. 209. c. e pag. 234. h.
§. 11. Repert. let. E. pag. 208. l.
§. 12. Repert. let. O. pag. 178. f.
§. 13. Declarado no Coll. 1. n. 7. Regimento dos Dezembarg. do Paço §. 72. no Liv. 1.
Repert. let. A. pag. 30. g.
§. 14. Repert. let. A. pag. 30. h.
§. 15. Repert. let. E. pag. 209. e. I. pag. 56. e. O. pag. 169. f.

Tit. 68.

Coll. 1. n. 7. Liv. 1. tit. 67. Coll. 1. n. 8. Liv. 1. tit. 62.
Rincip. Repert. let. A. pag. 28. e. f.
§. 1. Coll. 1. n. 2. Liv. 2. tit. 59. Coll. 1. n. 1. e 2. Liv. 3. tit. 5.
Repert. let. P. pag. 238. c.
§. 2. Repert. let. A. pag. 19. d. pag. 28. g. e pag. 38. a.
§. 3. Coll. 1. n. 8. Liv. 1. tit. 62.
§. 4. Repert. let. A. pag. 28. h. i. e pag. 29. a.
§. 8. Repert. let. A. pag. 29. b. c.
§. 10. Repert. let. A. pag. 29. d. C. pag. 71. k. M. pag. 103. b. P. pag. 227. d.
§. 11. Repert. let. C. pag. 93. a.
§. 12. Repert. let. A. pag. 29. e.
§. 13. Repert. let. C. pag. 92. i. e pag. 108. d. P. pag. 203. l. e pag. 262. g.
§. 14. Repert. let. A. pag. 29. f.

§. 16.

§. 16. Repert. let. A. pag. 14. e. e pag. 29. g. M. pag. 103. a.
§. 18. Repert. let. A. pag. 29. h. L. pag. 81. k.
§. 19. Repert. let. A. pag. 29. i. k. P. pag. 254. c.
§. 20. Repert. let. A. pag. 29. l.
§. 22. Coll. 1. n 7. Liv. 3. tit. 5.
Repert. let. A. pag. 29. m. S. pag. 340. a.
§. 23. Repert. let. A. pag. 30. a. b. E. pag. 212. h.
§. 24. Repert. let. A. pag. 22. a. E. pag. 207. b. F. pag. 290. d. S. pag. 342. g.
§. 25. Repert. let. F. pag. 290. d. P. pag. 250. c.
§. 26. Repert. let. A. pag. 30. c.
§. 27. Repert. let. I. pag. 1. b. U. pag. 393. m.
§. 28. Repert. let. I. pag. 1. a. c.
§. 29. Repert. let. F. pag. 290. e. I. pag. 1. b. P. pag. 220. m. U. pag. 393. n.
§. 31. Repert. let. A. pag. 30. d. e pag. 31. f. E. pag. 220. f.
§. 33. Repert. let. A. pag. 55. h. I. pag. 2. a.
§. 35. Repert. let. T. pag. 381. a.
§. 36. Repert. let. M. pag. 87. a. P. pag. 186. c.
§. 37. Repert. let. C. pag. 76. f. C. pag. 111. o. P. pag. 192. m.
§. 38. Repert. let. A. pag. 22. b. Q. pag. 279. n.
§. 39. Repert. let. A. pag. 15. f.
§. 40. Repert. let. P. pag. 227. e.
§. 41. Repert. let. C. pag. 75. g. C. pag. 87. f. D. pag. 172. k. G. pag. 298. b. M. pag. 138. e.
§. 42. Repert. let. A. pag. 30. e. D. pag. 168. i. P. pag. 250. d. S. pag. 340. b.

Tit.

Tit. 70.

PRincip. Repert. let. P. pag. 262. f.
§. 1. Repert. let. T. pag. 377. b.
§. 2. Repert. let. P. pag. 262. h.
§. 3. Repert. let. T. pag. 377. b.

Tit. 71.

COll. 1. n. 2. e 3. Liv. 5. tit. 87.
Alvará de 8 de Agosto de 1771.
Princip. Repert. let. E. pag. 230. a.
§. 9. Repert. let. S. pag. 324. f.
§. 10. Repert. let. S. pag. 324. g.

Tit. 72.

COll. 1. n. 2. e 3. Liv. 5. tit. 87.
Princip. Repert. let. S. pag. 326. o.
§. 1. Coll. 1. n. 1. e 2. Liv. 5. tit. 73. Repert. let. E. pag. 230. c. S. pag. 226. e.
§. 2. Repert. let. S. pag. 226. e
§. 3. Coll. 1. n. 1. declarado no n. 2. Liv. 5. tit. 87. Repert. let. E. pag. 230. d. S. pag. 226. e.
§. 4. Repert. let. S. pag. 226. e.
§. 5. Repert. let. S. pag. 226. e.
§. 6. Repert. let. S. pag. 226. e.
§. 7. Repert. let. S. pag. 226. e.
§. 8. Repert. let. S. pag. 226. e.
§. 9. Repert. let. S. pag. 226. e.
§. 10. Repert. let. S. pag. 226. e.
§. 11. Repert. let. S. pag. 226. e.

Tit.

Tit. 73.

REgimento na Coll. 1. n. 1.
Princip. Repert. let. Q. pag. 278.
§. 1. Repert. let. Q. pag. 278. c. d.
§. 2. Repert. let. Q. pag. 278. c.
§. 3. Repert. let. Q. pag. 278. c.
§. 4. Repert. let. Q. pag. 278. c.
§. 5. Repert. let. Q. pag. 278. e.
§. 6. Repert. let. Q. pag. 278. e.
§. 7. Repert. let. Q. pag. 278. f.
§. 8. Repert. let. Q. pag. 278. g.
§. 9. Repert. let. Q. pag. 278. g.
§. 12. Repert. let. Q. pag. 278. h.
§. 13. Repert. let. Q. pag. 278. b. R. pag. 314. c.
§. 14. Repert. let. Q. pag. 278. b.

Tit. 74.

ALvará de 17 de Julho de 1769.
Alvará de 6 de Novembro de 1769.
Princip. Repert. let. A. pag. 15. q. e pag. 22. c. e. f. G. pag. 297. m. N. pag. 147. g. T. pag. 379. k.
§. 3. Repert. let. A. pag. 22. g. P. pag. 231. d. e pag. 233. a.
§. 4. Repert. let. A. pag. 22. h.
§. 5. Repert. let. T. pag. 370. k.
§. 7. Repert. let. C. pag. 81. g.
§. 10. Repert. let. A. pag. 22. k.
§. 12. Repert. let. A. pag. 22. i. R. pag. 308. f.
§. 14. Repert. let. I. pag. 51. c.
§. 17. Repert. let. A. pag. 23. a.
§. 18. Repert. let. A. pag. 23. b.

§. 20.

§. 20. Extincto o Juizo das Bravas, e as ſuas penas pelo Alv. de 12 de Fevereiro de 1765. Alv. de 6 de Novembro de 1769. que revoga em parte eſte §. e os ſegg. Repert. let. A. pag. 23. c. d. M. pag. 132. e.

§. 22. Revogado acima.

§. 23. 24. e 25. Revogado acima.

Tit. 75.

COll. 1. n. 5. e 6. Liv. 2. tit. 12. Coll. 1. n. 2. e 3. Liv. 5. tit. 87

§. 2. Repert. let. A. pag. 24. h.

§. 3. Repert. let. A. pag. 24. i. F. pag. 259. c.

§. 4. Repert. let. A. pag. 23. i.

§. 5. Repert. let. A. pag. 22. d.

§. 6. Repert. let. A. pag. 24. a.

§. 7. Coll. 1. n. 2. Liv. 2. tit. 63. Repert. let. A. pag. 24. e. R. pag. 302. d.

§. 8. Repert. let. N. pag. 143. e.

§. 9. Repert. let. A. pag. 23. g.

§. 10. Repert. let. A. pag. 24. g. k. P. pag. 240. e.

§. 11. Repert. let. A. pag. 31. i.

§. 14. Repert. let. A. pag. 23. h.

§. 15. Repert. let. P. pag. 247. u.

§. 16. Repert. let. A pag. 24. m.

§. 17. Ampliado na Coll. 1. n. 1. Coll. 2. n. 1. e 2.

§. 21. Repert. let. A. pag. 23. k.

§. 23. Coll. 1. n. 1. § 12. Liv. 1. tit. 1. Coll. 1. n. 1. e 2. Liv. 5. tit 73. Repert. let. A. pag. 23. m.

Tit.

Tit. 76.

ALvará de 3 de Agoſto de 1767.

§. 1. Repert. let R. pag. 314. i.

§. 3. Coll 1. n. 1. e ſegg. Liv. 5. tit. 112.

§. 4. Coll. 1. n. 1. Liv. 5. tit. 115.

Tit. 77.

NOvo Regimento na Coll. 1. n. 4. Liv. 1. tit. 33. que em parte ſe revoga na Coll. 1. n. 4. deſte tit. Coll. 1. n. 1.

§. 1. Repert. let. C. pag. 70. g.

§. 2. Coll. 1. n. 2. 3. e 4. Coll. 2. n. 1. Coll. 1. n. 4. Liv. 1. tit. 33. Repert. let. C. pag. 71. d.

§. 3. Repert. let. C. pag. 70. h. i. k. M. pag. 87. c.

§. 4. Repert. let. C. pag. 70. l. e pag. 71. b.

§. 6. Recommendado, e ampliado na Coll. 1. n. 4. Repert. let. A. pag. 24. c. C. pag. 71. a.

§. 7. Recommendado na Coll. 1. n. 4. Repert. let. C. pag. 71. i.

§. 9. Coll. 1. n. 4. que revoga o §. 7. e 8. da Coll. 1. n. 4. Liv. 1. tit. 33.

§. 11. Repert. let. C. pag. 71. c.

Tit. 78.

§. 1. REcommendado na Coll. 1. n. 1. Liv. 1. tit. 24. Repert. let. T. pag. 358. a.

§. 2. Repert. let. L. pag. 84. h.

§. 3. Coll. 1. n. 1. Coll. 2. n. 1. Coll. 3. n. 1.

§. 4. Repert. let. E. pag. 222. l. pag. 223. l. e pag. 224.

224. r. T. pag. 357. m. e pag. 358. h.
§. 5. Repert. let. T. pag. 358. a.
§. 6. Repert. let. E. pag. 224. q. T. pag. 358. b.
§. 7. Repert. let. E. pag. 224. o. I. pag. 26. c. e. T. pag. 359. a.
§. 8. Repert. let. E. pag. 224. n. T. pag. 359. b.
§. 9. Repert. let. E. pag. 224. m.
§. 10. Repert. let. E. pag 224. l. T. pag 359. c.
§. 12. Repert. let. E. pag. 223. h. T. pag. 359. d.
§. 13. Repert. let. E. pag. 223. f. T. pag. 359. e.
§. 14. Ampliado na Coll. 1. n. 7. Liv. 1. tit. 2. §. E porque até agora, e no Alv. de 22 de Dezembro de 1747. Repert. let. A. pag. 46. f. C. pag. 87. p. E. pag. 225. a. H. pag. 301. b. N. pag. 154. a. S. pag. 343. i. e pag. 344. n. d. T. pag. 357. i. e pag. 358. d.
§. 15. Repert. let. E. pag 223. m.
§. 18. Repert. let. T. pag. 358. c.
§. 19. Revogado na Coll. 1. n. 2. Repert. let. T. pag. 358. c.
§. 20. Repert. let. E. pag. 222. k. T. pag. 360. e.
§. 21. Repert. let. S. pag. 226. f.

Tit. 79.

§. 5. ALv. de 5. de Julho de 1747. Repert. let. T. pag. 358. e.
§. 6. Repert. let. C. pag. 120. f.
§. 7. Coll. 1. n. 1. Decreto de 9 de Mayo de 1754. que vem a limitar esta Coll. o qual transcreve Franç. a Mend no Append. das Leis n. 48.
§. 11. Repert. let. C. pag. 146. a.
§. 13. Coll. 3. n. 3. Liv. 1. tit. 27. Repert. let. I. pag. 26. d.
§. 14. Repert. let. T. pag. 358. g.

§. 18. Repert. let. P. pag. 249. e.
§. 20. Ampliado na Coll. 1. n. 1. e 2. Liv. 1. tit. 24. Coll. 1. n. 2. Liv. 1. tit. 16. Repert. let. E. pag. 222. k.
§. 21. Revogado na Coll. 1. n. 2. Liv. 1. tit. 24. Repert. let. D. pag. 197. a. F. pag. 250. m.
§. 24. Ampliado pelo Alv. de 18 de Agosto de 1747.
§. 27. Ampliado pelo referido Alv. de 18 de Agosto de 1747.
§. 28. Coll. 3. n. 1. Liv. 1. tit. 65.
§. 29. Coll. 1. n. 4. Liv. 1. tit. 67. Repert. let. L. pag. 71. g.
§. 30. Repert. let. T. pag. 357. b.
§. 31. Coll. 3. n. 1. Repert. let. F. pag. 250. k.
§. 41. Coll. 1. n. 1. Coll. 2. n. 1. Liv. 2. tit. 46.
§. 45. Repert. let. C. pag. 161. i. O. pag. 169. g. P. pag. 186. e. T. pag. 357. k.

Tit. 80.

COll. 1. n. 2. e 3. Liv. 5. tit. 87. Princip. Coll. 1. n. 1. Liv. 1. tit. 58.
§. 1. Repert. let. S. pag. 343. a.
§. 2. Repert. let. F. 259. d. T. pag. 357. g.
§. 4. Repert. let. T. pag. 357. h.
§. 5. Repert. let. T. pag. 357. l.
§. 7. Decreto de 28 de Julho de 1722 na Coll. das Leis Novissimas, impressas no Mosteiro de S. Vicente de Fóra. Repert. let. T. pag. 358. f.
§. 9. Repert. let. A. pag. 15. q. T. pag. 359. f.
§. 11. Repert. let. A. pag. 19. g. I. pag. 24. l. T. pag. 359. g.
§. 17. Repert. let. T. pag. 360. b.

§. 18. Repert. let. T. pag. 360. c.
§. 21. Coll. 1. n. 1. Liv. 1. tit. 94.
§. 22. Repert. let. T. pag. 357. a.

Tit. 81.

COll. 2. n. 1. Liv. 1. tit. 1. Coll. 2. n. 2. e 3. Liv. 1. tit. 35. Coll. 1. n. 5. Liv. 1. tit. 66.
Princip. Repert. let. C. pag. 82. a. E. pag. 222. o. pag. 231. c. e pag. 238. l. N. pag. 154. b.

Tit. 82.

§. 1. REpert. let. S. pag. 324. h.
§. 2. Repert. let. S. pag. 324. h.
§. 3. Repert. let. S. pag. 324. h.
§. 8. Repert. let. S. pag. 324. i.
§. 9. Coll. 1. n. 1. 2. e 3. Liv. 3. tit. 86.
§. 10. Repert. let. S. pag. 324. i.
§. 12. Novo Regimento de 25 de Agosto de 1750. Repert. let. S. pag. 324. k. e pag. 325. a.
§. 13. Repert. let. S. pag. 325. b.
§. 14. Repert. let. S. pag. 325. c.
§. 15. Repert. let. S. pag. 325. c.
§. 16. Repert. let. S. pag. 325. c.

Tit. 83. aliás 84.

§. 5. REpert. let. S. pag. 325. e.
§. 6. Repert. let. S. pag. 325. e.
§. 9. Repert. let. S. pag. 325. d. f.
§. 11. Coll. 3. n. 1. Repert. let. S. pag. 325. g.
§. 12. Coll. 1. n. 1. Liv. 1. tit. 3. Coll. 2. n. 1. Re-

Repert. let. S. pag. 326. a.
Declarado com o §. 12. acima na Coll. 2. n. 1. Repert. let. S. pag. 336. b.
§. 17. Repert. let. S. pag. 326. c.
§. 18. Repert. let. S. pag. 326. d.
§. 23. Lei de 23 de Outubro de 1752. Lei de 21 de Fevereiro de 1766. §. 7. Assento segundo de 23 de Novembro de 1769. Repert. let. B. pag. 66. g. P. pag. 250. b. T. pag. 359. l.
§. 28. Repert. let. C. pag. 95. e. F. pag. 250. i.
§. 29. Repert. let. S. pag. 325. d.
§. 30. Repert. let. S. pag. 323. e.

Tit. 84. aliás 85.

COll. 1. n. 1. e 2. Liv. 1. tit. 24. Coll. 3. n. 4. Liv. 1. tit. 27.

Tit. 85. aliás 86.

PRincip. Repert. let. E. pag. 217. k. l. m. e pag. 218. e.
§. 1. Repert. let. E. pag. 218. a. b. d. f. T. pag. 375. d.
§. 3. Repert. let. E. pag. 218. g. I. pag. 21. b. c.
§. 4. Repert. let. E. pag. 218. c. I. pag. 21. d.
§. 5. Repert. let. T. pag. 371. f.

Tit. 86. aliás 87.

PRincip. Coll. 3. n. 1. Liv. 1. tit. 84. Regimento do Juizo das Confiscaçoens de 10 de Julho de 1620. cap. 47. no fim do Liv. 5. das Ordenaçoẽs, novamente impressas. Repert. let. P. pag. 131. o.
§. 2. Repert. let. P. pag. 231. f.

Tit.

Tit. 87. aliás 88.

COll. 1. n. 7. Liv. 1. tit. 65. Coll. 3. n. 2. do mesmo tit. Lei de 2 de Dezembro de 1750.

Princip. Repert. let. I. pag. 42. g.

§. 1. Repert. let. I. pag. 42. h.

§. 2. Repert. let. I. pag. 44. a.

§. 3. Repert. let. I. pag. 42. a. e pag. 43. d.

§. 4. Lei de 9 de Setembro de 1769. §. 27. e 29. declarado o primeiro pelo Alv. de 23 de Novembro de 1770. Repert. let. I. pag. 25. i. k. l. e pag. 42. d. T. pag. 362. b.

§. 5. Declarado na Lei de 21 de Junho de 1759. Repert. let A. pag. 53. k. I. pag. 25. m. e pag. 43. i.

§. 6. Repert. let. C. pag. 77. a. i. E. pag. 209. h. F. pag. 263. c. I. pag. 25. n. e pag. 43. k. P. pag. 196. e. e pag. 199. e.

§. 8. Lei de 9 de Setembro de 1769. §. 27. e 29. declarado o primeiro pelo Alv. de 23 de Novembro de 1770. Repert. let. I. pag. 25. o. M. pag. 100. k. P. pag. 198. k. e pag. 199. f.

§. 9. Repert. let. B. pag. 62. m. I. pag. 26. a. M. pag. 101. a. P. pag. 198. i.

§. 10. Repert. let. C. pag. 151. i. k. pag. 152. a. e pag. 153. e. O. pag. 173. l. e pag. 174. a.

§. 11. Coll. 1. n. 1. e 2. Coll. 2. n. 1. Lei de 26 de Outubro de 1765. §. 4. Repert. let. C. pag. 152. b. c. E. pag. 217. b. O. pag. 173. m.

§. 12. Repert. let. C. pag. 152. d. O. pag. 174. b.

§. 13. Repert. let. O. pag. 174. c. d. e f. g.

§. 14. Repert. let. I. pag. 42. b. O. pag. 174. h.

§. 15. Repert. let. L. pag. 71. f. O. pag. 174. i. k.

§. 16.

§. 16. Repert. let. O. pag. 174. l.

§. 17. Repert. let. O. pag. 174. m. O. pag. 175. a.

§. 18. Repert. let. I. pag. 43. m. O. pag. 175. b.

§. 19. Repert. let. C. pag. 79. a. O. pag. 175. c.

§. 21. Repert. let. O. pag. 175. d. T. pag. 382. h.

§. 22. Repert. let. B. pag. 62. l. F. pag. 291. a.

§. 23. Repert. let. B. pag. 62. k. D. pag. 194. m.

§. 24. Repert. let. C. pag. 162. c. O. pag. 175. e.

§. 25. Coll. 2. n. 2. Repert. let. B. pag. 62. i. O. pag. 175. f. T. pag. 382. m. U. pag. 392. i.

§. 26. Repert. let. A. pag. 27. a. B. pag. 61. m. N. pag. 154. c. O. pag. 175. g.

§. 27. Repert. let. B. pag. 60. c. I. pag. 42. f. e pag. 43. b. f. M. pag. 110. e. O. pag. 175. h.

§. 28. Repert. let. M. pag. 110. f. N. pag. 154. d. O. pag. 175. i. k.

§. 29. Coll. 2. n. 3. Repert. let. C. pag. 119. l. N. pag. 154. e. O. pag. 176. a. T. pag. 381. n.

§. 30. Repert. let. I. pag. 42. c. N. pag. 154. f.

§. 31. Coll. 1. n. 3. Lei de 13 de Janeiro de 1757. Alv. de 21 de Junho de 1759. Ampliado no Alv. de 5 de Mayo de 1770. Alv. de 21 de Janeiro de 1772. Repert. let. A. pag. 43. n.

§. 34. Coll. 1. n. 3. Liv. 2. tit. 62.

§. 43. Coll. 1. n. 6. Liv. 1. tit. 67.

§. 44. Repert. let. P. pag. 274. a.

§. 45. Coll. 1. n. 5. Liv. 1. tit. 2. Repert. let. I. pag. 43. a. g. O. pag. 176. b. c. P. pag. 254. a

§. 46. Repert. let. A. pag. 36. f. O. pag. 176. d.

§. 47. Repert. let. A. pag. 21. c. I. pag. 43. l.

§. 48.

§. 48. Repert. let. I. pag. 43. h. O. pag. 176. e.
§. 49. Coll. 1. n. 4. e 5. Lei de 7 de Janeiro de 1750. Repert. let. I. pag. 42. i. S. pag. 323. b.
§. 51. Coll. 2. n. 3.
Ampliado no Alv. de 21 de Junho de 1759.
Repert. let. S. pag. 323. c.
§. 52. Repert. let. I. pag. 43. c.
§. 53. Repert. let. S. pag. 333. f. g. T. pag. 382. c. f.
§. 54. Repert. let. F. pag. 257. f. m. I. pag. 43. m.

Tit. 88. aliás 89.

COll. 1. n. 3. Liv. 5. tit. 87.
§. 3. Repert. let. E. pag. 229. e.
§. 4. Repert. let. D. pag. 170. h.
§. 9. Coll. 1. n. 5. Liv. 1. tit. 88.
Repert. let. S. pag. 324. a. e pag. 349. a.
§. 13. Repert. let. B. pag. 66. f.

Tit. 89. aliás 90.

PPrincip. Repert. let. A. pag. 2. b. C. pag. 82. f. e pag. 161. m. n. H. pag. 298. g.
§. 1. Repert. let. C. pag. 82. g. e pag. 161. o. H. pag. 298. f. M. pag. 88. c.

Tit. 90. aliás 91.

§. 1. REpert. let. A. pag. 17. e.
§. 5. Repert. let. C. pag. 162. o.
§. 6. Repert. let. C. pag. 162. o.
§. 7. Repert. let. C. pag. 162. l. U. pag. 393. o.
§. 8. Repert. let. C. pag. 102. c. e pag. 162. m.
§. 9. Repert. let. C. pag. 162. n.

§. 12. Repert. let. D. pag. 192. m.
§. 13. Repert. let. C. pag. 163. a. b.
§. 15. Repert. let. C. pag. 163. f.
§. 16. Repert. let. C. pag. 163. g.
§. 19. Repert. let. C. pag. 163. d. T. pag. 380. l.
§. 29. Repert. let. C. pag. 164. a.
§. 30. Repert. let. P. pag. 251. a.
§. 31. Repert. let. C. pag. 128. l. S. pag. 323. d.

Tit. 91. aliàs 92.

PRincip. Repert. let. S. pag. 326. g.
§. 4. Repert. let. S. pag. 327. a.
§. 7. Repert. let. S. pag. 327. b.
§. 10. Repert. let. S. pag. 327. c.
§. 12. Repert. let. M. pag. 87. d.
§. 18. Repert. let. P. pag. 264. m. S. pag. 327. d.

Tit. 92. aliàs 93.

DEcreto de 29. de Janeiro de 1731. na Coll. das Leis Novissimas, impressas no Mosteiro de S. Vicente de Fóra.
Princip. Repert. let. C. pag. 67. k. S. pag. 322. g.

Tit. 93. aliàs. 94.

PRincip. Repert. let. E. pag. 132. h. I. pag. 3. a. c. e pag. 51. f. M. pag. 105. g. O. pag. 170. f.
§. 1. Repert. let. C. pag. 76. n. E pag. 132. l. H. pag. 302. f. I. pag. 51. g. O. pag. 170. g. e pag. 172. d.

Tit. 94. aliàs 95.

PRincip. Coll. 1. n. 1. Coll. 2. n. 1.
Repert. let. C. pag. 79. h.

Tit. 95. aliàs 96.

PRrincip. Repert. let. E. pag. 233. a. I. pag. 55. f. L. pag. 81. c. O. pag. 168. i. e pag. 172. e. R. pag. 303. b. e pag. 304. c.

§. 1. Coll. 2. n. 1. 2. e 3. Decreto de 20. de Abril de 1754. na Coll. das Leis Noviſſimas, impreſſas no Moſteiro de S. Vicente de Fóra.
Repert. let. O. pag. 168. k. R. pag. 304. d.

§. 2. Coll. 1. n. 1. e 2.
Repert. let. O. pag. 169. a R. pag. 303. o. e pag. 304. i.

§. 3. Repert. let. O. pag. 169. d. R. pag. 304. k.

Tit. 96. aliàs 97.

PRrincip. Coll. 1. n. 1. e ſegg. Coll. 2. n. 1. e ſegg. Coll. 3. n. 1. Lei de 25. de Junho de 1749. Lei de 8. de Agoſto de 1753. Lei ſegunda de 22. de Dezembro de 1761. no fim.
Repert. let. E. pag. 232. h. O. pag. 169. b. e pag. 170. k.

§. 1. Coll. 2. n. 1. Liv. 1. tit. 1. Coll. 1. n. 5. Liv. 1. tit. 66. Coll. 2. n. 2. Liv. 1. tit. 35.
Repert. let. E. pag. 219. m. e pag. 231. d. N. pag. 150. c. O. pag. 171. a. b. S. pag. 340. c.

§. 2. Repert. let. C. pag. 87. h. e pag. 152. f. I. pag. 14. o. O. pag. 172. a. S. pag. 240. d.

§. 3. Recommendado na Lei de 8. de Agoſto de 1753.

Repert. let. C. pag. 152. f. E. pag. 232. i. S. pag. 340. e. f.

§. 4. Repert. let. S. pag. 340. g. h.

§. 5. Repert. let. S. pag. 340. i.

§. 6. Repert. let. S. pag. 340. k.
Revogado em parte na Coll. 1. n. 4. Liv. 2. tit. 45.

§. 7. Recommendado, e declarado na Lei de 8. de Agoſto de 1753.
Repert. let. O. pag. 178. g. S. pag. 332. f. S. pag. 340. l. e pag. 341. a.

§. 8. Repert. let. E. pag. 229. g. I. pag. 44. c. l. S. pag. 341. b. c.

§. 10. Coll. 1. n. 4. §. 6. Liv. 1. tit. 1. Lei da Reformaçaõ da Juſtiça de 6. de Dezembro de 1612. §. 22. Regimento dos Dezemb. do Paço. §. 49. Repert. let. E. pag. 222. f. h.

Tit. 97. aliàs 98.

PRincip. Repert. let. C. pag. 72. d. P. pag. 221. d. T. pag. 361. q.

Tit. 98. aliàs 99.

COll. 1. n. 2. Liv. 1. tit. 10. Lei primeira de 22. de Dezembro de 1761. tit. 11. Lei ſegunda do meſmo dia, e anno. Lei de 23. de Novembro de 1770. que tambem amplia a dita Lei ſegunda de 22. de Dezembro, no §. Item ordeno, que neſta. Decreto de 3. de Agoſto de 1753. na Coll. das Leis Noviſſimas, impreſſas no Moſteiro de S. Vicente de Fóra.

Princip. Repert. let. I. pag. 4. a. O. pag. 171. l. R. pag. 321. k. T. pag. 378. k.

Tit. 99. aliàs. 100.

PRincip. Repert. let. A. pag. 4. u. I. pag. 51. n.

§. 1. Repert. let. I. pag. 54. k. O. pag. 169. c. S. pag. 356. i. l. m.

§. 2. Repert. let. I. pag. 55. a. O. pag. 169. e. S. pag. 356. k.

Regimento novo dos Dezembargadores do Paço.

COll. 1. n. 1. Coll. 2. n. 12. 13. e 14. Liv. 1. tit. 5. Coll. 2. n. 3. Liv. 1. tit. 7. Decreto de 23. de Outubro de 1759. Lei de 26. de Outubro de 1765. §. 4. Lei de 14. de Outubro de 1766. Lei de 3. de Agosto de 1770. §. 2. 3. 13. e seg. Carta Regia regist. no Liv. 7. da Casa da Supplicaçaõ, que transcreve sem data Franç. nas Addiçoens a Mend. tom. 2. p. 2. Liv. 1. cap. 2. §. 1. n. 50.

§. 1. Coll. 2. n. 1. Coll. 2. n. 6. Liv. 1. tit. 1. Repert. let. D. pag. 175. n.

§. 3. Coll. 1. n. 4. §. 1. Liv. 1. tit. 1. Coll. 2. n. 12. do mesmo tit. Repert. let. D. pag. 175. n. F. pag. 260. a. P. pag. 232. a.

§. 7. Repert. let. A. pag. 12. b. G. pag. 296. g. R. pag. 321. m.

§. 10. Repert. let. D. pag. 175. d.

§. 11. Repert. let. D. pag. 175. e. E. pag. 244. e.

§. 12. Revogado na Coll. 1. n. 1. Repert. let. D. pag. 176. d. e pag. 199. l.

§. 13. Revogado na Coll. 1. n. 1. Repert. let. D. pag. 175. i. M. pag. 137. d. S. pag. 351. e.

§. 14. Repert. let. C. pag. 75. f.

§. 15. Repert. let. A. pag. 31. h.

§. 16.

§. 16. Repert. let. E. pag. 229. d. L. pag. 81. a.

§. 17. Repert. let. A. pag. 31. g. D. pag. 167. i. k. T. pag. 361. e.

§. 18. Coll. 1. n. 2. Coll. 1. n. 3. Liv. 1. tit. 65. Coll. 2. n. 5. Liv. 1. tit. 60. Lei da Reformaçaõ da Justiça §. 15. de 6. de Dezembro de 1612. Repert. let. F. pag. 248. k. e pag. 252. k. P. pag. 220. l. S. pag. 327. e.

§. 19. Repert. let. P. pag. 220. g. e pag. 221. a. b.

§. 21. Repert. let. D. pag. 176. c.

§. 22. Repert. let. P. pag. 221. g.

§. 23. Coll. 1. n. 1. Liv. 1. tit. 29.

§. 24. Coll. 1. n. 3. Coll. 2. n. 2. Lei de 29. de Março de 1719. Pragmatica de 24. Mayo de 1749. cap. 28. Repert. let. A. pag. 31. q. e pag. 32. a.

§. 25. Repert. let. A. pag. 32. c.

§. 26. Repert. let. A. pag. 32. b.

§. 29. Repert. let. D. pag. 175. l.

§. 32. Recommendado na Lei de 3. de Novembro de 1768.

§. 34. Coll. 1. n. 1. §. 1. Liv. 1. tit. 6.

§. 37. Coll. 2. n. 3.

§. 39. Coll. 1. n. 1. §. Conceder segundo. Repert. let. B. pag. 60. f. D. pag. 175. k.

§. 40. Repert. let. B. pag. 59. a. D. pag. 175. k.

§. 41. Repert. let. D. pag. 176. e.

§. 42. Coll. 1. n. 1. Liv. 1. tit. 94. Repert. let. C. pag. 75. f. D. pag. 176. e.

§. 43. Repert. let. D. pag. 176. f.

§. 44. Coll. 1. n. 3. Repert. let. D. pag. 176. f.

§. 45. Declarado na Coll. 3. n. 1. Coll. 1. n. 5. Liv. 4. tit. 70.

§. 46. Repert. let. D. pag. 176. h.

§. 47.

§. 47. Repert. let. D. pag. 176. h.
§. 48. Repert. let. D. pag. 176. h.
§. 49. Repert. let. D. pag. 176. h.
§. 50. Coll. 1. n. 3. Liv. 1. tit. 62.
Repert. let. D. pag. 176. i.
§. 51. Repert. let. D. pag. 177. a.
§. 52. Repert. let. D. pag. 177. b.
§. 53. Repert. let. D. pag. 177. c.
§. 54. Repert. let. D. pag. 177. d.
§. 65. Coll. 1. n. 1. Liv. 5. tit. 103.
§. 69. Ficou ceſſando pela Coll. 1. n. 2. Liv. 1. tit. 78.
Repert. let. D. pag. 177. e.
§. 70. Repert. let. D. pag. 177. e.
§. 71. Repert. let. D. pag. 177. e.
§. 72. Repert. let. D. pag. 177. e.
§. 73. Repert. let. D. pag. 177. e.
§. 75. Repert. let. D. pag. 177. f.
§. 76. Repert. let. D. pag. 177. g.
§. 77. Declarado na Lei da Reformaçaõ da Juſtiça de 6. de Dezembro de 1612. §. 21.
Repert. let. D. pag. 177. h.
§. 78. Repert. let. D. pag. 177. i.
§. 79. Repert. let. D. pag. 177. i.
§. 80. Repert. let. D. pag. 177. i.
§. 81. Repert. let. D. pag. 177. i.
§. 82. Coll. 2. n. 1. Liv. 1. tit. 75.
Repert. let. D. pag, 177. i.
§. 83. Repert. let. D. pag. 177. i. k.
§. 84. Repert. let. D. pag. 177. k.
§. 85. Repert. let. D. pag. 177. k.
§. 86. Repert. let. D. pag. 177. k.
§. 87. Repert. let. D. pag. 177. k.
§. 88. Repert. let. D. pag. 177. k.
§. 89. Repert. let. D. pag. 177. k.

§. 90. Repert. let. D. pag. 177. k.
§. 91. Repert. let. D. pag. 178. a.
§. 92. Repert. let. D. pag. 178. b.
§. 93. Repert. let. D. pag. 178. c.
§. 94. Coll. 1. n. 1. e ſegg. Coll. 2. n. 1. e ſegg. Liv. 1. tit. 97.
§. 96. Coll. 3. n. 1. Liv. 1. tit. 4.
Repert. let. D. pag. 178. e.
§. 97. Repert. let. D. pag. 178. f.
§. 98. Repert. let. D. pag. 178. f.
§. 99. Repert. let. D. pag. 178. g.
§. 100. Repert. let. D. pag. 178. h.
§. 101. Repert. let. D. pag. 178. c. E. pag. 234. n. e pag. 244. f.
§. 102. Repert. let. D. pag. 178. k.
§. 103. Coll. 1. n. 4. Coll. 3. n. 2. Lei de 18 de Agoſto de 1750.
Repert. let. D. pag. 178. l.
§. 104. Repert. let. D. pag. 179. a.
§. 105. Repert. let. D. pag. 179. b.
§. 107. Coll. 1. n. 3. Liv. 1. tit. 67.
§. 108. Repert. let. D. pag. 179. c.
§. 109. Coll. 1. n. 7. Liv. 1. tit. 2. §. Das Mercês.
Repert. let. D. pag. 175. *k.* e pag. 179. d.
§. 110. Repert. let. D. pag. 179. e.
§. 111. Coll. 1. n. 1. e ſegg. Liv. 1. tit. 66.
Repert. let. D. pag. 179. e.
§. 112. Repert. let. D. pag. 179. e.
§. 113. Coll. 1, n. 1. e ſegg. Coll. 2. n. 1. e ſegg. Liv. 5. tit. 76.
Repert. let. D. pag. 179. e.
§. 114. Repert. let. D. pag. 179. e. f.
§. 115. Repert. let. D. pag. 179. e.
§. 116. Repert. let. D. pag. 178. e. g.

§. 117. Repert. let. D. pag. 179. e. h. E. pag. 235. h.
§. 118. Coll. 1. n. 1. §. 21. Liv. 1. tit. 6. Lei de 7. de Janeiro de 1750.
Repert. let. A. pag. 6. i. e pag. 51. e. D. pag. 179. i.
§. 119. Repert. let. D. pag. 179. i.
§. 120. Repert. let. D. pag. 179. i.
§. 121. Repert. let. D. pag. 179. i.
§. 122. Repert. let. D. pag. 179. i.

A' ORD. LIV. 2. TIT. 1.

Tit. 1.

COll. 2. n. 1.
Princip. Repert. let. A. pag. 1. a. e pag. 43. q. B. pag. 65. i. I. pag. 47. n.
§. 1. Repert. let. C. pag. 105. d. F. pag. 275. e. L. pag. 71. a. R. pag. 286. g.
§. 2. Repert. let. C. pag. 102. e. E. pag. 220. e. F. pag. 275. d. I. pag. 47. p. R. pag. 314. k.
§. 3. Repert. let. C. pag. 102. d. L. pag. 70. d.
§. 4. Repert. let. C. pag. 102. g.
§. 5. Repert. let. C. pag. 105. g.
§. 6. Repert. let. D. pag. 169. m. I. pag. 47. k. o. N. pag. 141. f. P. pag. 235. l. R. pag. 300. a. pag. 303. a. pag. 304. m. e pag. 315. f. S. pag. 333. m.
§. 8. Repert. let. C. pag. 105. e. i.
§. 9. Repert. let. L. pag. 70. f.
§. 10. Repert. let. L. pag. 71. b. c.
§. 11. Repert. let. C. pag. 105. k. L. pag. 71. d.
§. 12. Repert. let. C. pag. 107. m.
§. 13. Coll. 1. n. 1.
Repert. let. P. pag. 239. e. f. g. e pag. 240. f.
§. 14. Repert. let. A. pag. 7. m. C. pag. 99. f. pag. 100. g. e pag. 101. p. D. pag. 170. e. E. pag. 343. k. I. pag. 34. i.
§. 16. Repert. let. I. pag. 6. d. R. pag. 315. a.
§. 17. Repert. let. C. pag. 107. d. R. pag. 315. d.
§. 18. Coll. 1. n. 2.
Repert. let. C. pag. 107. d. e.
§. 19. Repert. let. C. pag. 107. f. R. pag. 315. b.

§. 20. Repert. let. A. pag. 30. f. C. pag. 106. e. f. R. pag. 315. c.
§. 21. Repert. let. C. pag. 103. d.
§. 22. Repert. let. C. pag. 75. q. e pag. 107. k.
§. 23. Coll. 1. n. 1. Liv. 2. tit. 12.
Repert. let. A. pag. 38. e. C. pag. 103. e. f. R. pag. 301. e.
§. 24. Repert. let. C. pag. 105. c.
§. 25. Repert. let. C. pag. 75. r. pag. 105. f. e pag. 138. k.
§. 26. Repert. let. A. pag. 44. h. C. pag. 107. l. M. pag. 105. a.
§. 27. Repert. let. B. pag. 65. h. C. pag. 102. h. i. e pag. 103. a. b. c.
§. 28. Repert. let. A. pag. 41. c.
§. 29. Repert. let. C. pag. 103. g. P. pag. 240. g.

Tit. 2.

LEi da Reformaçaõ da Juſtiça. §. 6. de 6 de Dezembro de 1612.
Princip. Repert. let. D. pag. 204. i. O. pag. 173. b.
§. 1. Repert. let. I. pag. 28. b.

Tit. 3.

PRincip. Coll. 2. n. 1. Lei da Reformaçaõ da Juſtiça. §. 16. de 6 de Dezembro de 1612. Alv. de 6 de Março de 1746.
Repert. let. C. pag. 105. a. R. pag. 321. h. T. pag. 362. l. e pag. 378. g.
§. 1. Repert. let. C. pag. 89. f. D. pag. 167. c. M. pag. 113. a. O. pag. 171. c.

Tit. 4.

PRincip. Repert. let. C. pag. 105. b. M. pag. 119. c. O. pag. 173. f. R. pag. 315. e.

Tit. 5.

PRincip. Repert. let. A. pag. 6. m. I. pag. 5. l. pag. 6. a. e pag. 7. b. c.
§. 1. Repert. let. I. pag. 7. d. e pag. 29. e. M. pag. 126. a.
§. 2. Repert. let. I. pag. 5. f. e pag. 7. e.
§. 3. Repert. let. H. pag. 303. l. I. pag. 7. f. g. L. pag. 62. g.
§. 4. Repert. let. H. pag. 304. d. I. pag. 7. h. e pag. 8. a. b. c. d. e.
§. 5. Repert. let. H. pag. 304. b. I. pag. 9. b.
§. 6. Repert. let. E. pag. 221. g. I. pag. 9. a.
§. 7. Coll. 3. n. 1.
Repert. let. D. pag. 207. f. I. pag. 6. c. pag. 9. c. d. e pag. 10. a. b.
§. 8. Declarado na Coll. 3. n. 2. e na Lei de 21 de Outubro de 1763. §. 11.
Repert. let. I. pag. 10. c. d. e pag. 11. a. b.
§. 9. Repert. let. A. pag. 41. f. pag. 49. d. I. pag. 11. c. d.
§. 11. Repert. let. I. pag. 11. e.

Tit. 6.

LEi da Reformaçaõ da Juſtiça. §. 11. de 6 de Dezembro de 1612. Lei de 12 de Junho de 1769. Alv. de 20 de Mayo de 1769.

Tit. 7.

PRoviſaõ, e Decreto de 10 de Março de 1764.
Princip. Repert. let. B. pag. 60. l. C. pag. 107. g. E. pag. 244. k. I. pag. 47. m. P. pag. 219. g.

Tit. 8.

§. 1. REpert. let. A. pag. 19. l. P. pag. 238. h.
§. 2. Declarado na Coll. 1. n. 1. e Coll. 2. n. 1.
§. 3. Repert. let. A. pag. 19. m. e pag. 20. a.
§. 4. Repert. let. A. pag. 19. k.
§. 5. Repert. let. A. pag. 20. b. E. pag. 241. k.
§. 6. Repert. let. C. pag. 73. a. E. pag. 241. l.

Tit. 9.

PRincip. Repert. let. C. pag. 80. e. e pag. 149. l. m. I. pag. 47. i. l. e pag. 61. d. T. pag. 360. f.
§. 1. Repert. let. C. pag. 146. f. I. pag. 61. h. P. pag. 239. h.
§. 2. Repert. let. D. pag. 207. i. I. pag. 61. e.
§. 3. Repert. let. C. pag. 106. d. I. pag. 18. e. U. pag. 284. c.
§. 4. Ampliado na Coll. 1. n. 1.
Repert. let. C. pag. 159. a. R. pag. 314. f.

Tit. 10.

PRincip. Repert. let. A. pag. 39. l. C. pag. 106. c.
§. 1. Repert. let. C. pag. 72. f.

Tit. 11.

PRincip. Lei de 26 de Outubro de 1765. §. 27.
Alv. de 20 de Setembro de 1768.
Lei de 16 de Novembro de 1771. §. 14.
Repert. let. C. pag. 104. a. E. pag. 233. d. I. pag. 5. a. b. P. pag. 224. k.
§. 1. Ampliado na Coll. 1. n. 1. e 2.
Repert. let. C. pag. 104. b. c. M. pag. 124. a. S. pag. 343. h.
§. 2. Repert. let. C. pag. 104. d. e pag. 110. c.
§. 4. Repert. let. C. pag. 104. e. S. pag. 343. g.
§. 6. Repert. let. S. pag. 343. f.
§. 7. Repert. let. C. pag. 110. c. P. pag. 230. o.

Tit. 12.

COll. 1. n. 1. e ſegg. Alv. de 13 de Mayo de 1765.
§. 1. Lei da Reformaçaõ da Juſtiça. §. 7. de 6 de Dezembro de 1612. Coll. 3. n. 1. Coll. 1. n. 1. 2. e 3. Liv. 1. tit. 33.
Repert. let. C. pag. 83. g. e pag. 84. a. C. pag. 110. d. E. pag. 238. m.
§. 2. Repert. let. C. pag. 84. b. m. e pag. 110. b. P. pag. 257. c.

Tit. 13.

PRincip Ampliado, e declarado na Coll. 1. n. 1.
Repert. let. B. pag. 58. l. n. C. pag. 100. k. I. pag. 12. i. L. pag. 78. d. P. pag. 259. i. S. pag. 339. m.
§. 1. Repert. let. A. pag. 4. i. k. B. pag. 58. m.

Tit. 14.

DEcreto de 10 de Março de 1764.
Princip. Repert. let. I. pag. 15. e. L. pag. 81. e. P. pag. 277. g.
§. 1. Repert. let. C. pag. 75. p. M. pag. 114. a.

Tit. 15.

COll. 2. n. 1.
Princip. Repert. let. G. pag. 297. g. I. pag. 13. a. P. pag. 276. f. i.

Tit. 16.

PRincip. Repert. let. B. pag. 61. b. C. pag. 107. h. M. pag 124. c. N. pag. 155. a. O. pag. 173. d. P. pag. 224. h.

Tit. 17.

PRrincip. Repert. let. B. pag. 61. c. C. pag. 84. k. F. pag. 260. b.

Tit. 18.

COll. 1 n. 1. e segg. Coll. 2. n. 1. e segg. Recommendado, e declarado na Lei de 4 de Julho de 1768. a qual foi declarada pela Lei de 12 de Mayo de 1769.
Princip. Repert. let. B. pag. 61. i. e pag. 62. b. C. pag. 119. a. I. pag. 5. c. g. L. pag. 81. d. O. pag. 173. e. P. pag. 225. b. U. pag. 387. i.
§. 1. Revogado em parte pela Lei de 9 de Setembro de 1769. §. 10.

Re-

Repert. let. B. pag. 62. c. I. pag. 5. h. M. pag. 124. b.
§. 2. Repert. let. I. pag. 5. i. N. pag. 155. b.
§. 3. Repert. let. I. pag. 5. d. M. pag. 124. d.
§. 4. Repert. let. B. pag. 61. k. I. pag. 6. f.
§. 5. Repert. let. C. pag. 107. a. b.
§. 6. Repert. let. C. pag. 107. i. I. pag. 6. e.
§. 7. Repert. let. C. pag. 104. f. g. h.
§. 8. Recommendado na Lei de 4 de Julho de 1768. §. penult. declarada pela Lei de 12 de Mayo de 1769.
Repert. let. I. pag. 5. k. M. pag. 124. e.

Tit. 19.

PRincip. Repert. let. B. pag. 58. o. P. pag. 233. l. T. pag. 379. a.

Tit. 20.

PRincip. Repert. let. E. pag. 225. c. d. e pag. 231. a. N. pag. 151. d. e pag. 155. c.
§. 1. Coll. 2. n. 14. §. 2. Liv. 1. tit. 9.
Repert. let. E. pag. 231. b. S. pag. 323. a.

Tit. 21.

PRincip. Repert. let. F. pag. 260. c.

Tit. 22.

PRincip. Repert. let. I. pag. 5. e. P. pag. 193. h. T. pag. 381. d.

Tit.

Tit. 24.

PRincip. Repert. let. C. pag. 119. c. M. pag. 125. a. O. pag. 176. i. P. pag. 218. g. e pag. 235. i.

Tit. 25.

PRincip. Repert. let. C. pag. 79. l. L. pag. 67. d.

§. 1. Declarado na Coll. 1. n. 1. Alv. de 20 de Setembro de 1768. que revogou o de 4 de Março de 1707. da Coll. das Leis Noviſſimas, impreſſas no Moſteiro de S. Vicente de Fóra.

Repert. let. C. pag. 79. m.

Tit. 26.

PRincip. Repert. let. D. pag. 195. a.

§. 1. Lei de 23 de Novembro de 1770. §. Decimo.

§. 3. Repert. let. D. pag. 196. l.

§. 4. Repert. let. D. pag. 195. c. L. pag. 66. b.

§. 5. Repert. let. D. pag. 195. c. P. pag. 227. c.

§. 6. Repert. let. D. pag. 195. h.

§. 7. Repert. let. B. pag. 65. g. C. pag. 71. n. D. pag. 195. d. N. pag. 141. c. P. pag. 330. h. R. pag. 321. l. T. pag. 378. m.

§. 8. Repert. let. C. pag. 148. o. D. pag. 195. e. R. pag. 321. q. e pag. 322. c.

§. 9. Repert. let. D. pag. 195. f. P. pag. 232. d.

§. 10 Repert. let. D. pag. 195. g. I. pag. 6. h.

§. 11. Repert. let. D. pag. 195. i.

§. 12. Repert. let. D. pag. 195. k.

§. 13. Coll. 1. n. 1. e ſegg. Alv. de 13 de Setembro de 1725. na Coll. das Leis Noviſſimas, impreſſas no Moſteiro de S. Vicente de Fóra, o qual revogou o Alv. da Coll. 1. n. 5. deſte tit. As Leis Noviſſimas, que livraõ de direitos, vaõ neſte tomo na Relaçaõ dellas no Tit. das Providencias ſobre a Real Fazenda.

Repert. let. D. pag. 195. l. P. pag. 230. p.

§. 14. Coll. 1. n. 6. e ſegg. Alv. de 5 de Julho de 1747.

Repert. let. D. pag. 195. m. R. pag. 301. m.

§. 15. Coll. 1. n. 10. e 11. Alv. de 17. de Julho de 1769.

Repert. let. D. pag. 195. n. M. pag. 96. c. R. pag. 301. n.

§. 16. Coll. 1. n. 1. Liv. 2. tit. 34.

Repert. let. D. pag. 195. o. M. pag. 114. h.

§. 17. Coll. 2. n. 1. 2. e 3. Lei de 9 de Setembro de 1769. §. 18. no fim.

Repert. let. B. pag. 60. b. e pag. 60. k. D. pag. 195. p. F. pag. 274. e.

§. 18. Repert, let. B. pag. 62. f. D. pag. 195. q. F. pag. 274. f. P. pag. 203. q.

§. 19. Repert. let. C. pag. 148. l. D. pag. 195. r. F. pag. 274. d. I. pag. 14. g.

§. 20. Repert. let. D. pag. 196. a. F. pag. 274. g.

§. 21. Repert. let. D. pag. 196. b.

§. 22. Repert. let. B. pag. 64. k. C. pag. 126. k. D. pag. 196. c.

§. 23. Repert. let. B. pag. 61. e. D. pag. 196 d. E. pag. 261. i. F. pag. 274. h. H. pag. 299. k. I. pag. 13. e. L. pag. 68. d.

§. 24. Repert. let. D. pag. 196. e. P. pag. 262. e.

§. 25. Repert. let. D. pag. 196 f.

§. 26. Repert. let. B. pag. 62. d. D. pag. 196. g.

§. 27. Repert. let. C. pag. 76. h. D. pag. 172. l. e pag. 196. h.

§. 28. Repert. let. B. pag. 63. e. D. pag. 196. i.

§. 29. Repert. let. B. pag. 63. e.
§. 30. Repert. let. B. pag. 64. m. C. pag. 124. k. L. pag. 78. h.
§. 31. Repert. let. B. pag. 63. g.
§. 32. Repert. let. B. pag. 63. f. D. pag. 196. k. M. pag. 97. c.

Tit. 27.

PRincip. Repert. let. F. pag. 275. k. P. pag. 232. f.
§. 1. Repert. let. D. pag. 195. b. F. pag. 275. l. P. pag. 233. f. g. h. e pag. 250. f.
§. 3. Repert. let. F. pag. 275. m. M. pag. 86. b. P. pag. 233. i. pag. 250. h. pag. 252. c. e pag. 271. n.
§. 5. Repert. let. F. pag. 275. n. P. pag. 232. f.

Tit. 28.

PRincip. Repert. let. A. pag. 26. d. D. pag. 197. i. pag. 202. l. e pag. 203. a. M. pag. 114. g. P. pag. 250. k. S. pag. 344. c.
§. 1. Repert. let. S. pag. 344. b.
§. 2. Coll. 1. n. 1. e 2. Alv. de 7. de Fevereiro de 1752. Repert. let. D. pag. 202. g. T. pag. 363. n.

Tit. 29.

LEi de 26 de Outubro de 1765. §. 26. Princip. Repert. let. R. pag. 300. h. U. pag. 392. k.
§. 5. Repert. let. R. pag. 284. d.

Tit.

Tit. 30.

PRrincip. Repert. let. H. pag. 299. b. R. pag. 300. f.

Tit. 32.

PRincip. Repert. let. A. pag. 30. l. N. pag. 140. f.
§. 1. Revogado na Coll. 1. n. 1.

Tit. 33.

PRincip. Repert. let. I. pag. 29. k. l. e pag. 30. a.
§. 3. Repert. let. I. pag. 30. c. P. pag. 187. e. e pag. 192. h.
§. 5. Repert. let. I. pag. 30. d.
§. 6. Repert. let. I. pag. 30. e.
§. 8. Repert. let. I. pag. 30. f. g. M. pag. 124. f. P. pag. 254. d.
§. 9. Repert. let. E. pag. 233. e. I. pag. 30. h. i.
§. 10. Repert. let. I. pag. 30. k.
§. 11 Coll. 2. n. 1. Repert. let. I. pag. 31. a.
§. 12. Repert. let. I. pag. 31. b.
§. 14. Repert. let. I. pag. 31. c.
§. 15. Repert. let. I. pag. 31. d. L. pag. 67. h.
§. 17. Repert. let. I. pag. 31. e.
§. 20. Repert. let. I. pag. 32. a. b.
§. 21. Repert. let. I. pag. 32. c.
§. 22. Repert. let. I. pag. 32. d. M. pag. 126. b.
§. 23. Repert. let. I. pag. 32. e. L. pag. 67. m.
§. 24. Repert. let. L. pag. 85. e.

§. 25. Repert. let. C. pag. 106. g. I. pag. 32. f. g.
§. 28. Repert. let. I. pag. 33. a.
§. 29. Coll. 2. n. 1.
Repert. let. C. pag. 84. d. I. pag. 33. c.
§. 30. Repert. let. I. pag. 33. c.
§. 33. Repert. let. E. pag. 247. c. P. pag. 271. h. i. k. S. pag. 342. i.

Tit. 34.

COll. 1. n. 1. e segg. Alv. de 3 de Dezembro de 1750.
Princip. Repert. let. D. pag. 174. e.
§. 1. Repert. let. A. pag. 53. p.
§. 2. Repert. let. M. pag. 114. e.
§. 3. Repert. let. C. pag. 85. b.

Tit. 35.

LEi de 14 de Outubro de 1766. Lei de 23 de Novembro de 1770.
§. 1. Revogado na Coll. 1. n. 1.
Repert. let. B pag. 59. c. D pag. 194. q. F. pag. 263. g. e pag. 268. d. G. pag. 298. c. N. pag 145. d. e. U. pag. 394. m.
§. 2. Repert. let. M. pag. 123. k. S. pag. 344. f. U. pag. 394. m.
§. 3. Repert. let. B. pag. 59. c. e.
§. 4. Recommendado na Coll. 1. n. 1.
Repert. let. B. pag. 59. h. D. pag. 173. i.
§. 5. Declarado na Coll. 1. n. 2. e na Coll. 2. n. 1.
Repert. let. P. pag. 183. b.
§. 6. Repert. let. P. pag. 183. c.
§. 7. Repert. let. B. pag. 63. l. F. pag. 288. i. P. pag. 236. a.

§. 10.

§. 10. Repert. let. B. pag. 59. d. C. pag. 106. i. F. pag. 266. k. n.
§. 11. Repert. let. B. pag. 59. i. C. pag. 94. e. F. pag. 266. n.
§. 12. Repert. let. B. pag. 59. f. F. pag. 263. h. i. pag. 266. e. e pag. 267. a. f. L. pag. 69. b. o. N. pag. 145. f. P. pag. 199. a. e pag. 222. c.
§. 13. Repert. let. F. pag. 363. k. I. pag. 29. a. L. pag. 69. c.
§. 14. Repert. let. D. pag. 173. i. D. pag. 206. d. I. pag. 13. d. N. pag. 145. g.
§. 16. Repert. let. A. pag. 50. f. B. pag. 59. b. N. pag. 145. h. P. pag. 198. l. m. R. pag. 303. f.
§. 17. Repert. let. B. pag. 59. k. D. pag. 194. r.
§. 18. Repert. let. B. pag. 59. c. l. D. pag. 202. d.
§. 19. Repert. let. B. pag. 59. m.
§. 20. Repert. let. B. pag. 59. n.
§. 21. Repert. let. L. pag. 78. c.
§. 24. Coll. 1. n. 2.
Repert. let. P. pag. 183. d.
§. 25. Repert. let. B. pag. 59. o. F. 288. k.

Tit. 36.

PRincip. Repert. let. B. pag. 64. n. C. pag. 124. l.

Tit. 37.

COll. 1. n. 1.
Princip. Rerpert. let. C. pag. 79. f. g. e pag. 124. h. H. pag. 306. a. M. pag. 130. a.

Tit.

Tit. 38.

PRincip. Repert. let. A. pag. 31. l. m. C. pag. 73. e. pag. 74. a. e pag. 93. b.

§. 1. Coll. 1. n. 1. e segg. Lei de 6 de Mayo de 1769. Repert. let. C. pag. 93. c. e pag. 124. i. D. pag. 200. b. e pag 204. a. F. pag. 267. g. M. pag. 123. h.

§. 2. Repert. let. C. pag. 76. a.

Tit. 39.

COll. 3. n. 1. Liv. 1. tit. 5.

Princip. Repert. let. C. pag. 76. c. e pag. 93. d. O. pag. 165. c.

§. 2. Repert. let. O. pag. 170. c.

§. 3. Repert. let. F. pag. 373. h.

§. 4. Repert. let. C. pag. 75. o.

§. 5. Repert. let. S. pag. 335. i.

Tit. 40.

PRincip. Repert. let. A. pag. 31. k. C. pag. 73. f. e pag. 148. i.

Tit. 41.

PRincip. Repert. let. O. pag. 165. b. P. pag. 230. n.

Tit. 42.

COll. 1. n. 1. e segg. Decreto 1. 2. e 3. de 13 de Agosto de 1706. na Coll. das Leis Novissimas, impressas no

no Mosteiro de S. Vicente de Fóra, e ahi mesmo a fol. 98. Alv. do Regist. sem data

Princip. Repert. let. M. pag. 119. l. R. pag. 300. g.

Tit. 43.

PRrincip. Repert. let. C. pag. 72. b. F. pag. 247. d. e. I. pag. 12. h. N. pag. 155. d. P. pag. 277. e. S. pag. 350. g.

Tit. 44

PRincip. Repert. let. O. pag. 173. i. P. pag. 277. a.

Tit. 45.

PRincip. Repert. let. I. pag. 61. b.

§. 1. Repert. let. D. pag. 207. d. I. pag. 61. a. c. S. pag. 330. a.

§. 2. Repert. let. I. pag. 61. a.

§. 3. Doaçaõ da Casa das Rainhas de 10 de Janeiro de 1643. no fim do Liv. 5. da Ord. Repert. let. I. pag. 61. b. S. pag. 330. c.

§. 4. Repert. let. C. pag. 70. c. O. pag. 178. i. P. pag. 236. g. S. pag. 330. e.

§. 8. Repert. let. S. pag. 330. f.

§. 9. Repert. let. I. pag. 61. a. S. pag. 330. g.

§. 10. Repert. let. I. pag. 61. b. f. S. pag. 330. h.

§. 11. Repert. let C. pag. 101. c. t. T. pag. 362. m.

§. 12. Repert. let. D. pag. 202. k. I. pag. 61. a. S. pag. 330. i.

§. 13. Doaçaõ da Casa das Rainhas de 10 de Janeiro de 1643. no fim do Liv. 5. da Ord.

Re-

Repert. let. S. pag. 330. b.

§. 14. Repert. let. M. pag. 105. f. S. pag. 330. k.

§. 15. Repert. let. C. pag. 153. g. E. pag. 231. h. S. pag. 330. l.

§. 16. Repert. let. S. pag. 330. m. T. pag. 357. e.

§. 17. Repert. let. S. pag. 330. n.

§. 18. Repert. let. T. pag. 360. d.

§. 19. Repert. let. I. pag. 61. a. S. pag. 331. a.

§. 20. Repert. let. S. pag. 331. b.

§. 21. Repert. let. S. pag. 331. b.

§. 22. Repert. let. S. pag. 331. c.

§. 23. Repert. let. T. pag. 357. c. d.

§. 24. Repert. let. S. pag. 331. d. e.

§. 25. Repert. let. S. pag. 331. f.

§. 26. Repert. let. S. pag. 331. g.

§. 27. Repert. let. O. pag. 170. d.

§. 28. Repert. let. S. pag. 331. h.

§. 30. Repert. let. T. pag. 357. f.

§. 31. Repert. let. I. pag. 61. a. O. pag. 178. k. S. pag. 331. i. k.

§. 32. Repert. let. A. pag. 36. m. e pag. 38. i. D. pag. 163. l. O. pag. 178. l. S. pag. 331. l.

§. 33. Repert. let. S. pag. 331. m.

§. 34. Repert. let. D. pag. 207. e. S. pag. 332. a.

§. 37. Repert. let. S. pag. 332. b.

§. 39. Repert. let. E. pag. 233. b.

§. 40. Repert. let. S. pag. 332. c.

§. 41. Coll. 1. n. 1. Coll. 2. n. 1. Regimento do Ouvidor Geral das Terras das Rainhas, de 10 de Janeiro de 1643. no fim do Liv. 5. da Ord. Repert. let. S. pag. 332. e.

§. 42. Regimento dos Dezembarg. do Paço, §. 108. Coll. 1. n. 5. e segg. Decreto de 19 de Outubro de 1644. que transcreve Ferr. na Prat. Crim. Liv. 1. trat. 1. cap. 3. n. 11.

Re-

Repert. let. N. pag. 155. e. O. pag. 179. a.

§. 44. Repert. S. pag. 332. g.

§. 45. Repert. let. O. pag. 179. b. S. pag. 332. g.

§. 46. Repert. let. U. pag. 394. k.

§. 48. Repert. let. A. pag. 46. k. O. pag. 179. c. S. pag. 332. h.

§. 49. Repert. let. A. pag. 36. g.

§. 50. Repert. let. I. pag. 61. a. O. pag. 179. d. S. pag. 332. i.

§. 51. Repert. let. O. pap. 179. e. S. pag. 336. g.

§. 52. Repert. let. A. pag. 38. h.

§. 53. Repert. let. S. pag. 333. a.

§. 55. Repert. let. N. pag. 155. s. S. pag. 333. b.

§. 56. Repert. let. C. pag. 146. k. I. pag. 61. f. N. pag. 155. f. P. pag. 249. h. e pag. 250. i. S. pag. 333. b.

Tit. 46.

COll. 1. n. 1. e 2. Coll. 2. n. 1. e segg. Princip. Repert. let. O. pag. 172. b. U. pag. 388. c.

Tit. 47.

COll. 1. n. 1. e segg. Coll. 2. n. 1. Regimento dos Capitaens Mores, e mais Capitaens, e Officiaes das Companhias da gente de cavallo, e de pé de 15 de Mayo de 1574. que transcreve Ferreir. na Pratica Crimin. tom. 4. cap. 3. n. 53.

Princip. Repert. let. A. pag. 21. p.

§. 1. Repert. let. C. pag. 69. h.

§. 4. Repert. let. D. pag. 167. l.

Tit. 48.

PRincip. Coll. 1. n. 2. Liv 1. tit. 7.
Repert. let. E. pag. 219. e. F. pag. 260. d. H. pag. 306. b. P. pag. 238. g.

Tit. 49.

PRincip. Repert. let. A. pag. 35. a. E. pag. 215. f. P. pag. 200. h. e pag. 239. a.

Tit. 50.

PRincip. Repert. let. A. pag. 27. k. M. pag. 89. a. c. S. pag. 329. m.
§. 2. Coll. 1. n. 6. Liv. 2. tit. 47. Lei de 21 de Outubro de 1763.
Repert. let. B. pag. 64. p. e pag. 65. c. C. pag. 71. m. T. pag. 378. n.

Tit. 51.

COll. 1. n. 1. e ſegg. Declarado, e ampliado o n. 5. pela Lei de 29 de Outubro de 1754.
Princip Repert. let. A. pag. 30. n. D. pag. 194. k. E. pag. 213. n. R. pag. 285. a. T. pag. 377. c. d.
§. 1. Repert. let. A. pag. 31. a.
§. 2 Repert. let. A. pag. 31. b. T. pag. 377. e.
§. 3. Repert. let. A. pag. 31. c. T. pag. 377. f.
§. 4. Repert. let. A. pag. 31. d. T. pag. 377. g.

Tit. 52.

PRincip. Repert. let. C. pag. 162. i. S. pag. 322. b.
§. 1. Repert. let. G. pag. 295. k.
§. 2. Repert. let. D. pag. 198. c. E. pag. 341. q. P. pag. 257. e. S. 322. c.
§. 3. Limitado nas Inſtrucçoens Regias da Decima de 18 de Outubro de 1762. §. 18
Repert. let. D. pag. 191. l. P. pag. 183. l. e pag. 231. c. S. pag. 322. d. T. pag. 364. i.
§. 4 Repert. let. E. pag. 241. r. e pag. 242. b. F. pag. 256. d. H. pag. 300. l. e pag. 308. a. P. pag. 235 c. R. pag. 321. o. T. pag. 364. i.
§. 5. Repert. let. B. pag. 62. n. D. pag. 191. m. E. pag. 242. c. d. e. F. pag. 248. m. H. pag. 299. i. H. pag. 300. m. e pag. 308. b.
§. 5. Repert. let. A. pag. 54. i. C. pag. 128. k. D. pag. 191. n. o. E. pag. 242. f. F. pag. 274. l.
§. 9. Repert. let. P. pag. 231. a.

Tit. 53.

COll. 1. n. 1. Lei do primeiro de Agoſto de 1752.
Princip. Lei ſegunda de 22 de Dezembro de 1761. tit. 3.
Repert. let. D. pag. 189. n. e pag. 190. a. E. pag. 242. o. R. pag. 302. n
§. 3. Repert. let. L. pag. 65. a.
§. 5. Repert. let. A. pag. 46. b. L. pag. 66. a. M. Pag. 86. c. d. N. pag. 156. a. O. pag. 170. i. P. pag. 234. l. pag. 235. a. pag. 249. f. e pag. 252. d.
§. 6. Repert. let. D. pag. 190. b.

§. 7 Repert. let. E. pag. 242. g. e pag. 246. o. L. pag. 77. b.
§. 8. Repert. let. A. pag. 48. g.
§. 10. Repert. let. E. pag. 220. i.

Tit. 54.

PRincip. Repert. let. A. pag. 34. h. e pag. 52. b. I. pag. 2. c. e pag. 3. b. U. pag. 384. h.

Tit. 55.

PRincip. Repert. let. N. pag. 140. c.
§. 1. Repert. let. D. pag. 204. g. F. pag. 273. g. N. pag. 140. b.
§. 2. Repert. let. N. pag. 140. d.
§. 3. Repert. let. F. pag. 273. g. N. pag. 140. e.
§. 4. Repert. let. E. pag. 236. f. F. pag. 263. f.

Tit. 56.

PRincip. Repert. let. P. pag. 257. f. g. U. pag. 393. h. i.
§. 1. Repert. let. P. pag. 257. h. U. pag. 393. k.
§. 2. Repert. let. P. pag. 258. a. U. pag. 393. l.

Tit. 57.

PRincip. Repert. let. E. pag. 247. b. P. pag. 255. c.

Tit. 58.

PRincip. Repert. let. C. pag. 79. o. L. pag. 67. e.
§. 4 Repert. let. P. pag. 253. m.

Tit.

Tit. 59.

COll. 2. n. 1. Coll. 3. n. 1. Liv. 1. tit. 2.
Coll. 3. n. 1. Liv. 1. tit. 5.
Princip. Coll. 1. n. 1. Coll. 2. n. 2.
Repert. let. G. pag. 296. n. P. pag. 255. k. e pag. 256. a. R. pag. 300. e.
§. 1. Coll. 1. n. 2. e 3.
Repert. let. P. pag. 256. b.
§. 3. Repert. let. P. pag. 254. h. e pag. 256. c.
§. 4. Repert. let. C. pag. 79. n. L. pag. 67. f.
§. 5. Revogado na Coll. 2. n. 4.
§. 6. Repert. let. A. pag. 33. o.
§. 7. Repert. let. C. pag. 66. b.
§. 8. Repert. let. C. pag. 100. l. pag. 101. a. e pag. 139. d. E. pag. 215. m.
§. 11. Coll. 1. n. 4. e 5. Coll. 2. n. 3. e 4.
Repert. let. C. pag. 100. h. D. pag. 181. f.
§. 12. Repert. let. A. pag. 5. e.
§. 13. Repert. let. D. pag. 181. e. P. pag. 255. h. U. pag. 394. h.
§. 14. Repert. let. P. pag. 255. i.
§. 15. Repert. let. M. pag. 132. d. P. pag. 255. l. U. pag. 393. o.
§. 16. Repert. let. P. pag. 185. e.

Tit. 60.

COll. 1. n. 1. Resoluçaõ de 21 de Fevereiro de 1752. na Coll. das Leis Novissimas, impressas no Mosteiro de S. Vicente de Fóra.
Princip. Repert. let. A. pag. 33. g. C. pag. 83. f. M. pag. 119. d. P. pag. 257. d.

§. 1.

§. 2. Coll. 1. n. 1. Liv. 2. tit. 42.

Tit. 62.

Coll. 1. n. 1. liv. 1. tit. 57 Coll. 2. n. 4. Liv. 1. tit. 52. Alv. de 6 de Setembro de 1513. na Coll. das Leis Novissimas, impressas no Mosteiro de S. Vicente de Fóra. Lei da Reformaçaõ da Justiça de 6 de Dezembro de 1612. §. 9. Princip. Declarado na Coll. 1. n. 1.
Repert. let. M. pag. 117. f.

§. 1. Repert. let. M. pag. 117. g. P. pag. 255. f.

§. 2. Revogado na Coll 1. n. 2. Liv. 3. tit. 5. e na Coll. 1. n. 4. e 5. Liv. 2. tit. 59. §. 3.
Repert. let. M. pag. 118. a. R. pag. 301. d.

§. 4. Repert. let. M. pag. 118. b. c.

Tit. 63.

Coll. 1. n. 1. e 2. Coll. 2. n. 1. Lei de 10 de Dezembro de 1602. no fim do Liv. 5. da Orden. Lei de 6. de Julho de 1747.

§. 1. Repert. let. R. pag. 302. h.

§. 2. Repert. let. P. pag. 254. h.

§. 3. Repert. let. P. pag. 254. h. R. pag. 302. i. k.

§. 4. Repert. let. R. pag. 302. p.

§. 6. Repert. let. A. pag. 31. e. e pag. 38. k.

§. 7. Repert. let. R. pag. 302. l.

§. 8. Repert. let. R. pag. 302. m.

§. 11. Repert. let. R. pag. 302. o.

A' ORD.

A' ORD. LIV. 3. TIT. 1.

Tit. 1.

§. 1. Repert. let. C. pag. 96. f. g. I. pag. 48. d. N. pag. 156. b. c. P. pag. 231. i. m. n.

§. 2. Coll. 2. n. 1. Lei de 13 de Outubro de 1752.
Repert. let. C. pag. 96. h. e pag. 101. b. I. pag. 48. b. c.

§. 3. Repert. let. N. pag. 156. d.

§. 4. Repert. let. C. pag. 95. k.

§. 5. Repert. let. C. pag. 73. d. P. pag. 236. f.

§. 7. Repert. let. A. pag. 9. k.

§. 8. Repert. let. A. pag. 2. m. C. pag. 100. a. E. pag. 208. d.

§. 9. Repert. let. C. pag. 95. h.

§. 10. Repert. let. C. pag. 95. h. I. pag. 51. d.

§. 11. Repert. let. C. pag. 101. i.

§. 13. Repert. let. C. pag. 95. c. d. D. pag. 193. m. R. pag. 318. c.

§. 15. Repert. let. C. pag. 95. i. F. pag. 250. g.

§. 16. Repert. let. N. pag. 156. e.

§. 17. Repert. let. N. pag. 156. f.

§. 18. Repert. let. C. pag. 96. e. l. m.

§. 19. Repert. let. C. pag. 73. n. pag. 94. i. e pag. 95. l. D. pag. 207. c.

Tit. 2.

Princip. Repert. let. C. pag. 81. c. e pag. 96. o. P. pag. 263. o. e pag. 264. e. R. pag. 287. a.

Tit.

Tit. 3.

PRincip. Repert. let. A. pag. 5. n. e pag. 6. c. d. e. C. pag. 97. a. b. E. pag. 238. f. O. pag. 167. k. R. pag. 205. k.

Tit. 4.

ALv. de 11 de Dezembro de 1748.
Princip. Repert. let. A. pag. 3. i. C. pag. 97. c. d. E. pag. 213. a. R. pag. 287. b.

Tit. 5.

PRincip. Ampliado, e declarado na Coll. 1. n. 1. Repert. let. O. pag. 169. k. P. pag. 255. g. R. pag. 300. d. e pag. 305. e. U. pag. 384. e. f.

§. 1. Assento 3. de 23 de Novembro de 1769.

§. 2. Repert. let. G. pag. 296. p.

§. 3. Limitado no §. 9. deste tit. Lei de Pragmatica de 24 de Mayo de 1749. cap. 29. Declarado na Coll. 3. n. 1. Coll. 1. n. 6. Liv. 1. tit. 2. Repert. let. A. pag. 9. f. g. i. D. pag. 169. o. E. pag. 221. a. M. pag. 114. i. e pag. 136. a. b. c. O. pag. 176. f. P. pag. 225. g. pag. 226. k. pag. 229. f. e pag. 255. d. U. pag. 384. d. e pag. 394. b. c. d. f.

§. 5. Repert. let. M. pag. 136. d. e. O. pag. 176. g. P. pag. 255. e. U. pag. 394. e.

§. 6. Repert. let. C. pag. 67. h.

§. 7. Repert. let. U. pag. 394. g.

§. 9. Recommendado na Coll. 1. n. 2. 3. e 4. e na Coll. 1. n. 4. Liv. 2. tit. 59. Declarado na Coll. 1. n. 4. e segg. Repert. let. C. pag. 100. f. D. pag. 167. b. I. pag. 61. l.

pag.

pag. 253. l. e pag. 257. b.

§. 10. Repert. let. A. pag. 55. e. D. pag. 175. h. F. pag. 250. d.

§. 11. Repert. let. E. pag. 226. i. F. pag. 250. l.

§. 12. Repert. let. M. pag. 119. e.

Tit. 6.

PRincip. Ampliado na Coll. 1. n. 1. e 2. Repert. let. A. pag. 4. p. C. pag. 97. e. f. E. pag. 226. k. P. pag. 254. e. pag. 255. b. e pag. 265. l.

§. 1. Repert. let. A. pag. 6. b. C. pag. 97. g. P. pag. 253. n. R. pag. 303. p.

§. 2. Repert. let. C. pag. 97. h. D. pag. 167. g. l. m. P. pag. 254. b. f. R. pag. 303. k.

§. 3. Repert. let. C. pag. 98. c. d. O. pag. 167. d.

§. 4. Repert. let. A. pag. 4. p. C. pag. 98. e. D. pag. 168. e. e pag. 169. n. F. pag. 251. a. N. pag. 145. a. Q. pag. 278. q.

§. 5. Coll. 2. n. 1. e 2. Liv. 1. tit. 8. Repert. let. A. pag. 9. l. C. pag. 120. b. e. P. pag. 225. a. U. pag. 384. d.

§. 6. Repert. let. P. pag. 239. d. R. pag. 315. g.

Tit. 7.

PRrincip. Repert. let. C. pag. 98. f.

§. 1. Repert. let. C. pag. 98. g. F. pag. 261. d.

§. 2. Repert. let. C. pag. 98. h. i. k. D. pag. 167. d. P. pag. 227. a.

§. 3. Repert. let. A. pag. 2. d. e. f. g. e pag. 6. l. o. D. pag. 167. e. R. pag. 307. b. c. S. pag. 352. f. e pag. 354. e. f.

Tit. 8.

PRincip. Repert. let. C. pag. 98. l. e pag. 120. c. I. pag. 52. b. L. pag. 81. f.

Tit. 9.

PRrincip. Repert. let. A. pag. 3. i C. pag. 99. a. E. pag. 242. i. I. pag. 54. f. e pag. 55. l.

§. 1. Repert. let. C. pag. 82. b. e pag. 101. d. D. pag. 185. e. F. pag. 266. f. i. L. pag. 80. f. e pag. 81. i. N. pag. 156. g. P. pag. 194. g.

§. 2. Repert. let. C. pag. 96. c. E. pag. 218. h. G. pag. 296. b. M. pag. 87. b. N. pag. 156. g. P. pag. 182. f. e pag. 194. h. S. pag. 346. f.

§. 3. Repert. let. E. pag. 209. f. F. pag. 265. e. e pag. 267. d. I. pag. 2. b. Q. pag. 279. a.

§. 4. Repert. let. A. pag. 12. c. e pag. 27. e. D. pag. 193. k. E. pag. 209. g. F. pag. 266. g. P. pag. 198. f. R. pag. 316. d.

§. 5. Repert. let. C. pag. 101. o. F. pag. 267. c. L. pag. 80. g. h. P. pag. 259. d. l. e pag. 264. g.

§. 7. Repert. let. C. pag. 95. f. N. pag. 157. a.

§. 8. Repert. let. C. pag. 95. b. D. pag. 193. c. M. pag. 90. a. N. pag. 157. b.

§. 9. Repert let. A. pag. 30. i. C. pag. 94. f. D. pag. 193. c. M. 131. b. N. pag. 157. c.

§. 10. Repert. let. A. pag. 9. l. C. pag. 94. g. D. pag. 193. b. e pag. 204. e. E. pag. 215. o. R. pag. 207. d.

§. 12. Repert. let. C. pag. 94. h. N. pag. 157. d. P. pag. 194. a. pag. 246. m. e pag. 248. a. R. pag. 316. c. e pag. 317. b. S. pag. 328. c.

§. 13. Repert. let. C. pag. 96. n. P. pag. 231. l.

Tit.

Tit. 10.

§. 1. REpert. let. C. pag. 100. e. R. pag. 306. g.

Tit 11.

PRincip. Repert. let. C. pag. 99. b.

§. 1. Repert. let. C. pag. 99. c. O. pag. 167. b.

§. 2. Repert. let. C. pag. 99. d. H. pag. 299. n.

§. 3. Repert. let. C. pag. 99. g. D. pag. 169. f.

§. 4. Repert. let. A. pag. 4. a. C. pag. 99. h. i. P. pag. 235. e. Q. 283. p.

§. 5. Repert. let. C. pag. 99. k. D. pag. 169. e. R. pag. 321. p.

§. 6. Repert. let. C. pag. 99. l. e pag. 106. h. P. pag. 235. f. g.

§. 7. Repert. let. C. pag. 99. m.

Tit. 12.

PRincip. Limitado na Coll. 1. n. 2. e 3. Liv. 3. tit. 5. §. 9. Coll. 1. n. 4. e 5. Liv. 2. tit. 59. e na Pragmatica de 24 de Mayo de 1749. cap. 29.

Repert. let. C. pag. 100. b. P. pag. 253. k.

§. 1. Repert. let. E. pag. 239. a. O. pag. 176. h. U. pag. 394. i.

Tit. 13.

PRincip. Repert. let. D. pag. 192. i. T. pag. 364. o.

§. 1. Repert. let. D. pag. 192. k.

Tit. 14.

PRincip. Repert. let. A. pag. 2. p. e pag. 7. i. C. pag. 100. c.
§. 1. Repert. let. A. pag. 3. d.
§. 3. Repert. let. A. pag. 3. e. e pag. 8. h.

Tit. 15.

PRincip. Repert. let. C. pag. 100. d. P. pag. 234. p. R. pag. 305. f. h. i. e pag. 318. a.

Tit. 16.

PRincip. Rerpert. let. A. pag. 41. h. e pag. 43. b. c. C. pag. 119. m.
§. 1. Repert. let. T. pag. 371. b. e pag. 376. l. m.
§. 2. Repert. let. A. pag. 42. l. S. pag. 338. h.
§. 3. Repert. let. A. pag. 43. d. e.
§. 4. Repert. let C. pag. 119. n.
§. 5. Repert. let. A. pag. 43. l. C. pag. 119. n.
§. 6. Repert. let. A. pag. 43. f. k.
§. 7. Repert. let. C. pag. 119. o.
§. 8. Repert. let. A. pag. 43. g. h. C. pag. 119. p. e pag. 120. a.

Tit. 17.

PRincip. Repert. let. A. pag. 42. b. e. e pag. 53. n.
§. 1. Repert. let. A. pag. 42. d. f. g. h. S. pag. 353. d.
§. 2. Repert. let. A. pag. 42. c.
§. 3. Repert. let. A. pag. 42. m.
§. 4. Repert. let. A. pag. 42. n.

§. 5

§. 5. Repert. let. A. pag. 42. o. R. pag. 285. b. T. pag. 362. c.
§. 6. Repert. let. A. pag. 42. i. e pag. 53. l. L. pag. 77. c.
§. 7. Repert. let. A. pag. 42. p.

Tit. 18.

ALv. de 9 de Agosto de 1529. na Coll. das Leis Novissimas, impressas no Mosteiro de S. Vicente de Fóra.
Princip. Repert. let. F. pag. 251. b. N. pag. 157. c.
§. 2. Repert. let. F. pag. 251. a. b.
§. 3. Repert. let. D. pag. 168. m. F. pag. 251. e.
§. 4. Repert. let. F. pag. 251. e.
§. 5. Repert. let. D. pag. 168. p. F. pag. 251. f.
§. 6. Repert. let. A. pag. 27. g. D. pag. 168. n. F. pag. 251. g.
§. 7. Repert. let. D. pag. 168. o. F. pag. 251. i. M. pag. 135. f. e pag. 234. e.
§. 8. Repert. let. F. pag. 251. n.
§. 9. Repert. let. C. pag. 150. e. F. pag. 251. n. P. pag. 234. f. e pag. 277. k. T. pag. 367. m.
§. 10. Repert. let. D. pag. 169. a. F. pag. 250. f. e pag. 251. n.
§. 11. Repert. let. D. pag. 169. b. F. pag. 251. o.
§. 12. Repert. let. F. pag. 251. m.
§. 13. Repert. let. S. pag. 338. f.
§. 14. Repert. let. F. pag. 251. k. l.
§. 15. Repert. let. F. pag. 251. c.
§. 16. Repert. let. F. pag. 251. d.

Tit.

Tit. 19.

PRincip. Coll. 2. n. 1. Coll. 1. n. 4. §. 12. Liv. 1. tit. 1. Coll. 1. n. 1. Liv. 1. tit. 49. Coll. 1. n. 4. §. 5. Liv. 1. tit. 1. Pragmatica de 24 de Mayo de 1749. cap. 26. Repert. let. M. pag. 105. d. R. pag. 284. a.

§. 1. Revogado em parte na Coll. 1. n. 4. §. 12. Liv. 1. tit. 1. Repert. let. A. pag. 11. e. pag. 12. g. pag. 22. l. e pag. 54. a. F. pag. 249. d. I. pag. 54. b. P. pag. 277. m.

§. 2. Recommendado, e ampliado na Coll. 1. n. 4. §. 12. Liv. 1. tit. 1.

§. 4. Repert. let. A. pag. 23. l.

§. 7. Repert. let. P. pag. 266. a.

§. 8. Repert. let. P. pag. 231. h.

§. 9. Repert. let. I. pag. 49. a.

§. 10. Repert. let. P. pag. 231. k.

§. 11. Coll. 1. n. 4. §. 12. Liv. 1. tit. 1.

§. 12. Recommendado na Coll. 1. n. 4. §. 12. Liv. 1. tit. 1.

§. 14. Repert. let. I. pag. 49. b.

Tit. 20.

§. 1. REpert. let. R. pag. 287. f.

§. 2. Coll. 1. n. 5 Liv. 1. tit. 2.

§. 3. Repert. let. A. pag. 36. b.

§. 4. Repert. let. F. pag. 250. h. pag. 19. f. e pag. 39. o. C. pag. 130. g. L. pag. 78. i. e pag. 79. f. S. pag. 334. q.

§. 6. Declarado no Aſſento de 29 de Julho de 1769. Repert. let. C. pag. 106. b. E. pag. 238. g. F. pag. 259. b. P. pag. 226. l.

§. 7.

§. 7. Repert. let. A. pag. 11. l. L. pag. 80. a.

§. 8. Repert. let. C. pag. 101. q. P. pag. 263. c.

§. 9. Repert. let. A. pag. 8. h. pag. 17. b. c. e pag. 39. n. E. pag. 212. m. pag. 239. f. i. k. l. e pag. 240. d. R. pag. 300. o. e pag. 305. c. g.

§. 10. Repert. let. A. pag. 3. b. e pag. 9. h. C. pag. 164. i. I. pag. 51. b. P. pag. 259. k.

§. 11. Repert. let. E. pag. 239. h. P. pag. 264. f.

§. 12. Repert. let. R. pag. 284. c.

§. 13. Repert. let. P. pag. 264. i.

§. 15. Repert. let. A. pag. 17. d. g. n. pag. 39. p. e pag. 40. b. E. pag. 240. f. M. pag. 99. c. P. pag. 269. k. e pag. 272. e.

§. 16. Repert. let. A. pag 2. p. L. pag. 80. b. P. pag. 260. b. R. pag. 284. h. e pag. 305. p.

§. 17. Repert. let. A. pag. 3. c. R. pag. 306. b.

§. 18. Repert. let. A. pag. 2. p. L. pag. 80. c.

§. 19. Repert. let. E. pag. 212. o. R. pag. 64. b. R. pag. 316. h.

§. 20. Repert. let. L. pag. 64. c. *alias pag. 299 (a)*

§. 22. Aſſento 5. de 23 de Novembro de 1769. Repert. let. A. pag. 21 p. q. e pag. 8. m. E. pag. 223. a. P. pag. 185. f. R. pag. 306. e.

§. 23. Aſſento 1. de 5 de Dezembro de 1770. Repert. let. A. pag. 16. i. E. pag. 223. a.

§. 24. Aſſento 5. de 23 de Novembro de 1769.

§. 25. Repert. let. I. pag. 50. f.

§. 26. Repert. let. A. pag. 7. a.

§. 28. Declarado na Coll. 3. n. 1. Repert. let. A. pag. 49. e. g.

§. 30. Repert. let. C. pag. 120. h.

§. 31. Repert. let. A. pag. 49. m. e pag. 50. a. O. pag. 172. l. e pag. 173. a. T. pag. 364. d.

§. 32. Repert. let. A. pag. 51. m. l. T. pag. 364. d.

§. 33.

§. 33. Repert. let. A. pag. 49. i. k. E. pag. 212. p.
§. 34. Repert. let. A. pag. 48. n. P. pag. 184. d.
§. 35. Repert. let. A. pag. 49. f.
§. 37. Repert. let. C. pag. 164. g. h. F. pag. 250. n. R. pag. 307. f. e pag. 317. g.
§. 38. Repert. let. A. pag. 18. e. R. pag. 36. h.
§. 40. Repert. let. A. pag. 15. m. P. pag. 265. i. R. pag. 284. f. g.
§. 41. Repert. let. T. pag. 364. d.
§. 43. Repert. let. A. pag. 9. e. E. pag. 222. p.
§. 45. Recommendado na Coll. 2. n. 1.
§. 46. Coll. 3. n. 2. e 3. Assento de 18 de Novembro de 1719.
Repert. let. A. pag. 17. a. e pag. 39. m. P. 227. k.
Declarado na Coll. 3. n. 4. Decreto de 4 de Novembro de 1676. que transcreve Franç. a Mend. no Append. das Leis n. 47. Coll. 3. n. 1. Liv. 1. tit. 39.
Repert. let. A. pag. 15. m.

Tit. 21.

COll. 1. n. 1. Coll. 2. n. 2. Lei de 26 de Abril de 1752. Assento de 18 de Mayo de 1752.
Princip. Repert. let. S. pag. 352. b.
§. 1. Repert. let. C. pag. 128. e.
§. 2. Repert. let. S. pag. 352. c.
§. 3. Repert. let. S. pag 355. b. e pag. 356. f.
§. 4. Coll. 3. n. 1. e segg. Lei da Reformaçaõ da Justiça. de 6 de Dezembro de 1612. §. 19.
Repert. let. C. pag. 162. k. D. pag. 171. g. e pag. 194. a. N. pag. 157. f. P. pag. 270. g. S. pag. 352. d. f. g. h. n. pag. 353. g. e pag. 355. c. d. e.
§. 5. Coll 2. n. 1. e 2. e Coll. 3. n. 4.
Repert. let. S. pag. 352. i. k.

§. 6.

§. 6. Repert. let. S. pag. 352. l.
§. 8. Repert. let. S. pag. 353. i.
§. 9. Repert. let. E. pag. 212. r. S. pag. 352. a. e pag. 355. f.
§. 10. Repert. let. D. pag. 182. b. G. pag. 297. h. S. pag. 356. a.
§. 11. Repert. let. D. pag. 171. i. S. pag. 353. k.
§. 12. Repert. let. S. pag. 355. a.
§. 13. Repert. let. I. pag. 48. a.
§. 15. Declarado na Coll. 3. n. 5.
§. 16. Coll. 3. n. 5.
§. 18. Coll. 2. n. 15. Liv. 1. tit. 1.
Repert. let. L. pag. 67. a.
§. 19. Repert. let. P. pag. 185. m.
§. 20. Repert. let. C. pag. 87. l. S. pag. 356. d.
§. 21. Declarado na Coll. 3. n. 6. 7. e 8.
Repert. let. C. pag. 87. m. S. pag. 353. h. T. pag. 361. r.
§. 22. Coll. 3. n. 6. 7. e 8.
Repert. let. D. pag. 192. n. o. M. pag. 110. g. R. pag. 316. e. T. pag. 361. r.
§. 24. Repert. let. E. pag. 212 q.
§. 25. Repert. let. S. pag. 354. b.
§. 26. Repert. let. D. pag. 182. c. I. pag. 53. k. L. pag. 82. d. S. pag. 352. m. e pag. 355. l.
§. 27. Repert. let. S. pag. 354. c.
§. 28. Declarado na Coll. 1. n. 3. Coll. 2. n. 1.
Repert. let. S. pag. 354. a.
§. 29. Repert. let. S. pag. 354. d.

Tit. 22.

PRincip. Repert. let. C. pag. 85. c. d. e. f. h. i. l. R. pag. 299. e.
§. 1. Repert. let. C. pag. 85. g.

§. 2. Repert. let. C. pag. 85. k. I. pag. 296. o. P. pag. 229. c.
§. 3. Repert. let. C. pag. 85. m. n.

Tit. 23.

PRincip. Repert. let. S. pag. 353. a. b. pag. 54. h. e pag. 355. i.
§. 1. Repert. let. E. pag. 232. c. S. pag. 352. e.
§. 2. Repert. let. E. pag. 232. d. T. pag. 359. k.
§. 3. Repert. let. S. pag. 353. c.

Tit. 24.

COll. 2. n. 1. Liv. 1. tit. 67.
Princip. Ampliado na Coll. 2. n. 1. e 2. Repert. let. C. pag. 161. l. D. pag. 180. k. I. pag. 54. a. e pag. 55. g. P. pag. 187. c.
§. 1. Repert. let. R. pag. 297. f.
§. 2. Repert. let. I. pag. 54. e. O. pag. 170. l. m. e pag. 171. d. R. pag. 298. b.

Tit. 25.

PRincip. Repert let. A. pag. 3. s. e pag. 8. d. C. pag. 98. a. D. pag. 169. g. k. pag. 172. i. e pag. 184. f. D. pag. 193. f. E. pag. 211. i. e pag. 224. h. F. pag. 257. e. R. pag. 307. g. T. pag. 361. y.
§. 1. Repert. let. D. pag. 169. p.
§. 2. Repert. let. A. pag. 17. i. k.
§. 3. Repert. let. D. pag. 169. q. E. pag. 209. l. e pag. 212. l.
§. 5. Repert. let. C. pag. 87. o. D. pag. 169. h. e pag. 196. n. E. pag. 223. c.

§. 6.

§. 6. Repert. let. D. pag. 170. a.
§. 7. Repert. let. D. pag. 170. b.
§. 8. Repert. let. A. pag. 3. t. D. pag. 170. c. e pag. 193. a. S. pag. 335. a.
§. 9. Ampliado na Coll. 1. n. 1. Lei de 11 de Mayo de 1770. §. 5. Repert let. A. pag. 31. p. e pag. 50. k. C. pag. 128. b. D. pag. 170. d. E. pag. 222. n. I. pag. 47. q. e pag. 48. e. R. pag. 285. f. e pag. 305. n.
§. 10. Repert. let. C. pag. 98. b. D. pag. 169. i. E. pag. 224. g. H. pag. 299. h.

Tit. 26.

PRincip. Repert. let. P. pag. 263. d. e. f. R. pag. 320. f.
§. 1. Repert. let. P. pag. 263. g. h. i.

Tit. 27.

PRincip. Repert. let. I. pag. 22. m. P. pag. 263. k. l. e pag. 265. b. c.
§. 1. Repert. let. P. pag. 263. m. e pag. 265. d.
§. 2. Repert. let. A. pag. 50. c. C. pag. 101. l. H. pag. 300. d. I. pag. 22. n. P. pag. 263. n. S. pag. 338. k.

Tit. 28.

PRrincip. Repert. let. A. pag. 13. d. e pag. 84. f. F. pag. 261. a. P. pag. 266. e.
§. 1. Repert. let. C. pag. 107. c. P. pag. 266. f.
§. 2. Decreto de 9 de Janeiro de 1723 na Coll. das Leis Novissimas, impressas no Mosteiro de S. Vicente de Fóra. Coll. 2. n. 4. Liv. 5. tit. 83.

Repert. let. I. pag. 55. b. O. pag. 170. n. P. pag. 266. g.

Tit. 29.

PRincip. Repert. let. C. pag. 85. c. P. pag. 259. b. f.
§. 1. Repert. let. M. pag. 109. i. k. P. pag. 259. c.

Tit. 30.

PRincip. Repert. let. A. pag. 7. k. L. pag. 79. b.
§. 1. Repert. let. S. pag. 388. g.
§. 2. Repert. let. A. pag. 3. k. e pag. 8. i. C. pag. 87. c. D. pag. 168. l. E. pag. 225. b. L. pag. 79. d. e.
§. 3. Repert. let. C. pag. 80. g. D. pag. 169. c. e pag. 185. o.

Tit. 31.

PRincip. Repert. let. F. pag. 259. g. R. pag. 305. l. S. pag. 327. g. e pag. 339. i.
§. 1. Repert. let. S. pag. 339. g.
§. 2. Repert. let. R. pag. 306. d. S. pag. 327. h. e pag. 355. g.
§. 3. Repert. let. S. pag. 327. i. e pag. 339. h.
§. 5. Repert. let. F. pag. 257. d. P. pag. 224. g. R. pag. 305. a. m. S. pag. 328. a.

Tit. 32.

PRincip. Repert. let. D. pag. 166. o. P. pag. 222. e. f.
§. 1. Repert. let. P. pag. 222. d.
§. 3. Repert. let. I. pag. 49. d.

Tit.

Tit. 33.

PRincip. Repert. let. A. pag. 3. p. R. pag. 285. g.
§. 1. Repert. let. R. pag. 285. h.
§. 2. Repert. let. R. pag. 285. i. e pag. 306. a.
§. 3. Repert. let. I. pag. 50. e. R. pag. 287. c. S. pag. 354. k.
§. 4. Repert. let. A. pag. 3. m. e pag. 4. m. R. pag. 286. b. c. d.
§. 5. Repert. let. A. pag. 3. o. e pag. 7. l. E. pag. 213. b. R. pag. 285. k.
§. 6. Repert. let. A. pag. 3. n. R. pag. 286. a. e pag. 304. b.
§. 8. Repert. let. A. pag. 43. i. R. pag. 286. e. f.

Tit. 34.

PRincip Repert. let. A. pag. 7. f. D. pag. 168. k.
§. 1. Repert. let. A. pag. 9. a. E. pag. 216. b.

Tit. 35.

REpert. let. A. pag. 4. d. e pag. 7. g. D. pag. 168. k. R. pag. 307. a.

Tit. 36.

PRincip. Repert. let. A. pag. 4. e. e pag. 8. l. D. pag. 168. k.
§. 2. Repert. let. A. pag. 9. b. P. pag. 268. f.

Tit.

Tit. 37.

PRincip. Repert. let. D. pag. 192. c. E. pag. 234. o. F. pag. 257. k.

§. 1. Repert. let. E. pag. 235. f. e pag. 243. m. F. pag. 256. e.

§. 3. Repert. let. G. pag. 297. a.

§. 4. Repert. let. D. pag. 190. g.

§. 5. Repert. let. D. pag. 169. d. E. pag. 234. p. F. pag. 257. l.

§. 6. Repert. let. E. pag. 235. a.

Tit. 38.

DEcreto de 23 de Novembro de 1739. que tranſcreve Franç. a Mend. no Append. das Leis n. 33.

Princip. Repert. let. D. pag. 189. g. G. pag. 296. q e pag. 297. b.

§. 4. Repert. let. G. pag. 297. d. P. pag. 238. e. e pag. 265. g.

§. 5. Repert. let. E. pag. 235. e. G. pag. 297. e.

§. 6. Repert. let. E. pag. 225. b. G. pag. 297. f. H. pag. 299. f.

Tit. 39.

LEi de 29 de Outubro de 1754. Aſſento 3. de 23 de Novembro de 1769.

Princip. Repert let. A. pag. 9. c. I. pag. 23. h. T. pag. 380. m.

§. 1. Repert. let. P. pag. 234. h.

§. 2. Repert. let. C. pag. 88. b. P. pag. 225. e.

§. 3. Repert. let. P. pag. 234. h. R. pag. 207. h.

Tit.

Tit. 40.

PRincip. Repert. let. N. pag. 140. g. R. pag. 304 n.

§. 1. Repert. let. P. pag. 234. i. k. R. pag. 304. o.

§. 2. Repert. let. A. pag. 4. f. E. pag. 220. b. R. pag. 304. p.

§. 3. Repert. let. A. pag. 4. f. e pag. 25. i. I. pag. 3. d. R. pag. 304. q. e pag. 307. e.

Tit. 41.

PRrincip. Repert. let. M. pag. 106. e. R. pag. 316. o. S. pag. 338. l.

§. 1. Repert. let. L. pag. 77. e. M. pag. 106. f. e pag. 109. a. R. pag. 315. i. e pag. 316. p. S. pag. 336. i.

§. 2. Repert. let. M. pag. 107. a. b. N. pag. 157. g. R. pag. 300. k. e. pag. 316. l. S. pag. 336. k.

§. 3. Repert. let. M. pag. 107. c. R. pag. 316. m.

§. 4. Repert. let. E. pag. 243. h. e pag. 246. b. M. pag. 107. d. R. pag. 316. a. i. e pag. 317. a. S. pag. 356. g.

§. 5. Repert. let. E. pag. 245. n. F. pag. 257. g. M. pag. 107. e. P. pag. 220. c. R. pag. 316. b. n. S. pag. 327. f.

§. 6. Repert. let. M. pag. 107. f. g. e pag. 108. a. b. R. pag. 315. l.

§. 7. Repert. let. M. pag. 108. c. R. pag. 315. m.

§. 8. Repert. let. A. pag. 11. c. C. pag. 99. n. M. pag. 102. g. e pag. 109. b. c. N. pag. 157. h.

§. 9. Repert. let. C. pag. 162. e. D. pag. 165. k. M. pag. 109. g. h. N. pag. 157. i. T. pag. 382. k.

Tit.

Tit. 42.

PRincip. Alv. de 24 de Julho de 1713. que revogou na Coll. 1. do Liv. 1. tit. do Regimento dos Dezemb. do Paço o §. 12. do mesmo Regimento, no qual em parte se revogava esta Ordenaçaõ.
Repert. let. M. pag. 105. h.
§. 1. Repert. let. M. pag. 106. i.
§. 2. Repert. let. B. pag. 61. l. M. pag. 106. a. N. pag. 157. k.
§. 3. Repert. let. M. pag. 106. b.
§. 4. Repert. let. M. pag. 93. q. pag. 106. c. e pag. 127. a.
§. 5. Repert. let. G. pag. 297. c. I. pag. 2. b. M. pag. 106. d.

Tit. 43.

PRincip. Repert. let. I. pag. 59. c. d. e. f.
§. 1. Repert. let. I. pag. 59. g.
§. 2. Repert. let. A. pag. 26. h. I. pag. 59. h.
§. 3. Repert. let. I. pag. 60. a.
§. 5. Repert. let. C. pag. 162. d. I. pag. 60. b. d.
§. 6. Repert. let. A. pag. 5. k. I. pag. 60. c.

Tit. 44.

PRrincip. Repert. let. N. pag. 151. b.
§. 1. Repert. let. N. pag. 150. b.
§. 3. Repert. let. A. pag. 8. e.

Tit.

Tit. 45.

PRincip. Repert. let. R. pag. 305. o.
§. 2. Repert. let. A. pag. 9. n. C. pag. 115. i. N. pag. 151. a.
§. 3. Repert. let. A. pag. 9. o. p. e pag. 10. c. d. D. pag. 169. l.
§. 5. Repert. let. A. pag. 10. a. e.
§. 10. Repert. let. N. pag. 150. d.
§. 11. Repert. let. A. pag. 10. b. f. F. pag. 249. c. I. 37. g. N. 150. d. e.

Tit. 46.

PRincip. Repert. let. A. pag. 41. n. E. pag. 243. a. F. pag. 254. f. H. pag. 300. a. O. pag. 167. h. P. pag. 201. b.

Tit. 47.

PRincip. Lei de 3 de de Novembro de 1757.
Repert. let. B. pag. 62. e. L. pag. 82. g. M. pag. 90. b. e pag. 128. g. N. pag. 157. l. R. pag. 301. l. S. pag. 333. o.
§. 1. Repert. let. A. pag. 4. b. O. pag. 172. k.
§. 2. Repert. let. A. pag. 8. c. g. e pag. 51. k. I. pag. 51. e. P. pag. 258. d.
§. 4. Repert. let. C. pag. 101. m. M. pag. 90. c.

Tit. 48.

PRincip. Repert. let. A. pag. 4. f. F. pag. 250. c. pag. 251. h. e pag. 275. a.

§. 1. Repert. let. F. pag. 274. q. S. pag. 353. e.
§. 2. Repert. let. D. pag. 193. o.
§. 3. Repert. let. A. pag. 37. f.
§. 4. Repert. let. C. pag. 130. e.
§. 5. Repert. let. F. pag. 250. b.

Tit. 49.

PRincip. Repert. let. D. pag. 172. g.
§. 1. Repert. let. E. pag. 240. b. i.
§. 2. Repert. let. E. pag. 240. b. I. pag. 61. i. P. pag. 268. b.
§. 3. Repert. let. E. pag. 240. a.
§. 4. Repert. let. E. pag. 240. l. e pag. 241. i.
§. 5. Repert. let. E. pag. 240. m.
§. 6. Repert. let. E. pag. 240. n. e pag. 241. m.

Tit. 50.

PRincip. Repert. let. E. pag. 240. e. h.
§. 1. Repert. let. C. pag. 126. l. e pag. 127. i. E. pag. 240. g. k. P. 272. f.

Tit. 51.

PRincip. Repert. let. C. pag. 130. d.

Tit. 52.

PRincip. Repert. let. A. pag. 8. k. C. pag. 113. a. e pag. 127. a. I. pag. 56. g. h. i. L. pag. 77. h. M. pag. 102. h.
§. 1. Repert. let. Q. pag. 278. l.

§. 2.

§. 2. Repert. let. A. pag. 8. f. I. pag. 57. a. b.
§. 3. Repert. let. I. pag. 57. c. d. e pag. 58. b. c. P. pag. 269. b. Q. pag. 282. g. R. pag. 321. a. S. pag. 338. d. e.
§. 4. Repert. let. I. pag. 58. a.
§. 5. Repert. let. D. pag. 165. a. F. pag. 294. n. I. pag. 58. d. e.

Tit. 53.

PRincip. Repert. let. A. pag. 49. a. b. D. pag. 170. g. e pag. 71. h.
§. 1. Repert. let. T. pag. 361. a.
§. 2. Repert. let. A. pag. 49. c. D. pag. 171. b.
§. 3. Repert. let. P. pag. 253. a.
§. 5. Repert. let. A. pag. 49. c.
§. 7. Repert. let. A. pag. 49. c. h. D. pag. 171. c.
§. 8. Repert. let. D. pag. 171. d.
§. 9. Repert. let. A. pag. 48. l. C. pag. 126. m. P. pag. 272. g.
§. 10. Repert. let. A. pag. 49. c. D. pag. 171. e. N. pag. 140. h. e pag. 142. a. b. c. P. pag. 268. n.
§. 11. Repert. let. A. pag. 49. c. D. pag. 171. e.
§. 12. Repert. let. D. pag. 171. a.
§. 13. Repert. let. C. pag. 127. k. D. pag. 171. f.

Tit. 54.

§. 1. REpert. let. D. pag. 193. n. p.
§. 2. Repert. let. D. pag. 193. q.
§. 9. Repert. let. D. pag. 193. r. R. pag. 287. g.
§. 12. Repert. let. A pag. 17. m. D. pag. 194. b.
§. 13. Repert. let. D. pag. 194. c.
§. 15. Repert. let. D. pag. 194. d. I. pag. 21. a.

§. 16. Repert. let. E. pag. 210. h. I. pag. 22. d.

Tit. 55.

PRincip. Rerpert. let. T. pag. 375. e.
§. 1. Repert. let. T. pag. 372. b.
§. 2. Repert. let. T. pag. 375. f.
§. 4. Repert. let. T. pag. 375. g.
§. 5. Repert. let. N. pag. 157. m.
§. 6. Repert. let. T. pag. 376. a.
§. 7. Repert. let. C. pag. 94. d. T. pag. 374. k. l. e pag. 375. a.
§. 8. Repert. let. T. pag. 375. b.
§. 9. Repert. let. C. pag. 94. e. T. pag. 375. c.
§. 11. Repert. let. T. pag. 372. m. pag. 373. a. e pag. 376. q.
§. 12. Repert. let. P. pag. 224. g. T. pag. 376. e.

Tit. 56.

§. 1. REpert. let. M. pag. 100. h. P. pag. 198. o. T. pag. 373. b.
§. 2. Repert. let. I. pag. 29. c. T. pag. 373. c.
§. 3. Repert. let. T. pag. 373. d.
§. 4. Repert. let. I. pag. 29. f. g. T. pag. 374. a.
§. 6. Repert. let. M. pag. 111. a. T. pag. 374. b.
§. 7. Repert. let. I. pag. 15. f. g. e pag. 16. a. b. T. pag. 374 c.
§. 9. Repert. let. P. pag. 246. f. T. pag. 374. b.
§. 11. Repert. let. T. pag. 374. e.

Tit.

Tit. 57.

PRincip. Repert. let. F. pag. 247. b. T. pag. 372. a. e pag. 376. f.

Tit. 58.

COll. 3. n. 1.
Princip. Repert. let. C. pag. 130. h.
§. 4. Repert. let. C. pag. 130. i.
§. 5. Repert. let. C. pag. 131. a. F. pag. 248. a. T. pag. 376. g.
§. 8. Repert. let. C. pag. 131. b. I. pag. 17. c.
§. 9. Repert. let. R. pag. 310. c.

Tit. 59.

ASsento 6. de 23 de Novembro de 1769. e Assento 1. de 5 de Dezembro de 1770.
Princip. Repert. let. A. pag. 14. k. C. pag. 131. c. N. pag. 158. a. P. pag. 269. l. e pag. 270. b. d. R. pag. 303. h.
§. 1. Repert. let. C. pag. 131. d. pag. 136. i. e pag. 146. i. E. pag. 224. f. I. pag. 24. a. P. pag. 268. k. l.
§. 2. Repert. let. E. pag. 224. i. e pag. 225. e.
§. 3. Repert. let. C. pag. 101. g. e pag. 131. e. P. pag. 183. g.
§. 4. Repert. let. C. pag. 101. e. D. pag. 168. h.
§. 5. Lei de 11. de Mayo de 1770. §. 5. Repert. let. A. pag. 2. s. e pag. 7. c. B. pag. 65. k. C. pag. 101. f. I. pag. 60. g. R. pag. 306. i. e pag. 307. k.
§. 6. Repert. let. A. pag. 2. t. R. pag. 307. l. m.
§. 7. Repert. let. H. pag. 299. e.
§. 9. Repert. let. E. pag. 239. g. P. pag. 249. g. R. pag. 307. n.

§. 10.

§. 10. Lei de 11 de Mayo de 1770. §. 5. Repert. let. E. pag. 224. d. P. pag. 183. f. e pag. 269. o. R. pag. 307. o.

§. 11. Lei de 11. de Mayo de 1770. §. 5. Repert. let. C. pag. 131. f. e pag. 132. a. D. pag. 206. e. E. pag. 224. k. F. pag. 296. d. P. pag. 271. e.

§. 12. Repert. let. C. pag. 132. b. D. pag. 206. e. H. pag. 300. o. P. pag. 269. m.

§. 13. Repert. let. C. pag. 132. c. P. pag. 186. a. e pag. 269. f. S. pag. 344. k.

§. 14. Repert. let. E. pag. 225. f.

§. 15. Lei de 11 de Mayo de 1770. §. 5. Estat. da Univ. de Coimb. liv. 3. part. 2. tit. 6. cap. 3. §. 9. e part. 3. tit. 5. cap. 3. §. 7. Repert. let. A. pag. 1. b. pag. 31. o. pag. 43. p. e pag. 50. i. C. pag. 84. g. pag. 120. i. e pag. 126. a. D. pag. 207. a. E. pag. 225. f. F. pag. 261. b. M. pag. 113. e.

§. 16. Repert. let. A. pag. 3. a. E. pag. 215. g. P. pag. 269. p.

§. 17. Repert. let. E. pag. 215. l.

§. 19. Coll. 1. n. 1. e segg. Repert. let. C. pag. 114. k. pag. 132. d. e pag. 144. g. h.

§. 20. Repert. let. C. pag. 148. k.

§. 21. Repert. let. C. pag. 132. a.

§. 22. Repert. let. Q. pag. 278. r.

§. 23. Repert. let. A. pag. 47. f. e pag. 132. e. P. pag. 270. f.

§. 24. Repert. let. C. pag. 132. f.

§. 25. Repert. let. C. pag. 132. g. E. pag. 216. a. P. pag. 271. g.

Tit.

Tit. 60.

PRincip. Repert. let. E. pag. 224. c. I. pag. 23. o.

§. 1. Repert let. D. pag. 182. g. P. pag. 276. h.

§. 2. Repert. let. L. pag. 85. b.

§. 3. Repert. let. E. pag. 223. d.

§. 4. Repert. let. E. pag. 224. a. I. pag. 23. p.

§. 5. Repert. let. E. pag. 224. b. F. pag. 248. b. P. pag. 201. a. e pag. 252. f.

§. 6. Repert. let. D. pag. 174. i. E. pag. 223. e. g. I. pag. 23. q.

§. 7. Repert. let. T. pag. 371. e.

Tit. 61.

PRincip. Repert. let. C. pag. 87. n. E. pag. 224. e. G. pag. 297. n. P. pag. 277. c. T. pag. 380. i.

Tit. 62.

PPrincip. Repert. let. E. pag. 210. f. I. pag. 21. e.

§. 1. Repert. let. I. pag. 21. f. g. T. pag. 376. c. i. n.

§. 2. Repert. let. E. pag. 210. g. I. pag. 21. h. S. pag. 355. h. k. T. pag. 376. b.

Tit. 63.

PRincip. Repert. let. C. pag. 130. f. E. pag. 219. k. I. pag. 53. d. pag. 55. h. e pag. 60. e. P. pag. 258. e. S. pag. 337. i.

§. 1. Repert. let. E. pag. 219. g. P. pag. 258. i.

§. 2. Repert. let. S. pag. 337. k.

§. 3.

§. 3. Repert. let. E. pag. 219. l.
§. 4. Repert. let. P. pag. 259. e.
§. 5. Repert. let. C. pag. 95. g. E. pag. 219. h. P. pag. 238. f. pag. 258. k. pag. 259. g. e pag. 264. a. S. pag. 336. m. e pag. 337. a.
§. 6. Repert. let. A. pag. 3. q. pag. 4. h. pag. 7. h. e pag. 9. m. I. pag. 51. i. e pag. 52. k. L. pag. 79. c.

Tit. 64.

DEclara, e reformа em parte este tit.a Lei de 18 de Agosto de 1769. Bem entendida, e declarada pelos Estat. da Univ. de Coimb. liv. 2. tit. 5. cap. 2. e 3. Lei de 3. de Novembro de 1768. §. 3. Assento 5. de 23 de Novembro de 1769. no fim.
Princip. Repert. let. A. pag. 15. p. C. pag. 80. f. pag. 88. a. e pag. 146. h. E. pag. 239. b. I. pag. 55. i. L. pag. 78. g. O. pag. 173. k.
§. 1. Repert. let. O. pag. 172. i.
§. 2. Repert. let. D. pag. 185. g.

Tit. 65.

PRincip. Repert. let. I. pag. 25. c. pag. 48. k. e pag. 49. e. R. pag. 320. q. S. pag. 334. f.
§. 1. Repert. let. I. pag. 49. h. e pag. 50. a. b. S. pag. 333. q. r. e pag. 334. r.
§. 2. Repert. let. I. pag. 49. f. S. pag. 334. a. b.
§. 3. Repert. let. I. pag. 50. c. S. pag. 334. c.
§. 4. Repert. let. A. pag. 37. d. I. pag. 49. g. S. pag. 334. d.
§. 5. Repert. let. N. pag. 158. b. P. pag. 158. l. S. pag. 334. e.

§. 6.

§. 6. Repert. let. D. pag. 181. k. I. pag. 48. f. R. pag. 320. s. S. pag. 324. i.
§. 7. Repert. let. I. pag. 50. d. S. pag. 334. h.

Tit. 66.

PRrincip. Repert. let. P. pag. 253. g. h.
§. 1. Repert. let. C. pag. 120. l. F. pag. 291. e. I. pag. 48. l. e pag. 59. b. g. h. O. pag. 172. c. S. pag. 334. p.
§. 2. Repert. let. L. pag. 82. a. S. pag. 335. b. c.
§. 3. Assento de 25 de Abril de 1770.
Repert. let. S. pag. 335. d.
§. 4. Repert. let. S. pag. 335. e.
§. 5. Repert. let. I. pag. 55. c. P. pag. 192. i.
§. 6. Assento de 20 de Dezembro de 1757.
Repert. let. A. pag. 40. q. D. pag. 166. n. e pag. 181. h. i. k. I. pag. 56. b. P. pag. 184. b. e pag. 277. l. R. pag. 320. r. S. pag. 335. f. g.
§. 7. Repert. let. D. pag. 182. f. I. pag. 53. f. S. pag. 335. h.
§. 9. Repert. let. C. pag. 127. g. D. pag. 189. m. I. pag. 51. h. M. pag. 88. i. R. pag. 308. c. S. pag. 334. m.

Tit. 67.

PRrincip. Repert. let. C. pag. 164. f. U. pag. 385. a.
§. 1. Repert. let C. pag. 121. l. e pag. 164. l.
§. 2. Repert. let. A. pag. 2. r. C. pag. 164. e. R. pag. 307. i.
§. 3. Coll. 2. n. 1. e 2. Coll. 3. n. 1. Regimento do Juizo das Confiscaç. de 24 de Julho de 1663. cap. 25.
Repert. let. C. pag. 146. g. pag. 163. e. e pag. 164. b. P. 262. b.

§. 4. Repert. let. C. pag. 164. b. P. pag. 262. b.
§. 5. Repert. let. C. pag. 89. h. e pag. 164. c. R. pag. 301. c.
§. 6. Repert. let. A. pag. 5. a. C. pag. 164. d. R. pag. 306. h.

Tit. 68.

PRincip. Repert. let. A. pag. 38. d. F. pag. 256. a.
§. 1. Repert. let. A. pag. 38. f.
§. 3. Repert. let. A. pag. 36. d. pag. 39. b. e pag. 52. g.
§. 6. Repert. let. A. pag. 36. d. pag. 39. b. e pag. 52. g. D. pag. 184. h.
§. 7. Repert. let. A. pag. 39. d. R. pag. 318. f.
§. 8. Repert. let. A. pag. 36. c. D. pag. 184. i.

Tit. 69.

PRincip. Repert. let. A. pag. 43. r.
§. 1. Assento de 23 de Mayo de 1758. Repert. let. S. pag. 334. g. k. T. pag. 379. c.
§. 2. Repert. let. C. pag. 96. d. S. pag. 334. l.
§. 3. Repert. let. I. pag. 51. l.
§. 4. Repert. let. A. pag. 39. k. e pag. 40. o. D. pag. 184. g. e pag. 193. g.
§. 5. Repert. let. F. pag. 250. q. P. pag. 258. f. g. S. pag. 334. n.
§. 6. Repert. let. I. pag. 48. n. T. pag. 380. k.
§. 7. Repert. let. A. pag. 15. p. e pag. 35. b.
§. 8. Repert. let. D. pag. 194. g. S. pag. 324. o.
§. 9. Repert. let. A. pag. 10. k. I. pag. 51. m. N. pag. 158. c.

Tit.

Tit. 70.

ASsento de 23 de Mayo de 1758. Princip. Repert. let. A. pag. 2. o. pag. 16. h. e pag. 40. s. T. pag. 361. g.
§. 1. Repert. let. A. pag. 41. b. L. pag. 70. b.
§. 2. Alv. de 18 de Agosto de 1747. no Append. do 1. Repert.
§. 3. Repert. let. A. pag. 35. h. pag. 39. e. f. e pag. 52. h. C. pag. 101. n.
§. 4. Repert. let. C. pag. 96. i. k.
§. 5. Coll. 3. n. 1. Liv. 5. tit. 65. Repert. let. A. pag. 37. i. e pag. 38. g.
§. 6. Coll. 3. n. 1. Coll. 1. n. 5. Liv. 1. tit. 62. Repert. let. A. pag. 21. g. n. pag. 37. g. e pag. 40. p.
§. 7. Repert. let. I. pag. 53. c.
§. 8. Coll. 3. n. 1. Liv. 3. tit. 84.
§. 9. Alv. de 16 de Janeiro de 1759. Repert. let. A. pag. 21. q. e pag. 53. g. Q. pag. 278. m.
§. 10. Repert. let. A. pag. 53. h. P. pag. 233. k.
§. 11. Repert. let. A. pag. 53. i.

Tit. 71.

PRincip. Repert. let. A. pag. 36. i.
§. 1. Repert. let. A. pag. 37. a. b.

Tit. 72.

PRincip. Repert. let. A. pag. 19. h. pag. 37. l. e pag. 39. a.
§. 1. Repert. let. A. pag. 39. h. R. pag. 303. m.

Tit. 73.

PRincip. Repert. let. A. pag. 35. c. e pag. 52. i. k. I. pag. 20. e. e pag. 48. m. e pag. 61. k.

§. 1. Repert. let. S. pag. 338. m. n. o. p.

§. 2. Repert. let. A. pag. 35. g. F. pag. 291. h. S. pag. 339. p.

§. 3. Repert. let. F. pag. 291. i. I. pag. 25. g.

Tit. 74.

PRincip. Repert. let. A. pag. 19. e. e pag. 35. b. C. pag. 88. d. e. f. I. pag. 24. b. e pag. 54. c. T. pag. 361. f.

§. 1. Repert. let. C. pag. 88. g.

§. 2. Repert. let. A. pag. 15. n. I. pag. 24. g.

§. 4. Repert. let. D. pag. 190. h.

§. 5. Repert. let. I. pag. 24. c. d. h. T. pag. 361. i.

Tit. 75.

LEi de 3 de Novembro de 1768.

Princip. Repert. let. N. pag. 158. d. e. pag. 159. a. b. c. d. e. e pag. 160. a. S. pag. 336. l. e pag. 337. b. c. d. e.

§. 1. Repert. let. A. pag. 39. c. N. pag. 160. b. R. pag. 321. g.

Tit. 76.

PRincip. Repert. let. A. pag. 39. q. e pag. 40. d. E. pag. 343. b. M. pag. 105. b.

§. 1. Repert. let. A. pag. 40. e.

§. 2.

§. 2. Repert. let. E. pag. 239. e. e pag. 246. p. r. s.

§. 3. Repert. let. D. pag. 190. l. E. pag. 247. a. R. pag. 321. n.

Tit. 77.

PRincip. Repert. let. A. pag. 40. c. S. pag. 336. a.

Tit. 78.

ASsento 3. de 5 de Dezembro de 1770.

Princip. Repert. let. A. pag. 10. h. pag. 16. c. d. e. l. pag. 37. m. e pag. 40. f. D. pag. 176. b. I. pag. 24. e.

§. 1. Repert. let. A. pag. 10. i. pag. 37. n. e pag. 40. k. R. pag. 310. f. T. pag. 361. o. e pag. 380. f.

§. 2. Repert. let. A. pag. 37. h. O. pag. 40. g. pag. 43. a. pag. 52. l. m. e pag 53. o. I. pag. 48. g. R. pag. 287. d. e pag. 322. a.

§. 3. Repert. let. I. pag. 24. k.

§. 4. Repert. let. A. pag. 37. k. e pag. 52. n. D. pag. 170. k. h. L. pag. 65. b. O. pag. 165. d. e pag. 166. a. b.

§. 5. Repert. let. A. pag. 33. h. pag. 53. a. D. pag. 170. l. I. pag. 13. b.

§. 7. Repert. let. P. pag. 268. c.

§. 8. Coll. 3. n. 1.

Repert. let. A. pag. 16. m. M. pag. 102. c. d. e. P. pag. 268. g.

Tit.

Tit. 79.

ALv. de 18 de Agosto de 1750
§. 1. Repert. let. T. pag. 364. p.
§. 2. Repert. let. A. pag. 39. g. e pag. 41. a. P. pag. 271. d.
§. 3. Repert. let. A. pag. 40. r. R. pag. 318. d. e.
§. 5. Repert. let. A. pag. 41. d.

Tit. 80.

PRincip. Repert. let. A. pag. 40. h. C. pag. 120. m. S. pag. 337. m.
§. 1. Repert. let. A. pag. 36. a. H. pag. 299. a. e pag. 300. c. S. pag. 337. n.
§. 2. Repert. let. A. pag. 36. a. e pag. 39. g. C. pag. 128. d. R. pag. 284. e.
§. 3. Repert. let. I. pag. 14. e. R. pag. 315. k. e pag. 316. f. g. S. pag. 337. o.

Tit. 81.

PRincip. Repert. let. A. pag. 40. i. L. pag. 68. f. S. pag. 337. p. e pag. 338. a. T. pag. 364. a.
§. 1. Repert. let. F. pag. 254. e. S. pag. 338. b. T. pag. 380. e.
§. 2. Repert. let. A. pag. 39. r. S. pag. 338. c. T. pag. 380. d.

Tit. 82.

PRincip. Repert. let. A. pag. 35. d. e. f. e pag. 50. c. H. pag. 298. a. e pag. 300. d. I. pag. 22. o. M. pag. 123. m.

§. 3.

§. 3. Repert. let. A. pag. 39. i.
§. 4. Repert. let. A. pag. 39. i.

Tit. 83.

PRincip. Repert. let. A. pag. 25. l. pag. 49. e. e pag. 50. b. P. pag. 270. a. R. pag. 308. k.
§. 2. Repert. let. E. pag. 224. p. P. pag. 276. m. n.

Tit. 84.

PRincip. Repert. let. A. pag. 16. h. e pag. 17. o.
§. 1. Repert. let. A. pag. 15. h.
§. 2. Repert. let. A. pag. 19. a.
§. 4. Repert. let. A. pag. 18. l. e pag. 41. l. D. pag. 192. h. e pag. 194. n. T. pag. 361. h. k.
§. 5. Repert. let. E. pag. 112. n.
§. 8. Repert. let. A. pag. 15. l.
§. 9. Repert. let. D. pag. 176. a.
§. 10. Repert. let. A. pag. 15. i. P. pag. 229. e.
§. 11. Coll. 3. n. 1.
§. 12. Repert. let. A. pag. 19. i.
§. 13. Repert. let. A. pag. 15. k. D. pag. 194. o.
§. 14. Repert. let. A. pag. 26. e. k. B. pag. 58. p. E. pag. 243. l. F. pag. 259. h. H. pag. 308. c.

Tit. 85.

PRincip. Repert. let. C. pag. 72. c.
§. 1. Repert. let. C. pag. 74. d.
§. 2. Repert. let. C. pag. 74. e.

Tit.

Tit. 86.

DEcreto de 17 de Agoſto de 1729. que tranſcreve Ferr. na Pract. Crimin. liv. 1. p. 2. cap. 2. §. 1. n. 72.

Princip. Repert. let. E. pag. 244. o. e pag. 245. a.

§. 1. Lei de 21 de Mayo de 1751. e Lei de 4 de Mayo de 1757.

Repert. let. E. pag. 244. a. P. pag. 219. d. R. pag. 308. b. T. pag. 361. p.

§. 2. Repert. let. E. pag. 244. b.

§. 3. Repert. let. E pag. 244. c. F. pag. 256. g.

§. 4. Repert. let A. pag. 46. e. B. pag. 63. a. E. pag. 244. d. e pag. 245. b. R. pag. 321. f. S. pag. 338. m.

§. 5. Repert. let. B. pag. 58. a. k. C. pag. 114. f. F. pag. 291. k. l.

§. 6. Repert. let. E. pag. 212. b. M. pag. 110. i. R. pag. 317. f.

§. 7. Repert. let. C. pag. 150. f. E. pag. 243. n. pag. 244. l. e pag. 245. c. P. pag. 219. a.

§. 8. Repert. let. E. pag. 245. d. e. P. pag. 218. k. l.

§. 9. Repert. let. E. pag. 245. f. F. pag. 248. n.

§. 10. Repert. let. E. pag. 245. g. h.

§. 11. Repert. let. E. pag. 245. i.

§. 12. Repert. let. E. pag. 245. k. I. pag. 19. b. O. pag. 170. o. P. pag. 219. b.

§. 13. Repert. let. C. pag. 88. h. D. pag. 192. d. E. pag. 245. l. M. pag. 94. f. P. pag. 247. g. h.

§. 15. Repert. let. D. pag. 184. e. D. pag. 189. l. e pag. 193. e. E pag. 245. o. e pag. 246. c. d. e. S. pag. 339. o. T. pag. 364. q.

§. 16 Repert. let. A. pag. 26. e. e pag. 27. c. C. pag. pag. 121. i. k. D. pag. 191. e. E. pag. 243. e. I. pag. 24. n. e pag. 59. b.

§. 17.

§. 17. Coll. 1. n. 5. Liv. 1. tit. 2. Lei 2. de 22 de Dezembro de 1761. tit. 3. §. 11. Aſſento de 12 de Janeiro de 1771.

Repert. let. E. pag. 211. k. F. pag. 257. h. P. pag. 235. d. T. pag. 364. e. f. g.

§. 18. Repert. let. E. pag. 243. f. P. pag. 247. l. R. pag. 306. f.

§. 19. Repert. let. A. pag. 49. l. L. pag. 82. b. R. pag. 308. i.

§. 23. Ampliado, e declarado na Coll. 1. n. 1. e ſegg. Alv. de 15 de Abril de 1757. Alv. de 21 de Outubro de 1763. §. 13. Alv. de 24 de Março de 1764. Alv. de 17 de Janeiro de 1766. Alv. de 24 de Julho de 1773. Aſſento 2. de 5. de Dezembro de 1770.

Repert. let. E. pag. 244. m.

§. 24. Repert. let. B. pag. 65. o. E. pag. 244. n.

§. 25. Repert. let. T. pag. 362. g.

§. 26. Coll. 3. n. 1. Liv. 1. tit. 84. Regimento do Juizo das Confiſcaçoens, §. 47. de 10 de Julho de 1620. Liv. 5. das Ordenaçoens no fim.

Repert. let. P. pag. 238. d. R. pag. 284. b.

§. 27. Repert. let. A. pag. 46. c. C. pag. 95. m. L. pag. 64. e. M. pag. 137. b. R. pag. 311. a.

§. 28. Repert. let. A. pag. 46. d.

§. 30. Repert. let. L. pag. 65. c.

§. 31. Repert. let. C. pag. 121. f.

Tit. 87.

LEi de 18 de Outubro de 1752.

Princip. Repert. let. E. pag. 210. k. l. e pag. 211. a. b. R. pag. 308. h. U. pag. 393 f.

§. 1. Declarado na Coll. 3. n. 1. Lei da Reformaçaõ da Juſtiça §. 17. de 6 de Dezembro de 1612.

Repert. let. C. pag. 114. g. E. pag. 210. m. e pag. 212. d. F. pag. 247. h.

§. 2. Repert. let. E. pag. 211. c. d. e. R. pag. 322. d.

§. 3. Repert. let. E. pag. 211. f. R. pag. 318. b.

§. 4. Repert. let. E. pag. 210. e.

§. 5. Repert. let. E. pag. 211. g.

§. 7. Repert. let. E. pag. 211. h.

§. 8. Repert. let. E. pag. 211. m.

§. 9. Coll. 3. n. 2.

Repert. let. C. pag. 164. k. E. pag. 210. d. e pag. 211. l.

§. 10. Coll. 3. n. 5. Liv. 1. tit. 6. Lei da Reformaçaõ da Justiça, de 6 de Dezembro de 1612. §. 17.

Repert. let. E. pag. 211. m. M. pag. 99. a. b.

§. 12. Coll. 2. n. 4. Liv. 1. tit. 2. Coll. 3. n. 6. Liv. 1. tit. 1. Lei de 30 de Outubro de 1751.

Repert. let. A. pag. 37. e. C. pag. 139. i. E. pag. 214. n. I. pag. 46. a. R. pag. 300. n.

§. 13. Repert. let. E. pag. 212. c.

§. 14. Repert. let. E. pag. 212. a. I. pag. 46. b. R. pag 300. n.

Tit. 88.

PRincip. Repert. let. E. pag. 210. a. b. R. pag. 284. e. e pag. 316. k. S. pag. 354. i.

§. 1. Repert. let. E. pag. 210. c. P. pag. 231. c.

Tit. 89.

§. 1. REpert. let. P. pag. 220. a. e pag. 231. p. T. pag. 378. k.

Tit.

Tit. 90.

PRincip. Repert. let. E. pag. 243. d. P. pag. 231. g.

Tit. 91.

PRincip. Repert. let. C. pag. 150. d. h. l. k. e pag. 151. b. E. pag. 242. h. P. pag. 238. b. pag. 241. d. e pag. 268. h. S. pag. 339. a.

§. 1. Revogado pela Lei 2. de 22. de Dezembro de 1761. tit. 3. §. 13. e já antes (particularmente) no Alv. de 13 de Novembro de 1756. §. 19.

Repert. let. C. pag. 91. g. I. pag. 11. f. N. pag. 144. b. T. pag. 360. n.

§. 2. Repert. let. C. pag. 151. a. E. pag. 243. g.

Tit. 92.

PRincip. Repert. let. A. pag. 3. x. C. pag. 88. c. E. pag. 243. i. e pag. 246. a. F. pag. 253. p. pag. 254. a. b. c. d. e pag. 255. e. P. pag. 267. i. T. pag. 380. n.

Tit. 93.

PRincip. Repert. let. A. pag. 27. d. e pag. 46. k. l. B. pag. 60. e. h. e pag. 61. f. E. pag. 243. c. M. pag. 120. e. U. pag. 387. k.

§. 1. Repert. let. A. pag. 47. a. b. E. pag. 242. a. M. pag. 120. i.

§. 2. Repert. let. F. pag. 288. l. m. U. pag. 387. l.

§. 3. Repert. let. A. pag. 14. p. e pag. 47. c. C. pag. 101. r. E. pag. 241. p. P. pag. 219. f.

Tit. 94.

PRincip. Repert. let. B. pag. 65. f. q. C. pag. 148. m.
§. 1. Repert. let. B. pag. 65. f. C. pag. 148. n. G. pag. 295. c.
§. 3. Repert. let. A. pag. 46. i. D. pag. 204. k. G. pag. 295. d.
§. 4. Repert. let. C. pag. 146. l. R. pag. 302. g.

Tit. 95.

LEi de 3 de Novembro de 1768.
Princip. Repert. let. R. pag. 318. h. pag. 319. h. e pag. 320. a.
§. 1. Repert. let. R. pag. 320. b.
§. 2. Revogado pela Lei de 7 de Janeiro de 1750. §. os Dezembargadores.
§. 3. Repert. let. R. pag. 319. b. T. pag. 360. o.
§. 4. Repert. let. R. pag. 319. c.
§. 5. Repert. let. F. pag. 249. m.
§. 7. Repert. let. P. pag. 271. f. T. pag. 376. k.
§. 8. Ampliado na Coll. 1. n. 1. Liv. 1. tit. 6. Repert. let. I. pag. 22. l. P. pag. 227. n. e pag. 229. a. R pag. 319. d. f. e pag. 320. c. e.
§. 9. Repert. let. P. pag. 228. b.
§. 10. Ampliado na Coll. 1. n. 1. Liv. 1. tit. 6. Repert. let. P. pag. 227. l. m. R. pag. 319. e.
§. 11. Repert. let. P. pag. 228. c. R. pag. 318 g.
§. 12. Repert. let. P. pag. 228. d. R. pag. 319. g. e pag. 320 d.
§. 13. Repert. let. P. pag. 228. e.

Tit.

Tit. 96.

COll. 1. n. 1. Liv. 1. tit. 6. que foi declarada nos §§. 9. e 10. pela Coll. 1. n. 6. Liv. 1. tit. 2. Coll. 1. n. 1. e Coll. 2. n. 1. deſte tit. Coll. 3. n. 1. e ſegg. deſte meſmo tit. Lei de 7 de Janeiro de 1750, que foi declarada em 15 de Julho de 1755. Reſol. de 14 de Novembro de 1766. Lei 2. de 25 de Junho de 1760. Lei de 18 de Outubro de 1760. Leis ſobre os Ordenados dos Preſidentes, e Miniſtros dos Tribunaes:
Junta dos Trez Eſtados: Alv. de 13 de Julho de 1751.
Conſelho da Fazenda, e todas as Caſas, Juizos, e Meſas da ſua repartiçaõ: Alv. de 29 de Dezembro de 1753. ampliado pelo Alv. de 20 de Novembro de 1754.
Senado da Camara da Cidade de Lisboa, e Officiaes da ſua repartiçaõ: Alv. de 23 de Março de 1754.
Meza do Dezembargo do Paço: Alv. de 4 de Fevereiro de 1755.
Caſa da Supplicaçaõ: Alv. de 4 de Fevereiro de 1755.
Ouvidor das Capellas dos Senhores Reis D. Affonſo, e D. Beatriz, &c. Alv. de 21 de Junho de 1758.
Princip. Repert. let. A. pag. 50. l.
§. 1. Repert. let. A. pag. 51. f. o.
§. 2. Repert. let. A. pag. 51. a.
§. 3. Repert. let. A. pag. 51. b. c.
§. 6. Repert. let. A. pag. 51. d.
§. 7. Repert. let. A. pag. 51. h.
§. 8. Repert. let. A. pag. 51. i.

Tit. 97.

LEi de 7 de Janeiro de 1750. §. os Corregedores 3.
Princip. Repert. let. E. pag. 235. k.

§. 1.

§. 1. Repert. let. E. pag. 236. a. b.
§. 2. Repert. let. E. pag. 236. c.
§. 3. Repert. let. E. pag. 236. d.
§. 5. Declarado, e recommendado na Lei de 7 de Janeiro de 1750. §. os Dezembargadores.
Repert. let. E. pag. 236. e. R. pag. 299. f.

Tit. 98.

PRincip. Repert. let. C. pag. 72. a. F. pag. 247. c. I. pag. 53. l. L. pag. 82. f.

Tit.

A' ORD. LIV. 4. TIT. 1.

Tit. 1.

PRincip. Repert. let. C. pag. 114. l. e pag. 132. h. *i.* U. pag. 385. b.
§. 1. Repert. let. A. pag. 42. k. C. pag. 114. m. n. o. p. e pag. 132. k. l. N. pag. 160. c. P. pag. 236. h. i. k. e pag. 237. a.

Tit 2.

PRincip. Repert. let. C. pag. 114. q. pag. 115. a. e pag. 132. m. I. pag. 24. o.
§. 1. Repert. let. C. pag. 116. c. S. pag. 343. c.
§. 2. Repert. let. C. pag. 115. b.
§. 3. Repert. let. A. pag. 48. h. C. pag. 116. d. S. pag. 343. d. U. pag. 387. d.

Tit. 3.

PRincip. Repert. let. C. pag. 118. b. pag. 147. a. pag. 149. n. e pag. 150. a. E. pag. 241. o. H. pag. 307. b. c. d. P. pag. 235. b. T. pag. 362. e. e pag. 364. c. U. pag. 388. l.
§. 1. Repert. let. A. pag. 4. g. C. pag. 150. b. H. pag. 307 e. O. pag. 166. i. P. pag. 249. d. e pag. 250. l.

Tit.

Tit. 4.

PRincip. Repert. let. A. pag. 54. c. C. pag. 115. c. pag. 116. e. e pag. 132. n. F. pag. 292. c. P. pag. 181. b. e pag. 182. a. U. pag. 385. c. e pag. 388. d.

§. 1. Repert. let. C. pag. 115. d. e pag. 132. o. P. pag. 182. b. U. pag. 386. a. g. pag. 387. g. pag. 389. e' e pag. 396. d.

§. 2. Repert. let. C. pag. 115. e. pag. 116. f. e pag. 133. a. E. pag. 338. c. F. pag. 291. d. P. pag. 182. c. d. e pag. 253. b. U. pag. 386. e. b. f. pag. 387. h. pag. 389. f. g. e pag. 396. e.

Tit. 5.

PRincip. Repert. let. C. pag. 115. f. e pag. 116. g. D. pag. 204. h. F. pag. 257. a. P. pag. 237. b.

§. 1. Repert. let. P. pag. 237. c. d.

§. 2. Repert. let. C. pag. 115. l. E. pag. 235. c. P. pag. 237. e. U. pag. 387. b.

§. 3. Repert. let. N. pag. 160. d. P. pag. 237. f. R pag. 301. h. U. pag. 386. c. d.

Tit. 6.

PRrincip. Repert. let. C. pag. 95. n. pag. 116. a. h. e pag. 128. h. P. pag. 237. g.

1. Repert. let. C. pag. 95. o. E. pag. 208. g.

§. 2. Repert. let. A. pag. 46. g. h. C. pag. 150. c. E. pag. 212. f.

§. 3. Repert. let. S. pag. 339. c.

Tit. 7.

PRincip. Repert. let. C. pag. 117. i. D. pag. 204. h. U. pag. 387. h.

§. 1. Repert. let. C. pag. 117. k. D. pag. 204. h.

§. 2. Repert. let. I. pag. 24. l. U. pag. 387. e.

Tit. 8.

PRincip. Repert. let. C. pag. 117. a. e pag. 147. k. D. pag. 165. b. P. pag. 123. a. U. pag. 388. i.

§. 1. Repert. let. C. pag. 148. a. U. pag. 385. k. e pag. 387. f.

§. 2. Repert. let. C. pag. 117. b. e pag. 148. b. D. pag. 165. c. U. pag. 358. k.

§. 3. Repert. let. C. pag. 148. c. U. pag. 385. m.

§. 4. Assento 1. de 23 de Novembro de 1769. Repert. let. C. pag. 117. c. e pag. 148. d. U. pag. 388. m.

§. 5. Repert. let. C. pag. 148. f. D. pag. 165. g. U. pag. 388. n.

§. 6. Repert. let. C. pag. 148. g. U. pag. 389. a.

§. 8. Repert. let. C. pag. 117. l.

Tit. 9.

PRincip. Lei de 3. de Novembro de 1757. Repert. let. A. pag. 47. h. i. pag. 48. a. e pag. 117. e. f. H. pag. 307. f. U. pag. 385. d. l.

§. 1. Repert. let. A. pag. 48. b. C. pag. 117. g. I. pag. 24. m.

Tit. 10.

PRincip. Repert. let. C. pag. 147. c. d. L. pag. 82. h. U. pag. 385. e.

§. 1. Repert. let. H. pag. 307. p. L. pag. 83. d.

§. 2. Repert. let. L. pag. 83. e.

§. 3. Repert. let. A. pag. 3. r. e pag. 7. e. C. pag. 117. h. e pag. 147. b. F. pag. 274. k. N. pag. 160. e.

§. 4. Repert. let. C. pag. 115. g. e pag. 147. e. U. pag. 386. k.

§. 5. Repert. let. C. pag. 147. f.

§. 7. Repert. let. D. pag. 199. b. N. pag. 160. f.

§. 9. Repert. let. E. pag. 242. l. L. pag. 83. a. U. pag. 386. l.

§. 11. Repert. let. C. pag. 133. b. e pag. 147. g. h. i. D. pag. 199. c. L. pag. 67. o. e pag. 83. b. c. f. g. N. pag. 148. a. P. pag. 192. k.

Tit. 11.

LEi de 9 de Julho de 1773. Declarada, e ampliada pelo Alv. de 14 de Outubro de 1773.

Princip. Repert. let. U. pag. 387. n. e pag. 388. b.

§. 1. Repert. let. T. pag. 365. c.

§. 2. Repert. let. C. pag. 117. d. C. pag. 122. d. N. pag. 160. g. P. pag. 181. a. U. pag. 387. c.

§. 3. Repert. let. E. pag. 213. i.

§. 4. Repert. let. A. pag. 53. e f. p. D. pag. 173. e. M. pag. 126. b. S. pag. 329. l. U. pag. 283. e. e pag. 388. a.

Tit.

Tit. 12.

PRincip. Repert. let. A. pag. 34. k. N. pag. 146. a. e pag. 161. a. P. pag. 194. b. P. pag. 199. g. h. T. pag. 381. e. U. pag. 385. h.

Tit. 13.

PRincip. Repert. let. C. pag. 133. c. L. pag. 72. b. c. P. pag. 238. a. U. pag. 385. f.

§. 1. Repert. let. C. pag. 115. h. E. pag. 220. l. L. pag. 73. a. U. pag. 383. f. pag. 386. m. e pag. 387. a.

§. 2. Repert. let. U. pag. 386. n.

§. 3. Repert. let. U. pag. 386. o.

§. 4. Repert. let. C. pag. 118. c. L. pag. 73. b.

§. 5. Repert. let. E. pag. 216. g. L. pag. 73. c. P. pag. 249. g. T. pag. 362. d. U. pag. 385. i.

§. 6. Repert. let. E. pag. 216. f. L. pag. 74. a. b. e pag. 75. a.

§. 7. Repert. let. D. pag. 193. h. L. pag. 75. b. e pag. 77. a. R. pag. 301. g. T. pag. 362. a. e pag. 364. n. U. pag. 389. b. h.

§. 8. Repert. let. D. pag. 194. e. L. pag. 75. c. M. pag. 114. d. O. pag. 171. i. P. pag. 267. e.

§. 9. Repert. let. L. pag. 75. d. e pag. 76. a. b. N. pag. 161. b. R. pag. 303. d.

§. 10. Repert. let. E. pag. 216. c. d. e. F. pag. 291. f. g. L. pag. 76. c. d. U. pag. 385. g. e pag. 389. c. d.

Tit. 14.

PRincip. Repert. let. A. pag. 30. o. C. pag. 93. i. pag. 118. n. e pag. 128. m. D. pag. 184. d. O. pag.

170. e. R. pag. 284. m. T. pag. 377. a.

§. 1. Repert. let. P. pag. 251. b. pag. 259. h. e pag. 269. g.

Tit. 15.

COll. 1. n. 1. e 2. Coll. 1. n. 1. Liv. 2. tit. 63. Lei de 5. de Janeiro de 1757.

Princip. Repert. let. A. pag. 14. h. e pag. 48. f. B. pag. 60. d. e pag. 62. a. C. pag. 118. o. pag. 133. d. e pag. 141. d. E. pag. 207. a. e pag. 220. g. I. pag. 52. a. N. pag. 161. c. O. pag. 169. h. R. pag. 302. c.

§. 1. Repert. let. E. pag. 215. e.

Tit. 16.

PRincip. Repert. let. C. pag. 84. h. pag. 102. f. e pag. 119. b. F. pag. 260. f.

Tit. 17.

PRincip. Repert. let. C. pag. 118. d. D. pag. 204. d. E. pag. 215. n. pag. 217. d. e pag. 221. p.

§. 1. Repert. let. C. pag. 118. e. E. pag. 221. q.

§. 2. Repert. let. C. pag. 118. f. E. pag. 212. g. e pag. 221. l.

§. 3. Repert. let. C. pag. 118. g. E. pag. 217. h.

§. 4. Repert. let. C. pag. 118. h. E. pag. 222. e.

§. 5. Repert. let. C. pag. 118. i. D. pag. 204. d. E. pag. 221. m. t.

§. 6. Repert. let. C. pag. 118. k. D. pag. 186. k.

§. 7. Repert. let. D. pag. 204. d. E. pag. 221. n. M. pag. 102. i. T. pag. 361. m.

§. 8. Repert. let. B. pag. 65. d. E. pag. 217. e. T. pag. 361. m.

§. 9.

§. 9. Repert. let. E. pag. 217. c.

§. 10. Repert. let. E. pag. 217. f. L. pag. 84. i. e pag. 277. n.

Tit. 18.

COll. 1. n. 1.

Princip. Repert. let. C. pag. 127. a. I. pag. 58. f. P. pag. 182. e. e pag. 269. c. T. pag. 360. k.

Tit. 19.

PRincip. Repert. let. A. pag. 48. i. C. pag. 133. e. f. E. pag. 222. m.

§. 2. Repert. let. C. pag. 133. g. e pag. 136. e. P. pag. 271. m.

Tit. 20.

COll. 2. n. 2. Liv. 5. tit. 76. no §. 7. das Declaraçoens ahi juntas.

Princip. Repert. let. C. pag. 117. i. pag. 133. h.

Tit. 21.

ALv. de 13 de Setembro de 1748.

Princip. Declarado, e em parte revogado na Coll. 1. n. 1.

Repert. let. A. pag. 30. m. C. pag. 133. i. M. pag. 115. e. f. R. pag. 284. l.

§. 1. Repert. let. L. pag. 77. g. P. pag. 183. i.

Tit.

Tit. 22.

PRincip. Repert. let. E. pag. 217. i. M. pag. 116. a.

Tit. 23.

COll. 1. n. 1. e 2. Lei de 25 de Junho de 1760. §. 8. Lei de 22 de Mayo de 1771.

Princip. Declarado na Coll. 1. n. 3. Liv. 1. tit. 49. Repert. let. A. pag. 32. i.

§. 1. Repert let. A. pag. 33. b. D. pag. 185. n. S. pag. 333. g. T. pag. 361. l.

§. 3. Repert. let. A. pag. 5. q. pag. 32. d. h. e pag. 33. f. P. pag. 219. h.

Tit. 24.

LEi de 3 de Novembro de 1757.

Princip. Repert. let. A. pag. 32. e. f. g. D. pag. 185. i. k. l. m. L. pag. 66. d. e. f. g. S. pag. 333. h.

§. 1. Repert. let. A. pag. 33. e. S. pag. 333. f.

Tit. 25.

PRincip. Repert. let. C. pag. 133. k. O. pag. 169. i. R. pag. 301. s.

Tit. 26.

PRincip. Repert. let. O. pag. 170. h.

Tit.

Tit. 27.

PRincip. Repert. let. A. pag. 47. d. E. pag. 213. d. e pag. 237. g. L. pag. 67. k. R. pag. 301. p.

§. 1. Repert. let. E. pag. 213. f. pag. 221. c. e pag. 237. e. f. R. pag. 301. q.

§. 2. Repert. let. E. pag. 213. e. e pag. 238. a. L. pag. 67. l. R. pag. 301. r.

Tit. 28.

PRincip. Repert. let. R. pag. 302. l. U. pag. 394. n.

Tit. 29.

PRincip. Repert. let. S. pag. 333. k. e pag. 346. i.

§. 1. Repert. let. S. pag. 341. d. e pag. 346. k.

Tit. 30.

PRincip. Repert. let. C. pag. 152. e. L. pag. 62. a.

§. 2. Repert. let. C. pag. 145. l.

Tit. 31.

§. 1. REpert. let. S. pag 346. l.

§. 2 Repert. let. S. pag. 346. m.

§. 4. Repert. let. S. pag. 346. n.

§. 7. Repert. let. S. pag. 347. a.

§. 8. Repert. let S pag. 347. b. c.

§. 10. Repert. let. C. pag. 153. c.

§. 11. Repert. let. C. pag. 153. d. D. pag. 199. i. L.

pag.

pag. 67. n. P. pag. 253. c.
§. 12. Repert. let. S. pag. 347. d.

Tit. 32.

PRincip. Repert. let. C. pag. 153. a. L. pag. 62. e. M. pag. 110. d. P. pag. 249. i. e pag. 252. n. S. pag. 346. g.
§. 1. Repert. let. A. pag. 8. b. C. pag. 152. m. e pag. 153. b. H. pag. 300. k. L. pag. 62. f. P. pag. 250. a. e pag. 252. o. S. pag. 346. h.

Tit. 33.

PRincip. Repert. let. P. pag. 270. h. S. pag. 333. i.
§. 2. Repert. let. P. pag. 272. c. T. pag. 367. l.

Tit. 34.

PRincip. Repert. let. C. pag. 152. k. l. L. pag. 62. d. S. pag. 333. l.

Tit. 35.

PRincip. Repert. let. A. pag. 33. m. S. pag. 333. n. T. pag. 362. i.
§. 1. Repert. let. N. pag. 161. e.

Tit. 36.

LEi de 4 de Fevereiro de 1765. no §. 5. Lei de 16 de Janeiro de 1773.
Princip. Repert. let. F. pag. 276. c. e pag. 289. a. H. pag. 301. c. N. pag. 148. d.

§. 1.

§. 1. Repert. let. F. pag. 277. a. b. e pag. 289. b. c. d. e. H. pag. 301. d. N. pag. 149. c.
§. 2. Declarado, e ampliado na Lei de 9 de Setembro de 1769 nos §§ 25. e 26. Regimento do Juizo das Confiscaç. cap. 51. de 10 de Julho de 1620. no fim. Repert. let. B. pag. 63. k. e pag. 64. a. e. F. pag. 263. a. pag. 265. a. pag. 268. c. e pag. 277. c. d. e. N. pag. 146. b. pag. 148. e. e pag. 149. d. R. pag. 310. a. S. pag. 344. h. U. pag. 384. b.
§. 3. Repert. let. F. pag. 277. f.
§. 4. Repert. let. E. pag. 236. g. F. pag. 263. b. pag. 264. a. pag. 277. g. h. e pag. 289. f. g.
§. 5. Repert. let. F. pag. 278. a.
§. 6. Repert. let. F. pag. 278. b.
§. 7. Repert. let. F. pag. 278. c.

Tit. 37.

PRincip. Repert. let. C. pag. 80. d. F. pag. 278. d. e. N. pag. 148. b. P. pag. 229. i. R. pag. 320. k.
§. 1. Repert. let. B. pag. 64. b. F. pag. 279. a. N. pag. 148. c. h. P. pag. 229. k. R. pag. 320. i.
§. 2. Repert. let. F. pag. 279. b. c. P. pag. 230. a.
§. 3. Repert. let. F. pag. 279. d. N. pag. 148. g. P. pag. 269. r.
§. 4. Repert. let. F. pag. 279. e. N. pag. 148. f. e pag. 161. d.
§. 5. Repert. let. F. pag. 279. f. N. pag. 149. b. P. pag. 230. b.
§. 6. Repert. let. A. pag. 15. a. b. d. B. pag. 64. d. F. pag. 280. a. b. e pag. 289. h. N. pag. 146. c.
§. 7. Repert. let. F. pag. 280. c.
§. 8. Repert. let. F. pag. 280. d. P. pag. 230. c.

Tit. 38.

PRincip. Declarado nos Corpos de maõ morta na Lei de 4 de Julho de 1768. que se declarou pela Lei de 12 de Mayo de 1769.
Repert. let. A. pag. 15. e. B. pag. 64. g. D. pag. 206. c. F. pag. 280. e. pag. 281. a. b. pag. 282. a. pag. 283. a. b. c. pag. 284. a. b. pag. 285. a. pag. 286. a. e pag. 289. i. L. pag. 67. b. Q. pag. 278. n. o. T. pag. 362. f.
§. 1. Repert. let. C. pag. 110. h. F. pag. 285. b.
§. 2. Repert. let. F. pag. 286. b.
§. 3. Repert. let. F. pag. 286. c.
§. 4. Repert. let. A. pag. 54. g.

Tit. 39.

COll. 1. n. 5. Liv. 4. tit. 70. e n. segg. Alv. de 21 de Janeiro de 1766.
Princip. Repert. let. C. pag. 110. i. F. pag. 286. b.
§. 1. Repert. let. C. pag. 110. i. k. l. F. pag. 287. a. b.
§. 2. Lei de 12 de Mayo de 1769. que declarou a Lei de 4 de Julho de 1768. Alv. de 7 de Fevereiro de 1772. Repert. let. C. pag. 111. a. b. F. pag. 287. c. d. e pag. 289. k. M. pag. 119. b.

Tit. 40.

PRincip. Repert. let. A. pag. 14. g. C. pag. 76. i. F. pag. 289. l. N. pag. 161. f.

Tit.

Tit. 41.

ALv. de 7 de Fevereiro de 1772.
Princip. Repert. let. F. pag. 287. e. M. pag. 161. g.

Tit. 42.

COll. 1. n. 1. 2. e 3. Leis de 6. e 7 de Junho de 1755. Lei de 19 de Setembro de 1761. Alv. 1. de 16 de Janeiro de 1773.
Repert. let. A. pag. 50. h. H. pag. 299. d. M. pag. 119. f.

Tit. 43.

PRincip. Repert. let. S. pag. 341. f. g.
§. 1. Repert. let. A. pag. 25. k. C. pag. 95. p. S. pag. 341. h.
§. 2. Repert. let. C. pag. 96. a. E. pag. 208. a. S. pag. 341. i.
§. 3. Repert. let. S. pag. 341. k.
§. 4. Recommendado na Coll. 1. n. 15. Liv. 1. tit. 58. Repert. let. S. pag. 341. l.
§. 5. Repert. let. S. pag. 333. c.
§. 6. Repert. let. S. pag. 341. m. e pag. 342. a.
§. 7. Repert. let. S. pag. 342. b.
§. 8. Repert. let. S. pag. 342. c.
§. 9. Sobre o fim deste §. Lei de 3 de Agosto de 1770. §. 22.
Repert. let. P. pag. 276. e. S. pag. 342. d.
§. 11. Repert let. M. pag. 99. d. S. pag. 342. e.
§. 12. Repert. let. M. pag. 99. e.
§. 13. Repert. let. L. pag. 67. c. S. pag. 342. f.

§. 14. Repert. let. I. pag. 6. g. L. pag. 67. c.
§. 15. Repert. let. C. pag. 79. k. F. pag. 261. e. H. pag. 302. d. P. pag. 239. c.
§. 16. Recommendado este §. e o §. 15. acima pela Lei de 4 de Julho de 1768. no §. final.

Tit. 44.

ALv. de 17 de Junho de 1766.
Princip. Repert. let. C. pag. 112. b. c. d. e. pag. 134. a. H. pag. 301. e. M. pag. 93. h. S. pag. 344. l. e pag. 345. a. g.
§. 1. Repert. let. C. pag. 112. e. f. S. pag. 333. p. e pag. 345. b.
§. 2. Repert. let. C. pag. 112. g. S. pag. 345. d.
§. 3. Repert. let. C. pag. 112. h. i. M. pag. 93. i. N. pag. 161. h. S. pag. 345. e.
§. 4. Repert. let. C. pag. 112. k. S. pag. 345. f.
§. 5. Repert. let. C. pag. 112. l. S. pag. 345. h.
§. 6. Repert. let. C. pag. 112. m. S. pag. 345. i.
§. 7. Repert. let. C. pag. 112. n. R. pag. 303. l.
§. 8. Repert. let. C. pag. 113. a. C. pag. 122. b. c. S. pag. 345. c.
§. 9. Repert. let. C. pag. 113. b. c. S. pag. 345. k. l.
§. 10. Repert. let. C. pag. 112. a. D. pag. 165. b. S. pag. 345. m.
§. 11. Repert. let. C. pag. 113. d. S pag. 345. n.

Tit. 45.

PRincip. Repert. let. A. pag. 47. e. C. pag. 134. b.
§. 1. Repert. let. C. pag. 134. c. H. pag. 299. c. e pag. 300. p.

§. 2.

§. 2. Alv. de 3 de Novembro de 1757. Repert. let. C. pag. 134. d. R. pag. 299. c. H. pag. 300. p. L. pag. 67. g. P. pag. 185. k. l.
§. 3. Repert. let. C. pag. 134. e. H. pag. 301. f.
§. 4. Repert. let. C. pag. 134. f. L. pag. 67. i.

Tit. 46.

PRincip. Limitado na Lei de 9 de Setembro de 1769. §. 27. Repert. let. C. pag. 77. d. g. M. pag. 90. e. e pag 103. c.
§. 1. Repert. let. C. pag. 77. h. e pag. 136. k. M. pag. 91. a. e pag. 103. f. P. pag. 271. c.
§. 2. Repert. let. M. pag. 91. b. e pag. 103. g. h. P. pag. 252. e.
§. 3. Repert. let. M. pag. 103. e.

Tit. 47.

COll. 1. n. 1. e 2. Lei de 17 de Agosto de 1761. e de 4 de Fevereiro de 1765.
Princip. Repert. let. A. pag. 45. k. l. C. pag. 67. f. D. pag. 202. f. e pag. 206. m. M. pag. 94. d. N. pag. 161. i.
§. 1. Repert. let. A. pag. 45. m. M. pag. 94. e.

Tit. 48.

PRincip. Repert. let. A. pag. 26. i. B. pag. 61. n. C. pag. 128. f. M. pag. 94. b. e pag. 131. c. N. pag. 161. k. O. pag. 172. g. P. pag. 269. n. U. pag. 388. e.
§. 1. Repert. let. F. pag. 256. c. e pag. 257. c. M. pag. 94. c. P. pag. 203. m.
§. 2. Repert. let. D. pag. 175. o. M. pag. 95. a. O. pag. 177. a.

§. 3.

§. 3. Repert. let. H. pag. 300. n. e pag. 301. g. M. pag. 94. a. e pag. 95. b. c.
§. 4. Repert. let. M. pag. 95. d. P. pag. 237. h.
§. 5. Repert. let. M. pag. 95. e.
§. 6. Repert. let. C. pag. 115. k. D. pag. 186. a. h. F. pag. 291. b. M. pag. 95. f. P. pag. 234. g.
§. 7. Repert. let. C. pag. 117. k. D. pag. 186. h. F. pag. 248. c.
§. 8. Repert. let. A. pag. 48. d. B. pag. 64. c. C. pag. 128. g. E. pag. 213. k. M. pag. 96. a.
§. 9. Repert. let. C. pag. 136. l. M. pag. 95. g.

Tit. 49.

PRincip Repert. let. D. pag. 194. i. O. pag. 168. b.
§. 1. Repert. let. D. pag. 171. k. m. e pag. 172. a. T. pag. 361. s.

Tit. 50.

PRincip. Repert. let. E. pag. 213. o. L. pag. 70. c.
§. 1. Repert. let. D. pag. 190. i. e pag. 191. d. E. pag. 214. a. b. c. M. pag. 118. f. N. pag. 167. e. f. P. pag. 183. k. T. pag. 361. d.
§. 2. Repert. let. E. pag. 214. d. h. i. F. pag. 265. f. e pag. 266. m. P. pag. 194. i. e pag. 200. a.
§. 4. Repert. let. E. pag. 214. g. k. P. pag. 199. d.

Tit. 51.

PRincip. Repert. let. C. pag. 127. d. D. pag. 192. e. E. pag. 214. l. pag. 215. b. pag. 232. g. e pag. 240. o. Q. pag. 278. k. R. pag. 303. c. e pag. 304. a.
§. 1.

§. 1. Repert. let. D. pag. 191. b. E. pag. 215. c. d. e pag. 241. e.
§. 2. Repert. let. D. pag. 191. c. E. pag. 241. d. P. pag. 252. i. e pag. 268. d. e.
§. 3. Repert. let. E. pag. 241. g. h. F. pag. 254. g. H. pag. 301. g. M. pag. 110. h. R. pag. 315. h.
§. 4. Repert. let. D. pag. 192. f. D. pag. 197. b. E. pag. 241. f.
§. 5. Repert. let. D. pag. 191. a. E. pag. 241. a. O. pag. 167. c.
§. 6. Repert. let. E. pag. 215. a. e pag. 241. b. P. pag. 269. h.
§. 7. Repert. let. E. pag. 241. c. P. pag. 269. i.

Tit. 52.

PRincip. Repert. let. C. pag. 127. b. I. pag. 58. g. R. pag. 305. b.

Tit. 53.

PRincip. Repert. let. C. pag. 111. k. l. S. pag. 350. h.
§. 1. Repert. let. C. pag. 134. h.
§. 2. Repert. let. A. pag. 4. l. C. pag. 111. c. e pag. 161. c.
§. 3. Repert. let. C. pag. 79. p. e pag. 111. e. f. M. pag. 118. g.
§. 4. Repert. let. C. pag. 80. a. e pag. 111. g.
§. 5. Repert. let. C. pag. 80. b. e pag. 111. h. m. M. pag. 113. b. c. d.

Tit.

Tit. 54.

PRincip. Repert. let. A. pag. 33. a. e pag. 48. c. C. pag. 111. i. pag. 136. b. e pag. 148. e. E. pag. 213. m. R. pag. 317. i.

§. 1. Repert let. A. pag. 33. c. D. pag 185. q. e pag. 186. g. R. pag. 317. h.

§. 3. Repert. let. A. pag. 32. d. C. pag. 311. d. R. pag. 301. o.

§. 4. Repert. let. C. pag. 87. b. e pag. 111. n. E. pag. 212. s. S. pag. 339. b. e pag. 355. g. T. pag. 364. h.

Tit. 55.

PRincip. Repert. let. A. pag. 50. g. E. pag. 242. k. N. pag. 161. l. R. pag. 301. i. T. pag. 365. b.

Tit. 56.

PRincip. Repert. let. A. pag. 34. f. C. pag. 122. g. N. pag. 161. m. P. pag. 218. i.

§. 1. Repert. let. C. pag. 136. g. P. pag. 253. d.

Tit. 57.

PRincip. Repert. let. C. pag. 136. h. e pag. 151. c. E. pag. 231. e. P. pag. 219. c. T. pag. 378. p.

§. 1. Repert. let. C. pag. 151. h. P. pag. 219. e. T. pag. 378. q.

Tit. 58.

PRincip. Repert. let. E. pag. 212. i. F. pag. 275. f. h.

§. 1. Repert. let. E. pag. 220. c. d.

§. 2. Repert. let. A. pag. 42. s. E. pag. 220. a. L. pag. 85. g.

§. 3. Repert. let. C. pag. 118. a. P. pag. 233. m.

§. 4. Repert. let. I. pag. 23. n. P. pag. 234. a. b. c.

Tit. 59.

PRincip. Repert. let. D. pag. 190. n. E. pag. 235. d. F. pag. 254. h. i. k. e pag. 255. c.

§. 1. Repert. let. F. pag. 254. l.

§. 2. Repert. let. F. pag. 255. a. R pag. 303. e. e pag. 304. h.

§. 3. Repert. let. F. pag. 255. b.

§. 4. Repert. let. F. pag. 255. d. e pag. 257. i. I. pag. 26. g.

Tit. 60.

PRincip. Coll. 1. n. 1.

Repert. let. A. pag. 45. n. e pag. 47. g. C. pag. 77. e. e pag. 184. i. k. D. pag. 206. q. E. pag. 244. g. h. i. F. pag. 258. e. e pag. 259. f. H. pag. 302. e. M. pag. 92. c. d. e. e pag. 128. c. N. pag. 162. a. O. pag. 167. n.

Tit. 61.

PRincip. Repert. let. F. pag. 258. a. M. pag. 133. c. U. pag. 384. g.

§. 1. Repert. let. M. pag. 133. d.

§. 2. Repert. let. M. pag. 134. a.
§. 3. Repert. let. M. pag. 134. b.
§. 4. Repert. let. M. pag. 134. c.
§. 5. Repert. let. M. pag. 134. d.
§. 6. Repert. let. M. pag. 134. e.
§. 7. Repert. let. M. pag. 134. f.
§. 8. Repert. let. M. pag. 135. a.
§. 9. Repert. let. M. pag. 135. b. c. N. pag. 162. b. R. pag. 304. f. g.
§. 10. Repert. let. M. pag. 135. d. e.

Tit. 62.

PRincip. Alv. de 24 de Julho de 1713. na Coll. 1. do Regimento dos Dezemb. do Paço, em o qual ſe revoga o §. 13. do meſmo Regimento, contrario a eſta Ordenaçaõ
Repert. let. D. pag. 199. k. e pag. 203. b. c. d. I. pag. 22. h. i. N. pag. 162. c.
§. 1. Repert. let. I. pag. 22. k.

Tit. 63.

PRincip. Repert. let. C. pag. 87. a. D. pag. 198. l. R. pag. 320 l.
§. 1. Repert. let. D. pag. 199. f. I. pag 17. g. h. R. pag. 320 n.
§. 2. Repert. let. D. pag. 199. f. R. pag. 320. n.
§. 3. Repert. let. A. pag. 14. d. D. pag. 199. g. P. pag. 268. a. R. pag. 320. n.
§. 4. Repert. let. A. pag. 14. d. D. pag. 199. h. F. pag. 270. f. P. pag. 268. a.
§. 5. Repert. let. D. pag. 199. d. R. pag. 320. m.
§. 6.

§. 6. Repert. let. D. pag. 202. h. M. pag. 100. g. P. pag. 252. g. R. pag. 320. h.
§. 7. Repert. let. A. pag. 26. c. D. pag. 199. e. I. pag. 15. d. e pag. 17. g. L. pag. 80. d.
§. 9. Repert. let. D. pag. 202. c. F. pag. 247. a. H. pag. 299. g. L. pag. 80. c. R. pag. 320. g.
§. 10. Repert. let. C. pag. 101. u.

Tit. 64.

PRincip. Repert. let. C. pag. 77. b. D. pag. 199. m. e pag. 200. a. E. pag. 234. l. H. pag. 302. h. i. M. pag. 93. b. c. d. e pag. 129. c.

Tit. 65.

PRincip. Repert. let. C. pag. 136. m. D. pag. 200. e. f. e pag. 201. b. M. pag. 92. g. h. N. pag. 139. b. P. pag. 192. l. R. pag. 320. o. p. e pag. 321. e.
§. 1. Repert. let. D. pag. 200. d. g. L. pag. 68. h. M. pag. 93. a. S. pag. 351. f. T. pag. 363. l.
§. 2. Repert. let. D. pag. 200. c.
§. 3. Repert. let. D. pag. 184. k. D. pag. 200. c. e pag. 202. b. T. pag. 363. k.

Tit. 66.

PRincip. Repert. let. B. pag. 57. i. C. pag. 77. c. D. pag. 200. h. H. pag. 302. k. M. pag. 93. e. e pag. 131. d. P. pag. 251. c. T. pag. 361. t.

Tit. 67.

PRincip. Coll. 1. n. 1. e ſegg. Liv. 4. tit. 70. Lei de 17 de Janeiro de 1757. Lei de 16 de Janeiro de 1773. §. 5.
Repert. let. C. pag. 184. l. U. pag. 395. k. l.

§. 1. Repert. let. A. pag. 34. d. D. pag. 206. o. F. pag. 292. a. G. pag. 296. c. M. pag. 91. c. P. pag. 218. h. U. pag. 395. m.

§. 2. Repert. let. U. pag. 396. a.

§. 3. Repert. let. C. pag. 116. b. F. pag. 292. b. d. U. pag. 383. k. e pag. 386. i.

§. 4. Repert. let. A. pag. 34. e. F. pag. 289. m. U. pag. 396. b.

§. 5. Coll. 1. n. 1.
Repert. let. C. pag. 67. c.

§. 6. Repert. let. C. pag. 67. c. U. pag. 396. c.

§. 8. Repert. let. C. pag. 127. h. e pag. 135. a. F. pag. 256. a. M. pag. 112. e. f. g. k. P. pag. 251. d. e pag. 269. a. C. pag. 81. f. U. pag. 396. f.

§. 10. Repert. let. I. pag. 17. i.

Tit. 68.

PRincip. Repert. let. C. pag. 135. b. M. pag. 162. d.

Tit. 69.

PRincip. Repert. let. A. pag. 48. c. e pag. 54. b. B. pag. 65. p. C. pag. 135. c. G. pag. 295. g. N. pag. 162. e.

Tit. 70.

COll. 1. n. 1. e ſegg. Lei de 17 de Janeiro de 1757. Lei de 6 de Agoſto de 1757. Lei de 16 de Janeiro de 1773.

Princip. Repert. let. C. pag. 135. d. E. pag. 238. b. O. pag. 167. n. P. pag. 203. f. g. h. e pag. 267. g.

§. 1. Repert. let. I. pag. 25. a. P. pag. 203. b. U. pag. 396. h.

§. 2. Repert. let. P. pag. 203. i.

§. 3. Repert. let. C. pag. 135. e. f. D. pag. 201. a. P. pag. 203. c. e pag. 267. f.

§. 4. Repert. let. C. pag. 135. g. e pag. 136. d. I. pag. 60. f. P. pag. 180. a. b. e pag. 203. d. R. pag. 303. g. i.

Tit. 71.

PRincip. Repert. let. C. pag. 135. h. N. pag. 162. f. S. pag. 342. k. l.

§. 1. Repert. let. I. pag. 17. i.

Tit. 72.

PRincip. Repert. let. C. pag. 94. l. pag. 122. f. pag. 135. i. e pag. 136. c. D. pag. 191. g. N. pag. 172. g. R. pag. 303. n.

Tit. 73.

PRincip. Repert. let. C. pag. 135. k. I. pag. 58. i. e pag. 59. a. N. pag. 163. a.

§. 1. Repert. let. T. pag. 359 h.

Tit. 74.

PRincip. Repert. let. D. pag. 191. p. N. pag. 163. b.
§. 1. Repert. let. C. pag. 151. f. D. pag. 190. o. I. pag. 26. f.
§. 2. Repert. let. D. pag. 189. h. E. pag. 234. q.
§. 3. Coll. 3. n. 1. Liv. 3. tit. 78. Repert. let. C. pag. 151. g. D. pag. 189. i. E. pag. 234. q. M. pag. 102. f.
§. 4. Repert. let. D. pag. 192. a.
§. 5. Repert. let. D. pag. 189. k.
§. 6. Repert. let. D. pag. 190. c.
§. 7. Repert. let. B. pag. 66. e. D. pag. 190. h.
§. 8. Repert. let. D. pag. 190. d.
§. 10. Repert. let. C. pag. 88. i. D. pag. 190. e.

Tit. 75.

PRincip. Repert. let. C. pag. 135. l. N. pag. 163. c. O pag. 166. f. h. P. pag. 246. c. d. e.
§. 1. Repert. let. C. pag. 135. m. n. N. pag. 163. d. O. pag. 166. e.
§. 2. Repert. let. O. pag. 166. g.

Tit. 76.

LEi de 21 de Outubro de 1763. §. 13.
Princip. Repert. let. D. pag. 190. i. e pag. 192. g. P. pag. 244. b. c.
§. 1. Repert. let. D. pag. 190. k. m. E. pag. 245. m. P. pag. 241. a. pag. 244. d. e pag. 247. c. i.
§. 2. Repert. let. C. pag. 89. e. e pag. 122. e. D. pag. 191. f. P. pag. 247. k.

§. 3. Repert. let. C. pag. 136. f. e pag. 149. o. D. pag. 190. l. e pag. 191. h. i. N. pag. 163. e. P. pag. 241. a. b. U. pag. 396. a.
§. 4. Repert. let. P. pag. 244. e.
§. 5. Repert let. B. pag. 66. c. C. pag. 88. n. o. e pag. 89. a. b. d. D. pag. 171. l. e pag. 172. b. d. e. P. pag. 244. f. g.
§. 6. Assento de 29 de Julho de 1769. Repert. let. C. pag. 89. c. M. pag. 137. g. e pag. 138. a. P. pag. 241. e.

Tit. 77.

PRincip. Repert. let. C. pag. 151. d. E. pag. 209. i. R. pag. 285. d.
§. 1. Repert. let. D. pag. 191. k. E. pag. 209. k. P. pag. 247. n.

Tit. 78.

PRincip. Repert. let. C. pag. 113. f. g.
§. 1. Repert. let. C. pag. 113. h. D. pag. 172. c. G. pag. 298. a.
§. 2. Repert. let. C. pag. 113. i. F. pag. 275. b. e pag. 294. k.
§. 3. Repert. let. A. pag. 27. f. C. pag. 113. k. D. pag. 197. g.
§. 4. Repert. let. C. pag. 114. a. b. D. pag. 197. d. E. pag. 212. k. L. pag. 82. c.
§. 5. Repert. let. C. pag. 114. c. D. pag. 197. h.
§. 6. Repert. let. C. pag. 114. d.
§. 7. Repert. let. C. pag. 88. k. pag. 114. e. e pag. 151. e.

Tit. 79.

PRincip. Repert. let. A. pag. 3. u. M. pag. 86. a. P. pag. 248. f. e pag. 249. a.

§. 1. Repert. let. I. pag. 25. f. P. pag. 248. b. e pag. 249. b.

§. 2. Repert. let. M. pag. 111. c. P. pag. 249. c. R. pag. 317. d.

Tit. 80.

COll. 1. n. 1. e 2. Lei de 25 de Junho de 1766. ampliada, e declarada pela Lei de 9 de Setembro de 1769. e pelos Assentos de 5. e de 25 de Abril de 1770. A dita Lei de 9 de Setembro de 1769, foi declarada no § 21 pelo Assento 1. de 29 de Março de 1770. o qual foi tambem declarado pelo Assento 4. de 5 de Dezembro de 1770. e este pelo Assento de 9 de Abril de 1772. Foi tambem declarada a dita Lei de 9 de Setembro no § 1. pelo Assento 5. de 5 de Dezembro de 1770.

Princip. Repert. let. P. pag. 365. f. e pag. 372. e.

§ 1. Repert. let. I. pag. 23. m. N. pag. 163. f. T. pag. 360. a. pag. 365. g. e pag. 372. f.

§. 2. Repert. let. A. pag. 41. p. q. I. pag. 23. m. T. pag. 360. a.

§. 3. Repert. let. A. pag. 42. a. P. pag. 277. i. T. pag. 366. g.

§. 4. Repert. let. N. pag. 163. g. T. pag. 366. h. e pag. 372. g.

Tit. 81.

LEi de 25 de Junho de 1766. Ampliada, e declarada na fórma, que fica dito no tit. 80.

§. 1 Repert. let. N. pag. 163. h. P. pag. 267. c. T. pag. 367. b.

§. 2. Repert. let. P. pag. 292. r. P. pag. 252. b. c. pag. 257. c R. pag. 300. i. T. pag. 365. e. e pag. 367. b.

§. 3. Repert. let. F. pag. 265. b. c. T. pag. 367. a.

§. 4. Repert. let. F. pag. 292. r. P. pag. 267. c. R. pag. 300. i. T. pag. 367. b.

§. 5. Repert. let. M. pag. 138. b. c. d. G. pag. 367. d.

§. 6. Repert. let. C. pag. 120. n. o. e pag. 121. a. b. N. pag. 163. i. S. pag. 341. e. T. pag. 366. a. b.

Tit. 82.

PRincip. Repert. let. I. pag. 23. i. P. pag. 194. e. e pag. 199. i. T. pag. 363. i. e pag. 366. e.

§. 1. Repert. let. P. pag. 185. a. F. pag. 269. b. e pag. 270. a. I. pag. 23. l. L. pag 67. p. N. pag. 163. k. T. pag. 363. h. pag. 366. d. e pag. 367. f.

§. 2. Repert. let. C. pag. 86. c. H. pag. 300. b. I. pag. 14. f. L. pag. 68. b. N. pag. 164. a. T. pag. 367. e.

§. 3. Repert. let. L. pag. 68. c. N. pag. 164. b. T. pag. 367. h.

§. 4. Repert. let. F. pag. 270. g. N. pag. 146. d. f. T. pag. 365. d. e pag. 367. g. k.

§. 5. Repert. let. L. pag. 68. a. N. pag. 139. c. e pag. 164. c. P. pag. 198. h. T. pag. 366. f.

Tit. 83.

PRincip. Repert. let. C. pag. 120. g.
§. 1. Repert. let. M. pag. 110. k.
§. 2. Repert. let. C. pag. 121. e. S. pag. 347. f. T. pag. 366. c.
§. 3. Repert. let. S. pag. 347. e.
§. 4. Repert. let. S. pag. 347. g.
§. 5. Repert. let. S. pag. 347. h. i.
§. 6. Repert. let. S. pag. 348. a.
§. 7. Repert. let. S. pag. 348. b.
§. 8. Repert. let. P. pag. 237. a.
§. 9. Repert. let. S. pag. 348. c. e.

Tit. 84.

PRincip. Repert. let. I. pag. 12. b.
§. 1. Repert. let. I. pag. 12. c. T. pag. 368. a.
§. 2. Repert. let. H. pag. 298. c. e pag. 299. l. I. pag. 12. d. T. pag. 368. c.
§. 3. Repert. let. I. pag. 12. e. T. pag. 364. b.
§. 4. Lei de 25 de Junho de 1766. §. 5. Repert. let. C. pag. 128. i. T. pag. 367. i. e pag. 368. a. b.
§. 5. Repert. let. I. pag. 12. f. e pag. 51. a

Tit. 85.

PRincip. Repert. let. E. pag. 219. i. e pag. 221. o. T. pag. 374. f.
§. 1. Repert. let. H. pag. 299. m. I. pag. 28. d. L. pag. 68. e. T. pag. 374. g.

Tit. 86.

PRincip. Repert let. C. pag. 107. n. D. pag. 184. m.
§. 1. Repert. let. C. pag. 107. d. p. E. pag. 372. i.
§. 2. Repert. let. C. pag. 108. a.
§. 3. Repert. let. C. pag. 107. q.

Tit. 87.

PRincip. Repert. let. S. pag. 349. c.
§. 1. Repert. let. S. pag. 349. d.
§. 2. Repert. let. S. pag. 348. d. e pag. 349. e.
§. 3. Repert. let. A. pag. 14. b. F. pag. 265. d. H. pag. 301. i. M. pag. 109. l. P. pag. 256. q. d. R. pag. 217. e S. pag. 349. f. e pag. 350. f.
§. 4. Repert. let. H. pag. 301. k. S. pag. 347. k. e pag. 349. g.
§. 5. Repert. let. S. pag. 350. a.
§. 6. Repert. let. H. pag. 301. l. S. pag. 350. b.
§. 7. Repert. let. F. pag. 262. d. S. pag. 349. h.
§. 8. Repert. let. S. pag. 349. i.
§. 9. Repert. let. S. pag. 349. k.
§. 10. Repert. let. C. pag. 107. r. F. pag. 261. h. S. pag. 349. l.
§. 11. Repert. let. M. pag. 102. b. S. pag. 350. d. e.
§. 12. Repert. let. S. pag. 350. e.

Tit. 88.

COll. 1. n. 1.
Princip. Repert. let. C. pag. 86. a. e pag. 134. g. D. pag 185. b. M. pag. 100. a. b.
§. 1. Repert. let. F. pag. 261. k. P. pag. 197. a.
§. 2.

§. 2. Repert. let. F. pag. 261. l.
§. 3. Repert. let. F. pag. 261. m.
§. 4. Repert. let. F. pag. 262. a. e pag. 270. k. P. pag. 197. b.
§. 5. Repert. let. F. pag. 262. a. e pag. 271. a. I. pag. 17. h. e pag. 18. f. P. pag. 197. c.
§. 6. Repert. let. F. pag. 271. b. P. pag. 197. d.
§. 7. Repert. let. F. pag. 271. c. P. pag. 197. e.
§. 8. Repert. let. F. pag. 271. d. P. pag. 197. f.
§. 9. Repert. let. F. pag. 271. d. A. pag. 305 g. P. pag. 197. f.
§. 10. Repert. let. F. pag. 271. e. P. pag. 197. g.
§. 11. Repert. let. F. pag. 271. f. P. pag. 197. h.
§. 12. Repert. let. F. pag. 271. g. P. pag. 197. i.
§. 13. Repert. let. F. pag. 272. a. P. pag. 198. a.
§. 14. Repert. let. F. pag. 272. b. e pag. 292. n. H. pag. 300. h. I. pag. 22. p. N. pag. 144. c. P. pag. 198. b. e pag. 252. a. R. pag. 321. c.
§. 15. Repert. let. N. pag. 144. d.
§. 16. Repert. let. C. pag. 82. h. F. pag. 272. c. N. pag. 144. e. P. pag. 198. c.
§. 17. Repert. let. F. pag. 272. d. P. pag. 198. d.

Tit. 89.

PRincip. Repert. let. C. pag. 86. b. D. pag. 185. c. F. pag. 273. f. P. pag. 198. c.
§. 1. Repert. let. H. pag. 305. h.
§. 6. Repert. let. C. pag. 82. i.
§. 8. Repert. let. N. pag. 147. a. b.

Tit. 90.

PRincip. Repert. let. D. pag. 185. d. I. pag. 28. f.
§. 1. Repert. let. C. pag. 80. c. I. pag. 14. n. e pag. 28. g. h. Q. pag. 279. o.
§. 2. Repert. let. C. pag. 86. d. H. pag. 305. i. I. pag. 28. i. Q. pag. 279. p.

Tit. 91.

PRincip. Repert. let. I. pag. 28. k. M. pag. 99. f. P. pag. 194. c.
§. 1. Repert. let. F. pag. 270. h. e pag. 272. f. I. pag. 23. k. N. pag. 146. e. P. pag. 194. d. S. pag. 350. i.
§. 2. Repert. let. F. pag. 268. e. pag. 269. a. e pag. 270. c. i. H. pag. 298. d. e. I. pag. 15. b. c. M. pag. 99. g. h. e pag. 130. b. N. pag. 147. c. Q. pag. 279. g.
§. 3. Repert. let. F. pag. 258. b. M. pag. 100. e.
§. 4. Repert. let. F. pag. 258. c. P. pag. 196. f. e pag. 198. f.

Tit. 92.

PRincip. Repert. let. F. pag. 263. d. pag. 264. b. d. e pag. 266. d. F pag. 270. b.
§. 1. Repert. let. C. pag. 83. b. c. d. F. pag. 264. f. g. h.
§. 2. Repert. let. A. pag. 26. f. F. pag. 263. l.
§. 3. Repert. let. C. pag. 83. e. F. pag. 264. c. e. S. pag. 350. k.

Tit. 93.

PRincip. Repert let. E. pag. 236. h. F. pag. 266. a. b. e pag. 269. c. I. pag. 28. c. S. pag. 350. l.

Tit. 94.

PRincip. Repert. let. M. pag. 89. e. e pag. 137. a. S. pag. 350. m.

Tit. 95.

PRincip. Repert. let. C. pag. 136. k. H. pag. 301. m. M. pag. 95. h. pag. 123. i. e pag. 127. b. d. e. P. pag. 233. d.

§. 1. Repert. let. B. pag. 61. d. g. M. pag. 120. k. pag. 127. f. e pag. 128. a. P. pag. 233. b. c. R. pag. 317. h.

§. 2. Repert. let. S. pag. 339. f. k.

§. 3. Repert. let. C. pag. 79. e. M. pag. 128. b. P. pag. 233. e.

§. 4. Repert. let. B. pag. 60. a. e pag. 63. d. C. pag. 79. d. D. pag. 197. e. e pag. 206. h. E. pag. 242. m. M. pag. 94. g. pag. 103. d. e pag. 128. c.

§. 5. Repert. let. M. pag. 132. c.

Tit. 96.

LEi de 9 de Julho de 1773.

Princip. Repert. let. N. pag. 147. d. P. pag. 187. f. pag. 188. a. b. c. d. e pag. 190. a.

§. 1. Repert. let. P. pag. 189. a. b. c.

§. 2. Repert. let. H. pag. 300. e. P. pag. 189. d. e.

§. 3.

§. 3. Repert. let. H. pag. 300. f.

§. 4. Repert. let. F. pag. 291. n. A. pag. 301. a. P. pag 189. f.

§. 5. Repert. let. P. pag. 189. g.

§. 7. Repert. let. P. pag. 189. h.

§. 8. Repert. let. C. pag. 123. i. P pag. 189. i.

§. 10. Repert. let. C. pag. 123. f. F. pag. 291. n. H. pag. 300. q. P. pag. 190. b.

§. 12. Repert. let. R. pag. 300. i. I. pag. 44. d. P. pag. 190. c. e pag. 191. a. S. pag. 339. n.

§. 13. Repert. let. A. pag. 16. g. e pag. 40. a. I. pag. 43. e. S. pag. 339. l.

§. 14. Repert. let. P. pag. 191. b.

§. 15. Repert. let. P. pag. 191. c.

§. 17. Repert. let. G. pag. 295. h.

§. 18. Repert. let. G. pag. 295. i. P. pag. 191. d. e. f.

§. 19. Repert. let. F. pag. 266. h. L. pag. 77. d. P. pag. 191. g. T. pag. 361. h.

§. 20. Repert. let. E. pag. 217. a. P. pag. 191. h. S. pag. 342. h.

§. 21. Repert. let. M. pag. 111. b. P. pag. 192. a. R. pag. 317. c.

§. 22. Repert. let. A pag. 18. g. e pag. 36. e. E. pag. 212. g P. pag. 192. b.

§. 23. Recommendado, e declarado na Coll. 1. n. 1. Lei de 9 de Julho de 1773. Repert. let. A. pag. 14. i. n. e pag. 15. c. B. pag. 64. f. P. pag. 192. c.

§. 24. Repert. let. A. pag. 14. o. q. B. pag. 61. h. F. pag. 289. n. M. pag. 92. f. e pag. 103. i. P. pag. 190. e. f. g.

§. 25. Repert. let. I. pag. 44. f. S. pag. 353. l. e pag. 356. e.

Tit.

Tit. 97.

PRincip. Repert. let. C. pag. 108 e. e pag. 123. g. o. D. pag. 202. i. e pag. 206. r. F. pag. 291. m. P. pag. 192. n. e pag. 200. b.

§. 2. Repert. let. C. pag. 108. f. e pag. 124 b.

§. 3. Repert. let. C. pag. 108. g. e pag. 123. h. D. pag. 200. h. e pag. 206. f. g. k. E. pag. 221. b. I. pag. 28. e. L. pag. 68. g. T. pag. 363. f. m.

§. 4. Repert. let. A. pag. 53. m. D. pag. 202. e. E. pag. 220. i. L. pag. 68. i. T. pag. 362. h. e pag. 363. g. U. pag. 383. h.

§. 5. Repert. let. F. pag. 270. d. I. pag. 44. e. L. pag. 68. g.

§. 7. Repert let. C. pag. 108. h. pag. 122. h. i. e pag. 124. c. D. pag. 186. d.

§. 8. Repert. let. C. pag. 108. i. e pag. 123. a. P. pag. 179. a.

§. 9. Repert. let. C. pag. 122. i. H. pag. 300. g. U. pag. 383. i.

§ 10. Repert. let. A. pag. 20. g. C. pag. 78. a. pag. 109. a. e pag. 124. e.

§. 11. Repert. let. C. pag. 124. b.

§. 12. Repert. let. C. pag. 109. b. e pag. 123. b. l. I. pag. 13. c. R. pag. 301. k. T. pag. 362. k.

§ 13. Repert. let. B. pag. 62. g. C. pag. 109. c. e pag. 123. c. D. pag. 166. b.

§. 14. Repert. let. C. pag. 109. e. e pag. 123. d.

§. 15. Repert. let. B. pag. 62. h. C. pag. 109. f. e pag. 123. e. D. pag. 206. l.

§. 16. Repert. let. C. pag. 109. d. e pag. 123. k.

§. 17. Repert. let. C. pag. 109. g. e pag. 123. m. P. pag. 200. c.

§. 18.

§. 18. Repert. let. C. pag. 109. h. e pag. 123. p. P. pag. 200. f. g.

§ 19. Repert. let. B. pag. 63. b. C. pag. 109. i. e pag. 124. f. F. pag. 267. b. P. pag. 200. d. e.

§. 20. Repert. let. C. pag. 109. k. e pag. 123. q. N. pag. 147. e.

§. 21. Repert. let. C. pag. 110. a. e pag. 124. a. D. pag. 200. i. L. pag. 69. a.

§. 22. Repert. let. B. pag. 58. e. pag. 63. h. i. e pag. 64. l. C. pag. 123. n. e pag. 124. g. N. pag. 150. a. P. pag. 192. o. pag. 193. a. b. e pag. 236. b. c.

§. 23. Repert. let. P. pag. 193. c.

§. 24. Repert. let. B. pag. 58 f. h. i. D. pag. 186. i. M. pag. 103. k. e pag. 129. a. b.

Tit. 98.

PRincip. Repert. let. P. pag. 195. a.

§. 1. Repert. let. R. pag. 304. e. U. pag. 395. d.

§. 2. Repert. let. P. pag. 195. b. U. pag 395. e.

§. 3. Repert. let. P. pag. 196. a. U. pag. 395. f.

§. 4. Repert. let. P. pag. 196. b. U. pag. 395. g.

§. 5. Repert. let. P. pag. 196. c. U. pag. 195. h.

§. 6. Repert. let. I. pag. 26. b. P. pag 396. d. U. pag. 395. i.

§. 7. Repert. let. B. pag. 63. c. P. pag. 194. k. U. pag. 395. c.

Tit. 99.

PRincip. Repert. let. D. pag. 186. b. F. pag. 269. d. M. pag. 101. d. R. pag. 308. g.

§. 1. Repert. let. C. pag. 153. f. E. pag. 236. i. F. pag. 263. e. e pag. 270. e. M. pag. 101. b. c.

§. 2.

§. 2. Repert. let. C. pag. 151. m. M. pag. 101. d. pag. 199. f.

§. 3. Repert. let. C. pag. 151. k. F. pag. 269. e.

§. 4. Repert. let. M. pag. 101. e.

§. 6. Repert. let. D. pag. 186. c. M. pag. 101. f. P. pag. 253. e.

Tit. 100.

Coll. 1. n. 1. e 2. Lei de 9 de Novembro de 1754. Lei de 9 de Setembro de 1769. §. 11. Lei de 3 de Agosto de 1770. declarada no §. 5. pelo Assento de 20 de Dezembro de 1770. e pelos Assentos 2. e 3. de 9. de Abril de 1772.

Princip. Repert. let. F. pag. 267. h. M. pag. 120. l. m. e pag. 121. a. b. N. pag. 147. f. R. pag. 308. n. e pag. 309. a. S. pag 344. g. e pag. 350. n.

§. 1. Repert. let. F. pag. 262. e. e pag. 266. c. I. pag. 29. b. M. pag. 121. c. P. pag. 186. d. S. pag. 350. o. U. pag. 384. a.

§. 2. Repert. let. M. pag. 121. d. P. pag. 277. f. S. pag. 350. p.

§. 3. Revogado pela Lei de 3 de Agosto de 1770. §. 10. 24. e 26. sendo o §. 10. declarado pelo Assento 2. de 9 de Abril de 1772. e o §. 26. pelo Assento 3. de 9. de Abril de 1772.

Repert. let. F. pag. 266. c. e pag. 268. a. M. pag. 121. e. P. pag. 186. d.

§. 4. Repert. let. M. pag. 122. a. R. pag. 309. b.

§. 5. Revogado este §. com os mais segg. até o final pela Lei de 9 de Setembro de 1769. §. 22. que foi recommendado pela Lei de 3 de Agosto de 1770. §. 19.

Tit.

Tit. 101.

Princip. Repert. let. B. pag. 59. g. D. pag. 197. f. S. pag. 351. a. b. c.

Tit. 102.

Coll. 1. n. 1.

Princip. Repert. let. I. pag. 42. e. T. pag. 381. m.

§. 1. Repert. let. E. pag. 222. a. F. pag. 257. b. I. pag. 12. g. pag. 14. k. e pag. 17. l. P. pag. 229. b. e pag. 267. d. T. pag. 381. o.

§. 2. Repert. let. R. pag. 302. q. T. pag. 382. d.

§. 3. Lei de 9 de Setembro de 1769. §. 29. Declarado no Assento 4. de 23 de Novembro de 1769. Coll. 1. n. 3. Liv. 1. tit. 62.

Repert. let. A. pag. 55. a. M. pag. 100. c. T. pag. 370. l. e pag. 381. g.

§. 4 Dicta Lei de 9 de Setembro §. 29.

Repert. let. M. pag. 100. d. T. pag. 381. h.

§. 5. Repert. let. T. pag. 381. i. e pag. 382. e. o.

§. 6. Repert. let. P. pag. 186. f. T. pag. 382. m.

§. 7. Repert. let. T. pag. 382. l.

§. 9. Repert. let. T. pag. 382. a.

§. 10. Repert. let. T. pag. 382. g.

Tit. 103.

Princip. Repert. let. P. pag. 266. h.

§. 1. Repert. let. C. pag. 162. a. F. pag. 292. k. l. M. pag. 126. i. P. pag. 266. i. k.

§. 2. Repert. let. C. pag. 162. a. F. pag. 292. m.

§. 3. Repert. let. C. pag. 162. a. F. pag. 292. o.
§. 4. Repert. let. F. pag. 292. p.
§. 5. Repert. let. F. pag. 292. q.
§. 6. Repert. let. P. pag. 266. l. m. e pag. 267. a.
§. 7. Repert. let. P. pag. 267. b.
§. 8. Repert. let. C. pag. 162. b.

Tit. 104.

PRincip. Repert. let. C. pag. 86. e. T. pag. 382. b.
§. 1. Repert. let. E. pag. 233. f. e pag. 234. f.
§. 2. Repert. let. E. pag. 234. a. g. M. pag. 109. e. T. pag. 382. i.
§. 3. Repert. let. E. pag. 234. b.
§. 4. Repert. let. E. pag. 234. d. e.
§. 5. Repert. let. D. pag. 206. s. E. pag. 234. c.
§. 6. Repert. let. T. pag. 382. p.

Tit. 105

LEi de 9 de Setembro de 1769. §. 27. 28. e 29. o qual §. 29. foi declarado pelo Assento 4. de 23 de Novembro de 1769. e o dito §. 27. pelo Alv. de 23. de Novembro de 1770.
Princip. Repert. let. A. pag. 26. g. M. pag. 93. f. e pag. 128. e. f. N. pag. 164. d. T. pag. 370. h. U. 394. pag. a.

Tit. 106.

PRincip. Repert. let. M. pag. 128. h.

Tit. 107.

PRincip. Repert. let. A. pag. 6. a. e pag. 27. b. D. pag. 202. a. M. pag. 128. i. U. pag. 394. k.

AS ORD. LIV. 5. TIT. 1.

Tit. 1.

LEi de 25 de Mayo de 1773. §. 3.
Coll. 1. n. 1. (que se revogou no n. 2.) e n. 3.
Princip. Repert. let. B. pag. 65. m. C. pag. 124. m. e pag. 153. h. F. pag. 273. b. H. pag. 301. n. e pag. 302. b. I. pag. 47. h. P. pag. 204. a.

§. 1. Lei de 17 de Janeiro de 1759.
Repert. let. C. pag. 125. a. e pag. 153. i. F. pag. 274. b. e pag. 288. a. H. pag. 302. c. P. pag. 236. d.

§. 2. Repert. let. F. pag. 274. a. e pag. 288. a. P. pag. 236. e.

§. 3. Repert. let. B. pag. 58. g. F. pag. 274. i.

§. 4. Repert. let. H. pag. 302. a. I. pag. 6. b. P. pag. 204. b.

Tit. 2.

PRincip. Repert. let. P. pag. 204. c.
§. 1. Coll. 1. n. 1.
§. 2. Repert. let. P. pag. 184. e.
§. 3. Repert. let. D. pag. 188. q.
§. 5. Repert. let. B. pag. 65. l. D. pag. 170. m.

Tit. 3.

PRincip. Repert. let. F. pag. 248. o. P. pag. 205. a.
§. 1. Repert. let. D. pag. 166. l. F. pag. 248. p. I. pag. 26. h. P. pag. 223. h.

§. 2.

§. 2. Repert. let. A. pag. 11. k. e pag. 15. g.
§. 3. Repert. let. A. pag. 3. f. g. h. B. pag. 64. o. D. pag 198. k. P. pag. 224. d. e.

Tit. 5.

PRincip. Repert. let. P. pag. 205. b. U. pag. 392. h.
§. 1. Coll. 2. n. 1. e 2.
Repert. let. U. pag. 395. a.

Tit. 6.

LEi 1. de 3 de Setembro de 1759. Lei de 6 de Maio de 1765. Lei de 28 de Agosto de 1767. Leis de 2. e de 30 de Abril de 1768. Lei de 3 de Agosto de 1770. §. 11. Lei de 25 de Maio de 1773. §. 3.
Princip. Repert. let. C. pag. 81. d. e. pag. 153. k.
§. 1. Repert. let. C. pag. 154. a. D. pag. 166. e.
§. 2. Repert. let. C. pag. 154. b. F. pag. 289. q.
§. 3. Repert. let. C. pag. 154. c.
§. 4. Repert. let. C. pag. 154. d. D. pag. 166. f.
§. 5. Declarado na Carta Regia 9. de 21. de Outubro de 1757. no caso do Motim, e sediçaõ da Cidade do Porto de 23 de Fevereiro de 1757.
Repert. let. C. pag. 154. e. D. pag. 166. f.
§. 6. Repert. let. C. pag. 154. f.
§. 7. Repert. let. C. pag. 154. g. F. pag. 253. e. M. pag. 98. d.
§. 8. Repert. let. C. pag. 154. h. Q. pag. 279. m.
§. 9. Lei de 17 de Janeiro de 1759.
Repert. let. C. pag. 125. b. e pag. 154. i. F. pag. 273. a. P. pag. 205. c.
§. 10. Repert. let. C. pag. 125. c.
§. 11. Repert. let. A. pag. 4. n. C. pag. 125. d. e pag. 154.

154. k. M. pag. 123. e. l. T. pag. 380. c.

§. 12. Repert. let. C. pag. 154. l. D. pag. 173. k.

§. 13. Repert. let. F. pag. 272. g. I. pag. 14. l.

§. 14. Repert. let. F. pag. 262. b. T. pag. 380. b.

§. 15. Lei de 17 de Janeiro de 1759.

Revogado na Lei de 3 de Agosto de 1770. §. 11. e 12. Repert. let. C. pag. 125. e. f. F. pag. 274. c. M. pag. 120. f. g. T. pag. 379. l.

§. 16. Repert. let. F. pag. 253. o. e pag. 288. b. M. pag. 120. h.

§. 17. Repert. let. F. pag. 253. n. e pag. 288. c. F. pag. 289. o.

§. 18. Repert. let. C. pag. 125. g. F. pag. 288. d. e pag. 289. p.

§. 19. Repert. let. F. pag. 288. e. N. pag. 149. a. e pag. 164. e. T. pag. 380. a.

§. 20. Repert. let. A. pag. 46. a. D. pag. 206. n. M. pag. 129. f.

§. 21. Repert. let. C. pag. 126. a. M. pag. 123. f. Q. pag. 279. h.

§. 22. Lei de 24 de Outubro de 1764. Repert. let. C. pag. 126. b. e pag. 154. m. T. pag. 377. l.

§. 23. Repert. let. C. pag. 126. c. e pag. 154 m. F. pag. 253. h. M. pag. 97. g.

§. 24. Repert. let. C. pag. 126. d. e pag. 154. m. Q. pag. 279. i.

§ 25. Repert. let. C. pag. 126. e. e pag. 154. m. F. pag. 253. i. M. pag. 98. e. f. P. pag. 245. d.

§. 26. Repert. let. C. pag. 154. m.

§. 27. Repert. let. C. pag. 154 m. P. pag. 277. d.

§. 29. Repert. let. A. pag. 33. k. I. pag. 13. p. P. pag. 271. b. T. pag. 372. l. e pag. 379. d.

Tit.

Tit. 7.

Principio. Repert. let. D. pag. 198. h. P. pag. 184. f. e pag. 206. a.

Tit. 8.

Principio. Repert. let. A. pag. 1. f. C. pag. 73. g. P. pag. 206. b.

Tit. 9.

Coll. 2. n. 1. e segg. Coll. 3. n. 6. Liv. 1. tit. 6. Princip. Repert. let. D. pag. 174. c. P. pag. 206. c. e pag. 225. i. S. pag. 328. b.

§. 2. Repert. let. D. pag. 174. d. e pag. 181. g. P. pag. 206. d.

Tit. 10.

Principio. Repert. let. D. pag. 198. i. M. pag. 111. e.

Tit. 11.

Principio. Repert. let. N. pag. 164. f. O. pag. 165. a. P. pag. 277. b. S. pag. 349. b.

§. 1. Repert. let. D. pag. 175. g. E. pag. 222. g. S. pag. 344. i.

Tit. 12.

Principio. Repert. let. C. pag. 126. f. e pag. 155. a. M. pag. 116. d. e. f. P. pag. 206. e.

§. 1. Repert. let. C. pag. 76. e. I. pag. 4. c. M. pag. 117. a. P. pag. 252. h.
§. 2. Repert. let. M. pag. 117. b.
§. 3. Coll. 1. n. 3. Repert. let. C. pag. 126. g. D. pag. 185. p. M. pag. 117. c.
§. 4. Coll. 1. n. 1. 2. e 3. Repert. let. C. pag. 87. e. pag. 126. h. e pag. 155. b. M. pag. 117. d. P. pag. 206. f.
§. 5. Coll. 1. n. 1. 4. e 5. Repert. let. D. pag. 184. l. M. pag. 117. e.
§. 6. Repert. let. D. pag. 174. f.

Tit. 13.

Princip. Coll. 1. n. 1. Repert. let. C. pag. 126. i. e pag. 155. c. P. pag. 207. a.
§. 1. Repert. let. M. pag. 137. e. S. pag. 346. a
§. 2. Repert. let. C. pag. 155. d. D. pag. 205. h. F. pag. 273. c. d. P. pag. 207. b. e pag. 224. c. S. pag. 346. b.
§. 3. Coll. 1. n. 2. Repert. let. C. pag. 155. e. M. pag. 118. e. P. pag. 207. c. U. pag. 395. b.
§. 4. Repert. let. S. pag. 346. c.
§. 6. Repert. let. D. pag. 188. x. S. pag. 346. e.
§. 7. Repert. let. A. pag. 1. d. P. pag. 268. i. S. pag. 346. d.
§. 8. Repert. let. I. pag. 13. q.

Tit. 14.

Princip. Repert. let. D. pag. 204. l. I. pag. 4. b. e pag. 29. h. M. pag. 126. c. P. pag. 207. d.

Tit.

Tit. 15.

Coll. 1. n. 1. e segg. Coll. 2. n. 1. Princip. Repert. let. E. pag. 219. a. P. pag. 207. c.
§. 1. Repert. let. F. pag. 290. b. P. pag. 208. a.
§. 2. Repert. let. D. pag. 205. b. F. pag. 290. a.
§. 3. Repert. let. F. pag. 290. c. R. pag. 285. c.

Tit. 16.

Princip. Repert. let. E. pag. 221. e. M. pag. 133. a.
§. 1. Repert. let. D. pag. 205. c. E. pag. 219. c.
§. 2. Repert. let. D. pag. 205. c. m. E. pag. 219. d.

Tit. 17.

Princip. Repert. let. C. pag. 156. a. D. pag. 205. l. I. pag. 13. g. P. pag. 208. b. e pag. 224. a.
§. 1. Repert. let. C. pag. 156. b. D. pag. 205. n. E. pag. 218. i. G. pag. 296. e. I. pag. 13. h. e pag. 29. d. P. pag. 182. g. e pag. 208. c.
§. 2. Repert. let. C. pag. 156. c. D. pag. 205. o. I. pag. 13. i P. pag. 186. g. e pag. 224. b.
§. 3. Repert. let. C. pag. 126. k. pag. 156. d. e pag. 161. h. D. pag. 206. a. I. pag. 13. f. k. P. pag. 224. b.
§. 4. Repert. let. D. pag. 173. l. I. pag. 13. m.
§. 5. Repert. let. D. pag. 188. p. I. pag. 13. l. e pag. 49. c.

Tit. 18.

Princip. Repert. let. C. pag. 156. e. D. pag. 205. g. F. pag. 275. g. P. pag. 208. d.

§. 1. Repert. let. F. pag. 275. i.
§. 2. Repert. let. P. pag. 208. e. T. pag. 380. o.
§. 3. Repert. let. C. pag. 156. f. I. pag. 14. h. L. pag. 78. b. P. pag. 208. f. T. pag. 377. n. e pag. 378. i.
§. 4. Repert. let. F. pag. 261. f.

Tit. 19.

COll. 2. n. 1.
Princip. Repert. let. C. pag. 78. f. g. pag. 156. g. P. pag. 209. a.
§. 1. Repert. let. E. pag. 246. l. m.
§. 2. Repert. let. T. pag. 279. f.
§. 3. Repert. let. M. pag. 132. i. T. pag. 379. f.

Tit. 20.

COll. 1. n. 1. §. 25. Liv. 1. tit. 49.
Princip. Repert. let. C. pag. 105. h. D. pag. 182. e. e pag. 205. a. i. E. pag. 232. e. O. pag. 169. o.

Tit. 21.

PRincip. Repert. let. D. pag. 205. e. I. pag. 44. b.
§. 1. Repert. let. D. pag. 205. k. T. pag. 381. l.

Tit. 22.

PRincip. Coll. 3. n. 1.
Repert. let. C. pag. 77. k. pag. 78. h. e pag. 79. b. c. i. E. pag. 229. f. T. pag. 374. h.

Tit. 23.

PRincip. Repert. let. C. pag. 78. e. pag. 85. o. pag. 144. i. e pag. 145. a. b. c. d. D. pag 205. c. e pag. 206. i. M. pag. 130. c. d. e. f. P. pag. 247. q. U. pag. 393. d.
§. 1. Coll. 3. n. 1. 2. e 3. O Assento do n. 1. está revogado pela Lei de 29 de Março de 1751.
Repert. let. A. pag. 4. t. C. pag. 145. e. Q. pag. 283. f. g.
§. 2. Repert. let. C. pag. 145. g. H. pag. 306. c. M. pag. 131. a. P. pag. 250. e. T. pag. 361. x. U. pag. 392. b.
§. 3. Repert. let. C. pag. 145. f.

Tit. 24.

PRincip. Repert. let. C. pag. 78. i. e pag. 152. g. D. pag. 206. b. E. pag. 246. n. L. pag. 62. b. P. pag. 209. b.

Tit. 25.

PRincip. Repert. let. A. pag. 13. e. C. pag. 156. h. P. pag. 210. b.
§. 1. Repert. let. M. pag. 131. e. P. pag. 210. c.
§. 2. Repert. let. A. pag. 13. f. n. I. pag. 13. n. M. pag. 131. f. g. T. pag. 364. k.
§. 3. Repert. let. A. pag. 5. g. e pag. 13. i. C. pag. 157. a. M. pag. 91. d.
§. 4. Repert. let. A. pag. 13. h. E. pag. 220. h. M. pag. 91. e.
§. 5. Repert. let. A. pag. 13. g. e pag. 14. a. M. pag. 89. h. i. pag. 123. g. e pag. 132. a. b.

§. 6. Repert. let. A. pag. 13. k. o. D. pag. 206. p. M. pag. 89. g.
§. 8. Repert. let. C. pag. 78. b.
§. 9. Repert. let. A. pag. 25. h. M. pag. 89. f.
§. 10. Repert. let. A. pag. 5. h. e pag. 13. l. M. pag. 126. h. P. pag. 251. e.

Tit. 26.

PRincip. Repert. let. D. pag. 205. d. M. pag. 91. k. e pag. 132. g. P. pag. 210. d.
§. 1. Repert. let. C. pag. 78. c. D. pag. 205. f. M. pag. 132. h.

Tit. 27.

PRincip. Repert. let. B. pag. 57. f. M. pag. 88. d.
§. 1. Repert. let. M. pag. 88. e.
§. 3. Repert. let. B. pag. 57. m.

Tit. 28.

PRincip. Repert. let. B. pag. 57. k.
§. 6. Repert. let. B. pag. 57. l. C. pag. 78. d. P. pag. 271. l.

Tit. 29.

PRincip. Repert. let. B. pag. 57. g. F. pag. 294. l. M. pag. 129. d.

Tit. 30.

PRincip. Repert. let. B. pag. 57. h. P. pag. 210. c.
§. 1. Repert. let. P. pag. 210. c.
§. 3.

§. 3. Repert. let. C. pag. 210. c.

Tit. 31.

PRincip. Coll. 2. n. 1. e 2.
Repert. let. F. pag. 289. r.

Tit. 32.

PRincip. Repert. let. A. pag. 25. a. b. c. e pag. 157. b.
§. 1. Repert. let. A. pag. 25. c.
§. 2. Repert. let. A. pag. 25. d.
§. 3. Repert. let. A. pag. 25. e.
§. 4. Repert. let. A. pag. 25. f. M. pag. 100. i.
§. 6. Repert. let. A. pag. 25 g.

Tit. 34.

PRincip. Coll. 1. n. 1. que revogou a excepçaõ, que neſte texto ſe fazia.
Repert. let. H. pag. 302. g. M. pag. 96. f. e pag. 127. c. U. pag. 392. g.

Tit. 35.

PRincip. Repert. let. C. pag. 157. c. F. pag. 252. f. H. pag. 304. e. f. M. pag. 88. h. pag. 96. k. pag. 97. h. e pag. 98. a. P. pag. 210. f.
§. 1. Repert. let. H. pag. 304. h. M. pag. 96. h.
§. 2. Coll. 1. n. 3. Liv. 1. tit. 65.
Repert. let. A. pag. 14. c. C. pag. 157. d. D. pag. 166. k. H. pag. 304. g. P. pag. 199. k. e pag. 210. g.
§. 3.

§. 3. Repert. let. C. pag. 157. e. F. pag. 253. c. H. pag. 304. i. M. pag. 97. a. P. pag. 210. h.

§. 4. Repert. let. C. pag. 158. a. F. pag. 252. g. H. pag. 304. k. M. pag. 97. b. P. pag. 210. i. T. pag. 378. a.

§. 5. Repert. let. T. pag. 378. b.

§. 6. Repert. let. P. pag. 248. c.

§. 8. Repert. let. C. pag. 127. c. e pag. 164. m. D. pag. 166. i. F. pag. 253. g. P. pag. 201. a.

Tit. 36.

PRincip. Repert. let. H. pag. 304. l.

§. 1. Repert. let. C. pag. 82. c. F. pag. 253. k. M. pag. 90. d. pag. 109. f. pag. 113. f. e pag. 115. d. P. pag. 226. f. g. h. T. pag. 377. o.

Tit. 37.

PRincip. Repert. let. A. pag. 25. n. o. p. C. pag. 152. h. H. pag. 304. c. L. pag. 62. c. M. pag. 96. i. R. pag. 322. b.

§. 1. Repert. let. C. pag. 158. b. T. pag. 372. d.

§. 2. Repert. let. C. pag. 152. i. H. pag. 304. m. M. pag. 97. e.

§. 3. Repert. let. A. pag. 4. o. I. pag. 13. o. e pag. 16. c. P. pag. 271. b. T. pag. 376. o.

Tit. 38.

PRincip. Repert. let. A. pag. 13. m. H. pag. 303. f. M. pag. 91. f. e pag. 92. a. e pag. 97. d.

§. 1. Repert. let. H. pag. 303. g. M. pag. 91. g. h. P. pag. 271. a.

§. 5.

§. 5. Repert. let. H. pag. 304. a. I. pag. 17. e. M. pag. 91. i.

Tit. 39.

PRincip. Repert. let. A. pag. 45. e. f. F. pag. 253. d. P. pag. 211. b. T. pag. 377. p.

§. 1. Repert. let. A. pag. 45. c. d. P. pag. 179. b. T. pag. 377. q.

§. 2. Repert. let. T. pag. 377. r.

§. 3. Repert. let. F. pag. 252. l. e pag. 253. a.

Tit. 40.

PRincip. Repert. let. A. pag. 45. g.

Tit. 41.

PRincip. Repert. let. A. pag. 45. h. E. pag. 221. h. F. pag. 253. m. H. pag. 304. n. P. pag. 211. c.

§. 1. Repert. let. F. pag. 262. c. e pag. 273. e. H. pag. 305. a. P. pag. 211. d.

Tit. 42.

§. 1. REpert. let. F. pag. 253. b. I. pag. 19. e.

Tit. 43.

PRincip. Coll. 1. n. 1. e 2. Coll. 1. n. 4. Liv. 1. tit. 58. Repert. let. C. pag. 158. c. D. pag. 173. a. P. pag. 211. e. R. pag. 310. d.

§. 1. Repert. let. D. pag. 173. b. F. pag. 260. a. R. pag. 310. e.

Tit. 44.

PRincip. Repert. let. A. pag. 41. i. C. pag. 89. l.

Tit. 45.

PRincip. Repert. let. A. pag. 20. i. k. e pag. 52. d. C. pag. 158. d. E. pag. 219. b. P. pag. 212. a.
§. 1. Repert. let. A. pag. 52. c. e. P. pag. 212. b.
§. 3. Repert. let. D. pag. 188. r.
§. 4. Coll. 1. n. 1.
Repert. let. A. pag. 52. f. L. pag. 66 c. P. pag. 230. k. Q. pag. 279. k.
§. 5. Repert. let. P. pag. 230. i.

Tit. 48.

COll. 1. n. 1. Lei de 28 de Julho de 1751. Lei de 3 de Agosto de 1759
Principp. Repert. let. C. pag. 158. e. P. pag. 212. c. pag. 245. e. e pag. 246. a. T. pag. 377. m.
§. 1. Repert. let. P. pag. 246. b. Q. pag. 279. l.
§. 2. Repert. let. F. pag. 292. g. P. pag. 247. m. pag. 251. f. e pag. 269. g.
§. 3. Repert. let. F. pag. 292. h.

Tit. 49.

COll. 2. n. 1. e 2. Lei de 24 de Outubro de 1764. e de 14 de Fevereiro de 1772. que declara a de 21 de Outubro de 1763. e a de 24 de Outubro acima de 1764.
Prin-

Princip. Repert. let. C. pag. 158. f. I. pag. 19. f. P. pag. 184. c. e pag. 213. a. R. pag. 313. l.
§. 1. Repert. let. C. pag. 158. g. R. pag. 313. m.
§. 2. Repert. let. C. pag. 158. h. R. pag. 313. n.
§. 3. Repert. let. C. pag. 158. i. R. pag. 313. o.
§. 4. Repert. let. R. pag. 313. p.
§. 6. Repert. let. R. pag. 314. a.
§. 7. Repert. let. R. pag. 314. b.
§. 9. Repert. let. R. pag. 314. e. g.
§. 10. Repert. let. R. pag. 314. h.
§. 11. Repert. let. H. pag. 305. b. M. pag. 98 b. O. pag. 170. a. R. pag. 314. h.

Tit. 50.

LEi de 24 de Outubro de 1764. §. 3.
Princip. Repert. let. A. pag. 11. a. I. pag. 19. g. e pag. 54. h.
§. 2. Repert. let. I. pag. 17. g. e pag. 20. a.
§. 3. Repert. let. E. pag. 213. l. I. pag. 20. b.
§. 4. Repert. let. I. pag. 20. e.

Tit. 52.

COll. 1. n. 1. ao tit. do Regimento dos Dezemb. do Paço, no §. Tambem se devem.
Princip. Repert. let. C. pag. 159. b. F. pag. 248. d. M. pag. 126. g. P. pag. 213. b. S. pag. 343. b.
§. 1. Coll. 1. n. 1. e Coll. 2. n. 1.
Repert. let. A. pag. 7. b. C. pag. 159. c. M. pag. 126. f.
§. 2. Repert. let. F. pag. 248. e.

Tit. 53.

PRincip. Repert. let. C. pag. 159. d. E. pag. 223. n. e pag. 231. f. F. pag. 247. k. e pag. 248. f. P. pag. 213. c. e pag. 220. i.

§. 1. Repert. let. E. pag. 223. o. F. pag. 247. i. P. pag. 213. d. e pag. 225. h.

§. 2. Repert. let. A. pag. 41. m. E. pag. 223. p. P. pag. 213. e.

Tit. 54.

PRincip. Repert. let. C. pag. 159. e. F. pag. 248. h. I. pag. 14. i. P. pag. 213. f. g. e pag. 220. k. T. pag. 374. i. e pag. 376. p.

§. 1. Repert. let. C. pag. 159. f. P. pag. 214. a. S. pag. 344. e.

§. 2. Repert. let. T. pag. 376. h.

Tit. 55.

PRincip. Repert. let. C. pag. 159. g. M. pag. 133. b. P. pag. 193. d. e. pag. 214. b. e pag. 218. e.

§. 1. Repert. let. P. pag. 193. f.

§. 2. Repert. let. S. pag. 336. b.

§. 3. Repert. let. P. pag. 193. g.

Tit. 56.

COll. 1. n. 1. e ſegg. e n. 3. he recommendado na Coll. 2. n. 1. e no Regimento n. 9. do Appendix do 1. tom. do Repert. de 10 de Março de 1693. e o n. 4. da meſ-

meſma Coll. eſtá ampliado no Alv. 2. do Appendix do 2. tom. do Repert. de 4. de Maio de 1746.

Princip. Repert. let. P. pag. 218. f.

§. 2. Repert. let. F. pag. 247. f. O. pag. 176. k. P. pag. 200. i.

§. 3. Repert. let. F. pag. 247. f.

§. 4. Repert. let. P. pag. 214. c.

Tit. 57.

PRincip. Repert. let. C. pag. 87. d. F. pag. 248. g. M. pag. 112. h. P. pag. 214. d.

Tit. 58.

PRincip. Repert. let. F. pag. 247. g. P. pag. 214. e. e pag. 227. f.

Tit. 59.

PRincip. Repert. let. A. pag. 27. i. B. pag. 57. e. C. pag. 71. l. e pag. 160. f. P. pag. 184. g. e pag. 214 f.

Tit. 60.

COll. 2. n. 1. e 2. que ceſſaõ pela Lei de 21 de Outubro de 1763. §. 2. e ſegg. Coll. 2. n. 3. Lei de 20 de Outubro de 1763. que ampliou a de 14 de Agoſto de 1751.

Princip. Repert. let. C. pag. 160. a. F. pag. 293. a. L. pag. 63. a. P. pag. 215. a.

§. 1. Repert. let. C. pag. 160. b. E. pag. 218. k. F. pag. 293. b. L. pag. 63. b. P. pag. 217. a.

§. 2.

§. 2. Coll. 1. n. 1. §. 8. Liv. 1. tit. 1. Coll. 1. n. 1. §. 20. Liv. 5. tit. 130.
Repert. let. C. pag 160. c. E. pag. 221. i. F. pag. 293. c. d. L. pag. 63. c. P. pag. 217. b.
§. 3. Repert. let. C. pag. 160. c. F. pag. 293. e. P. pag. 217. d.
§. 4. Repert. let. C. pag. 160. d. F. pag. 293. f. g. e pag. 294. a. L. pag. 63. d. pag. 217. c.
§. 5. Repert. let. A. pag. 5. s. C. pag. 114. i. pag. 118. L pag. 148. h. e pag. 160. e. F. pag. 294. b. P. pag. 252. m.
§. 7. Repert. let. E. pag. 225. g. L. pag. 63. e.
§. 8. Repert. let. F. pag. 294. c. O. pag. 171. k. P. pag. 226. b.
§. 9. Repert. let. A pag. 5. p. G. pag. 296. a. L. pag. 63. f. P. pag. 226. c.
§. 10. Repert. let. A. pag. 2. a. e pag. 48. m. P. pag. 226. d. e pag. 230. l.
§. 11. Repert. let. F. pag. 294. d. L. pag. 63. h. P. pag. 226. e.

Tit. 61.

PRincip. Repert. let. C. pag. 160. g. F. pag. 275. c. e pag. 294. e. P. pag. 217. e. T. pag. 378. o.
§. 1. Lei de 20 de Outubro de 1763. §. 1. e ſegg. Repert. let. P. pag. 217. f.

Tit. 62.

PRincip. Repert. let. A. pag. 5. l. e pag. 6. g. E. pag. 222. d. F. pag. 294. f.
§. 1. Repert. let. A. pag. 6. f.
§. 2. Repert. let. A. pag. 6. f.

§. 3.

§. 3. Repert. let. A. pag. 6. k. pag. 41. o. e pag. 53. q. F. pag. 294. g.
§. 4. Repert. let. T. pag. 360. g.
§. 6. Repert. let. A. pag. 5. m. e pag. 53. r.

Tit. 63.

PRincip. Repert. let. A. pag. 20. f.

Tit. 64.

PRincip. Repert. let. E. pag. 237. a. b. c. d. F. pag. 294. i.

Tit. 65.

PRincip. Repert. let. B. pag. 66. d. D. pag. 165. i. H. pag. 308. d. I. pag. 6. i. k. O. pag. 167. o. U. pag. 387. m.
§. 1. Repert. let. I. pag. 7. a. P. pag. 217. g. U. pag. 388. h.
§. 2. Repert. let. C. pag. 114. h.
§. 3. Repert. let. F. pag. 288. f.

Tit. 66.

LEi de 13 de Novembro de 1756. declarada no §. 22. pelo Alv. de 10 de Junho de 1757. E os §§. 19. e 22 foraõ declarados pelo Alv. do 1. de Setembro de 1757. E o § 18 pela Lei de 30 de Mayo de 1759. Foi tambem declarada a meſma Lei pelas Leis de 17 de Mayo de 1759. e de 12 de Março de 1770. e pelo Aſſento 2. de 29 de Março de 1770.

Re-

Princip. Repert. let. C. pag. 67. d. e. F. pag. 250. r. L. pag. 85 d. M. pag. 111. g. h. Q. pag. 279. e.
§. 1. Repert. let. I. pag. 88. m.
§. 2. Repert. let. C. pag. 88. l. M. pag. 112. b. c.
§. 3. Repert. let. B. pag. 61. a. I. pag. 25. h. Q. pag. 279. f.
§. 4. Repert. let. M. pag. 111. i.
§. 5. Repert. let. M. pag. 112. d.
§. 6. Repert. let. A. pag. 20. e. D. pag. 66. g.
§. 7. Repert. let. F. pag. 248. l. G. pag. 295. l. M. pag. 112. a.
§. 8. Repert. let. M. pag. 111. k.
§. 9. Lei de 30. de Mayo de 1759.
Repert. let. I. pag. 25. h. pag. 279. f.
§. 10. Repert. let. P. pag. 224. f.

Tit. 67.

PRincip. Repert. let. A. pag. 45. i. C. pag. 160. h. M. pag. 89. d.

Tit. 68.

COll. 2. n. 1. e segg Lei de 25 de Junho de 1760. §. 18.
Princip. Repert. let. U. pag. 383. a.
§. 1. Repert. let. U. pag. 383. b.
§. 2. Repert. let. U. pag. 383. d.

Tit. 69.

COll. 1. n. 1. e segg. Coll. 2. n. 1. e segg.
Princip. Repert. let. C. pag. 94. b.

§. 1.

§. 1. Repert. let. E. pag. 234. i. e pag. 238. e. R. pag. 311. b.
§. 2. Repert. let. M. pag. 125. c.

Tit. 70.

PRincip. Repert. let. E. pag. 222. b. N. pag. 145. c.
§. 1. Coll. 2. n. 1.
Repert. let. B. pag. 56. a. E. pag. 222. c.

Tit. 71.

PRincip. Repert. let. A. pag. 33. l. D. pag. 181. b. e pag. 204. b. I. pag. 54. g. O. pag. 168. c. d. e pag. 171. e. P. pag. 200. k.
§. 1. Rpert. let. O. pag. 168. e. P. pag. 200. l. e pag. 217 h.
§. 3. Repert. let. P. pag. 200. m.
§. 4. Repert. let. D. pag. 166. d. P. pag. 200. n. e pag. 267. h.
§. 5. Repert. let. C. pag. 127. f. D. pag. 173. m. P. pag. 200. o.
§. 6. Repert. let. P. pag. 186. b.
§. 7. Repert. let. P. pag. 272. a.
§. 8. Repert. let. O. pag. 169. l.
§. 9. Repert. let. O. pag. 169. n.
§. 10. Repert. let. O. pag. 169. m.

Tit. 72.

PRincip. Coll. 2. n. 1.
Repert. let. D. pag. 173. c. O. pag. 168. f. P. pag. 253. i.
§. 1. Coll. 1. n. 1. Liv. 1. tit. 58.

Tit. 73.

PRincip. Repert. let. A. pag. 30. k. e pag. 54. d. R. pag. 302. a.

§. 1. Ampliado na Coll. 1. n. 1. que foi declarado no n. 2. Repert. let. I. pag. 56. c.

Tit. 74.

PRincip. Coll. 1. n. 9. Liv. 2. tit. 51. Repert. let. O. pag. 168. g. h. e pag. 246. h.

Tit. 75.

PRincip. Coll. 1. n. 1. e 2. Repert. let. A. pag. 50. e. C. pag. 145. i. D. pag. 165. e.

§. 1. Repert. let. C. pag. 145. k. D. pag. 188. l.

Tit. 76.

COll. 1. n. 1. e segg. Coll. 2. n. 1. e segg. Lei do 1. de Julho de 1752. Lei de 26 de Fevereiro de 1771. Decreto de 15 de Junho de 1757. Princip. Repert. let. C. pag. 119. d. P. pag. 184. h.

§. 1. Repert. let. A. pag. 27. h. P. pag. 185. b.

§. 2. Repert. let. P. pag. 185 c.

§. 3. Repert. let. C. pag. 119. e. P. pag. 272. b.

§. 4. Repert. let. C. pag. 119. f. g. P. pag. 185. d.

§. 5. Repert. let. A. pag 53. c.

§. 7. Repert. let. P. pag. 185. a.

§. 8. Repert. let. P. pag. 185. a.

§. 9. Recommendado na Coll. 2. n. 2.

§. 10.

§. 10. Repert. let. C. pag. 119. h. D. pag. 188. s.

Tit. 77.

PRincip. Repert. let. A. pag. 53. d. e pag. 55. g. C. pag. 119. i. E. pag. 236. k. U. pag. 392. l.

§. 2. Repert. let. C. pag. 119. k. D. pag. 188. t.

Tit. 78.

PRincip. Repert. let. A. pag. 1. c.

§. 1. Repert. let. B. pag. 65. a. e. M. pag. 97. f.

Tit. 79.

COll. 1. n. 1. Coll. 1. n. 1. Liv. 5. tit. 34. Princip. Repert. let. A. pag. 50. E. pag. 213. c.

§. 2. Coll. 1. n. 2. e segg. Coll. 2. n. 1. e 2.

§. 4. Repert. let. A. pag. 24. b.

Tit. 80.

COll. 1. n. 1. e segg. Coll. 2. n. 1. e segg. Pela Lei de 21 de Outubro de 1763. vierão a cessar a Coll. 2. n. 8. e a Coll. 3. n. 1. deste tit. Lei de 25 de Junho de 1749. Lei de 24. de Janeiro de 1756. Lei de 14 de Fevereiro de 1772. §. 1. Pragmatica de 24 de Mayo de 1749. Cap. 14. Declarado o dito Cap. na Lei de 21 de Abril de 1751. e Alv. de 17 de Abril de 1753. Alv. de 6 de Dezembro de 1559. Estes dous ultimos na Coll. das Leis Novissimas, impressas no Mosteiro de S. Vicente de Fóra.

Princip. Repert. let. A. pag. 44. c. C. pag. 160. i.

§. 1. Repert let. A. pag. 11. i. e pag. 44. d. T. pag. 381. b.

§. 2. Coll. 1. n. 16. Pragmatica acima cap. 14. com as Leis, que a declaraõ.
Repert. let. A. pag. 43. s. T. pag. 381. c.
§. 5. Repert. let. A. pag. 44. e.
§. 6. Coll. 1. n. 17.
Repert. let. E. pag. 235. g.
§. 11. Repert. let. A. pag. 44. f.
§. 12. Repert. let. A. pag. 44. f.
§. 13. Repert. let. A. pag. 43. o. E. pag. 235. i.
§. 14. Repert. let. A. pag. 5. r.
§. 15. Repert. let. D. pag. 188. y. T. pag. 378. c.

Tit. 81.

Princip. Repert. let. M. pag. 138. f.

Tit. 82.

Coll. 1. n. 1. e ſegg.
Princip. Alv. de 31 de Julho de 1769.
Repert. let. I. pag. 27. e.
§. 1. Repert. let. C. pag. 73. h. e pag. 60. k.
§. 2. Coll. 1. n. 1. §. 1. Liv. 5. tit. 100.
Repert. let. I. pag. 27. f.
§. 3. Repert. let. I. pag. 27. d.
§. 4. Revogado pela Reſoluçaõ de 16 de Mayo de 1753. que traz Franç. no Append. das Leis n. 64.
Repert. let. C. pag. 161. f. D. pag. 188. o. I. pag. 28. a.
§. 5. Repert. let. C. pag. 165. f. F. pag. 294. m. I. pag. 19. c. e pag. 27. a. P. pag. 217. i. T. pag. 360. i.
§. 6. Repert. let. I. pag. 27. b.
§. 7. Repert. let. I. pag. 27. c.
§. 8. Repert. let. C. pag. 161. e.
§. 9. Repert. let. D. pag. 194. p.

§. 10.

§. 10. Repert. let. I. pag. 27. g. P. pag. 225. f.

Tit. 83.

Coll. 2. n. 1. e ſegg.
Princip. Repert. let. A. pag. 54. h. D. pag. 185. f. N. pag. 145. b. P. pag. 218. a. e pag. 226. a.

Tit. 84.

Lei de 2 de Outubro de 1753.
Princip. Repert. let. C. pag. 74. b.
§. 1. Repert. let. D. pag. 193. i.
§. 2. Repert. let. C. pag. 74. c.

Tit. 85.

Princip. Repert. let. A. pag. 114. f.

Tit. 86.

Coll. 1. n. 1. e ſegg. Lei de 9 de Julho de 1754. Decreto de 3 de Junho de 1753.
Princip. Repert. let. I. pag. 62. c. O. pag. 170. b.
§. 1. Repert. let. D. pag. 165. l. I. pag. 52. d.
§. 3. Repert. let. D. pag. 188. m.
§. 4. Repert. let. D. pag. 188. m.
§. 5. Repert. let. C. pag. 161. a. d. E. pag. 221. f. k. F. pag. 274. m.
§. 8. Repert. let. P. pag. 230. e.
§. 10. Repert. let. P. pag. 218. b. P. pag. 230. d.

Tit.

Tit. 87.

PRincip. Coll. 1. n. 1. que foi declarado na Coll. 1. n. 2. Liv. 5. tit. 73. Lei de 12 de Setembro de 1750.
Repert. let. B. pag. 65. n. D. pag. 166. a. c.
§. 1. Coll 1. n. 1.
Repert. let. G. pag. 295. f.
§. 2. Coll. 1. n. 2. e 3.
Repert. let. G. pag. 295. b. S. pag. 332. d.
§ 3. Repert. let. A. pag. 33. k. B. pag. 65. b. C. pag. 162. f. G. pag. 295. e. T. pag. 377. k.

Tit. 88.

COll. 1. n. 1. e segg.
Princip. Repert. let. C. pag. 66. a. e pag. 108. b. P. pag. 222. a.
§. 6. Repert. let. P. pag. 223. b.
§. 7. Repert. let. P. pag. 223. e. e pag. 226. i.
§. 8. Repert. let. P. pag. 223. d.
§. 13. Repert. let. P. pag. 223. c.
§. 16. Repert. let. P. pag. 224. i.

Tit. 89.

PRincip. Repert. let. U. pag. 388. f.

Tit. 90.

PRincip. Repert. let. B. pag. 57. a. U. pag. 394. o.
§. 2. Repert. let. U. pag. 394. p.

Tit. 91.

COll. 1. n. 1. e segg.
Princip. Coll. 1. n. 1. e segg.
Repert. let. C. pag. 149. e.
§. 1. Repert. let. C. pag. 149. f.
§. 2. Repert. let. C. pag. 149. g. h. P. pag. 254. i.
§. 3. Repert. let. C. pag. 149. i. P. pag. 254. i.
§. 4. Repert. let. C. pag. 149. k.

Tit. 92.

PRincip. Lei de 9 de Setembro de 1769. §. 23. e 24.
Repert. let. A. pag. 44. n. I. pag. 22. f. N. pag. 147. h. P. pag. 225. k.
§. 4. Repert. let. A. pag. 44. k. l. m. B. pag. 57. n. C. pag. 93. f. g.
§. 6. Repert. let. F. pag. 261. g. N. pag. 147. i.
§. 7. Revogado em parte na Coll. 1. n. 1. e ampliado na Coll. 1. n. 2. Coll. 1. n. 7. Liv. 1. tit. 2. §. Da Mercê.
Leis sobre os tratamentos: Coll. 1. n. 3. e 4. Lei de 15 de Janeiro de 1759. Alv. de 25 de Janeiro de 1763. Alv. de 20 de Junho de 1764. Lei de 20 de Setembro de 1768. Alv. de 20 de Mayo de 1769.
Repert. let. A. pag. 9. d. B. pag. 57. o. D. pag. 204. f. F. pag. 272. f. M. pag. 92. b. L. pag. 308. a. T. pag. 378. r.
§. 8. Repert. let. P. pag. 198. n.
§. 9. Repert. let. A. pag. 41. k.

Tit. 93.

PRincip. Coll. 1. n. 1. Liv. 5. tit. 34.
Repert. let. H. pag. 298. b. I. pag. 22. g. M. pag. 96. g.

Tit. 94.

PRincip. Repert. let. I. pag. 29. i. M. pag. 126. d.

Tit. 95.

PRincip. Repert. let. C. pag. 70. d. e pag. 160. l. R. pag. 317. k.
§. 1. Repert. let. C. pag. 70. e. R. pag. 217. n.
§. 2. Repert. let. R. pag. 217. l.
§. 3. Repert. let. R. pag. 317. m. U. pag. 393. a.
§. 4. Coll. 2. n. 1.
Repert. let. C. pag. 70. f. P. pag. 199. b. e pag. 241. c. S. pag. 333. e.
§. 5. Repert. let. D. pag. 186. l.

Tit. 96.

COll. 1. n. 1. e 2.
Princip. Repert. let. A. pag. 34. g.

Tit. 97.

PRincip. Repeit. let. A. pag. 45. a. F. pag. 292. i. G. pag. 297. i. M. pag. 96. d.

Tit. 98.

ALv. de 27 de Setembro de 1756.
Princip. Repert. let. M. pag. 114. c. N. pag. 140. a. e pag. 141. d.

Tit. 99.

COll. 1. n. 1.

Tit. 100.

PRagmatica de 6 de Mayo de 1708. na Coll. 1. n. 9 que derogou todas as dos nn. antecedentes, e que veio a ſer revogada pela Pragmatica de 24 de Mayo de 1749. De cujas fazendas prohibidas ſahio Mappa em 24 de Mayo de 1757. Foi declarada eſta Pragmatica pelo Alv. de 19 de Setembro de 1749. e de 21 de Abril de 1751.

Sobre o Cap 18 deſta Pragmatica houve a Reſoluçaõ de 17 de Abril de 1753. na Coll. das Leis Noviſſimas, impreſſas no Moſteiro de S. Vicente de Fóra, e o Aſſento de 14 de Mayo de 1754.

Foi ampliada, e recommendada pelas Leis de 14. e 19 de Novembro de 1757.

Foi ampliada tambem pela Lei de 17 de Agoſto de 1761. Alv. de 2 de Abril de 1762.

Foi diſpenſada eſta Pragmatica pelos Decretos de 27 de Abril de 1761. de 30 de Mayo, e de 6 de Agoſto do meſmo anno. e de 24 de Agoſto de 1762. e pelo §. 16 da Inſtituiçaõ da Sociedade dos Theatros Publicos, confirmada pelo Alv. de 17 de Julho de 1771.

Princip. Repert. let. D. pag. 204. c.

Tit. 102.

COll. 1. n. 1. e ſegg. Coll. 2. n. 1. Coll. 3. n. 1. Lei de 5 de Abril de 1768.
Princip. Repert. let. L. pag. 81. g. e pag. 85. c.

Tit. 103.

COll. 1. n. 1. Lei de 25 de Junho de 1760. §. 19.
Princip. Repert. let. E. pag. 234. k. L. pag. 81. h.

Tit. 104.

COll. 1. n. 2. Liv. 1. tit. 7.
Princip. Repert let. A. pag. 6. h. e pag. 22. l. B. pag. 56. b. C. pag. 149. c. F. pag. 260. e. M. pag. 87. f. P. pag. 239. b.
§. 3. Coll. 1. n. 1. §. 7. Liv. 1. tit. 73.
Repert. let. D. pag. 168. g. M. pag. 88. a. S. pag. 333. d.
§. 4. Repert. let. D. pag. 192. b. E. pag. 208. f.

Tit. 105.

PRincip. Repert. let. D. pag. 186. m. E. pag. 215. h.

Tit. 106.

§. 2. REpert. let. C. pag. 149. b. E. pag. 173. g.
§. 5. Repert. let. M. pag. 98. g.

Tit.

Tit. 107.

COll. 1. n. 1. e ſegg. Os Alv. deſta Coll que diſpoem ſobre as frotas do Brazil, vierão a ceſſar pelo Decreto, e Alv. de 10 de Setembro de 1765. e o Alv. da Coll. 1. n. 11. foi derogado pelo Alv. de 2 de Junho de 1766. Alv. 2. de 7 de Abril de 1770. Alv. de 12 de Dezembro de 1772.
Princip. Repert. let. E. pag. 238. h. P. pag. 218. c.
§. 10. Coll. 1. n. 12.
Repert. let. N. pag. 141. b. e.
§. 11. Lei de 11 de Janeiro de 1758. Lei de 27 Junho de 1769.
§ 13. Decreto de 17 de Novembro de 1761.
§. 14. Coll. 1 n. 13. e 14. Lei de 14 de Novembro de 1757.
§. Por obviar. Declarado pelo Alv. de 9 de Janeiro de 1758.
§. 15. Repert. let. N. pag. 141. e.
§. 16. Repert. let. N. pag. 141. e.
§. 25. Repert. let. R. pag. 248. e.

Tit. 108.

PRincip. Repert. let. A. pag. 26. b.

Tit. 109.

PRincip. Repert. let. A. pag. 44. a. e pag. 50. d. C. pag. 149. a. T. pag. 378. f.

Tit. 111.

ALv. que (ſem data) ſe acha a f. 373. na Coll. das Leis Noviſſimas, impreſſas no Moſteiro de S. Vicente

te de Fóra. Alv. de 2 de Março de 1768.
§. 2. Repert. let. C. pag. 93. h.

Tit. 112.

Coll. 1. n. 1. e ſegg. Coll. 2. n. 1. Alv. de 9 de Abril de 1749. Lei de 14 de Outubro de 1751. Lei de 20 de Fevereiro de 1752. Reſoluçaõ, que conſta do Edital de 20 de Abril de 1757. que foi limitado, e diſpenſado, e a preſente Ordenaçaõ, pelo Alv. de 7 de Novembro de 1765. Decreto de 8. de Abril de 1758. Alv. de 7 de Agoſto de 1767. Lei de 4 de Fevereiro de 1773. § 3. Lei de 11 de Fevereiro de 1773.
Princip. Repert. let. I. pag. 46. c.
§. 1. Repert. let. E. pag. 238. d. L. pag. 64. a.
§. 2. Repert. let. E. pag. 238. d.
§. 5. Repert. let. D. pag. 173. f. T. pag. 378. l.
§. 6. Coll. 1. n. 5. e 6. Coll. 2. n. 2. 3. e 4. Repert. let. E. pag. 238. d. T. pag. 378. e.
§. 9. Repert. let. D. pag. 174. a.

Tit. 113.

Coll. 1. n. 1. Coll. 2. n. 1.
Princip. Repert. let. A. pag. 20. d. D. pag. 166. h. E. pag. 213. i. e pag. 238. e. L. pag. 78. a. M. pag. 116 c. O. pag. 176. l. P. pag. 218. d. e pag. 235. k.
§. 1. Repert. let. M. pag. 112. i.
§. 2. Repert. let. D. pag. 194. l.
§. 4. Repert. let. C. pag. 87. k. I. pag. 12. a.
§. 5. Repert. let. M. pag. 112. i.
§. 6. Repert. let. M. pag. 112. i. U. pag. 383. c.

Tit.

Tit. 114.

Princip. Repert. let. E. pag. 238. c. N. pag. 139. a

Tit. 115.

Princip. Repert. let. C. pag. 128. c. G. pag. 295. a. T. pag. 377. i.
§. 22. Eſte §. com o §. 23. e 25. foraõ declarados no Aſſento de 8. de Agoſto de 1758.

Tit. 116.

Princip. Repert. let. D. pag. 166. m. e pag. 174. b. M. pag. 87. g. P. pag. 187. d. e pag. 221. e.

Tit. 117.

Princip. Repert. let. F. pag. 253. l. Q. pag. 281. a. b. c. e pag. 282. a. b. c.
§. 1. Repert. let. F. pag. 252. i. N. pag. 147. k. Q. pag. 280. e. g. e pag. 282. d. e. T. pag. 361. c.
§. 2. Repert. let. I. pag. 16. d. e. N. pag. 164. g. Q. pag. 282 h. m. n.
§. 3. Repert. let. I. pag. 17. a. Q. pag. 283. a.
§. 4. Repert. let. I. pag. 17. b. M. pag. 105. c. N. pag. 164. h. Q. pag. 282. k. e pag. 283 d.
§. 5. Repert. let. Q. pag. 282. l.
§. 6. Repert. let. A. pag. 24. f. F. pag. 258. f. g. N. pag. 164. i. Q. pag. 283. k. T. pag. 376. d.
§. 7. Repert. let. F. pag. 258. f. Q. pag. 283. k.
§. 8. Repert. let. C. pag. 106. a. F. pag. 258. h. Q. pag. 283. i.

§. 9.

§. 9. Coll. 1. n. 1. §. 12. Liv. 5. tit. 130. Lei de 14 de Agoſto de 1751.
Repert. let. N. pag. 164. k. Q. pag. 280. f.
§. 10. Repert. let. T. pag. 371. d.
§. 11. Repert. let. E. pag. 227. k.
§. 12. Repert. let. A. pag. 42. q. I. pag. 55. d. P. pag. 272. d. Q. pag. 283. e. T. pag 371. a.
§. 13. Repert. let. Q. pag. 283. c.
§. 14. Repert. let. Q. pag. 280. d.
§. 15. Repert. let. Q. pag. 280. b. c.
§. 17. Repert. let. C. pag. 162. g.
§. 18. Repert. let. T. pag. 371. a.
§ 19. Repert. let. A. pag. 2. n. E. pag. 208. b. Q. pag. 283. h. m. o.
§. 20. Repert. let. S. pag. 328. h. i. T. pag. 361. o.
§. 21. Repert. let. I. pag. 19. a. L. pag. 84. e. P. pag. 265. f. e pag. 266. c. Q. pag. 283. n. R. pag. 306. k. S. pag. 328. f. k.
§. 22. Repert. let. A. pag. 5. c. P. pag. 227. b. S. pag. 328. f i.
§. 23. Repert. let. A. pag. 5. i. Q. pag. 282. i.

Tit. 118.

Principio. Repert. let. C. pag. 163. e. D. pag. 170. i. Q. pag. 280. a.
§. 1. Repert. let. Q. pag. 283. l.

Tit. 119.

Principio. Coll. 1. n. 6. Liv. 1. tit. 65. ſobre as prizoens *in fraganti* da meſma Ord. §. 37. e do tit. 75. §. 10 do meſmo Liv. Lei da Reformaçaõ da Juſtiça, §. 14. de 6 de Dezembao de 1612. o qual foi ampliado pela Lei de

19 de Outubro de 1754. Lei de 14 de Agoſto de 1751. ampliada, e recommendada pela Lei de 20 de Outubro de 1763. Lei de 25 de Junho de 1760 §. 17. Decreto de 17 de Agoſto de 1756. Decreto de 8 de Fevereiro de 1758.
Repert. let. P. pag. 240. c. pag. 246. k. e pag. 247. r.
§. 1. Repert. let. A. pag. 31. i. C. pag. 138. m. M. pag. 88. g. P. pag. 240. d.
§. 2. Repert. let. C. pag. 138. l. M. pag. 88. f.
§. 3. Repert. let. F. pag. 260. a.
§. 4. Coll. 2. n. 1. e 2.
Repert. let. C. pag. 73. b. I. pag. 46. e.

Tit. 120.

Principio. Repert. let. C. pag. 84. l. F. pag. 260. a. g. H. pag. 302. m. n. P. pag. 246. i.
§. 1. Repert. let. D. pag. 185. h.
§. 3. Repert. let. P. pag. 247. s.
§. 4. Repert. let. P. pag. 247. t.
§. 5. Repert. let. H. pag. 302. o.
§. 6. Repert. let. H. pag. 303. a. P. pag. 247. x.

Tit. 121.

Principio. Repert. let. A. pag. 11. b. P. pag. 244. a.
§. 3. Repert. let. L. pag. 72. a.

Tit. 122.

Lei de 21 de Outubro de 1763. que fez ceſſar a Coll. 1. n. 1. deſte tit.
Princip. Repert. let. A. pag. 40. l. C. pag. 81. b. I. pag. 61. m.

§. 1.

§. 1. Repert. let. I. pag. 46. g.
§. 3. Repert. let. A. pag. 40. m. I. pag. 53. e. e pag. 56. a.
§. 4. Repert. let. A. pag. 40. n.
§. 5. Repert. let. A. pag. 5. b. e pag. 41. e.
§ 6. Repert. let. A. pag. 5. b.
§. 7. Repert. let. P. pag. 247. f. Q. pag. 283. b.
§. 9. Repert. let. A. pag. 41. g. I. pag. 53. i.

Tit. 123.

REvogado eſte tit. na Coll. 1. n. 1. Liv. 1. tit. 7. Coll. 1. n. 2. por cujo reſpeito tornou a ſubſiſtir eſte titulo.

Princip. Repert. let. H. pag. 305. k.
§. 1. Repert. let. L. pag. 84. a.
§. 2. Repert. let. L. pag. 84. b.
§. 6. Repert. let. C. pag. 81. e.
§. 9. Repert. let. C. pag. 81. e. e pag. 149. d.
§. 10. Repert. let. C. pag. 81. e. L. pag. 70. a.

Tit. 124.

COll. 2. n. 1. e ſegg. Liv. 1. tit. 1. Declarado, e ampliado na Lei da Reformaçaõ da Juſtiça, de 6 de Dezembro de 1612. Coll. 1. n. 1. Liv. 1. tit. 1. Coll. 2. n. 1. Liv. 5. tit. 76. Lei de 25 de Junho de 1760. e Lei de 20 de Outubro de 1763.

Princip. Repert. let. C. pag. 136. o. E. pag. 213. h. L. pag. 79. a. e pag. 85. h. P. pag. 247. d. T. pag. 361. b.
§. 1. Repert. let. C. pag. 135. o.
§. 5. Coll. 1. n. 3. Liv. 5. tit. 137.
Repert. let. I. pag. 102. b. c. U. pag. 393. g.
§. 6. Repert. let. P. pag. 267. n. Q. pag. 282. f.

§. 7.

§. 7. Repert. let. I. pag. 46. f. P. pag. 222. g. R. pag. 308. l. T. pag. 372. k.
§. 9. Repert. let. C. pag. 96. b. e pag. 101. c. P. pag. 186. i. pag. 187. a. b. e pag. 247. a. S. pag. 328. d.
§. 10. Repert. let. C. pag. 101. h. E. pag. 208. c. I. pag. 54. d. R. pag. 308. d. S. pag. 328. e.
§. 11. Coll. 3. n. 1. Liv. 1. tit. 79.
Repert. let. C. pag. 161. b. D. pag. 196. q. F. pag. 250. a. P. pag. 258. c.
§. 12. Repert. let. E. pag. 227. h. R. pag. 308. f.
§. 13. Coll. 1. n. 1. §. 16. Liv. 5. tit. 130.
Repert. let. A. pag. 37. g. P. pag. 247. e. R. pag. 301. b.
§. 14. Repert. let. A. pag. 4. r. S. pag. 329. b.
§. 15. Repert. let. A. pag. 5. c. d. L. pag. 64. d. e pag. 80. i.
§. 16. Repert. let. A. pag. 5. f. M. pag. 137. f. T. pag. 381. k.
§. 20. Repert. let. I. pag. 55. k. Q. pag. 279. b. d.
§. 21. Repert. let. Q. pag. 279. c.
§. 22 Repert. let. F. pag. 250. p. S. pag. 328. m.
§. 23. Repert. let. C. pag. 89. g. P. pag. 246. g.
§. 25. Repert. let. D. pag. 181. d. L. pag. 71. e.
§. 26. Repert. let. L. pag. 85. a.
§. 27. Coll. 3. n. 1. Liv. 1. tit. 65.
Repert. let. O. pag. 173. c.

Tit. 125.

PRincip. Repert. let. I. pag. 44. g. P. pag. 247. b.
§. 1. Repert. let. F. pag. 274. o.
§. 4. Repert. let. F. pag. 274. n.
§. 9. Repert. let. F. pag. 274. p.

Tit. 126.

REcommendado na Coll. 1. n. 1. §. 3. Liv. 1. tit. 1. Princip. Repert. let. D. pag. 168. f. E. pag. 208. e. H. pag. 305. c. M. pag. 87. h.

§. 1. Repert. let. H. pag. 305. d.

§. 2. Coll. 3 n. 1.

§. 4. Repert. let. E. pag. 208. h. M. pag. 87. i. R. pag. 304. l.

§. 7. Coll. 3. n. 2. Repert. let. B. pag. 56. d. f. g. h. k. C. pag. 126. c. d. E. pag. 246. f. g. h.

§. 8. Repert. let. B. pag. 56. e. D. pag. 168. f. H. pag. 305. e. M. pag. 98. c.

§. 9. Repert. let. B. pag. 56. c.

§. 10. Repert. let. P. pag. 186. h.

§. 11. Repert. let. A. pag. 2. h. i. B. pag. 56. i. C. pag. 161. g. O. pag. 167. i. S. pag. 339. d. e. U. pag. 388. q.

Tit. 128. aliàs 127.

PRincip. Repert. let. A. pag. 2. k. B. pag. 64. h. l.

§. 2. Repert. let. M. pag. 137. c.

§. 3. Repert. let. P. pag. 258. b.

Tit. 129. aliàs 128.

PRincip. Repert. let. A. pag. 34. a. b. c. P. pag. 223. g. S. pag. 329. f.

§. 1. Repert. let. S pag. 329. g.

§. 4. Repert. let. S. pag. 329. h.

§. 5. Repert. let. S. pag. 329. i.

Tit.

Tit. 130. aliàs 129.

LEi da Reformaçaõ da Justiça na Coll. 1. n. 1. Coll. 2. n. 1. e legg. Coll. 3. n. 1.

Limitado na Coll. 1. n. 1. Liv. 5. tit. 52. Coll. 1. n. 15. Liv. 5. tit. 80. Coll. 1. n. 14. Liv. 5. tit. 107. Coll. 2. n. 1. e 4. Liv. 5. tit. 76. Coll. 2. n. 7. e 8. Liv. 1. tit. 7. Pragmatica de 24 de Mayo de 1749. cap. 28. Lei de 29 de Março de 1751. Lei de 25 de Junho de 1760. §. 5. Lei de 20 de Outubro de 1763. §. 1.

Princip. Regimento dos Dezembarg. do Paço §. 97. e 98. Repert. let. C. pag. 74. g. e pag. 75. a. c. i. k. l. H. pag. 303. c. S. pag. 328. o. p.

§. 1. Coll. 3. n. 1. Coll. 1. n. 2. e 6. Liv. 1. tit. 7. Repert. let. C. pag. 75. e. S. pag. 328. q.

§. 2. Coll. 2. n. 5. Coll. 3. n. 2. e 3. Coll. 1. n. 2. Liv. 1. tit. 7. Repert. let. C. pag. 75. d. S. pag. 329. d.

§. 3. Revogado na Lei da Reformaçaõ da Justiça §. 5. na Coll. 1. n. 1. Repert. let. D. pag. 130. d.

§. 5. Declarado na Coll. 1. n. 1. §. 1. Repert. let. C. pag. 75. g. h. S. pag. 328. l. e pag. 329. a.

§. 6. Repert. let. C. pag. 75. m. n. S. pag. 328. n.

Tit. 131. aliàs 130.

PRincip. Repert. let. A. pag. 4. q. L. pag. 83. h. e pag. 84. c. f. R. pag. 306. c.

§. 1. Repert. let. A. pag. 4. q. H. pag 305. f. L. pag. 83. i.

§. 3. Repert. let. P. pag. 220. f. h. e pag. 221. c. f.

Tit. 132. aliàs 131.

COll. 3. n. 1. Coll. 1. n. 1. ao tit. do Regimento dos Dezembarg. do Paço, §. Alvarás, e Coll. 2. n. 2. e ahi mesmo a Coll. 1. n. 3. Coll. 1. n. 12. e n. 15. Liv. 5. tit. 80. Pragmatica de 24 de Mayo de 1749. cap. 28. Regimento dos Dezembarg. do Paço §. 24. e segg.

Princip. Repert. let. F. pag. 259. e. L. pag. 84. b.

§. 1. Repert. let. F. pag. 256. f. L. pag. 83. k.

§. 2. Repert. let. C. pag. 89. k. F. pag. 258. d.

§. 3. Repert. let. F. pag. 258. i. e pag. 259. a.

Tit. 133. aliàs 132.

PRincip. Repert. let. I. pag. 54. i. P. pag. 246. l.

§. 1. Repert. let. P. pag. 248. d.

§. 7. Repert. let. C. pag. 87. i.

Tit. 134. aliàs 133.

PRincip. Repert. let. F. pag. 248. k. e pag. 292. e. I. pag. 14. a. b. c. d. T. pag. 379. h.

§. 1. Repert. let. P. pag. 253. f. T. pag. 379. e.

§. 2. Repert. let. T. pag. 379. i.

§. 3. Repert. let. C. pag. 84. i. D. pag. 207. b. F. pag. 261. c. P. pag. 256. e. T. pag. 379. b.

Tit. 135. aliàs 134.

PRincip. Repert. let. P. pag. 270. i.

§. 1. Repert. let. A. pag. 33. i. P. pag. 252. k. e pag. 270. k.

§. 2.

§. 2. Repert. let. B. pag. 66. b. C. pag. 145. h. D. pag. 168. c. E. pag. 219. f. M. pag. 132. f. P. pag. 252. l. e pag. 270. l.

Tit. 136. aliàs 135.

PRincip. Repert. let. D. pag. 168. a. b. M. pag. 110. a. b. c. e pag. 129. e. P. pag. 203. k.

Tit. 137. aliàs 136.

PRincip. Coll. 1. n. 1. e segg. Coll. 2. n. 1. e segg. Decreto de 12 de Mayo de 1643. e de 18 de Agosto de 1644. Decreto de 23 de Agosto de 1668. que transcreve Ferreira na Pratica Criminal tom. 4. cap. 1. n. 7. Repert. let. A. pag. 42. r. C. pag. 82. k. e pag. 93. e. I. pag. 55. e. P. pag. 203. o.

§. 1. Repert. let. P. pag. 203. p.

§. 2. Repert. let. D. pag. 182. h.

§. 3. Coll. 2. n. 17. Liv. 1. tit. 1.

Tit. 138. aliàs 137.

PRincip. Repert. let. C. pag. 121. m, E. pag. 241. n. e pag. 246. i. P. pag. 202. a. e pag. 203. a.

§. 1. Coll. 2 n. 1. e 2. Repert. let. C. pag. 121. n. o.

§. 2. Repert. let. C. pag. 121. p. e pag. 122. a. E. pag. 246. k. P. pag. 202. b.

§. 4. Repert. let. E. pag. 212. e.

Tit.

Tit. 139. aliàs 138.

PRincip. Repert. let. A. pag. 6. p. q. r. s. t. pag. 7. a. e pag. 33. n. L. pag. 63. g. M. pag. 111. f. pag. 114. b. e pag. 115. c.
§. 1. Repert. let. B. pag. 57. c. d. P. pag. 201. c. d.
§. 2. Coll. 2. n. 1.
Repert. let. A. pag. 1. e. e pag. 4. s. C. pag. 121. g. h. e pag. 203. n.

Tit. 140. aliàs 139.

COll. 1. n. 1. §. 4. Liv. 1. tit. 1.
Princip. Repert. let. P. pag. 245. a.
§. 4. Repert. let. P. pag. 245. b.
§. 6. Coll. 2. n. 1. e 2.
Repert. let. P. pag. 229. g. pag. 245. c. e pag. 248. b.

Tit. 141. aliàs 140.

COll. 1. n. 1. e 2. Coll. 2. n. 1. e 2.
Princip. Coll. 2. n. 3. e 4. a qual veio a cessar pelo Decreto de 28 de Março de 1722. que transcreve Ferreir. na Prat. Crim. tom. 2. trat. 2. cap. 4. n. 41.
§. 2. Coll. 2. n. 5.
§. 4. Coll. 1. n. 3. Coll. 2. n. 6. e 7.
§. 6. Repert. let. D. pag. 167. m. P. pag. 229. h.

Tit. 142. aliàs 141.

PRincip. Repert. let. D. pag. 167. f.

Tit.

Tit. 143. aliàs 142.

PRincip. Repert. let. D. pag. 167. g.
§. 11. Repert. let. E. pag. 230. e.

Tit. 144. aliàs 143.

PRincip. Coll. 3. n. 1. 2. e 3. que cessou pela Coll. 2. n. 5. Liv. 5. tit. 141. e pelo Decreto acima de 28. de Março de 1722. Coll. 1. n. 3. Liv. 5. tit. 141.
Repert. let. D. pag. 167. n. R. pag. 305. d.

FIM.

RELAÇAÕ DAS LEIS,

E MAIS DISPOSIÇOENS NOVISSIMAS,

Com que ſegundo a ordem dos annos até o preſente creou o Noſſo Auguſto Soberano alguns Tribunaes, e tem dado outras muitas Providencias, com declaraçaõ, das que ſe achaõ ampliadas, declaradas, ou revogadas.

Tit. I.

Junta da Adminiſtraçaõ dos Depoſitos públicos da Corte, e Cidade de Lisboa.

1751.
21 de Mayo. LEI, pela qual ſe extinguiraõ os dous officios de Depoſitarios da Corte, e Cidade de Lisboa, creando-ſe a Junta da Adminiſtraçaõ dos Depoſitos publicos.

Foi declarado o cap. 2. deſta Lei pela outra Lei de 6. de Julho de 1754. em que ſe preſcreve a formalidade, com que ſe devem paſſar os precatorios á Junta da referida Adminiſ-
1757. traçaõ.
13 de Jan. Alvará, pelo qual ſe aboliraõ os Depoſitos dos Juizos de India, e Mina, dos Orfaõs, dos Reſiduos, e Capellas, e de outros da Cidade de Lisboa, fazendo-ſe a receita, e deſpeza pela Jun-

ta dos Depoſitos públicos.

Foraõ declaradas, e ampliadas eſta Lei, e a primeira de 21. de Mayo de 1751. pela Lei de 4. de Mayo de 1757. para naõ haver depoſitos em maõ de peſſoas particulares.

Foi tambem declarada, e ampliada a Lei de 13. de Janeiro de 1757. pela outra de 21. Junho de 1759. pelo que reſpeita á fórma, com que ſe deve proceder na arrecadaçaõ, e depoſitos dos dinheiros, e bens dos Orfaõs, e das Capellas, e Reſiduos.

Pela Lei do 1. de Dezembro de 1767. foraõ declaradas, e ampliadas as Leis de 21. de Mayo de 1751. de 13. de Janeiro de 1757. e de 21 de Junho de 1759. para na Cidade de Lisboa naõ ha-
1759. ver Depoſito algum particular.

30. de Jun. Decreto, para que os embrulhos, que ſe acharem na Caſa da Moeda ſem dono, ſe re-
1759. mettaõ ao Depoſito Geral.

9. de Agoſt. Alvará, por onde ſe extinguem as Theſourarias dos Defuntos, e Auſentes dos Dominios Ultramarinos, e da India Oriental, unindo-as ao Depoſito Geral.

Tit. II.

Relaçaõ creada na Cidade de S. Sebaſtiaõ do Rio de Janeiro.

1751.

13. de Outub. REgimento da Relaçaõ, que novamente
ſe creou na Cidade de S. Sebaſtiaõ do
1754. Rio de Janeiro.

22. de Nov. Alvará, por onde ſe determináraõ as aſſignaturas, e emolumentos dos Miniſtros das Relaçoens da Bahia, e do Rio de Janeiro, e a Alçada dos ſeus Ouvidores do Civel, e Crime.

Tit. III.

Tit. III.

Companhia Geral do Graõ Pará, e Maranhaõ.

1755.

7. de Jun. ALvará de Confirmaçaõ dos Eſtatutos da Companhia Geral do Graõ Pará, e Maranhaõ feitos em 6. de Junho de 1755.

Foi declarado o cap. 31. dos ſobreditos Eſtatutos pela Lei de 10. de Setembro de 1756. ſobre os direitos das madeiras vindas do Maranhaõ.

Foraõ ampliados os privilegios da Companhia Geral do Graõ Pará, e Maranhaõ no §. 7. dos ſeus Eſtatutos pelo Alvará de 10. de Fevereiro de 1757.

Foi declarado o §. 18. dos ſobreditos Eſtatutos pelo Alvará do 1. de Agoſto de 1758. ſobre o caſtigo dos Militares, e Marinheiros, que embarca-
1757. rem.

5. de Jan. Lei, pela qual ſe dá faculdade, para que os Miniſtros, e Officiaes de Juſtiça, Fazenda, e Guerra poſſaõ negociar por meio da Companhia
1757. Geral do Graõ Pará, e Maranhaõ.

16. de May. Lei, para os Adminiſtradores de morgados, e capellas poderem entrar com os dinheiros reſpectivos na Companhia Geral do Graõ Pará, e Ma-
1757. ranhaõ.

6. de Agoſt. Lei, pela qual ſe revoga o Alvará de 30. de Outubro de 1756. paſſado a favor da Companhia Geral do Graõ Pará, e Maranhaõ, que prohibia naõ ſe dar dinheiro a juro, em quanto naõ eſtiveſſe
1758. completo o fundo da meſma Companhia.

29. de Jul. Lei, para que os Adminiſtradores, Feitores, e mais peſſoas, que ſervirem a Companhia do Graõ Pará, e Maranhaõ, naõ poſſaõ fazer direc a,

1762. ou indirectamente commercio algum.

25. de Out. Alvará, em que ſe concede aos Conſervadores da Companhia do Graõ Pará, e Maranhaõ a meſma juriſdicçaõ, que tem o Conſervador da Jun-

1764. ta do Commercio.

9. de Jul. Alvará, para ſer livre de direitos por tempo de dez annos o anil fabricado no Graõ Pará, e Mara-

1771. nhaõ.

23. de Fev. Alvará, pelo qual ſe ſuſpendem os effeitos dos Alvarás de 21. de Junho de 1766. e de 30. de Agoſto de 1768. para nenhuma peſſoa ſer obrigada a receber em pagamento as Apolices das Companhias Geraes.

Pelo Aſſento de 4. de Junho de 1771. ſe declarou, que as Apolices das Companhias Geraes deviaõ ſomente ſer recebidas pelos credores, quando eſtiveſſem acceitas judicial, ou convencionalmente, antes do Alvará acima de 23. de Fevereiro de 1771.

Tit. IV.

Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro.

1756

10. de Set. ALvará de confirmaçaõ dos Eſtatutos da Companhia Geral da Agricultura das vinhas do Alto Douro, feitos em 31. de Agoſto de 1756

Foi ampliado o §. 28. dos ſobreditos Eſtatutos pelo Alvará de 16. de Dezembro de 1760. §. 6. para naõ ſe vender vinho algum atavernado quatro legoas no circuito da Cidade do Porto, ſenaõ por conta da meſma companhia.

Foraõ declarados, e ampliados os §. 29. e 30. dos

dos ſobreditos Eſtatutos pelo Alvará de 16. de Janeiro de 1768. a fim de ſe fazer mappa, e tombo geral dos Territorios do vinho de ramo.

Foraõ limitados os §. 31. e 34. dos meſmos Eſtatutos pela Lei de 17. de Outubro de 1768. para ſe naõ admittirem a deſpacho na Cidade de Lisboa os vinhos dos Territorios da referida Compa-

1757. nhia.

28. de Fev. Cartas Regias ſobre a Sediçaõ, e Motim, que ſe levantou na Cidade do Porto contra a Com-

1757. panhia Geral dos vinhos do Alto Douro.

30. de Agoſt. Lei para ſe naõ deitar baga nos vinhos do Alto douro; para ſe conſervarem na ſua natural pureza; e para os carreiros, e barqueiros ſe haverem

1760. com fidelidade no transporte dos meſmos vinhos.

16. de Dez. Alvará, em que ſe mandaõ eſtabelecer as Fabricas, e os preços da Agua-ardente nos ſitios do Douro, e nas Provincias da Beira, Minho, e Traz dos Montes.

Pelo Alvará de 26. de Setembro de 1770. foi ampliado o §. 3. do dito Alvará de 16. de Dezembro ſobre o preço das Aguas-ardentes.

Pelo Alvará de 10. de Abril de 1773. foi declarado, e ampliado o dito Alvará de 16. de Dezem-

1760. bro, e outros mais na fórma, que abaxo ſe dirá.

30. de Dez. Alvará, para o Juiz Conſervador proceder a devaſſa contra os tranſgreſſores da Inſtituiçaõ, e Leis eſtabelecidas a beneficio da Companhia Ge-

1766. ral dos vinhos do Alto Douro.

9. de Abr. Alvará, em que ſe eſtabelecem os fretes dos generos, que ſe transportaõ para o Eſtado do Brazil, e delle para eſtes Reinos, em beneficio da Companhia Geral dos vinhos do Alto Douro, e do Commercio.

1769.
17. de Outb. Alvará, em que ſe daõ providencias para cohibir o dolo, e malicia dos atraveſſadores dos vi-
1771. nhos do Alto Douro.
16. de Nov. Alvará, em que ſe daõ muitas providencias a fim de fazer ceſſar as eſcandaloſas transgreſſoens dos Eſtatutos, e Leis da Companhia Geral dos vinhos do Alto Douro, mandando-ſe, que nas Correiçoens das Comarcas de Lamego, e Villa-Real ſe conſervem devaſſas abertas contra os transgreſſo-
1771. res.
16. de Nov. Decreto, por onde ſe mandou proceder a huma exacta devaſſa ſobre as tranſgreſſoens das Leis da
1772. Companhía Geral dos vinhos do Alto Douro.
5. de Fev. Alvará, em que ſe eſtabelecem novos preços aos vinhos brancos dos Territorios da Companhia
1772. Geral dos vinhos do Alto Douro.
10. de Nov. Lei, pela qual no §. 6. ſe manda, que nos Concelhos do Pezo da Regoa, Pena-Guiaõ, Mezaõ frio, Barqueiros, Teixeira, Touraes, e Sabrozo de Filha-della, ſejaõ as tavernas abertas, e providas por conta da Companhia Geral; e que nas outras terras nos limites dos vinhos de embarque ſejaõ approvadas com provimento paſſado pela meſ-
1773. ma Companhia.
10. de Abr. Alvará, em que ſe declara, e amplia o outro Alvará de 16. de Dezembro de 1760. que eſtabeleceo as Fabricas de Agua-ardente nas trez Provincias da Beira, Minho, e Traz dos Montes: a Proviſaõ de 17. de Fevereiro de 1762. o Alvará de 17. de Novembro do meſmo anno: e os §§. 9. e 11.
1773. do Alvará de 16. de Novembro de 1771.
10. de Abr. Alvará, por onde ſe mandaõ enxertar nos Terrenos de vinhos tintos de embarque todas as plantas

tas, que nelles ha de vinho branco; prohibindo as miſturas, que novamente ſe fazem nos vinhos, de folhelho, páo campeche, e caparroſa.

Tit. V.

Junta do Commercio.

1756.
16. de Dez. ALvará de Confirmaçaõ dos Eſtatutos da Junta do Commercio de 12. de Dezembro do meſmo anno, mandada erigir pelo Decreto de 30. de Setembro de 1755. que extinguio a Confraria do Eſpirito Sancto da Pedreira.

Foi declarado o cap. 15. dos ſobreditos Eſtatutos no §. 5. pelo Alvará de 24. de Outubro de 1757. para que a diſtribuiçaõ dos homens de trabalho da Companhia de Entreportas extincta ſe fizeſſe pela Junta do Commercio.

Foi declarado o §. 4. do cap. 17. dos ſobreditos Eſtatutos pelo Alvará de 26. de Outubro de 1757.

Foraõ declarados os §§. 5. 6. e 7. do cap. 17. dos meſmos Eſtatutos pela Lei de 14. de Novembro de 1757. para mais ſe evitarem os contrabandos.

Eſta Lei de 14. de Novembro de 1757. foi declarada pelo Alvará de 9. de Janeiro de 1758. e pelo Decreto de 3. de Fevereiro de 1758.

Foi ampliado o meſmo cap. 17. pela Lei de 19. de Novembro de 1757. para ſe proceder contra os Eſtrangeiros vagabundos, e deſconhecidos, que vendem pelas ruas bebidas, quinquilharias, ou fazendas.

Foraõ declarados os §§. 6. e 7. do meſmo cap. 17. pela Lei de 15. de Outubro de 1760. que ordena a fórma do caſtigo nos deſcaminhos das fazen-

das,

das, e nos contrabandos em os Dominios Ultramarinos.

Foi derogado em parte o §. 5. do ſobredito cap. 17. pelo Alvará de 13 de Setembro de 1764. para ſe proceſſar perante o Conſervador da Junta as diligencias dos contrabandos apprehendidos na Alfandega do Açucar.

Foi ampliado, e declarado o §. 18. do ſobredito cap. 17. pelo Alvará de 17. de Junho de 1766.

1756. ſobre os bens dos ſocios falecidos no Brazil.

13. de Nov. Lei, pela qual ſe excita, declara, e amplia a Ord. liv. 5. tit. 66. ſobre os mercadores, que québraõ, e ſobre os que ſe levantaõ com fazenda alheia.

Foi declarado o §. 22. da Lei acima de 13. de Novembro pelo Alvará de 10. de Junho de 1757. para ſe pagarem os ſalarios dos marinheiros, e mais homens do mar do monte maior dos falidos ſem concurſo.

Foraõ declarados os §§. 19. e 22. da ſobredita Lei de 13. de Novembro pelo Alvará do 1. de Setembro de 1757. para naõ haver ſeparaçaõ dos dez por cento, para os que forem julgados de má fé.

Foi declarada taõbem a meſma Lei de 13. de Novembro pela Lei de 17. de Mayo de 1759. para ſe naõ contar os juros dos falidos, mais que até o dia da ſua appreſentaçaõ, e ſequeſtro.

Foi ampliado o §. 18. da meſma Lei de 13. de Novembro pela Lei de 30. de Mayo de 1759. para o Conſervador da Junta devaſſar dos Homens de Negocio falidos.

Foi taõbem declarada a ſobredita Lei de 13. de Novembro pelo Alvará de 12. de Março de 1760. para entre os falidos de boa fé terem o premio de dez por cento ſomente, os que provarem, que tinhaõ

tinhaõ de fundo, e cabedal ſeu ao menos a terça parte da importancia, com que faliraõ.

Pelo Aſſento 2. de 29. de Março de 1770. ſe declarou pertencer â Junta do Commercio o recurſo dos feitos dos falidos, e que nella ſe havia de proceder na fórma dos §. §. 15. 25. e 26. da ſobredi-

1757. cta Lei de 13. de Novembro de 1756.

6. de Fev. Alvará, em que ſe declaraõ as contribuiçoens, que ſe devem pagar nas Alfandegas, e Caſas de

1757. Deſpacho ao cofre da Junta do Commercio

10. de Jun. Lei, para que a Junta do Commercio poſſa nomear a ſerventia de Meirinho, e Eſcrivaõ da ſua

1757. vara.

3. de Out. Alvará, para que a Junta do Commercio poſſa nomear doze peſſoas, para ſervirem de guardas dos navios no porto de Belem.

Pelo Decreto de 3. de Março de 1761. ſe ordena, que os navios, a que ſe concederem franquias, ſejaõ aſſiſtidos pelos guardas de Belem, em quanto naõ ſubirem dos marcos para cima.

Pelo Alvará de 26. de Setembro de 1764. ſe manda, que os guardas do porto de Belem, e da Alfandega do Açucar naõ tenhaõ differença alguma de proprietarios, ou ſubſidiarios, para ſerem empre-

1757. gados pelo ſeu turno.

18. de Nov. Decreto, para que os Contractadores do ſal mandem medir a bordo á ſua cuſta todo, o que carregarem para os portos do Brazil; e para que a Junta do Commercio eſtabeleça hum termo certo para a

1757. carga do meſmo ſal.

16. de Dez. Alvará de Confirmaçaõ dos Eſtatutos dos Mercadores de Retalho de 13. de Dezembro do meſmo anno.

Foi declarado o cap. 2. §. 3. dos ſobredictos Eſtatu-

tatutos pelo Alvará de 29. de Julho de 1761. para ſe applicarem ao cofre da Junta do Commercio as penas dos reſpectivos contrabandos.

Foi ampliado o meſmo cap. 2. pelo Alvará de 15. de Novembro de 1760. para que as penas nelle eſtabelecidas ſe impoñhaõ contra todos os Propoſtos, que tiverem menos da ametade dos lucros nas ven-
1758. das da logea, aonde as fizerem.

1. de Fev. Alvará, pelo qual a beneficio do Commercio, e Navegaçaõ ſe mandáraõ erigir ſeis Faróes nas Barras, e Coſtas deſte Reino; e que as cobranças da reſpectiva contribuiçaõ ſe façaõ nas Alfandegas pela Junta do Commercio, e pelos ſeus Commiſſarios.

Pelo Decreto de 24. de Abril de 1758. foraõ confirmadas as Inſtrucçoens geraes, e commuas para os Officiaes das Mezas da arrecadaçaõ das contribuiçoens dos Faróes, e para os Lotadores dos
1759. navios.

19. de Abr. Alvará de Confirmaçaõ dos Eſtatutos da Aula do Commercio ordenados no cap. 16. dos Eſtatu-
1762. tos da Junta do Commercio.

5. de Jan. Alvará, em que ſe manda obſervar o outro de 10. de Mayo de 1747. com quaeſquer embarcaçoens Portuguezas, para que indo carregar ſal na Villa de Setuval, poſſaõ dar entrada na ſua Al-
1770. fandega das mercadorias, que quizerem.

30. de Ag. Lei, para ſerem marticulados na Junta do Commercio todos os commerciantes Nacionaes da Praça de Lisboa; e para ſenaõ admittir nas Alfandegas, e Eſcritorios das caſas de Commercio, Aſſignantes, Guarda-livros, e Praticantes, que naõ tenhaõ carta de approvaçaõ pela Aula do Commercio: obſervando-ſe o meſmo nos Navios Mercantes,

cantes, nas Náos da Armada Real, e nos officios
1771 da arrecadaçaõ da Real Fazenda.

16. de Dez. Lei, por onde ſe extingue o cargo de Conſervador Geral do Commercio, creando-ſe hum Superintendente Geral dos contrabandos, hum Juiz dos Falidos, e hum Juiz Conſervador dos Privilegiados, todos Dezembargadores da Caſa da Supplicaçaõ, e com jurisdicçaõ privativa, e excluſiva nos negocios de ſua Commiſſaõ.

Tit. VI.

Junta da Inconfidencia.

1758.

9. de Dez. Decreto, pelo qual, e pelo de 4. de Janeiro de 1759. ſe creou o Tribunal da Junta
1759. da Inconfidencia.

17. de Jan. Lei, que confirmou, e approvou a ſentença da Junta da Inconfidencia contra os Reos do barbaro inſulto de 3. de Setembro de 1758. mandando, que em todos os caſos de leſa Mageſtade da primeira cabeça ſe pratique o meſmo, pelo que reſpeita aos bens da Coroa, e prazos de qualquer natureza.

Pela Lei de 3. de Agoſto de 1770. §. 11. e 12. ſe declara, que as linhas, dos que commettem crime de leza Mageſtade, ſaõ aridas, e ſeccas para a ſucceſſaõ dos morgados; e que eſtes, ſendo inſtituidos pelos meſmos Reos, ſejaõ diſſolutos, e ex-
1759. tinctos.

3. de Set. Alvará, para ſe guardar em cofre de trez chaves em todos os Tribunaes, e Camaras do Reino a Collecçaõ dos Papeis, que ſahiraõ deſde 8. de Outubro de 1757. ſobre os inſultos dos denominados Jeſuitas.

1759. 3. de Nov. Lei, por onde ſe exterminaraõ, e expulſaraõ deſtes Reinos, e ſeus Dominios os Regulares denominados Jeſuitas; prohibindo, que com elles ſe tenha communicaçaõ, havendo a eſſe fim huma de-
1761. vaſſa aberta em todos os Juizos Civeis, e Crjminaes.
25 de Fev. Alvará, pelo qual ſe mandaõ incorporar no Fiſco, e Camara Real, como vacantes, todos os bens dos denominados Jeſuitas, naõ ſendo os moveis immediatamente dedicados ao culto Divino;
1765. dando providencia ſobre os bens de encargos pios.
4. de May. Diploma, e Carta Regia ſobre a identidade, fórma, e theor de cinco profiſſoens do 4. voto de
1765. outros tantos Regulares Jeſuitas.
6. de May. Lei, que declara por obrepticios, e ſubrepticios, e como taes de nenhum effeito, o Breve, *Apoſtolicum paſcendi*, e ſeus Exemplares ſobre a confirmaçaõ do Inſtituto dos denominados Jeſuitas;
1766. havendo huma devaſſa aberta em todos os Juizos.
21. de Fev. Alvará, em que ſe eſtabelece o methodo para a arrecadaçaõ, e diſtribuiçaõ dos bens confiſcados aos Reos condemnados pela ſentença da Junta da Inconfidencia de 12. de Janeiro de 1759. e aos
1767. Regulares denominados Jeſuitas
28. de Ag. Lei, em que ſe prohibe a retenção, e uſo da Bulla, *Animarum ſaluti*, e das Cartas de Confraternidade com os Jeſuitas; mandando ſahir para fóra do Reino, e Dominios, os que haviaõ ficado tolerados pela Lei de 3. de Setembro de 1759. e que ſobre a meſma Bulla, e cartas haja devaſſa aberta.

Pela Lei de 9. de Setembro de 1773. ſe dá o Regio Beneplacito á Bulla, *Dominus, ac Redemptor noſter Jeſus Chriſtus*, que ſupprimio, e extinguio a Companhia denominada de Jeſus, ſeus Eſtatutos, e Privilegios. 1768.

1768. 2. de Abr. Lei ſobre as clandestinas, e abuſivas introducçoens da Bulla intitulada da *Cea do Senhor*, das que fizeraõ as bazes dos Indices Expurgatorios; e dos meſmos Indices, mandando-ſe, que ſejaõ ſupprimidos, e que naõ tenhaõ mais lugar, e que para eſſe fim haja devaſſa aberta em todos os Juizos.

Pelo Decreto de 17. Agoſto de 1756. ſe determinou, houveſſe huma devaſſa aberta, para inquirir ſobre as peſſoas, que fallaſſem dos Miniſtros, que deſpachaõ com ſua Mageſtade.

Tit. VII.

Companhia Geral de Pernambuco, e Paraiba.

1759. 16. de Agoſt. ALvará de Confirmaçaõ dos Eſtatutos da Companhia Geral de Pernambuco, e
1771. Paraiba de 13. de Agoſto de 1759.
23. de Fev. Alvará, e Aſſento de 4. de Junho de 1771. que ficaõ no titulo da Companhia Geral do Graõ Pará, e Maranhaõ.

Tit. VIII.

Intendente Geral da Policia.

1760. 25. de Jun. LEi, pela qual ſe eſtabelece a Policia, e Paz pública da Corte, e Reino, creando-ſe hum Intendente Geral com juriſdicçaõ privativa,
1760. e ampla neſtas materias.
25. de Jun. Alvará, em que ſe eſtabelecem os emolumentos dos Corregedores, Juizes, e Eſcrivaens do Crime

pelos

los proceſſos verbaes ordenados pela Lei da Po-
1760. licia.
7. de Jul. Carta, em que ſe mandaõ dar algumas provi-
dencias para a expediçaõ dos Paſſa-portes, e prom-
1760. pta execuçaõ da Lei da Policia.
13. de Agoſt. Alvará, que declara os caſos, em que ſe
devem paſſar os Paſſa-portes, e o emolumento, que
1763. por elles ſe deve pagar.
20. de Out. Lei, em que ſe daõ providencias para os la-
droens, e malfeitores de roubos, e aſſaſſinatos ſerem
effectivamente apprehendidos, e ſummariat, e ver-
balmente proceſſados; ampliando-ſe a Lei de 14.
1763. de Agoſto de 1751.
20. de Out. Lei, para ſe proceder contra os vadios, e
malfeitores, que fingindo-ſe Militares, commet-
1763. tem com os ſeus uniformes roubos, e inſultos.
21 de Out. Lei, pela qual no §. 8. ſe eſtabelece o pro-
cedimento, que na Intendencia Geral da Policia,
e Juizos Criminaes deve haver com os delinquentes
Militares.

Em 17. de Janeiro de 1768. e 11. de Julho do meſmo anno houveraõ Reſoluçoens, que declaraõ o §. 8. da Lei acima de 21. de Outubro, as quaes ficaraõ ſendo Leis Militares, como por ordem de Sua Mageſtade declarou na ultima o Marechal dos
1765. Exercitos Marquez de Alvito.
2. de Nov. Decreto, em que ſe ordena, que os Bacha-
reis para os ſeus deſpachos haõ de moſtrar atteſta-
çoens do Intendente Geral da Policia ſobre a exe-
cuçaõ das ſuas ordens, e de que foraõ buſcar as
ſuas inſtrucçoens, antes de partir para os luga-
1764. res.
24. de Out. Lei, em que ſe determina, que he crime de-
leſa Mageſtade de ſegunda cabeça toda a reſiſtencia
feita

feita aos Miniſtros, e Officiaes de Juſtiça de qual-
quer graduaçaõ, que ſejaõ.

Foi ampliada, e declarada eſta Lei pela de 14. de Fevereiro de 1772. no §. 2. pelo que reſpeita aos Soldados, como ſe moſtra no titulo das Providen-
1769. cias Militares.
25. de Set. Alvará, em que ſe declara o modo de proce-
1771. der por devaſſa nos caſos de concubinato.
5. de Fev. Alvará, para as viſitas das Cadêas, que cada
mez fazia o Regedor da Caſa da Supplicaçaõ,
ſe façaõ pelo Intendente Geral da Policia.

Leis anteriores á Lei fundamental da Policia da Corte, e Reino; pela qual porem lhe ſaõ ſubjeitos, e ſubordinados os Miniſtros, e materias criminaes, que fazem o objecto das dictas Leis.

1750.
12. de Set. LEi, para que nas devaſſas geraes do mez de Janeiro ſe pergunte pelos damninhos, e formigueiros, procedendo-ſe a arbitrio dos Juizes
1750. com as penas, que merecerem.
2. de Dez. Lei, para os Corregedores inquirirem ſobre o procedimento dos Juizes dos Orfaõs perpetuos,
1751. e ſeus Officiaes, ſem embargo de darem reſidencia.
15. de Març. Lei, em que ſe manda, foſſe caſo de devaſ-
ſa o delicto de pôr cornos ás portas, ou ſobre as
1751. caſas de peſſoas caſadas.
29. de Març. Lei para que na Relaçaõ do Porto ſenaõ ad-
mitta carta de ſeguro, para caucionar; e para que os
reſpectivos Reos devaõ preſtar a cauçaõ, eſtando
1751. prezos realmente na fórma da Ord. liv. 5. tit. 23.
28. de Jul. Lei, em que ſe eſtabelecem novas penas con-
tra as peſſoas, que tirarem prezos do poder da Juſti-

ça,

ça, ou derem para iſſo ajuda, ou favor.

Pela Lei de 3. de Agoſto de 1759. ſe faz caſo de devaſſa eſpecial o crime de tirar prezos do poder da Juſtiça ſem differença alguma da maior, ou menor graduaçaõ dos Miniſtros, ou Officiaes; procedendo-ſe com as penas da Lei acima de 28. de
1751. Julho de 1751.

14. de Agoſt. Lei, em que ſe ordena, que no Algarve, Alem-Tejo, e Comarcas de Santarem, e Setuval ſejaõ cummulativas as jurisdicçoens, para ſe prenderem os ſalteadores, e roubadores, havendo-ſe por fôro do delicto as dictas terras, para devaſſar, e to-
1752. mar quérellas.

26. de Abr. Lei, para que ſenaõ tome, nem receba ſuſpeiçaõ poſta a Miniſtro, que eſtiver tirando devaſ-
1753. ſa geral, ou eſpecial.

25. de Agoſt. Lei, por onde ſe extinguem os ſete Corregedores dos Bairros de Lisboa, ficando os cinco, que ſempre houveraõ, e ſubrogando-ſe em ſeu lugar
1753. Juizes do Crime, que deve conſultar o Senado.

2. de Out. Lei, em que ſe faz caſo de devaſſa a factura, ou publicaçaõ de ſatyras, ou libellos famoſos.

1754.

30. de Jan. Lei, em que declarando-ſe o §. 14. da Lei de 25. de Março de 1742. ſe manda, que os Alcaides, e Eſcrivaens dos Bairros de Lisboa poſſaõ fazer cummulativamente as diligencias, que lhes forem requeridas; abſtendo-ſe, das que perten-
1754. cem aos Officiaes dos Tribunaes.

9. de Jul. Lei, por onde ſe manda, que haja ſempre devaſſa aberta contra as peſſoas, que venderem polvora em caſas particulares dentro das Povoaçoens; devendo vender-ſe em caſas para iſſo deſtinadas pelas Cameras fóra do povoado.

1754.

19. de Out. Lei, em que ſe amplia o §. 14. da Lei da Reformaçaõ de Juſtiça, para ſe poder prender antes da culpa formada, nos caſos, em que ſe proceder por devaſſa, e que tenhaõ pena de açoutes, ou maior, que a de ſeis annos para o Brazil, pro-
1758. vando-ſe a culpa dentro de oito dias.

8. de Fev. Decreto, em que ſe manda ſeja cummulativa a juriſdicçaõ de todos os Miniſtros do Reino, para proſeguir, e prender os reos do arrombamento do Limoeiro, e os de homicidios voluntarios, e roubos feitos nas eſtradas, e ermos; e que os particulares os poſſaõ apprehender, conduzindo-os ao Miniſtro Letrado da terra mais vizinha; praticando-ſe o meſmo com os vagabundos deſconhecidos.

Tit. IX.

Collegio Real dos Nobres.

1761

7. de Març. CArta, pela qual ſe reſtabelece na Corte, e Cidade de Lisboa hum Collegio com o titulo de *Collegio Real dos Nobres*, para nelle ſe educarem cem Porcioniſtas; com os Eſtatutos do meſmo Collegio.

Foraõ declarados, e ampliados os Eſtatutos do Real Collegio dos Nobres pelo Alvará 2. do 1. de Dezembro de 1767.

Foraõ taõbem declarados os meſmos Eſtatutos pelo Alvará 1. de 13. de Março de 1772.

Pelo Alvará de 26. de Julho de 1772 foi declarado o §. 5. do tit 6. dos meſmos Eſtatutos, para que os Collegiaes, que naõ tiverem as circumſtancias, que elles ali requerem, ſó paguem hum quartel adian-

tado de trez em trez mezes: e naõ pagando, ſejaõ deſpedidos dentro em quinze dias continuos.

Pela Lei 2. de 10. de Novembro de 1772. ſe revoga o tit. 11. dos ſobredictos Eſtatutos, para que os Eſtudos das Sciencias Mathematicas, que nelle ſe faziaõ, ſe continuem ſómente na Univerſi-
1771. dade de Coimbra.

4. de Jun. Alvará, pelo qual ſe commetteo á Real Meza Cenſoria toda a adminiſtraçaõ, e direcçaõ dos Eſtudos das Eſcolas Menores, incluindo-ſe o Real
1772. Collegio dos Nobres.

13. de Març. Alvará 3. pelo qual ſe ordena, que todas as quintas, e propriedades pertencentes ao dote do Collegio dos Nobres ſejaõ vendidas por preço conſiſtente em Padroens de Juros Reaes, Apolices das Companhias, foros, ou em outras rendas de ſimples arrecadaçaõ.

Tit. X.

Erario Regio.

1761.

22 de Dez. LEi 1. pela qual ſe creou o Erario Regio, e ſeu Regimento; extinguindo-ſe o emprego de Contador Mór, e os Contos do Reino, e Caſa, com todos os Officios, e Incumbencias, e todas as fórmas da arrecadaçaõ, e depoſitos, em que paravaõ os cabedaes pertencentes ao Real Erario.

Foi declarado o §. 20. da Lei acima de 22. de Dezembro pelo Alvará de 11. de Outubro de 1766. para que as terças dos bens dos Concelhos foſſem remettidas para o Erario Regio até o ultimo dia do mez de Junho.

1761.

30. de Dez. Decreto, que manda proceder a ajuſtamento das contas dos Almoxarifes, e mais Recebedores debaxo da direcçaõ do Inſpector Geral do Era-
1762. rio Regio.

1. de Jul. Decreto, pelo qual ſe manda fornecer, e adminiſtrar pelo Erario Regio por conta da Real Fazenda todos os provimentos de muniçoens de bo-
1762. ca do Exercito.

22. de Nov. Decreto, para os Miniſtros, e Officiaes de Juſtiça, e Fazenda das terras do Reino poderem cobrar nellas os ſeus ordenados dos reſpectivos Al-
1765. moxarifes, ou Recebedores.

2. de Jan. Alvará 3. pelo qual ſe eſtabelece novo methodo para arrecadaçaõ, e diſtribuiçaõ das rendas da Caſa de Bragança pelas Leis fundamentaes do Erario
1766. Regio.

21. de Fev. Alvará, em que ſe manda fazer arrecadaçaõ pelo Erario Regio das rendas dos bens confiſcados aos Reos, que foraõ condemnados pela ſentença de 12. de Janeiro de 1759. e aos Regulares da Compa-
1768. nhia denominada de Jeſus.

2. de Març. Lei, por onde reprovando-ſe, e annullando-ſe os Roes, e copias das Fintas dos Chriſtãos novos, ſe mandaõ remetter para o Erario Regio, como papeis extrahidos da Arrecadaçaõ da Real Fa-
1770. zenda.

25. de Agoſt. Alvará, em que extinguindo-ſe os Officios, e Incumbencias, que ſe exercitavaõ com os titulos da Repartiçaõ de Africa, Gente de Tangere, Caſa de Ceuta, e Mazagaõ, ſe manda fazer a receita, e deſpeza reſpectiva pelo Erario Regio.

1773.
6. de Abr. Alvará, por onde, extinguindo-ſe a Junta da Intendencia das dividas antigas dos Armazens de Guiné, e India, ſe unem á Contadoria Geral da Corte no Erario Regio os remanecentes negocios, e dependencias.

Tit. XI.

Superintendentes Geraes das Alfandegas do Norte, e Sul.

1766.
26. de May. ALvará, pelo qual ſe creáraõ dous Superintendentes Geraes das Alfandegas: hum para a Provincia do Alem-Tejo, e Reino do Algarve: e outro para as Provincias da Beira, Minho, e Traz dos Montes; preſcrevendo-ſe-lhes a juriſdicçaõ, e a fórma da arrecadaçaõ dos reſpectivos direitos.
1771.
25. de Fev. Alvará 2. para que os Superintendentes Geraes poſſaõ delegar a jurisdicçaõ nos Miniſtros de Cabeça de Comarca para cima nas Provincias do Sul, e nos da Relaçaõ, e Caſa do Porto em as Provincias do Norte: e que as tomadias, e apprehenſoens lhes ſejaõ remettidas, cumprindo todos os Miniſtros ſeus precatorios.

Tit. XII.

Real Meza Cenſoria.

1768.
5. de Abr. LEi, pela qual ſe creou huma Meza de Cenſores Regios com juriſdicçaõ privativa, e excluſiva em tudo, o que pertence ao exame,

me, approvaçaõ. e reprovaçaõ dos livros, e papeis já introduzidos, e que de novo ſe houverem
1768. de introduzir, compôr, e imprimir.
10. de Jun. Edital, por onde ſe prohibem as Profecias introduzidas debaxo do nome de Gonçalo Annes
1768. Bandarra, e outros livros.
10. de Nov. Edital, pelo qual ſe prohibe o livro intitulado, *Magdalena Peccadora, Amante, e Peni-*
1769. *tente.*
4. de Dez. Lei, em que ſe prohibem as obras dos Authores, nos quaes ſe achaõ amplificadas as meſmas identicas maximas da Bulla intitulada *da Cea do Senhor,*
1769. e Indices Expurgatorios.
12. de Dez. Edital, em que ſe prohibem as obras de varios Authores, que eſcreveraõ contra a authoridade do Tribunal do Conſelho Geral do Sancto Of-
1770. ficio.
24. de Set. Edital, pelo qual ſe prohibiraõ alguns livros de varios Authores.
1771.
10. de Jun. Edital, em que ſe prohibiraõ algumas obras de varios Authores.
1771.
12. de Dez. Edital, por onde ſe prohibiraõ alguns livros de varios Authores.
1772.
30. de Abr. Edital, pelo qual ſe prohibio o Papel intitulado, *Juizo da verdadeira cauſa do Terremoto, que padeceo a Corte de Lisboa no 1. de Novembro*
1772. de 1755.
26. de Nov. Edital, em que ſe declara, que naõ tem huma total authoridade o Abbade de Fleury nos
1773. ſeus Diſcurſos.
18. de Març. Edital, em que ſe prohibe, por naõ ſer orde-

ordenado por authoridade legitima, o livro intitu-
1773. lado *Officium parvum S. Franciſci Borgiæ.*
11. de Out. Edital, em que ſe prohibe a obra intitula-
da, *Hiſtoire Philoſophique, & Politique des Etabliſemens, & du Commerce des Europeens dans les deux Indes*, repartida em ſeis volumes ſem nome de Author, datada de Amſterdaõ no anno de 1772. e reimpreſſa no de 1773.

Eſtudos das Eſcolas Menores.

1771.
4. de Jun. ALvará, por onde ſe commetteo á Real Meza Cenſoria toda a adminiſtraçaõ, e direcçaõ dos Eſtudos das Eſcolas Menores; incluindo, naõ ſó o Real Collegio dos Nobres, mas todos os outros Collegios, e Magiſterios, que ſe erigirem para os Eſtudos das primeiras idades.

Por eſte Alvará veio a ceſſar o Decreto de 6. de Julho, que creou o Director Geral dos Eſtudos; 1759 ficando em ſeu vigor as Diſpoſiçoens ſeguintes:
28. de Iun. Inſtrucçoens para os Profeſſores da Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rheto-
1759. rica.
28. de Iun. Alvará, pelo qual ſe reparaõ os Eſtudos das Linguas, Latina, Grega, e Hebraica, e da Arte de Rhetorica.

Foraõ declarados os §. §. 11. 16. e 17. do Alvará acima de 28 de Iunho publicado em 7. Julho de 1759. pelo Alvará de 11. de Ianeiro de 1760. approvando as providencias interinas, que o Di-
1759 rector Geral dos Eſtudos tinha mandado praticar.
28. de Iul. Edital ſobre as circumſtancias, que devem allegar, e ter, os que pertenderem ſer Profeſſores de Rhetorica, e de Grammatica.

1770

1770.
30. de Set. Alvará, para nas Claſſes da Latinidade ſerem os Diſcipulos inſtruidos previamente na Grammatica Portugueza, compoſta por Antonio Joſé dos Reis Lobato, abolindo-ſe das Eſcolas o abuſo de ler pelos proceſſos, e ſentenças; devendo ſomente uſar-ſe de impreſſos, ou manuſcriptos de differente natureza, eſpecialmente pelo Ca-
1772. thecíſmo de Montpellier.
6. de Nov. Lei, pela qual ſe fundaõ de novo as Eſcolas Menores neſtes Reinos, e ſeus Dominios de-
1772 baxo da Inſpecçaõ da Real Meza Cenſoria.
10. de Nov. Lei 1. por onde ſe extinguem todas as Collectas applicadas para os Profeſſores das Eſcolas Menores, e ſe eſtabelecem para o ſeu pagamento, neſtes Reinos, e Ilhas dos Açores, e da Madeira hum real em canada de vinho, quatro reis em canada de aguar-dente, e cento, e ſecenta reis em cada pipa de vinagre: na America, e Africa hum real em cada arratel de carne, que ſe cortar nos açougues; e nellas, e na Aſia dez reis em cada canada de aguardente da terra.

Pelo Alvará de 15. de Fevereiro de 1773. foraõ declarados o §. 7. da Lei acima de 6. de Novembro, e o §. 3. da Lei 1. de 10. de Novembro do meſmo anno de 1772.
1772.
10. de Nov. Alvará 1. em que ſe encarrega a Junta da Companhia Geral da Agricultura dos vinhos do Alto Douro da arrecadaçaõ, diſtribuiçaõ, e entrega do Subſidio Literario na Cidade do Porto, e nos Lugares de Cima do Douro; e do outro Subſidio Militar eſtabelecido nos vinhos, e barcos; encarregando-ſe a Meza do Conſulado da Alfandega dos outros direitos Militares, que ſe arrecada-

vaõ

1772. davaõ pela Caſinha, que ſe extingue neſta Lei.
10. de Nov. Alvará 2. pelo qual ſe creou huma Junta com jurisdicçaõ privativa, e excluſiva para a arrecadaçaõ, e diſtribuiçaõ do Subſidio Literario; ſendo compoſta do Preſidente da Real Meza Cenſoria, e
1773. de trez Deputados da meſma Meza.
4. de Set. Inſtrucçoens para a regular, e prompta arrecadaçaõ do Subſidio Literario.

Pelo Alvará de 18. de Agoſto de 1772. roborou, e tomou Sua Mageſtade debaxo da ſua immediata Protecçaõ o Collegio fundado no Real Moſteiro de Mafra, e ſeus Eſtatutos, para nelle ſe educar a Mocidade da Nobreza Civil, e das Familias honeſtas.

Tit. XIII.

Junta do Deſpacho das Confirmaçoens Geraes.

1769.
6. de May. LEi, pela qual ſe manda continuar nas Confirmaçoens Geraes, que no Reinado do Senhor Rei D. Joaõ IV. ficaraõ incom-
1769. pletas.
6. de May. Alvará, por onde foraõ nomeados Preſidente, Deputados, Eſcrivaõ, e Officiaes para a Junta do Deſpacho das Confirmaçoens Geraes, determinando a formalidade, que nellas ſe deve obſer-
1770. var
23. de Nov. Lei, pela qual ſe declara, que naõ devia confirmar-ſe, por erroneo, abuſivo, e ſem fundamento o Direito chamado Conſuetudinario ſobre os Officios de Juſtiça, e Fazenda; e ſe daõ providencias para o provimento, e ſerventia dos meſmos Officios.

1770.

1770.
3. de Agoſt. Lei, em que (além de ſe declarar a Lei de 9. de Setembro de 1769) ſe ordena, que naõ devem confirmar-ſe os vinculos, e morgados inſignificantes; reduzindo, os que devem ſubſiſtir á natureza de morgados regulares na fórma da Ordenaçaõ.

Tit. XIV.

Providencias ſobre a Fazenda, e Direitos Reaes

1751.
11. de Jan. DEcreto, em que ſe manda pôr em deſpacho ſeparado todos os generos, que ſe deſpachaõ por eſtiva, aſſiſtindo os Adminiſtradores novamente nomeados com os Officiaes, e mais Feitores, que haõ de ſer providos pelo Prove-
1751. dor da Alfandega.
16. de Jan. Regimento, pelo qual ſe determinou o governo, que deve haver na Alfandega do Tabaco, e os direitos, deſpachos, primeiros preços, e fre-
1751 te do Tabaco, e Açucar.
27. de Jan. Decreto, por onde ſe eſtabeleceo, e regulou a fórma, que ſe devia obſervar ſobre os direitos, e deſpachos do Açucar das Alfandegas do Reino.

Pelo Alvará de 20. de Março de 1756. ſe creou hum Juiz Executor das dividas das Alfandegas do Açucar, e Tabaco; extinguindo-ſe os officios de
1752. Executores da Alfandega Grande, e do Tabaco.
1. de Agoſt. Lei, pela qual ſe declara, e confirma a Doaçaõ do hum por cento, que ſe deve pagar para as Obras pias de todos os contractos, e rendas Reaes.

Pela Lei de 3. de Agoſto de 1770. §. 27. e 28. ſe mandaõ gravar os morgados, que ſe houverem de fazer, na centeſſima parte do ſeu rendimento para as Obras pias; e que o meſmo ſe obſerve, nos que ſe mandaõ unir, por ſerem de ren-
1753. dimento inſignificante.

29. de Dez. Lei, e Regimento, por onde, extinguindo-ſe todos os ordenados, propinas, e ajudas de cuſto, que levavaõ os Vedores, Conſelheiros, Miniſtros, e mais Officiaes da Fazenda, aſſim dentro do Conſelho della, como em todas as Caſas, e Juizos da ſua repartiçaõ, ſe crearaõ para todos novos ordenados.

Pela Lei de 20. de Novembro de 1754. ſe declarou o cap. 18. §. 10. do Regimento acima de 29. de Dezembro; para que ſó ſe levem os ſete por cento do dinheiro, que entrar nos cofres por
1755. execuçaõ diſputada, e rigoroſa.

10. de Març. Decreto, para que nas Alfandegas, e Caſas Tributarias deſte Reino ſe naõ dê deſpacho a fazenda alguma, de qualquer peſſoa, que ſeja, ſem que ſe abraõ na preſença dos reſpectivos Officiaes todos os fardos, caixas, e barris: determinando taõbem a fórma da deſcarga das Náos de
1755. Guerra, e Navios mercantes.

29. de Nov. Decreto, pelo o qual ſe mandou, foſſem livres de direitos as madeiras, que ſe transportaſſem do Brazil para as Cidades de Lisboa, e Porto em navios de proprietarios Portuguezes.

Foi declarado eſte Decreto pelo Alvará de 22. de Mayo de 1756. e de 10. de Setembro do meſmo anno, para que todas as madeiras de producçaõ deſtes Reinos transportadas em embarcaçoens dos ſeus Naturaes gozem do rebate de direitos

tos concedido á Companhia Geral do Graõ Pará,
1756. e Maranhaõ.

14. de Abr. Decreto, pelo qual ſe confirmaõ os 15. capitulos formados pela Junta do Commercio, para ſervirem de Regimento aos Recebedores, e Eſcrivaens dos quatro por cento offerecidos pela Praça de Lisboa.

Pelo Decreto de 2. de Junho de 1756. foraõ confirmados os capitulos das Inſtrucçoens, que haõ de ſervir de Regimento aos Recebedores, e Eſcrivaens dos dictos quatro por cento nas Alfandegas do Reino.

Pelo Alvará de 10. de Junho de 1757. ſe declarou, que nas materias pertencentes á Contribuiçaõ dos quatro por cento, naõ ſe devem intrometter os Juizes das Alfandegas das Provincias, por ſer da jurisdicçaõ privativa da Junta do Com-
1757. mercio.

11. de Jan. Decreto, pelo qual ſe izenta de direitos a louça concertada, devendo pagá-los a louça nova pelas aduelas, que entrarem nas officinas dos Tanoeiros.

Foi declarado eſte Decreto pelo outro de 27. de Outubro de 1758. abolindo-ſe a diſtincçaõ, que
1757. nelle ſe fazia de louça concertada a louça nova.

1. de Abr. Alvará, pelo qual ſe izentaõ de direitos os legumes, e graõs, que de qualquer dos portos do Reino entrarem na Cidade de Lisboa.

Pela Carta de 16. de Abril de 1757. ſe manda, que nas Alfandegas ſenaõ cobrem direitos de toda a eſpecie de graõ, que entrar do Reino de Caſtella.

Pela Lei de 4. de Fevereiro de 1773. ſe livraõ de direitos todas as eſpecies de graõ, de legumes, de farinhas, de louça, de tijolo, de madeira, de

pedra, e de mós de moinho, que forem produzidos, ou fabricados neſte Reino, obſervandoſe eſta graça em todas as Provincias, e no Reino do
1757. Algarve.

2. de Abr. Decreto, por onde ſe manda, que as peças de ſeda fabricadas neſte Reino naõ paguem direitos mais, do que a impoſiçaõ do ſello da Alfandega.

Foi declarado eſte Decreto pelo outro de 24. de Outubro de 1757. para tambem naõ pagarem direitos as fitas, paſſamanes, galoens, e mais tecidos de ſeda fabricados neſte Reino.

Pelo Alvará de 30. de Abril de 1760. foraõ recommendados os dous Decretos acima, revogando-ſe o Alvará de 24. de Março de 1695.

Pelo Decreto de 3. de Abril de 1763. ſe manda, que quaesquer fazendas, que ſe obrarem na Fabrica das ſedas, ſejaõ livres de direitos na ſahida deſte Reino para os portos do Brazil, e na entra-
1757. da delles.

19. de Abr. Decreto, por onde ſe manda eſtar pela immemorial obſervancia, que havia ſobre a arrecadaçaõ
1757. dos direitos da lenha, e do carvaõ.

3. de May. Reſoluçaõ, pela qual, e pelo Mappa de 24. de Mayo de 1757. ſe declaraõ as fazendas, que naõ ſaõ admittidas a deſpacho, como comprehendidas na prohibiçaõ da Pragmatica de 24. de
1758. Mayo de 1749.

28. de Jan. Decreto, em que ſe declara, que ſe naõ devem pagar direitos, ou contribuiçaõ alguma dos materiaes, que ſe transportarem do Reino para
1759 as Obras Reaes, e Cidade de Lisboa.

23. de Jun. Decreto, em que ſe preſcreve a fórma de juſtificarem os Theſoureiros, e Almoxarifes os pagamen-

mentos, que tiverem feito antes do Terremoto do 1. de Novembro de 1755. no caſo de eſtarem por
1759. elle impoſſibilitados.

14. de Jul. Decreto, pelo qual ſe determina a ordem, que haõ de ter os Theſoureiros, e Almoxarifes em dar as ſuas contas, e em juſtificar os pagamentos, ſe naõ tiverem os ſeus papeis correntes por cauſa do Terremoto do 1. de Novembro de 1755. determinando-ſe taõbem o modo, com que neſte caſo devem proceder os Miniſtros nomeados.

Pelo Alvará de 18. de Outubro de 1760. ſe reduzem os emolumentos de dez por cento dos Executores, e Officiaes da arrecadaçaõ da Fazenda Real, a cinco por cento pagos á cuſta dos devedores moroſos, alem do hum por cento, que pertence aos Solicitadores.

Pelo Decreto de 30. de Dezembro de 1761. ſe manda proceder a ajuſtamento das contas, que tiveraõ principio depois do Terremoto do 1. de Novembro de 1755. com os Almoxarifes, e mais Recebedores, debaxo da direcçaõ do Inſpector Geral do Erario Regio; procedendo-ſe nas dos annos antecedentes pelos Miniſtros nomeados debaxo da meſma direcçaõ.

Pelo Decreto de 6. de Março de 1769. ſe mandou foſſem notificados todos os Theſoureitos, e mais Recebedores da Fazenda Real, para appreſentarem no Erario Regio os papeis das ſuas reſpectivas contas, que naõ tiveſſem dado deſde o 1. de Novembro de 1755. e ainda dos annos ante-
1759. cedentes

19. de Out. Decreto, que livra dos meios direitos os fructos, e generos das Comarcas de Caſtello-Branco, e da Guarda, que por eſpaço de dez annos

ſe

1760. ſe transportarem para a Cidade de Lisboa.
15. de Out. Decreto, pelo qual ſe izentaõ de direitos os curtimentos de pelles, e couros fabricados neſte
1761. Reino.
22. de Dez. Lei primeira, que vai no titulo do Erario Regio.
1761.
22. de Dez. Lei ſegunda, pela qual ſe reduzem a unica, privativa, e invariavel jurisdicçaõ do Conſelho da Fazenda todas as materias concernentes a ella, e que neceſſitaõ dos exercicios das jurisdicçoens voluntaria, e contencioſa, com total excluſiva de todas as outras, que ſe exercitavaõ ao dicto reſpeito.

Pela Lei ſobredicta de 22. de Dezembro §. 17. do titulo 2. ſe declara, e recommenda o Alvará de 30. de Março de 1753. e ſe deroga no §. 18. o Regimento de 5. de Junho de 1752. vindo taõbem
1764. a ceſſar a Lei de 23. de Agoſto de 1753.
9. de Jul. Alvará, que fica no titulo da Companhia Geral do Graõ Pará, e Maranhaõ.
1765.
12. de Fev. Alvará, em que ſe extingue a renda, que ſe arrecadava para a Fazenda Real no Juizo das Bra-
1765. vas, que taõbem ſe extinguio.
26. de Out. Lei, pela qual, occorendo-ſe á deſordenada cobiça, dos que plantáraõ vinhas nas margens, e campinas dos Rios, Tejo, Mondego, e Vouga, e em terras de paúl, e liziria ſe mandaõ arrancar aquellas; e ſe eſtabelece Regimento dos direitos, que devem pagar os vinhos, que entrarem na Cidade de Lisboa, creando-ſe para a ſua arrecadaçaõ huma ſó, e unica Meza.

Foi ampliada, e declarada a Lei, e Regimento acima de 26. de Outubro pelos Alvarás de 18.

1766. de Novembro de 1765. e 18. de Fevereiro de 1766.
20. de Dez. Alvará, pelo qual ſe eſtabelece o preço fixo, e invariavel, que ha de ter o Sabaõ, prohibindo
1766. a ſua entrada dos Paizes Eſtrangeiros.
20. de Dez. Decreto, em que ſe nomeaõ os Adminiſtradores do Sabaõ, dando-lhes poder, para comprarem aos Donatarios, que haviaõ tido o privile-
1767. gio delle, as ſuas fabricas, e materiaes.
15. de Jul. Alvará, em que ſe declaraõ os direitos, que devem pagar as aguas-ardentes; e ſe manda fazer a ſua arrecadaçaõ pela Lei, e Regimento de 26.
1767. de Outubro de 1765.
20. de Jul. Alvará, por onde ſe regula o deſpacho das mercadorias, que pertencem á Caſa da India.
1767.
20. de Jul. Alvará, em que ſe manda, que nas Alfandegas do porto da Figueira, e em todas as mais, que eſtaõ ao Norte delle, ſe pague a contribuiçaõ dos dous por cento para a deſpeza das Guarda-Coſtas; e que ſe obſerve inteiramente o cap. 119. do
1770. Foral da Alfandega da Cidade do Porto.
10. de May. Alvará, em que ſe occorre aos deſcaminhos dos direitos Reaes da Cidade de Lisboa, pelo que pertence aos gados, e porcos, que vem para ſe vender da outra banda do Tejo, e das terras, e
1770. portos de huma, e outra parte do meſmo Rio.
25. de Agoſt. Alvará, que fica no titulo do Erario Regio.
1771.
22. de Out. Alvará, para ſe naõ pagarem direitos de todos os chapeos fabricados neſte Reino, e ſeus Dominios.

1773.
6. de Abr. Alvará, que fica no titulo do Erario Regio.

Tit. XV.

Providencias Militares.

1751.
22. de Març. DEcreto, em que ſe ordena, que os Officiaes, e Soldados, aſſim pagos, como Auxiliares, naõ ſejaõ obrigados a ſervir os em-
1752 pregos civís, e cargos da Republica.
7. de Fev. Alvará, em que ſe dá fórma á deſpeza das Fortificaçoens das Praças, e á inſpecçaõ, arrematçaõ, adminiſtraçaõ, e mediçaõ das ſuas obras.

Pela Reſoluçaõ de 8. de Janeiro de 1755. ſe determinou, que as Igrejas pertencentes ás Fortificaçoens, como parte dellas, ſaõ comprehendidas no §. 2. do Regimento, e Alvará ſobredicto de 7. de
1754. Fevereiro de 1752.
4. de Jul. Reſoluçaõ, por onde ſe determinou, que ſe obſerve o diſpoſto no cap. 65. das novas Ordenanças, em que ſe prohibe, que ſe cultivem foſſos,
1757 contra eſcarpas, e muralhas das Praças.
16. de Març. Alvará, para haver em cada companhia de todos os Regimentos trez Cadetes com privile-
1757. gios.
24. de Març. Decreto, em que ſe declara a jurisdicçaõ dos Directores da Infantaria, e Cavallaria.
1757.
29. de Out. Decreto, para que no Algarve ſe levantem cinco companhias de Dragoens de trinta cavallos
1759. cada huma.
15. de Jan. Lei, que ampliando a dos Tratamentos, man-

manda dar o de Senhoria aos Sargentos Mores de Batalha, e o de Excellencia aos Meſtres de Campo
1761. Generaes.
27. de Abr. Decreto, em que ſe regulaõ as diſtincçoens, de que devem uſar nos ſeus uniformes os Generaes, e Officiaes Militares; e que ſó com elles vaõ á Real Preſença nas audiencias, e funçoens publicas.

Foi declarado eſte Decreto pelo outro de 30. de Mayo de 1761.

Pelo Decreto de 6. de Agoſto de 1761. ſe amplia o Decreto ſobredicto de 27. de Abril para com os Terços Auxiliares.

Pelo Decreto de 14. de Abril de 1762. ſe preſcreve o uniforme dos Generaes de Infantaria, Cavallaria, e Artilharia.

Pelo Decreto de 24. de Agoſto de 1762. foi ampliado o Decreto ſobredicto de 27. de Abril a reſpeito do uniforme dos Officiaes dos Terços Auxi-
1761. liares, e da Ordenança.
2. de Jul. Decreto, pelo qual ſe criaõ vinte, e quatro Guardas-Marinhas com a graduaçaõ de Alferes de Infantaria, e com as qualidades requeridas nos Cadetes
1762. dos Regimentos.
2. de Abr. Decreto, em que na Campanha, ou Quarteis ſó ſe permitte ao General, que commandar em Chéfe o Exercito, dar meza aos Generaes, e Officiaes reſpectivos; com outras providencias ſo-
1762. bre a meſma materia.
2. de Abr. Decreto ſobre a formalidade das ſalvas, que devem receber, e com que devem conreſponder
1762. as Naos da Armada Real.
2. de Abr. Decreto, para ſe comprar por conta da Fazenda Real os cavallos, que ſe mandáraõ aliſtar, ſendo cedidos aos Capitaens, que os pedirem para

1762. ás ſuas Companhias.
5. de Abr. Decreto ſobre a denominaçaõ, que devem ter os Militares dos poſtos maiores.
1762.
9. de Abr. Alvará, pelo qual ſe creou hum Regimento de Artilharia com o ſeu alojamento principal nos
1762. Quarteis da Praça de S. Juliaõ da Barra
16. de Abr. Decreto, para que as Companhias de Infantaria, e Artilharia de Alem-Tejo tenhaõ o numero de 55. homens, entrando os Officiaes; e as de Cavallaria, e Dragoens o numero de 42. homens
1762. na meſma fórma.
16. de Abr. Decreto, para que a cada Regimento de Cavallaria, e Dragoens da Corte, e Provincias ſe
1762. accreſcentem quatro Companhias.
16. de Abr. Decreto, em que ſe mandaõ augmentar a cada hum dos Regimentos de Infantaria da Corte, Provincias, e Reino do Algarve, e ao Regimento
1762. da Artilharia do Alem-Tejo oito Companhias.
19. de Abr. Decreto, para que os Meſtres de Campo dos Auxiliares da Provincia da Beira, e do Partido do Porto, poſſaõ ter o ſeu exercicio ſem embargo, de que os ſeus diſtrictos eſtejaõ em differentes
1762. Governos das Armas.
20. de Abr. Decreto, pelo qual ſe mandou crigir trez novos Regimentos dos dous Batalhoens dos trez Re-
1762. gimentos do Porto, Chaves, e Bragança.
21. de Abr. Decreto, em que ſe mandou formar quatro Regimentos de Cavallaria dos dez Regimentos accreſcentados.
1762.
21. de Abr. Decreto, para que os Officiaes da Cavallaria poſſaõ trocar os ſeus poſtos dentro de hum
1762. anno.
5. de May. Decreto ſobre as Barracas, de que devem uſar

uſar nas Campanhas os Coroneis, Officiaes, e
1762. Soldados.
5. de May. Alvará, por onde ſe perdoa aos criminoſos auſentes, naõ tendo parte, ou naõ ſendo de crimes atrociſſimos; ſervindo pelo tempo de cinco annos nas Tropas Regulares, ou Navios de
1762. Guerra.
27. de Jun. Decreto, pelo qual ſe mandaõ levantar dous Batalhoens de Tropas Suiſſas, com as condiçoens aceitas, e aſſignadas pelos dous reſpectivos Co-
1762. roneis.
1. de Jul. Decreto, por onde ſe mandaõ fornecer pela Fazenda Real, e pela adminiſtraçaõ do Erario
1762. Regio as muniçoens de boca do Exercito.
30. de Jul. Decreto, para poderem paſſar ſem ordem eſpecial para os outros Regimentos os Officiaes, e
1762. Soldados da Artilharia.
30. de Jul. Decreto, para na Cidade do Porto haver doze Tenentes do Mar, e dezoito Guardas-Marinhas,
1762. igualados aos do Decreto de 2. de Julho de 1762.
31. de Jul. Decreto, para ſe fazer pagamento aos Officiaes Militares de dous em dous mezes, e aos Soldados
1762. de dez em dez dias.
25. de Agoſt. Decreto, que regula a ordem das antiguidades dos Officiaes do Exercito.
1762.
11. de Set. Decreto ſobre a jurisdicçaõ dos Officiaes encarregados da defeza das Praças.
1762.
26. de Set. Alvará, (*) pelo qual ſe eſtabelece a cobrança do Subſidio Militar da Decima, excitando, e declarando o Regimento della de 29. de Mayo de 1654.

(*) *Subſidio Militar da Decima.*

1762.
18. de Out. Decreto, que confirma as Inſtrucçoens do Subſidio da Decima; com Supplemento a ellas.

Pelo Decreto de 3. de Fevereiro de 1763. ſe declararaõ os §§. 43. e 44. das Inſtrucçoens Regias a reſpeito de Monte-Mor o Velho, Tentugal, e outras Villas.

Pelo Decreto de 22. de Março de 1763. ſe mandou, que os Miniſtros encarregados dos lançamentos da Decima, naõ poſſaõ ſer occupados no Real ſerviço, ſem certidaõ do Erario Regio, e dos Superintendentes Geraes.

Pela Carta de 29. de Mayo de 1764. ſe declaráraõ os bens dos Eccleſiaſticos, de que ſe naõ devia arrecadar o ſubſidio da Decima.

Pelo Alvará de 20. de Setembro de 1768. ſe declarou a izençaõ da Decima, e outros tributos, dos caſaes, e fazendas enfyteuticas da Collegiada de Noſſa Senhora da Oliveira de Guimaraens; mandando-ſe dar o tratamento de Senhoria ao ſeu Cabido.

Pelo Alvará de 11. de Mayo de 1770. ſe declarou, e ampliou o Alvará ſobredicto de 26. de Setembro de 1762. cohibindo as fraudes, que contra elle ſe tinhaõ commettido.

Pela Reſoluçaõ de 12. de Junho de 1770. ſe decidiraõ as duvidas propoſtas pela Junta Geral das
1762. Decimas.
30. de Out. Alvará ſobre os vinte, e quatro contos de reis annuos, que offereceo a Junta do Commercio em lugar da Decima do Maneio, e dos Juros, que deviaõ pagar os Commerciantes.

1763.
25. de Jan. Alvará, em que ſe manda dar o tratamento de Alteza ao Conde Reinante de la Lippe.

1763.
10. de May. Decreto, e Relaçaõ da reducçaõ das Tropas do Exercito, e Marinha.

1763.
9. de Jul. Lei, pela qual ſe extinguem as Vedorias, e Contadorias de Guerra; eſtabelecendo-ſe hum novo methodo para o exacto, e prompto pagamento das
1763. Tropas.
9. de Jul. Alvará, para que em cada Regimento haja hum livro com as diviſoens competentes, para ſe lançarem os Aſſentos das primeiras Planas, &c. a fim de ſe fazer o pagamento com mais facilidade, e promptidaõ.

Pelo Decreto de 29. de Julho de 1763. ſe declarou eſte Alvará de 9. de Julho, para que ſe façaõ patentes a todos os Coroneis, e Commandantes as Relaçoens, e liſtas dos livros do Regiſto, que elles pedirem.

Foi declarado o §. 9. da Lei acima de 9. de Julho, e os §§. 13. 14. e 15. do Alvará ſobredicto
1763. de 9. de Julho pelo Alvará de 14. de Abril de 1764.
15. de Jul. Lei, pela qual ſe declara, que nos Conſelhos de Guerra, ſó pertence aos Juizes o exame das provas, ſem lhes ficar arbitrio, para alterarem, ou modificarem os Artigos de Guerra; e que havendo caſos, em que os reos ſe façaõ dignos da Real clemencia, ſe ſuſpenda, fazendo-ſe preſentes
1763. a Sua Mageſtade.
23. de Agoſt. Decreto, para ſe reformar com meio ſoldo Officiaes Militares já decrepitos.

1763.
20. de Out. Lei, pela qual ſe manda proceder, contra os que com uniformes Militares ſe fingem Soldados, e Officiaes das Tropas, e commettem inſultos,
1763. e roubos.
20. de Out. Decreto, pelo qual ſe cria hum Auditor letrado em cada Regimento com a graduaçaõ de Juiz
1763. de Fóra da ſegunda intrancia.
21. de Out. Lei, em que ſe deo Regimento aos Auditores novamente creados, eſtabelecendo, e declarando os limites das jurisdicçoens Civil, e Militar nas cauſas civeis, e crimes.

Pelo Alvará de 18. de Fevereiro de 1764. ſe authoriſaraõ os Auditores com a patente, ſoldo, e uniforme de Capitaens.

Interrogatorios, de que devem uſar os Sindicantes na conformidade do §. 1. da Lei de 21. de Outubro de 1763.

Foi declarada a Lei acima de 21. de Outubro de 1763. pelo Decreto de 15. de Dezembro do meſmo anno ſobre couſas civeis, e crimes de preterito.

Foraõ recommendados os §§. 6. e 7. da ſobredicta Lei de 21. de Outubro pela Ordem do Marechal General de 17 de Fevereiro de 1764. para os Soldados naõ trazerem armas particularmente.

Em 17. de Janeiro de 1768. e em 11. de Julho do meſmo anno houveraõ as Reſoluçoens, que ficaõ no titulo do Intendente Geral da Policia.

Pelo Alvará de 14. de Fevereiro de 1772. §. 3. foi declarada a ſobredicta Lei de 21. de Outubro para naõ ter lugar o foro Militar nos contrabandos, e deſcaminhos dos direitos Reaes.

1764.

1764.
24. de Fev. Lei, pela qual ſe dá nova fórma, para ſe fazerem as Recrútas para os Regimentos do Exercito; com Relaçaõ dos reſpectivos diſtrictos.

Foi ampliada, e declarada a ſobredicta Lei de 24. de Fevereiro pela Lei de 7. de Julho de 1764. removendo as controverſias, que haviaõ nas eleiçoens dos Capitaens Móres, e com outras providencias.

Reſoluçaõ do 1. de Outubro de 1764. que ſe mandou praticar a todos os Generaes, Commandantes das Provincias, Governadores das Praças, Coroneis, e Capitaens Móres, e a todos os Miniſtros de Juſtiça ſobre as Recrútas do Exercito.

Pelo Alvará de 15. de Outubro de 1764 ſe ampliou, e declarou a ſobredicta Lei de 24. de Fevereiro para ſerem ſubjeitos ás Recrútas, os que
1764. ſe caſaraõ depois da ſua publicaçaõ.
24. de Març. Alvará, por onde ſe dá nova fórma aos fardamentos do Exercito, eſtabelecendo-ſe o modo
1765. de ſe pôrem promptos nos tempos devidos.
11. de Jun. Alvará, (*) em que ſe declaraõ nullas as ſentenças, que julgaraõ, que os Lavradores do Termo da Cidade de Lisboa, naõ deviaõ pagar o ſubſidio do Real d'Agua dos proprios vinhos vendidos nas ſuas caſas; mandando-ſe proceder na arrecadaçaõ na conformidade do Regimento de 23. de Janeiro de 1643. e das Ordens, que ſe lhe ſeguiraõ.

Pela Reſoluçaõ de 2. de Janeiro de 1771. ſe mandou obſervar em todas as terras do Reino a arrecadaçaõ do Real d'Agua, que ſe determinou para os Lavradores da Cidade, e Termo de Lisboa pelo

(*) *Subſidio Militar do Real d'Agua.*

pelo Alvará de 4. de Setembro de 1657. Decreto de 12. Outubro de 1657. e Alvará de 11. Junho de 1765.

Pelo Alvará de 8. de Agoſto de 1771. ſe determina, que as incumbencias de Eſcrivaõ do ſubſidio do Real d'Agua ſejaõ exercitadas geralmente pe-
1765. los Eſcrivaens das reſpectivas Camaras.

4. de Set. Alvará, pelo qual ſe occorre ás irregularidades de alguns Conſelhos de Guerra, dando para
1765. elles regras certas, e inalteraveis.

6. de Set. Alvará, por onde ſe eſtabelecem as penas, com que devem ſer punidos os deſertores das Tropas, e os que lhes derem aſilo; declarando, e ampliando o cap. 26. do Regulamento da Infantaria, o cap. 5. do Regulamento da Cavallaria, e o Alva-
1765. rá de 15. de Julho de 1763.

6. de Set. Decreto, em que ſe concede perdaõ aos meſmos deſertores até a data do meſmo Decreto.

1766.

4. de Jun. Alvará, que declara o outro Alvará de 15. de Julho de 1763. em que ſe eſtabelece a formatura do
1768. Regimento da Artilharia do Exercito.

11. de Nov. Decreto, pelo qual ſe declaraõ as ſgraduaçoens dos Officiaes da Armada Real.

1772.

14. de Fev. Alvará, pelo qual ſe eſtabelecem penas contra os Soldados, que ſe acharem incurſos em contrabandos, e deſcaminhos dos direitos Reaes; e que ſe acharem fóra dos Quarteis em uniaõ de trez, ou dahi para cima com armas brancas, ou de fogo, públicas, ou occultas; ficando privados do foro Militar, e ſubjeitos ás penas da Lei de 24. de Outubro de 1764. pelas reſiſtencias, que commetterem.

Tit. XVI.

Tit. XVI.

Providencias ſobre as Fabricas do Reino.

1752.

20. de Fev. LEi, para ſe naõ extrahir para fóra do Reino ſeda alguma em rama, fio, ou caſúlo, concedendo-ſe privilegios, aos que plantarem
1753. amoreiras.

30. de Jul. Decreto, por onde ſe determinou, que a polvora ſe fabricaſſe por adminiſtraçaõ á cuſta da
1757. Real Fazenda.

2. de Abr. Decreto para as peças de ſeda ſerem ſelladas, e livres de direitos.

Eſte Decreto, e os mais, que o declaraõ, e ampliaõ, ficaõ no titulo das Providencias ſobre a Fa-
1757. zenda Real.

20. de Abr. Decreto para naõ ir para fóra a courama verde.

1757.

6. de Agoſt. Alvará de confirmaçaõ dos Eſtatutos da Real Fabrica das ſedas eſtabelecida no ſuburbio do Ra-
1757. to.

6. de Agoſt. Alvará, para nos armazens da Fabrica das ſedas haver dous livros, em que ſe lancem os creditos dos Directores, e as obrigaçoens dos Mercadores de retalho, valendo as copias delles, como
1758. originaes.

8. de Abr. Decreto, para ſenaõ dar entrada nas Alfandegas ás ſolas, e atanados, que naõ forem fabricados
1759. neſtes Reinos, e ſuas Conquiſtas.

14. de Març. Decreto, pelo qual ſe mandaõ fabricar caſas no ſuburbio do Rato para a commoda habitaçaõ

1759. dos Fabricantes das ſedas.

11. de Agoſt. Alvará, pelo qual, deferindo-ſe ás queixas dos Fabricantes das Comarcas da Guarda, Caſtello-Branco, e Pinhel, que forneciaõ pannos para o fardamento das Tropas, ſe manda renovar, e amplia o Regimento de 7. de Janeiro de 1690.

Foi declarado, e ampliado o Alvará ſobredicto de 11. de Agoſto pelo Alvará de 7. de Novembro de 1766.

Foraõ declarados, e ampliados os dous Alvarás acima pelo Alvará de 4. de Setembro de 1769. com mais diſpoſiçoens para melhor governo, e
1760. augmento dos lanificios.

15. de Out. Decreto, em que ſe izentaõ de direitos os curtimentos de pelles, e couros fabricados neſte Rei-
1761. no.

3. de Març. Alvará, para que os Fabricantes, que tiverem duas officinas, ſejaõ privilegiados com apo-
1761. zentadoria paſſiva.

18. de Abr. Decreto, para que quaeſquer Artifices inſignes nacionaes, ou eſtrangeiros poſſaõ trabalhar com licença da Junta do Commercio, e do Senado em obras de nova invençaõ, ou de conhecida
1764. utilidade.

4. de Dez. Alvará, pelo qual ſe concede por tempo de dez annos a Joaõ Baptiſta Locatelli o privilegio de ſó fazer, e vender grude da ſua fabrica.

Pelo Alvará de 11. de Fevereiro de 1773. ſe prohibe a ſahida para fóra deſtes Reinos dos retalhos de couro, e raſpas das fabricas de curtumes, em quanto forem neceſſarias para a fabrica de grude de
1765. Joaõ Baptiſta Locatelli, e de outros.

7. de Nov. Alvará, para ſenaõ poderem extrahir para fóra do Reino os couros verdes, ſem ſe notifi-

car de trez em trez mezes os donos das fabricas de atanados, que poderám comprar com preferencia, e igual preço, os de que neceſſitarem.

Pela Lei de 4. de Fevereiro de 1773. §. 3. ſe manda obſervar eſta Lei de 7. de Novembro declarando, como deve proceder-ſe na Provincia do
1766 Alem-Tejo, e Reino do Algarve.

22. de Agoſt. Alvará, para que Auguſto Ludevico Thimne poſſa eſtabelecer neſta Cidade de Lisboa, ou na do Porto huma fabrica de fazer folhetas para a cravaçaõ dos diamantes, e pedras precioſas com privile-
1766. gio excluſivo por dez annos.

20. de Dez. Alvará, pelo qual ſe mandaõ adminiſtrar as ſaboarias por conta da Real Fazenda com preço fixo, e invariavel, excitando o Regimento, e privilegio de 19. de Setembro de 1455. e de 11.
1767. de Março de 1470.

7. de Agoſt. Alvará, pelo qual ſe prohibe a extracçaõ das pelles de coelho, e lebre para fóra do Reino
1768. a beneficio da fabrica dos chapeos.

24. de Dez. Alvará, pelo qual ſe manda erigir huma Officina Typografica com o titulo *de Impreſſaõ Regia*, com hum Director Geral, Theſoureiro, e mais
1769. peſſoas neceſſarias.

17. de Jul. Alvará, pelo qual ſe mandaõ fabricar de novo, ou reedificar as marinhas de ſal da Cidade de
1769 Tavira, por ſe acharem deſtruidas.

31. de Jul Alvará, em que ſe approvaõ as condiçoens do Eſtabelecimento das fabricas de cartas de jogar,
1770. e de papeloens.

7. de Abr. Alvará, pelo qual ſe permitte a Chriſtiano Henriques Smith, e aos mais fabricantes de refinar açucar, duas qualidades de refinaria, além das quatro já permittidas.

1770.
7. de Nov. Alvará, por onde, protegendo-ſe as fabricas de louça do Reino, ſe prohibe a entrada, da que he fabricada fóra delle, exceptuando, a que vier da India, e da China em navios de proprietarios Portuguezes.
1770.
10. de Dez. Alvará, pelo qual ſe prohibe a entrada de todos os chapeos fabricados fóra do Reino em beneficio das fabricas delle
1770.
10. de Dez. Alvará, por onde ſe faz mercê á Direcçaõ da Fabrica das ſedas do indulto privativo, e privilegio excluſivo do Commercio da Goma Copal produzida nos Dominios da America Portugueza.
1771.
25. de Fev. Lei, pela qual ſe extinguem as feitorias do linho canhamo eſtabelecidas neſte Reino com todos os ſeus Regimentos, e officios.
1771.
22. de Out. Alvará, para ſerem livres de direitos todos os chapeos fabricados neſtes Reinos, e ſeus Dominios.

Tit. XVII.

Providencias ſobre os Eſtragos do Terremoto do 1. de Novembro de 1755. e ſobre a Reedificaçaõ da Cidade de Lisboa.

1755.
4. de Nov. DEcreto, pelo qual ſe mandaraõ autuar em proceſſos ſimplesmente verbaes, (executando-ſe as ſentenças nomeſmo dia, em que ſe proferiſſem) os reos, que tinhaõ commettido execrandos, e ſacrilegos roubos depois da manhaã
1755. do dia do 1. de Novembro de 1755.
4. de Nov. Decreto, para os Corregedores, e Juizes do Crime examinarem as vidas, e os coſtumes, e miniſterios dos habitantes dos ſeus reſpectivos Bairos, e que ſendo achados em culpavel ocioſidade, foſſem autuados em proceſſos ſimplesmente verbaes, e condemnados, (mas ſem infamia alguma) a trabalhar com bragas nas obras da Cidade de Lisboa.

Pelo Decreto de 27. de Janeiro de 1757 ſe mandaõ obſervar os ſobredictos dous Decretos de 4.
1755. de Novembro.
29. de Nov. Decreto, pelo qual ſe manda fazer huma exacta diſcripçaõ das praças, ruas, becos, e edificios públicos de cada Bairro, e das propiedades particulares com eſpecificaçaõ da frente, e fundo; e com as elevaçoens, ou alturas, que tinha cada huma antes do Terremoto do 1. de Novem-
1755. bro de 1755.
29. de Nov. Decreto, que com as outras Diſpoſiçoens, que o ampliaraõ, e declararaõ a beneficio da reedificaçaõ da Cidade, fica notado no titulo das
1755. providencias da Fazenda Real.
3. de Dez. Lei, em que ſe mandou, que ſe naõ podeſſem alterar os alugueres das caſas, e logeas depois do Terremoto do 1. de Novembro de 1755. annullando-ſe os afforamentos, que ſe fizeraõ com exceſſo do rendimento reſpectivo, ao que produziaõ os terrenos antes do Terremoto; e que ſe naõ poſſaõ edificar caſas fóra dos limites da Cidade, que
1755. ſe preſcrevem neſta Lei.
10. de Dez. Edital, em que ſe declarou, que as peças de ouro, ou prata, dinheiro, diamantes, ou outros quaesquer moveis ſe manifeſtaſſem, para ſe mandarem pôr em depoſito, e delle ſe poderem entregar a ſeus donos.

1755.
30. de Dez. Edital, em que ſe mandou, ſenaõ fabricaſſem caſas, nem reedificaſſem, as que foraõ incendiadas depois do Terremoto do 1. de Novembro de 1755. com a pena de ſe demulirem á cuſta das partes; naõ ſe comprehendendo os concertos preciſos para a reparaçaõ, e conſervaçaõ das propriedades.

Pelo Edital de 10. de Fevereiro de 1756. ſe declarou a meſma prohibiçaõ.

Pelo Edital de 20. de Abril de 1759. ſe fizeraõ outra vez publicos os ſobredictos Editaes, declarando-ſe, que ſe naõ achaõ prohibidos os concertos das propriedades; mas ſó às reedificaçoens, das que foraõ queimadas, ou reduzidas a huma ruina total nas ruas, que novavente ſe mandavaõ alinhar para maior decoro da Cidade, e commodidade dos ſeus habitantes

1757.
12. de May. Lei, para que ſenaõ poſſaõ embargar, ou apenar cal, tijolo, telha, madeira, lenhas, obreiros, carros, e beſtas de carga, que ſe empregarem nas reſpectivas fabricas dos transportes; e que os dictos generos fabricados por Portuguezes tenhaõ livre entrada, ſem ſubjeiçaõ a manifeſtar, ou a tirarem bilhetes.

1758.
12. de May. Lei, pela qual ſe eſtabelecem os direitos publicos, e particulares da reedificaçaõ da Cidade de Lisboa, e das peſſoas, que para ella concorrerem.

1758.
12. de Jun. Plano, para ſe regular por elle o alinhamento das ruas, e reedificaçaõ das caſas, que ſe haõ de erigir nos terrenos, que jázem entre a Rua-Nova do Almada, e Padaria; e entre a extremidade ſeptemtrional do Rocio até o Terreiro do Paço excluſivamente.

Pelo Decreto de 12. de Junho de 1758. ſe conferio ao Regedor da Caſa da Supplicaçaõ juriſdicçaõ ampla ſobre a reedificaçaõ da Cidade, e ſobre a execuçaõ do alinhamento do Plano ſobredicto de 12. de Junho, com poder de nomear Miniſtros para a Inſpecçaõ de cada hum dos Bairros.

Pela Lei de 15 de Junho de 1759. ſe declarou a Lei acima de 12. de Mayo com as mais ordens, e inſtrucçoens reſpectivas aos direitos publicos, e particulares dareedificaçaõ da Cidade de Lisboa.

Pelo Alvará de 21. de Janeiro de 1766. foi tambem declarada a ſobredicta Lei, ordenando, que os contractos enfyteuticos das propriedades deſtruidas, ou arruinadas, celebrados até o dicto dia, caducaraõ, e ficaraõ diſſolutos, e extinctos; e que ſobre os meſmos ſe obſerve, o que determina a ſobredicta Lei a reſpeito dos outros terrenos livres, ou vinculados.

Foi taõbem declarada, e ampliada a Lei acima de 12. de Mayo de 1758. pelo Alvará de 23. de Fevereiro de 1771. havendo por finda, e extincta a eſpera de cinco annos, permittida aos donos dos terrenos, para edificarem; mandando, que logo foſſem vendidos, a quem por elles mais deſſe.

Pelo Decreto de 7. de Dezembro de 1772. ſe extendem as providencias do Decreto de 6. de Março de 1769. e do ſobredicto Alvará de 23. de Fevereiro, para ſerem arrematadas na ſua conformidade as caſas arruinadas, e pardieiros deſta Cidade, (poſto que naõ foſſem incendiadas) às peſſoas,

ſoas, que ſe obrigarem a fabricar caſas conformes aos proſpectos eſtabelecidos.

Foi ampliada pela Lei de 9. de Julho de 1773. §. 2.

1759. a ſobredicta Lei de 12. de Mayo.

19. de Jun. Avizos, e Inſtrucçoens, pelas quaes ſe mandaõ entregar os terrenos das trez ruas principaes da Cidade baxa aos reſpectivos proprietarios, e ſe reſolvem as duvidas, para ſe dar principio á Praça

1759. do Rocio.

2. de Jul. Decreto, que manda demarcar o terreno para o Real Palacio da Reſidencia de Sua Mageſtade, no citio, que jáz entre o largo de S. Joaõ dos Bem-Caſados, e o caminho, que vai do Senhor

1759. IESUS da Boa-Morte para o Rato.

12. de Jul. Edital, pelo qual ſe mandaõ entregar aos proprietarios os terrenos das ruas, que ſe chamavaõ dos Ourives do ouro, dos Douradores, e dos Eſcudeiros, e que actualmente ſe achaõ incluidas na

1760. rua denominada, Auguſta.

8. de Out. Decreto, pelo qual ſe annullaõ todas as licenças, que ſe concederaõ para caſas de madeira, e Barracas ſem Real, e immediata Reſoluçaõ; mandando-ſe evacuar os terrenos publicos, e alheios; e que o Senado poſſa determinar lugares nas Praças para cabanas amoviveis, e volantes, em que ſe

1760. vendaõ os comeſtiveis.

2. de Nov. Edital, por onde ſe mandaõ entregar os terrenos, que antes exiſtiaõ na Praça do Rocio, e os que ſe achavaõ no largo do Norte na Praça do Ter-

1760. reiro do Paço.

5. de Nov. Decreto, pelo qual ſe manda executar o Plano, e diſtribuiçaõ das ruas, que eſtaõ abertas no terreno, que jáz entre as Praças do Commercio, e do Rocio.

pelo

Pelo Edital de 19. de Dezembro de 1760. ſe poem em execuçaõ, o que determina o ſobredi-

1765. cto Decreto de 5. de Novembro.

2. de Jan. Alvará 2. por onde ſe ordena, que o Preſidente do Senado da Camara mande fabricar na Ribeira a obra delineada no plano, e proſpecto juntos, para habitaçaõ das peſſoas das profiſſoens nelle men-

1768. cionadas.

20. de Jul. Alvará, pelo qual ſe mandou unir á Real, e Suprema Jurisdicçaõ a Jurisdicçaõ Eſpiritual do Delegado D. Luiz da Camara Coutinho, no que pertence á Bulla expedida em beneficio da reedifica-

1770. çaõ, e collocaçaõ das Igrejas da Cidade de Lisboa.

5. de May. Alvará, pelo qual em beneficio da reedificaçaõ da Cidade de Lisboa ſe amplia o §. 6. do Alvará de 21. de Junho de 1759. para ſe poderem dar a juro os dinheiros dos Orfaõs aos reedificantes com as ſeguranças eſtabelecidas pela Lei de 12. de

1771. Mayo. de 1758.

22. de May. Lei, pela qual em beneficio da reedificaçaõ da Cidade de Lisboa, ſe determina, que, os que poſerem eſcriptos nas caſas, que arrendaraõ, fiquem dellas excluidos irremiſſivelmente, para os donos

1773. as poderem alugar, a quem quizerem

22. de May. Alvará, por onde ſe manda paſſar para a Praça do Rocio o arruamento dos Sirgueiros, ordenando, que ſó elles poſſaõ vender chapeos.

Tit. XVIII.

Providencias de creaçaõ de algumas Cidades, e Villas.

1759.
25. de Jul. LEi, pela qual ſe creou em Cidade a Villa de Aveiro.

1770.
17. de Març. Lei, por onde foi creada Cidade de Pena-Fiel a Povoaçaõ de Arrifana de Souza.

1770.
25. de Agoſt. Lei, pela qual ſe creou em Cidade a Villa de Pinhel.

1771.
12. de Març. Decreto, pelo qual ſe erigio em Villa o Lugar da Figueira.

1773.
16. de Jan. Alvará, pelo qual ſe erigiraõ em Villas os Lugares de Monchique, e da Lagoa, que eraõ do termo da Cidade de Silves.

Tit. XIX.

Providencias ſobre a Univerſidade de Coimbra.

1770.
23. de Dez. CArta, pela qual ſe creou huma Junta de Providencia Literaria, para examinar os eſtragos dos Eſtudos da Univerſidade de Coimbra,
1771. e ponderar os meios de os reſtaurar.
2. de Set. Reſoluçaõ ſobre a Conſulta, que com o Compendio Hiſtorico da Univerſidade de Coimbra fez a Junta da Providencia Literaria, mandando-ſe ſubir

bir a Minuta dos Eſtatutos da meſma Univerſi-
1772. dade.
28. de Agoſt. Carta de Roboraçaõ dos Eſtatutos da Univerſidade de Coimbra.
1772.
28. de Agoſt. Alvará, por onde ſe extinguem todos os empregos, e incumbencias da Meza da Fazenda da Univerſidade de Coimbra, creando-ſe huma Junta de Adminiſtraçaõ com cofre, Theſoureiro,
1772. Contadoria, e Executoria.
10. de Nov. Lei, pela qual ſe mandaõ enſinar na Univerſidade de Coimbra as Sciencias Mathematicas, que até agora ſe enſinavaõ no Collegio Real dos Nobres.

Pelo Alvará de 6. de Março de 1765. ſe determinou a fórma, com que devia proceder-ſe nas Oſtentaçoens das trez Faculdades da Univerſidade de Coimbra.

Tit. XX.

Providencias ſobre o Reino do Algarve.

1766.
15. de Set. ALvará, pelo qual ſe creou huma Junta no Reino do Algarve de Miniſtros delle, para ſe conhecer ſem appellaçaõ, nem aggravo das cauſas dos foros, juros, e cenſos eſtabelecidos contra a fórma do Alvará de 17. de Mayo de 1698 pela ſimples inſpecçaõ das reſpectivas eſcripturas.

Pela Lei de 16. de Janeiro de 1773. foi ampliado, e mandado cumprir, e obſervar o ſobredicto Alvará de 15. de Setembro.

Foi declarada a dicta Lei de 16. de Janeiro pelo
1769 Alvará de 4. de Agoſto de 1773.

17. de Jul. Alvará, em que ſe mandaõ fabricar de novo, ou reedificar as marinhas de ſal da Cidade de Ta-
1772. vira, por ſe acharem deſtruidas.

13. de Març. Lei, pela qual ſe declaraõ nullos todos os titulos, com que a Serra da Cidade de Tavira andou alheada, e ſe desobrigaõ os ſeus habitantes de todas as penſoens, que nullamente lhes eraõ ex-
1773. torquidas.

15. de Jan. Alvará de Confirmaçaõ dos Eſtatutos da Companhia Geral das Peſcarias Reaes do Reino do Al-
1773. garve.

16. de Jan. Alvará, em que ſe determina, que os captiveiros, e eſcravidoens ſe naõ extendaõ além dos netos, quanto ao preterito; e que todos, os que naſcerem de eſcravas depois da publicaçaõ deſte Alvará fiquem livres, e habeis para todos os offi-
1773. cios, honras, e dignidades.

16. de Jan. Alvará, pelo qual ſe crearaõ em Villas os Lugares de Monchique, e da Lagôa, que eraõ do termo da Cidade de Silves, com Juizes de Fóra, e mais
1773. Officiaes de Juſtiça.

18. de Jan. Alvará, em que ſe creou Juiz de Fóra, e dos Orfaõs para a Villa da Lagoa.

1773.

18. de Jan. Alvará, por onde ſe creou Juiz de Fóra, e dos Orfaõs para a Villa de Alcoutim.

1773.

18. de Jan. Lei, para no Algarve naõ pagarem direitos o trigo, farinha, centeio, milho, aveia, legumes, e outros ſemelhantes graõs, mandando-ſe obſervar, o que ſe pratica na Cidade de Lisboa.

1773.

1773.

4. de Fev. Lei, pela qual ſe livraõ de direitos todas as eſpecies de graõs, de legumes, de farinhas, de louças, de tijolo, de madeira, de pedras, e de mós de moinhos, que forem produzidas. ou fabricadas neſtes Reinos, tanto nas Provincias, como no Reino do Algarve; dando-ſe tambem providencias ſobre as carnes ſalgadas, e courama vacúa, e cabrúa em verde.

Tit. XXI.

Providencias ſobre os Dominios Ultramarinos, ſeus Generos, e Navegaçaõ.

1750.

3. de Dez. LEi, pela qual ſe annulla a Capitaçaõ, que pagavaõ os moradores das Minas Geraes, e ſe excita, e reſtabelece para a cobrança do Direito ſenhorial dos Quintos, o methodo, que aquelles propoſeraõ ao Conde das Galveas em 24. de Março de 1734.

Pelo Alvará de 25. de Janeiro de 1755. foraõ declarados os capitulos 6. e 10. da ſobredicta Lei de 3. de Dezembro.

Pela Lei de 3. de Outubro de 1758. foi taõbem declarado o cap. 6. §. 1. da ſobredicta Lei de 3. de
1751. Dezembro.

16. de Jan. Regimento, pelo qual ſe determinou o governo, que ha de haver na Alfandega do Tabaco, e os direitos, deſpachos, primeiros preços, e fretes do Tabaco, e Açucar, cargas dos navios nos portos do Brazil, e deſcargas neſte Reino.

Foi ampliado eſte Regimento pelo Decreto de 27. de Janeiro de 1751. para que a reſpeito dos fre-

fretes dos navios, que transportaõ o açucar do Brazil, ſe pratique o cap. 7. em todos os ſeus §§.

Pela Lei de 29. de Novembro de 1753. foraõ declarados, os §§. 1. 2. 3. e 4. do ſobredicto Regimento de 16. de Janeiro.

Foi taõbem declarado o Regimento acima de 16 de Janeiro, e a dicta Lei, que o declarou, de 29. de Novembro pelo Alvará de 12 de Novem-
1751. bro de 1757.

4. de Març. Regimento das Intendencias, e Caſas de Fundiçaõ, que novamente ſe eſtabeleceraõ no Eſta-
1751. do do Brazil.

1. de Abr. Regimento das Caſas de Inſpecçaõ, que novamente ſe erigiraõ no eſtado do Brazil.

1751.

14. de Out. Lei, para ſenaõ levar negros dos portos do mar para terras, que naõ ſejaõ dos Dominios de
1752. Sua Mageſtade.

21. de Dez. Lei, pela qual ſe reforma a de 9. de Novembro de 1752. que paſſou pela Chancellaria a 11. do meſmo mez, e que determinava a fórma dos pagamentos dos Contractos Reaes das Minas,
1753. e das dividas Reaes, e particulares.

11. de Agoſt. Lei, em que Sua Mageſtade he ſervido tomar debaxo da ſua Real Protecçaõ o Contracto dos Diamantes do Brazil, e fazer excluſivo o ſeu
1754. Commercio.

10. de Out. Lei, e Regimento das aſſignaturas, e emolumentos, que devem haver os Ouvidores, e os Officiaes das Comarcas das Minas Geraes, e das que ficaõ no continente do Governo da Bahia, e de todas as mais Minas, que ſe deſcobrirem.

Foi declarada eſta Lei no cap. dos Carcereiros ſo-

ſobre o ſuſtento dos eſcravos prezos pela Lei de 3.
1754. de Outubro de 1758.

10. de Out. Lei, e Regimento das aſſignaturas, e emolumentos dos Ouvidores, Juizes, e mais Officiaes das Comarcas de Beira-Mar, e Certaõ nos Domi-
1754. nios da America, exceptuando os das Minas

22. de Nov. Alvará, que fica no titulo da Relaçaõ da Cidade de S. Sebaſtiaõ do Rio de Janeiro.

1755.

6. de Jun. Lei, por onde ſe reſtitue aos Indios do Graõ-
Pará, e Maranhaõ a liberdade das ſuas peſſoas,
1755. bens, e commercio.

7. de Jun. Lei, em que ſe renova a obſervancia da Lei de 12 de Setembro de 1653. que ordenou, que os Indios do Graõ Pará, e Maranhaõ foſſem governados no temporal pelos Governadores, e Miniſtros, e pelos ſeus Principaes, e Juſtiças ſeculares com inhibiçaõ das adminiſtraçoens dos Regulares.

Pela Lei de 8. de Mayo de 1758. ſe ordena, que a liberdade, que haviaõ tido os Indios do Graõ Pará, e Maranhaõ pelas ſobredictas Leis de 6. e 7. de Junho ſe extenda na meſma fórma aos Indios de todo o continente do Brazil.

Pelo Alvará de 17. de Agoſto de 1758. ſe confirmou o Directorio, que ſe deve obſervar nas Povoaçoens dos Indios do Graõ Pará, e Mara-
1755. nhaõ.

4. de Abr. Lei, para que os Vaſſallos deſte Reino, e America, que caſarem com as Indias, ſe naõ julguem, ficarem com infamia alguma; entendendo-ſe o meſmo das mulheres, que caſarem com os Indios; ficando huns, e outros habeis para os empregos, honras, e dignidades.

1755.

1755.
10. de Jun. Alvará, em que ſe extingue a fórma actual do commercio de Moçambique, e das mais terras da Africa Oriental; e que elle fique livre para todos os moradores de Goa, e terras da Aſia Portugueza, excepto o Vellorio, que ſe deve eſtancar a bem da Real Fazenda
1755.
6. de Dez. Lei, por onde ſe prohibe, ſe paſſem ao Brazil Commiſſarios volantes, quaes ſaõ, os que levaõ fazendas compradas para voltarem com o ſeu producto; comprehendendo-ſe na prohibiçaõ os Officiaes, e Marinheiros dos Navios de guerra, e mercantes.

Pela Lei de 7. de Março de 1760. que occorre ás fraudes, que ſe maquinaraõ contra a ſobredicta Lei de 6. de Dezembro, ordenando a formalidade, com que ſe deve fazer o commercio para os portos do Brazil.

Pelo Alvará de 11. de Dezembro de 1756. ſe concede aos Officiaes, Marinheiros, e homens do Mar poder carregar os generos, que conſtaõ da
1756. Relaçaõ ali junta.
24. de Jan. Alvará, em que ſe accreſcentaõ as penas contra os molatos, e pretos do Brazil, que uſarem
1756. de armas prohibidas.
27. de Set. Lei, para que os Marinheiros, e homens do Mar naõ poſſaõ aſſoldadar-ſe ao ſerviço de qualquer Naçaõ Eſtrangeira ſem licença por eſcripto de Sua Mageſtade, debaxo da pena de ſerem deſnaturalizados, e confiſcados, e de dez annos para Gal s, em que incorrerám taõbem os Corretores,
1756. ou peſſoas, que os inquietarem.
20. de Nov. Alvará, por onde ſe manda, que a Junta do Commercio determine medidas certas, para por

por ellas ſerem avolumados todos os fardos, e vazilhas, que ſe embarcarem para o Rio de Janeiro, Bahia, e Pernambuco, determinando-lhes o preço dos fretes reſpectivos.

Pelo Alvará de 29. de Abril de 1766. ſe eſtabelecem os fretes das fazendas, que deſtes Reinos ſe transportaõ para o Eſtado do Brazil, e delle para os meſmos Reinos.

Pela Reſoluçaõ de 29. de Abril de 1766. que conſta do Edital de 12. de Mayo do meſmo anno, ſe determina, que a cobrança dos fretes do Brazil, quanto ao tempo, fica á convençaõ das partes ſem embargo do §. 14. do cap. 17. dos Eſtatutos da
1757. Junta do Commercio.
10. de Jan. Alvará, por onde ſe extingue o Contracto do Tabaco do Rio de Janeiro, ſubrogando em ſeu lugar os impoſtos de oito centos reis em cada eſcravo, que entrar naquelle Porto; de dez toſtoes em cada pipa de Gerebita da terra, e de fóra; e
1757. de trez mil reis em cada pipa de azeite de peixe.
15. de Jan. Alvarà, pelo qual ſe eſtabelecem as quantidades de ouro em pó no Regiſto das entradas para as Minas, com outras providencias ſobre a meſma
1757. materia.
14. de Abr. Alvará, pelo qual ſe eſtabelece o preço do frete de cada hum dos couros em cabello, de cada atanado, e de cada meio de ſola, que vier dos portos da Bahia, Rio de Janeiro, e Pernambuco para eſte Reino.

Pelo Alvará de 28. de Março de 1759. foi declarado o ſobredicto Alvarà de 14. de Abril, para ſe pagar o frete eſtabelecido ſem abatimento do com-
1757. boi.
21. de Nov. Decreto, para o dinheiro, que vem nas

frotas, ir para a Caſa da Moeda, aonde ſe fará entrega das chaves dos cofres a trez homens de Negocio da Praça de Lisboa nomeados pela Junta do Commercio, para a execuçaõ do mais, que determina o meſmo Decreto.

Pelo Decreto de 28. de Junho de 1759. ſe amplia o ſobredicto Decreto de 21. de Novembro a reſpeito dos manifeſtos do ouro, que vem fóra dos mencionados cofres.

Pelo Decreto de 30. de Junho de 1759. ſe mandaõ remetter os dinheiros, de que naõ apparecerem donos, para o Depoſito público da Corte, abertos primeiro os embrulhos na conformidade dos ſobredictos Decretos de 21 de Novembro, e de 28. de Junho.

Foraõ declarados, e ampliados os ſobredictos dous Decretos pelo Alvará 1. de 7. de Abril de 1770. que determina a fórma, porque do Brazil deve vir o ouro, que ſe embarca nos navios mercantes per-
1758. tencentes ás partes.

11. de Jan. Lei, para ſer livre, e franco o commercio de Angola, e dos Portos, e Certoens adjacentes.
1758.

25. de Jan. Lei ſobre os direitos dos Eſcravos, e marfim, que vem de Angola.
1758.

30. de Jan. Lei, em que ſe manda, que todo o Official, que conſtranger, ou ſuggerir as peſſoas, que ſe appreſentarem nas caſas de Fundiçaõ com o ouro, (para nellas ſe fundir) para que o manifeſtem em nome diverſo, do que elles quizerem declarar, per-
1758. ca o valor do officio, e fique ſuſpenſo.

1. de Fev. Lei por onde ſe eſtabelecem ſeis Faróes nas Barras, e Coſtas deſte Reino; ordenando nova

fórma do deſpacho para os navios mercantes, que navegaõ para os Dominios Ultramarinos, com ou-
1758. tras mais providencias.

3. de Fev. Decreto 2. pelo qual ſe ordena aos Officiaes da Alfandega do Rio de Janeiro, que ſe abſtenhaõ de levar o donativo dos 24U000. que percebiaõ a titulo de refreſco por cada navio, que entrava naquelle porto, e que tambem naõ levem Marcas da
1758. ſahida delle.

4. de Jul. Alvará, para que peſſoa alguma naõ poſſa tranſportar ſe das Ilhas da Madeira, e dos Açores para eſte Reino, e Conquiſtas, ou para os Paizes Eſtrangeiros, ſem paſſaporte do Governador, e das peſſoas encarregadas o Governo das meſmas
1758. Ilhas.

20. de Jul. Alvará, em que ſe revoga o Alvará de 20. de Fevereiro de 1748. permittindo, que os moradores das Ilhas da Madeira, Terceira, de S. Miguel, e do Faial poſſaõ carregar os ſeus generos para os por-
1759. tos do Brazil na fórma, que nelle ſe declara.

16. de Jan. Lei, em que, approvando ſe a opiniaõ, que ſeguio a Relaçaõ da Bahia a reſpeito de ſer livre huma mulher, que o pertendia, ſe determina, que aſſim ſe fique julgando; e que ſe avaliem as couſas, em que ſe proferir ſentença a favor da liberda-
1760. de conforme a alçada do Julgador.

9. de Jul. Lei, para que nas Capitanias do Rio de Janeiro, Pernambuco, Santos, Paraiba, Rio Grande, e Ceará ſenaõ cortem as arvores de mangues, que
1760. naõ eſtiverem já deſcaſcadas.

20. de Set. Lei, em que ſe eſtaballece o procedimento, que no Eſtado do Brazil ſe deve ter com os ſiganos,
1760. e ſeus filhos.

15. de Out. Lei, em que ſe declara a fórma, com que

devem ſer ſentenciados, e caſtigados nos Dominios Ultramarinos os contrabandos, e deſcaminhos
1761. das fazendas.
19. de Set. Lei, por onde ſe prohibe carregar eſcravos pretos de hum, e outro ſexo dos portos da America, Africa, e Aſia para os deſte Reino; ficando livres os meſmos eſcravos, aſſim que a elles che-
1761. garem.
17. de Nov. Decreto, para que as náos que vem da India poſſaõ deſcarregar, e vender na Cidade de S. Paulo de Angola as fazendas, que cada hum quizer, pagando os direitos na fórma do meſmo De-
1763. creto.
16. de Jun. Alvará, em que ſe dá ao Conſelho Ultramarino a meſma jurisdicçaõ, que compete ao Conſelho da Fazenda pela Lei 2. de 22. de Dezem-
1765. bro de 1761.
18. de Jan. Lei, para que em toda a parte dos Eſtados do Brazil, aonde houver Ouvidor, ſe formem Juntas de Juſtiça, para differir aos Recurſos: cumprin-do-ſe logo os provimentos, ſem que ſeja neceſſario eſperar pela deciſaõ do Aſſento da Meza do Pa-
1765. ço da reſpectiva Relaçaõ.
18. de Jan. Proviſaõ, em que ſe julgaõ nullos os procedimentos, e cenſuras do Vigario da Vara do Arraal de S. Luiz, e Sancta Anna das Minas do Paracatú contra Luiz Lopes de Carvalho Frazaõ, e
1765. outros.
27. de Jul. Alvará, em que, ampliando ſe o Alvará. de 9. de Agoſto de 1759. Decreto de 30. de Julho de 21. de Agoſto de 1760. e a Reſoluçaõ de 29. de Setembro do meſmo anno, ſe eſtabelecem providencias ſobre a arrecadaçaõ dos bens, dos que falecem nos Dominios Ultramarinos, em beneficio de ſeus legi-

1765. gitimos herdeiros.
10. de Set. Lei, pela qual ſe mandaõ abolir inteiramente as Frotas, e Eſquadras, que coſtumavaõ ir aos portos da Bahia, e Rio de Janeiro; ordenando, que para todos os portos dos Dominios Ultramarinos (aonde o commercio ſe naõ acha vedado por privilegios) poſſa navegar-ſe, e paſſar quaeſquer mercadorias, daquellas, cujo commercio he permittido.

Pelo Alvará de 10. de Setembro de 1765. ſe declara a Lei acima do meſmo dia, e anno, para que ſe pratique a meſma liberdade nas Ilhas da Madeira, e dos Açores.

Pela Lei de 27. de Junho de 1769. ſe declarou taõbem a ſobredicta Lei de 10. de Setembro, para que os navios, que deſcarregarem nos portos do Brazil, paguem ſomente os direitos das fazendas, e generos, que forem diſtinados aos meſmos portos; e que dos outros ſe lhes conceda franquia na fórma, que ſe pratica na Alfandega de Lisboa.

Pela ſobredicta Lei de 10. de Setembro vieraõ a ceſſar os Alvarás de 28. de Novembro de 1753. e de 25. de Janeiro de 1755. na parte, em que davaõ providencias ſobre as Frotas.

Pelo Alvará de 12. de Dezembro de 1772. ſe declarou a ſobredicta Lei de 10. de Setembro, o Alvará abaxo de 2. de Junho de 1766. e as faculdades de paſſarem a Moçambique os navios de negocio do Brazil; ſendo obrigados a voltar para o porto de Lisboa, ſem fazerem eſcala, que naõ ſeja a de Angola, naõ podendo ali vender fazenda al-
1766. guma.
2. de Jun. Alvará, pelo qual ſem embargo da Lei de 16. de Fevereiro de 1740. ſe permitte, que os navios

poſſaõ

poſſaõ ir aos portos do Brazil, que parecer aos carregadores, transportando livremente de huns para os outros as fazendas ſeccas.

Foi declarado eſte Alvará pelo outro de 12. de
1766. Dezembro de 1772. na fórma acima declarada.
10. de Jun. Edital, no qual conſta da Reſoluçaõ de 27. de Mayo de 1766. que determina as providencias neceſſarias, para que as remeſſas dos cabedaes, que ſe coſtumaõ transportar dos Eſtados do Brazil, naõ fiquem detidas nelles por falta de embarcaçoens ſe-
1766. guras.
17. de Jun. Alvará, pelo qual ſe determinaõ as peſſoas, que no Eſtado do Brazil devem entrar na adminiſtraçaõ dos bens dos ſocios falecidos, e dos devedores dos ne-
1766. gociantes moradores no meſmo Eſtado.
8. de Out. Alvará, em o qual ſe proroga por mais dez annos o privilegio excluſivo concedido á Fabrica de
1769. deſcaſcar arrôz eſtabelecida no Rio de Janeiro.
25. de Set. Alvará, para que os Juizes de Fóra das Ilhas, ſejaõ Juizes dos Direitos Reaes, e os dous Provedores das Ilhas da Madeira, e dos Açores Superintendentes Geraes das Alfandegas dos ſeus diſtrictos com a meſma jurisdicçaõ, que tem os Superinten-
1770. dentes Geraes do Reino.
3. de Març. Alvará, em que ſe extingue o Conſelho da Fazenda, e o emprego de Provedor della na Capitania da Bahia, creando-ſe hum lugar de Intendente da Marinha, e Armazens Reaes com outras
1770. providencias.
12. de Out. Alvará, em que ſe occorre aos continuos contrabandos da herva chamada Urſela, tanto nas Ilhas, como em outras partes, impondo-ſe as pe-
1770. nas dos contrabandiſtas do Tabaco.
13. de Out. Alvará, por onde ſe mandaõ dar os meios, e modos

e modos de eſtabelecer o Povo, e de conſervar o
1770. dominio da Ilha de Porto-Sancto.
10. de Dez. Alvará 2. que fica no titulo das Providencias ſobre as Fabricas do Reino.
1770.
12. de Dez. Alvará, pelo qual ſe declaraõ as peſſoas, que devem ſucceder por falecimento de alguns Governadores, e Capitaens Generaes dos Eſtados do
1771. Brazil, e Ilhas adjacentes.
26. de Fev. Alvará, por onde ſe permitte a livre extracçaõ dos trigos das Ilhas dos Açores para a Cidade de Lisboa; occorrendo-ſe aos monopolios, que del-
1773. les ſe faziaõ nas meſmas Ilhas.
6. de Abr. Alvará, que fica no titulo do Erario Regio.

Tit. XXII.

Leis, e Diſpoſiçoens Noviſſimas, que ſe notaõ nas Remiſſoens, com as mais, que ainda ſe naõ achaõ na preſente Relaçaõ.

1750.
18. de Agoſt. LEi, para que ſe naõ admitta appellaçaõ, nem aggravo nos incidentes, que reſultarem das informaçoens extrajudiciaes, que ſe commettem pelos Tribunaes a quaeſquer Miniſ-
1750. tros.
25. de Agoſt. Regimento do ſalario dos Eſcrivaens da Camara, e mais Officiaes da Meza do Dezembargo
1750. do Paço.
12. de Set. Lei, que fica no titulo do Intendente Geral da da Policia.
1750.
2. de Dez. Lei, que vai no titulo do Intendente Geral da Policia.

1750.
3. de Dez. Lei, que vai no titulo das Providencias ſobre os Dominios Ultramarinos.

1751.
15. de Març. Lei, que vai no titulo do Intendente Geral da Policia.

1751.
22. de Març. Decreto, que vai no titulo das Providencias Militares.

1751.
21. de Març. Lei, em que ſe declaraõ alguns capitulos da Pragmatica de 24. de Mayo de 1749.

1751.
29. de Març. Lei, que vai no titulo do Intendente Geral da Policia.

1751.
21. de May. Lei, que vai com as mais ſobre os Depoſitos dos Juizos da Cidade de Lisboa no titulo da Junta da Adminiſtraçaõ dos Depoſitos.

1751.
13. de Jul. Alvará, em que ſe eſtabeleceraõ os novos ordenados, e ordinarias dos Deputados, e Officiaes da Junta dos Trez Eſtados, e dos Juizes, e Officiaes

1751. das Caſas ſubalternas.
28. de Jul. Lei, que vai no titulo do Intendente Geral da Policia.

1751.
14. de Agoſt. Lei, que vai no titulo do Intendente Geral da Policia.

1751.
13. de Out. Regimento, que fica no titulo da Relaçaõ do Rio de Janeiro.

1751.
14. de Out. Lei, que fica no titulo das Providencias ſobre os Dominios Ultramarinos.

1751.

1751.
30. de Out. Lei, para que vindo as partes com embargos de obrepçaõ, ou ſubrepçaõ, ſejaõ remettidos aos Tribunaes, donde emanaraõ as proviſoens, cartas,

1752. ou deſpachos.
7. de Fev. Alvará, que fica no titulo das Providencias Militares.

1752.
20. de Fev. Lei, que fica no titulo das Providencias ſobre as Fabricas do Reino.

1752.
21. de Fev. Reſoluçaõ, em que ſe declara, que ſenaõ devem Novos Direitos daquelles officios, e cargos, de que Sua Mageſtade faz mercê, como Governador, e perpetuo Adminiſtrador das Trez Ordens

1752. Militares.
26. de Abr. Lei, que vai no titulo do Intendente Geral da Policia.

1752.
1. de Jul. Lei, para que os panos de palha tenhaõ determinado pezo, e que para elles ſe façaõ cada anno duas taxas no Senado, ſendo caſo de devaſſa (em algumas Villas particulares) a atraveſſia da meſma

1752. palha.
1. de Agoſt. Lei, que fica no titulo das Providencias ſobre a Fazenda Real.

1752.
3. de Out. Proviſaõ, pela qual conſta da Reſoluçaõ de 14. de Agoſto do meſmo anno, em que ſe revoga a Lei de 7. de Janeiro de 1750. para que todos os annos ſe tomem contas das Capellas de Miſſas, ainda

1752. que ſejaõ de menos numero de cincoenta
13. de Out. Lei, para que nenhum Conſervador paſſe contramandados vagos, e geraes, para deixarem

de ſe fazer com qualquer peſſoa privilegiada as dili-
1752. gencias da Juſtiça.
18. de Out. Lei, para ſenaõ ſuſpender a execuçaõ das ſentenças com o pretexto de erro de cuſtas, reſervado eſte conhecimento, para depois de ſe execu-
1752. tar o principal.
23. de Out. Lei, para que nenhum Miniſtro de qualquer graduaçaõ poſſa mandar tirar autos dos cartorios dos Juizos, em que penderem, devendo-os pedir por
1753. carta avocatoria.
17. de Abr. Alvará, em que ſe declara naõ ſer prohibido aos Cortadores trazer eſpada.

1753.
16. de May. Reſoluçaõ, pela qual ſe revogou a Ord. liv. 5. tit. 82. para ſe naõ poder devaſſar, dos que daõ
1753. jogo com cartas do contracto.
3. de Jun. Decreto, que vai no titulo das Providencias ſobre as Fabricas do Reino.

1753.
3. de Agoſt. Decreto, em que ſe declara naõ ter lugar o direito chamado Conſuetudinario nos officios, aſſim liberaes, como mecanicos, em que ſe requer
1753. propria induſtria, arte, e experiencia.
8. de Agoſt. Lei, para que os Proprietarios ſirvaõ por ſi os officios, e para que os Miniſtros naõ provaõ as ſerventias além do tempo, que lhes he permittido
1753. pela Ordenaçaõ.
25. de Agoſt. Lei 2. que fica no titulo do Intendente Geral da Policia.

1753.
2. de Out. Lei, que fica no titulo do Intendente Geral da Policia.

1753.
29. de Dez. Lei, e Regimento, que fica no titulo das Provi-

1754. Providencias ſobre a Fazenda Real.
30. de Jan. Lei, que fica no titulo do Intendente Geral da Policia.

1754.
23. de Març. Lei, e Regimento dos ordenados do Preſidente, Vereadores, Miniſtros, e mais Officiaes do Senado da Camara da Cidade de Lisboa, e de
1754. toda a ſua Repartiçaõ.
20. de Abr. Decreto, para que ſe naõ admittaõ, nem conſultem pelos Tribunaes petiçoens ſobre renuncias de officios, aindaque ſeja por titulo de do-
1754. te, Religiaõ &c.
9. de May. Decreto, para ſe tratar com o titulo de Senhor, ao Senhor D. Joaõ filho do Senhor Infante
1754. D. Franciſco.
9. de Jul. Lei, que vai no titulo do Intendente Geral da Policia.

1754.
30. de Agoſt. Decreto, pelo qual ſe extinguiraõ os trez Almoxarifados dos Materiaes, Mantimentos, &c. que haviaõ nos Armazens; determinando-ſe nova
1754. fórma de arrecadaçaõ.
19. de Out. Lei, que fica no titulo do Intendente Geral da Policia.

1754.
29. de Out. Lei, para nos Juizos dos Captivos naõ ſe acceitarem ceſſoens, ainda que ſejaõ meramente gratuitas; pondo-ſe perpetuo ſilencio nas ceſſoens pen-
1754. dentes
9. de Nov. Lei, para que paſſe a poſſe com todos os effeitos de natural nos bens livres aos herdeiros, e nos vinculos ao filho mais velho, ou neto filho do primogenito; e faltando eſtes, ao irmaõ, ou ſobrinho; e nos prazos, e vinculos de nomeaçaõ aos

1755. nomeados pelo teſtador, ou pela Lei.
8. de Jan. Reſoluçaõ, que vai no titulo das Providencias Militares.
1755.
4. de Fev. Lei, e Regimento dos novos ordenados do Preſidente, Miniſtros, e Officiaes do Dezembargo
1755. do Paço.
4. de Fev. Lei, e Regimento dos novos ordenados do Regedor, Dezembargadores, e Officiaes da Caſa
1755. da Supplicaçaõ.
18. de Abr. Decreto, para os Officiaes dos Tribunaes naõ poderem ſervir ſeus officios, ſem primeiro tirarem Cartas, e pagarem os Direitos Novos, e
1755. Velhos.
15. de Jul. Lei, para que nas contas das Capellas de cinco Miſſas para baxo, naõ poſſaõ levar os Provedores mais, do que vinte reis cada anno, declarada
1755. aſſim a Lei de 7. de Janeiro de 1750.
29. de Nov. Decreto, que com as mais Leis reſpectivas vai no titulo das Providencias ſobre a Fazenda
1755. Real.
3. de Dez. Lei, que vai no titulo das Providencias ſobre os Eſtragos do Terremoto.
1755.
19. de Jan. Lei, em que ſe declara a fórma, com que ſe deve fazer a Chancellaria nas Comarcas, e Cor-
1756. reiçoens.
24. de Jan. Lei, que vai no titulo das Providencias ſobre os dominios Ultramarinos.
1756.
15. de Jun. Decreto ſobre os ceifeiros, e trabalhadores da Provincia do Alem-Tejo, que pertendiaõ maior
1756. ſalario depois do Terremoto do anno de 1755.
17. Agoſt. Decreto, que vai no titulo da Junta da Inconfidencia.

1756.
27. de Sett. Lei, que vai no titulo das Providencias ſobre os Dominios Ultramarinos.
1756.
13. de Nov. Lei, que vai com as mais, que a declaraõ, e ampliaõ, no titulo da Junta do Commercio.
1757.
5. de Jan. Lei, que vai no titulo da Companhia Geral do Graõ-Pará, e Maranhaõ.
1757.
13. de Jan. Lei, que vai no titulo da Junta da Adminiſtraçaõ dos Depoſitos publicos.
1757
17. de Jan. Lei, para que ſe naõ dê dinheiro a riſco para fóra do Reino; ou a juro dentro delle, por intereſſe, que exceda o de cinco por cento, excepto para o commercio da India Oriental, eſtabelecendo penas aos Eſcrivaens, que fizerem as reſ-
1757. pectivas eſcripturas.
27. de Jan. Decreto, que vai nas Providencias ſobre os Eſtragos do Terremoto.
1757.
1. de Abr. Lei, que vai com as mais, que livraõ de direitos os trigos, graõs, legumes, e mais generos,
1757. nas Providencias ſobre a Fazenda Real.
15. de Abr. Alvará para que as penhoras, embargos, ou outros quaeſquer impedimentos naõ ſuſpendaõ as viagens dos navios Portuguezes, que eſtiverem á carga, definindo-ſe a ſua execuçaõ, para quando
1757. acabarem as dictas viagens.
20. de Abr. Decreto, que vai no titulo das Providencias ſobre as Fabricas do Reino.
1757.
12. de May. Lei, que vai no titulo das Providencias ſobre os Eſtragos do Terremoto. 1757.

1757.
15 de Jun. Decreto, para ſe evitarem as atraveſſias, e monopolios da ſevada, e palha, que vaõ para a Cida-
1757. de Lisboa.
6. de Agoſt. Lei, que vai no titulo da Companhia Geral do Graõ-Pará, e Maranhaõ.

1757.
21. de Out. Cartas Regias, que vaõ no titulo da Companhia Geral da Agricultura das vinhas do Alto.
1757. Douro.
3. de Nov. Lei, em que ſe declaraõ nullos todos os arrendamentos de dez, e mais annos, que eſtive-
1757 rem feitos, ou ſe houverem de fazer.
14. de Nov. Lei, que vai no titulo da Junta do Commercio no §. 4.

1757.
19. de Nov. Lei, que vai no titulo da Juntá do Commercio no §. 6.

1758.
11. de Jan. Lei, que vai no titulo das Providencias ſobre os Dominios Ultramarinos.

1758.
25. Jan. Lei, que vai no titulo das Providencias ſobre os Dominios Ultramarinos.

1758.
3. de Fev. Decreto, que vai no titulo das Providencias ſobre os Dominios Ultramarinos.

1758.
8. de Fev. Decreto, que vai no titulo do Intendente Geral da Policia.

1758.
8. de Abr. Decreto, que vai no titulo das Providencias ſobre as Fabricas do Reino.

1758.

1758.
21 de Jun. Lei, pela qual ſe determina o ordenado além das aſſignaturas do Ouvidor das Capellas dos Senhores
1759. Reis D. Affonſo, e Dona Beatriz, &c.
15. de Jan. Lei, em que, ampliando-ſe as dos Tratamentos, ſe manda dar o de Senhoria aos Miniſtros do Conſelho de Sua Mageſtade, e aos Sargentos móres de Batalha; e o de Excellencia aos Meſtres de Campo Generaes, e aos Gentis-Homens da Ca-
1759. mara, ainda naõ ſendo Titulares.
16. de Jan. Lei, que vai no titulo das Providencias ſobre os Dominios Ultramarinos.

1759.
17. de Jan. Lei, que vai no titulo da Junta da Inconfidencia.

1759.
30. de May. Lei, que vai no titulo da Junta do Commercio no §. 13.

1759.
21. de Jun. Lei, que preſcreve a fórma de ſe proceder no Juizo dos Orfaõs; e ſobre os dinheiros dos meſmos, e dos Juizos das Capellas, e Reſiduos, determinando o ſalario, que devem ter os avaliadores, e
1759. partidores.
2. de Jul. Decreto, que vai no titulo das Providencias ſobre os Eſtragos do Terremoto.

1759.
3. de Agoſt. Lei, que vai no titulo do Intendente Geral da Policia.

1759.
3. de Set. Lei 1. e 2. que vaõ no titulo da Junta da Inconfidencia.

1759.
23. de Out. Decreto, paraque ſe ponhaõ a concurſo os

luga-

lugares de letras, aſſim que vagarem, declarando
1760. a fórma, que nelle ſe deve praticar.
3. de Março. Decreto, pelo qual, e pelo outro de 27. de Novembro de 1764. ſe manda, que os Bachareis, poſſaõ tomar poſſe dos lugares, em que forem providos, ſem embargo de ſeus anteceſſores naõ terem
1760. dado reſidencia.
25. de Jun. Lei, e Alvará, que vaõ no titulo do Intendente Geral da Policia.

1760.
4. de Agoſt. Decretos, que, excitando os Decretos de 5. de Julho de 1728. mandaraõ ſahir dos Eſtados de Roma todos os Portuguezes; e dos Dominios de Portugal todos os Romanos.

Pela Reſoluçaõ do Edital de 25. de Agoſto de 1770. ſe mandou abrir a communicaçaõ com a
1760. Corte de Roma, ceſſando os ſobredictos Decretos.
20. de Set. Lei, que vai no titulo das Providencias ſobre os Dominios Ultramarinos.

1760.
15. de Out. Decreto, que vai no titulo das Providencias ſobre a Fazenda Real.

1760.
18. de Out. Lei, que vai no titulo das Providencias ſobre a Fazenda Real, junta ao Decreto de 14. de
1760. Julho de 1759.
15. de Nov. Alvará, para nenhuma peſſoa poder exercitar a arte da Muſica, ſem ſer profeſſor della, e
1761. irmaõ da confraria de Sancta Cecilia.
27. de Abr. Decreto, que vai com os outros, que diſpenſaraõ para com os Militares a Pragmatica de 24. de Mayo de 1749. no titulo das Providencias Militares.

1761.

1761.
17. de Agoſt. Lei, em que ſe mandaõ abolir as legitimas, e dotes das filhas das caſas principaes deſte Reino, occorendo-ſe á ſua decente ſuſtentaçaõ, e eſtado.

Pela Lei de 4. de Fevereiro de 1765. foi ampliada, e declarada a dicta Lei de 17. de Agoſto a reſpeito das viuvas, que houverem ſido caſadas com filhos familias, e das Damas do Paço [illegible] que le-
1761. vaõ tenças.
17. de Agoſt. Alvará, em que ſe prohibem as diſpendioſas oſtentaçoens dos caſamentos publicos, e as abuſivas ceremonias dos nojos das viuvas, e parentes do
1761. primeiro gráo.
28. de Agoſt. Decreto, em que ſe concedeo perdaõ aos prezos dentro de cinco legoas na occaſiaõ do feliz naſcimento, e baptizado do Sereniſſimo Senhor
1761. D. Joſé Principe da Beira.
19. de Set. Lei, que vai no titulo das Providencias ſobre os Dominios Ultramarinos.

1761.
17. de Nov. Decreto, que vai no titulo das Providencias ſobre os Dominios Ultramarinos.

1761.
22. de Dez. Lei 1. que vai no titulo do Erario Regio.

1761.
22. de Dez. Lei 2. que vai no titulo das Providencias ſobre a Fazenda Real.

1762.
2. de Abr. Lei, para que dentro de Lisboa, e na diſtancia de huma legoa ninguem poſſa andar em carruagem de mais de duas beſtas, naõ ſe comprehendendo os coches da Caſa Real, nem os dos Embaxadores, e Miniſtros públicos das Cortes, nem os

1762. dos Cardeaes, Patriarchas, Arcebiſpos, e Biſpos.
26. de Set. Lei, que vai com as outras reſpectivas á Decima, no titulo das Providencias Militares.
2763.
25. de Jan. Alvará, que vai no titulo das Providencias Militares.
1763.
22. de Març. Decreto, que vai no titulo das Providencias Militares.
1763.
3. de Abr. Decreto, que vai no titulo das Providencias ſobre a Fazenda Real.
1763.
20. de Out. Lei, que vai no titulo do Intendente Geral da Policia.
1763.
20. de Out. Alvará, que vai no titulo das Providencias Militares.
1763.
20. de Out. Decreto, que vai no titulo das Providencias Militares.
1763.
2. de Nov. Decreto, que vai no titulo do Intendente Geral da Policia.
1764.
10 de Març. Decreto, pelo qual ſe reſervaõ ao immediato conhecimento de Sua Mageſtade todos os caſos de excomunhoens fulminadas contra os Tribunaes, Miniſtros, e Officiaes de Juſtiça, quando contra elles ſe proceder ſobre materias de juriſdic-
1764. çaõ, ou de ſeus officios.
10. de Març. Proviſaõ, em que ſe declaraõ nullas, irritas, e de nenhum effeito a Inhibitoria, e Declaratoria, que paſſou Pedro Luiz de Souza, Conego da Sé

Sé da Guarda contra o Corregedor da Comarca de Pinhel, que executava huma ſentença da Caſa
1764. da Supplicaçaõ.
24. de Març. Lei, que vai no titulo das Providencias Militares.
1764.
20. de Jul. Lei, em que ſe manda dar o tratamento de Senhoria ao Eſmoler mor, e ao ſeu Subſtituto.
1764.
24. de Out. Lei, que vai no titulo do Intendente Geral da Policia.
1765.
2. de Jan. Alvará, pelo qual ſe aboliraõ os Vereadores da Cidade de Lisboa, e ſe crearaõ lugares triennaes para os Dezembargadores da Caſa da Supplicaçaõ.
1765.
18. de Jan. Alvará, que fica no titulo das Providencias ſobre os Dominios Ultramarinos.
1765.
12. de Fev. Alvará, que fica no titulo das Providencias ſobre a Fazenda Real.
1765.
21. de Fev. Alvrá, em que ſe extingue as taxas dos vi-
1765. veres da Cidade de Lisboa, e as condemnaçoens dellas.
6. de May. Lei, que fica no titulo da Junta da Inconfidencia.
1765.
13. de May. Alvará, para que nenhum Cavalleiro, ou Commendador das trez Ordens Militares poſſa uſar de fita preta, ou de outra prizaõ, que naõ ſeja de fi-
1765. ta da cor da Ordem, de que for profeſſo.
11. de Jun. Alvará, que vai no titulo das Providencias Militares.

1765.
11. de Jun. Alvará 2. em que se declara a fórma, e medida das embarcaçoens do transporte de Lisboa para Belem, e mais portos da sua vizinhança; mandando-se queimar, as que se acharem contra o disposto
1765. neste Alvará.
21. de Jul. Alvará, em que se manda estabelecer hum cofre de trez chaves, no qual se metta todo o rendimento das fabricas das lizirias de Riba-Tejo, sendo Administradores seis Deputados, que serám La-
1765. vradores dos mais abonados.
27. de Jul. Alvará, que vai no titulo das Providencias sobre os Dominios Ultramarinos.
1765.
10. de Set. Alvará, que vai com os outros respectivos no titulo das Providencias sobre os Dominios Ul-
1765. tramarinos.
26. de Out. Lei, que vai, com as que a ampliaraõ, e declararaõ, no titulo das Providencias sobre a Fa-
1765. zenda Real.
7. de Nov. Alvará, que vai no titulo das Providencias sobre as Fabricas do Reino.
1766.
17. de Jan. Alvará, para se naõ fazer execuçoens nos ordenados, e rendimentos dos officios de Justiça, e
1766. Fazenda.
21. de Jan. Alvará, que fica no titulo das Providencias sobre os Estragos do Terremoto.
1766.
26. de May. Alvará, que vai com os mais respectivos no titulo dos Superintendentes Geraes das Alfande-
1766. gas.
17. de Jun. Alvará que vai no titulo das Providencias sobre os Dominios Ultramarinos.

1766.

1766
25 de Jun. Lei em q. se declaraõ, e ampliaõ as Leis ordenadas a cohibir as fraudulentas, e impias negociações de tutamentos e ultimas vontades.
Foi declarada, e ampliada esta Lei na forma q. se nota nas Remissões á Ord. L.º 4.º tt.º 80.
1766
23 de Jul. Lei em q. se declara a forma com que se haõ de fazer os aforamentos dos baldios, e bens dos Concelhos, annulando os q. se achaõ feitos contra a disposição do Alv. de 26 d'8br.º de 1745.
1766.
11 d'Oit. Alv. q. vai no tt.º do Erario Regio.
1766
14 d'Oit. Lei, em q. se declara a formalidade com q. os Donatarios haõ de requerer as Cartas das Doações dos bens da Coroa; e a q. se deve observar nos despachos, e facturas das mesmas Cartas.
1766.
14 de Nov. Resoluçaõ p.ª q. possaõ levar os Juizes de Fora 40 rs p.r cada m.do.

1767.
9 de Jul. Alv. em q. se manda restituir ao Senado da Cid.e de Lx.a o chaõ em q. estava a Vedoria incendiada, e extincta; e o dominio, e posse de todos os terrenos, e Solos comprehendidos nos lugares das Marinhas, e adjacentes ás muralhas.

1767.
3 d'Ag. Alvara pelo q.l se extinguio o Off.o de Alcaide das saccas da villa de Valença.

1767.
28 d'Ag. Lei q. vai no tt.o da Junta da Inconfid.a

1768
2 de M.o Alv. q. vai no tt.o do Erario Regio.

1768.
2 d'Ab. Lei q. vai no tt.o da Junta da Inconfid.a

1768.
5 d'Ab. Lei q. vai com as mais respectivas no tt.o da Real Meza Censoria.

1768.
30 d'Ab. Lei em q. se declaraõ p.r obrepticios, perturbadores da pás, e socego p.co e offensivos da Liberd.e e Independ.a Real os Exemplares impressos de humas

de humas letras, q. se publicaraõ na Curia Romana contra o Duque de Parma, e Placencia.

1768.
22 de Jun. Alvará em q. se prescrevem as seguranças com q. devem ser dados a juro os dim.os da Caza da Miz.a de Lisboa.

1768
4 de Jul. Lei pela q.l se declaraõ abusivas, e de nenhum eff.to as consolidações do dominio util com o directo nos prazos pertencentes ás Igrejas, Ordens, e quaes q.r outros Corpos de maõ-morta.

Pela Lei de 12 de Maio de 1769. foi declarada, e ampliada a sobred.a Lei de 4 de Jul. prescrevendo se a forma com q.e devem fazer-se os emprazam.tos dos prazos das Igrejas, Ordens, e mais Corpos de maõ-morta.

1768
17 d'Ag. Alv. p.a q. havendo de se fazer embargo, e penhoras nos assentos, tenças, &c.a dos devedores, se possaõ passar direitam.te

tam.te Cartas precatorias assim
p.a o Inspector G.al do Erario Regio,
como p.a os Vedores da Real Fazd.a
evitando-se o circuito de se depre-
1768 car aos Corregedores da Corte.
20 de 7br. Alvará, q. vai no tt.o das Provid.as
1768 Militares.
3 de Nov. Lei em q. se mandaõ abolir os a-
buzos praticados nas Concessões das
Revistas a tt.o de graça especial, e
especialissima; denegando-se total-
m.te as 2.as Revistas; prohibindo a
producção de documentos nos autos d'
ellas; e estabelecendo os cazos em
1769 q. ellas só se podem conceder.
6 de Jul.o Lei q. vai com as mais respecti-
vas no tt.o da Junta das Confirmações
1769 geraes.
20 de Jul.o Alvará em q. se manda dar o
tratam.to de Magd.e ao Conselho Geral
1769 do S.to Off.o
12 de Jun. Ley em q. se auctorizaõ
com o Regio Beneplacito as
Bullas do S.to P.e Benedicto 12

e se

e se estabelecem as penas com
q. devem castigar-se os Sigilis-
1769 tas.
27 de Jun. Alvara q. vai no tt.o da
Provid.a sobre os Dominios ul-
1769 tra marinos.
17 de Jul. Alvará q. vai no tt.o das pro-
1769 videncias sobre a Reino do Algarve.
31 de Jul. Alvará q. vai no tt.o das provi-
1769 dencias sobre as Fabricas do Reino.
18 d'Ag. Lei pela qual se fixa a observan-
cia das Lies Patrias, removendo dos Tri-
bunaes, e Auditorios as interpetraçoẽs
abusivas, as subtiz argucias, e as
sofisticas intelig.as q. nestes ultimos se-
culos inquietaraõ o socego p.co
Nos Estatutos da Universid.e de Coim-
bra L.o 2.o tt.o 5.o por todo o Cap.o 2, e 3. se
declara a verdad.a e unica intelig.a da
1769 sobred.a Lei de 18 d'Ag.to
9 de 7br. Lei q. declara, e amplia a Lei
de 25 de Junho de 1766 dando-se dan-

do-se

do. se provid.as sobre os vinculos, e
Capellas, e sobre as Sn.as nupcias dos viuvos,
e viuvas.

Esta Lei foi ampliada, e declarada
na forma q. se nota nas Remissões á
1769 Ord. L.o 4.o T.o 80. 100. e 102.
26 de Mar.o Alvará q. fica no Arch.o da Intenden
1769 cia Ger.al da Policia
6 de Nov. Alvará em q. se extingue a Alca
1770 daria Mor da Cid.e de Lx.a
5 de Mar.o Alvará q. vai no Arch.o das Provid.as
1770 sobre os estragos do Terremoto.
10 de Mar.o Alvará q. vai no Arch.o das Provid.as
1770 sobre a Fazenda Real.
3 d'Ag.o Lei em q. se declara ampleia a
Lei de 9 de Mar.o de 1769 determinando
as isenções, e rendimentos q. hão de ter
os Morgados, q. se houverem d'estabe
lecer, ou já estabelecidos, reduzindo
os todos á natureza dos Morgados re
gulares.

Esta Lei foi declarada, e ampliada
na forma q. se nota nas Remissões
á Ord.

1770. á Ord. L.o 4.o T.o 100 princip. e §. 3.
25 d'Ag.o Alvará p.o pelo q.al foraõ dispen
sados os naturalizados da Familia Cadaval de Me
1770. llo, com a irmã D. Thereza de Mello.
23 de Nov. Lei q. vai no Arch.o da Junta dos Com
1770. mercios geraes.
23 de Nov. Alvara em q. se declara que no
Requisito do §. 27 da Lei de 9 de Mar.o de
1771. 1769 se comprehendem tambem os viuvos.
5 de Fev. Alvara q. vai no Arch.o da Intend.a Ger.al da
1771. Policia.
26 de Fev. Alvara q. vai no Arch.o das Provid.as so
1771. bre os Dominios Ultramarinos.
22 de Mar.o Alvara q. vai no Arch.o das Provid.as so
1771. bre os estragos do Terremoto.
17 de Jul. Alvara de confirmação da Soci.e
1771. dos Theatros q.os
8 d'Ag.o Alvará q. fica no Arch.o das Provid.as Militares.
1771.
22 d'Out.o Alvara q. fica no Arch.o das Provid.as sobre
1771. a Faz.da Real.
16 de Dez. Alvara q. vai no Arch.o da Junta do Com
mercio.

1771.

1771
23 de Dz. Alvará, pelo qual se determina q. nenhum pedreiro, Carpintr.o ou moldureiro possa tomar ou fazer
1772. por sua conta obra alguma d'estuque.
21 de Jan. Alvara para q. nos emprestimos dos dinr.os pertencentes ás Provedorias dos Residuos, e das Capellas, e aos Juizos dos Orfaos da Cid.e de Lx.a se observe, no q. for applicavel,
1772. a Lei de 22 de Junho de 1768.
7 de Fv. Alvara p.a q. nas Contadorias das Tres Ordens Militares não sejaõ admittidos requerim.tos p.a novos emprazam.tos das bens das Comd.as vagas; pondo-se fim ás desordens, e controversias, q. se moveraõ sobre a authorid.e de fazer, e confirmar
1772. os prazos das m.mas Ordens.
14 de Fv. Alvará q. vai nott.o das Provid.as Militares.
1772.
13 de Mr.o Alvara 2.o q. vai nott.o das Provi-
1772. dencias sobre o Reino do Algarve.
27 de Mr.o Alvara p.a q. hum Men.o da Relação do Porto

do Porto seja Juiz Executor privativo na Cobrança das Rendas dos Mosteiros extinctos dos Conegos Regrantes de S.to Agost.o q. se achaõ unidos ao Mostr.o da villa
1772. de Mafra.
10 de Nov. Lei q. vai nott.o da Real Meza Censoria.
1773.
16 de Jan. Alvara 1.o q. vai nott.o das Provid.as
1773. sobre o Reino do Algarve.
16 de Jan. Lei q. vai nott.o das Provid.as sobre
1773. o Reino do Algarve no §. 2.o
18 de Jan. Lei q. vai nott.o das Provid.as sobre o
1773. Reino do Algarve.
4 de Fv. Lei q. vai nott.o das Provid.as sobre o Reino
1773 do Algarve.
25 de Mr.o Lei, e Constituição G.al pela qual se extingue a inaudita destinção de Cristaos novos, e Christaos velhos.

Esta Lei foi declarada pela Lei de 15 de Dzbr.o de 1774, q. livrou das penas da infamia, e confiscaçaõ os Confitentes reconciliados no Trib.al do S.to Off.o
1773.
9 de Jul. Lei em q. se prescrevem as regras da verdadr.

da verdadt. intelig.ª da Ord. L.º 4.º tt.º 11.
afim de q. o Dir.to do dominio, e da pro
pried.e dos Particulares se faça com
pativel com o interesse p.co

Foi declarada, e ampliada esta Lei
assima de 9 de Julho pelo Alvara de
1773. 14 de 8br.º de 1773.

24 de Jul. Alvara em q. se manda q.e se
naõ possaõ penhorar, nem arrema
tar as Penças assentadas no rendi
m.to da Obra Pia, e as q. se comprehen
dem de baixo do tt.º da Caza de Ceuta,
e das Gentes de Tangere, e Mazagaõ,
e todas as mais similhantes addiçoe
es de Tenças, e Ordinarias de quaes q. Al
1773. mo parifados dadas a tt.º d'ennollas.

13 de Nov. Alvará de Lei em q. se reprova o a
buso, q. se tem introduzido de se levar
Dizima das Sm.cas proferidas nas Cau
zas Crimes, ou ellas sejaõ crime, ou
civel m.te intentadas; ou as penas sejaõ
Crimes, ou livreis, corporaes, ou pecu
niarias.

1774

1774.
26 de M.º Alvara pelo qual foi desnaturaliza
do da Familia, Joze Ozorio do Amaral,
f.º de M.el Ozorio do Amaral, pelos seos
1774. indignos procedim.tos

31 de M.º Lei q. ampliando a Ord. L.º 4.º tt.º 72.
abolio a clauzula da negação da audien
cia sem deposito, e outra da Citação
1774. ao Destribuidor dos Tabeliaõs.

20 de Jun. Alvara a favor dos Colonos das Herd.es
d'Alem Tejo p.a naõ poderem ser despe
didos sendo antigos, e tratando-as bem,
com provid.as p.a conservação das Cazas
e montes.

Declarada, e ampliada pelo Alvará de
1774 27 de Novr.º de 1804.

20 de Jun. Lei sobre o modo das Execuções, q.
1774 vai no tt.º 1.º do Deposito publico.

1.º d'Ag. Alvara q. annulla todas as convenções
feitas sobre heranças, e pactos de quota
litis, e prohibe-os q. passarem de 60
annos alienar bens estaveis, q. vale
rem mais de 400$ reis.

1774.

1774.
5 de Mar. Alvará g. prohibio aos Vereadores mais votos o conhecimento final das Causas, e os-sujeita a residª como os Juizes de Fora.

Está derogado G. Decreto de 17 de
1775 Julho de 1778. aliás, suspenso.
25 de Jan. Lei sobre a intelig.ª da Ord.ª L.º 5.º
tit.º 62. pr.º g. nenhuma devaõ vallha
sem ser intimada, exceptuando ó-
1775 tm.º as doaçõis Regias.
31 de Jan. Alvará g. deo provid.ª sobre a
educação dos Expostos, mandando-
os entregar aos Juizes dos Orfaos
pr.º os-pôr em a servir, ou a Offic.os
Dito, d.º Alvará g. permitte aos testadores
g. não tiverem parentes até ao 10.º
grão, dispor d'ametade dos seus be
reditorios, e todos os adquiridos aps
vos da Misericordia de Lx.ª e nos Hospi
1775 tais.
9 de Out.º Alvará g. determina o novo
modo de tirar as residencias, pro
hibindo aos Sindicantes fazer Corre
ições, ou algum acto, g. pertença aos Sin
dicados.

1775

1775
16 de Dez.º Alvará g. prohibe os emb.os g. os
pessoas nas enclausur.as dos Guarda li-
vros, Caixeiros das Casas de Comme
cio, dos Pilotos, Mestres, Contramestres,
Officiaes, e Marinheiros, e pessoas de e
quipagem de Navios mercantes, dos
Artifices, e Serventes, g. trabalhaõ nas
1775, Ataranas, e Obras publicas.
3 de Dez.º Decreto de perdaõ aos Criminozos
g. estavaõ nas Cadêas g. naõ sendo dos
1775 trinny exceptuados.
19 de Jun. Lei g. r.ª g. p.º os caract.os dos Pays
o consentim.to dos Pais, e fez crime
de rapto a seducçaõ das filhas, e.ª
a Justiça tenha lugar ainda sem ac-
cusador.

Foi declarada esta Lei pela de 29
de 9br.º de 1775, g. deo a provid.ª de
repedir pesante os Magistrados a
1776 Lisnea, g. os Pais injustam.te negassem.
15 de Julho. Alvará g. manda dar preferencia aos Credores g. letras de risco, ou
dambio, e g. as Com.as porto g. fujaõ de
precito firmadas nas d.as letras
vallhaõ.

1776. valhão como as de Escritura p.ca
14 de Jun. Alvara q. manda observar as re-
ducções dos generos Comestiveis, q. pa-
gava o Povo da villa da Arruda feita
no Poral do S.or Rey D. Manoel,
1776. havendo p.r de nenhum eff.to as Sm.as Contr.as
1 de Jul. Alvara q. prohibe o uso da Caça
com munição, e ás pessoas q. não forem
nobres, e ordena q. não possa com esse pre-
texto entrar-se nas quintas, fazd.as e vi-
1776. nhas alheias sem licença dos donos.
4 de Jul. Lei em q. se prohibe a reducção
dos foros nos Contractos enfitheuticos,
q. devem observar-se, ou como taes, ou
como coloneas perpetuas conf.e as di-
1776. versas qualid.es dos seos principios.
6 de Jul. Alvara q. annulla os emprestimos
feitos ás Comunid.es Regulares sem pre-
ceder Authorid.e Regia, examinados os mo-
1776. tivos.
29 d'Ag. Alvará q. confirma o Assento de 9
de Abril de 1772 sobre a prestação,
e regulação dos alim.tos q. se devem dar
1776. nas Cazas ilustres.
9 d'Out. Decreto q. perdoou aos Criminosos q.
estiverem fóra do Reino tendo as condições
do Indulto

do indulto, e servindo 5 annos nas
1776. Tropas.
9 d'Out. Decreto q. igualm.te perdoou aos Deses-
1776. tores Militares.
26 d'Ob.o Alvara q. eximio os Officiaes da Al-
fandega de quebrar as pontas ás facas q.
se despachão.

Titulo 23.

Assentos da Caza da Supplicação, q. tem havido desde o principio d'este feliz Reinado até 9 do mez de Abril de 1772.

1751.
29 de M.º Assento em q. se declarou que Procurador da Real Fazd.ª não póde mandar tirar autos do poder do Escrivão, ou Advogado, q.do tendo se passado Carta avocatoria a seo requerim.to, o Juiz antes de a cumprir mandou dar v.ta ás Ptes p.a sua instrucção.

1752.
18 de M.º Assento em q. se declarou q. nas causas de suspeições q.do se excluem p.r causa d'alguma nullid.e se ha de lançar o Acordão na forma q. se costuma q.do não procedem ordinariam.te

1754.
14 de M.º Assento pelo qual se declarou q. p.a se incorrer nas penas do Cap.º 18 da Pragmatica de 24 de M.º de 1749. era necess.º provarse q. se havia feito

feito venda das respectivas faz.das, não sendo bast.e o simples auto d'achada; e q. tão bem não erão comprehendidos os q. tendo logea aberta erão chamados p.a levarem faz.das a Cazas particulares.

1755.
13 de Fev.º Assento pelo qual se resolveo pertencer ao Corregedor do Cr.e do Rocio a Conservatoria da Cid.e de Lx.ª, por q. mostrava ser mais antigo na posse, não obst.e ser o Corregedor dos Remulares mais antigo na leitura, e tempo do Real Serviço.

1757.
20 de Dez. Assento pelo qual se determinou q. as appellações, ou aggravos dos feitos q. tiverão origem das Sm.cas da Caza da Supplicação, em q. se deixou o Dir.to reservado p.a outra acção, devião ser destribuidos, não se contrahindo certeza de Juizes.

1758.

1758
23 de Mai. Assento em ç. se resolveo ç. das Smas. Cas. sobre reforma d'Autos perdidos, ou queimados. Em que se 10te. mr. aggr. de justiça, ou de instrum. q. delles não tire sse havida Sma. Ca. final, e ç. Lavrada a antes, devia haver appç. ao ou
1758 aggr. ordinario.
8 de Agº. Assento em ç. se declarou ç. o L. 25 da Ord. Liv. 5. tit. 115, ç. manda proceder a devassa contra os passadores de gado, não comprehendia os ç. furião Carneiradas, Ribaradas, boiadas, e varas de porcos, a
1760 inda ç. tivessem as mr. mas penas.
4 de Nov. Assento pelo qual se resolveo ç. os Desembargadores, e Extravagantes da Casa da Supp. ão não. e nem sejam brasageiros, estando aut. tes não sendo empregados no Real Serviço; e ç. se não entendia por causa da molestia, se ella não fosse superveniente á aut. a. voluntaria; e ç. a brasagem dos meses das ferias se deviaõ vencer ainda pelos au
1769 tes
29 de Jul. Assento em ç. se declarou ç. a Mulher ç. he obg. da a prestar fiança ás custas na fl. da Ord. Liv. 3. tit. 20. §. 6. ficava sujeita a pagalas da Cadea como qualq. autor ou reo.

1769

1769.
23 de Nov. Assento em ç. se resolveo ç. o comprador de hum curto, e determinado terreno inundado não tinha obg. ão d'acceitar outro ao Vendedor, ainda ç. Retirasse ido adjudicado em substituição do ç. antes tinha; mas ç. comprando a acção ç. tinha o Vendedor ao dito terreno, ficava obg. da a reu
1770 ver o outro.
29 de Março. Assento em ç. se declarou Alma Ord. ç. a Ley de 9 de Set. de 1769. §. 21. na parte em ç. annulla todas as disposições em ç. alma por instituida herdeira, comprehende todos os testamtos. anteriores á sua publicação, ç. o mesmo se verifica no caso de ser alguma Ordem, Irmandade, ou Corporação instituida ç. herd. e testamtª. não tendo ainda quitação, alias, Sma. Ca. de quitação; ç. a mesma nullid. tinhaõ os legados deixados nos respectivos testamtos.
v. dis. Pelo Assento de 5 de Dez. de 1770 se declarou ç. o Assento a fi
mas. ç. fol. 96. ma de 29 de Mço. não comprehen
dia

dia o legador, q.e se achavaõ cumpri-
dos, nem as despezas juntam.te feitas
pelos testamentr.os

Dizmos. Jurid. 272 + Pelo Agrav. 1.o de 9 de Abril de 1772. se declarou q.e o Agravo robred.o de 5 de Dzbr.o de 1770 procedia tambem nos Legatarios, q.e havião recebido os legados com boa fé, antes q.e pu-
blicasse a ter effeito, e vigor a Lei de 9 de 7br.o de 1769. e corem q.e o mes-
mo Agravo naõ tinhaõ legar q.do os le-
gados se taes forespem depois q.e a
1770 d.a Lei entrou a ter effeito.

29 dAbril. Agravo em q.e se resolveo q.e a Relação se naõ podia conhecer dos feitos de alguns falidos q.e subiaõ q.do aggr.e interposto do Juiz Conser-
vador da Junta do Comercio, á q.e pertencia o seo conhecim.to privati-
vam.te devendo se ali propor as acções dos Credores naff.a do §. 15 da Lei de 13 de Novr.o de 1756. para q.e ella se proceder summariam.te a final determinação, e a exp.ão dos §§.

25, e 26 da mesma Lei.

1770
5 dAbril. Agravo pelo qual se declarou q.e tendo algum homem ordenado o seo testam.to por escrito no estado de sa-
ude, ou com doença chronica, e astuc-
ia de o assignar, ou mandar assignar
por outrem sobrevisse molestia grave, ou aguda, era o mesmo testam.to nullo e comprehendido na disposiçaõ da Lei
1770 de 25 de Junho de 1766. Cuta dor m.

25 dAbr. Agravo em q.e se declarou q.e sendo julgado nullo qualq.r testam.to, naõ devia o Juiz dar mettido de deposse da herança, sem proceder liquidação, salvo constando clara.te dos bens q.e
1770 existem, ou q.e andem de outro testador.

5 dAbr. Agravo em q.e se resolveo q.e indistinctam.te se devia observar a Ord.a do L.o 3.o tit.o 20. §. 23. e a do tit.o 59 do mesmo L.o naõ se attendendo á interpretação q.e se dá ás mesmas Leis, em q.e admitte prova de testas q.do se trata de instrum.to celebrados entre diversas partes, ainda q.e naõ admitta nos celebrados entre os mesmos litigantes.

1770
5 de Dz. Assento em g.e se declarou g.e a Ord. Liv. 3.º tit.º 86. §. 23 g.e entre os mais bens do uzo fez reserva dos Cavalos a Fidalgos, Cavalleiros, e Ministros, p.a se ter, naõ apprehenderem, comprehende presente ley as regras, e bestas delle g.e o dezeiro do tempo fez subir d'ar
1770 as aos Cavallos.

5 de Dz. Assento em g.e se resolveo g.e a citaçaõ g.e deve taõ bem ser feita aos Credores de menor idade g.e na forma do Assento g.e vem na Collecçaõ g.e Liv. 3.º tit.º 78. da Ord. p.a ficarem obrigados ao acordo dos de maior quantia naõ precisa ser feita antes da Sent.a do Compromisso, mas bastará g.e tenha sido posterior, naõ se attendendo á duvidosa.

O Assento he de 5 de Dez.bro fica junto
1770 no Assento 1.º de 29 de Nov.bro de 1770.

5 de Dz. Assento em g.e se declarou g.e a Lei de 9 de Nov.bro de 1769. §. 1.º naõ compre-

comprehendia os testam.tos antes della feitos, e consumados com a morte do testador, nos quaes naõ estivessem instituidos os parentes mais pro-
1770 ximos na forma do d.o §.

20 de Dez. Assento em g.e se resolveo g.e a Lei de 3 de Ag.to de 1770. §. 5.º em g.e determina g.e as clausulas de ameaçar os Vas. aos Morgados pelo g.e requerita ao gravame fiquem só te. expedindo-se parte em g.e tiverem sido executadas, se devia entender, ainda g.e antes da sua publicaçaõ houvessem Sent.as g.e condemnassem os p.tes a fazer as ditas ameaçaõs.
1771.

12 de Jan. Assento em g.e se determinou g.e embargando hum Vinculo alguma ex.ção ao gravame ordin.a da Sent.a proferida sobre os mes.mos embg.os deve alem de pagar a gabella, e despezas ao
o aq g.e ser obg.do a pagar o testado. aos
autores, para q.e a ex.ção fique correndo seus
1772 ter.os contra a parte executada.

4 de Jun. Assento em g.e se declarou, g.e as Apolices, g.e estavaõ acceitas antes da Lei de 23 de Nov.bro de 1771 em fé de judicial, ou

convem-

convencionalm.te deviaõ acceitar-se pelos Credores respectivos, e q. se naõ obrigariaõ estes aq. com effeito as recebessem naõ estando acceitas do referido modo antes da m.ma Lei: devendo-se entender ou judicial, ou condicionalm.te acceitas pelos Credores, q. se acharem em Concurso as depozitadas em Juizo pelos Arrematantes.

O Assento 1.º de 9 d'Abril de 1772 fica junto ao Assento 1.º de 29 de M.co de 1770.

1772.
9 d'Abr. Assento em q. se resolveo q. a Lei de 3 d'Ag.to de 1770. §. 10. q. manda conservar os administradores actuaes, q. naõ tivessem inhabilid.e de dir.to comprehendia os adm.es q. tinhaõ ja adquirido jus aos Morgados antes da d.a Lei, ainda q. na posse estivesse outro intruso.

1772.
9 d'Abr. Assento em q. se declarou q. a Lei de 3 d'Ag.to de 1770. §. 26. em q.to determina q. nos morgados instituidos

dos por transversaes tenha lugar a representaçaõ entre os irmaos, e filhos de irmaos, procede naõ só m.te entre os irmaos, e filhos de irmaos do instituidor; mas taõ bem q.do ha contenda entre os irmaos e filhos de irmaos do ultimo possuidor, sendo do sangue do instituidor.

1772.
9 d'Abr. Assento em q. se resolveo q. deixando-se dotes a moças donzellas pobres, e honestas para haverem de cazar, ou ser freiras, preferindo o testador as q. fossem suas parentas, naõ podia praticar-se + a observancia + desta disposiçaõ com as q. fossem ja cazadas, ainda q. parentas do mesmo testador; por q. esta qualidade só herdava preferencia sendo donzellas.

Fim.

INDEX

DOS TITULOS DA RELAC,AÕ DAS LEIS, e mais Diſpoſiçoens Noviſſimas.

Titulo I. Junta da Adminiſtraçaõ dos Depoſitos Publicos da Corte, e Cidade de Lisboa, pagina 1.

Tit. II. Relaçaõ da Cidade de S. Sebaſtiaõ do Rio de Janeiro, pag. 2.

Tit. III. Companhia Geral do Graõ-Pará, e Maranhaõ, pag. 3.

Tit. IV. Companhia Geral da Agricultura das vinhas do Alto Douro, pag. 4.

Tit. V. Junta do Commercio, pag. 7.

Tit. VI. Junta da Inconfidencia, pag. 11.

Tit. VII. Companhia Geral de Pernambuco, e Paraiba, pag. 13.

Tit. VIII. Intendente Geral da Policia, pag. 13.

Tit. IX. Collegio Real dos Nobres, pag. 17.

Tit. X. Erario Regio. pag. 18.

Tit. XI. Superintendentes Geraes das Alfandegas do Norte, e Sul, pag. 20.

Tit. XII. Real Meza Cenſoria, pag. 20.

Tit. XIII. Junta do Deſpacho das Confirmaçoens Geraes, pag. 24.

Tit. XIV. Providencias ſobre a Fazenda, e Direitos Reaes, pag. 25.

Tit. XV. Providencias Militares, pag. 32.

Tit. XVI. Providencias ſobre as Fabricas do Reino, pag. 41.

Tit. XVII. Providencias ſobre os Eſtragos do Terremoto [illegible]mbro de 1755. e ſobre a Reedificaçaõ da Cida-

Cidade de Lisboa, pag. 44.
Tit. XVIII. Providencias de Creação de algumas Cidades, e Villas, pag. 50.
Tit. XIX. Providencias ſobre a Univerſidade de Coimbra, 50.
Tit. XX. Providencias ſobre o Reino do Algarve, pag. 51.
Tit. XXI. Providencias ſobre os Dominios Ultramarinos, e ſeus generos, e Navegação, pag. 53.
Tit. XXII. Leis, e Diſpoſiçoens Noviſſimas, e nas Remiſſoens, pag. 63.
Tit. XXIII. Aſſentos Noviſſimos da Caſa da Supplicação, pag. 92.

FIM.

Erratas do Tratado dos Principios.

Pag.	num.	Erratas	Emendas.
10.	107.	ſegundo pertexto.	Segundo pretexto.
11.	117.	1770	1760.
13.	7.	§. 45.	§. 72.
14.	17.	tit. cap. 1. tit. 1.	cap 1.
16.	3.	elevado he.	elevado cargo he.
21.	56.	§. 3.	§. 1.
22.	73.	9. de Novembro.	19.
23.	86.	18. de Setembro	17. de Outubro.
30.	159.	1751.	1750.
41.	67.	Coll. 1.	Coll. 2.
45.	109.	o principal fundamento.	o principio fundamental.
46.	120.	Direito	do Direito.
59.	90.	1758.	1759.
65.	40	Junho	Agoſto.
71.	29.	1752.	1742.
72.	37.	liv. 1.	liv. 5.
76.	28.	inſprecutaveis.	imprescrutaveis
77.	42.	Mayo.	Março.
87.	104	Fevereiro.	Outubro.
101.	69.	Pois que.	§. Pois que
110	11.	Magis grave.	Mais grave.
112.	40	1756.	1766.
113.	43,	11. de Janeiro.	3. de Dezembro.
114.	58.	13. de Dezembro.	3. de Dezembro.
122.	139.	Agoſto de 1769.	de 1759.
124.	162.	1759.	1739.
138.	47. e 49.	1768.	1760.
139.	65.	naõ ſe attende, naõ ſe attende, ſe ſenaõ conhece.	
142.	8.	crear.	criar.
144.	33.	menor	a menor.
165.	260.	liv. 3.	liv. 4.
175.	11.	liv. 1.	liv 2.
186.	123.	1764.	1763.
191.	46.	ha meſma.	he a meſma.
201.	46.	de 12.	de 22.
205.	20.	falta.	cap. 3.
207.	47.	nas acçoens.	na direcçaõ das acçoens.

REMISSOENS.

Pag.	§§.	Erratas.	Emendas.
3.	12.	¿A.	R.
7.	3.	156.	56.
8.	17.	A.	Ha
17	13.	207.	87.
24.	falta o §. 27. antes do §. 28.		
37.	80.	pag. 322.	R. pag. 322.
40.	39.	1667.	1767.
46.	2. e segg.	226.	326.
50.	21.	226.	326.
53.	Princip,	131.	231.
96.	46.	falta no fim o §. 47.	
112.	5.	P. pag. 158.	258.
113.	3.	24. de Julho de 1663.	10 de Julho de 1620
144.	3.	311.	111
152.	Princip.	2. P.	T.
153.	5.	G.	T.
153.	1. tit.	82. P.	D.
156.	9.	A.	H.
159.	4.	A.	H.
161.	6.	356.	196.
183.	tit.	66. Março de 1770.	de 1769.
192.	1. e 2.	217.	317.

RELAÇAÕ.

12.	1759. 3. de Novembro	3. de Setembro.	
14.	1765. 2. de Novembro.	1763.	
15.	para as visitas,	para que as visitas.	
18.	a Lei acima.	a Lei 2. de 22. de Dezembro.	
45.	3. de Dezembro	Lei. Decreto.	
76.	21. de Julho.	20. de Julho.	
79.	30. de Maio.	20. de Maio.	
79.	1766. em duas partes.	1769.	

Em algumas partes se escreveo: aliás, approveitar, cannonico, conresponder, deserviço, Dezembarg. dito, Mayo, Mes. precizas, pertextos, tranquilidade; lea-se aliàs, aproveitar, canonico, corresponder, desserviço, Desembarg. dicto, Maio, Mez, precisas, pretextos, tranquillidade &c.